CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

E&D
Estudos & Documentos

9

Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)

Volume **4**

Coordenação de Rui Manuel Loureiro & Vasco Resende

Centro de História de Além-Mar
CHAM

ESTUDOS SOBRE DON GARCÍA DE SILVA Y FIGUEROA E OS «COMENTARIOS» DA EMBAIXADA À PÉRSIA (1614-1624)

307
CHAM/307/000/00N
DR 5111

Colecção **Estudos & Documentos**

1. AQUÉM E ALÉM DA TAPROBANA
   Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denis Lombard
   Edição organizada por LUÍS F. R. THOMAZ

2. A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DA ESTADO DA ÍNDIA
   Actas do Colóquio Internacional
   Edição organizada por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

3. RELAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DA ILHA DE S. TOMÉ
   por MANUEL DO ROSÁRIO PINTO
   Fixação do texto, Introdução e Notas de ARLINDO MANUEL CALDEIRA

4. NEGÓCIOS DE TANTA IMPORTÂNCIA
   O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra
   no Atlântico e no Índico (1643-1661)
   por EDVAL DE SOUZA BARROS

5. A PRESENÇA INGLESA E AS RELAÇÕES ANGLO-PORTUGUESAS EM MACAU
   (1635-1793)
   por ROGÉRIO MIGUEL PUGA

6. CRONOLOGIA DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DE GOA
   pelo Padre SEBASTIÃO DO REGO
   Direcção e Estudo Introdutório de MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES
   Apresentação de ANÍBAL PINTO DE CASTRO

7. O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS
   Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa
   Edição de JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

8. MULHERES EM MACAU
   Donas honradas, mulheres livres e escravas (séculos XVI e XVII)
   por ELSA PENALVA

9. COMENTARIOS DE LA EMBAXADA AL REY XA ABBAS DE PERSIA (1614-1624)
   por Don GARCÍA DE SILVA Y FIGUEROA
   Volumes 1 e 2: Texto – Edição crítica de RUI MANUEL LOUREIRO, ANA CRISTINA COSTA GOMES e VASCO RESENDE; Volume 3: Anotações – Coordenação de RUI MANUEL LOUREIRO; Volume 4: Estudos – Coordenação de RUI LOUREIRO e VASCO RESENDE

ESTUDOS SOBRE DON GARCÍA DE SILVA Y FIGUEROA E OS «COMENTARIOS» DA EMBAIXADA À PÉRSIA (1614-1624)

Coordenação de

RUI MANUEL LOUREIRO & VASCO RESENDE

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

LISBOA
2011

FICHA TÉCNICA

Título: **Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da Embaixada à Pérsia (1614-1624)**

Editores: Rui Manuel Loureiro & Vasco Resende

Autores: Vários

Edição: Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Novas de Lisboa
Universidade dos Açores

Patrocínio: Fundação para a Ciência e Tecnologia
Projecto PTDC/HAH/69734/2006

Capa: Ilustração dos *Comentarios*
De Don García de Silva y Figueroa
© Biblioteca Nacional, Madrid

Santa Comunicação, Lda.
Rua Actriz Adelina Fernandes, 7B
2795-005 Linda-a-Velha

Depósito Legal: 333 803/11

ISBN: 978-989-8492-03-6

Data de saída: Maio de 2011

Tiragem: 500 exemplares

Execução gráfica: Editorial do Ministério da Educação

Índice

Nota de Abertura vii

Rui Manuel Loureiro
Introdução ix

Lista de Figuras xix

Estudos

Luis Gil
Biografia de don García de Silva y Figueroa 3

Luis Gil (ed.)
La «Epistola de rebus Persarum» de don García de Silva y Figueroa 61

Joan-Pau Rubiés
A Dysfunctional Empire? The European context to Don García de Silva y Figueroa's embassy to Shah Abbas 85

Joan-Pau Rubiés (ed.)
«Relación de la Embaxada que hiço en Persia Don García de Silva y Figueroa» (1620) by his secretary Saulisante 135

José Manuel Garcia
García de Silva y Figueroa e o contexto da sua passagem por Lisboa 173

José Manuel Malhão Pereira
Aspectos náuticos das viagens por mar de D. García de Silva y Figueroa entre 1614 e 1624 183

Ângela Barreto Xavier
Entre a curiosidade e a melancolia. Deambulações pela Goa de Don García 207

CARLA ALFERES PINTO
Presentes ibéricos e "goeses" para 'Abbas I:
A produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia
por D. García de Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Meneses 245

WILLEM FLOOR
At the Royal Court of Shah 'Abbas I (1589-1629) 279

VASCO RESENDE
Itinéraires et voyageurs portugais en Perse safavide 299

CAROLINE MAWER
Travelling in Safavid Persia:
Following in the footsteps of Don García de Silva y Figueroa 313

FRANCISCO CARAMELO
Visões da antiguidade nos *Comentarios*
de Don García de Silva y Figueroa 345

ZOLTÁN BIEDERMANN
Um viajante sem mapas? Figueroa e a cartografia da Pérsia 367

ELIO C. BRANCAFORTE
The Encounter between Pietro della Valle and
García de Silva y Figueroa at the Safavid Court of Shah 'Abbas I 395

JUAN GIL
D. García de Silva y D. Vicente Nogueira 411

MARIA JOÃO FERREIRA
Os portugueses e o negócio da seda persa:
A participação lusitana no comércio da seda no início do século XVII 451

Index 485

Nota de Abertura

A edição crítica dos *Comentarios* (1614-1624) de Don García de Silva y Figueroa resulta de um projecto de investigação do **Centro de História de Além-Mar** (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: Projecto PTDC/HAH/69734/2006, "Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica: Os *Comentarios* de Don García de Silva y Figueroa".

O presente volume constitui parte integrante desta edição crítica, dividida em quatro volumes:

Volume 1: Don García de Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624)* – Parte I.

Volume 2: Don García de Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624)* – Parte II.

Volume 3: *Anotações aos «Comentarios» de Don García de Silva y Figueroa.*

Volume 4: *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624).*

Introdução

Rui Manuel Loureiro *

A ascensão de 'Abbas I ao poder, em 1587, marcou um momento de viragem na geopolítica safávida, já que o jovem xá revelou qualidades de liderança à altura da complexa situação que a Pérsia vivia. Não existia então um estado central sólido, uma vez que o poder do xá dependia da estreita colaboração militar que este conseguia obter junto das diferentes facções dos *qizilbas*. Estas aguerridas facções tribais de origem turcomana – que as fontes portuguesas da época designam como 'gazeis-baixos' ou 'casselbaxos' – tinham até então suportado o poder safávida. Mas os conflitos e as conspirações eram demasiado frequentes entre elas. Por outro lado, enquanto as províncias ocidentais persas estavam ocupadas pelos otomanos, grandes porções do Khorassan, a oeste, eram controladas pelos uzbeques.[1] Depois de subir ao trono, o xá 'Abbas começou por estabelecer um exército próprio, independente dos *qizilbas*, conseguindo a pouco e pouco liquidar as oposições internas e hegemonizar as sucessivas províncias persas, ao mesmo tempo que reorganizava e centralizava a administração. Uma vez solidificada a sua posição política, o soberano persa, através de uma hábil conjugação de campanhas militares e de iniciativas diplomáticas, enfrentou os seus oponentes externos, infligindo sucessivas derrotas aos uzbeques e aos otomanos, e conseguindo consolidar e mesmo alargar as fronteiras do seu império.[2]

---

* Centro de História de Além-Mar, Lisboa.

1 Sobre o reinado de 'Abbas I, ver David Blow, *Shah Abbas: The Ruthless King Who Became an Iranian Legend* (Londres, 2009); sobre a organização militar safávida, ver Masashi Haneda, *Le Châh et les Qisilbāš – Le systeme militaire safavide* (Berlim, 1987).

2 Os antigos cronistas portugueses do *Estado da Índia* referem-se amiúde ao xá 'Abbas. António Bocarro, na sua *Década 13*, concluída em Goa por volta de 1635, apresenta-o como um "grande homem de guerra, assi no espírito como de invenções e traças para poder conseguir o que pretendia, fosse por quaesquer meios que pudesse" (*Década 13 da História da Índia*, ed. Rodrigo José de Lima Felner [2 vols., Lisboa, 1876], vol. 1, p. 34), enfim, uma espécie de Maquiavel iraniano. Frei Félix de Jesus, um cronista agostinho que estanciou demoradamente no Oriente, descreve-o como sendo "de pequena estatura, de alegre rosto, robusto nas forssas, fácil na comverssação [...], no comer sobejo, no beber demasiado" (Arnulf Hartmann, *The Augustinians in Golden Goa: A Manuscript by Félix of Jesus, O.S.A.* [Roma, 1968], p. 89).

Eventualmente, o poder safávida começou a estender-se para as margens do Golfo Pérsico, que até então haviam permanecido relativamente autónomas. Os portugueses, desde os primeiros anos do século XVI, haviam conseguido manter um apertado controlo sobre a ilha de Ormuz e sobre diversas das suas dependências. A partir da base ormuzina, as armadas lusitanas mantinham uma relativa hegemonia sobre a navegação que cruzava o Golfo Pérsico. Com a conquista de Bahrain em 1602, 'Abbas decidira finalmente fazer face ao tradicional poderio lusitano nas regiões marítimas do seu império. Nas duas décadas seguintes, o xá persa desencadeou um lento mas progressivo assalto às posições portuguesas, que tinham o seu epicentro na ilha de Ormuz. Esse processo viria eventualmente a desembocar na conquista de Ormuz por uma coligação anglo-persa em 1622.[3] Nota importante, a ascensão de Xá 'Abbas coincidira com a chegada ao Oceano Índico de potências europeias rivais dos portugueses, nomeadamente os ingleses, que desde cedo procuraram estabelecer relações amistosas com a Pérsia.[4]

A fortaleza de Ormuz era uma das mais rentáveis do Estado da Índia, graças aos direitos cobrados na sua alfândega sobre o intensíssimo tráfico mercantil que cruzava as Portas do Estreito, estabelecendo ligações entre Baçorá, o Bandel de Comorão, Mascate, e muitos outros portos da costa oriental de África e do litoral ocidental da Índia. A *pérola do anel*, como metaforicamente era designada a estéril ilha de Ormuz, era um lugar estratégico de primeiríssima importância na densa teia de fortalezas, feitorias e rotas marítimas que configurava o *Estado Português da Índia*. Por isso mesmo, os monarcas espanhóis, que desde 1581 haviam assumido igualmente a coroa de Portugal, ao longo de várias décadas, tentaram de forma continuada estabelecer um diálogo diplomático com o xá 'Abbas, através de uma regular troca de emissários e de embaixadores. Tratava-se de manter a todo o custo uma posição portuguesa sólida na área do Golfo Pérsico.[5] Várias missões diplomáticas são entregues a religiosos portugueses, e nomeadamente ao agostinho Frei António de Gouveia, mas sem grandes resultados práticos, pois as tenazes safávidas iam-se paulatinamente apertando sobre Ormuz. O xá 'Abbas, que gostava de discutir questões políticas na sua tenda de campanha ou nalgum dos seus palácios, comendo e bebendo,

3 Sobre a presença portuguesa em Ormuz, ver a mais recente bibliografia: Willem Floor, *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* (Washington DC, 2006); Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro, *Ormuz, 1507-1622: Conquista e Perda* (Lisboa, 2007); Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period* (Wiesbaden, 2008); e Rudi Matthee & Jorge Flores (eds.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia* (Leuven, 2011).

4 Sobre as rivalidades inter-europeias na região do Golfo Pérsico, ver Niels Steensgaard, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century* (Chicago, 1974).

5 A história desde conturbado período foi recentemente estudada por Luis Gil, *El Imperio Luso-Español y la Persia Safávida* (2 vols., Madrid, 2006-2009); ver também Joan-Pau Rubiés, "A Dysfunctional Empire? The European Context to Don García de Silva y Figueroa's Embassy to Shah Abbas", *infra*, pp. 85-133.

solicitou a determinada altura das autoridades ibéricas o envio de um embaixador português civil, de estatuto social elevado. Depois de muitos debates entre Madrid e Lisboa, Don García de Silva y Figueroa foi finalmente escolhido para a missão à Pérsia em 1612.

Embora dois estudiosos espanhóis se tenham debruçado em anos mais recentes sobre a vida de Don García de Silva y Figueroa,[6] não é muito o que se consegue apurar sobre este aristocrata espanhol. Nasceu em 1550, em Zafra, numa família da pequena nobreza, tendo estudado em Salamanca. Regressado à Península, desempenhou o cargo de corregedor em várias regiões espanholas, nomeadamente em Jaén e em Badajoz. O cronista português António Bocarro, na sua *Década 13 da História da Índia*, diz que Don García era homem de "bom juízo e subtil entendimento, visto e lido e muito versado na língua latina e italiana".[7] Alguns primos seus relativamente bem conhecidos desempenharam cargos no Oriente ibérico, como Don Juan de Silva, que foi governador das Filipinas, e Don Jerónimo da Silva, que foi capitão de Ternate. De resto, quase nada se consegue apurar sobre Don García, até ao momento em que as autoridades de Madrid, em 1612, o nomeiam para o cargo de embaixador à Pérsia.

Don García era um homem cultíssimo, com estudos feitos em Salamanca, como foi referido, e decerto com muitas leituras posteriores. Era fluente em latim e conhecia bem a literatura clássica. Como um viajante moderno, preparou minuciosamente a sua viagem à Pérsia, através da consulta de numerosíssimos trabalhos de história e de geografia, de que teria registado extractos em diversos cadernos manuscritos. Era, além disso, um diarista compulsivo, que ao longo do seu longo périplo oriental, para além de dezenas de cartas,[8] escreveu um volumoso diário de viagem. Os *Comentarios* – nome por que ficou conhecido o seu manuscrito de cerca de um milhar de páginas – descrevem demoradamente a sua jornada desde Lisboa até à Pérsia, assim como a inacabada viagem de regresso à Europa. Sendo um homem cultivado e amigo das letras, sendo dotado de uma insaciável curiosidade e de um espírito inquiridor, e sendo além do mais um observador cuidadoso e metódico, Don García produziu uma obra merecedora de atenção a diversos títulos.

Através da leitura dos *Comentarios*, é possível deduzir que o embaixador era compelido à escrita por diversas razões, e nomeadamente para se entreter durante a longa viagem, ocupando as longuíssimas horas de ócio que uma viagem de Lisboa à Pérsia implicava; para registar tudo o que lhe parecia novidade, como homem culto, inte-

6 Ver Luis Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa. Epistolário Diplomatico* (Cáceres, 1989); e também Carlos Alonso, *La Embajada a Persia de D. García de Silva y Figueroa* (Badajoz, 1993). E, também, Luis Gil, "Biografia de don García de Silva y Figueroa", *infra*, pp. 3-60.

7 António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, vol. I, p. 370.

8 Publicadas por Luis Gil (ed.), *Epistolário Diplomático*, pp. 179-248.

ressado na história natural e moral das regiões que ia cruzando; e também como forma de justificar as suas andanças, apresentando uma espécie de relatório de missão. De qualquer forma, os resultados da embaixada não foram brilhantes, pois ela desenvolveu-se num ambiente duplamente hostil: enquanto espanhol, o embaixador não encontrou um acolhimento amigável da parte das autoridades portuguesas em Goa; e a sua postura de altivo aristocrata espanhol não parece ter sido apreciada nem na corte safávida, então em processo de ruptura com os *farangis* portugueses, nem junto das comunidades de missionários europeus estabelecidas na Pérsia. O embaixador, sem obter quaisquer resultados significativos, viria a falecer em 1624, na viagem de regresso a Portugal.

O título dos *Comentarios* relembra a obra homónima de Júlio César. Mas não é impossível que Don García se tivesse inspirado também nos *Comentários de Afonso de Albuquerque* da autoria de Afonso Brás de Albuquerque, primeiro impressos em Lisboa em 1557, com uma segunda e alargada edição em 1576, obra que, de resto, conhecia bem. Tal como a da conhecida figura romana, também a obra de Silva y Figueroa é maioritariamente escrita na terceira pessoa. Mas o único manuscrito completo que hoje se conhece é certamente autógrafo. Trata-se de um longuíssimo relato de viagens, que se inicia em Lisboa, em princípios de Abril de 1614 e que termina algures no Atlântico, dez anos mais tarde, depois de um longo itinerário, real e textual, que leva o autor primeiro até Goa, depois até Mascate e a Ormuz, daí através da Pérsia safávida, com posterior regresso a Goa, e com novo embarque rumo a Portugal. Don García morreria na viagem de regresso, de uma doença a que então se dava o nome de *mal de Luanda*. Ironicamente, durante a viagem de ida para a Índia o diplomata espanhol tinha descrito esta mesma doença que amiúde atacava os viajantes marítimos, e que costuma ser identificada com o escorbuto.

Os *Comentarios* têm uma história editorial relativamente invulgar. O manuscrito autógrafo, datado de 1624, encontra-se actualmente na Biblioteca Nacional de Madrid, onde aliás se conserva também um outro manuscrito seiscentista, mas bastante incompleto. Em 1668, Abraham de Wicquefort, conhecido especialista em questões diplomáticas, publicou em Paris uma tradução da obra, *L'ambassade de D. Garcias de Silva y Figueroa en Perse*.[9] Esta versão, contudo, para além de conter inúmeros lapsos, não incluía as primeiras secções da obra de Silva y Figueroa, que são dedicadas à longa viagem marítima para a Índia e à estada do embaixador em Goa. Wicquefort, obviamente, interessou-se sobretudo pela componente diplomática da obra, desprezando assuntos indirectamente ligados com a missão atribuída ao embaixador espanhol; ou, alternativamente, não teve acesso à descrição da viagem pela rota do

9 D. Garcia de Silva y Figueroa, *L'ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*, trad. Abraham de Wicquefort (Paris, 1667). Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k95919x.r=figueroa.langPT>. Sobre o tradutor dos *Comentarios*, ver Maurice Keens-Soper, *Abraham de Wicquefort and Diplomatic Theory* (Leicester, 1996).

Cabo, que, pela minúcia das informações nela contidas, seria considerada de natureza sigilosa em Espanha. Poucos anos antes, aliás, Wicquefort tinha já traduzido para francês outro relato de natureza semelhante, produzido por Thomas Herbert, viajante inglês que peregrinou longamente pelas mesmas regiões iranianas.[10] De resto, apenas uma limitada parte da obra de Don Garcia, referente à "Vida del Gran Tamorlan", conheceu alguma divulgação, pois foi publicada em Sevilha em 1782, como apêndice a uma edição do relato medieval *Historia del Gran Tamorlan* de Ruy González de Clavijo, da responsabilidade de Eugénio Llaguno.[11]

A primeira e única edição integral dos *Comentarios* foi publicada em Madrid em 1903-1905, numa edição diplomática razoavelmente fiel, realizada a partir do manuscrito madrilenho completo pelo conhecido polígrafo e editor de textos Manuel Serrano y Sanz.[12] A obra em dois tomos, que foi publicada com o título *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España don Filipe III hizo al rey Xa Abas de Pérsia*, para além de uma breve introdução, não continha quaisquer anotações (com excepção de indicações sobre características do manuscrito). Tratava-se de uma edição reservada, que conheceu escassíssima circulação, publicada pela Sociedad de Bibliófilos Españoles.[13] A obra de Don García de Silva y Figueroa não voltou a ser editada desde então. Entretanto, os *Comentarios* têm sido sistematicamente ignorados pela historiografia portuguesa, apesar de constituírem uma fonte de primeiríssima ordem para a história do *Estado Português da Índia* no período da União Ibérica. Caíram naquela espécie de limbo onde se encontram muitos dos documentos avulsos e das fontes narrativas respeitantes a este período histórico. Um texto em castelhano, escrito por um autor espanhol, não interessa a investigadores portugueses; um texto sobre o mundo do *Estado da Índia*, não interessa a historiadores espanhóis.

Uma breve síntese do conteúdo dos *Comentarios* revelará a respectiva importância:

- o Livro I, com cerca de 80 fólios, relata de forma extremamente minuciosa as peripécias da longa viagem marítima entre Lisboa e Goa;[14]
- o Livro II apresenta, ao longo de 65 fólios, uma detalhada descrição do território de Goa e dos seus habitantes, com base numa residência de mais

10 Thomas Herbert, *Relation du voyage de Perse et des Indes Orientales*, trad. Abraham de Wicquefort (Paris, 1663). Existe uma edição inglesa recente: Thomas Herbert, *Travels in Persia*, ed. William Foster (Londres, 2004).

11 *Historia del Gran Tamorlan e Itinerario y Enarracion del Viaje, y Relacion de la Embajada que Ruy Gonzalez de Clavijo le hizo*, ed. Eugenio Llaguno (Madrid, 1782), pp. 221-248.

12 Ver breve biografia e listagem da respectiva bibliografia em José Esteban, "El erudito alcarreño don Manuel Serrano y Sanz (1866-1932)", *Añil*, 18 (1999), pp. 59-63.

13 Existe um exemplar desta edição na biblioteca do Gabinete de Estudos Olisiponenses (informação de José Manuel Garcia).

14 Ver José Manuel Malhão Pereira, "Aspectos náuticos das viagens por mar de D. García de Silva y Figueroa entre 1614 e 1624", *infra*, pp. 183-205.

de dois anos, período durante o qual Don García ali ficou retido, aguardando a colaboração das autoridades portuguesas para o prosseguimento da sua missão diplomática;[15]

- o Livro III, em cerca de 50 fólios, debruça-se sobre os portos de Mascate e de Ormuz, na época baluartes da presença portuguesa no Golfo Pérsico;
- os Livros IV, V e VI, em mais de 400 fólios, para além de relatarem as peripécias da embaixada à corte do xá 'Abbas, descrevem as peregrinações de Silva y Figueroa por territórios persas,[16] registando ainda valiosas informações sobre a Ásia Central;
- o Livro VII, enfim, com cerca de 50 fólios, descreve o regresso a Goa e a viagem parcial de volta a Portugal.

Em suma, os *Comentarios* de Don Garcia de Silva y Figueroa configuram uma fonte de excepcional importância, e de extraordinária extensão, para a história do *Estado da Índia* no período da União Ibérica, e sobretudo para a história das pouco estudadas relações que as coroas ibéricas, a partir de Goa, mantiveram com a Pérsia safávida.

* * * * *

Ciente da extraordinária relevância desta fonte narrativa, e da falta de atenção que tem merecido em Portugal, o CHAM preparou um projecto de edição crítica, que mereceu o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia no concurso de 2006.[17] Um primeiro *workshop* realizado em Abril de 2008 no âmbito do projecto permitiu definir alguns pontos essenciais em relação à metodologia editorial a cumprir. Valerá a pena destacar alguns dos temas colocados à discussão dos participantes, que possuíam, quase todos, experiência de edição de fontes quinhentistas e/ou seiscentistas.[18] Em primeiro lugar, colocaram-se questões relativas à transcrição do texto

15 Sobre a estada do embaixador em Goa, ver Fernando Marias, "Don Garcia de Silva y Figueroa y la percepcion del oriente: la 'Descripción de Goa'", *Anuario del Departamento de Historia y Teoria del Arte – Universidad Autonoma de Madrid* (Madrid), vol. 14, 2002, pp. 137-149; e também Ângela Barreto Xavier, "Entre a curiosidade e a melancolia. Deambulações pela Goa de Don García", *infra*, pp. 207-243.

16 A propósito destas viagens, ver José Maria Córdoba, "Don Garcia de Silva y Figueroa, y el redescubrimiento del Irán", in *La Aventura Española en Oriente (1166-2006)*, ed. José Maria Córdoba & Maria Carmen Pérez Díe (Madrid, 2006), pp. 89-97; e Caroline Mawer, "Travelling in Safavid Persia: Following in the footsteps of Don García de Silva y Figueroa", *infra*, pp. 313-343.

17 Projecto FCT: PTDC/HAH/69734/2006, "Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica: Os *Comentarios* de Don García de Silva y Figueiroa". Cf. <http://cham.fcsh.unl.pt/garciasilvafigueiroa.html>. A equipa de investigação, para além de Rui Manuel Loureiro, responsável pelo projecto e autor destas linhas, foi constituída por José Manuel Garcia, Maria João Ferreira, Vasco Resende e Zoltán Biedermann.

18 A lista de participantes incluiu, nomeadamente, Maria Augusta Lima Cruz (Universidade do Minho), Ana Paula Avelar (Universidade Aberta), Dejanirah Couto (EPHE, Paris), José Manuel

dos *Comentarios*: Como utilizar a edição de Manuel Serrano y Sanz? O que fazer com os dois manuscritos preservados na Biblioteca Nacional de Madrid? Modernizar o texto ou não? Fazer uma transcrição diplomática? Corrigir erros? Que erros corrigir, e como? Completar os lapsos evidentes do texto? Em segundo lugar, foram delineadas questões relacionadas com a anotação: Anotar o quê, como, com que tipo de comentários ou estudos? Com notas curtas ou extensas? Como reunir as anotações: em rodapé, em índices finais, em glossários, em apêndices? Enfim, em terceiro lugar, levantaram-se questões concretas de publicação: Como dividir texto e notas, em termos de volumes? Que materiais adicionais devem ser fornecidos (mapas, gravuras etc.)?

Na sequência deste *workshop*, a equipa de investigação responsável pelo projecto definiu alguns princípios de actuação prática. Conhecem-se actualmente dois manuscritos, ambos conservados na Biblioteca Nacional de Madrid, um completo e outro incompleto. Sendo o primeiro deles completo e autógrafo, foi naturalmente utilizado como base da edição crítica dos *Comentarios*, já que a comissão internacional que avaliou o projecto colocou como condição de apoio que, em vez da inicialmente proposta tradução para língua portuguesa, se deveria optar por uma edição na língua original. Pressupôs esta comissão que desta forma se asseguraria uma maior difusão da obra a editar. Curiosamente, os mesmos critérios foram adoptados por diversos autores portugueses na época da União Ibérica, e nomeadamente por Pedro Teixeira, que em 1610 publicava em Antuérpia as suas *Relaciones*, dedicadas precisamente à Pérsia.[19] No caso do principal manuscrito da obra de Don García de Silva y Figueroa, tratando-se de um autógrafo, optou-se por uma transcrição eminentemente conservadora, com o mínimo possível de intervenções editoriais, que em lugar oportuno serão devidamente esclarecidas. O segundo manuscrito, contendo uma versão bastante incompleta da obra, foi utilizado apenas para suprir eventuais lacunas do primeiro manuscrito (que apresenta esporádicas manchas de humidade nos fólios iniciais). Foi ainda contemplado um confronto com a tradução francesa parcial de Abraham de Wicquefort, publicada ainda no século XVII, a fim de se detectarem eventuais incongruências, correcções, e problemas com antropónimos e topónimos.

Paralelamente a decisões relativas ao trabalho editorial, a equipa de investigação tratou de programar a organização da edição crítica dos *Comentarios*, decidindo que

Garcia (Gabinete de Estudos Olisiponenses), Juan Gil (Universidad de Sevilla), Luís Gil (Universidad Complutense de Madrid) e Consuelo Varela (Escuela de Estudios Hispano-americanos, Sevilha). Aqui fica registado o especial agradecimento da equipa de investigação a todos os especialistas que participaram neste *workshop*. Cf. Rui Manuel Loureiro, "Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os «Comentarios» de D. García de Silva y Figueroa", *Anais de História de Além-Mar*, vol. IX (2009), pp. 430-432.

19 Pedro Teixeira, *Relaciones de Pedro Teixeira d'el origen, descendência y svccession de los Reyes de Pérsia, y de Harmuz* (Antuérpia, 1610). Existe uma recente re-edição facsimilada da Elibron Classics (2007).

esta constaria de quatro volumes distintos: dois volumes contendo o texto de Don García da Silva y Figueroa; um terceiro volume englobando diversos instrumentos de trabalho, a saber, anotações, comentários, glossários, bibliografias e índices remissivos; e um quarto volume reunindo estudos sobre o embaixador, sobre a sua obra e sobre o contexto da embaixada à Pérsia. Com vista à preparação dos estudos a incluir no quarto volume, projectou-se desde logo a organização de um segundo *workshop*, que veio a ter lugar em Setembro de 2009, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.[20] Esta reunião científica foi cuidadosamente preparada, pois a equipa responsável pelo projecto de edição crítica dos *Comentarios* definiu metas específicas, propondo a cada participante um tema concreto para explorar e expor. Pretendeu-se, assim, cobrir de forma sistemática os vários temas considerados essenciais para um melhor estudo e conhecimento de tão importante relato de viagens. Todos os participantes convidados, sem excepção, aceitaram as propostas da equipa de investigação, que incluíam temas como "a vida a bordo na *carreira da Índia*", "Goa em inícios do século XVII", "Ormuz e Mascate nos inícios do século XVII", "as cidades persas nos *Comentarios*", "as fontes clássicas de Don García", "A corte do xá 'Abbas", etc.[21]

O conjunto de estudos reunidos no presente volume resulta, de forma genérica, de comunicações apresentadas a este segundo *workshop*, com duas ou três excepções, já que algumas comunicações apresentadas, por motivos diversos, não deram origem a nenhum estudo. Entretanto, foi considerado pertinente incluir na colectânea, de forma a enriquecê-la, não só dois textos expressamente preparados por Caroline Mawer e por Zoltán Biedermann, mas também dois documentos respeitantes ao embaixador e à sua missão, editados respectivamente por Luis Gil e por Joan-Pau Rubiés.[22]

[20] Um agradecimento muito especial é devido à Fundação Calouste Gulbenkian, pela forma calorosa com que acolheu nas suas instalações de Lisboa este segundo *workshop*.

[21] Para além de membros da equipa de investigação, a reunião contou com a participação de Luís Gil (Universidade Complutense, Madrid), Joan-Pau Rubiés (London School of Economics), Jean-Louis Bacqué-Graammont (CNRS, Paris), José Manuel Malhão Pereira (Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologias), Cristina Brito (CHAM), Ângela Barreto Xavier (Instituto de Ciência Sociais, Lisboa), Dejanirah Couto (École Pratique des Hautes Études, Paris), Willem Floor (investigador independente), Elio Brancaforte (Tulane University, New Orleans), Reza Naderpoor (École Nationale Supérieure d'Architecture, Paris Val de Seine), Vida Gholipour (École Nationale Supérieure d'Architecture, Nancy), Francisco Caramelo (CHAM), Maria João Ferreira (CHAM) e Juan Gil (Universidad de Sevilla). Cf. Rui Manuel Loureiro, "Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os «Comentarios» de D. García de Silva y Figueroa", *Anais de História de Além-Mar*, vol. X (2010), pp. 471-474.

[22] Todos os autores dos estudos incluídos no presente volume citam a obra de D. García de Silva y Figueroa, umas vezes recorrendo à edição de Manuel Serrano y Sanz (Madrid, 1903-1905), outras vezes à tradução francesa de Abraham de Wicquefort (Paris, 1668). Por razões técnicas, não foi possível utilizar a nova edição das *Comentarios* nas citações; contudo, os volumes da nova edição incluem tabelas remissivas, que permitirão localizar as diferentes secções da obra do embaixador espanhol nas diversas versões existentes.

A colectânea que agora se apresenta – e que pretende servir de volume de enquadramento relativamente à edição crítica dos *Comentarios* de Don García – foi organizada em diversas linhas complementares. Em primeiro lugar, pareceu fundamental apresentar um esboço biográfico de Silva y Figueroa, que ficou a cargo de Luís Gil, investigador que em anos recentes se tem dedicado ao estudo da vida e obra do embaixador. De seguida, surge um longo estudo contextualizante, da autoria de Joan-Pau Rubiés. Pareceu relevante, depois, incluir diversos estudos sobre o itinerário geográfico concreto seguido por Don García: José Manuel Garcia debruça-se sobre a estada do embaixador espanhol em Lisboa; os dados fornecidos nos *Comentarios* sobre a carreira da Índia são analisados, do ponto de vista náutico, por José Manuel Malhão Pereira; Ângela Barreto Xavier aborda a longa residência de Silva y Figueroa em Goa; e o itinerário persa do diplomata espanhol é analisado, com base em larga experiência do terreno, por Caroline Mawer. Concluída a análise do percurso específico de Don García, uma quarta secção é dedicada ao contexto persa da embaixada, com textos a cargo de diversos especialistas: Willem Floor debruça-se sobre o funcionamento da corte de Xá 'Abbas; Vasco Resende enquadra a viagem de Silva y Figueroa no conjunto dos viajantes portugueses que na mesma época percorreram os caminhos da Pérsia; Elio Brancaforte confronta os *Comentarios* com o relato coetâneo do viajante italiano Pietro della Valle; Francisco Caramelo investiga os traços da Antiguidade que surgem no relato de viagens do embaixador, relato esse que descreve, e pela primeira vez na literatura europeia moderna de forma tão circunstanciada, as ruínas de Persépolis; enfim, Maria João Ferreira analisa com detalhe os variados aspectos do negócio da seda persa, que de certa forma foi um dos motivos da embaixada de Silva y Figueroa. O mundo intelectual de Don García, entretanto, é abordado por Juan Gil, que investiga as relações do diplomata espanhol com um conhecido intelectual português da época, D. Vicente Nogueira, e por Zoltán Biedermann, que indaga as relações de Silva y Figueroa com a cartografia do seu tempo. Muitos outros temas ficam por abordar, evidentemente. Mas ficam desde já lançadas as bases essenciais para o conhecimento de uma tão importante fonte.[23]

Através deste projecto de edição, pretende o CHAM dar plena visibilidade a uma fonte narrativa seiscentista de primeira grandeza, cujo valor documental relativamente à carreira da Índia, ao *Estado Português da Índia*, ao Golfo Pérsico, à Pérsia e a vastas regiões da Ásia Central parece ser inversamente proporcional à diminuta divulgação de que até à data foi alvo. No caso da historiografia portuguesa, um único exemplo bastará para transmitir uma ideia clara do quase total desconhecimento

[23] Deverá referir-se que o trabalho editorial, no caso desta colectânea de estudos, se limitou à proposta de temas a tratar, à definição de normas de citação bibliográfica nas notas de rodapé, e à revisão final dos diversos textos. Os autores dos estudos, para além de poderem optar entre diversas línguas de trabalho, escolheram igualmente formas de citação de nomes de pessoas, de títulos e de topónimos, de entre os disponíveis nas respectivas línguas de trabalho, assim como os sistemas de transcrição de palavras orientais.

da obra de Don García de Silva y Figueroa: O piloto da nau que transportou o embaixador de Lisboa a Goa, em 1614, era Gaspar Ferreira Reimão; ora, nenhum dos numerosos estudiosos que se ocuparam da biografia deste celebérrimo piloto português referiu até à data as informações contidas nos *Comentarios*.[24]

* * * * *

Entretanto, aqui ficam registados os mais efusivos agradecimentos da equipa de investigação a todos os especialistas que, através dos textos incluídos nesta colectânea ou através de comunicações orais apresentadas nos dois workshops, aceitaram colaborar de forma activa, e sempre entusiástica, no "Projecto Figueroa". Uma palavra especial de gratidão para Consuelo Varela, Dejanirah Couto, Juan Gil e Luis Gil, sempre disponíveis para debaterem questões relacionadas com o projecto. Sinceros agradecimentos são igualmente extensíveis à direcção do CHAM, pela confiança manifestada na equipa e pela criação de ideais condições de trabalho, e ao grupo de colaboradoras permanentes do CHAM, pela disponibilidade, pela eficiência e pela permanente simpatia.

[24] Ver bibliografia pertinente em Ernesto Jana, "Reimão, Gaspar Ferreira", in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque & Francisco Contente Domingues (2 vols. Lisboa, 1994), vol. 2, pp. 938-940.

Lista de Figuras

1 Vista de Lisboa em 1619, gravura de Hans Schorken, segundo desenho de Domingos Vieira Serrão, *in* João Baptista Lavanha, *Viage de la Catholica (...) D. Filipe III* (Madrid, 1622), Museu da Cidade de Lisboa, GRA 1404.

2 «N. S. de Porto Seguro roga a seu presioso filho por esta sidade e sua navegasão» (c. 1620), pintura de Domingos Vieira Serrão & Simão Rodrigues, Igreja de S. Luís dos Franceses, Lisboa.

3 Vista da Ribeira das Naus e do Palácio Corte Real, gravura de van Merle (c. 1667), Museu da Cidade de Lisboa, GRA 871619.

4 Torreão do Paço da Ribeira e Palácio Corte Real, gravura de Pieter van den Berge (c. 1700), Museu da Cidade de Lisboa, GRA 870.

5 Derrota da carreira da Índia na viagem de ida, segundo recomendação dos roteiros (condições médias para Agosto), carta de José Manuel Malhão Pereira.

6 Ventos médios em Janeiro, com derrotas possíveis de regresso, carta de José Manuel Malhão Pereira.

7 Derrota atlântica da nau *Nossa Senhora da Luz*, em viagem para a Índia (1614), carta de José Manuel Malhão Pereira.

8 Derrota no Índico das naus *Nossa Senhora da Luz*, *São Boaventura* e *São Filipe*, em viagem para a Índia (Agosto – Outubro 1614), carta de José Manuel Malhão Pereira.

9 Conjectura da navegação da nau *Nossa Senhora da Luz*, nas proximidades das ilhas de Mamale (Outubro 1614), carta de José Manuel Malhão Pereira.

10 Derrota da viagem de Goa a Ormuz (1617), carta de José Manuel Malhão Pereira

11 Toponímia da costa da Arábia, carta de José Manuel Malhão Pereira, sobre uma carta de João Teixeira (1643).

12 Derrota no Índico da caravela *Nossa Senhora da Nazaré*, em viagem de Moçambique para Goa (Dezembro 1621 – Janeiro 1622), e da nau São Tomé, em viagem de Goa para o Cabo (Fevereiro – Abril 1624), carta de José Manuel Malhão Pereira.

13 Eclipse da Lua observado pelo Pe. Cristóvão Bruno a bordo da nau *São Tomé* (3 Abril 1624), a SE da costa do Natal, José Manuel Malhão Pereira.

14 «Curiosidade», *in* Cesare Ripa, *Iconologia* (Milão, 1986 [1603]).

15 «Melancolia», *in* Cesare Ripa, *Iconologia* (Milão, 1986 [1603]).

16 Vista de Goa, D. João de Castro (1540), *in* José Manuel Garcia, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia, Séculos XVI e XVII* (Lisboa, 2009).

17 Planta de Goa, Pedro Barreto Resende (c.1635), *in* José Manuel Garcia, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia, Séculos XVI e XVII* (Lisboa, 2009).

18 Planta de Goa (1595), *in* Jan Huyghen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huyghen van Linschoten às Índias Orientais ou Portuguesas*, ed. Arie Pos & Rui Manuel Loureiro (Lisboa, 1997).

19 Imagem de Basilisco, 1510, *in* <http://es.wikipedia.org/wiki/Basilisco>

20 Imagem de Basilisco, in Ulisses Aldrovandi, *Monstrorum historia* (Berna, 1642).

21 «Perseu e Andrómeda», de Giorgio Vasari (1570-1572), Palazzo Vecchio, Florença

22 «Perseu e Andrómeda», de Tiziano (1553-1559), Wallace Collection, Londres.

23 Mar Cáspio, detalhe do *Atlas Catalão* de Abraham & Jafuda Cresques (1375), *in* Kenneth Nebenzahl, *Atlas of Columbus and the Great Discoveries* (Chicago, 1990).

24 Mar Cáspio, detalhe de um fragmento de planisfério de Diogo Ribeiro (Sevilha, 1530), in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. Armando Cortesão & Avelino Teixeira da Mota (6 vols., Lisboa, 1987).

25 Mar Cáspio e Lago de Van, num mapa do *Atlas* de Lázaro Luís (Goa, 1563), *in Atlas de Lázaro Luís*, ed. Luís de Albuquerque (Lisboa, 1990).

26 Mar Cáspio e Lago de Van, num mapa anónimo do *Livro de Marinharia de João de Lisboa* (Lisboa ou Goa, c. 1560), in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. Armando Cortesão & Avelino Teixeira da Mota (6 vols., Lisboa, 1987).

27 Golfo Pérsico e Mesopotâmia, num mapa do *Atlas* de Lázaro Luís (Goa, 1563), *in Atlas de Lázaro Luís*, ed. Luís de Albuquerque (Lisboa, 1990).

28 Abraham Ortelius, detalhe de *Persici Sive Sophorvm Regni Typvs* (Antuérpia, 1571), Biblioteca Nacional, Lisboa.

29 Pietro Della Valle, *in* Pietro Della Valle, *Les fameux voyages de Pietro della Valle* (Paris, 1665).

30 *Divankhane* de Ashraf, *in* Pietro Della Valle, *De voortreffelijke reizen van de deurluchtige Pietro della Valle* (Amsterdão, 1664-1665).

ESTUDOS SOBRE DON GARCÍA DE SILVA Y FIGUEROA E OS «COMENTARIOS» DA EMBAIXADA À PÉRSIA (1614-1624)

Biografia de don García de Silva y Figueroa

LUIS GIL *

Silva y la posteridad

Es para mí don García de Silva y Figueroa algo así como un *revenant*. De él me ocupé en 1989,[1] en 2006[2] y de nuevo en 2009.[3] En todos estos trabajos fui descubriendo nuevos datos sobre su vida, sus circunstancias, sus amistades, su modo de ser, sus aficiones, sus filias y sus fobias, pero no logré perfilar la imagen completa de su persona. Ahora, debo reconocerlo, tampoco he llegado a un grado de conocimiento tal que me permita librarme definitivamente de ese fantasma que periódicamente me visita. Su severa figura, estoy casi seguro, seguirá persiguiéndome el resto de mis días. Y sin embargo es mucho lo avanzado en la investigación, aunque hayan surgido insospechadas dudas en campos donde se creía caminar por terreno firme.

Hasta la publicación del *Epistolario diplomático*, que deparó un considerable acervo documental, la información que se tenía de la persona de don García de Silva y Figueroa era exclusivamente libresca y ligada a la que fue la gran aventura de su vida, su viaje a Persia como embajador al sah Abbas de la majestad católica de don Felipe III de España y II de Portugal.[4] Dieron a conocer su figura a los contemporáneos los dos volúmenes consagrados a Persia de Pietro della Valle en 1658[5] y la versión francesa realizada por Monsieur De Wicqfort[6] en 1667 de una copia manuscrita incom-

* Universidad Complutense, Madrid.

1 Luis Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa, Epistolario diplomático* (Cáceres, 1989), pp. 25-31.

2 Luis Gil, "Don García de Silva y Figueroa: diplomático y humanista extremeño", en José María Maestre Maestre & otros (eds.), *Benito Arias Montano y los humanistas de su tiempo* (Mérida, 2006), pp. 713-722.

3 Luis Gil, *El Imperio luso-español y la Persia safávida* (2 vols., Madrid, 2006-2009), vol. II, pp. 243-247.

4 Cf. sobre este punto Carlos Alonso, *La embajada a Persia de D. García de Silva y Figueroa (1612-1624)* (Badajoz, 1993).

5 Pietro della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle il Pellegrino, descritti de lui medesimo in Lettere familiare all'erudito suo amico Mario Schipano, La Persia* (2 vols., Roma, 1658).

6 D. García de Silva y Figueroa, *L'ambassade de D. Garcias de Silva Figvéroa en Perse, contenant la politiqve, de ce grand empire, les moeurs du Roy Schach Abbas, & vne Relation exacte de tous les lieux de Perse & des Indes, où cét Ambassadeur a esté l'espace de huit années qu'il*

pleta del relato que el propio Silva hiciera de su misión. Pietro della Valle, que conoció personalmente al embajador y tuvo estrecho trato con fray Juan Tadeo de San Eliseo, prior de la misión carmelitana de Ispahán, da certeros informes sobre la persona y la gestión de don García, pero el alcance de éstos lógicamente no rebasa los límites de la αὐτοψία personal. A falta de documentos, la imaginación pudo correr libremente. Wicqfort, por ejemplo, desorientado por el hecho de haber empleado en su versión un apógrafo mútilo, creía que a su ejemplar tan sólo le faltaban un par de hojas, cuando carecía de los dos primeros libros.[7] También estaba convencido de que no era Silva sino uno de los suyos el autor de los *Comentarios*, engañado por el hecho de estar escritos éstos en tercera persona a imitación de los de Julio César.[8] Afirma también erróneamente que Silva desembarcó y murió en San Sebastián a su regreso en 1624 de su tercera estancia en Goa.[9]

Lo que a finales del siglo XVII se sabía de nuestro personaje lo resume Nicolás Antonio en 1672 en la edición romana de la *Bibliotheca Hispana Nova* de esta guisa:

> D. GARSIAS DE SILVA ET FIGUEROA, in Estremadura natus nobili loco ex ducum Feriae ut ajunt familia, cum legatus Regius Philippi III. jussu ad Persas, eorumque Regem ejus temporis Abbas, ex *Relationibus* Petri de Valle satis notum se contulisset anno MDCXIX. aut circiter, Goae dum subsisteret scripsit vernacule ut credo: *Breviarium Historiae Hispanicae*: quod editum fuit Ulisipone anno 1628. 8. post auctoris obitum.
>
> *Commentarios* insuper, uberes admodum et locupletes, *totius suae Legationis et Indiae ac Persiae regum*, uti refert Aubertus Miraeus, nescio a quo doctus, qui adjungit obiisse in mari anno MDCXXIV. cum suo jam defunctus munere in Hispaniam reverteretur. Gallice jam hi prodierunt opera domini de Wicfort 1667. Parisiis in 4. Legesis de Silva epistolam V. Petri de Valle laudati. Lusitanus vero fuit si credimus Cardoso.

Como se verá después, Nicolás Antonio, salvo algunas imprecisiones cronológicas, acierta en buena parte de lo que dice en su escueta noticia biográfica.

---

y a demeurè, trad. Abraham de Wicqfort (Paris, 1667).

7 "Il parti d'Espagne l'an 1614. & arriua la mesme année à Goa sur la fin d'Octobre. C'est là que commence sa relation qui semble estre estropiée d'vne feüille ou deux en son commencement" (Silva y Figueroa, "Préface", *L'ambassade*).

8 "Cette Relation n'a pas esté dressée par FIGVEROA, mais seulement sur ses memoires, par vn de ses gens qui l'auoit accompagné dan son Ambassade; lequel peut estre ne luy a pas donnée toute la perfection que son Maistre luy eust pû donner: mais les defauts en ont esté reparez autant quils le pouuoient estre, par celuy qui a pris la peine de la traduire" (Silva y Figueroa, "Préface", *L'ambassade*).

9 "& enfin abordá au Port de saint Sebastien en Espagne, au mois d'Aoust de l'an 1624" (Silva y Figueroa, "Préface", *L'ambassade*).

A finales del siglo XVIII el académico de la Historia don Eugenio Llaguno publicaba parte de los *Comentarios* con el título de *Noticias del Gran Tamorlán, sacadas del libro V de los Comentarios Mss. de don García de Silva, de la embajada que de parte del rey de España Felipe III hizo al rey Xaabas de Persia año de MDCXVIII*, en las págs. 221-248 de la *Historia del Gran Tamorlán* que apareció en la segunda edición de esta obra en la imprenta de Sancha a continuación de la *Crónica de don Pedro Niño*.[10] En el estudio preliminar de esta obra (págs. III-XII) explica Llaguno las razones que le movieron a añadir a las noticias de Argote de Molina "las que dexó elegantemente escritas don García de Silva y Figueroa en el libro 5". Fundamentalmente: el valor histórico de éstas, encarecido por los elogios de Wicqfort[11] y de Chardin[12] que traduce ampliamente, y su convicción de hallarse en posesión del único mss. español que pudiera completar la traducción francesa ya publicada. Le constaba que el apógrafo sobre el que ésta se hizo carecía de los libros I y II y tal vez de los dibujos de las ruinas de Persépolis. En cambio, el suyo los tenía, aunque estuviera incompleto. "¡Ojalá! –prosigue – se hallara entera (*scil.* la obra de don García) para que no careciésemos nosotros de lo que los estrangeros han procurado disfrutar en su lengua. A lo menos, ya que no es posible conseguir enteros los *Comentarios*, sería siempre muy apreciable el que se imprimiesen los tres libros que se conservan de nuestro Mss., traduciendo de Wicqfort lo que había de más en el suyo".

Fechas de nacimiento y muerte

Corresponde al benemérito don Manuel Serrano y Sanz no sólo el honor de haber dado a la luz pública en 1905 los *Comentarios*,[13] sino el de haber establecido por

---

10 *Historia del Gran Tamorlán, e itinerario del Viaje y Relación de la embajada que Ruy González de Clavijo le hizo por mandado del muy poderoso señor Rey don Henrique el Tercero de Castilla. Y un breue discurso fecho por Gonzalo Argote de Molina para mayor inteligencia deste libro. Segunda impresión, a que se ha añadido la Vida del Gran Tamorlán sacada de los Comentarios que escribió don García de Silva y Figueroa, de su embajada al Rey de Persia* (Madrid, 1784).

11 "Il seroit à souhaiter – dice (Silva y Figueroa, "Préface", *L'ambassade*) – que tous ceux qui en sont, fussent pourueus de toutes les qualitez que ce Seigneur auoit; car outre sa dignité, qui luy donnoit toutes les cómoditez possibles pour voyager, il auoit leu tous les Autheurs anciens qui traittoient de la Perse, & les portoit auec luy pour conferer sur les lieux ce qu'ils auoient dit auec ce qu'il y verroit. Il estoit fort instruit de l'Histoire des anciens Rois de ce Pays-là, & de celle des quatre ou cinq derniers predecesseurs de Scha Abbas; de sorte qu'il se faisoit admirer à la Cour de ce Roy, & apprenoit aux Persans mesme des choses de leur Histoire qu'ils ignoroient. Il auoit vn gran jugement, qu'il appliquoit à mediter sur tous les objets qu'il voyoit ou de la Nature, ou des Mœurs, ou de la Politique, & auec cela vne parfaite retenuë & vne grande discretion; Vertus tres-necessaires à tous ceux qui sont en Pays étranger". Rara vez hizo un francés elogio semejante de un español.

12 Jean de Chardin, *Voyages de Monsieur le Chevalier Chardin, en Perse, et autres lieux de l'Orient* (3 vols., Amsterdam, 1711), vol. III, p. 119.

13 D. García de Silva y Figueroa, *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada*

primera vez la supuesta fecha del nacimiento de su autor y la segura de su muerte. Para lo primero se basó en dos mss. de la Biblioteca Nacional de Madrid que pertenecieron en su día al orientalista y bibliófilo don Pascual Gayangos y Arce. Uno de ellos, con letra del siglo XVII lleva por título el de *Comentarios de Don Garçía de Silua, que contienen su viaje á la India y de ella á Persia. Cossas notables que vio en él y los suçessos de la Embaxada al Sophí*. El otro, escrito en el siglo XVII, comienza en el libro III y se intitula *Comentarios de don García de Silva, de la embaxada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abbas de Persia el año de 1618*. Es éste el título que prefirió para su edición.

Serrano y Sanz captó bien la importancia que tiene para fechar la muerte de Silva la apostilla final de este manuscrito[14] que dice así:

> Fue continuando Don García estos sus *Commentarios* diurnos aun por otros tres libros,[15] y dando particulares noticias de los sucessos de aquel tiempo en Oriente, y de su negociación con aquel Rey, de su buelta a Goa y embarcación para España, con los acontecimientos de cada un día, y casi hasta el de su muerte, que sucedió en su buelta a España, a 22 de Julio de 1624, a las ocho horas de la noche del mal de Loanda, en 35 grados de Norte, ciento y diez leguas de las islas de Flores y Cuervo. Hecharon su cuerpo a la mar, en un caxón cargado de piedras, y andó en calmerías alrededor de la nao dos días.

Se encargó también Serrano y Sanz de añadir el refrendo que a esta apostilla daba el testimonio de fray José de Santa Cruz en su historia del convento de San Benito de Zafra,[16] al que yo añado ahora el mucho más explícito del anónimo soldado español que le acompañó en su embajada a Persia y en su última estancia en Goa:

que de parte del rey de España don Felipe III hizo al rey Xa Abbas de Persia, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905).

14 La publica en la "Advertencia" preliminar (Silva y Figueroa, *Comentarios*, vol. I, p. XVII, n. 1).

15 Después de concluida su embajada en su segunda y tercera estancia en Goa.

16 Puede leerse en Silva y Figueroa, *Comentarios*, vol. I, p. XVII, n. 1: "De la capilla del santo Christo, que está a un lado de la mayor, no se sabe de cierto quién es el fundador, por instrumento alguno del convento. De otros se sabe que D. García de Silva y Figueroa, Embaxador que fue de Persia, y bolviendo murió junto a Lisboa, dexó a esta capilla la plata de su oratorio, y a la Cofradía de la Caridad desta villa una buena cantidad de ducados con cargo que cuidassen de los reparos desta capilla y hiziessen en ella una rexa de hierro sobredorada y abriessen una media naranja, con sus vidrieras, por ser capilla que fundaron sus antecesores" (Padre Fray Joseph de Santa Cruz, *Chronica de la Santa Provincia de San Miguel de la orden de N. Seráfico Padre S. Francisco* [Madrid, 1671]). El documento a que se refiere fray José de Santa Cruz es una manda del testamente de D. García, otorgado en Goa el 11 de noviembre de 1622 (cf. Gil [ed.], *García de Silva y Figueroa*, doc. 9, pp. 175-176).

> En el año de 1623 partió el embaxador a España, embarcado en la nao S^{n} Tomé y yo quedé enfermo en la isla de Goa [...] Y assí como me faltaron las fuerças para acompañarle, en esta vltima faltó a mis papeles el amparo de tan illustre, grato, prudente, docto y baleroso Señor, al qual fue Dios seruido de lleuárselo para sí en altura de 33 grados de la parte del norte, no lejos de las Islas de los Azores. Y metido en una caxa de madera, fue el largo y salado mar sepultura a sus nobles y ancianos güessos.[17]

Un bello epitafio al que siguen unas tristes consideraciones sobre lo que hubiera podido suceder de haber terminado don García su viaje y entregado al rey su "discreta y desapassionada relación" de lo que ocurría en la India, aquejada de males que "son como enfermedad cuyos efetos fatales cubre el enfermo y la muerte descubre". Se desharían los impedimentos que imposibilitan su remedio, se reformaría la milicia, se pagaría a los soldados, y se descubriría la falacia de quienes "culpan a su Mag^{d} que, descuydado de Portugal, deja perder el honrroso y rico estado de la India".

Y antes de proseguir me toca entonar una vez más la palinodia por el garrafal error que cometí en mi edición del *Epistolario diplomático*[18] de don García y que con toda la razón del mundo señaló el P. Carlos Alonso.[19] Influido por Llaguno, corregí precipitadamente "mal de Loanda" por "mar de Loanda", sin tener en cuenta las coordenadas geográficas que la dicha apostilla daba y los nombres de dos de las islas del archipiélago de las Azores que mencionaba. Para colmo de males, se me escapó que por una ironía del destino el propio Silva en el relato de su travesía de ida a Goa describe con todo lujo de detalles los síntomas y efectos de esa dolencia (el escorbuto) que le llevaría a la muerte en la de vuelta a España.

Cumplido el trámite, paso a considerar, en el *hýsteron próteron* al que la urgencia de reconocer mi error me obligaba, el segundo hito cronológico en el que Serrano Sanz enmarcó la peripecia vital de nuestro personaje: la presunta fecha de su nacimiento. En un pasaje de sus *Comentarios*[20] afirma don García que en su caminar por Persia llegó a un lugar cuyo nombre coincidía con el de su patria chica, lo que tuvo

> por buena suerte y agüero fauorable de su jornada llamarse Çafhra, por tener el mesmo nombre el lugar en que el nasció, de la prouinçia de Estremadura, en España, cabeça del Ducado de Feria y morada principal de los señores de aquella illustrísima y nobilísima familia de donde él desçiende.

17 Cf. doc. 8 en Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, p. 508.

18 Cf. Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 15 y 177.

19 Cf. Alonso, *La embajada a Persia*, p. 286, n. 16.

20 *Comentarios*, vol. I, p. 321.

Estaba, pues, Silva orgulloso no sólo de su lugar natal, sino de su noble alcurnia. Y que sus palabras no respondían a mera jactancia, parecía confirmarlo su aparente partida de bautismo que, como hemos anticipado, publicó Serrano y Sanz y aquí reproduzco para el buen gobierno del lector:

> En veinte días del mes de febrero de mil y quinientos y cincuenta y un años, bautizó el muy reverendo señor el bachiller Diego Fernández, cura, a don García hijo del Señor don Gómez y de la señora doña María; nasció a veinte y nueve de diciembre de mil quinientos y cincuenta años; fueron sus padrinos el ilustrísimo Señor don Pedro Fernández de Córdoba, conde de Feria, y el señor don Lorenzo, y madrina la señora doña Catalina, hija del ilustrísimo señor conde de Feria. En fe de lo cual lo firmé de mi nombre.[21]

Dando por buenos estos datos y amparado en una anotación del malogrado Gaspar Morocho[22] a la biografía del humanista Pedro de Valencia, hice yo en 2006 las siguientes precisiones al elenco de personajes que figuran en el acta bautismal.[23]

> Don Pedro Fernández de Córdoba es el IV conde de Feria y III marqués de Priego, que falleció en 1552. El "Señor don Gómez", así nombrado en el acta sin mayor precisión, era don Gómez Suárez de Figueroa y Toledo (1520-1571), hermano del anterior, que en premio a sus servicios fue nombrado por Felipe II Duque de Feria y Grande de Castilla el 28 de septiembre de 1567, y de ahí que don García pudiera referirse al ducado de Feria. El "Señor don Lorenzo" es o un hermano o el hijo del IV conde de Feria, Lorenzo Suárez de Figueroa, a la sazón muy joven, puesto que murió de niño. Como el señor don Gómez acompañó a Felipe II cuando éste se trasladó a Inglaterra en 1554 y allí contrajo matrimonio con Jane Dormer, dama de la reina, y en Inglaterra permaneció después en calidad de embajador, don García de Silva y Figueroa era su hijo natural, fruto de una relación amorosa con esa doña María del acta bautismal (quizá una Silva) de la que nacieron otros hijos. Así lo induce a creer el que suplicara en 1596 a Felipe II que ordenase al corregidor de Badajoz levantarle el embargo de su mayorazgo por serle "forzoso alimentar a sus hermanos y estar muy alcançado". Nuestro personaje no sólo sobrevivió a su hermano de padre, don Lorenzo Suárez de Figueroa Dormer (1560-1607), segundo duque de Feria, y pudo contemplar la accesión en tercer lugar al título de su sobrino, don Gómez Suárez de Figueroa y Mendoza, sino que aún tuvo arrestos para emprender a los 64 años su jornada de Persia.

21 *Comentarios*, vol. I, p. VI, n. 1. Tomado del Libro de Bautismos de la Colegiata de Nuestra Señora de la Candelaria de Zafra, libro 2 (20 de febrero de 1551).

22 "Introducción a una lectura de Pedro de Valencia. Primera Parte (1555-1587)", en Pedro de Valencia, *Obras Completas* V. *Relaciones de Indias*. 1. *Nueva Granada y Virreinato del Perú* (León, 1993), p. 20, n. 8.

23 Gil, "Don García de Silva y Figueroa: diplomático y humanista extremeño", pp. 714-715.

El hallazgo de un nuevo documento[24] obliga a replantearse esta combinación. El 28 de julio de 1611 don García solicita al monarca español que le emplee en el ministerio que más conviniere a su real servicio, dando cuenta de su progenie y exponiendo su hoja de servicios en estos términos:

> Don Garçía de Silua y Figueroa dize que es hijo de Don Lorenzo Suárez de Figueroa y nieto de don Garçía de Toledo,[25] ayo y mayordomo del Sereníssimo prínçipe Don Carlos que sea en Gloria, y que, demás de los seruiçios del dicho su abuelo, siruió don Lorenço de Figueroa su padre al emperador Carlos V de gloriossa memoria, digníssimo abuelo de V*uestra Magestad*, en África en las jornadas de Túnez, retirada del Caruán y Arjel, y en el Ducado de Tullies, y en Françia en los asaltos y entradas de las villas de Duray y San Desir. Y assímismo en toda la guerra de los rebeldes de Alemania. Y que él a seruido a V*uestra Magestad* en los corregimientos de Jaén, Toro y Badajoz, de que ha dado bastante satisfaçión, como consta de las residençias que se le han tomado de los dichos ofiçios que el Consejo de Justiçia a consultado con V*uestra Magestad*. Tiene hedad y salud, con larga y particular notiçia de las cosas del mundo por el mucho conoçimiento de la ystoria, para poder seruir en España y fuera della. Suplica a V*uestra Magestad* se sirua de mandar que el Consejo de Estado ynforme de su persona, para que, conforme a sus partes y calidad, V*uestra Magestad* se sirua della en el ministerio que más conuiniere a su Real seruiçio.
>
> *A tergo:* (*Autógrafo*) Señor
>
> Don Garçía de Silua y Figueroa
> (*De otra mano*) 28 de Julio 1611
>
> *Añadido* (a tergo) *el pase a consulta del rey y el resumen de la deliberación y dictamen del Consejo de Estado de 30 de Julio de1611* (AGS E 1812 sf) *hecho por el Secretario de dicho Consejo don Antonio de Aróstegui*
>
> *A consulta*, que es persona de calidad y muchas y excelentes partes, gran latino, griego y cosmógrafo y tiene muy entendidas las cosas de Portugal y la India (y el cardenal de Toledo,[26] por tener particular notiçia desto, dixo que le juzga muy a propósito para maes-

24 Archivo General de Simancas [AGS], Estado [E], legajo 1812, sin-foliar [sf].

25 Era hijo de don Gómez Suárez de Figueroa III, segundo conde de Feria, y hermano de Lorenzo Suárez de Figueroa III, tercer conde de Feria, "natural de Zafra, Señor de la villas de Benaladid y Benalaurin, caballero de Santiago, comendador de Bienvenida y Moratalla, alcaide de Badajoz, gobernador de Castilla, ayo y mayordomo del príncipe don Carlos y mayordomo mayor de la princesa doña Juana de Portugal. Casó con doña Mencía Manrique de Benavides, natural de Baena", cf. Alberto y Arturo García Carraffa, *Diccionario heráldico y genealogico de apellidos españoles y americanos* (85 vols., Madrid, 1919-1963), vol. XXXIII, p. 28.

26 Don Bernardo de Sandoval y Rojas, cardenal-arzobispo de Toledo y miembro del Consejo de Estado. Era tío de don Francisco de Sandoval y Rojas, marqués de Denia, luego conde y des-

tro del Prínçipe), y que el Consejo ha puesto los ojos en él para la Embax*a*da de Persia, teniéndolo muy a propó*sit*o para cosas mayores. Y si aceptasse aquella, sería mucho seruiçio de Su M*agestad*, como lo será emplear muy bien p*er*sona de tantos méritos y p*ar*tes.

Los hechos no serían tal como yo me los había figurado. En el documento de marras don García recuerda que su abuelo fue don García de Toledo, ayo y mayordomo del príncipe don Carlos (el futuro Carlos I de España y V de Alemania), y su padre don Lorenzo Suárez de Figueroa cuya carrera militar menciona. Según este testimonio, que me parece muy digno de crédito, se trastruecan las relaciones mutuas de las *dramatis personae* del acta bautismal.

Hallándome en esta duda rogué al Prof. Don Juan Gutiérrez García que me enviara desde Zafra fotocopia del asiento del bautizo mencionado, lo que no sólo hizo, sino que con gran gentileza me remitió las tablas genealógicas de los titulares del señorío, condado y ducado de Feria realizadas por don Mariano Fernández-Daza, marqués de la Encomienda.[27] La lectura de la fotografía del documento de marras[28] me permitió observar: 1.- que el cura que bautizo al niño dejó un espacio en blanco para rellenarlo después con el día de su nacimiento, lo que probablemente hizo de su propia mano en letra menuda; 2.- que, salvo para el nombre de Feria, el cura aspiraba la f-, escribiendo hebrero, Hernández, Hernández de Córdova; 3.- que una mano posterior añadió al margen izquierdo: "don García, hijo de don Gómez Suárez y Doña María de Orellana". Este dato, no recogido en la copia del asiento del bautismo remitida a Serrano y Sanz,[29] excluye que el futuro embajador de Felipe III fuera su tocayo, el hijo de don Gómez Suárez de Figueroa y de una dama que no llevaba el apellido de Silva. De la consulta de los cuadros genealógicos se deduce que la vinculación de don García de Silva y Figueroa con los duques de Feria sería la de un bisabuelo común, don Gómez III Suárez de Figueroa, segundo conde de Feria, padre de don Lorenzo III Suárez de Figueroa, tercer conde de Feria, y de don García de Toledo, abuelo del nuestro personaje. Estando así las cosas y dispuesto ya amablemente el profesor don Juan Gutiérrez García a revolver las actas bautismales de Zafra, me puso en contacto con don José María Moreno González, el archivero municipal de la localidad, quien decía tener ya resuelto el enigma de la filiación de don García de Silva y Figueroa. No me lo quiso revelar, porque lo daría a conocer en un próximo estudio. Le rogué que me indicara su título, para que el futuro lector de estas líneas supiera dónde informarse y, como esta vez atendiera a mi petición, comunico que

pués duque de Lerma, valido de Felipe III.

27 Acompañan a su artículo "La sucesión en el Señorío, Condado y hoy Ducado de Feria", *Congreso conmemorativo del VI Centenario del Señorío de Feria (1394-1994) [Zafra, 29 y 30 de abril y 1 de mayo de 1994]* (Mérida, 1996), pp. 199-211.

28 Colegiata de Nuestra Señora de la Candelaria de Zafra, Libro de Bautismos, tomo II, 1551, f. 159, asiento 33.

29 Por un descuido suyo, o porque no se lo remitió el a la sazón cura párroco don José A. Álvarez.

dicho estudio se titulará: "La embajada a Persia de don García de Silva y Figueroa. Nuevos documentos".

El ámbito familiar y social

Debatido el problema de la filiación del futuro embajador, toca ahora ocuparse de su ámbito familiar y estado civil. De la rama materna de su familia hemos podido descubrir algunos de sus miembros. Uno de ellos era don Lorenzo de Silva, propuesto por don García como lugarteniente suyo en la embajada, el cual se marchó a Italia a causa de la lentitud con la que se despachaba ésta. Otro fue don Fernando de Silva, que le reemplazó en esa misión y terminó escapando de Goa con la complicidad del virrey, implicado en el asesinato de un criado del embajador. De éste nos consta que era su sobrino. Primos suyos fueron don Juan de Silva,[30] caballero de la orden de Santiago y oficial de los tercios de Flandes, que llegó a Manila el 21 de abril de 1609 como gobernador y capitán general de Filipinas, y don Jerónimo de Silva, caballero de la orden de San Juan, nombrado ese mismo año alcaide de la fuerza de Terrenate y gobernador de aquel presidio, que sería después maestre de campo de la gente de guerra y gobernador interino de las islas Filipinas a la muerte de don Juan de Silva.[31] Muy probablemente, don Gonzalo de Silva, obispo de Malaca, era también primo de don García.

Por un billete de presentación al portador dirigido por éste al conde de Gondomar nos enteramos de que quien lo portaba había sido, según los términos de Silva, "criado de don Álvaro de Bazán, mi cuñado".[32] Por razones de cronología este don Álvaro de Bazán debe de ser el segundo marqués de Santa Cruz (1571-1646), lo que en su día me planteó el problema de si don García estaba casado con una hermana de

30 Mi hermano Juan me remite desde Sevilla la siguiente información sobre este personaje: "natural de Jerez de los Caballeros, era hijo de don Lorenzo de Silva y doña Francisca de Vargas. Hizo testamento en Manila el 19 de abril de 1616. Mandó los servicios que había hecho al rey a sus sobrinos don Fernando y don Agustín de Silva, para que el monarca se los recompensase. El documento se encuentra después de los apuntamientos hechos por los oficiales reales a la Audiencia de Manila en agosto de 1616 (Archivo General de Indias [AGI], Filipinas [Filip.], 20, 11 70)". El don Fernando de marras fue el que acompañó a don García en su jornada y tantos disgustos le causó.

31 El mutuo parentesco se deduce de la carta de don Jerónimo a don García, enviada a Goa desde Manila el 12 de marzo de 1617. "Cuando ésta escribo" – le dice – "me ha pasado por delante de estas fuerzas una nave del enemigo con los masteleros calados, y el árbol rendido de los balazos que recibió en Manila, a donde tuvo ánimo el enemigo de atreverse a ir, fiado de que nuestro primo, don Juan de Silva, estaba ocupado en la India de Portugal con toda su armada, la cual volvió a Manila, por su muerte, muy a tiempo para romperle la cabeza" (CODOIN 52 [*Colección de documentos inéditos para la Historia de España*], pp. 421-424, reproducida en Gil [ed.], *García de Silva y Figueroa,* pp. 174-175).

32 Real Biblioteca II 2154, doc. 45.

don Álvaro o la relación de parentesco era a la inversa. Con el descubrimiento del documento simanquino que más adelante reproducimos en su totalidad[33] la cuestión queda zanjada definitivamente. Una de las razones en las que basaba el Consejo de Estado su propuesta de despacharle a Persia era que "no es casado, ni tiene casa que le estorbe". De ahí que, al ser célibe don García, don Álvaro de Bazán fuera su cuñado por estar casado con una hermana suya. Pero la impetenitente soltería no quita que nuestro personaje, tan sobrio, tan austero y tan riguroso en castigar los devaneos amorosos de sus subordinados, no sucumbiera a las tentaciones de Venus en su juventud. Fruto de algún furtivo encuentro era su hijo don Antonio de Silva, soldado en el tercio de Sicilia, a quien el rey, en consideración a los muchos servicios de su padre y al deseo que el joven mostraba de continuarlos, le concede ocho escudos de ventaja al mes sobre el sueldo de su plaza de soldado. Y así se lo comunica al virrey, duque de Osuna, en carta fechada en El Pardo a 28 de febrero de 1612.[34]

Para completar el círculo íntimo de nuestro biografiado, se impone a continuación decir dos palabras sobre sus relaciones sociales, sus amistades, sus aficiones y sus conocimientos, cuestiones sobre las que estamos relativamente bien informados. Todo ello nos permitirá calar algo más en su personalidad. Tenía don García por razones de alcurnia – por la 'cualidad de su persona' como entonces se decía – un trato de tú a tú con lo más florido de la nobleza castellana. Mantuvo, como veremos después con más detalle, una amistosa relación con el conde de Gondomar y no fue un desconocido de las más altas esferas. Entre sus amigos figuraba el marqués de Bedmar, don Alonso de la Cueva, embajador en Venecia, a quien envió una carta desde Ispahán, que traducida al latín éste publicaría en Amberes en la imprenta de Plantino con el título *De rebus Persarum epistola* en 1620. Nada menos que el cardenal-arzobispo de Toledo, según se ha podido ver, don Bernardo de Sandoval y Rojas, tío del valido del rey, el duque de Lerma, le consideraba la persona más adecuada para encargarse de la educación del príncipe, el futuro Felipe IV de España y III de Portugal. Quizá le conociera personalmente, o al menos tuviera noticia directa de sus méritos, el comendador de León, don Juan de Idiáquez, que fue quien sacó su nombre a relucir en la sesión del Consejo de Estado del 4 de agosto de 1611[35] para proponerle como legado del rey para acompañar a Danguis Beg y fray António de Gouveia en su viaje de regreso a Persia.

Pero también otros miembros del Consejo de Estado tenían noticia de que era "gran latino, griego y cosmógrafo", incluso por experiencia personal. En 1609, estando Silva en la corte, don Gómez Dávila y Toledo, segundo marqués de Velada, ayo y mayordomo mayor de Felipe III, le presentó, para que le diera su opinión, los dibujos de un supuesto estrecho de Anián que desde el norte de Europa llevaría 'al mar

33 AGS E 1811 sf.
34 AGS E 1723 sf.
35 AGS E 232 sf.

oriental', es decir, el de la China y el Japón. Los había realizado burdamente un farsante que presumía de ser un capitán español "criado en Flandes y en algunas ciudades ansiáticas" y de tener "gran prática y conoçimiento de las cosas de mar".[36] La importancia de dicho descubrimiento para acortar el viaje a la India, las Molucas y las Filipinas era tan obvia, que se comprende que le prestaran atención algunos ministros del rey. Aun a trueque de demostrarle al marqués su propia ignorancia, Don García le descubrió la impostura, y el falsario, que se las daba también de alquimista, poniendo tierra por medio "desaparesçió y se fue ocultamente".[37] El caso tiene su paralelo en el de otros dos embaucadores, el portugués Luis de Fonseca y Antonio de Maris, a quienes desenmascaró durante la travesía a Goa. Ambos viajaban con él a costa del rey en la nao capitana para poner a prueba sus hallazgos. Habíase presentado el primero en la corte entre 1609 y 1610 presumiendo de haber inventado una aguja de marear "que, sin hacer diferencia alguna a la parte derecha o izquierda del polo Ártico, señalaua y miraua derechamente a él sin norestear ni nordestear, como vulgarmente entre la gente de mar se dize".[38] Más callado el segundo, afirmaba haber construido una brújula, cuya aguja no se movía del norte y de ahí el mote que se le dio de 'Aguja fija'.[39]

Aparte de la nobleza, tuvo Silva también relaciones con personas cultas castellanas y portuguesas. El 20 de junio de 1606 se le envía desde Zafra el *Discurso en materia de Guerra y estado. Compuesto de sentencias y Palabras de Demósthenes, Juntadas y Traducidas por Pedro de Valencia*, uno de los más notorios humanistas de la época, cuyas relaciones con la casa de Feria dejó bien claras Gaspar Morocho. Al comienzo de la carta de remisión, que viene a ser también una especie de dedicatoria, le decía lo siguiente:

> Si este papel se escribiera sólo para V*uestra merced* no hauía menester prefaçio, ni Argumento q*ue* lo declarase, pero, si V*uestra merced* gustare de comunicarle a otros, diré con breuedad el intento y summa dél.

Fue don García amigo del portugués don Vicente Nogueira, un curioso personaje a quien la Inquisición encausaría por el delito nefando y que estaba en posesión de una de las bibliotecas más nutridas de entonces. Para que matara el tedio durante las largas horas del viaje a Goa le regaló una colección de libros de historia, que le permitieron escribir en latín durante su larga estancia en dicha ciudad el *Hispanicae Historiae Breviarium*, que editaría en Lisboa Antonio Furtado da Rocha en 1628.

36 *Comentarios*, vol. II, p. 191. Se trata del capitán Lorenzo Ferrer Maldonado, como advirtió Manuel Serrano y Sanz, *Comentarios*, vol. I, p. XII, n. 1.
37 *Comentarios*, vol. II, p. 193.
38 *Comentarios*, vol. I, p. 92
39 *Comentarios*, vol. I, pp. 94s.

Para perfilar el retrato del personaje no está de más aludir a su gran afición a las antigüedades y a la pintura de tema histórico clásico. El de algunas de las piezas de su colección nos es conocido, por sus propias palabras o las de persona interpuesta. Una, especialmente estimada por don García, era un retrato de Sabina Augusta, la mujer de Adriano que se pudo componer a partir del dibujo que se sacó de la efigie de una moneda de oro en cuyo haz figuraba ese nombre y de otro dibujo que tenía el embajador de una estatua femenina de marmol existente en la casa del mayorazgo de los Mexias en Mérida. La efigie de la moneda:

> era desde el prinçipio de la garganta, junto al pecho, en que parecía tener un hilo de perlas o gargantilla pequeña, con el cuello, rostro y cabeça, la qual tenía adornada con gran vagueza y primor de sus propios cabellos, teniendo parte dellos entrençados con perlas rrodeadas en ellos y que le dauan una buelta por la cabeça [...] el rrostro era notablemente hermoso, leuantado y aguileño.

La estatua, "aunque trunca, sin cabeza ni braços [...] mostraua en la forma y ropage vna venustad y hermosura increible". Por desgracia, el pintor que la copió en Mérida no lo hizo "con el arte y primor que se rrequería" y don García acudió a que la remediase otro de Madrid que, como gran maestro, suplió parte de las faltas de la primera copia, pero el resultado final quedó muy diferente "de la estatua de donde primero se había sacado". Los brazos, como no había modelo de donde copiarlos, quedaron al arbitrio del pintor, que los dejó impropiamente en gran parte desnudos a la moda italiana, pero "el rrostro, cabello y cuello" quedaron "muy al natural de la medalla" de donde los había copiado".[40] Otro lienzo de los suyos por el que sentía Silva especial devoción era una Inmaculada Concepción de considerable tamaño, obra de Francisco Pacheco del Río, suegro de Velázquez, que le regaló en Madrid "vn Religioso graue, deudo del Conde de Salvatierra".[41] Estas dos pinturas, junto con otras de emperadores y emperatrices de Roma, que, al decir del propio Silva,[42] se habían puesto de moda por entonces en Madrid, hasta un número de diez le acompañaron en su jornada de Persia.[43]

El *cursus honorum*

Dicho esto, paso a ocuparme del segundo interrogante que plantea la biografía de nuestro personaje, a saber, qué es lo que hizo desde su nacimiento en 1550 (?) hasta

40 *Comentarios*, vol. II, pp. 390-92.
41 Fray Hernando Moraga, *Vitorias felicísimas, qve contra el Gran Tvrco le han tenido al presente* (Sevilla, 1619), p. 1.
42 *Comentarios*, vol. II, p. 392.
43 31 de enero de 1614, Torre do Tombo – Archivo Nacional de Portugal [TT], Livros das Monções [LM] 7, f. 17.

1595 en que está atestiguada su entrada en el cabildo de Jaén y su toma de posesión como corregidor de dicha ciudad.[44] Y a este propósito los datos deparados por el documento simanquino anteriormente citado[45] son de por sí sumamente ilustrativos tanto por lo que dicen, como por lo que no dicen. Entre los méritos personales que aduce don García para que "conforme a sus partes y calidad" el monarca le tomara a su servicio únicamente figura el haber desempeñado los corregimientos de Jaén, Toro y Badajoz, que en anteriores trabajos ya habíamos documentado. Esto excluye cualquier merecimiento de índole militar que, de haberlo tenido, lo hubiera destacado en primerísimo lugar. Se ha de excluir, por tanto, la leyenda de una participación juvenil de don García en los tercios de Flandes.[46] Si el propio interesado, salvo los citados corregimientos, no menciona otros servicios suyos sin duda es porque no los tenía, así que cabe suponer que pasara esa primera parte de su vida, bien en la corte, bien en Extremadura administrando los bienes de su mayorazgo. El que el producto de éstos, debido a la crisis económica de España a finales del reinado de Felipe II, no bastara para sustentarle a él personalmente y a sus hermanos menores explica que buscara en el servicio al rey los suficientes medios de vida.

Don García comenzó su *cursus honorum* como corregidor y justicia mayor de la "muy noble, famosa y muy leal ciudad de Jaén, guarda y defendimiento de los reinos de Castilla", así como de la de Andújar y sus tierras, el 3 de marzo de 1595, relevando a don Gonzalo de Ulloa Carvajal que le entregó en el cabildo la vara de mando en presencia de Luis Escobar,[47] uno de los Veinticuatro más antiguos. Desde el momento mismo de su solemne toma de posesión tuvo choques con los ediles del municipio por su carácter autoritario. El capitán Juan de Cobaleda impugnó en ese mismo acto el nombramiento como alguacil mayor a título interino que, haciendo uso de sus atribuciones, realizó don García en la persona de Gaspar de Soria.[48] Aducía que era vecino de Jaén y que conforme a la legalidad vigente no podía por ello desempeñar ese cargo. Pero el flamante corregidor no dio su brazo a torcer, mandó pasar al cabildo al sujeto en cuestión, le entregó la vara y le tomó juramento. Esta vez fueron los concejales quienes instaron y suplicaron al corregidor que no le franqueara la entrada y, al ser desatendidos, pidieron testimonio para querellarse ante el rey.[49] También se prestó a contradicción el nombramiento de alguacil de vagabundos en la persona de Bartolomé Martínez. Con él ascendía a cinco el número de alguaciles menores de la ciudad, cuando lo reglamentario era que sólo hubiera cuatro.[50] Don

44 Cf. el documento publicado en Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 169-170.
45 AGS E 1812 sf.
46 Cf. Francisco Croche de Acuña, "Gente antigua. Don García de Silva y Figueroa: Un ilustre zafrense poco conocido", *El eco de Zafra*, 1 (1984).
47 Actas Capitulares del cabildo Municipal de Jaén (Archivo Histórico Municipal), 1595, f. 40v.
48 Actas Capitulares del cabildo Municipal de Jaén, 1595, f. 41r.
49 Actas Capitulares del cabildo Municipal de Jaén, 1595, f. 41r.
50 Actas Capitulares del cabildo Municipal de Jaén, 1595, f. 41r.

García se mantuvo firme en su decisión, haciendo caso omiso de las protestas de los concejales.

Salvo estos incidentes, el año 1595 transcurrió pacíficamente. La novedad más notable de dicho año fue el nombramiento de doce ganapanes,[51] los cuales, tras quedar inscritos en registro por los escribanos mayores, quedaban obligados a portar caperuzas de paño azul para su debida identificación. Hizo la propuesta en el cabildo el alguacil de vagabundos, que proliferaban en Jaén y justificaban su merodeo por la ciudad y alrededores con la excusa de ir a ganarse el pan. Con la nueva ordenanza se hacía posible castigar a los que, sin el debido nombramiento, ejerciesen dicho oficio. A ese mismo año corresponden unas acertadas disposiciones para el fomento de la cría caballar[52] y otras encaminadas a reprimir los excesos de los jueces y sus ayudantes con los moriscos de la ciudad. El 8 de julio de 1596 se leyó en el cabildo una carta de Felipe II[53] en la que se ordenaba a la ciudad poner en pie de guerra el mayor número posible de gente de a pie y de a caballo para acudir en ayuda de Cádiz y Gibraltar bajo el mando del duque de Medina Sidonia, capitán general del mar océano y de la costa de Andalucía. La escuadra inglesa al mando de Robert Devereux, conde de Essex, y lord Howard había tomado y saqueado la ciudad de Cádiz. Nombrado 'cabo' de las tropas de Jaén, Silva organizó cinco compañías de infantería y una de caballería que despachó inmediatamente, según notificó al rey el mismo día en que recibió la orden.[54] Fue éste el gran momento de Silva como corregidor, aunque la operatividad bélica de sus hombres no pudo ponerse a prueba, ya que el enemigo se retiró llevándose el botín. Pero el peligro de una nueva acometida persistía. El 28 de enero de 1597 se leyó en el Cabildo otra carta del rey, fechada el 19 de diciembre de 1596, con orden al corregidor de ejercitar a la gente de armas y apercibirse para acudir el mes de febrero adonde se avisare. Silva dispuso alarde general el 2 de febrero en la plaza, pero el enemigo tampoco apareció en esta ocasión. Velando por la maltrecha economía del Estado, el 9 de marzo propuso que el estamento eclesiástico renunciara a la refacción en beneficio de la real hacienda, pero su propuesta, muy mal acogida, no prosperó. De paso digamos que en ella se refleja ese puntito de anticlericalismo que afloraba en don García algunas veces. Y poco más pudo hacer en su corregimiento, a finales del dicho mes o principios del siguiente le relevaba en el cargo don Antonio de Vega.

De la época de su corregimiento se conserva una petición a Felipe II de España y I de Portugal[55] que evidencia los apuros económicos que le agobiaban. En 1593 el rey

51 Actas Capitulares del cabildo Municipal de Jaén, 1595, f. 57 v.
52 Actas Capitulares del cabildo Municipal de Jaén, 1595, ff. 79v, 80r.
53 Fecha en Toledo el 2 de dicho mes. Actas Capitulares del cabildo Municipal de Jaén, 1595, f. 162.
54 AGS Guerra Antigua [GA], 457 f. 121.
55 AGS, Cámara de Castilla [CC], pers. 27.

le había permitido tomar a censo por ochocientos ducados los bienes de su mayorazgo, a condición de que lo redimiese en cinco años. Pasado el plazo, el corregidor de Badajoz embargó la hacienda para que se le quitara dicho censo. En carta al rey Silva le suplica la prórroga del permiso por otros cinco años, porque las tierras no le rentaban ya ni la mitad de lo que solían rentar y porque, siéndole forzoso alimentar a sus hermanos, se hallaba "muy alcançado". Y añadía que gracias a dicha merced sirvió a la católica majestad "con çiento y çinqüenta ducados". Era ésta la primera de las muchas llamadas de signo económico que haría después a la corona luso-española, aunque las más de las veces fueran para reclamar dineros debidos que no se le libraban.

Terminado el período de su mandato es probable que don García se trasladase a la corte con la aspiración de conseguir algún oficio público en las Indias occidentales por las que siempre tuvo un interés especial. En 1599 por encargo del Real Consejo de Indias emite sobre las *Décadas* de Antonio de Herrera y Tordesillas[56] el siguiente dictamen que apareció en la edición de Madrid de 1601:

> Habiendo visto por mandado de los señores del real Consejo de Indias las cuatro Décadas que Antonio de Herrera, coronista de Su Majestad, ha compuesto, de la Historia general de ellas y la Geografía y demarcación de todas las islas y provincias de la tierra firme de las dichas Indias occidentales, no he hallado cosa alguna que se deba añadir ni quitar, antes por ser la primera historia que hay general de todo hasta ahora descubierto y habitado de este Nuevo Mundo, y adonde el autor con mucha diligencia y trabajo nos muestra lo que tantos siglos estuvo sepultado en la inmensidad y grandeza del mar Océano, me parece que es muy digna de ser leída y estimada en nuestra Castilla, a cuya nación tanto honor y alabanza se le sigue. En Madrid a 3 de noviembre de 1599.

Ese mismo año fue propuesto por el Consejo de Indias por dos veces para ocupar un ministerio de responsabilidad en América. La primera, el 24 de enero para gobernador de Filipinas, en el último lugar de una lista de cinco nombres.[57] La segunda, el 9 de octubre, para capitán y gobernador de Chile en un honroso segundo puesto.[58]

De 1601 a 1604 Silva fue corregidor de Toro. De su gestión en dicha ciudad sólo se tienen referencias indirectas, ya que los fondos del Archivo Municipal correspondientes a dicha época quedaron destruidos por un incendio. La correspondencia de Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar, custodiada en la Real Biblioteca,

56 Se trata de la *Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del mar Océano* (Madrid, 1601).
57 Bernardino de Avellanos, Antonio de Zúñiga, Antonio de las Mariñas, Fernando de Añasco y García de Silva y Figueroa (AGI, Indiferente General, 746 n.º 199).
58 Los propuestos eran Francisco Martínez de Leiva, García de Silva y Figueroa, Pedro Ponce de León y Pedro Fernández de la Carrera. Fue nombrado el maestre de campo Manuel de Vega Cabeza de Vaca (AGI, Chile, I n.º 40).

aparte de atestiguar que tuvo cierta amistad con Silva, nos da a conocer algunos datos curiosos sobre su corregimiento. El 16 de noviembre de 1600 el conde de Fuentesaúco, don Pedro de Deza, le comunicaba a Gondomar desde Toro los rumores que corrían sobre la designación de don García para el corregimiento de la ciudad.[59] Los confirmaría el 21 de febrero de 1601 Diego de Jové con la notificación de "cómo hestaba probeydo el coRegimiento de la noble ciudad de Toro en don García d Figeroa y Silba, coRegidor que lo fue de Jaén", añadiendo el comentario: "disen que hes muy probo".[60]

Silva relevó en el cargo a don Pedro de Ulloa, marqués de la Mota, a principios de marzo de 1601. De ese mismo año se conservan varias cartas de deudos y amigos de don Pedro Sarmiento pidiéndole su mediación ante el nuevo corregidor para diversos favores. Una de ellas es la de Gaspar Vázquez de Neira (27 de abril de 1601) que le ruega una recomendación para su primo hermano, Baltasar Vázquez, "un pobre hidalgo" que venía en el séquito del nuevo corregidor.[61] La carta surtió su efecto y don García no sólo le nombró alguacil mayor durante sus corregimientos de Toro y Badajoz, sino que le llevó consigo de mayordomo en la embajada a Persia. Por cierto, para desgracia suya, pues moriría en Goa acuchillado por Bernardo de Heredia, criado de don Fernando de Silva el 29 de octubre de 1615. Que entre el conde de Gondomar y Silva había cierta intimidad lo prueban ciertas misivas de carácter más personal. El 9 de octubre de 1602 éste le escribe:[62]

> V*uestra merced* tiene de ser seruido de me perdonar y ansí se lo suplico, auiéndole traído el libro de los barones ilustres de las Indias.[63] Yo le acabo de leer y lo lleuará el uiernes Marcos de la Calle, que lo dará a V*uestra merced* en su mano o en la de mi Señora doña Constança de S*u servidor* don García.

En la misma carta le pide a Gondomar, que era a la sazón corregidor de Valladolid, que le dé permiso para realizar algunas gestiones dentro de la ciudad al gitano Bustamante. Y ya se sabe, un libro no se presta a un cualquiera, ni tampoco se acepta la recomendación de un desconocido, sobre todo cuando su recomendado es un gitano. En otra ocasión[64] don García le reclama la devolución de una muchacha que se había escapado de casa de su primo y la tenía escondida una mujer gallega de la servidumbre del conde. A punto de terminar el período de su corregimiento Silva le ruega a Gondomar (Toro, 8 de enero de 1604) que intervenga para que la residencia del

59 Real Biblioteca II 2145, doc. 214.
60 Real Biblioteca II 2123, doc. 58.
61 Real Biblioteca II 21, doc. 321.
62 Real Biblioteca II 2136, doc. 155.
63 Se trata del libro de Juan de Castellanos, *De las Elegías de varones illustres de Indias* (Madrid, 1589), del que hay un ejemplar en la Real Biblioteca. Una prueba más del interés de nuestro personaje por las cosas de América.
64 Real Biblioteca II 2154, doc. 74.

cargo se pase ante Juan de Villalobos,[65] y cuando ya va siendo inminente su relevo (23 de noviembre de 1604), que le informe de la llegada del nuevo corregidor y de si le entregó la carta que le había escrito dándole el parabién. Durante su estancia en Toro tuvo un pleito en la Chancillería de Valladolid con Diego Rodríguez de Argujillo, del cual le libró Lázaro Gaitán, quien por cierto en carta del 9 de febrero de 1609[66] se queja a Gondomar de lo mal que don García le pagó el favor.

Terminado su mandato en Toro en 1604, Don García regresó a Madrid y probablemente entre este año y el comienzo de su corregimiento en Toro fue nombrado miembro de la Real Cámara, extremo que no he podido comprobar documentalmente, y sólo puedo conjeturar, basándome en el comienzo de la carta de remisión de las excerptas demosténicas de Pedro de Valencia anteriormente aludidas que lleva fecha del 20 de junio de 1606 y dice así: "A don García de Figeroa (*sic*) de la Cámara de S*u Magestad*".[67] Era la Cámara de Castilla una corporación elitista, fundada por decreto de Felipe II dado en Madrid el 6 de enero de 1588,[68] cuya finalidad era descargar las funciones del Consejo de Estado y facilitar el contacto directo con el monarca. Presidido por el presidente de dicho Consejo se reunía tres veces por semana y entendía de todos los negocios tocantes al patronazgo real de la Iglesia, de la provisión y nombramiento de personas de los Consejos, Chancillerías, Audiencias y demás oficios de justicia de los reinos de Castilla, Navarra y Canarias. A sus miembros se les encomendaba el mayor de los sigilos, algo que estaba muy en consonancia con el carácter reservado de nuestro personaje.

Del corregimiento en Badajoz de don García sólo se tienen noticias indirectas al no haberse conservado las actas municipales de la primera parte del siglo XVII.[69] Se ignoran, por tanto, los nombres de su antecesor y sucesor, así como las líneas generales de su gestión. Tampoco se conocen las fechas exactas de la toma de posesión y del cese de su cargo. Sólo pueden deducirse tentativamente de la combinación de datos. Cuando el Consejo de Estado le propone el 18 de julio de 1610[70] para acom-

65 Real Biblioteca II 2130, doc. 121.
66 Real Biblioteca II 2144, doc. 135.
67 Manuscrito de la Biblioteca Nacional, Madrid [BNM], Ms 12968. La carta y las excerptas han sido publicadas recientemente por R. González Canal en el vol. X (Traducciones) de las *Obras Completas* de Pedro de Valencia, pp. 245-264.
68 Cf. *Novísima Recopilación de las leyes de España. Dividida en XII libros... Mandada formar por el Señor Don Carlos IV, Impresa en Madrid, Año 1805* (6 vols., Madrid, 1805-1807), cf. libro IV, título IV "De la Cámara de Castilla", en vol. II, pp. 225-228.
69 Sin embargo, se conservan las de los cinco últimos años del siglo XVI. Su consulta me ha permitido saber que el 18 de septiembre de 1595 juró su cargo de alcalde mayor de Badajoz don Lorenzo Suárez de Figueroa, seguramente el hijo de don Gómez Suárez de Figueroa y de Jane Dormer. Como don García en Jaén, también fue movilizado en 1595 contra la amenaza inglesa y nombrado capitán de caballería. Juan de Silva el 10 de julio de 1595 tomó el mando de las tropas de Badajoz. Probablemente se trate del primo de nuestro personaje.
70 AGS E 1811 sf.

pañar a Roberto Sherley en su viaje de retorno a Persia, informa al monarca que acababa de ser corregidor en Badajoz. En la hoja de servicios que presenta al Consejo de Estado el 28 de julio de 1611[71] el propio Silva dice que ha servido en los corregimientos de Jaén, Toro y Badajoz, y en un pasaje de sus *Comentarios*[72] refiere que:

> Çinco o seis años antes que el Enbaxador saliesse de España a su enbaxada, viniendo de Badajoz adonde avía sido corregidor, vio en las casas del consistorio de la dicha çiudad de Merida otra statua de marmor, de muger, que algunos meses antes se había hallado cauando y sacando piedra para la puente.

Como Silva zarpó de Lisboa el 8 de abril de 1614, esta indicación de don García, hecha de modo incidental sin ánimo alguno de precisión cronológica, remite al 1609 o al 1608. A la primera de ambas fechas envía también el pasaje de sus *Comentarios*[73] donde comienza el relato del supuesto descubrimiento del estrecho de Anián. Su tenor es el siguiente:

> Pero sólo diré, por ser a propósito del estrecho septentrional, [...] cómo hallándome en Madrid el año de 1609, auía algunos meses antes aparesçido un hombre, no conoçido de nadie, mas de dezir [...] que [...] tenía gran prática y conoçimiento de las cosas de mar.

Este dato, combinado con los dos anteriores, especialmente con el primero, permite suponer que Silva terminaría su mandato a principios o mediados del 1609, lo que le permitiría estar de regreso en la corte antes de que terminara dicho año. Como en 1606 estaba en Madrid y presumiblemente era miembro de la Cámara de Castilla, cabe suponer que iniciara su corregimiento en Badajoz en 1607. El estado actual de la evidencia no permite decir más.

El motivo de la elección

Llega el momento de averiguar las razones que movieron a la majestad católica a enviar a nuestro personaje como su embajador a Persia superando ciertas susceptibilidades portuguesas. En mis estudios anteriores de 1989,[74] 2006[75] y 2009,[76] sostuve que la primera aparición del nombre de don García como posible candidato a la embajada correspondía a la sesión del Consejo de Estado del 4 de agosto de 1611.

71 AGS E 1812 sf.
72 *Comentarios*, vol. II, p. 393.
73 *Comentarios*, vol. II, p. 191.
74 Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 116.
75 Gil, "Don García de Silva y Figueroa: diplomático y humanista extremeño", p. 719.
76 Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, p. 242.

Ahora bien, el hallazgo de un nuevo documento[77] me ha sacado de mi error. Para mejor gobierno del lector lo transcribo aquí en su totalidad:

> V*uestra Magestad* ha resuelto q*ue* en comp*añía* de Don Roberto Sirley se embíe Embaxador de Vuestra M*agestad* a Persia y que el Cons*ej*o le proponga personas y vaya desde luego mirando los desp*ach*os y instrucciones que al que fuere se le haurán de dar. Y huiéndose platicado sobre ello en el C*onsej*o y considerado q*ue* las calidades q*ue* deuen concurrir en quien hubiere de ir a Persia son muchas y difíciles de hallar en sólo una persona, porque ha de tener mucha not*ic*ia de aquellas partes, mucha inteligen*cia* para penetrar si el Rey de Persia nos quiere descuydar y acometer a Ormuz, alg*una* plática en mater*ia* de fortific*aci*ones para que de passo pueda dexar ordenada en Ormuz la defensa que conuenga que sea bien, ha parecido al Consejo consultar a V*uestra Magestad* que de los subjetos que más partes tiene de las referidas es Don García de Silba y Figueroa, q*ue* acaba de ser corregi*d*or en Vadajoz auiendo seruido en otros offic*i*os, cuya calidad es conoçida. El apellido es de portugués y trata entre ellos con familiaridad. Es de los mayores cosmógrafos q*ue* ay, muy leýdo en historias portuguesas, y tan plático de las cosas de Persia, que los mismos persianos conbertidos[78] no las saben con la particularidad que él, y assí lo han confesado. Y no es casado, ni tiene casa que le estorbe. Por todo lo qual propone el Cons*ej*o a V*uestra Magestad* para esta Embaxada al d*i*cho Don García y no nombra otro por no auerle tan a propósito como él. Y mientras V*uestra Magestad* se s*ir*ue de resoluer lo que fuere su real volun*tad* en esto, se yrá mirando lo que se hizo con el que fue embax*ad*or últimamente a Persia[79] y las instrucçiones que conuendrá dar a éste. V*uestra Magestad* lo mandará ver y proueer lo q*ue* fuere ser*ui*do.
>
> Cubierta: De offic*i*o. El C*onsej*o de Estado a 19 de Julio, 1610. Proponiendo persona para la embaxada de Persia.

El 19 de julio de 1610, con anterioridad a la llegada a Madrid del embajador persa Danguis Beg con el agustino portugués fray António de Gouveia y antes de que estallara el escándalo del Cocha Sefer,[80] el Consejo de Estado, atendiendo al deseo de Felipe III de que le indicase personas para acompañar a don Roberto Sherley en su viaje de retorno a Persia, propone a don García de Silva y Figueroa por ser la más idónea para encargarse de ese cometido. Aparte de su inteligencia para captar las intenciones del sah con respecto a Ormuz, ser entendido en fortificaciones, gran

77 AGS E 1811 sf.
78 Sobre el tema, cf. Luis Gil, "Tras las huellas de D. Juan de Persia y otros persas", *Silva*, 2 (2003), pp. 111-129.
79 Se trata de Luis Pereira de Lacerda, que partió de Lisboa en las naos de 1603 y llegó a Ispahan en 1604; cf. el excelente estudio de Roberto Gulbenkian, *L´ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-5* (Lisboa, 1972).
80 Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 97-106.

cosmógrafo, "muy leído en historias portuguesas" y excelente conocedor de las cosas de Persia, el Consejo de Estado le indicaba al rey: "el apellido es de portugués y trata entre ellos con familiaridad". La misma observación que haría sobre su persona Pietro della Valle.[81]

De la lectura de la documentación disponible se obtiene la impresión de que don García de Silva, puesto en conocimiento de la propuesta del Consejo de Estado de 19 de julio de 1610, le comunicó el 28 de junio de 1611, junto con su *curriculum vitae*, su disponibilidad para asumir cualquier misión que se le encomendase. El 4 de agosto de 1611 el Consejo de Estado[82] propone despachar, en compañía de fray António de Gouveia y Danguis Beg en su viaje de regreso a Persia, dos embajadores al sah, uno castellano, don García de Silva y Figueroa, y otro portugués, el primero de una terna presentada por don Cristóbal de Moura en la que por este orden figuraban don Álvaro de Acosta, Manuel de Sousa Coutiño y Antonio de Sousa Falcón.

Las largas discusiones a que dio lugar la necesidad de enviar al persiano un regalo digno del cargamento de seda que supuestamente había traído de su parte para la majestad católica Danguis Beg, las he tratado en un estudio anterior.[83] Asimismo, la renuncia de los portugueses mencionados a encargarse de la embajada, y las alarmantes noticias que trajo la llegada a la corte, hacia el 10 de noviembre de 1613, de los agustinos portugueses fray Melchor de los Ángeles y fray Juan de San Joseph.[84] En un estudio biográfico como éste tienen mejor acomodo las noticias de carácter personal.

La penosa gestación de la embajada

Por orden del rey el Consejo de Estado se reunió para proponer un candidato a la embajada de Persia el 2 de octubre de 1612.[85] Don García de Silva obtuvo el voto de todos los consejeros. Cinco de ellos, el comendador mayor de León, el cardenal-arzobispo de Toledo, el duque del Infantado,[86] el marqués de Villafranca[87] y don

81 Della Valle refiere que a la pregunta que le hiciera Abbas de "se questo Ambasciadore era huomo grande, che così diceuano. Risposi, che sì: che se ben non lo conosceua per vista, sapeua nondimeno, che la sua casa, e parentado, erano dì più nobili di Spagna. Tornò a domandarmi, se era Spagnuolo, cioè del Regno di Castiglia, ò Portoghese. Risposi, che io haueua inteso, che dall' vna parte e dall' altra, haueua parentado: ma che d' inclinatione, e professione era Spagnuolo (*Viaggi di Pietro della Valle*, parte prima, pp. 250-251).

82 AGS E 232 sf.

83 Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 115-126.

84 Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 127-136.

85 AGS E 248 sf.

86 Don Íñigo Hurtado de Mendoza, quinto de este título.

87 Don Pedro de Toledo, quinto marqués de Villafranca del Bierzo.

Agustín Messía,[88] le propusieron en primer lugar; el duque de Alburquerque[89] y el marqués de La Laguna,[90] en segundo, posponiéndole a don Francisco de Irarrazábal y Andía,[91] también votado por los anteriores, aunque en segundo término. Como una tercera posibilidad los marqueses de Villafranca y de La Laguna, así como don Agustín Messía, señalaron a don Juan de Velasco y Castañeda. Dada por el monarca la conformidad a la propuesta, le fue comunicada a Silva la merced que se le hacía, la cual aceptó en el siguiente escrito autógrafo.[92]

Señor:

El Señor Juan Hurtado me ha dicho la merced que Vuestra Magestad me haze nombrándome para que le sirua de embaxador en Persia. Y aunque el viaje sea tan largo y trabajoso, como yo no tengo más voluntad de la que Vuestra Magestad tuuiere, estoy resuelto de hazer en esto y en todo lo que Vuestra Magestad me ordenare y mandare. Mas porque, conforme a la noticia que tengo, la grandeza de los Reyes se mide en aquellas partes por la ostentación de sus embaxadores, estimándolos conforme a los títulos y cargos con que uan onrados de quien los embía, será necessario que Vuestra Magestad mande medir la autoridad y reputación que quiere dar a esta embaxada y considerar el caso que es justo que se haga della el Rey de Persia, rreconociendo el estado de la imposibilidad con que me hallo. Porque, si como puedo offrecer la vida, inteligencia y cuydado, pudiera poner lo que es menester para que Vuestra Magestad fuera mejor seruido, sin hablar más palabra me partiera luego, mas auiéndose de tratar de lo que será bien lleuar al Rey de Persia y de la ostentación con que Vuestra Magestad quiere que se haga esta embaxada, tengo por necessario que Vuestra Magestad conforme a ella señale la ayuda de costa que tengo de auer para jornada de tanta rrepresentación y gasto; qué gages tengo que llevar y adónde tienen que situarse, qué merced tengo de rrecibir luego para poder lleuar la autoridad que se requiere al seruicio de Vuestra Magestad; con qué casa, criados y officiales se sirue Vuestra Magestad que se haga la jornada, y ansímismo qué merced me tiene Vuestra Magestad de hazer para quando buelba della, pues toda la que yo rrecibiere en esta ocasión, leuantando y acreditando Vuestra Magestad mi persona, será medio preciso para dar mejor cuenta de lo que se me encargare y ordenare. Dios guarde la cathólica y Real persona de Vuestra Magestad. De Madrid, 19 de octubre 1612.

Cubierta: Madrid. A su Magestad. 1612. Don Garçía de Silba y Figueroa. 14 de octubre. *Resumen del contenido*. *Margen superior izquierdo*: que se podría tramitar lo que

88 General que fue de los ejércitos de Flandes, antes que consejero de Estado.

89 Don Francisco Fernández de la Cueva, quinto de este título.

90 Don Sancho de Lacerda, primero de este título.

91 Fue veedor general de los ejércitos de Flandes, comendador de Aguilarejo y miembro del Consejo de Guerra.

92 AGS E 248 sf, publicado en Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 181.

pretende, escusando la merced. Que cuando buelba ay tiempo para considerallo. *Firmado*. Lerma. *Margen inferior izquierdo*: A don Garçía se preguntó diestramente (viniendo él a hablar en sus cosas) lo que pretendía. Y ha escrito el papel incluso, de que se ha sacado un sumario que también va dentro.

El documento en cuestión, buena muestra por lo demás de prosa diplomática, permite entrever que Silva había visto en la propuesta de esta embajada la gran ocasión de su vida, no sólo para satisfacer su no pequeña autoestima con el brillante oficio de embajador, sino también para encontrar a su regreso una cómoda solución a sus problemas económicos. Como fueran, sin embargo, un tanto vagos los términos de su respuesta, se le "preguntó diestramente" cuáles eran sus condiciones para realizar la jornada. Puestas en conocimiento del Consejo de Estado el día 29 de octubre,[93] parecieron tan desmesuradas que, para poderlas discutir con conocimiento de causa, se pidió información sobre "lo que se auía acostumbrado a dar a los Embaxadores que se han embiado de Portugal a Persia, no para seguir aquel exemplo, sino para tantear mejor lo que conuendría hazer". Se vino entonces a saber lo que costó la embajada de Luis Pereira de Lacerda en1602,[94] a cuya cicatería no convenía ajustarse. Se pidió entonces a don García que formulara por escrito sus peticiones, lo que hizo, sin rebajar nada de lo dicho de viva voz, de su puño y letra también, en este memorial fechado el 5 de noviembre de 1612 dirigido a Juan Hurtado:[95]

> Yo quisiera que su Magestad se rresoluiera con tiempo conmigo en lo tocante a la embaxada de Persia, porque, auiendo de ser la embarcación a lo más tarde mediado Março y auiéndose de preuenir tantas cosas, se uan gastando los días muy apriesa y lo que después de luego se podría hazer con mucha comodidad, faltando después el tiempo, sería gran falta para todo. La ayuda de costa y gages de lo que me tengo de ocupar en esta jornada, como le e dicho a Vuestra Merced, tiene de ser conforme a la ostentación con que Su Magestad quiere que se haga, que nadie puede dudar de que no conuiene hazerse menos que conforme a la grandeza de quien embía la embaxada y a quien se embía, mayormente siendo temporal y no de asiento, pues todas las que se hazen en esta forma, se rrequiere para ellas más grandeza y gasto. Pero, moderándose en esto de mi parte, porque no parezca dificultar la jornada, me parece que a lo menos son menester ochenta personas, gentiles hombres, officiales, pajes, lacayos, moços de seruicio, médico, cirujano y barbero, con dos capellanes, un pintor con su ayudante, no estando en este número músicos, si su Magestad quiere que vayan algunos para officiar la misa y los demás officios con solenidad algunas vezes, Para el número que e señalado, hauiéndose de dar dos uestidos, vno de paño llano para la mar y rresto del camino y otro guarnecido para la entrada en la corte del rey de Persia, para hazer algunos rreposteros, plata, joyas, bestidos de mi persona, rropa blanca, y ansí para mí como la familia y para otras cosas que serán menester llegados a Persia, estrechando más que alargando la cuenta, son menester sesenta mil ducados. Gages para cada mes: dos mil ducados.
>
> Para las cosas concurrentes que en aquella corte se pueden offrecer del seruicio de Su Magestad, adonde tan lexos se hallará qualquiera correspondençia, porque la de la India y Ormuz la tengo por incierta y poco segura, serían menester veinte mil ducados. Todo esto se puede alargar o moderar sigún a su Magestad le paresciere, pero, a lo que yo puedo juzgar, en esto vltimo consiste mucho de lo que se puede desear en el suceso de esta embaxada. Y para que mi persona baya con la decencia que pide el enbaxador de un tan gran Rey y para premio del trabaxo de tan larga nauegación de ida y buelta, adonde tan poca siguridad se tiene de la uida, sería justo que su Magestad me hiziese desde luego merced de una de las plaças de capa y espada del Consejo de Indias y de quatro mil ducados de por vida después que boluiesse, teniéndose cuenta con que con las demás embaxadas en Europa, siendo de asiento y con promoción a cosas mayores, Su Magestad haze mucha merced con solas ellas y que ésta sólo se queda con el trabaxo, cuydado y peligro de tan largo viaje, no haziendo Su Magestad la merced que le merecen los que le siruieren en semejantes ministerios.
>
> Todo esto aurá quien lo considere mejor que yo, mas por cumplir lo que Vuestra Merced me manda e hecho este papel, sin más ambición ni artificio de lo que yo entiendo que conuiene al seruicio de Su Magestad. Dios guarde a Vuestra Merced. De la posada, a 5 de nouiembre de 1612.

El 10 de noviembre de 1612 se reunió el Consejo de Estado[96] para discutir las exigencias de Silva, dándose así comienzo a una negociación que se prolongaría hasta ya entrado el 1613. En esta sesión todos los consejeros consideraron exorbitante la suma pedida por don García. El comendador mayor de León y el duque de Alburquerque estimaron suficiente un sueldo anual de seis u ocho mil ducados mientras durase la embajada, y una ayuda de costa de doce mil pagaderos, mitad por mitad en España y en Ormuz, con el matalotaje. Lo mismo opinó el marqués de La Laguna que elevó la ayuda de costa a quince mil. Más generosos, el duque del Infantado, el marqués de Villafranca y don Agustín Messía estimaron que el sueldo debía fijarse en ocho mil ducados y los gastos de costa en veinte mil, con ciertas diferencias de detalle sobre la repartición de los mismos entre España y Ormuz.

En enero de 1613 llegaron a la corte los avisos de Constantinopla del 6 y 26 de octubre que remitía desde Venecia el embajador don Alonso de la Cueva sobre la paz

93 AGS E 248 sf.

94 Se envió al sah un presente que costó seis mil ducados con un delegado de escasa categoría y un séquito mínimo. El orgullo del iraní recibió mal el regalo porque "lhe não contentou e mandou em sua preçencia dar aos pobres", según el agustino fray Melchor de los Ángeles (AGS E 245 f. 159v).

95 AGS E 437 f. 146.

96 AGS E 248 sf.

que estaba negociando el Persiano con el Turco.[97] Los venecianos temían que, hecha ésta, el Turco volviese las armas contra ellos y pensaban sobornar "a los baxás del Dibán para que inclinen la guerra de Vngría y los dexen a ellos". El conde de Lemos,[98] virrey de Sicilia, enviaba copia de una carta que le había escrito el gran maestre de la orden de San Juan en la que le avisaba de que el Turco había enviado 12 galeras a invernar a Berbería para entorpecer las provisiones de trigo y que estaba preparando una gran armada para venir en verano contra las costas de Italia. Convenía, pues, atajar el peligro en el Mediterráneo, manteniendo vivo el conflicto bélico que enfrentaba al imperio safávida y al otomano. De ahí que el rey resolviera agilizar el despacho de don García con vistas a que llegase a Lisboa con tiempo de embarcarse en las naos de la India. Como sueldo le asignó ocho mil ducados al año y quince mil de ayuda de costa por una vez, de los cuales cinco mil serían pagaderos en Ormuz. La corona corría con el matalotaje de ida y vuelta. Pero don García envió un papel, cuyo contenido conocemos por su resumen en el acta del Consejo de Estado del 12 de febrero de 1613:[99]

> Dize que no se atreue a hazer esta jornada con la ayuda de costa y gajes que V*uestra* M*agestad* le manda dar por ser tan larga y de tanto gasto y representación como pide un embaxador de V*uestra* M*agestad* en corte de tan gran Príncipe, procurando su confederación en oposiçion de la grandeza del Turco con cuyo embaxador ha de concurrir, por lo qual conuiene que V*uestra* M*agestad* se sirua de honrrar y acreditar a quien lleuase esta embaxada. Que tampoco se le situan en la India ni en Ormuz los gajes, ni se le señala lo neçess*ar*io para las cosas que en Persia se offresçieren del seruicio de V*uestra* M*agestad*, y importa mirar en ello, alargándose Vuestra Magestad en los gajes y ayuda de costa. Y honrrándole con plaça del Cons*ej*o de Indias o de otro Cons*ej*o se embarcará en estas primeras naos.

En la sesión del 12 de febrero del Consejo de Estado, sometido el papel de marras a su consideración, el marqués de Castel Rodrigo estimó que se debía diferir el despacho de Silva hasta tener más noticia de lo que acontecía en Persia por el obispo de Cirene.[100] Que estimaba que no llegaría a tiempo de alcanzar las naves del viaje, pero que, si se embarcaba en ellas, estimaba poco lo que se le daba y elevaba a doce mil ducados el salario, manteniendo en quince mil la ayuda de costa. El comendador de León creía también imposible que pudiera coger las naos de marzo y proponía que fuera en septiembre, una vez recibidas las noticias del obispo de Cirene. Consideraba que el sueldo debía ser de diez a doce mil ducados y la ayuda de costa de veinte mil. El cardenal de Toledo tenía por muy dudoso que pudiera marcharse en dicho viaje, sugería doce mil ducados de sueldo y veinticuatro mil de ayuda de costa.

97 AGS E 495 sf.
98 Francisco Ruiz de Castro, octavo de este título.
99 AGS E 2748 sf.
100 Fray Antonio de Gouveia.

El duque del Infantado era de la misma opinión del Comendador. El marqués de Villafranca estaba de acuerdo con el cardenal "en lo que se le ha de dar" y también don Agustín Messía. El marqués de La Laguna fue más preciso. Opinó que se le dieran diez mil ducados de sueldo aquí y veinticuatro mil de ayuda de costa, a razón de diez mil aquí, siete mil en Ormuz y siete para la vuelta. En cambio, hubo un acuerdo unánime en comunicar al rey que

> con esta ocasión ha paresçido al Consejo consultar a Vuestra Magestad que al factor de Persia se le podrían entregar las armas de su amo que están en Lisboa, para que vaya con ellas en esta primera embarcación y lleue entendido que partirá tras él el embaxador y lleue carta de V*uestra* M*agestad* el dicho fator en esta conformidad.

Con la rapidez del rayo, Silva enterado de esta propuesta, envía el 14 de febrero el siguiente escrito al secretario del Consejo de Estado[101]

> Auiéndose de partir Jafer,[102] factor del Rey de Persia, a Lisboa, desseo mucho que aduirtiese V*uestra* m*erced* en el Consejo lo mal que podría estar a la embaxada, si este honbre partiese y enbarcase en estas naos por Março, porq*ue* sería, de más de no dársele crédito, poner sospecha en el Rey de Persia, llegando sin el enbaxador, de q*ue* Su Magestad no quería enbiallo ya, y podría tomar alguna rresolución que dañase. Ansímesmo suplico a V*uestra* m*erced* que desde Moçanbiq*ue*, llegando allí de viage las naos, o después desde la India, si sería açertado auisar al capitán de Ormuz para q*ue* diese auiso al Rey de Persia de cómo el enbaxador de Su M*agestad*, juntamente con el factor, estarán en aquella çiudad por fin de Hebrero o de Março del año venidero de 1614. Y esto, porq*ue* quando se llegue allí, aya rrespuesta del Rey de Persia después de auérsele dado este auiso, para q*ue* luego, sin aguardar lo rrezio del verano, se parta el enbaxador [por tierra *tachado*] a la Corte, pues en la monçión de septienbre no ay para que llegar a la India, sino viage derecho a Ormuz. Tanbién sería menester escriuir con estas naos Su Magestad al Virrey de la India, para lo q*ue* se uuiese de preuenir allí para lleuar al Rey de Persia se enbiase luego a Ormuz, porq*ue* el enbaxador quando llegase no se detuuiese esperándolo, siendo muy dificultoso caminar en aquel tienpo por los grandes calores del Reyno de Lara. De lo q*ue* se tiene de preuenir en la India para este efecto, estoy informado, conuendría fuese la tercia parte a rrespecto del valor de todo el presente, y que esto fuese de las cosas q*ue* más ordinariamente suelen gastar en Persia. Dios guarde a V*uestra* m*erced* muchos años. De mi posada, a 15 de Hebrero, 1613.

Don García tenía toda la razón. Si fray António de Gouveia en su regreso a Persia con Danguis Beg, en lugar de venir acompañado de un legado del rey llegaba con la

101 AGS E 2748 sf.
102 Khodja Safar Azaría. Sobre este personaje, cf. Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa* y Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, en índice general s. v. Cocha Seffer.

comisión de anunciarle al sah que luego iría un embajador, ¿qué pensaría éste si pocos meses después recibía del Cocha Sefer el mismo mensaje?

Que el papel de Silva dio qué pensar a los miembros del Consejo de Estado lo demuestra el que se debatiera en la sesión del 21 de febrero de 1613.[103] El marqués de Castel Rodrigo, el Cardenal de Toledo y el duque del Infantado se mantuvieron firmes en la resolución anterior: "que el fator vaya adelante para dar auiso cómo queda de partida el embax*ad*or y entretener con buenas esperanças al Rey de Persia". Don Agustín Messía y el marqués de La Laguna también se mostraron de acuerdo en despachar al factor y mostraron sus reservas a que se enviara la embajada, si el Persiano había hecho la paz con el Turco. Tan sólo el marqués de Villafranca estimó acertadas las advertencias de don García y se mostró partidario de que el factor fuera en el mismo viaje que éste, y que la embajada se llevara a efecto, aunque el Gran Señor y el Sofí hubieran hecho las paces, pues entre enemigos tan encarnizados siempre le sería fácil al embajador "turbar qualquier paz o tregua que ayan hecho, y si están en guerra perpetuarla y animarse a ello los de Persia, biendo que V*uestra* M*agesta*d offrece diversión y ayuda".

El tira y afloja entre el embajador electo y el Consejo de Estado se prolongaría hasta casi el momento mismo de su salida de Lisboa en las naos del viaje el 8 de abril de 1614. Todo el año de 1613 transcurrió sin que se le hiciese efectiva la ayuda de costa, ni se ultimasen los preparativos de la embajada. Mientras esperaba en vano a ser despachado, Silva tenía que hacer frente en la corte a unos gastos que mermaban más de la cuenta su ya flaco bolsillo. El 30 de marzo eleva al rey este escrito:[104]

> Don Garcí*a* de Silua y Figueroa dize que a seis meses que tiene açeptada la embaxada de Persia, en que V*uestr*a M*agestad* le a mandado seruir, y q*ue* por ocasiones que a V*uestra* M*agestad* le a paresçido conuenir ansí a su s*eruiçi*o no a sido despachado, auiéndose pasado la monçión de Março en que pudiera enbarcarse para seruir a V*uestra* M*agestad* en su enbaxada; y que en todo este tiempo, y de tres años a esta parte en q*ue* se a tratado de q*ue* él sirua a V*uestra* M*agestad* en ella,[105] no a rreçibido socorro ni ayuda de costa de V*uestra* M*agestad* para entretenerse en esta corte. Suplica a V*uestra* M*agestad*, pues lo mereçe la voluntad y pronptitud con que a offresçido su persona a su Real Seruiçio, V*uestra* M*agestad* le fauorezca y haga m*erced* de algún entretenimiento o ayuda de costa, sigún se a hecho y haze con otros en semejante ministerio, hasta que V*uestra* M*agestad* se sirua de despachalle. Y si a V*uestra* M*agestad* le paresçiere que la dicha enbaxada no conuiene se haga, le ocupe V*uestra* M*agestad* en otra de Europa, pues en su persona ay calidad y suficiençia para q*ue* en qualquiera dellas V*uestra* M*agestad* sea bien y fielmente seruido, que en ello rresçibirá señalada m*erced* y fauor.

[103] AGS E 2748 sf.
[104] AGS E 1819 sf.
[105] Cf. el doc. de 29 de julio de 1610 (AGS E 1811 sf).

(*A tergo*) Señor
Don Garçía de Silua y Figueroa
(*Otra mano*) A 30 de marzo, 1613

Añadido el pase a consulta del rey y el resumen de la deliberación y dictamen del Consejo de Estado del 12 de abril de 1613 (AGS E 1819 sf) *hecho por el Secretario de dicho Consejo don Antonio de Aróstegui.*

A consulta. El Marq*ués* de Castel R*odrig*o, q*ue* no be caussa para darle ayuda de costa, el com*endad*or Mayor de León, <el> Marqués de Velada,[106] el Duque del Infantado y el Marqués de Villafranca, que será justo dársele alguna ayuda de costa con q*ue* entretenerse hasta que llegue la occasión de hazer su viaje. Don Agustín Mesía y el marq*ués* de La Laguna, que es muy justo señalarle algún entretenimiento cada mes hasta que se enbarque.

Que persona tan justa y cristiana como don Cristóbal de Moura, marqués de Castel Rodrigo, estimara que a don García no debían dársele dietas mientras aguardaba en Madrid a ser despachado, muestra hasta qué punto hacían mella en él las presiones de sus paisanos portugueses. El 21 de abril a la consulta del rey el Consejo de Estado responde[107] que "se le podría hazer merced por agora, siendo Vuestra Magestad seruido dello, de tres a quatro mill ducados de ayuda de costa por vna vez por las causas que se apuntan en la dicha consulta".

Pero una cosa era predicar y otra dar trigo. En la primavera de 1613 era ya de dominio público en los mentideros de la corte que se enviaba embajada a Persia y se conocía el nombre del embajador. Con fecha de 9 de mayo, Luis Cabrera de Córdoba informa: "para que el Persiano entre en ella (*scil.* la guerra contra el Turco), le envían de aquí a don García de Silva y Figueroa, un caballero muy entendido, como embajador para persuadirle a ello".[108]

El 12 de mayo el Consejo de Estado, en lugar de responder al rey "si Don García de Silua está llano en las demás pretensiones que tiene para yr a Persia", le envía las dos consultas anteriores del 12 y del 21 de febrero relativas al despacho del Cocha Sefer en las naos del viaje de 1613. El 8 de junio don García vuelve a solicitar la ayuda de costa no recibida en estos términos:[109]

[106] Don Gómez Dávila y Toledo, segundo de este título, ayo y mayordomo mayor de Felipe III.
[107] AGS E 1819
[108] *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España desde 1599 hasta 1614* (Madrid, 1857), p. 510.
[109] AGS E 819 sf.

Don Garçía de Silua y Figueroa dize, que a ocho meses que tiene açeptada la enbaxada de Persia en que Vuestra Magestad le a mandado seruir esperando a ser despachado, sin correrle sueldo ni otro entretenimiento alguno, auiendo Vuestra Magestad mandado corran todos sus gages a otros enbaxadores por el tienpo que se han detenido sin ser despachados a sus enbaxadas, siendo la que él tiene açeptada de mayor trabaxo, peligro y gasto que ninguna otra. Suplica humildemente a Vuestra Magestad que, por el desseo y voluntad con que a offresçido su persona a su Real Seruiçio, le fauorezca y haga merced de mandar se le dé ayuda de costa o entretenimiento conpetente, con que poder asistir en esta corte en el ínterin que fuere despachado, que en ello rresçibirá señalada merced y fauor.

Señor
Don Garçía de Silua y Figueroa
(*De otra mano*) En 8 de junio 613

El Secretario del Consejo de Estado don Antonio de Aróstegui incluyó *a tergo* de esta solicitud el dictamen de los consejeros a la queja y solicitud de Silva, que lleva fecha del 13 de junio.[110] Es de notar que ahora don Cristóbal de Moura estimase justa la concesión de una ayuda de costa. El citado documento dice así:

> *A consulta*. El marqués de Castel Rodrigo, el Comendador mayor de León y el Duque del Infantado, que será justo hazerle merced de tres a quatro mil ducados de ayuda de costa, como se consultó a Vuestra Magestad en 21 de Abril, para que se pueda entretener aquí, o donde mejor le estubiere, hasta que llegue la sazón de ir a Persia, o ver si conuendrá escusarlo, lo qual se podrá juzgar por las cartas que vendrán de aquellas partes por Agosto deste año. El Cardenal de Toledo, <el> Marqués de Villafranca, Don Agustín Messía y <el> Marqués de La Laguna son del mismo parecer en lo del ayuda de costa y en lo demás tienen por conueniente que se preuenga para yr con la primera occasión, pues se entiende que no es paz sino tregua la que ha hecho el Persiano con el Turco y podrá ser de mucha importançia esta diligencia y lleuar cartas y el pressente al Persiano para desuialle de lo del Turco y qualquiera preuençión de las que es fuerça hazer en Siçilia y Nápoles hará muchas más vezes más costa que la yda de Don García de Silba, y él con su buena maña podrá obrar mucho.

La respuesta que dio el rey por medio de su valido el duque de Lerma se encuentra adjunta al documento donde se recoge la deliberación del Consejo de Estado[111] y dice así:

[110] AGS E 1819 sf. El documento con la deliberación y la firma de los consejeros se encuentra en AGS E 2748 sf.
[111] AGS E 2748 sf.

> Ya cessa la ocasión de darle para entretenerse, pues tengo respondido que parta, y assí le haga el Consejo preuenir enbarcación para Setiembre o Octubre. Y para su camino se le dé la ayuda de costa de 20 mil ducados, pagados por mitad aquí en España y en Ormuz, y el sueldo a respecto de 10 mil por año, y dénsele sus despachos como parecerá conbenir, pues se tiene entendido el intento, y enbiénseme luego a firmar, auisándome juntamente de lo que pareçiere en lo del presente, y si se ha preuenido algo para él, y tanbién se vea si será bien auisar al Consejo de Portugal para que tanbién pongan en orden los despachos que se le han de dar por aquella vía.

Con estas tajantes palabras el monarca ponía fin a las pretensiones pecuniarias de don García. No le cabía por tanto otro remedio que suplir con fondos propios los que la corona no le daba, aun a riesgo de arruinarse. Así que pidió permiso al rey para poner en arriendo una vez más el producto de las tierras de su mayorazgo, pero esta vez en condiciones más favorables para el arrendatario que las impuestas por la corona, para que pudiera haber alguno que quisiera dar su dinero a censo. El 13 de junio eleva esta petición al rey:[112]

> Señor
>
> Don Garçía de Silua y Figueroa dize que Vuestra Magestad le hizo merced de mandarle dar facultad Real para tomar a çenso sobre los bienes de su mayorazgo dos mil ducados, para con tiempo començar a se apercibir de algunas cosas para la embajada de Persia en que Vuestra Magestad le a mandado seruir; y que por mandar Vuestra Magestad en la dicha facultad que los dichos dos mil ducados que se tomaren se rrediman en quatro años, en cada año quinientos ducados, no tiene algún efecto la merced que Vuestra Magestad le haze, ansí porque no ay ni se halla quien quiera dar su dinero a çenso, auiéndoselo de rredimir en quatro pagas en los dichos quatro años, como porque los dichos bienes de mayorazgo no rrentan, por la mucha quiebra de algunos años a esta parte en las lauores de las tierras y preçio del pan, la terçia parte de lo <que> solían valer, de manera que, después de pagados los créditos del çenso, no quedarían quatroçientos ducados de rrenta en cada un año, los quales sin alcançar a cumplir la dicha redenpçión, se consumirían todos en las costas que forzosamente se aurían de hacer queriéndose cobrar cada año los dichos quinientos ducados.
>
> Suplica humildemente a Vuestra Magestad le haga merced de que los dichos dos mil ducados se cobren y rrediman en diez años. Dosçientos ducados cada año, porque desta manera se harán las pagas çiertas y sin costas, quedando al dicho don García de Silua y Figueroa, o a quien después de sus días poseyere los dichos bienes, algún aprovechamiento. Y ansí mismo que la dicha redención se haga en dos pagas en los dichos diez años, a mil ducados cada paga, que en ello recibirá señalada merced, teniendo cumplido efecto la que Vuestra Magestad fauoresçiéndole en esta ocasión le haze.

[112] AGS CC 1016 nº 20.

Llegadas nuevas cartas del embajador en Venecia, don Alonso de la Cueva, y recibidos nuevos avisos de Levante sobre el descontento que tenía el Persiano con su paz con el Turco, el asunto de la embajada, que comenzaba a dormir la siesta con los calores del verano, parece despertarse y Lerma con fecha 13 de julio de 1613 le pasa a Juan de Ciriza, secretario del Consejo de Estado, el siguiente aviso:[113]

> Su Magestad ha resuelto, como V*uestra merce*d sabe, que se trate de despachar luego a don García de Silua y Figueroa para q*ue* parta con la primera ocasión y que se apure y conçierte con lo que se le ha de dar (que es lo que Su M*agestad* tiene resuelto), por que no salga con nueuas demandas. Y que vaya muy encargado de instar al Persiano a que continúe la guerra con el Turco, pues de acá se hará en su ayuda todo lo que se pudiere diuirtiéndole por la Europa. Acuérdolo a V*uestra merce*d, para que se cumpla lo que Su M*agestad* manda. Guarde Dios a V*uestra merce*d. Madrid a 13 de Julio. 1613.

Pero no contaba con que las previsiones del embajador electo iban más lejos que las de la corona. El Consejo de Estado le comunicó a don García la orden del rey y su respuesta inmediata fue que estaba pronto para hacer lo que Su Majestad le mandase en cualquier momento en que se le dieran los despachos, pero que, dado el corto espacio de tiempo que había para partir en septiembre u octubre, urgía tener preparado el presente para el rey de Persia, así como su embarcación y matalotaje. Percatado ya de que no se le iban a dar gastos de entretenimiento, pedía ahora que el sueldo le corriera desde el seis de febrero de 1613, fecha en que aceptó la embajada, y crédito para los gastos extraordinarios que ésta originase.

El Consejo de Estado en sesión del 2 de agosto de 1613[114] deliberó sobre las últimas peticiones de don García y sobre lo que faltaba para ultimar su partida. Los gastos de costa del embajador se habían fijado en veinte mil ducados pagaderos por mitad en España y en Ormuz, y el sueldo en diez mil ducados anuales. El Consejo estimó que el sueldo le corriese desde el día 6 de febrero y que los gastos de costa hasta el día de su embarcación los desembolsase la corona de Castilla y el resto la de Portugal. Asimismo, se mostró de acuerdo en que se le concediera un crédito extraordinario para los imprevistos de la embajada. La discusión se centró en el presente que había de hacerse al rey de Persia, un tema que por caer fuera de la biografía propiamente dicha de nuestro personaje paso por alto, remitiendo al interesado en conocer sus detalles a mi trabajo de 1989.[115] Tan sólo el marqués de Castel Rodrigo apuntó la conveniencia de encargar al obispo de Cirene que asistiera a don García y le advirtiera "de todo lo que fuere menester para más acertamiento de su misión". El rey, por

[113] AGS 1725 sf.
[114] AGS E 2643 sf.
[115] Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 156, 160.

medio de Lerma, también en esta ocasión cortó de raíz las pretensiones de don García con un tajante: "corra el sueldo desde el día que se embarcare".[116]

Simultáneamente don García, enterado de que se apresuraba su marcha, envía al rey el 3 de agosto de 1613[117] un memorial autógrafo, que con fecha del 9 pasó el Consejo de Estado a la real consideración.[118] Decía así:

> Señor
>
> Cuydado me da, como es rrazón q*ue* yo lo tenga, de todo aquello q*ue* pudiere ayudar al buen suçeso de la enbaxada de Persia, siendo tan del seruiçio de V*uestra Magestad*. Y ansí me paresçe justo aduertir cómo es forçoso lleuar en mi compañía algunas personas de confiança, [demás] de mis criados, ansí para la autoridad como para la esencia de la embaxada. Y sería muy a propósito para esto don Lorenço de Silua, soldado prático y q*ue* a seruido a V*uestra Magestad* con aprobaçión de su persona muchos años en Flandes y se halla al presente en esta corte, el qual, demás de ser muy deudo mío, holgará de seruir a V*uestra Magestad* en esta jornada, mandándoselo y haziéndole V*uestra Magestad* merced de alguna ayuda de costa, meresçiéndolo tanto sus seruiçios. Y ansí mesmo Nicolao Criueli,[119] italiano, que a seruido a V*uestra Magestad* açerca de los enbaxadores que an venido de Persia por ser muy prático de la lengua turquesca, q*ue* es la que comúnmente se habla en aquella corte. Es persona muy confidente, de buenas costumbres, cathólico cristiano, y de quien tengo bastante satisfaçión, a quien tanbién será menester q*ue* V*uestra Magestad* se lo mande y se le dé algún sueldo o entretenimiento, porq*ue* no será açertado hazer confiança de menos que de honbre conoçido y de confiança para lengua. Hállanse tanbién en esta corte dos gentiles honbres con entretenimiento de Vuestra M*agestad*, el uno, español, prático en las lenguas arábiga y persiana, que se llama Francisco Gurmendi,[120] muy de prouecho y confidençia para jornada semejante, el otro es irlandés y se dize don Juan de la Memoria, q*ue* sabe perfectamente las lenguas latina, francesa, inglesa y italiana, a los quales suplico a V*uestra Magestad* les mande se hallen en mi compañía en la enbaxada, haziéndoseles buenos sus entreteni-

[116] AGS E 2643 sf.
[117] AGS E 1820 sf.
[118] AGS E 2748 sf.
[119] Nicolás Crivelli, comerciante milanés, que estuvo 22 años en Alepo, donde prestó su ayuda a los correos que iban a las Indias orientales, se estableció después en Lisboa, donde se arruinó al incendiarse su almacén. Las autoridades de Portugal, cuando llegaban embajadores de Persia, acudían a sus buenos oficios "conociéndole por persona honrada, de secreto, y affecionado al Real seruicio". Durante su virreinato, don Cristóbal de Moura le despachó a Madrid en compañía del embajador persa Danguis Beg Jusbaxi, y allí permanecía mal viviendo. El 24 de junio de 1612 eleva una instancia al rey en solicitud de un sueldo en la corte, o donde más cumpliera al real servicio para atender a los negocios de Persia (AGS E 1817 sf).
[120] Había sido trasladado este intérprete de Nápoles a la corte el 30 de julio de 1609 (AGS E 2707 sf). Sobre su persona, cf. José Manuel Floristán Imízcoz, "Intérpretes de lenguas orientales en la Corte de los Austrias: tres notas prosopográficas", *Silva*, 2 (2003), pp. 41-60, en pp. 50-51.

mientos, pues en jornadas como ésta de tanto trabaxo y peligro es menester q*ue* V*uestra* M*agestad* obligue mand<án>doselo a quien se uuiere de hallar en ellas, siendo tan desiguales los exenplos y conseqüençias de las demás que se an hecho y hizieren en E<u>ropa. Dios guarde a V*uestra* M*agestad* muchos años. 3 de Agosto. 1613

Don García de Silua
y Figueroa

Con muy buen criterio el embajador electo pedía al rey que le asignara a gente de su confianza como ayudantes para cumplir su misión debidamente. Un curtido militar, veterano de Flandes, para encargarse de la seguridad de la embajada como don Lorenzo de Silva, con toda probabilidad sobrino suyo; un experto en el trato directo con la gente de Levante como el italiano Nicolao Crivelli; y un conocedor de las lenguas turquesca y persa como Francisco Gurmendi. Al documento anterior se le añadió el pase a consulta del rey con el resumen de la deliberación y el dictamen del Consejo de Estado de fecha de 9 de agosto de 1613[121] cuyos términos eran:

> *A Consulta*. Que de los que propone pareçe muy a propósito Don Lorenço de Silua y se le podrían dar 50 du*cad*os de sueldo al mes. Que Creuelli es muy buena p*erson*a,[122] pero por ser italiano se podría buscar otras y que D. García tenga esse cuydado, excluyéndosele los otros dos q*ue* apunta.

La exclusión de Gurmendi, cuyos oficios como intérprete en la corte eran necesarios, se comprende perfectamente. La de Crevelli se justifica por el temor que tenían los portugueses a la presencia de italianos en sus dominios de Oriente,[123] y con más razón aún la de ese don Juan de la Memoria, de quien no tengo la menor noticia, cuyo origen irlandés podía asociarse con Inglaterra.

121 AGE E 1820 sf.

122 En una primera redacción (AGS E 1820) figuraba "y se le podrían dar 40 por lo menos y le será de mucha ayuda a don G*arçía* por saber la lengua y tener tanta notiçia de aquellas partes".

123 El caso es que se había preparado la siguiente comunicación del rey a Silva con el nombramiento del italiano como miembro de la embajada (AGS E 1852 sf): "Por la buena relación que me haueys hecho de la persona y partes de Nicolás Criueli y la plática y notiçia que tiene de las lenguas turquesca y persiana, he resuelto que vaya con vos a Persia, siruiéndome en lo que le ordenáredes tocante a la embaxada que lleuáys a cargo desde el día que se embarcare con vos en Lisboa en adelante. Y es mi voluntad que todo el t*iem*po que os detubiéredes en d*i*cha embaxada en toda la ida y buelta goze el d*i*cho Nicolás Criueli de quarenta ducados de a treçientos y setenta y çinco m*aravedí*s cada vno de entretenimiento al mes. Los quales le haréys pagar del dinero que se os prouyere para los gastos de la dicha embaxada, y le honrraréys y fauoreçeréys como es justo. Dada en a de mil y seysçientos años". Como puede verse, los últimos datos se dejaron en blanco.

El 9 de agosto de 1613, junto con una carta un tanto anodina para el rey de Persia,[124] Felipe III le dio a Silva unas instrucciones[125] con la orden de "partir sin dilación" a Lisboa para embarcarse en septiembre. A la corte había llegado la noticia de que en esta ciudad se hallaba disponible un 'galeoncete' llamado 'Marquesa de España' y el monarca estaba decidido a que en él se acomodase su embajador. Por eso envió esa misma fecha a inspeccionar la citada nave a don Luis Bravo de Acuña, Juan Correa de Sossa y Vasco Férez César para ver si era "a propósito de la embarcación de don García". En caso afirmativo, se encargaba a don Fernando de Albia, proveedor de la armada, aparejarla y avituallarla para que zarpase inmediatamente con el embajador. En el contrario, se le daba a Juan Fajardo, junto con los personajes citados, la comisión de buscar en la armada otra que "sin hazer mucha falta pudiere realizar el viaje". De no reunir las debidas condiciones, deberían buscar en el Río de Lisboa el navío más apropiado, quedando obligado el proveedor a aportar los fondos necesarios para comprarlo.[126]

Ignoramos los pormenores de la gestión, pero cabe suponer su fracaso. El 26 de agosto en una nueva sesión del Consejo de Estado[127] se pone de manifiesto que todavía se ignoraba en qué iba a consistir el presente del monarca español al sah, sin el cual era imposible la partida del embajador. También se leyó y discutió un papel enviado por don García en el que manifestaba sus dudas de poder estar en Lisboa a fines de septiembre, aunque se previniese todo con la mayor rapidez, y advertía que, si tenía que "tocar en la India", daría lo mismo partir "agora que en las nabes de marzo, porque haurá de ymbernar allá". Si el viaje se hiciese directamente a Ormuz, agregaba, se ganaría mucho tiempo. En dicha plaza, con un poco de "más costa" se podrían comprar las drogas que se pensaba adquirir en Goa para acrecentamiento del presente. A este efecto sería oportuno comunicar por tierra a Ormuz que las tuvieran ya preparadas a su llegada. De paso, recordaba que el crédito para el gasto extraordinario sería más seguro ponerlo en Ormuz "por vía de algún mercader de Lisboa por correspondencia de Venecia y Alepo", añadiendo que todavía estaba por resolver lo tocante al pago de la ayuda de costa de la embajada.

Por estas fechas el Consejo de Portugal pasó a la consideración del Consejo de Estado dos cartas sobre las cosas de la India[128] remitidas por el capitán de Ormuz[129] en las que se avisaba de que los ingleses aspiraban a que el Persiano les diera puerto y permiso para poner en él un cónsul con vistas a quedarse con el comercio de la seda;

124 BNM Ms. 17629 ff. 440v-441r que he publicado en Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, doc. 13, p. 183.

125 AGS E 2864 ff. 86-87, publicadas en Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, doc. 14, pp. 183-185.

126 AGS E 2708 sf.

127 AGS E 2643 sf.

128 AGS E 436 f. 166.

129 A la sazón Jorge de Castelo Branco.

y que unos y otros trataban de apoderarse de Ormuz. De acuerdo con el parecer del Consejo de Estado, Lerma dio aviso el 31 de agosto de 1613[130] al de Portugal de que pasara orden al virrey de reunir en Lisboa al Consejo de la India para discutir el remedio que reclamaba la gravedad de la cuestión.

Era éste un nuevo motivo para urgir el despacho del embajador, pero el Consejo de Estado, convencido de la imposibilidad de que Silva llegara a Lisboa a tiempo, ya había propuesto en sesión del 26 de agosto[131] que partiera en las naos de marzo a Goa, donde se le procurarían las cosas necesarias para su viaje a Persia, en especial las del presente al sah. Esta vez estimaba preferible pagarle en España a don García los veinte mil ducados de ayuda de costa en un solo libramiento y no en dos, porque así se ahorraría el gasto de poner el dinero en Ormuz y el embajador podría "prebenirse mejor e yr más lucido". Compartía la opinión de éste sobre la manera de ajustar el crédito para los dispendios extraordinarios de la jornada. Visto también que su partida se demoraba de nuevo y atendiendo a que llevaba en la corte cerca de dos años a la espera de ponerse en camino, el Consejo estimaba justo concederle "hasta quatro mill ducados de ayuda de costa por una vez". El rey dio su conformidad a todo. Únicamente señaló que a don García no se le admitiese ninguna dilación y que estuviese a punto para embarcarse, por si hubiese algún navío que se dirigiera a Goa antes que las naos del viaje.[132]

Pese al dictamen del Consejo, el 14 de septiembre se le pasa al presidente de Hacienda orden de entregar a don García de Silva y Figueroa veinte mil ducados en concepto de ayuda de costa para el viaje a Persia, diez mil en la corte y los otros diez mil en Ormuz. Aparte de esta suma, el rey le hacía merced de otros cuatro mil "en consideración de los gastos que se le han seguido en dos años que ha se entretiene en esta corte esperando a ser despachado para hacer su jornada", encareciéndose que "los dichos 14 mil ducados se le den con suma brevedad".[133] El 17 de septiembre el rey escribe desde Cercedilla dos cartas al virrey de la India, para que don García se las entregara en mano, una recomendándole a su futuro embajador, para que fuera tratado "com particular respeito"[134] y otra[135] especificándole que, para que pudiera cumplir su cometido con la debida autoridad, le había hecho merced de:

> dez mil cruzados de ordenado cada ano polo tempo que se detiuer na Enbaxada, e de vinte mil cruzados de ajuda de custo por huma vez, dos quais se lhe derão qua dez mil, e os outros dez mil hey por bem e mando que se lhe paguem na Alfândega de Ormuz, e nella se lhe assente tambem o ordenado de dez mil cruzados que ha de hauer cada ano, para o que leua prouisões minhas em forma bastante. E porque minha intenção e uontade <e> de que ellas se cumprão, vos encomendo e encarrego muito que ordeneis preçisamente ao Vedor de fazenda d'Ormuz que faça pagar ao ditto dom Garçia, assy a metade da ajuda de custo como o ordenado, muito a sua satisfação e com toda pontualidade, e ainda antecipadamente sem que por nenhum caso haja falta nos pagamentos, nem se admitta replica aos officiães que os hão de fazer, e que não havendo dinheiro para elles se busque emprestado.

130 AGS E 436 f. 166.
131 AGS E 2643 sf.
132 AGS E 2643 sf.
133 AGS E 254 sf.
134 TT LM 7 f. 9.
135 TT LM 7.

Felipe III, tras la fecha, escribió en español de su propia mano: "pues veis lo que importa esto, os encargo que lo cumpláis y hagáis cumplir con efecto. Yo el Rey". Pero una cosa era la buena voluntad del monarca y otra la triste realidad de los hechos. El 3 de octubre de 1613 don García le eleva una instancia de su puño y letra:[136]

> Don G*arcía* de Silua y Figueroa dize q*ue* V*uestra* M*agestad* le hizo m*erced* de mandar se le librasen catorze mil ducados para q*ue* luego se aprestase para la enbaxada de Persia, los quales, aunq*ue* V*uestra* M*agestad* mandó se le diesen por orden de don Hernando Carrillo, Presidente de V*uestra* R*eal* Hazienda, no se le an dado, ni menos se apresta el presente q*ue* V*uestra* M*agestad* tiene acordado se lleue al Rey de Persia. Suplica a V*uestra* M*agestad* mande, pues tanto conuiene a su Real S*eruicio*, que luego se prouea y cumpla lo uno y lo otro, de manera q*ue* pueda despacharse con breuedad, porque con esto V*uestra* M*agestad* será mejor seruido y él rrecibirá gran m*erced* en ello.
>
> (*Cubierta. Autógrafo*)
> Señor
> Don Garçía de Silua y Figueroa

El secretario del Consejo de Estado, don Antonio de Aróstegui, con la petición de Silva pasa a consulta del rey un resumen de lo acordado por el Consejo de Estado en su reunión del 3 de octubre,[137] añadiendo "que los 4 mil ducados es justo se le den luego para desempeñarse y entretenerse y lo demás en Portugal para preuenirse para la jornada".

¿Qué había ocurrido? El Consejo debía ya conocer las dificultades pecuniarias del erario que impedían hacer efectivo el libramiento. Mejor informado con la anterior consulta del Consejo de Estado, Lerma da orden el 25 de octubre de 1613 de sólo entregarle en la corte a don García los cuatro mil ducados que se había gastado de lo suyo o tomado a préstamo para ir viviendo y expenderle letras para percibir en Lis-

136 AGS E 1820 sf.
137 AGS E 1820 sf y AGS E 2748 sf.

boa los otros diez mil.[138] Pero en ese momento surgió una nueva dificultad. El Consejo de Portugal comunica que ni en la India, ni en Lisboa hay dinero suficiente para sufragar los gastos de la embajada, con lo cual se pone en tela de juicio la posibilidad de enviarla. En el fondo de todo ello estaba el hecho de ser un español la persona elegida como embajador.

El 27 de octubre de 1613 el Consejo de Estado discute el problema.[139] El marqués de Castel Rodrigo reconoció que la situación económica del estado de la India era tan catastrófica, que el virrey anterior[140] había regresado con deudas y empeñado, pero recalcó que se había hecho tan pública la partida del embajador que era imposible ya retractarse. Que el virrey de la India buscara lo que fuere menester para que don García no quedara falto de lo necesario, y que, en previsión de que no lo hallara, que el embajador llevase:

> Vn crédito tan secreto que sólo él lo supiese para q*ue*, en caso desesperado y no de otra manera, se baliese dél, pero lleuando sus despachos públicos y la orden muy apretada para q*ue* el Virrey le acomode como está resuelto. Mas es tan grande la falta que allí ay de dinero, que es bien vsar del dicho crédito secreto.

El duque del Infantado insistió en lo mismo. Era imposible volverse atrás, cuando el propio factor de Abbas le había anunciado la partida del embajador. Y con cierto deje recriminatorio comentaba:

> Q*ue* el virrey de la India lo dize muy bien, pero don García tiene todas las partes que son menester para lo que ha de hazer, y sólo le falta no ser natural de Portug*a*l. Siente, como es razón, ver el estado de la Hazienda de la India, y que falte para cosa tan poca como ésta, siendo negoçio tan forçoso, y el C*onse*jo de Portugal de aquí, que pide tanto para Tanger y Ceuta,[141] pudiera facilitar estotro, que es tan poco. Y en la Yndia, donde se hacen tan grandes gastos para cosas menos ynportantes que esta embaxada, deuen acudir a las cosas della con puntuali*da*d.

Por todo ello estimaba que se debía ordenar a los miembros del Consejo de Portugal "que no dificulten el despacho de don García, pues no por esto ha de dexar de tener effeto".

El marqués de Villafranca, reconociendo la absoluta necesidad de la jornada, propuso que corriera a costa de Castilla, dada la insolvencia económica del estado de la

[138] AGS E 254 sf.
[139] AGS E 2643 sf.
[140] Rui Lourenço de Távora, virrey de 1609 a 1612.
[141] A la sazón dominio de la corona portuguesa.

India, lo que le permitió a don Agustín Messía, convencido también de la necesidad del viaje, apoyar el parecer del marqués de Castel Rodrigo señalando que

> Vee dos cosas de cuydado en este neg*oci*o. La una, el aprieto que se repres*en*ta de la India, y se puede creer que es assí. La otra, que se lleue de acá el dinero, auiendo la falta dél que se sabe. Pero es menester tomar algún medio, y tiene por el mejor el que ha dicho el Marqués de Castel Rodrigo de los despachos públicos apretados y el crédito secreto, para que no se balga dél sino en caso de precisa necess*ida*d. Y q*ue* el secreto sea de manera que aun no lo sepa el Consejo de Portugal de aquí.

El marqués de La Laguna, aunque se inclinaba a que la embajada corriera a costa de Castilla, no opuso reparo a lo del crédito secreto y apuntó al meollo de la cuestión, olvidado hasta ese momento, al recordar:

> Que la amistad del rey de Persia con V*uestra* M*agestad* será mientras V*uestra* M*agestad* hiciere demostraciones contra el Turco. Y que el día que no las viere se desengañará de las muchas promesas que se le han hecho. Y assí conuiene mirar mucho en esto con occasión de la yda de don García y, auiendo de yr, que sea luego y lleue el pres*ente* que está acordado.[142]

El 7 de noviembre de 1613 don García de Silva y Figueroa con el tesón que da la necesidad recuerda al rey por enésima vez las obligaciones de la corona en un escrito autógrafo:[143]

> Señor
>
> Don G*arçi*a de Silua y Figueroa dize q*ue*, auiendo mandado V*uestra* M*agestad* se le librasen y diesen 14 mil ducados para se apercebir en esta corte de las cosas neçesarias a su enbaxada, de presente tiene ordenado V*uestra* M*agestad* no se le den aquí más de quatro mil y los 10 en Lisboa, con lo qual recibe notable descomodidad, pues le es forçoso lleuar de aquí casa y criados, para cuyo aperçebimiento no bastan aun los 14 mil ducados, como otras muchas vezes tiene significado a V*uestra* M*agestad*, a quien humildemente suplica mande se le den luego los dichos 14 mil ducados, porque ay muy poco tienpo para poder aprestarse, auiendo de salir las naues más tenprano de Lisboa que otros años.
>
> Otrosí, que el primer año de sus gages será cunplido cuando llegue a Ormuz y será inposible en aquella alfándiga pagársele, auiendo de darle en ella 10 mil ducados de la mitad

[142] AGS E 2643 sf.
[143] AGS E 1820 sf.

de la ayuda de costa y el un año adelantado de los gages después que llegue a aquella fortaleza.

Suplica ansí mesmo a V*uestra Magestad* se le dé adelantado este año en Lisboa, o la mitad en esta çiudad y lo rrestante en Goa, pues para no ir mal en jornada tan del s*eruiçio* de V*uestra Magestad* ay preçissa neçesidad dello, demás de rrecebir él grande y señalada merced.

(*Cubierta. Autógrafo*)
Señor
Don Garçía de Silua y Figueroa

(*De otra mano*)
En 7 de noui*embr*e de 1613

El 9 de noviembre el secretario don Antonio de Aróstegui pasa a consulta del rey el resumen de la deliberación y la resolución del Consejo de Estado, como si de un asunto debatido por primera vez se tratase, en estos términos:[144]

> *A consulta*. Que, si ha de tener efecto la ida de d*on Garcí*a y el press*en*te se va poniendo a punto, es justo y conueniente lo que pide, pues el d*ine*ro le ha de costar menos a Su Magestad dándole aquí, y don G*arcí*a se preuendrá a menos costa de todo lo necess*ario* que en Lisboa, y si no se ha de ir él, no lo pide, y bastará darle los 4 mil ducados de que se le ha hecho m*erce*d para entretenerse. Antonio de Aróstegui.

Transcurrido el mes de noviembre entero, una orden del 30 insta, una vez más, al presidente de Hacienda a que "se le paguen luego sin dilación de qualquier dinero que huuiere, aunque sea de lo reservado", los cuatro mil ducados de indemnización por urgir que partiera "con mucha breuedad".[145]

Podría pensarse que, a raíz de recibirse en el Consejo de Estado el alarmante informe de fray Melchor de los Ángeles y fray Juan de San Joseph el día 4 de enero de 1614,[146] don García se pondría inmediatamente en camino hacia Lisboa. También lo induce a creer así la noticia del 11 de enero que da Luis Cabrera de Córdoba:

> Está despachado don García de Silva y Figueroa que va por embajador a Persia en los galeones que han de partir para la India este mes de marzo, y se estiman en 100.000 ducados las cosas del presente que lleva en retorno del que envió Su Magestad el Persiano con su último embajador en madejas de seda y alfombras y otras cosas, que se apreciaron en 80.000 escudos.[147]

144 AGS E 1820 sf. El documento enviado a consulta en estos términos, con el resumen de la petición de Silva, por el Consejo de Estado se encuentra en AGS E 2748 sf.
145 AGS E 254 sf.
146 Cf. Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, pp. 223-233.

Pero de la misma manera que la fantasía le hace aumentar el valor de los regios presentes, los modos de expresión traicionan la exactitud cronológica de Cabrera de Córdoba. Don García no abandonó la corte hasta finales de febrero de 1614. Arreglado lo de su persona[148] y preparado ya el presente, todavía quedaba por decidir lo de su séquito.

El embajador había propuesto para acompañarle en su jornada y suplirle en caso de fallecimiento a don Lorenzo de Silva, pero, como se había diferido tanto la partida, el tal don Lorenzo se había ido a Italia. En un memorial que se discutió en el Consejo de Estado el 27 de enero de 1614, don García de Silva y Figueroa proponía para sustituirle a don Hernando de Silva, "capitán de infantería española que ha sido en Flandes, cauallero conocido y soldado prático y de muchas partes y servicios". Asimismo solicitaba que le acompañase don Joseph de Alcázar, "soldado prático y gran marinero",

> por ser hombre para muchos de los seruicios que en su embax*ad*a se pueden offrecer, siendo necessario dar auissos al Virrey de la India y al Capitán de Ormuz y acudir allí por su sueldo, sondar y marcar las barras y puertos y hazer rela*ció*n con puntualidad de la sustancia de las plazas, assí del Reyno de Persia, como del Turco, cuando conuenga dar auiso.[149]

El Consejo estima justa la petición y propone que se le den al primero "cinqüenta escudos de entretenimiento y quinientos de ayuda de costa y al segundo treynta escudos de entretenimiento y trescientos de ayuda de costa". Y con cierta impaciencia terminaba el oficio de remisión del rey con estas palabras: "y que don García se despache luego, pues ha de yr en estas primeras naos de la India".[150]

Estando, pues, todo listo para la partida del embajador, el 31 de enero el rey escribe otra carta al virrey del la India, don Jerónimo de Azevedo, para que Silva se la entregara personalmente junto con la del 17 de septiembre.[151] En ella se le ordena enviar al Persiano "dobradas drogas do que leuou o Bispo de Sirene", eximir de derechos de aduana a las cosas declaradas en la relación del regalo al sah y en la del

147 *Relaciones de las cosas sucedidas en la Corte de España*, p. 543.
148 El 31 de enero de 1614 la aduana de Lisboa tiene en su poder la relación del equipaje de Silva, cf. TT LM 7 f. 17.
149 AGS E 2644 sf.
150 AGS E 2644 sf.
151 TT LM 7 f. 27.

equipaje del embajador. Reitera que se le dé a éste "bon trattamento" y especifica que:

> se lhe hão de pagar na Alfândega de Ormuz dez mil cruzados de ajuda de custo e outros dez de ordenado cada ano polo tempo que durar a Embaixada. E porque ha de começar a uençer o ditto ordenado desde o dia que se embarcar em Lisboa, e a conta delle mandey que se lhe desem naquella Cidade quatro mil cruzados, vos encomendo e encarrego muito que, tanto que ahy chegar ou a Ormuz, ordeneis que, do dinheiro mais prompto que ouuer e donde milhor e mais breuemente possa ser satisfeito, se lhe pague todo o que tiuer vençido do ditto seu ordenado, alem dos quatro mil cruzados, e se lhe de mais dum ano adiantado do mesmo ordenado, pagandoselhe juntamente os dez mil cruzados da ajuda de custo.

De la lectura de este documento se deduce que los 'escudos' europeos se transformaban en 'cruzados', moneda de curso en la India de inferior valor. Así los cuatro mil escudos que se le debían librar en la Corte, como indemnización por los gastos que en la espera de su despacho había realizado, se truecan en cuatro mil cruzados pagaderos en Ormuz, pero no como indemnización, sino como adelanto de su sueldo. Mal auspicio para el interminable *via crucis* económico que recorrería el legado del monarca en su embajada.

En nuevo memorial, examinado en el Consejo el 4 de febrero de 1614, don García, aparte de significar que se estaba "despachando muy apriesa" para cumplir con el mandato de Su Majestad, propone como secretario de la embajada al guipuzcoano Juan de Ozaeta, que había sido "Tesorero de la Caxa de la prouincia de Loxa en el Pirú" y "Protector general de los naturales" en la misma provincia. El Consejo accedió a la petición de Silva y propuso darle "veinte ducados de entretenimiento al mes y dozientos a trezientos de ayuda de costa por vna vez para aperciuirse". El monarca volvió a dar su aprobación.[152]

Cuando ya parecía estar resuelto todo, don Hernando de Silva representó al Consejo que el sueldo que se le había asignado no era "merced competente a su calidad y seruicios ni para poder ir a semejante jornada". El Consejo recomienda elevar a ochenta escudos el entretenimiento mensual, dejando en la cuantía anterior la ayuda de costa. Y por si el rey fuera servido en dar su aprobación, el 16 de febrero de 1614 adjuntaba al oficio de remisión los despachos listos para la firma. El monarca los firmó.[153] El sueldo de Hernando de Silva y de Juan de Ozaeta se pagarían de los fondos asignados a los gastos de costa de la embajada.

[152] AGS E 2644 sf.
[153] AGS E 2644 sf. El borrador de los despachos de Hernando de Silva y Juan de Ozaeta se puede ver también en AGS E 1852 sf.

Don García abandonó la corte antes del 16, sin esperar la respuesta a la representación del capitán, como cabe deducir del informe que el 26 de febrero un tal Andrés Velázquez, confidente a sueldo, hizo llegar al duque de Lerma. El embajador de Su Majestad, decía, "partió desta corte a su biaje y lleba en su serbicio los más criados italianos y flamencos", lo que podría tener el inconveniente de que se "hicieran plásticos deste biaje" y "capaces de las materias", porque "no ay flamenco de quien se pueda segurar" y porque la experiencia enseña cómo aprendieron "el Draque[154] y otros en nuestra misma escuela". Por ello convendría advertirle de que con cualquier pretexto se deshiciera de ellos y tomara en su lugar criados españoles. Cínicamente terminaba su misiva reclamando su recompensa, "porque sin dineros no se pueden penetrar secretos ajenos, ni poco ayudado discurrir acertadamente en ellos".[155]

Es harto probable que Silva partiera el 12, fecha de otras dos cartas de Felipe III a don Jerónimo de Azevedo, que con las anteriores llevó también consigo a Goa. La primera[156] repite las recomendaciones de que se le pague puntualmente para evitar el "grande descredito que resultaria a meu serviço de que, a vista dos Reys visinhos desse estado, se detiuesse nelle hum embaxador meu por falta de dinheiro". En la segunda[157] le encarga tomar prestado a su crédito el dinero necesario para pagar al embajador, en caso de que no hubiera fondos para ello.

Estando ya fuera de la corte don García, Felipe III despachó desde Madrid a Lisboa el 25 de febrero otra carta[158] para el virrey de la India. Como si se hubiera apoderado de él un súbito arrepentimiento, estimaba ahora escasos los fondos previstos para los gastos corrientes de la embajada y le notificaba a don Jerónimo de Azevedo:

> E porque, demais do que assi ha de hauer, he necessario prouerse tambem dinheiro para os gastos da Embaixada, hei por bem e uos encomendo m*ui*to e mando que para elles lhe façais dar em virtude desta carta vinte mil cruzados mais; pagos effectiuamente na mesma Alfândega de Ormuz, ordenando que do que se lhe der, se cobrem conhecimentos seus de que me auisareis para as contas.

El 7, 12 y el 18 de marzo hace lo propio desde Lisboa en nombre del rey el obispo de Oporto que ejercía de virrey de Portugal. En la carta del 7 de marzo[159] le avisa a don Jerónimo de Azevedo que no cobre derecho de aduana por las cosas que figuran en la relación del regalo al rey de Persia y en la de las pertenencias del embajador. En la del 12 de marzo[160] ordena que con éste se embarquen en la nao capitana dos

[154] Francis Drake.
[155] AGS E 255 sf.
[156] TT LM 7 f. 23.
[157] TT LM 7 f. 25.
[158] TT LM 7 f. 21.
[159] TT LM 7 f. 21.
[160] TT LM 7 f. 11.

agustinos para suplir a los dos "de vida exemplar e de virtude muy conhecida, e em quem se não possa nottar deffeito de nasçimento nem outro algum", elegidos por el provincial para acompañar a don García en su jornada a Persia y quedarse a residir en el convento de Ispahán, a fin de servirle en su edificación personal y para darle consejo y ayuda en cosas del real servicio. En una palabra, para actuar de directores espirituales y comisarios políticos, como se deja ver en la recomendación final de la carta:

> Entre a gente que o Embaixador dom Garçia da Silva leua para seu servicio vão alguns italianos, e porque conforme a minhas leys por serem estrangeiros não podem residir nessas partes, vos encomendo ordeneis que nenhum dos que leuar fique nellas e que todos passem ha Persia.

Mas visible todavía es el toque personal del buen obispo en la carta del 18 de marzo de 1614[161] que merece reproducirse por entero.

> Visso Rey amigo, Eu ElRey vos enuio muito saudar. A Dom Garçia da Silua e Figueroa, que este anno vay para essas partes por embaixador al Rey de Persia, mandey pagar neste Reino quatro mil cruzados no thesouro da casa da India, adiantados a conta dos dez mil cruzados de ordenado que ha de auer em cada hum anno. Como o dito cargo de que se lhe passou prouisão com declaração que se lhe descontarão nos primeiros pagamentos que ha de auer nessas partes, e porque em carta minha de 17 de settembro do anno passado se tratta que do dito ordenado se lhe passou prouisão na corte de Madrid a qual não a presentou o dito embaixador pera se lhe porem as verbas necessarias, pella qual rezão se lhe deu a que se refere em 15 de março deste anno,[162] vos mando que particullarmente vejais as cartas e prouisiões que pera vos leua o dito embaixador, e se ouuera alguma que tratte sobre os dez mil cruzados de ordenado que ha de auer em cada hum anno, ordeneis que se lhe não entregue mais que a provisão que pera isso lhe for neçessaria, somente recolhendo auer alguma carta per que entendais que estai duplicado, de modo que le sejão descontados os ditos quatro mil cruzados. Escrita em Lixboa a 18 de Março de 1614. O Bispo do Porto.

Irritado por tener que pagar un adelanto del sueldo del embajador, resarció su contrariedad avisando al virrey de la India de que revisase bien los papeles del orgulloso embajador como si de un vulgar tunante se tratara. Y esta carta explica en no pequeña parte el desencuentro de don Jeronimo de Azevedo con el embajador desde un primer momento.

[161] TT LM 7 f. 19.
[162] No he podido encontrar este documento.

La gran aventura

Hemos dejado a don García en Lisboa a punto de emprender lo que sería la gran aventura de su vida. De ella da buena cuenta en los *Comentarios* de su embajada al sah Abbas y no hay motivo para quitarle la palabra, pues nadie mejor que él supo narrarla. No obstante, hay cosas que por estimarlas irrelevantes, por olvido o por pudor pasó por alto y que por otros caminos me ha sido posible conocer. Estimo que la imparcialidad del historiador obliga a hacerlas de público dominio, y de ahí que vaya a ser muy esquemático en la exposición de los hechos que él mismo relata y que me extienda en la de aquellos que nuestro personaje no menciona.

Don García zarpó de Lisboa rumbo a Goa el martes 8 de abril de 1614 en la nao capitana "nuestra Señora de la Luz" de una flota de cinco naves, con el Cocha Sefer, factor de Abbas, y arribó a Goa el jueves 6 de noviembre de 1614. El 19 de diciembre enviaba un largo mensaje al rey sobre la apurada situación del estado de la India y la toma por los persas de la fortaleza de Comorán en el Bandel. Asimismo le notificaba que no se le había librado el dinero que se le debía entregar en Goa como remuneración personal y gastos de la embajada y que temía que el virrey no se lo entregaría nunca. Terminaba rogando a Su Majestad que "no permita que yo padesca vergüenza ni afrenta en los ojos de toda la India, adonde con tanta voluntad y trauajo vine a servirle".[163] El largo calvario del noble anciano había comenzado. Detenido en Goa casi tres años por las circunstancias adversas y por los impedimentos que ponían a su partida el virrey, don Jerónimo de Azevedo, el obispo de Cirene, fray António de Gouveia, y el propio capitán de Ormuz, don Luís da Gama, no pudo llegar a Ormuz hasta el 29 de mayo de 1617.[164] Allí permaneció a la espera de que los gobernadores persas del Bandel, Lar y Shiras tuvieran preparados los camellos y bagajes necesarios para el transporte de los regalos procedentes de España y de la India. En Lar, donde llegó el 28 de octubre, se detuvo hasta el 9 de noviembre, alcanzando Shiraz el 24. En esta ciudad pasó los rigores del invierno y no reanudó su marcha hasta el 4 de abril de 1618.

Al llegar a Margascán (Myrgascun), dejando proseguir su camino al resto de la caravana, se desvió para visitar el conjunto de ruinas que los nativos llamaban Chilminara (Chihil Minar "quarenta alcoranes o quarenta colunas"). Se trataba nada menos que de las ruinas de Persépolis. Convencido de antemano de la importancia del lugar, con la ayuda de un sextante estableció sus coordenadas geográficas y le hizo tomar a su pintor apuntes de los detalles más interesantes, entre ellos una muestra de la escritura cuneiforme. Fue aquella excursión arqueológica la mayor satisfacción que tuvo Silva durante su estancia en Persia. El 1 de mayo llegó a Ispahán, donde

[163] AGS E 259 sf, publicado en Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, doc. 16, p. 193.
[164] El 8 de mayo, según el autor del ms. Biblioteca Nacional de Lisboa [BNL], fundo geral 580, f. 31v.

permaneció hasta el 28, en que por indicación de Abbas, que se hallaba ausente, emprendió el camino hasta Qasvin, donde hizo su entrada oficial el 15 de junio. Dos días después se hizo la entrega solemne del magnífico regalo del rey de España, seguida de una cena en cuyo transcurso tuvo Silva ocasión de contemplar a sus anchas al sah, del que nos ha dejado un breve, pero muy expresivo retrato.[165]

Como el tiempo pasase y Abbas no le convocara, don García forzó un encuentro con él hacia el 4 de julio a la salida de un bazar. Fingió alegrarse Abbas y condujo al embajador a un pequeño jardín, adonde hizo venir a fray Juan Tadeo de San Eliseo, terminando la reunión sin que el embajador pudiera discutir los temas que traía en cartera. El monarca le invitó dos veces, una hacia el 11 de julio para que contemplase el presente que le enviaba el gobernador de Sirván, la otra el 14 para que le viera 'jugar a la chueca a caballo' en el maydán. El 19 recibió por medio del aposentador real la invitación de acompañar al rey en su paseo a caballo por el maydán. Decidido don García a hablarle con toda sinceridad, advirtió a su intéprete "que le haría matar, si no aclarase al rey quanto que le dixesse" y como viera que se echaba encima la noche sin haber resuelto nada, pidió permiso para "hablar dos palabras sobre el reino de Ormuz". Concedido éste de mala gana, el embajador denunció el quebrantamiento de la amistad del rey de España que suponía el haberle ocupado la isla de Bahrein, luego las tierras del Mogostán y últimamente la fortaleza de Comorán y la isla de Quéixome al rey de Ormuz, su vasallo. Muy alterado, replicó el sah que no había hecho sino recuperar lo que era suyo, a lo que replicó Silva que desde hacía ciento diez años aquellos territorios habían pertenecido a los reyes de Portugal y que sus antecesores jamás habían extendido sus dominios hasta el mar. Abbas, sin responder palabra, espoleó con gran furia a su caballo y se fue.

No por eso dejo de agasajar al embajador. Días después, hacia el 20 de julio vino a verle el aposentador real con el aviso de que Abbas partía para Soltania a recibir la embajada del rey de Laor, y que se holgaría de que estuviera allí para despacharle y para que pudiese regresar a Ormuz. El aviso de que el turco se acercaba con un gran ejército hizo que el sah cambiara sus planes y le pasó recado al embajador de que se trasladase a Ispahán para esperar allí su regreso. El jueves 27 de julio de 1618 salió don García de Qasvin y llegó a Ispahán el 13 de agosto y allí esperó pacientemente hasta el verano de 1619 a ser recibido en audiencia por el sah, lo que tuvo lugar el 2 de agosto. En ella fracasó tanto su intento de que devolviera al rey de Ormuz, Bahrein, Quéixome y Comorán, como en el de convencerle de hacer la guerra al Turco, pero recibió permiso para marcharse.

El embajador abandonó Ispahán el 25 de agosto de 1619 y yendo de camino se encontró con un soldado que le enviaba don Luis de Sosa, capitan de Ormuz, con un pliego de cartas de Felipe III. El monarca español aceptaba el trato de la seda que le

165 *Comentarios*, vol. II, p. 89.

había propuesto don Roberto Sherley en nombre del sah y enviaba una flota para bloquear el mar Rojo, a fin de mantener el monopolio de su comercio. Sin fuerzas para desandar el camino, al tanto ya como estaba de la voluntad de Abbas, despachó al mensajero hasta Ispahán con el texto del tratado del comercio de la seda, la carta de Felipe III a Abbas, amén de otras suyas para el soberano persa y para fray Juan Tadeo de San Eliseo. Don García alcanzó Ormuz el 19 de noviembre de 1619 y allí se detuvo hasta l5 de abril de 1620 en que se embarcó rumbo a Goa con parte de su comitiva en un pequeño patache que arribó a dicha ciudad el 25. Allí se encontró con una epidemia de peste que redobló sus ganas de retornar a España, de suerte que sin esperar a las naos del viaje se dio a la mar el 19 de diciembre de 1620 en una carabela recién llegada de Portugal, la 'Nuestra Señora de Nazareth', "con quinze o diez y seis criados y otros diez o doze esclauos y moços de seruiçio, sin el capellán y un fraile lego de los capuchos de San Francisco, llamado fray Philipe". La carabela llegó a Mozambique el 23 de enero de 1621 y tras detenerse allí algunos días prosiguió el viaje el 26, pero los vientos contrarios la llevaron de nuevo a Mozambique el 17 de febrero, y como le fuera imposible poner rumbo a Europa, emprendió el regreso a Goa el 14 de marzo. Llegóse el 28 a la barra de dicha ciudad, donde la poca pericia del piloto estuvo a punto de provocar una catástrofe, cuando chocó con un banco de arena.

En esta tercera estancia pudo el anciano embajador contemplar cómo se iban abatiendo las catástrofes una tras otra sobre el estado de la India: la explosión del polvorín de Goa el 22 de agosto de 1620 que causó graves daños a la ciudad, el fracaso de Rui Freire de Andrada en Quéixome y la toma de Ormuz en 1622, el bloqueo de la barra de Goa por las naos inglesas y holandesas con la intención de que los portugueses rescataran a sus compatriotas de la nao 'San Joseph', a la que habían hecho encallar en Mozambique en un ataque a la flota de don Francisco de Gama, conde de la Vidigueira, que venía de virrey a la India. A la tristeza del fracaso de su gestión se añadía la amargura de no recibir de las autoridades portuguesas ni el apoyo, ni el trato que le correspondían. Sus gestiones para recibir digno acomodo en las naos del tornaviaje no surtían efecto, y su estancia en Goa parecía condenada a alargarse indefinidamente hasta que al fin logró embarcarse el 28 de enero de 1624 en la nao *Sancto Thomé* pagándose personalmente el pasaje "sin otra ayuda de los ministros de Su Magestad que una curuña pequeña o entremiche en que sólo cupieron 14 pipas de agua, siendo forçoso llenar los demás mantenimientos para el viage con suma descomodidad en los camarotes que auía comprado".[166] Durante la travesía continuó escribiendo sus anotaciones diarias que se interrumpen el 28 de abril. Por una ironía del destino pereció del 'mal de Loanda' o escorbuto, que conoció y describió con detalle durante su viaje de ida a Goa,[167] el 22 de julio de 1624.

166 *Comentarios*, vol. II, pp. 607-608.
167 *Comentarios*, vol. I, pp. 85-86.

Lo que don García no contó: *addenda*

Addendum 1. Llega el momento de mencionar a modo de *addenda* lo que don García se dejó en el tintero, bien por estimarlo irrelevante, bien por olvido, bien por pudor, al redactar esos *Comentarios* que su no pequeño *ego* quería legar a la posteridad. Un buen ejemplo de lo primero es la relación de su equipaje personal[168] que el día 5 de febrero de 1614 entregó a los efectos de pasaporte en la frontera con Badajoz, que publiqué en su día.[169] Los doce apartados de que consta dicho documento se convierten en sesenta en la relación de "lo que lleua a Lisboa para se embarquar".[170] Evidentemente detenerse en minucias burocráticas era impropio de un prócer de su calidad.

Add. 2. Un desdén análogo muestra Silva con respecto a los miembros de su séquito a quienes rara vez menciona por su nombre refiriéndose a ellos de una manera genérica como "la casa" o "la familia" del embajador. Algunos ya se han dado a conocer en páginas anteriores: Hernando de Silva, el sustituto del embajador en caso de fallecimiento, Juan de Ozaeta, el secretario, Baltasar Vázquez de Neira, mayordomo y receptor de los gastos de la embajada. De un modo incidental menciona al capellán Vicente Sorrentino, al gentilhombre Gutierre de Monroy, y a un tal Saulisante (*Com.* II, p. 473), que sucedió a Juan de Ozaeta como secretario, a quien envió a España desde Ormuz con cartas para el rey. Entre sus criados nos da a conocer a Diego Lobo, que se quedó a su regreso a Goa con otros dos en Ormuz "para hazer embarcar algunos caballos" (*Com.* II, p. 475) y recibió una estocada a traición que a punto estuvo de costarle la vida (*Com.* II, p. 488) y a Bernardo de la Peña que murió en el sitio de Ormuz "peleando de manera que dexó su muerte y la de otros bastantemente vengadas" (*Com.* II, p. 582). Por el proceso incoado en Goa con motivo del asesinato de Baltasar Vázquez de Neira se conocen los nombres de los cocineros de don García, el italiano Bernardo della Fonte y el portugués António Gonçalves, el despensero Sesore Simino (¿Cesare Cimino?), el comprador Pero Fernandez, portugués, el cirujano Agostino Ordini y el criado Luis de Mendoza. Hernando de Silva llevaba como paje a Manuel de Torres y como criado a Bernardo de Heredia, y Baltasar Vázquez de Neira como criado a Pero de Almeida. Es de lamentar que don García no mencione el nombre de quien con riesgo de su vida le libró de perecer ahogado al llegar a Goa, porque nos habría dado a conocer el del autor de una interesante *Relación* de la jornada en Persia de la embajada.[171] Nos quedamos igualmente sin saber si aquel "soldado prático y gran marinero" que se llamaba Joseph de Alcázar se incorporó a la embajada y el número exacto de personas que formaban la 'familia' del embajador. En *Com.* II, p. 32 éste afirma que llegaban a ciento y fray Hernando de

168 AGS CC 1029, nº. 51.
169 Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, pp. 258-259.
170 31 de enero de 1614, TT LM 7 f. 31, cf. el Apéndice documental.
171 La he publicado en Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, pp. 482-508.

Moraga[172] calcula en unas cincuenta de a caballo el séquito de su entrada en Qasvin. Entre los más próximos a su persona cuenta ocho pajes, ocho lacayos, caballerizo, mayordomo, maestresala, capellán y un fraile de San Agustín.

Add. 3. Por estimarlo irrelevante con el argumento principal de sus *Comentarios* don García no menciona los libros, regalo del portugués Vicente Nogueira, que llevó consigo en su viaje a Goa y que no sólo le permitieron matar el tedio durante la travesía,[173] sino escribir en la larga espera en dicha ciudad el *Hispanicae Historiae Breviarum* que editaría en Lisboa António Furtado de Rocha en 1628.[174] Tampoco menciona la *De rebus Persarum epistola*, que escribió desde Ispahán en 1619 a su amigo, el marqués de Bedmar, don Alonso de la Cueva, cuando era embajador en Venecia, y tradujo después al latín por encargo de éste, mientras esperaba en Goa el momento de regresar a España. En 1620 Bedmar la hizo imprimir en la imprenta de Plantino en Amberes, siendo ya embajador ante el archiduque de Austria.[175] Estas dos producciones latinas permiten incluir a nuestro personaje en el elenco de los humanistas españoles de finales del siglo XVI y principios del XVII.

Add. 4. La severidad con la que el anciano embajador castigaba las aventuras amorosas de la gente de su familia fue la causa ocasional de algunos sucesos luctuosos que tuvieron importantes repercusiones en la embajada. Me estoy refiriendo al asesinato en Goa de su mayordomo, Baltasar Vázquez de Neira, por instigación de don Hernando de Silva, a la decapitación de Jusepe Salvador, el fiel intérprete, en Persia, y a la sustitución del secretario Juan de Ozaeta por Saulisante. Algunos de estos hechos

172 *Relación breve de la embajada y presente que la Magestad del Rey Don Felipe Tercero rey de las Españas, y emperador del Nuevo Mundo, hizo a Xa Abas rey de Persia clarísimo...* (Madrid, 1619), f. 3.
173 En su dedicatoria *Ad illvstrem et Generosum D. Don Vincentium Nogueram* de la obra que se menciona a continuación Silva dice: *Perlegi tandem, Vincenti amicorum maxime, in hac mea prolixissima navigatione, omnes illos nostrarum rerum scriptores, quos in unum veluti fascem collectos Francofurtique editos, cum aliis plurimis libris ex tua divite biblioteca, proficiscenti mihi dono dedisti*. De ahí se puede concluir que en el lote de libros figuraban los cuatro tomos de la *Hispania illustrata* del jesuita flamenco Andrés Schott, publicados en Francfurt (1603-1608). No se puede precisar cuáles fueron "los otros muchos" que le regaló Noguera de su rica biblioteca.
174 *Hispanicæ/ Historiæ Bre-/viarivm./ Avtore illvstrissi-/mo, & Generosissimo D. Don Gracia* (sic)*/ de Silva, & Figueiróa Philippi III./ Hispaniarum Monarchæ Cō-/siliario, eiusque ad Xaà/ Abbàs Persarum/ Regem Le-/gato./ Nvnc primvm edit An/ tonius Furtado da Rocha./ Olysippone./ Cum facultate Superiorum. /Apud Emanuelem a Silva/ s.a.* Se conservan dos ejemplares en la BNL, Reservados 187 y Reservados 188²P.
175 *Garciæ Silva Figveroa/Philippi III./Hispaniarvm Indiarvmq. Regis/ ad Persiæ Regem Legati/ De Rebvs Persarvm/ Epistola/ v. Kal. an. M. DC. XIX. Spahani exarata/ ad Marchionem Bedmari/ nuper ad Venetos, nunc ad Sereniss./ Avstriæ Archidvces,/ Belgarvm Principes,/ Regium Legatum./ Antverpiæ,/ ex officina Plantiniana,/ M. DC. XX.* He manejado el ejemplar de la BNM 2/41346 (2) encuadernado en un volumen facticio con la obra de Wilhelm Schikard, *Tarich h. e. Series Regvm Persarvm*... (Tubingae, 1628). Cf. *infra*, pp. 61-83.

los omite pudorosamente don García en los *Comentarios* y sobre otros pasa rápidamente como sobre ascuas. En ningún caso se plantea la parte de responsabilidad que pudiera corresponderle, ni da muestras de arrepentirse por haber desencadenado con su rigor un proceso de final imprevisible.

Add. 5. El primer *affaire de cœur* se conoce por el "treslado do auto do ferimento e morte de Baltasar Vasques de Neras" que reclamó Felipe III al virrey de la India y al 'ouvidor geral do crime' en Goa, Domingos Soares, a petición de don García de Silva y Figueroa.[176] Los hechos sucedieron así. Baltasar Vázquez de Neira mantenía relaciones amorosas con una mujer que comentó con Bernardo de Heredia, criado de don Hernando de Silva, y con un tal Luis de Mendoza, amigo de dicho criado. Enterado de esos amoríos, el embajador le expulsó de su casa, y Vázquez de Neira, en la idea de que los criados habían ido con el cuento a don Hernando de Silva y que éste a su vez se lo había comunicado su tío, al salir de la residencia del embajador "foi largando alguмas palauras contra os putos infames que denunsiarão delle ao embaixador". Instalóse Neira en una casa cercana a la de su patrón y el 28 de octubre de 1615 se presentó en ella Bernardo de Heredia a preguntarle si los insultos que había proferido se referían a él o a don Hernando. Neira replicó que los había dicho "contra os que o auião mixericado contra o embaixador, mas não contra dom Fernando". Después de esto don Hernando de Silva le envió a su paje Manuel de Torres con un papel en que le preguntaba si creía que había sido él quien le había delatado y si había dicho aquellas cosas. En el mismo papel Neira replicó que, si las había dicho, fue con intención de que se descubriese el autor del chivatazo, pero que nunca pensó que lo fuera don Hernando. Insatisfecho con la explicación, mandó a Bernardo de Heredia a vengar la supuesta afrenta al día siguiente. Presentóse éste a las nueve de la noche a la puerta de la casa de Neira mientras estaba cenando a "pedirle una palabra". Bajó a dársela desarmado y Heredia aprovechó la ocasión para emprenderla con él a estocadas. Ninguna de ellas fue mortal y la víctima pudo declarar al 'ouvidor' quién se las había inferido, pero la hemorragia fue tan grande que le causó la muerte. Heredia se escapó de la justicia pasándose a los dominios del Hidalcán, don Hernando fue sentenciado a ocho años de destierro, pero quedó en libertad bajo fianza y andaba libremente por la ciudad, hospedado por los frailes agustinos. En una carta autógrafa del 26 de marzo de 1616 dirigida a Juan de Ciriza, secretario del Consejo de Estado, don García se quejaba así:[177]

> Esto sólo se haze en mi ofensa y con tanta desvergüenza y libertad de los frayles, queriéndolo ansí el Virrey, que no sé qué medio tome, pues sobre auer este hombre cometido un tan graue delicto y con tanta aleuosidad, me lo ponen delante. V*uestra Merced* podrá uer el estado que quedo.

[176] AGS E 437 f. 195.
[177] AGS E 437 f. 109, publicada en Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, doc. 31, p. 232.

Add. 6. El segundo enredo amoroso de fatal desenlace fue el que causó la muerte de Jusepe Salvador, el intérprete de la embajada. Era éste un armenio que escapó de Ispahán con fray António de Gouveia y el agente del duque de Toscana, el sirio Miguel Ángel Coray, para buscar refugio en Ormuz, cuando al regreso de Danguis Beg desató Abbas la gran persecución contra los cristianos armenios. Imán Qoli Khan, gobernador de Shiraz, pidió a don Luís da Gama, capitán de Ormuz, que le entregara a Miguel Ángel Coray y probablemente también al armenio, sin que su petición fuera atendida. Es más, utilizó a Jusepe Salvador como correo para que llevara al rey cartas suyas y de fray António de Gouveia. El 22 de noviembre de 1614 llegaba a Venecia y el marqués de Bedmar le daba pasaporte para Milán, a fin de que lo encaminasen a España el marqués de la Hinojosa[178] o don Sancho de Luna, a quienes escribió rogándoles que "lo despachasen con la mayor brevedad posible".[179] Por su buen conocimiento de la lenguas árabiga y persa, don García le llevó como intérprete en su jornada de Persia, donde halló la muerte al partir del caravasar de Imanzada. El embajador se había enterado de que "dando escándalo y mal exenplo" el tal Jusepe Salvador traía consigo "una mugerçilla gentil o indiana de nación y de profesión mora" y le ordenó adelantarse a la caravana para "ponerla en cobro". La desgracia fue que "a menos de dozientos pasos de donde auía partido fue hallado muerto y sin cabeza" por los que iban con las primeras cargas de la caravana. Se produjo el natural revuelo y fueron a comunicarle el caso al embajador, que se hallaba durmiendo. Este ordenó "que nadie inquiriese ni hiziese diligencia para saber los que uviesen cometido el delito" y comenta:

> No se supo otra cosa más sobre su muerte, sino que muy poco espaçio antes que él partiese y se apartase de la carauana pasaron dos tropas de hombres a cauallo con arcabuzes, arcos y çimitarras, con mucha priesa, teniéndose por sin duda que éstos le uviesen muerto. Pero qué ocasión pudiese auer dado aquel pobre hombre, nadie lo pudo imaginar, ni hasta agora se sospecha, aunque muchos sí, de quien le causó tan cruel muerte, llevándole la cabeça y dexándole el dinero y sortijas que lleuaba; y ansí pareció açertado pasar esto en silençio, hallándose el Enbaxador en parte adonde era forçoso hazerse ansí.[180]

Mas desinhibido, el soldado español autor del relato anónimo de la embajada se manifiesta con mayor sinceridad. No menciona que fue una cuestión de faldas sino "cierto enfado con su intérprete" el motivo de que el embajador le ordenase "que fuesse adelante con la cáfila", y en cuanto a su triste final refiere:[181]

[178] Juan Hurtado de Mendoza, gobernador de Milán, marqués de San Germán y de la Hinojosa.
[179] Así se lo comunicaba al monarca el 1 de noviembre de 1614 (AGS E 1358 f. 267).
[180] *Comentarios*, vol. II, p. 10.
[181] Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, p. 491.

No se supo quién o por qué orden se hiço esto, mas sospechóse y tiénese por cierto que fue con expresso mandato del Rey, porque a no ser así, sin orden dada se supiera, porque ningún delicto se encubre en el reyno de Persia, y si el Rey no lo permitiera, no sucediera tal, que se descubriera el delinqüente. Mas como el intérprete [47v] era armenio y hauía viuido en el reyno de Persia, y se hauía hallado en la salida dél que hiço el obispo de Sirene y otras causas que no faltarían, aunque con justa raçón se puede indiciar que fue ésta la principal, pues quando Joseph Saluador, que assí se llamaua el intérprete, llegó a Xiras, le dixo el gou*ernad*or del estado entre pláticas a Joseph: "Joseph, de buena escapastes con el obispo de Sirene, mas vuestro compañero el griego,[182] si allí se libró, coxíle después quando gané la fortaleza del Vandel, y con cortarle la caueça me satisfiçe el enojo que me hauía dado".

Add. 7. Es harto verosímil que fuera también un asunto de faldas lo que enfrentara al viejo embajador y al secretario de la embajada, el vascongado Juan de Ozaeta. Me induce a creerlo así un informe de fray Melchor de los Ángeles que presenta a don García como persona autoritaria, despectiva y distante con sus subordinados. Estando en Persia – dice[183] – hizo una cosa que no convenía

> Y es que [...] por cualquier culpa que sus criados cometían en su casa, embiaua a llamar la justicia de los Moros y se los entregaua, para que los lleuasen presos a sus cárceles, lo que ellos sufrían tan mal que, entregando a su secretario, lo sintió tanto que dixo delante de mí y de todos en voz alta que, si le tratasen de aquella manera, se haría moro. Y otros criados dixeron lo mismo en semejantes ocasiones [...]. De ahí nació que, hallando la justicia de Aspán, un criado del embaxador de noche en casa de una muger, le hizo passar por la plaza, con las manos atadas, con vn pregón afrentoso. Y quexándose el Embaxador deste agrauio, le respondió el Gouernador que, pues él lo llamaua a su casa para castigar sus criados, no le hacían agrauio en castigar aquel que hallaban culpado.

No sé si peco de mal pensado, pero me malicio que quien padeció tan bochornosa, aunque suave, punición, visto como los persas castigaban las cosas de este jaez, fue el secretario Juan de Ozaeta, a quien previamente quizá había puesto en manos de la justicia su patrono por una falta menor. Por una persona de menor rango no se hubiera quejado del agravio don García ante el gobernador. Cabe imaginar la que armaría el guipuzcoano a su regreso a casa después de semejante gira, lo que provocaría su inmediata destitución.

Add. 8. Don García resume en los *Comentarios* los choques que se produjeron entre los miembros de la embajada y la población local en el invierno del 1619 quitándoles importancia con estas asépticas palabras.[184]

> Pasóse el inuierno en Spahán [...] no pudiendo escusarse del todo quistiones y alborotos de gente rruin de la çiudad con la familia del Enbaxador, mayormente con los esclavos y moços del seruiçio de la India, pero sin mas daño de quedar una vez un soldado persiano mal herido, a quien mandó el Enbaxador curar, y dar todo lo neçesario para su rregalo y después alguna cantidad de dinero.

Para calibrar esos incidentes en su justa medida conviene acudir al vivo relato que hace de los mismos el anónimo autor de la "Relación de la embajada":[185]

> En este ibierno que el embaxador passó en Aspaán sucedió vna desgracia, nacida de vna desorden de vn page que a un persiano dio vna puñalada. Y para quexarse al embax*ad*or truxeron al propio erido, y porque el portero, respeto de estar el embax*ad*or reposando, los detubo a la puerta, pusieron al erido en el suelo. A esto se fue juntando mucha concurrencia, assí a la puerta de casa, como sobre [72v] vnas paredes de vnos aqüedutos de vna mesquita que estaua cerca de la casa. Y el portero con vn bastón, que siempre traýa en la mano, fue apartando la gente que a la puerta estaua, y no contento con esto començó a gritar a los que sobre la pared y mesquita estauan que se apartasen. Y como no lo hiçieron, hiço demonstración que les quería tirar con piedras. Y viendo esto, un lacayo del embax*ad*or puso en execución el intento del portero tirando algunas, y en respuesta dellas venían algunas de la parte de la mesquita y otras de quando en quando sin sauerse quién las arroxaua. Antes, todos mostrauan las manos justificándose, a cuyas justificaciones con nueuas piedras [73r] el lacayo respondió. Viendo esto los de la mesquita, a las claras y sin empacho, la fueron desenladrillando, hechando azia la casa del embax*ad*or tantos ladrillos, que quando acudieron de adentro parecía el circuyto de la puerta ruyna de otra casa. Acudióse con las armas que más presto se hallaron y en esta salida mataron algunos moros. Y por castigo de su delito fueron enterrados con pregón público. Y murieran muchos más, a no salir el embax*ad*or a recoxer sus criados, y recoxidos, mandó serrar las puertas. Mas no por eso cesó la lluuia de ladrillos. Y otro día acudió el gouern*ad*or de la corte. Dicen que sobre el negoçio hiço grandes diligencias, [73v] mas lo cierto deuió de ser que se contentó con el castigo de los muertos.

Evidentemente de algo más grave que "quistiones y alborotos" se trató, cuando por ellos perdieron la vida "algunos moros", y el asunto llegó a oídos del rey que se hallaba ausente. Siguiendo el modelo de los historiadores clásicos, el anónimo autor de la *Relación* se inventa el contenido de una carta de Abbas al embajador en la que pasa de la indignación a la cortés excusa por haber prestado crédito a un falso informe. Para que el lector sopese el fondo de verdad que en todo ello pueda ocultarse y la habilidad del aspirante a historiador para reproducir el lenguaje cancilleresco de la monarquía persa, transcribo dicha carta a continuación:

182 Ignoro a qué 'griego' puede referirse.
183 BNM, Ms. 2348 f. 520r-v.
184 *Comentarios*, vol. II, p. 342.
185 BNL, Fundo Geral 580, ff. 72r-73v, publicado en Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, p. 331, n. 130.

> Muchas quexas han llegado a mis oydos de vnos españoles, diciendo que se adelanta su liuertad a tanto, que no sólo toman por fuerça las mugeres a sus maridos, sino que los matan a ellos si las quieren defender. Llegando a este punto, llegó a mí vn correo con vna carta del *cadi*,[186] de la qual entiendo ser mentirosas las quexas que me hicieron, ni yo podía creer que cabían tales baxezas [74r] en españoles y vassallos del Rey de España, mi hermano. Yo seré presto en v*uestr*a casa. Guárdeos Dios.

Add. 9. Se ha expuesto en páginas anteriores cómo don García confiesa haber regalado al sah la pintura de Sabina Augusta que con tanto escrúpulo arqueológico mandó realizar. Sin duda aquel regalo lo sintió en el alma, pero mucho más sentiría otro que a regañadientes se vio obligado a hacer, por mucho que trató de evitar hacerlo. Sobre el asunto guarda un absoluto silencio en sus *Comentarios*, porque reconocer su debilidad iría en detrimento de su honra de cristiano. Pero por una ironía del destino es un religioso, fray Hernando de Moraga, quien con inmenso candor, nos revela el secreto. Le cedo la palabra:[187]

> Embió (*scil.* Abbas) a pedir a don García vna Imagen muy hermosa, que le auían dicho tenía, que le haría en ello gran plazer. Embióle algunas profanas que tenía en sus aposentos, de Emperadores y mugeres de Emperadores, las quales le boluió por tres vezes, diziendo no era de aquellas la que le pedía, hasta que a la tercera vez le embió a decir que la Imagen que él pedía era vna que tenía en su Capilla, llamada Madre de Dios. Fue forzoso quitarla del Altar adonde se dezía Missa, y enviársela. Era vn quadro de nuestra Señora en pie sobre la Luna, de su Inmaculada Concepción, con todos sus atributos, pintura de Francisco Pacheco, vezino de Sevilla, que se la dio en Madrid al Embaxador vn Religioso graue, deudo del Conde de Salvatierra. Lleuaron la dicha Imagen el Intérprete y criados de don García, acompañándola con Luzes y gran veneración, yendo cubierta con vn velo de damasco que ella tenía, causando admiración a los ciudadanos, quitándose las tocas, viendo que los que la acompañauan yuan sin sombreros. Llegaron con esta orden a palacio, donde hallaron al Rey en vn jardín oyendo vna música de vnas moras, la qual dexó de oýr luego que vio venir la Imagen, y saliendo la recibió, se quitó la toca y besó los pies medio de rodillas, y luego mandó la lleuasen al Arami, que así se llama el quarto de sus mugeres, que las más y que con el priuan son Gurgis, que es vna tierra de Cristianos, que él conquistó y quitó al Turco en la Armenia menor; y estas mugeres la tienen en gran veneración, y se entiende rogaron al Rey se la pidiese a don García.

Que nada menos que una imagen de la Purísima Concepción que presidía el culto en la capilla del emperador fuera puesta en manos de infieles para satisfacer el capricho de un déspota de la categoría de Abbas, venía a ser casi un sacrilegio para la mentalidad de la época, al menos para los nacidos en el siglo anterior cuando corrían los

186 Juez de lo criminal.

187 *Vitorias felicísimas*, p. 1.

tiempos recios. Que el caso no le arranque a fray Hernando de Moraga el más mínimo reproche, indica que algo había cambiado en el temple de la gente. Pero, aun así, convenía no airearlo, como muy prudentemente comprendió el señor embajador al pasarlo por alto.

Add. 10. Del amplio relato que hace Silva de la entrevista que tuvo con el sah, en cuyo transcurso mandó éste llamar a fray Juan Tadeo de San Eliseo, se saca la impresión de que no se dejó nada en el tintero. Sin embargo, es muy probable que aprovechase la ocasión para solicitar al soberano persa que le facilitase el regreso a España por otro camino.[188] Cabe deducir esto del testimonio de fray Hernando de Moraga, una fuente digna de crédito, quien dice textualmente:[189]

> Estaua el embaxador enfadadíssimo del mal trato que los Portugueses le auían hecho, deteniéndole y no le dando auío, y tomándole los pliegos y cartas que despachaua a España, como si no fueran todos vassallos de su Magestad: tanto que trató con el Rey que su buelta auía de ser por la Moscobia y Noruega, a dar en Flandres, por no boluer por Portugal ni Ormuz. Y el Rey le facilitó esse camino, diziéndole que, para sólo que él passasse seguro, embiaría con él vn Embaxador al de Moscobia, con lo qual, aunque auía en aquella tierra guerras, podría yr.

Indirectamente abona las palabras de fray Hernando la Resolución del Consejo de Estado del 4 de abril de 1620,[190] en la que se conformaba "en todo con lo que parece a la Junta, por ser lo que apunta tan combeniente y bien considerado". A la Junta de tres miembros del Consejo se le había encomendado proponer: a) las medidas que convenía tomar, una vez descubierto por las cartas de don García el ánimo del sah; b) lo que se debía hacer con don Luís de Gama y fray Melchor de los Ángeles; c) decidir sobre el regreso del embajador. En lo relativo a este último punto, la junta de tres había propuesto:

> Que, pues Don García ha cumplido con su obediencia y no es necessaria su assistencia allá, se le ordene que se benga por vía de Ormuz y no por tierra, para que comunique al capitán de Ormuz y al virrey de la India lo que tiene entendido de las cosas de Persia, y se ordene al virrey le dé todo lo que se pudiere por qüenta de lo que se le deve, que son 40.000 ducados; pero, por estar las cosas de la alfândiga alcanzadas, combendrá que por la vía de Marsella a Alepo le embíe el presidente de Hazienda letra de 20.000 ducados.

188 Que la idea de regresar por 'la vía de Moscovia' le rondaba por la cabeza, lo demuestra la *De rebus Persarum epistola*, escrita a comienzos de 1619, en la que confiesa al marqués de Bedmar: *Si res pacatiores essent in Moschouia, vtique per eam regionem, Astorcanum petens, iter facturus essem in reditu* (p. 14).

189 *Relación breve de la embajada*, f. 3r.

190 AGS E 437 sf, publicado por el P. Carlos Alonso, "Cartas del P. Melchor de los Ángeles, OSA y otros documentos sobre su actividad en Persia (1610-1619)", *Analecta Augustiniana*, 65 (1981), pp. 249-298, en p. 298.

El Consejo de Estado tenía razón. Lo procedente era que don García regresase por donde había venido para informar a las autoridades portuguesas de Ormuz y la India lo que "tenía entendido de las cosas de Persia". Pero esta vez el resentimiento fue superior en el embajador al sentido del deber. El documento de marras confirma que había comunicado al rey su deseo de volver por tierra a España.

Add. 11. Don García hizo su testamento hológrafo en Goa el año de 1622 que publiqué por entero en 1989,[191] dejando como herederos universales de sus bienes a los hermanos de la Cofradía de la Caridad de Zafra, con la obligación entre otras cosas de fundar dos capellanías. Me interesa reproducir aquí su cláusula inicial y el final del documento del Libro de Fundaciones de la Colegiata de Nuestra Señora de la Candelaria de Zafra donde figura dicho testamento.

> *Cláusula*: Que constituyo por herederos de todos mis bienes – ansí de los que se hallaren en mi poder, como de los que Su Magestad me deue, ansí de mis gaxes como de lo extraordinario que le e despendido por qüenta de la embaxada, para que Su Mag*est*ad me mandó dar en Ormuz veinte mill ducados y no cobré cossa alguna a qüenta dellos, siendo lo que Su Magestad hasta oi me deue más de sesenta mill ducados – a los hermanos y dicha cofradía de la Charidad de la villa de Çafra, con cargo y obligación que cumplan las mandas y cossas siguientes:
> [...]
> Y por no hauerse cobrado cossa alguna de los sesenta mill ducados que dice le deue Su Mag*est*ad, se scriue sólo la primera capellanía de que es capellán el canónigo C*hrist*óual de León Auezilla por nombramiento del hermano mayor y seises de la cofradía de la S*an*ta Charidad desta villa; y d*i*cha cofradía la paga como heredero de todos los bienes del Embaxador, según consta por d*i*cho testamento, que lo escriuió en once de nobiembre de mill seiscientos y veinte y dos años en la forma que arriba está dicho.

Visto cómo pagaba la corona a sus fieles servidores, se comprende bien la renuencia de los portugueses, más avisados, a asumir la embajada a Persia.

[191] Cf. Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 175-176.

Apéndice documental

Lo q*ue* dom Garçía da Silva y Figueroa lleua a Lisboa p*ar*a se embarquar a su embaxada de Persia es lo seguinte:

– Seis trincheos de plata que pesa*n* setenta y dos marcos de plata.
– Vinte tres platos grandes y medianos que pesan noventa y dos marcos.
– Dos fuentes blancas, catorze marcos.
– Dos fuentes doradas, diesiséis marcos.
– Dos jarros blancos, seis marcos.
– Dos aguamaniles dorados, siete marcos y medio.
– Una saluilla blanca co*n* dos vinageras, quatro marcos.
– Dos saluillas blancas, quatro marcos y medio.
– Vna saluilla y vinageras doradas, cinco marcos.
– Salero, açucarero y pimentero blanco, cuatro marcos.
– Salero, açucarero y pimentero dorado, cinco marcos.
– Despauiladora e tigeras blancas, tres marcos.
– Una saluilla i jarro para agoa, tres marcos y medio, dorado todo.
– Dos jarros blancos p*ara* agua, tres marcos.
– Vna cantimplora piquena com su cuber*ta*, siete marcos y medio.
– Dos cantimploras grandes com sus cubertas, cincoenta marcos.
– Quatro candeleros grandes, dose marcos.
– Quatro piqueños de bugías, cinco marcos i medio.
– Otro bugiero com dos cañones, dos marcos.
– Dos copas pequeñas doradas, tres marcos.
– Dos copas doradas grandes co*n* sobrecopas, siete marcos.
– Dose cucharas e dose tenedors, tres marcos i meo.
– Vna calabaçita dorada, çiento e tres reales.
– Vna baçía de barbero i jarro p*ara* calen*t*ar agoa, diez marcos.
– Vna casuela con su cubierta, tres marcos y medio.
– Vn perfumador, marco y medio.
– Vn orinal, dos marcos y medio.
– Dos cadenilas de oro, que pesan mil e trisientos reales.
– Ciento e sesenta siete botones de oro, mil e quatrocentos reales.
– Otros cincuenta botones de oro, quinientos reales.
– Otros cincuenta botones de oro, quinientos reales.
– Quatro pares de arrecadas de esmeraldas, sesenta ducados.
– Tres sortijas de esmeraldas y una de hum çafir, viente e quatro ducados.
– Dos sintillos de oro, trisientos reales.
– Otros cien botones, nueveçientos reales.

– Vn vestido de camino goarneçido de morinillo[192] de oro e forrado en tela de oro, tres mil reales.
– Dieciséis baras de otra tella de oro p*ar*a forro y jubón de otro uestido, ciento e trinta ducados.
– Vinte e quatro varas de terçiopelo negro.
– Un vestido de tafetám laurado de rosa seca.
– Otros dos bestidos vsados de camino.
– Otros tres bestidos vsados negros.
– Dos pieças de paño de mezcla de Çegouea.[193]
– Quatro espadas desguarneçidas com sus recados.
– Seis pistolas de rueda.
– Seis arcabuçes de rueda e rastrillo.
– Dies quadros de diferentes pinturas
– Cinquoenta e quatro camisas novas y dose usadas.
– Quarenta i dos sáuanas nuevas i dies usadas.
– Viente e ocho almohadas e otras seis pequeñas.
– Trinta tablas de mantenes[194] e otras ocho de aparador.
– Dosientas y sesenta servilletas.
– Toallas goarneçidas y llanas, tres docenas.
– Lienços, otras tres docenas.
– Algunos vestidos de criados vsados.
– Vn uestido de uno de ellos de terçiopelo negro.
– Dies pares de medeas de çeda negras y de colores de su persona y otros dies pares para dar a quien se offeresiere.

Éste es, de lo que tiene memoria, poco más o menos el peso de la plata.
– Alguna ropa blanca usada de su familia y criados.
– E asimismo otro uestido de bombasí plateado.
– Vna cama de damasco azul, con su armadura dorada.
– Dosientos botones de oro de valor de mil i dosientos reales.
– Otro vestido de camino con oro.
– Otras tres sidonillas[195] de valor de mil trescientos reales.

Todo lo qual juro a Dios i a la cruz q*ue* es mío y de mi familia e criados, sy aver cosa agena. Y portesto, si alguna de las cosas q*ue* aquí va nesta memoria no pareçiere con las demás, será por no estar acabada y no poder llebarse, y q*ue*, se alguna más pareçiere, será por auérseme oluidado, de manera que no paresca ir contra el jurame*nto* hecho, porq*ue* realmente es todo lo q*ue* llevo mío y de los entretenidos de Sua Mage*stad* que van en my companhía, i de mis

192 *Scil.* molinillo.
193 Segovia.
194 Manteles.
195 *Scil.* sindonillas (del lat. *sindon*, tejido de lino fino).

criados o de los sujos, como tengo d*ich*o y lo firmé de mi nombre. Fecho a 31 de henero de mil e seicentos y quatorse.

Dom Garçía da Silva y F*rancis*co de Vasconcellos.

TT LM 7 f. 17 (31 de enero de 1614)

La *Epistola de rebus Persarum* de don García de Silva y Figueroa

LUIS GIL

Cuando presenté mi ponencia titulada "Don García de Silva y Figueroa: diplomático y humanista extremeño" en el Congreso dedicado a Benito Arias Montano y a los humanistas de su tiempo que se celebró en Fregenal de la Sierra en 2002,[1] debo admitir que me precipité un poco al calificar de 'humanista' al embajador de Felipe III al sah de Persia. Para hacerlo así me dejé guiar por una escueta noticia de Nicolás Antonio,[2] pero mucho más aún por el profundo conocimiento de la historia y la literatura grecolatina, así como por la afición a la arqueología y numismática antigua, que revelaban los *Comentarios* de su Embajada al sah Abbas de Persia.[3]

El profesor Rui Loureiro, que dirige en Lisboa la nueva edición de los *Comentarios* a cargo de un equipo internacional de expertos, ha tenido la amabilidad de enviarnos a mi hermano Juan y a mí, que formamos parte de dicho equipo, la información necesaria para sacarnos definitivamente de dudas. En la Biblioteca Nacional de Lisboa se custodian dos ejemplares, el Res. 188[2]P y el Res. 187 de su *Breviarium Historiae Hispanicae*, que a diferencia de lo que suponía Nicolás Antonio no está escrito en lengua vulgar, sino en correctísimo latín. Don García lo compuso en Goa para entretenerse durante la larga espera de su jornada a Persia,[4] valiéndose de los cuatro tomos de la *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae, Lusitaniae, Aetiopiae et Indiae scriptores varii partim editi nunc primum, partim aucti et emendati* publicados por el jesuita Andrés Schott en Francfort (1603-1608), que le regaló en el momento de embarcarse en la capitana de las naos del viaje a Goa

---

1 Se ha publicado en José Maria Maestre Maestre & *alii* (eds.), *Benito Arias Montano y los humanistas de su tiempo* (Mérida, 2006), pp. 713-722.

2 *Bibliotheca Hispana Nova* (Madrid, 1783), vol. II, p. 517. Se confirma esta noticia en Antonio Palau y Dulcet, *Manual del librero hispanoamericano* (28 vols., Barcelona, 1948-1977), vol. XXI, p. 244.

3 Los editó Manuel Serrano y Sanz en 1903-1905 en Madrid por encargo de la Sociedad de Bibliófilos Españoles en 2 vols. con el título de *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la Embajada que de parte del Rey de España Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia.* En adelante los cito de forma abreviada *Comentarios*.

4 El opúsculo lleva por fecha a su final: *Goae Orientalis Indiae metropoleos nonis Junij, 1615.*

a principios de abril de 1614 don Vicente Nogueira, 'desembargador' a la sazón de la Casa de la Suplicação en Lisboa.

Como mi hermano Juan se ha ocupado de hacer el estudio a fondo del *Breviarium*, sólo quiero aludir de pasada al tipo de relación que unía al culto clérigo lusitano con don García de Silva. El bueno de don Vicente era un bujarrón empedernido, como en la época se denominaba a los homosexuales activos, con un elenco de conquistas masculinas tan nutrido que bien pudiera ser tenido como un don Juan *contra naturam*. Tan arraigada tenía la adicción al vicio nefando, que no lograron extirpársela sus repetidos encuentros con la Inquisición. Por otra parte, sabemos que don García, aunque tuvo un hijo natural, permaneció soltero. Por su propio testimonio sabemos también que renunció a hacer uso de los servicios de las prostitutas que las autoridades persas ponían a su disposición en su peculiar manera de entender los deberes de la hospitalidad,[5] aunque del tenor de sus mismas palabras cabe deducir su heterosexualidad. Debe excluirse, pues, cualquier sospecha sobre la relación existente entre Nogueira y el embajador. Cuando éste llegó a Lisboa, había superado con creces la cincuentena y don Vicente no había alcanzado los treinta. La amistad entre ambos probablemente venía de familia. El padre del clérigo portugués, don Francisco Nogueira, fue miembro del Consejo de Estado de Felipe II y Felipe III y por consiguiente residió en la Corte durante los años de niñez de don Vicente. Como su hijo, también fue aficionado a los libros y no es descaminado pensar que en algún momento trabase amistad con otro amante de la lectura como era don García.

Sed de hoc satis. Mi propósito ahora es completar la imagen de humanista de don García dando a conocer otra obra latina suya que ha pasado inadvertida a cuantos

[5] No resisto la tentación de describir uno de esos trances con las propias palabras de don García: "Estaban en la alcoba del rey, cuando el Enbaxador de España llegó, dos mugeres de las cortesanas y que públicamente suelen seguirle, festejándole con sus bayles, las quales, muy llegadas a los Enbaxadores de Laor y Balca, los entretenían con grande rrisa del rey, pero luego que el Enbaxador se sentó, el rey con la mesma rrisa las mandó salir y que se fuesen con otras muchas que estauan fuera en la puente, diziendo a los demás que allí estauan que el dicho Enbaxador, por su mucha edad, no gustaua de ver baylar, ni entretenerse con mugeres, y boluiéndose a él le dixo: 'no hay para qué nos queráis engañar dándonos a entender que por virtud no tratéis esta gente, siendo a la verdad la causa della la inpotencia en que os a puesto vuestra mucha edad'; y con esto, él y los otros dos enbaxadores rreían mucho. Y porque en Casbín el año antes vsaua el rey de estas mesmas burlas las vezes que se vio con él, le rrespondió en aquella sazón lo que antes, diziéndole que Su Alteza tenía mucha rrazón, pues en casos semejantes, a la flaqueza de su edad se deuía de atribuir primero que a su virtud y conpostura, pero que para más confirmación de su vejez, añadió entonçes, y que con mayor causa se rriesen dél en aquella ocasión, que era de fiestas y entretenimientos, deuía Su Alteza mostralle algunas de las muchas mugeres que tan escondidas y ençerradas tenía, porque las que públicamente por allí andauan no merecían nombre de mugeres, ni era posible desconponer aun a los más moços. Fue de manera lo que el rey se enbaraçó con esto, que atajó luego la materia de que se trataua y de muy corrido no açertaua a hablar, mayormente que el Mogor y Usbeque dauan grandes gritos de rrisa con lo que el Enbaxador de España auía dicho" (*Comentarios*, vol. II, p. 388).

estudiosos se han ocupado de nuestro personaje. Se trata de la *De rebus Persarum epistola*, un folleto de 16 páginas de 17 por 10 cm, editado por Plantino en 1620, que se conserva en la Biblioteca Nacional de Madrid encuadernado en un volumen facticio a continuación de la obra de Wilhelm Schikard, *Tarich h.e. Series Regum Persarvm ... Tubingae typis Theodorici Werlerii, Anno 1628* con la signatura 2/41346 (2).

La presentación al lector que la antecede, aunque informa de que la epístola de marras en su forma original estaba escrita en español coloquial (*familiariter Hispanicè scriptam*) y la enviaba don García al primer marqués de Bedmar, don Alonso de la Cueva, embajador de Felipe III en Venecia de 1608 a 1618, no es excesivamente explícita en lo que a continuación dice sobre ella: *Latio dein donatam, in publicum iterùm dare non vna caussa impulit*. El lector se queda a oscuras, tanto sobre quién fue su traductor al latín, como sobre el sentido exacto de la expresión *in publicum iterùm dare* (¿había circulado impresa antes la versión latina?) y sobre la persona a quien las razones que a continuación se enumeran le impulsaron a publicarla. Sobre el autor de la versión latina caben tres hipótesis:

- Que fue el propio don García a quien su amigo don Alonso le remitiría el texto español de su carta con el ruego de que la tradujera al latín para publicarla.
- Que fue el marqués de Bedmar.
- Que fue el editor Plantino o un propio a quien éste encargara realizarla.

En cuanto a la persona a la que le impelió a publicar la carta tanto el linaje, la erudición y prudencia del embajador, como el interesante contenido de la misma, sólo caben dos hipótesis, que fue el marqués de Bedmar quien corrió con los gastos de la edición o el propio Plantino.

De todo ello lo que me parece más plausible es que fuera don García quien se encargara de trasladar al latín su propia carta y el marqués de Bedmar el que sufragara la edición, dada la facilidad que tenía para hacerlo en la oficina tipográfica plantiniana en su nueva condición de embajador ante el Archiduque don Alberto de Austria y su esposa la infanta Isabel Clara Eugenia, hermana de Felipe III, soberanos de Flandes. Aunque a diferencia del *Breviarium* la *De rebus Persarum epistola* no está fechada, ofrece un *terminus post quem* para datarla, la aparición del cometa Halley que don García pudo contemplar en Ispahán entre el 10 y el 13 de noviembre de 1618, y un *terminus ante quem*, el 25 de agosto de 1619, fecha en abandonó Ispahán para dirigirse a Ormuz. Hay, pues, un margen de casi dos años, si suponemos que Silva despachó su carta poco después de la aparición del cometa y la impresión plantiniana se realizó a finales de 1620, para que don Alonso de la Cueva le hiciera llegar a don García de Silva y Figueroa su deseo de que vertiera al latín el texto castellano (y de ahí la expresión *Latio dein donata*) para hacerla del dominio público (y de ahí el poco correcto *in publicum iterùm dare*) y éste pudiera complacerle.

En cuanto a la sustancia de la *Epistola*, la nota al lector advierte de que no contiene el relato por entero de la embajada, sino un resumen muy cuidado de lo más importante. Consta este de cuatro partes. En la primera (pp. 1-6) el embajador alude al cansancio del viaje y al tedio de una vida donde *nihil in hac vniversâ regione tam bonum reperiri, quin vel minimo cedat Europæ nostræ bono*. En la segunda (pp. 7-12) describe con cierto detenimiento las ruinas de Persépolis, y exhibe su erudición aludiendo a los autores antiguos que trataron *de re Persica* como Arriano, Quinto Curcio, Justino, Diodoro Sículo y Plutarco. En la tercera (pp. 12-14) da noticias de su situación personal y de las circunstancias del país. En la cuarta y última describe el cometa Halley (pp. 14-16) con términos tomados de la *Historia natural* de Plinio. Asombra que a sus años, desprovisto de todo subsidio libresco, de hacer caso a sus palabras, pudiera don García desde el remoto Ispahán citar con tanta precisión a sus clásicos, a algunos como Tácito literalmente. Aunque sólo fuera por eso, bien merece recibir el honroso nombre de humanista.

Para terminar la introducción, haré un breve comentario lingüístico. El latín de la *Epistola* tiene un registro léxico más amplio que el del ciceronianismo puro. Emplea, junto a giros de Tácito (v. gr. *pronum erat*), el término tardío *leuca* ('legua') que como medida itineraria aparece en Amiano Marcelino y San Jerónimo y es común a todos los romances hispánicos (en la forma *leuga*) desde los más antiguos documentos.[6] Para describir la forma del cometa recurre a dos grecismos: *acinaces* y *xiphias*, que designan un tipo de espada corta y curva ('alfange', 'cimitarra') empleado por los persas. El primer término, aunque se encuentra en Horacio,[7] lo toma probablemente de Quinto Curcio (*passim*). Se trata de una latinización del griego ἀκινάκης, que aparece por primera vez en Heródoto. El segundo procede de Plinio (*Nat. hist.* II 89) donde designa precisamente un cometa que tiene forma de alfange. Se ha formado sobre el griego ξίφος 'espada'. Emplea el vocablo *cidaris*, que aparece en Quinto Curcio para designar la diadema de los monarcas asiáticos y recibió el latín a través del griego κίδαρις, atestiguado en Filón de Alejandría para denominar la tiara del sumo sacedote judío.

La latinización de los topónimos nos da una pista segura para atribuir a Silva (o al menos a un español) su autoría. Este es el caso de *Ardevilla* por *Ardebil*, donde la inexistencia de la fricativa labiodental sonora en castellano le depara una cómoda equivalencia latina al término persa, aunque parece ser que al persa de la época, según el testimonio de Pietro della Valle,[8] le ocurría lo mismo. Algo parecido sucede

6 Cf. J. Corominas, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana* (4 vols., Madrid, 1954-1957), vol. III, p.71.

7 *Od.* I 27,5.

8 Refiriéndose a las oscilaciones y errores en la transcripción de los nombres persas dice: "ò l'V consonante per B, ò al contrario il B per V consonante (lettere, che nella lingua Persiana, nel modo a punto che nella Spagnuola, di pronuntia, frà di loro, assai si confondono); Pietro della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle Il Pellegrino Descritti da lui medesimo in Lettere familiari all' erudito suo amico Mario Schipano. La Persia* (3 vols., Roma, 1650-1658), vol. I, p. 172.

con *Astorcanum* por *Astracán*, inducido por la existencia en el viejo reino de León de una ciudad llamada 'Astorga'. Por regla general los topónimos terminados en consonante pasan a neutros en *–um*. Así, *Spahanum* (*Ispahán*), *Casbinum* (*Qasvin*, nótese la grafía *b* por *v*), *Farabatum* (*Farabad*). Para *Tabris*, escrito *Tauris* en nuestros documentos, emplea *Taurum*, y para la localidad andaluza, de la que don Alonso de la Cueva fue el primer marqués, *Bedmarum* (Bedmar). Dos excepciones a esta norma son *Xiria* (*Shiraz*) y *Armuzia* (Ormuz). En el primer caso ha influido la existencia de *Syria* en latín y en el vocalismo del segundo el que Pedro Teixeira transcribiera el nombre de la isleta como Harmuz en sus *Relaciones*.[9]

Con el fin de poder incluir notas al pie de página, he preferido reproducir el original con las convenciones ortográficas de la época, salvo correcciones mínimas de puntuación, en lugar de escanear su texto. Así el empleo del circunflejo para distinguir los ablativos (*â,ô*) de los nominativos, el grave para las formas adverbiales (*quàm*, *palàm*, *planè*, *adeò*) y las preposiciones (*è*), aunque a veces haya inconsistencias como *hîc* 'aquí' o *quòd* con valor de conjunción para distinguirlos del demostrativo y relativo correspondiente. He de advertir que allí donde aparece la enclitica *–que*, acentúo la última vocal, ya que me ha sido imposible poner el acento agudo encima de la *q* como figura en la impresión plantiniana. Hago notar también que el nexo *æ* tiende a confundirse en mi tipografía con el nexo *œ*, cuando de redonda se pasa a cursiva. Mantengo asimismo las abreviaturas *ū*, *ē* y *ō* para la nasal labial y dental y *ę* para el diptongo *ae.* Para comodidad del lector no ducho en latines, añado al final la traducción al castellano de la Epístola.

9 Pedro Teixeira, *Relaciones de Pedro Teixeira d'el origen, descendencia y svcccesion de los Reyes de Persia y de Harmuz, y de vn viage hecho por el mismo avtor dende la India Oriental hasta Italia por tierra* (Amberes, 1610).

GARCIÆ SILVA FIGVEROA

PHILIPPI III.

HISPANIARVM INDIARVMQ. REGIS

AD PERSIAE REGEM LEGATI

DE

REBVS PERSARVM

EPISTOLA

v. Kal. an. M. DC. XIX. Spahani exarata

AD

MARCHIONEM BEDMARI

nuper ad VENETOS, nunc ad Sereniſſ.

AVSTRRIAE ARCHIDVCES,

BELGARVM PRINCIPES,

Regium Legatum.

ANTVERPIÆ,

EX OFFICINA PLANTINIANA,

M. DC. XX.

Epistola de rebus Persarum

LECTORI

EPISTOLAM *ab Ilustrissimo* GARCIA SILVA FIGVEROA *ad Excellentißimum* MARCHIONEM BEDMAR I[10] *familiariter Hispanicè scriptam, Latio dein donatam, in publicum iterùm dare non vna caussa impulit. Argumentum ipsum eruditum, elegans, amœnum est: Auctor, ne ceteras eius attingam dotes, doctrinâ summus, functione suâ & orbis famâ dignißimus. Accepit eam* Bedmar I Marchio, *natalium splendore, morum elegantiâ, absolutißiméque eruditionis et prudentiæ laude, prisci æui proceribus meritò accesendus. Itaque è Republicâ esse duxi, Persicæ illius legationis non totam quidem, sed oppidò quàm accuratam narrationem publicare; vt palàm fiat, legationum ardua tutò iisque committi, qui rerum publicarum tractationes antè ingenio quàm opere, virtute quàm functionibus assecuti fuere. Deinde vt illorum studia, vel qui paribus destinentur muneribus, uel consimilibus se aptare curis satagunt,* [in margine] contentione decoris accenderentur.

In margine sinistro: Tacitus[11]

---

[10] D. Alonso de la Cueva (1572 ?-1655), heredó en 1598 el señorío de Bedmar que su padre, don Alonso de la Cueva y Benavides compró a Felipe II. En 1607 Felipe III le nombró embajador en Venecia en sustitución de don Íñigo de Cárdenas, en 1610 le concedió el hábito de la orden de Alcántara y en 1614 el marquesado de Bedmar. Desde Venecia intervino activamente en las maquinaciones del marqués de Villafranca, don Pedro de Toledo, gobernador de Milán, y del duque de Osuna, don Pedro Téllez Girón, virrey de Nápoles, para socavar el poderío de Venecia y afianzar la dominación española en Italia. Acusado hábilmente en 1618 por la Señoría de haber urdido con dichos próceres la supuesta Conjuración de Venecia, tuvo que escapar disfrazado a Milán para librarse de las iras del populacho. Nombrado ese mismo año embajador en Flandes por Felipe III, tras el fallecimiento del archiduque Alberto tuvo una gran influencia en la política de su viuda Isabel Clara Eugenia, lo que le granjeó el odio de los flamencos. En 1622 el papa a instancias de Felipe IV le concedió el capelo cardenalicio. Renunció al mayorazgo y al título de marqués a favor de su hermano. Vivió en Roma, fue nombrado obispo de Málaga y después de Oviedo, donde falleció.

[11] Tac. *Hist.* III 27,5: mox vallum portasque legionibus attribuit, ut discretus labor fortes ignavosque distingueret atque ipsa contentione decoris accenderentur.

GARCIÆ SILVA FIGVEROA

DE REBVS PERSARVM EPISTOLA

Fessus è maritimo terrestríque itinere, cetera incolumis, Armuziâ in Persiam tandem veni.[12] Quâ peruagatâ, missu Regis, Spahanum concessi:[13] vbi moram sanè morosam traho: pertæsus vitæ, quæ hîc viuitur, planè iniucundæ. Quidquid enim de magnâ hac et perantiquâ Achæmenidarum Monarchiâ Scriptores memorauerint, ego sic existimo: Nihil in hac vniuersâ regione tam bonum reperiri, quin vel minimo cedat Europæ nostræ bono. Ac, præterquam quòd omnia hîc tam aduersa sunt moribus nostris, vt humanâ prorsus communicatione caream; libri certè, quorum lectione animus vtcumque in tantâ solitudine recreari posset, nulli sunt: præter libellos, quosdam paucos de sacrâ Confessione agentes, & Summam Nauarri,[14] quibus cœnobitæ vtuntur Augustiniani.[15] Spahanum[16] autem oppidum est huius Regni nobilissimum: quod licet ab Æquatore nō plus vno gradu cum semisse supra triginta rece-

12 Silva zarpó de Lisboa el 8 de abril de 1614 y arribó a Goa el seis de noviembre del mismo año. En dicha ciudad permaneció retenido por las circunstancias desfavorables y la mala fe del virrey hasta el 20 de marzo de 1617 en que zarpó rumbo a Ormuz, adonde llegó el 29 de mayo.

13 Don García desembarcó en el Bandel de Comorán el 12 de octubre de 1617. El 28 de octubre llegó a Lar, donde se detuvo hasta el 9 de noviembre. El 24 de este mes alcanzó la ciudad de Shiras donde invernó hasta el 4 de abril de 1618. Llegado a Ispahán el 1 de mayo, tuvo que trasladarse a Qasvin donde se hallaba el monarca iraní. Allí hizo su solemne entrada el 15 de junio y le entregó a Abbas el espléndido regalo de Felipe III. Como el 20 de julio partiese el sah a Soltania en expedición militar y don García no pudiese acompañarle, le ordenó esperar su regreso en Ispahán. El embajador abandonó Qasvin el 27 de julio de 1618 y alcanzó dicha ciudad el 13 de agosto. Allí se encontraba cuando escribió estas líneas en el otoño de 1619.

14 Se trata de Martín de Azpilcueta (1493, Barasoain [Navarra] – 1586, Roma), conocido como Doctor Navarro, célebre canonista y autor del *Manual de confesores y penitentes* (Coimbra, 1553), traducido al latín con el título de *Enchiridion sive Manuale confessariorum et poenitentium. Omnium pene dubiorum resolutionem complectens, quae communiter in sacris confessionibus ocurrere solent circa peccata, restitutiones, absolutiones, censuras & irregularitates* y publicado juntamente con el *Tractatus de usuris* en Amberes, 1601. Es probable que fuera esta última edición la que tuvieran los padres agustinos de Ispahán, donde también podría hallarse el *Libro de la oración, horas canónicas y otros officios divinos* (Coimbra, 1561) y los *Tratados del Rosario* del mismo autor. La reina Ketevan, cuando fue a despedirse de ella la esposa de Pietro della Valle, le regaló dos libros que habían sobrevivido al saqueo de Ormuz por los persas en 1622: "vno era vn Breuiario Latino, ben legato, e dorato; l'altro vn Confessionario, in lingua Portoghese", Della Valle, *Viaggi*, vol. II, p. 448.

15 En Ispahán había a la sazón un 'mosteirinho' con un puñado de frailes agustinos portugueses, fray Diego de la Resurrección (prior), fray Bernardo de Azevedo y frei Belchior dos Anjos (fray Melchor de los Ángeles) y otro de carmelitas descalzos de obediencia papal, en su mayoría españoles, como fray Juan Leandro y fray Juan Tadeo de San Eliseo (*Comentarios*, vol. II, pp. 369-70).

16 El sah Abbas trasladó la capitalidad del reino a Ispahán en 1598 y la colmó de palacios y mezquitas que hicieron de ella una de las ciudades más hermosas de Oriente.

dat, Arcticum Polum versus;[17] frigora tamen concipit acriora, quàm pro situ aut climate cæli, ob radentis auræ subtilitatem.[18] Ceterùm in Regno toto nulla ferè videas Antiquitatis vestigia. quandoquidem ædificia cuncta crudo latere, stipatáve pauculis intra binos asseres terrâ construuntur; fluxâ quippe materiâ, quae diurnare vix potest, nedum perennare.[19] Adhuc tamen superant pleræque illę substructiones Arcis & Basilicæ Persepolitanæ,[20] immanes quidem & insanae, veterum Scriptorum monumentis passim concelebratæ. Fabricas hasce Arabes et Persae *Chilminara* idiomate suo vocant. quod perinde est, ac si Hispanico dicas, *Quarenta columnas*, vel *Alcoranes*. sic enim appellantur turres quædam prælatæ, angustâ formâ ac rotundâ, quas habent Arabes in templis suis, seu Synagogis, quæ Mezquitæ vocitantur.[21] Rarum hoc, atque adeò vnicum Orbis monumentum, quod reliqua mundi miracula, visu vel famâ nobis cognita, longè excellit, venientibus ad hoc oppidum ab oppido Xiriâ[22] sese offert; leucamque circiter vnam distat à flumine Bradamiro, Araxi[23] quondam nuncupato, quod aliud est ab eo quo Media ab Armeniâ maiore intersecatur:[24] cuius non semel mentio fit apud Quintum Curtium,[25] Diodorum,[26] & Plutarchum.[27] qui nos Auctores situm docent Persepolis, manúque propemodum ad eam ducunt. Earum columnarum magnitudinem, pulchritudinémque, ac æternam materiam indicant viginti adhuc superstites, parili formâ, quæ cum aliis superbæ illius molis reliquiis spectatorum animos in admirationem trahunt, nec nisi magno labore

17 Admira la exactitud con la que fijó las coordenadas geográficas de Ispahán con los rudimentarios medios con que contaba. Una ojeada al Atlas de la *Enciclopedia Británica* permite ver que su latitud norte supera los 32º y su longitud es de 52º.

18 Los fríos se deben a que está asentada en una meseta de más de 1.500 m. de altitud.

19 Una buena descripción de cómo se hacían los adobes.

20 Se trata de Persépolis, residencia de verano de los Aqueménidas, cuya construcción fue iniciada por Darío el Grande, que hizo las terrazas en que se asientan los edificios, el gran *apadana* (sala de audiencias) y el *tachara* (palacio). Jerjes terminó la tesorería y las cámaras de harén. Artajerjes hizo el vestíbulo de las cien columnas. Posiblemente Silva llama *arx* al *apadana* y *basilica* al vestíbulo de las cien columnas.

21 Don García cuenta con más detalle cómo en su camino a la corte persa ordenó a la caravana proseguir el viaje hasta Mahín, porque quería desviarse a Margascán "por ver las grandes y tan nombradas ruinas de Chilminara, que en lengua arábiga suena lo mismo que quarenta alcoranes o quarenta colunas" (*Comentarios*, vol. II, p. 369). De *chihil* 'cuarenta' y *minar*, cf. esp. 'minarete' y 'al-minar'.

22 Las ruinas de Persépolis están a 57 km. de Shiras.

23 P. e. Strabo XV 3, 6-7.

24 A este propósito Pietro della Valle hace una inteligente suposición: "la parola Arasse, in qualche lingua di queste Orientali anticamenete, e forse anche in alcuna di quelle che infin'hora si parlano, sia stato nome, non proprio di alcun fiume, ma generico, che ad ogni fiume potesse conuenire", *Viaggi*, vol. II, p. 277.

25 *Historia Alexandri Magni*. V 7, 3-7

26 Diod. Sic. *Bibliotheca*. XVII 70-72.

27 *Alexander* 38, 2-8.

et otio explicari possent. Sed, quando iam tibi Venetiis agere contingit,[28] vbi videre licet symbola[29] aliqua eorum quæ scripturus sum, paucis dicam; plerasque effigies humanas, quæ in marmoribus, cælatæ, huius ædificationis faciem et latera nobiliores partes incrustant, decoro admodum amictu cultas esse, eodemque planè habitu, quo Veneti Senatores incedunt: togis nempe talaribus, manicis laxis, pileis rotundis, ac depressis, crinibus ad humeros usque sparsis, barbisque insigniter profundis.[30] Cernere est in his tabulis homines nonnullos magnâ cum maiestate sedentes in hemicyclis quibusdam elatioribus, quales haberi solent apud nos in odeis, & exedris templorum Cathedralium, sessioni maiorum Præsulum destinati; pedibus modico podiolo, affabrè facto, altitudine palmari, suffultis.[31] Illud autem in primis admiratione dignum est, quòd ex tam vario cultu tot hominum, qui in tabulis istis insculpti sunt, comparatio nulla est ad cultum, qui hoc æuo in vssu est per totam Asiam, prioribúsque sæculis multis fuit. Licet enim ex omni Antiquitate nulla possunt colligi argumenta habitus Assyriorum, Medorum, et Persarum, qualia Græcorum Romanorúmque plurima ad nos peruenêre: satis tamen constat, illos vestibus vsos mediæ longitudinis, instar Punicæ vestis, quâ Turcæ & Persæ hac tempestate vtuntur: illíque *Aljubam*,[32] hi *Cauaiam* nuncupant: fasciis item capiti circumuolutis, formâ tamen & colore distinctis à Cidari, quod Regium est diadema. Verùm enimuerò in hac totâ cælaturâ (quæ licet tam vetusta sit, perinde tamen nitet, ac si modô absoluta foret) nullum videas simulacrum, quod artificio par sit aut simile reliquis, quotquot hominum memoria hucusque, ex quaquâ parte mundi, cognitione assequi potuerit: adeò vt opus hoc omnē Antiquitatem excedere videatur. Nihil autem hoc magis confirmat, quàm Inscriptio quædam insignis in tabulâ iaspidea incisa; characteribus adhuc tam integris ac venustis, vt mirum sit, eam, post tot sæcula,

28 Lógicamente don García no podía suponer, cuando escribía su carta, que don Alonso de la Cueva había tenido que abandonar Venecia, precipitadamente y disfrazado, acusado de conspiración.

29 En el sentido de documento justificativo. Alude a los dibujos de los monumentos y esculturas del lugar realizados *in situ* por su pintor que se encuentran en el ms. BN 18217 de los *Comentarios* que he reproducido en *El Imperio luso-español y la Persia safávida* (2 vols., Madrid, 2007-2009), vol. II, pp. 616s.

30 Cf. la más amplia descripción de *Comentarios*, vol. I, p. 382: "Tenían [...] unas grandes rropas que le[s] llegauan a los pies, muy anchas y con muchas pliegues, no del todo diferentes de las togas y rropage antiguo de los romanos, y más propiamente como las de los magníficos y senadores de Veneçia; con larguíssimas mangas y tan anchas de boca que le[s] llegauan a la rrodilla". Don García alude a los bajorrelieves de los laterales de la escalera que conduce al *apadana* que representan a los reyes de los pueblos sometidos o tributarios de los Aqueménidas, etíopes, libios, árabes, tracios, armenios etc.

31 Silva se refiere a la puerta oriental del *trypilon* o portalón triple que da acceso a la zona de palacio, donde se encuentra un bajorrelieve que representa al príncipe Jerjes detrás del trono de Darío.

32 La aljuba, a la sazón el traje habitual de los moriscos españoles, era una túnica corta que llegaba a la rodilla.

ne minimam quidem labem contraxisse.[33] Litteræ ipsæ neque Chaldęæ sunt, neque Hebrææ, neque Græcæ, neque Arabæ, neque demum nationis vllius, quam olim vnquam extitisse, aut nunc existere compertum sit. Triquetræ sunt omnes, sed oblongę, formâ pyramidali, vel minuti obelisci, qualem ad oram posui.[34] Adeò vt nullâ re inter se discrepent, præterquam positione a situ: ita tamen conformatæ, vt mirum in modum perspicuæ sint ac distinctæ. Ex reliquiis harum ruinarum nequaquam argui potest, quodnam fuerit genus vniversæ structuræ: Corinthiúmne, an Ionicum, Doricum, mixtúmne:[35] quod secùs est in antiquis Romanorum parietinis, ex quibus facilè id dignoscas. Verumtamen mirum & exactum artificium operis, eiúsque species & elegantia, emicans ex proportione & symmetriâ, oculorum aciem intuentibus obtundit. Sed nihil me in stuporem æquè dedit, ac durities duratióque marmorum istorum, iaspidúmque. Siquidem pluribus locis extant tabulæ tam solidæ, tantóque, insuper studio elaboratæ, ac læuigatæ, vt in eis non secùs atque in speculis obiectę imagines referantur.[36] Præter Auctores à me iam laudatos, Arrianus[37] et Iustinus[38] Regiæ huius mentionem præcipuam faciunt: narrántque Alexandrum Magnum, impulsu Thaidis, nobilis scorti Atheniensis, eam concremasse. Omnium vero

33 Silva puede referirse a las inscripciones trilingües en neoelamita, neobabilonio y antiguo persa que figuran sobre los toros androcéfalos que adornan la puesta Este y Oeste del portalón de Jerjes, o a los dos monolitos con inscripciones trilingües en las mismas lenguas del palacio de Darío.

34 Descripción bastante acertada de la escritura cuneiforme. En el margen del primer renglo de la página 10 hay dibujado un triángulo para ilustrar al lector de lo que se dice, y de ahí ese *qualem ad oram posui*.

35 Las columnas de gran altura del vestíbulo de las cien columnas tienen un fuste estriado compuesto de varios tambores y un capitel complejo en forma de flor de loto invertida, varias volutas y una parte compuesta de prótomos de toros o de dragones. De ahí la imposibilidad de su clasificación dentro de los órdenes arquitectónicos clásicos.

36 Silva se está refiriendo a la cámara del palacio de Darío llamada en la actualidad 'Sala de los espejos' por el bello pulimento de los materiales de construcción. Silva comenta "la piedra negra en lo grueso de las paredes, de las portadas y ventanas, y eso en la parte más alta, y en la más baxa era guarneçido de tablas del mármor de piedra negra, tan bruñidas y luçidas que se vían en ellas perfeta y distintamente los que llegauan çerca, como en un muy claro espejo de azero. Y esto era de manera que, como un alano del enbaxador, que se auía venido tras la gente de su casa, saltase desde la parte de afuera por una de aquellas ventanas [...] y se viese en su propia figura en el grueso y lado de la ventana antes que acabase de pasar [...], començó atentamente a mirarse y a regañar y mostrar los dientes, como quando alguno de estos perros feroçes y grandes quieren envestir y pelear con otro" (*Comentarios*, vol. I, p. 381).

37 Aquí le falla la memoria a don García, Flavio Arriano, *Anab. Alexandri* VII 1, 1 se limita a decir que, alcanzada Persépolis y Pasagarda, se apoderó de Alejandro el deseo de descender por el Tigris y el Éufrates hasta el mar.

38 M. Iuniani Iustini, *Epitoma Historiarum Philippicarum Pompei Trogii* XI 14,10 da una versión diferente de los hechos. No fue la hetera Taide la que *temulenta* le impulsara a Alejandro, *avidior vini quam patientior*, en un banquete a vengar los agravios a los griegos cometidos por los persas en las guerras médicas prendiendo fuego al palacio de Darío (cf. Q. Curt. *Hist Alex* V 7, 3-7), sino un grupo de prisioneros griegos, *qui poenam captivitatis truncata corporis parte tulerant, rogantes, ut sicuti Graeciam se quoque ab hostium crudelitate vindicaret.*

elegantissime Diodorus[39] historiam hanc perstringit. Triplici murorum coronâ Arx tota cingitur,[40] quorū plurima pars temporis & caeli iniurias superauit. Stant quoque sepulcra Regum, in latere montis posita cuius radicibus Arx ipsa hæret: distántque Mausolea[41] inter se spatiis à Diodoro relatis. Omnia demum cum eius narratione sic congruunt, vt qui hæc viderit, ea legerit, minimè possit falli. Nullum praetereà vestigium superest tam vastæ vrbis; nisi quòd ad dimidiam fermè leucam ab Arce, columna surgit alia, pari magnitudine cum ceteris:[42] binæque item aliae breuiores, paullò longius sitae.[43] Atque inibi visi fuêre à famulis meis equi aliquot marmorei, formâ Colosseâ, hominésque item nonnulli, Giganteâ staturâ. Piguit me (ne quid mentiar) in rem præsentem accedere, quod pronum erat: tum quia ager ille totus riuulis, incilibus, & emissariis ex flumine Araxi deriuatis interciditur; tum ne diutiùs ibi distinerer, qui biduum iam consumpsissem, contemplandis rebus quas descripsi. Quamuis autem ager ille fecundissimus sit, totúsque (vti diximus) aquæductibus irrigetur pateátque quoquò versum plus decem leucis, adeò vt alendæ sit tantę ciuitati, quanta olim fuit Persepolis; nunc tamen vnico tantùm vico insidetur, larium admodum quadringentorum; vbere glebâ, pinguibus aruis, hortísque ac viridariis fertilissimis amœnissimísque circumdato, atque omni genere alimentorum instructo: aquâ verò potabili, tam salubri, vt parem nullibi me gustasse meminerim. Vicus hic *Margatean* nuncupatur,[44] & modicum ab Arce distat.

Regem porrò ipsum, antequam huc[45] concederem, Casbini conueneram,[46] quod oppidum ab Armuziâ leucas tercentum distat: hinc[47] verò centum, sat prolixas. Ibi Rex

39 Diodoro comienza en XVII 70,6 su relato con esta consideración: ἡ μὲν οὖν Περσέπολις ὅσῳ τῶν ἄλλων πόλεων ὑπερεῖχεν εὐδαιμονίᾳ, τοσοῦτον ὑπερεβάλετο τὰς ἄλλας τοῖς ἀτυχήμασιν – "Persépolis así como superó a las demás ciudades en opulencia, las superó también en infortunios", narra el saqueo de Persépolis, describe a continuación las riquezas de la ciudad (XVI 71), y termina con el episodio de Taide (XVI 72).

40 No eran tres, sino dos, las murallas que protegían la explanada donde se asentaba el palacio de los Aqueménidas.

41 Se trata de las tumbas de Artajerjes II (405-361) y de Artajerjes III (361-338), ésta inacabada, que se encuentran fuera del recinto en el borde de la montaña.

42 En el ms Biblioteca Nacional 18217 de los *Comentarios* hay un dibujo de ella con una figura humana al lado para dar idea de su altura.

43 Quizá se trate de las tumbas de Darío I (525-485), Jerjes (485-465), Artajerjes I (465-424) y Darío II (424-405)

44 El villorio denominado aquí *Margatea* es el que en *Comentarios*, vol. I, p. 390 aparece como Margascán: "Mirado bien el sitio de Margascán con su hermosa y fertilíssima canpaña y con la vezindad del antiguo rrío Araxes, nadie podría dudar auer sido en él la grande y famosa Persépolis: pero con estas insignes y soberuias memorias de tan antigua magestad, todos aquellos que las uvieren visto lo pueden afirmar singularmente".

45 Se refiere a Ispahán. Silva vuelve a dar noticias de sí mismo.

46 Don García se reunió con Abbas una vez, hacia el 4 de julio de 1618, en un encuentro casual en el maydán al que el monarca hizo acudir a fray Juan Tadeo de San Eliseo, una segunda vez hacia el 11 del mismo mes invitado a contemplar el presente que enviaba al monarca el gobernador de Sirván, una tercera el 14 para que le viera 'jugar a la chueca a caballo' y una cuarta el 19 acompañándole en su paseo ecuestre en el maydán.

ingentem militum vim, peditum equitúmque, conscribebat, vt obuiàm iret Turcico exercitui, Persici fines Imperij hostiliter inuadenti.[48] Dies igitur non plus quadraginta ibidem egi,[49] splendido sanè apparatu, lętísque beneuolentis animi significationibus à Rege exceptus.[50] Cùm autem profecturus esset Soltaniam,[51] quindecim inde leucas remotam, lustrandis copiis suis quę ibi iungebantur; non obscure indicauit, velle se, ante discessum suum, me absoluere, quò redire possem Armuziam. Mox, mutatâ subitò sententiâ, iussit me huc[52] diuertere: quò pollicitus est, se, confecto bello, statim venturum, vt me missum faceret. Sed, cùm bellum citò consedisset (quod ego futurum prospexeram, ex signis quę Casbini haud dubia collegeram) Rex Farabatum se contulit: quod oppidum est in Hyrcaniâ, ad mare Caspium, in deliciis & amoribus

47 A saber, desde Ispahán, donde escribe la carta.

48 Un gran ejército turco, al mando del gran visir Khelil Pachá, cruzó la frontera a comienzos del verano de 1618, recorrió la llanura de Chaldirán y tomó Tabriz sin encontrar resistencia. Creyéndose victorioso, envió a Osmán Aga a Ardebil para proponer al sah la paz a cambio de la devolución de las plazas que había tomado al imperio otomano desde 1602 y el envío de un hijo suyo a Constantinopla como rehén. Abbas replicó que sólo haría las paces cuando le hubiera conquistado Bagdad y Alepo al Gran Señor. El 2 de septiembre de 1618 de nuevo recibió en presencia de toda su corte a un embajador de la Sublime Puerta. Rechazada también la propuesta del sultán, el visir envalentonado comenzó su marcha hacia Ardebil. Los persas, que conocían de antemano las intenciones del enemigo por un desertor de origen iraní, le tendieron una emboscada en Polé-Chekasté, una encrucijada en la que se separan los caminos a Qasvín y a Ardebil. El general persa Garachegay Khan les infligió a los otomanos una de las peores derrotas de su historia. El gran visir, enterado de la sublevación de los jenízaros en Constantinopla, envió de nuevo a Osmán Aga a pedirle al sah permiso para retirar sus tropas sin ser hostigadas, lo que Abbas le concedió (*vide* Houchang Nahavandi & Yves Bomati, *Shah Abbas, Empereur de Perse 1587-1629* [Paris, 1998], pp.153-157). Con mucho mayor lujo de detalles relata los hechos Silva, *Comentarios*, vol. II, pp. 332-339.

49 El embajador hizo su entrada solemne en Qasvín el día 15 de junio de 1618 y abandonó la ciudad el 27 de julio para dirigirse a Ispahán.

50 Silva, convencido de que Abbas no estaba dispuesto a devolver al rey de Ormuz, vasallo de los portugueses, la isla de Bahrein que le había arrebatado, ni a restituirles la fortaleza del Bandel de Comorán que les había conquistado y destruido, sólo aspiraba ya a que se le diera permiso para marcharse, pero el sah iba difiriendo su respuesta, "aunque continuauan los regalos que cada día enbiaua al Enbaxador, ofreciendole por el mesmo Ussenbec lo que más gustase y bien le uviese paresçido del presente que vio en el Maydán" (*Comentarios*, vol. II, p. 115).

51 "Vino otro día Ussenbec a decir de parte del rey al Enbaxador, cómo se partía luego otro día a Sultania, que estaua dos jornadas de allí, adonde auía de rreçibir la enbaxada que le enbiaba Xa Selín, rey de Laor, a quien vulgarmente llaman el Gran Mogor, y que por esta causa holgaría de que se hallase allí por tres o quatro días y que de allí lo despacharía para que se boluiese por Spahám a Ormuz" (*Comentarios*, vol. II, pp. 121-122).

52 A saber, a Ispahán. "Pero como al rey le llegase el mesmo día un apresurado correo de Carchicabec, governador de Tauris, con auiso cierto de que Cali Baxá (= Khalil Pachá), general del Turco, auía desde Caramit llegado a Van con un exército de dozientos mil hombres, sin los aventureros, mudó de pareçer, y ansí enbió a dezir al Enbaxador la causa que le obligaua luego a partirse a Ardeuil, y de allí dar orden para resistir a su enemigo. Y que, pues no le daua el tienpo lugar para detenerse en Soltania, ni rreçibir allí el Enbaxador del Mogor, que se podía partir a Spahán y aguardalle en aquella çiudad, porque luego auía de ser en ella dándole lugar a ello la guerra que tenía entre las manos" (*Comentarios*, vol. II, p. 122).

ab eo habitum.[53] Misítque e uestigiò, qui mihi nuntiaret, se omnino sub uernum Æquinoctium huc[54] accessurum, vt anniversarium natalem suum celebraret. Qui quidem nuntius magis me afflixit, quàm quidquid molestię atque incommodi totâ hac peregrinatione perpessus sum. Statui igitur ex meis familiaribus quempiam ad eum legare, vna cum coenobiarchâ Augustiniano:[55] qui si videant illius aduentum diutiùs procrastinari, commeatum mihi impetrent abeundi; tametsi alieno prorsus tempore nauigationi, certóque periculo obiiciendi me caloribus Armuzianis, qui per æstatem feruentissimi sunt. De pace, seu induciis inter hos Reges pactis, post cruẽtum conflictum inter Taurum et Ardeuillam secutum, nihil attinet commemorare, cùm publicae sint ac vulgatae, licet occultæ adhuc leges & conditiones earum. Si res pacatiores essent in Moschouiâ,[56] vtique per eam regionem, Astorcanum petens, iter facturus essem in reditu.[57] Sed mirum est quantis miseriis calamitatibúsque gens illa afflictetur: quæ priscis temporibus sic floruit viguítque, vt Tartaros Orientales, toto terrarum orbi formidolosos, dissipauerit, atque aboleuerit. Quantum aerumnarum & excidio-

53 Silva comenta así la afición de Abbas a esta ciudad: "Lo que le a obligado a este prínçipe a desanparar su ordinaria corte de Spahán y gustar de tal escondrijo, siendo la más rretirada y menos illustre parte de todos sus rreynos, dizen que, demás de la inclinaçión que tiene a la caça, es la naturaleza que allí tiene, auiendo sido su madre de Farabat. Y ansí por esto, como por gusto particular que a esta çiudad aya cobrado, la va acreçentando y engrandeçiendo cada día más con nueuas colonias de armenios, georgianos, çircasos y surianos, de manera que puede conpetir en grandeza, pasando adelante su fábrica, con qualquiera de las mayores y más prinçipales çiudades de su imperio" (*Comentarios*, vol. II, p. 203).

54 *Scil.* a Ispahán.

55 A la sazón debía serlo fray Melchor de los Ángeles por lo que se desprende de *Comentarios*, vol. II, p. 408.

56 A Iván IV el Terrible, que mató a su primogénito en un ataque de ira en 1581, le sucedió su hijo Fiodor I, un deficiente mental, a quien Boris Godunov le había obligado a casarse con su hija Irina. A la muerte de Fiodor en 1598, gracias a que el último hijo de Iván IV, Dimitri, había muerto en 1591, Boris Godunov se proclamó zar (1598-1605). Con él se inicia la época de la revueltas (1603-1613) en la que intervienen los intereses de polacos, suecos y lituanos. La paz definitiva no se alcanzó hasta los acuerdos con Suecia de 1617 y con Polonia de 1618.

57 De los tres caminos para llegar a Europa desde Persia: la vía marítima Ormuz-Goa-Lisboa, la de 'Babilonia' (Bagdad) atravesando el desierto y tierras del Gran Turco para alcanzar Alepo y tomar allí una nave con destino a Venecia o Marsella, la más corta era la de Moscovia (atravesar el mar Caspio, remontar desde Astracán el Volga y llegar al puerto de Arcángel). Es muy probable que Silva solicitase a Abbas permiso para regresar por esta vía a Europa, de atenernos al testimonio del franciscano fray Hernando de Moraga que, cuando se dirigía desde Filipinas a Europa, se alojó en Ispahán en casa del embajador español. Dice el religioso: "Estaba el embaxador enfadadísimo del mal trato que los Portugueses le auían hecho, deteniéndole y no dándole auío, y tomándole los pliegos y cartas que despachaua a España, como si no fueran todos vassallos de su Magestad: tanto que trató con el Rey que su buelta auía de ser por la Moscobia y Noruega, a dar en Flandres por no boluer por Portugal ni Ormuz. Y el Rey le facilitó esse camino, diziéndole que, para sólo que él passasse seguro, embiaría con él vn Embaxador al de Moscobia, con lo qual, aunque auía en aquella tierra guerras, podría yr" (*Relación breve de la embaxada*... [Madrid, 1619], fol. 5r). Como Silva fue obligado por el Rey a regresar por Ormuz, justifica el no haber tomado dicha ruta por prudencia.

rum auctor et fundus fuit falsus ille Demetrius,[58] qui occupatum semel per maximam imposturam Ruthenorum[59] Imperium, sex deinceps aliis pseudo-Demetriis continuatâ serie illud transmisit.

Clausula erit huius epistolæ geminorum Cometarum narratio, qui per hos dies nobis spectaculo fuere. Alter decimo Nouembris die, duabus ante Solis exortum horis, fulgere cœpit; cuius apparitio inter Orientem ac Meridiem animaduersa fuit. Color[60] similis plane fumo, qui ex puluere sulphureo recoctissimo incenso euaporatur. Caput[61] eius (vt mihi visum est) in Scorpione;[62] magnitudo, quanta Zodiaci sextantem caperet; forma, velut acinacis, vt aliqui autumarunt. Quod genus Græci Xiphias vocant,[63] horribiles euentus portendentes. Mihi visus est hic Cometes speciem magis referre surculi palmae anniculi, qui nondum dilatatus in cacumine leuiter curuetur:[64] motum autem ferebat in Meridiem.[65] Duo tertióve decimo die post huius Cometæ exortum, alter[66] apparuit, iubatus, siue crinitus, communi facie, colori Veneris astro simili paríque illi magnitudine, aut paullò maiori. Ortum autem rectà ducebat ab Oriente Æquinoctiali. Et, quamuis initio longè minor esset priore, incrementa tamen in dies maiora capiebat, sic vt alterum pænè æquaret. Mouebat se motu proprio cum primo Mobili, non procul à lineâ verticali, Septentrionem versus. Porrò triduum post huius ortum, vel quatriduum, alter euanuit. Ambo certè breuem adeò periodum habuere, vt posterior iam supra diem decimum apparere desierit. Obseruatum est

58 El primer falso Dimitri, que pretendía ser hijo de Iván IV, fue depuesto por los boyardos que dieron la corona a Vasili Shuiski. Un segundo falso Dimitri, que contó con el apoyo de los cosacos, fue rechazado hacia el sur. En 1613 fue elegido zar Fiodor Románov. Seis falsos Demetrios es un número exagerado.

59 *Rutheni* es el nombre que daba la Iglesia a los ucranianos uniatas.

60 "Siendo el color deste propiamente <el> del humo que haze la buena póluora o como de çeniza muy clara" (*Comentarios*, vol. II, p. 341).

61 Ahora se denomina 'núcleo'.

62 Así se llama el sextante del zodíaco en el que parece moverse el sol del 24 de octubre al 21 de noviembre. La estrella α de esta constelación es Antares.

63 Estos cometas cuya cola les parecía a los antiguos semejante a una cimitarra o alfanje se llaman ahora 'corniformes'.

64 "Se vio la primera noche salir de quando en quando algunas llamas de fuego; desde su prinipio, que era éste, se iua ensanchando cada vez más hasta quedar, como se a dicho, muy ancho y torçido en la punta, paresçiendo ansí un cogollo de palma esparziendo hazia tras sus hojas" (*Comentarios*, vol. II, p. 341).

65 Mucho menos explícito es Pietro della Valle, que se remite en estos términos a los sabios de Europa: "Il Martedì a' venti di Nouembre, partij da Cazuin verso Spahàn [...] Il Mercordì mattina innanzi giorno vidi io la prima volta nell' aere quella gran cometa a guisa di traue; cioè la maggiore delle due, che si son vedute questi mesi passati: sopra le quali, m' imagino, che in Italia si sian fatti gran discorsi [...] & io non ne parlo, poiche V. S. ancora le douette vedere, e considerar meglio di me" (*Viaggi*, vol. II, p. 455)

66 Se trata del mismo cometa (Halley) en dos momentos del recorrido de su órbita. Pietro della Valle lo menciona de esta guisa: "Il Giouedi, caualgando co'l Padre Melchior (*scil.* dos Anjos) innanzi giorno, vedemmo la prima volta la seconda cometa minore, ma più lucida della prima: le quali amendue, si son poi vedute molti giorni" (*Viaggi*, vol. II, p. 459).

hunc, dum desineret, magis rubuisse. Vt vt sit, si mala Cometes isti portendunt, diuturna saltem non erunt, vt alia, quae in orbe terrarum plurima cernuntur.[67]

Garciæ Silua Figueroa de Rebus Persarum
Epistola vtiliter imprimetur.

L. Beyerlinck S. Theol. Licent.
Archipresb. & Censor libror.
Antuerp.

67 Una muestra del racionalismo de don García.

Versión castellana

Al lector

La Epístola del Ilustrísimo García de Silva Figueroa al Excelentísimo Primer Marqués de Bedmar escrita en español coloquial, traducida después al latín, no fue sólo una causa la que indujo a publicarla. Su argumento es erudito, elegante, ameno. El autor, dejando de lado sus restantes dotes, es persona de grandísimo saber y muy digno por la función que ejerció y por su fama en el mundo. La recibió el Marqués de Bedmar, quien por el esplendor de su familia, por la elegancia de sus costumbres, y por la alabanza de su cumplida erudición y prudencia se iguala con razón a los personajes más eminentes de la Antigüedad. Y así estimé de interés público el editar, ya que no la totalidad de la embajada de don García, al menos un relato muy cuidadoso de la misma, para que quede claro que las dificultades de las embajadas se encomiendan con seguridad a quienes consiguieron los cargos públicos antes por su inteligencia que por su ejercicio, y antes por su valor que por su función. Y por último, para que los afanes de quienes son destinados a menesteres iguales o aspiren a labores semejantes se enardezcan en una competición de honor.

Epístola "Sobre las cosas de Persia" de García de Silva y Figueroa

Cansado del viaje por mar y por tierra, por lo demás con buena salud, llegué por fin de Ormuz a Persia. Recorrida ésta, por mandato del Rey me trasladé a Ispahán, donde estoy en una espera verdaderamente fastidiosa, cansado de la vida que aquí se lleva privada del menor aliciente. Pues sobre lo que los escritores han conmemorado de esta grande y antiquísima monarquía de los Aqueménidas, mi opinión es ésta: nada en toda esta región puede encontrarse tan bueno que no sea inferior al mínimo bien de nuestra Europa. Y, aparte de que todas las cosas de aquí son tan contrarias a nuestras costumbres que carezco en absoluto de toda comunicación humana, los libros, con cuya lectura pudiera recrearse el ánimo en tan gran soledad, brillan por su ausencia, salvo algunos librillos, pocos, que tratan de la sagrada Confesión y la "Suma" de Navarro, utilizados por los frailes agustinos. Ispahán es la más noble ciudad de este reino, que aunque se aparta del Ecuador no más de treinta y un grados y medio en dirección al Polo Norte, origina unos fríos mayores que los propios de su situación o de la región del cielo por causa de la sutileza de su aire que araña las mejillas. Pero en todo el reino apenas se puede ver vestigio alguno de la Antigüedad, porque todos los edificios se construyen con adobes o con tierra prensada con

pisones entre dos vigas, un material ciertamente blando, que apenas puede aguantar unos cuantos días, por no decir años. Sin embargo, todavía perduran en su mayor parte los cimientos del Alcázar y la Basílica de Persépolis, enormes ciertamente y excesivos, tantas veces mencionados en los monumentos de los escritores antiguos. A estas construcciones los árabes y los persas las llaman *Chilminara* en su lengua, que es lo mismo que decir en español *Cuarenta columnas* o *Alcoranes*, pues éste es el nombre que se da a ciertas torres muy altas, de forma estrecha y redonda, que tienen los árabes en sus templos o sinagogas llamados Mezquitas. Este único y extraño monumento que sobrepasa con mucho a las restantes maravillas del mundo que nos son conocidas de vista o por su fama, se ofrece a los que llegan a este lugar desde la ciudad de Xiras y dista alrededor de una legua del río Bradamiro, antaño llamado Araxis, diferente del que separa la Armenia Media de la Mayor, del que hay más de una mención en Quinto Curcio, Diodoro y Plutarco, autores que nos enseñan la situación de Persépolis y casi nos llevan hasta ella de la mano. No podría describirse, salvo con gran trabajo y tiempo libre, la grandeza, la belleza y la perennidad del material de estas columnas, que muestran las veinte de igual forma que aún perduran y que despiertan con los demás restos de aquella soberbia mole la admiración de los espectadores. Pero, dado que ya vives en Venecia donde te será posible ver algunos dibujos de lo que voy a escribir, seré breve. La mayor parte de las figuras humanas cinceladas en los mármoles que revisten la fachada, los lados y las partes nobles de esta edificio van con una vestimenta muy solemne, con el mismo hábito aproximadamente, con el que van en procesión los senadores venecianos: a saber, con togas talares, mangas anchas, bonetes redondos y bien calados, los cabellos esparcidos hasta los hombros y las barbas sobremanera largas. Se puede ver en estos relieves a algunos hombres sentados con gran majestad en ciertos hemiciclos elevados, como los que suele haber entre nosotros en los coros y capillas de las catedrales, reservados como asientos para las mayores dignidades, con un pequeño escabel de la altura de un palmo para apoyar los pies. Sorprende ante todo el hecho de que en las diferentes vestimentas de tantos hombres esculpidos en estos relieves no haya punto de comparación con los ropajes que se usan en esta época por toda Asia y se usaron muchos siglos antes. En efecto, aunque de toda la Antigüedad no se puedan reunir descripciones sobre el atuendo de asirios, medos y pesas, tales como las muchísimas que nos han llegado del de los griegos y los romanos, sin embargo, está suficientemente documentado que llevaban vestidos de longitud media, al modo del vestido cartaginés que usan los turcos y los persas en nuestros días, que los turcos llaman 'aljuba' y los persas 'cabaya'. Asímismo que llevaban turbantes en la cabeza, aunque de forma y color diferente del 'cidar', que es la diadema del rey. Sin embargo, en todos estos relieves (que, aunque sean tan antiguos, están tan bien conservados como si se hubieran acabado de hacer) no se puede ver una sola figura que en su ejecución sea igual o parecida a las restantes de cualquier parte del mundo que hasta hoy haya conocido la memoria humana, hasta el punto de que esta obra parezca superar a toda la Antigüedad. No hay mayor confirmación de esto que una inscripción grabada en una placa de jaspe con

caracteres tan íntegros y tan bellos que admira que, después de tantos siglos, no haya recibido el menor daño. Las letras no son ni siríacas, ni hebreas, ni griegas, ni de ninguna otra nación que se sepa que haya existido en el pasado o en el presente. Todas son triangulares, pero alargadas, piramidales, a la manera de un pequeño obelisco como el que he puesto en el margen,[68] de forma que no se diferencian entre sí, salvo por su posición y colocación, pero están dispuestas de tal guisa que se ven y se distinguen muy bien. De los restos de estas ruinas no se puede en absoluto colegir cuál es el orden arquitectónico de toda la estructura: corintio, jónico, dórico o mixto, muy al contrario de lo que ocurre con las antiguas ruinas romanas, en las cuales se distingue esto con facilidad. Sin embargo, es admirable y preciso el artificio de la obra, y su belleza y elegancia, que brilla por su proporción y simetría, deslumbra la vista de quienes la contemplan. Pero nada me dejó tan estupefacto como la dureza y la duración de aquellos mármoles y jaspes, ya que en muchos lugares quedan tablas tan sólidas y por añadidura trabajadas y pulidas con tanto esmero que en ellas se reflejan las imágines como en un espejo. Aparte de los autores que he citado, son Arriano y Justino los que principalmente mencionan este palacio y narran que Alejandro Magno, impulsado por Taide, una célebre cortesana ateniense, lo incendió. Empero es Diodoro entre todos estos autores el que resume la historia de un modo más elegante. Todo el alcázar está ceñido por un triple corona de murallas, cuya mayor parte logró superar los daños del tiempo y del clima. Perduran también los sepulcros de los reyes, situados en las laderas del monte a cuya falda está pegado el alcázar. Los mausoleos distan entre sí los espacios referidos por Diodoro. En una palabra, todas las cosas concuerdan con su relato, de tal manera que quien lo ha leído y ve estas ruinas no puede confundirse. Fuera de esto, no queda ningún vestigio de tan gran ciudad, salvo una columna, de tamaño parecido a las demás, que se alza a media legua escasa del alcázar, y otras dos más pequeñas situadas un poco más lejos. Y allí algunos de mis criados vieron algunos caballos de mármol de tamaño colosal, y algunas figuras humanas de gigantesca estatura. Me dio pereza (a decir verdad) ir en persona a verlo, lo que hubiera sido fácil, tanto por estar todo aquel terreno cortado por riachuelos y canales procedentes del río Araxis, como por no detenerme allí más tiempo, pues había gastado dos días en contemplar las cosas que he descrito. Aunque aquella campiña es fertilísima y está irrigada (como hemos dicho) de uno y otro lado por vías de agua más de diez leguas, hasta el punto de poder avituallar a una ciudad tan grande como antaño fue Persépolis, ahora sólo está habitada por un sólo pueblo de unos cuatrocientos hogares, de fértil terruño y abundantes cosechas, rodeado de fertilísimos huertos, amenísimos jardines, provisto de toda clase de alimentos y de un agua potable tan salubre como no recuerdo haber gustado otra igual en ninguna parte. Este pueblo se llama Margatea y está a corta distancia del alcázar.

[68] En el margen del primer renglón de la página 10 hay dibujado un triángulo.

Antes de venir aquí, me reuní con el propio rey en Casbín, ciudad que dista de Ormuz trescientas leguas, y de aquí cien, pero que se hacen bastante largas. En este lugar el rey reunía gran cantidad de efectivos militares, de infantería y caballería para salir al encuentro del ejército turco, que rompiendo las hostilidades había invadido las fronteras del imperio persa. Allí pasé no más de cuarenta días, recibido por el Rey con gran esplendidez y muestras de contento y benevolencia por su parte. Pero como tuviera que marcharse a Sultania, distante quince leguas, para pasar revista a las tropas que allí se reunían, me indicó claramente que quería despacharme antes de su partida para que pudiera regresar a Ormuz. Poco después, cambiando repentinamente de opinión, me ordenó que me retirara aquí, donde prometió que vendría inmediatamente después de terminar la guerra para darme permiso de partir. Pero como terminó pronto la guerra (lo que yo había previsto que ocurriría por los seguros indicios que había recogido en Casbín), el rey se retiró a Farabat, ciudad de Hircania junto al mar Caspio, muy de su predilección y complacencia, e inmediatamente me envió el mensaje de que sin falta vendría aquí en el equinoccio de primavera para celebrar su natalicio. Esta noticia me afligió más que todas las molestias e incomodidades que padecí en toda este viaje. Así que decidí enviarle como legado a uno de mi séquito, juntamente con el prior del convento de los agustinos, para que le solicitaran el permiso de mi partida, si vieran que su regreso se iba a retrasar, aunque la época no era propicia en absoluto para la navegación y me expusiese con peligro cierto a los calores de Ormuz que en el verano son abrasadores. Sobre la paz o la tregua pactada entre estos reyes después de la cruenta batalla librada entre Tabris y Ardebil no corresponde decir nada aquí, ya que se han divulgado y son del dominio público, aunque hasta ahora no se conozcan sus cláusulas y condiciones. Si la situación estuviera más pacífica en Moscovia, el viaje de regreso lo emprendería por esa región dirigiéndome a Astracán. Pero asombra cuántas miserias y calamidades afligen a ese pueblo que antaño tan floreciente y vigoroso fue que derrotó y aniquiló a los tártaros orientales, terror de todo el orbe terrestre. El autor y el origen de tantas tribulaciones y destrucciones fue aquel famoso falso Demetrio que, tras haberse alzado por primera vez con el imperio de los rutenos gracias a una grandísima impostura, lo transmitió después a otros seis falsos Demetrios en ininterrumpida serie.

La conclusión de esta epístola será el relato de un par de cometas que hemos podido contemplar durante estos días. Uno empezó a vislumbrarse el diez de noviembre dos horas antes de la salida del sol. Su aparición se percibió entre el Oriente y el Mediodía. Su color era muy semejante al humo que se desprende del azufre de la pólvora cuando se inflama. Su cabeza (según me pareció) estaba en Escorpión. Su magnitud era la que abarca un sextante del Zodíaco, su forma, como la de un alfange, según la estimación de algunos, un género que los griegos llaman xiphías y que presagia horribles sucesos. A mí me pareció que este cometa tenía más bien el aspecto de un cogollo de palma de un año, que no habiéndose aún extendido en su punta se encorva ligeramente. Se movía hacia el mediodía. Doce o trece días después

del orto de este cometa apareció otro con crines o con melena, de aspecto común y de color semejante al del astro de Venus, de igual dimensión o un poco mayor. Su orto procedía directamente del Oriente Equinoccial. Y, aunque en principio era mucho menor que el anterior, fue aumentando de tamaño de día en día, hasta el punto de igualar casi al otro. Se movía con movimiento propio con el primer motor, no lejos de la línea vertical, hacia el Septentrión. Tres o cuatro días después del orto de éste, desapareció el otro. Ambos ciertamente tan breve período de tiempo tuvieron, que el segundo dejó ya de aparecer al décimo día. Se observó que éste, mientras desaparecía, adquirió un color más rojizo. Sea lo que fuere, si estos cometas presagian males, al menos no serán duraderos, como otras muchísimas cosas que se ven en el orbe de las tierras.

A Dysfunctional Empire? The European context to Don García de Silva y Figueroa's embassy to Shah Abbas

JOAN-PAU RUBIÉS *

The fall of the strategic fortress and island of Hormuz at the mouth of the Persian Gulf to a joint Anglo-Persian assault in 1622 was, for many observers, highly symptomatic of the decline of the Catholic Monarchy overseas, unable to defend one of the older and most prized fortified possessions of the Portuguese *Estado da Índia* against a long-predicted attack. It was, in some ways, also illustrative of the loss of strength and reputation suffered by the multi-national Monarchy under the reign of Philip III of Castile, II of Portugal (1598-1621), and in particular of the failure of the Portuguese and Castilians to realize the benefits of the Union of Spanish Crowns inaugurated in 1580 when Philip II had become king of Portugal, in what had proved to be an ephemeral moment of triumph. Coming also at the beginning of the reign of the young Philip IV, the fall of Hormuz could also be interpreted as a posthumous indictment of the hesitant policies of the Duke of Lerma, all-powerful minister of Philip III, at a time when the new *valido*, Don Gaspar de Guzmán, Count-Duke of Olivares, embarked upon a policy of energetic reform and forceful restoration of the Monarchy's international reputation. Tragically, all he achieved was to plunge Spain into an even more disastrous European war, one which made any controlled reform of the *Estado da Índia*, and of Spain itself, even more difficult.

If the transition between the two reigns can be interpreted as a missed opportunity to implement much-needed reform on account of the urgent pressures caused by a long war which wiser counsels would have avoided, and which eventually led to the secession of Portugal, the earlier period can be analysed as the wasted opportunity to address the Monarchy's structural problems and foreign-policy challenges in unprecedented conditions of relative peace. In effect, the peace treaty with England in 1604 and the twelve-year truce reached with the Dutch Republic soon after, in 1609, offered a rare opportunity for an overstretched multi-national Monarchy to restore its finances and consider its long-term imperial needs. And yet the impression that most

* London School of Economics and Political Science.

commentators had at the end of the reign of Philip III was that things had gone from bad to worse, and that an unfavourable peace had instead strengthened the Monarchy's enemies, especially in the Portuguese Indies – so much so that it might be better to consider an all-out war again. Why had this happened? The complex diplomacy conducted by the Council of State of the Monarchy with Shah Abbas of Persia from 1601, culminating in the high-profile but remarkably sterile embassy by Don García de Silva y Figueroa between 1614 and 1619, offers an interesting but often neglected case study of a dysfunctional empire as it began to visibly decline.[1]

The idea of an anti-Ottoman alliance with Persia was very old, harking back to the Timurid and Turkmen dynasties of the fifteenth century, and before that (at a time when the Mamluks were the key enemy) to late medieval crusading diplomacy with the Mongol successor states.[2] Even before acquiring Portugal, Philip II was considering sending a joint embassy with his cousin emperor Maximilan II to agree an anti-Ottoman alliance with Shah Tahmasp, and in December 1566 he commissioned a report from Alonso de Tovar, his agent in Lisbon, concerning the navigation to Hormuz. However it was king Sebastian who finally sent an envoy in 1572, Miguel Abreu de Lima, who also carried letters from Philip II announcing the victory of Lepanto. He was poorly received in Persia, and it was only during the reign of Shah Abbas (1587-1629) that the Persians seized the initiative. In the summer of 1601, his envoy Husain Ali Beg, who had travelled to Europe with the English adventurer Anthony Sherley, entered Valladolid, offering an alliance to Philip III, and soon the Council of State was discussing whom to send as return ambassador. Sherley and Husein Ali Beg had previously been at the courts of Emperor Rudolf II and pope Clement VIII, so there was a triple diplomatic exchange at that point. Although Rome persisted with its Persian policy, sending the Carmelites as missionaries, the papacy lacked an army, which is what mattered to Shah Abbas. After some delays, Luís Pereira de Lacerda, an experienced *fidalgo*, was finally dispatched in 1603, reaching Persia in 1604 in the company of a number of Augustinian friars who joined him in Goa.[3] One of these friars was Belchior dos Anjos, a man who over the years would play an important role as informer to the court and as critic of succes-

1 For a detailed account of the embassy see Luis Gil Fernández, *El Imperio luso-español y la Persia Safávida* (2 vols., Madrid, 2006-2009). See also Rubén González Cuerva, "El Turco en las puertas: la política oriental de Felipe III", in José Martínez Millán & María Antonietta Visceglia (eds.), *La Monarquía de Felipe III* (4 vols., Madrid, 2007-2008), vol. IV, pp. 1447-1479.

2 In Castile the embassy of Ruy González de Clavijo to Timur's court (1403-6) provided an important precedent.

3 For details of this embassy see Roberto Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda et des pères portugais de l'ordre de Saint-Agustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho 1604-1605* (Lisbon, 1972). The involvement of the Augustinians was sponsored by the Archbishop of Goa Aleixo de Meneses, who in 1602 had used the new diplomatic context to establish a Christian mission in Isfahan, introducing Jerónimo da Cruz and António de Gouvea to Persia. Philip III was sceptical of their missionary prospects but hoped to use the friars as informers.

sive envoys. Leaving aside the Augustinian's accusation of lack of enthusiasm for the task, Lacerda's embassy was coloured by the recent Persian conquest of Lar and almost immediate seizure of the island of Bahrein, which belonged to the king of Hormuz, himself a vassal of Portugal. Shah Abbas, through the governor of Shiraz and Lar, the able Aliverdi Khan, now posed an immediate threat to Hormuz. Lacerda's embassy was also weakened by the modesty of the present sent from Spain and Goa. Unsurprisingly, unable to obtain the restitution of Bahrein, the Portuguese envoy was keen to return to India.[4]

Worse was to come soon, as Shah Abbas learnt that in November 1606 Emperor Rudolf II had finally made peace with the Ottomans, after a long war of attrition in Hungary. The Persian ruler was sorely disappointed with his potential allies, because (as he complained) he regularly fought in person in his western frontiers of Armenia and Azerbaijan. It was now the turn of the Emperor's Spanish relative, Philip III, to respond to the demands of practical military commitment from an increasingly suspicious Shah, who was only one step away from attacking Hormuz. The Persian ruler, however, remained keen to continue the diplomacy, offering to include a commercial monopoly of Persian silk that would damage the Ottomans.[5] Although this policy produced a few important embassies departing from Persia, including one in early 1608 by Robert Sherley (Anthony's brother, and a faithful servant to Shah Abbas) and another a year later by Dengiz Beg (who was accompanied by the Augustinian friar António de Gouveia, future 'bishop of Cyrene' in charge of the Eastern Christians), none was as potentially important as the one sent as a response from Spain by Philip III in 1614, led by Don García de Silva y Figueroa. This was, finally, a high-profile, lay ambassador with political authority, a huge retinue and a worthy present, as repeatedly requested by the Shah. Unfortunately, the Castilian would not be more successful than his Portuguese predecessors. One problem was that he could not offer much in terms of a military offensive in the Eastern Mediterranean (Shah Abbas expected a full-scale attack on Cyprus), whilst the commercial benefits of the silk contract under discussion remained unclear. The second problem was that Don García was appointed very slowly and took years to reach his destination: by the time he got there, looking very old, the English traders had also arrived, and many of his instructions seemed dated.

The most obvious question is why the loss of Hormuz was not prevented, when the possibility of an attack had long been foretold. Beyond the various recriminations

4 According to the Augustinian, Lacerda was too quick to request permission to leave, and Philip III was not pleased by his behaviour, but his situation was not different from Don García's many years later (who, incidentally, would also be criticized by the same Belchior dos Anjos for not trying hard enough): it was hard to ask Shah Abbas to continue fighting the Turks *and* to return Bahrein without at the same time offering a firm military commitment from Spain.

5 This idea, like others, was generated by Anthony Sherley, who had settled in Spain as a kind of free-lance *arbitrista* for the oriental policies of Philip III.

that ensued, was the loss inevitable? Similarly, it is puzzling that after a number treatises had been discussed with Shah Abbas over many years and through various embassies, sometimes in great detail, nothing positive had come of it. Is it perhaps the case that there never was a solid basis for an agreement?

Turning, however, to the European context of the embassy, what seems most decisive is the Monarchy's inability to effectively respond to the challenge posed by the activities of the Dutch and English East India Companies in this same period. In large part, it can be argued that these competitors presented an intractable challenge, given their naval and financial superiority. To what extent can this be attributed to the competitive advantages of their novel form of commercial organisation? I would suggest that these structural differences notwithstanding, policy failures, beginning with the slow and indecisive nature of the political response in Spain, should not be overlooked. Both Portuguese and Castilian commentators often denounced the recurrent problems in the *Estado da Índia* – some even spoke of decline – and suggested remedies, and yet the overwhelming impression one gets is that very few substantial reforms got implemented (which is not to say that there were no changes), whilst each new defeat came as a shock. The extent to which the Monarchy could have deployed its limited resources more effectively in Portuguese Asia – which includes the extent to which it set the right priorities in terms of foreign policy – is crucial to assessing what the perceived competitive advantage of the Dutch and English Companies consisted of.

From this perspective, one particular issue deserves closer scrutiny than it has usually received: why were the Monarchy's efforts to combine the resources of Portugal and Castile in Asia so ineffective? After 1580, the same king had at its disposal the means to coordinate the separate overseas empires of the Portuguese and Castilians. Portugal dominated the African route around the Cape and pursued commercial interests all the way to Macao in China, whilst the Indies of the Crown of Castile traded across the Pacific, from Peru and Mexico to the Philippines, which had been recently colonized. Hence the two empires met in East Asia, from Japan to the Moluccas. Since in the southern islands Portuguese power had been receding in the face of the advance of assertive Muslim dynasties in Ternate, Sumatra and Java, putting the strategic Portuguese enclave of Malacca under pressure, Castilian help from New Spain would appear to be providential.[6] And yet the mutual jealousy and continuous conflict between the two Spanish nations (here using 'Spain' in the multi-national, pan-Hispanic sense that prevailed in that period) often took precedence over any effective cooperation within this first truly global empire. As we

[6] The extent of Portuguese difficulties in the Spice Islands is emphasized in Manuel Lobato, "The Moluccan Archipelago and Eastern Indonesia in the second half of the 16th century in the light of Portuguese and Spanish accounts", in Francis Dutra & João Camilo dos Santos (eds.), *The Portuguese and the Pacific* (Santa Barbara, 1995), pp. 38-63.

shall see, this problem is far from peripheral to understanding the sad fate of Don García's long and accident-prone embassy to Shah Abbas: one could argue that Portuguese sabotage, combined with unrealistic assumptions, ensured that the embassy failed to advance the interests of the Monarchy and its peoples, and handed the English traders, the common enemy, an unexpected triumph.

The nature of the Union of Crowns and its internal tensions

The incorporation of Portugal by Philip II of Castile into his vast domains despite the existence of a rival candidate, the Prior of Crato Dom António, was both a plausible succession by right, and an act of force backed by an army of 40,000 led by the Duke of Alba. The agreement of the elites of the country to the new situation was carefully negotiated by Philip II's Portuguese servant Cristóbal de Moura, and the conditions were enshrined in the acts of the crucial *Cortes* of Tomar of 1581, which cleverly took as a template a previous document of 1499 (a time when it had seemed likely that a Portuguese prince would succeed the Catholic kings to the throne of Castile). These statutes guaranteed that Portugal would be ruled by its laws and through its own institutions. In effect, Philip and his successors would consider themselves kings of Portugal separately from their other titles in Spain and elsewhere, and they would rule Portugal through Portuguese naturals. Their overseas empire too would remain a distinct concern of the Portuguese, not to be merged with the Indies of Castile, and would be ruled from Lisbon by the king himself, or by a viceroy assisted by a Council.[7] The formula of separate jurisdictions, which alone made the Union acceptable to the Portuguese, was far from original to the new situation. In fact, it was most characteristic of the multi-national Monarchy as a whole, which in Europe should be seen as a dynastic conglomerate rather than an empire.[8] The model in fact had been created in the Crown of Aragon (itself a dynastic conglomerate) during the Middle Ages, and throughout the sixteenth century, following the Union of the Crowns of Castile and Aragon and the acquisition of further territories in Italy and Northern Europe, developed into a regular system of viceroyalties or governorships reporting to the court, which was increasingly fixed at the heart of Castile for practical reasons rather than legal ones. Hence the Habsburg (originally Burgundian) inheritance in Flanders, or the territories conquered in Italy (albeit on the basis of some legal rights), were ruled by very similar principles of local auton-

[7] This was the Council of State in Portugal, not to be confused with the Council of Portugal at the court, or with the general Council of State for the whole Monarchy, also at the court. One of the most successful innovations of the Habsburgs was also to create a Treasury Council (*Conselho de Fazenda)* modelled on the Castilian precedent.

[8] That is, the king of Castile had no jurisdiction as such over non-Castilian territories, although some hardliners with an imperialist vision claimed a right of conquest, for example in Portugal itself.

omy to those that applied to Catalonia or Portugal in the Iberian Peninsula.[9] What was new to the accession of Portugal was not that foreigners were excluded from royal office, but that the kingdom had its own separate colonial and trading empire to exploit and to protect. Moreover, the role of Castile as the leading kingdom of the Monarchy was by 1580 very clear, especially after Philip II built there his magnificent monastery-palace of *El Escorial* (by contrast to his father Charles V, who still had an itinerant court). It was also well known that the increasingly permanent physical distance of the king was resented in the non-Castilian territories of the Monarchy, most obviously in Flanders, were it had helped provoke a major rebellion that in 1580 continued unabated. Hence the *Cortes* of Tomar were conducted under the shadow of a very real fear of Castilianization that meant that some its provisions (including the exclusive use of the Portuguese language) were particularly clear, more so than those that applied to the territories of the Crown of Aragon also in Spain. While the fears and tensions were very similar, and the institutional arrangements often comparable, the Portuguese were able to set up specific legal hurdles to protect their national interests in what in effect was an uneasy compromise.[10]

Three particular arrangements are worthy of note. First, as I have mentioned, the *Estado da Índia* was to be ruled without any interference from the Council of the Indies of Castile, and it is interesting that whilst Portuguese traders were allowed to operate in the Spanish Indies (and Portuguese New Christians in particular developed a global commercial network), they would retain exclusive control of their Asian trade. In effect, a Portuguese sphere of influence in the Spice Islands, China and Japan was being protected from the old Castilian claims to re-interpret the line agreed at the treaty of Tordesillas so as to give them access to those territories, a claim made dangerous by their recent settlement of the Philippines.[11] Second, if the

9 Some historians, taking the lead from some contemporary Portuguese representations, such as the triumphal arches for the royal visit of 1619 publicised by João Baptista Lavanha, talk about a *dual* Crown, Portuguese and Castilian. Strictly speaking this is inaccurate, it was a multiple Crown. For a classic analysis of the Spanish Monarchy as a 'composite' entity see John Elliott, "A Europe of composite monarchies", *Past & Present*, 137 (1992), pp. 48-71.

10 For an account of Tomar and its aftermath see the doctoral dissertation by Fernando Bouza Álvarez, *Portugal en al Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico* (2 vols., Madrid, 1987). Of particular importance for the negotiations was Cristóbal de Moura's early discovery in October 1578 of an old 'contract' of 1499 between king Manuel and the Portuguese Cortes, by which Manuel's son prince Miguel would inherit the kingdom as well as Aragon and Castile. Although the eventual death of the child frustrated that first Union of Crowns, many of the dispositions of that agreement, all directed at ensuring full Portuguese control of their own affairs, including those of their overseas trading empire then still centred upon Africa, became the model for the accession of Philip II. It was the contractual nature of such legal privileges in the mind of the Portuguese (as the Cortes of 1619 would emphatically remind Philip III) which weakened subsequent attempts by the Crown to treat the statute of Tomar as a mere royal grace that may be revoked at any time, in turn pushing the hardline Castilianizers towards the thesis of a simple 'right of conquest'.

11 See Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: Contributo ao estudo da história da*

king was unable to rule directly from Lisbon and moved back to Castile, as he indeed did after 1583, he would leave a viceroy of the royal blood or, that failing, a native Portuguese (an aristocratic *junta* of Portuguese governors was also considered a safe alternative). What was to be avoided at all costs was a member of that Castilian courtier aristocracy with vast estates which de facto had emerged as the ruling elite of the Monarchy, and which often could be found acting as alter egos of the king in territories such as Aragon or Naples (despite regular but usually ineffective protests in these territories). Finally, when the king was away from the kingdom he would consult all decisions with a Council of Portugal that would follow the court, also exclusively made of Portuguese naturals. This solution to the problem of royal absenteeism was in fact identical to the one adopted for other territories, and there were Councils of Aragon, Italy and Flanders entirely separate from the Royal Council of Castile.

Judging the Union from the perspective of the eventual rebellion of Portugal in 1640, and especially in the light of the lasting consequences of its remarkable success (made possible by the inability of the Monarchy to simultaneously fight two fronts in the peninsula), it is a temptation to interpret the tensions that emerged after 1580 as simply revealing that the experiment itself was contra natura and bound to fail.[12] There certainly was a long-lasting tradition of mutual antipathy between Castilians and Portuguese which the dynastic unification did very little to dissolve, but of course the same can be said about Castilian relations with other Spanish nations like the Catalans, who had also rebelled in 1640. It is therefore equally important to retrieve the reasons why the incorporation of Portugal into a larger *Hispania* was for much of the sixteenth century understood by many to be a desirable, and even somewhat natural, outcome. Whilst seen from England or France the power of the Monarchy was essentially the power of 'Spain' (and increasingly also the Castilian language was known as 'Spanish', and Philip II 'king of Spain'), an older conception persisted by which Spain continued to be the Roman territory of *Hispania*, encompassing the whole peninsula without constituting a single nation (what some modern authors anachronistically refer to as 'Iberia'). In this respect, it was only after 1580 that Philip II and his descendants truly became kings of Spain, or, in the plural form, 'rey de las Españas', a title Philip eagerly adopted following the lead of humanist scholars. Well before 1580 many humanist writers and antiquarians, Catalans like Joan Margarit (an adviser of the Aragonese Trastamaras), or Portuguese

administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII (Lisbon, 1952), pp. 160-170 for the continuing debates under Philip III about the location of the line agreed at Tordesillas (1494), and the validity of the subsequent sale of any remaining Castilian rights to king John III by Charles V in the treaty of Saragossa (1529).

12 For Portuguese attitudes towards the Union see António de Oliveira, *Poder e oposição política no período filipino, 1580-1640* (Lisbon, 1991), and more recently Pedro Cardim, "Los Portugueses frente a la Monarquía Hispánica", in A. Álvarez Ossorio & B. García (eds.), *La Monarquía de las naciones* (Madrid, 2004), pp. 355-384.

like Damião de Góis (at the service of the Avis), no less than Castilians such as Ambrosio de Morales, had been cultivating that classical notion of *Hispania*, which was also personified in an emblem taken from a coin issued by emperor Galba. The point of debate was not whether *Hispania* included Portugal or the Aragonese kingdoms – it was perfectly obvious that it did – but rather the relative glory of ancient and modern *Lusitania* or *Tarraconense* as distinct from the Castilian heritage emphasized by Morales, whose antiquarian synthesis immediately came to dominate the field.[13] Within Spain, a variety of patriotisms competed for distinction without excluding a common horizon. For much of the sixteenth century the idea that Spain should be unified under *Christian* monarchical rule – sharing the myth of reconquest and crusade – was seen as perfectly compatible with the persistence of the different kingdoms and nations that composed it (the word 'nation' usually referring to an ethnic or linguistic group rather than a single unity of political sovereignty). The Union of Crowns, the fact that Philip II found himself a plausible heir to Portugal when King Sebastian died, was not purely accidental but rather the result of a long-standing policy of dynastic marriages and alliances that went back many decades and had important medieval precedents. However, it was also true that the notion of a unified Spain could most easily be appropriated by the unquestionably dominant partner in all those dynastic marriages, and that from as early as the twelfth century the kings of Castile had aspired to become 'emperors of Spain', subjecting all other rulers, Christian allies no less than Muslim enemies, to some form of subordination. Whilst the Union of Crowns of 1580, much like the Union of Castile and Aragon inaugurated by the Catholic kings in 1469, was undertaken in a spirit of legal equality (and one could argue that it was Ferdinand of Aragon, rather than Isabel of Castile, who most actively developed the pan-Hispanic idea), the gravitation of the court towards Castile soon demonstrated that the political dynamic would gradually lead to the assimilation of the many Christian kingdoms of Spain to the leadership, interests and language of Castile.[14] Going beyond the politically neutral Roman *Hispania*, the historical precedent of an all-Spanish Christian Visigothic kingdom previous to the Muslim conquest soon became the fundamental myth that made it possible to undercut, at least symbolically, the independent sovereignties

[13] For the humanist tradition of the *Hispania Illustrata* in Portugal consider in particular the example of André de Resende's *Antiquitatibus Lusitaniae*, published with the scholia by Diogo Mendes de Vasconcelos (Évora, 1593) and with dedications to both the last Portuguese king Henry of Bragança (dated 1580), and to Philip II as *Hispaniarum Rege*. For a discussion of Ambrosio de Morales, an Andalusian humanist at the service of Philip II whose *Corónica general de España* (Alcalá, 1574) suggested a powerful patriotic agenda with a Castilian emphasis, see Richard Kagan, *Clio and the Crown: The Politics of history in medieval and early modern Spain* (Baltimore, 2009), pp. 109-114.

[14] This was precisely the fear expressed in Portugal in 1579. Philip II sought to re-assure his future subjects by asking Cristóbal de Moura to tell them that they would be treated like the kingdoms of the Crown of Aragon, remaining separate and with all their privileges despite sharing a common lord. The Portuguese had good reasons to remain sceptical, as in Aragon and Catalonia tensions were mounting.

that had emerged during the centuries of "re-conquest" (the work by Ambrosio de Morales is an example of this).[15] The incorporation of Portugal therefore fulfilled an old dream of some, whilst exacerbating the fears of many others.

The very use of the concept of Spain was for these reasons ambiguous and, as a matter of fact, itself the location of a subtle political debate. To what extent should the common geographical and historical space called Spain also become a political unity, and what would that mean for its various nations? Precisely because he was writing under the independent Avis dynasty, the defence offered by the Portuguese humanist Damião de Góis of the honour of the whole peninsula in his *Hispania* (Louvain, 1542), against the negative image offered by the northern cosmographers Sebastian Münster and M. Vilanovanus (who paradoxically happened to be the Spaniard Miguel Servet writing in anonymity!) was, on the whole, politically unproblematic. Similarly, Camões in his *Lusíadas* had no hesitation to present Portugal as the crown of *nobre Espanha*. However, under the anxious dynamics created by the actual dynastic union any assertions or omissions became highly charged, and, for example, it might have caused offence had the Jesuit Juan de Mariana failed to include an account of Portuguese conquests in his epoch-making *Historia general de España* (1601), the first genuine attempt to combine the histories of all the medieval kingdoms of Spain into a single comprehensive narrative (and hence one which attached special meaning to the incorporation of Portugal to the Monarchy).[16] The book was an enormous success, but immediately there were some critics, demonstrating that keeping the balance between the various patriotic sensibilities was not easy.

During the reign of Philip III this subtle tension only grew. By 1609 Bartolomé Leonardo de Argensola, himself an Aragonese patriot, clearly entered polemical waters when he presented his *Conquista de las Islas Molucas* – that is, the recovery of Ternate in 1606 by a combined effort of Portuguese and Castilians led by the Governor of the Philippines Pedro de Acuña – as the joint success of the 'Spanish' working together overseas, that is, as a model of what the Union of Crowns should be about.[17] The *Conquista* is carefully constructed so that the Spanish nation emerges as

[15] On the debates about the Visigothic myth of origins against Roman and pre-Roman native themes see Pablo Fernández-Albadalejo, "Entre "godos" y "montañeses": Avatares de una primera identidad española", in Alain Taillon (ed.), *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVI^e^ et XVII^e^ siècles* (Madrid, 2007), pp. 125-154.

[16] The first edition, in Latin, was in 1592. The vernacular text followed the second expanded edition of 1595. Richard Kagan, "Nación y patria en la historiografía de la época austríaca", in Taillon (ed.), *Le sentiment national*, pp. 205-225, offers a useful account of how historians in this period such as Mariana or Garibay constructed the idea of Spain by combining in different proportions the various traditions of the peninsula, so that the patriotism of each kingdom was not opposed to, but rather complemented, a wider identification with Spain.

[17] On Argensola and the *Conquista* see John Villiers, "'A truthful pen and an impartial spirit":

a synthesis of Portuguese and Castilian efforts. Constructive collaboration, which in effect meant the legitimacy of Castilian help to defend distant islands that in the 1570s the Governors of Goa had virtually condemned to 'olvido o desprecio', was made possible by the fact that the Monarch had inherited the various claims and counter-claims to those Spice Islands, rendering superfluous the polemic concerning their exact geographical position in relation to the line agreed at Tordesillas.[18] Interestingly, the polemical edge of the *Conquista* had different aspects. Seen from the Portuguese perspective, there was long-standing resentment of the pretensions of the Spanish in Manila to take over the control of the Moluccas, on the grounds that the Portuguese were unable to defend them either against local Muslim powers or against the Dutch (and Argensola claimed that the statutes of Tomar made provision for that kind of assistance). However, within the court the work had an additional meaning, as Argensola, whose patron was the President of the Council of the Indies the Count of Lemos (1603-1610), was also objecting to the ideology of extreme Castilian nationalism represented by his rival Antonio de Herrera y Tordesillas, best known for his great apologetic synthesis about the conquest of America, *Historia general de los hechos de los castellanos* (1601-1615), but in fact also responsible during the previous reign for a fierce attack upon Aragonese particularism, and many other works of official historiography which constituted a wide-ranging apology of the policies of Philip II.[19] Pan-Hispanism could be, in some pens, an open ideology

Bartolomé Leonardo de Argensola and the *Conquista de las Islas Malucas*", in Daniel Carey (ed.), *Asian Travel in the Renaissance* (Oxford, 2004), 449-73; also Joan-Pau Rubiés, "The Spanish contribution to the ethnology of Asia in the sixteenth ad seventeenth centuries", in Carey (ed.), *Asian Travel*, pp. 432-434.

18 Even Charles V's sale of his rights to the king of Portugal had been set aside by the most ambitious in Castile, on the grounds that the Portuguese were conquered subjects, or that Philip III could as king of Portugal sell back those rights to himself as king of Castile! Argensola is very far from any of this. In this I depart from historian Rafael Valladares, who in his meritorious *Castilla y Portugal en Asia (1580-1640): Declive imperial y adaptación* (Louvain, 2001), reads the *Conquista* as primarily seeking to support Castilian claims over Portuguese ones, interpreting the controversy surrounding Argensola's work as a reaction to its glorification of "la recuperación, con las armas de Castilla, de aquellas islas que se perdieron estando en la Corona de Portugal" (p. 23).

19 It is difficult to establish whether there was a consistent political vision behind the count of Lemos Pedro Fernández de Castro's patronage of the Aragonese Argensolas (Bartolomé and his brother Leonardo), and his commission of a historical work developing a pan-Hispanic theme, but in any case it seems clear that the Galician Lemos, who would distinguish himself as viceroy of Naples, represented a court faction attached to Lerma and his family which eventually lost out when, under the shadow of Baltasar de Zúñiga, Olivares emerged as new *valido*. The Argensolas themselves had risen at the service of Maximilan of Austria and of the former duke of Villahermosa Don Fernando de Aragón, disgraced for his involvement in the *alteraciones* of the Aragonese kingdom (1587-1591). Herrera clearly belonged to another group less keen on the idea of a multinational Spain, and totally failed to attract Lerma's support (Lerma and Lemos promoted Pedro de Valencia as chronicler of the Indies at his expense). Especially significant was Herrera's decision to claim the epic of the conquest of America for Castile alone, systematically substituting the work *españoles* found in many his sources for *castellanos*. In other contexts he was willing to speak about Spain more generally, but the point was not to credit other Spanish nations with the glory that he believed belonged to Castilians alone. His controversial attack on the constitutionalist claims of the Aragonese during the famous *alteraciones* of Ribagorça and Saragossa appeared in the first part of his *Historia general del Mundo* (Madrid, 1601), and was later developed in the third volume of the same work, his *Tratado, relación y discurso histórico de los movimientos de Aragón* (Madrid, 1612), both of which elicited contrary replies from Aragonese patriots, including the Argensolas and the Catalan Francisco Gilabert.

of Castilianization, in others, a defence of the prerogatives and honour of the Portuguese (or the Aragonese) in a common enterprise inspired by universalist ideals that should not be dominated by Castile alone.[20]

By the time of Don García de Silva y Figueroa's embassy the official discourse of Hispanic multi-nationalism remained largely intact, but at the court a powerful current of opinion seeking to overturn it was consolidating, and would make itself felt with particular force after the fall of the Lerma regime (which visibly declined in the summer of 1617, just as Don García, having clashed with the Portuguese viceroy Don Jerónimo de Azevedo in Goa, finally travelled to Hormuz).[21] It is not surprising that the he embassy itself both reflected this tension, and acted as one more catalyst of a hardening of antagonistic positions. A former *corregidor* from the town of Zafra in Extremadura, natural son of the Duke of Feria Don Gómez Suárez de Figueroa, and well connected at the court during Lerma's regime (his sponsor at the Council of State seems to have been Juan de Idiáquez, one of the most notable survivals from

20 Another angle of the problem was of course the Monarchy's need to respond to international criticism of its policies with alternative history writing. The annexation of Portugal is a case in point, with Philip II attempting to suppress the popular and lucid work by the independent Genoese historian Girolamo di Conestaggio, *Dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia* (Genoa, 1585), which emphasized Philip II's Machiavellian politics over his legal rights. Antonio de Herrera was commissioned to write a reply, and he did so by cleverly taking all the facts from Conestaggio and changing the interpretation. For a brief discussion of Herrera's *Cinco libros de la historia de Portugal* (Madrid, 1591), see Kagan, *Clio and the Crown*, p. 136. Interestingly, Argensola's version of the Union was entirely positive towards Tomar (*Conquista*, p. 137) – yet again evidence that there was a moderate party that believed in a federal kind of pan-Hispanism not equivalent to Castilianization.

21 It is important to note however that critics of Lerma came from two sides. Some, like the Jesuit Mariana or the Franciscan Juan de Santa María, defended the idea of mixed government, which took the Crown of Aragon as a positive model, at the same time that they attacked the figure of the *privado* as a matter of principle (for the idea of mixed government see Joan-Pau Rubiés, "La idea del gobierno mixto y su significado en la crisis de la Monarquía Hispánica", *Historia Social*, 24 [1996], pp. 57-82. For Santa Maria's attack on the privado in his influential *República y Policía Christiana* of 1615, see Antonio Feros, *Kingship and Favoritism in the Spain of Philip III, 1598-1621* [Cambridge, 2000], pp. 236-238). But in retrospect one can see that these 'liberal' critics only offered a transition between two powerful *privanzas*, with the Duke of Uceda (Lerma's own son) and royal confessor Luis de Aliaga momentarily taking over (and yet still attracting a similar kind of criticism from Santa María). Olivares used these criticisms of corruption to destroy the Uceda faction, but the core constitutionalist views of the likes of Santa María were eventually sidelined.

the last years of Philip II), Don García clearly defended a vision of strong royal authority on the basis of a pan-Hispanic ideology.[22] Although in India he would be seen as a threat by Portuguese patriots, his connections at the court were broad and also encompassed some of the more liberal voices. For example, he was one of the patrons of the Christian humanist Pedro de Valencia, also from Zafra and a man noted for his intellectual rigour, heir to the intellectual tradition of biblical criticism represented by Benito Arias Montano (it was Don García who in 1607 introduced Pedro de Valencia to the Count of Lemos, who in turn had him appointed as Chronicler of the Indies over Antonio de Herrera).[23] It is perhaps symptomatic that Pedro de Valencia, writing to Philip III about the ills of Castile, denounced the corrupting influence of empire (in Europe and in the Indies), whilst unequivocally defending the idea of Spanish national unification: there should be no distinctions between Castilians, Aragonese and Portuguese, all should call themselves Spanish, share the same laws and speak the same language.[24] Don García may have shared similar views (rather than those of Aragonese patriots like Lemos's secretary Bartolomé Leonardo de Argensola). He was also a friend of the fellow-*corregidor* and bibliophile Diego Sarmiento de Acuña, Count of Gondomar, himself a Galician patriot and key ambassador in England between 1613 and 1618, at the time Don García's own embassy to Shah Abbas. On the other hand, it was Don García who in 1599 had approved the *Décadas* by Antonio de Herrera for the Council of the Indies (before Lemos became its President) as a work worthy of "nuestra Castilla, a cuya nación tanto honor y alabanza se le sigue".[25]

22 There is evidence (unearthed by Luis Gil, in this volume) to suggest that in his life Don García pretended to be son of Don Lorenzo Suárez de Figueroa, third son of the second Count of Feria Don Lorenzo and of María de Toledo, probably in order to hide the fact that García was a natural son of the second brother of the Count, Gómez Suárez de Figueroa, the future Duke of Feria (upon the death of the eldest, Pedro Fernández de Córdoba). Don Gómez left Spain in 1554 with Philip II and married Jane Dormer in England, breaking his commitment to his brother's daughter Catalina. Don García's mother was María de Silva, from the town of Zafra.

23 In 1606 Pedro de Valencia dedicated to Don García his "Discurso en materia de guerra y estado" extracted from the works of Demosthenes.

24 The common language would of course be Castilian, which should simply become Spanish: "Discurso a Felipe III: Consideraciones de Pedro de Valencia, su cronista, sobre las enfermedades y salud del reino", Biblioteca Nacional de España, MS 7845, ff. 103-128. Valencia's reflection, inspired by his historical research (he was supposed to be writing a history of the reign of Philip III), shared with many *arbitristas* the ideal of the reign of the Catholic kings, with their crusading orientation. The problem was the entanglement with foreign territories, which prevented proper attention to the needs of Spain (a Spain dominated by Castile, its 'head and heart'). The text is noted by Gaspar Morocho Gayo in his "Introducción a una lectura de Pedro de Valencia", in Pedro de Valencia, *Obras Completas* (10 vols., León, 2006-2008), vol. V-1, pp. 58-59.

25 Herrera's involvement in a plot against Lerma in 1607 landed him in huge trouble (see Kagan, *Clio and the Crown*, pp. 192-197). We do not know whether Don García had a view about the bitter feud that ensued between Herrera and Valencia (others involved in the historiographical project, like the Count of Gondomar came to Herrera's rescue), but he had provided Lerma, through Lemos, with what he needed: a man other than Herrera to take the job of a general chronicler supervising all history writing in the kingdom.

The tension between pan-Hispanism and Castilianization is very apparent in the documents produced by Don García's embassy. The ambassador interpreted the Portuguese as sabotaging his embassy because of their anti-Castilian feelings, expressed from the very moment of his appointment. Interestingly, in his view the Portuguese rejection of Castile amounted to a rejection of Spain too: "not only do they dislike the Union with the Monarchy of Spain, but under no circumstance do they want to be named or perceived as Spaniards".[26] Even the testimony of Shah Abbas could be used to present the Portuguese resistance to use the higher title of 'king of Spain' as ridiculous.[27] Seen from this perspective, when the discalced Franciscan Hernando de Moraga (himself a native of New Spain), who in 1618 travelled through Isfahan on his way to Spain with letters from the Governor of the Philippines and witnessed the ambassador's reception, in his *Relación* for the king in early 1619 referred to some Portuguese gentlemen who betrayed Don García's trust as 'Spanish', it is likely that the choice of word was not casual: the term implied a criticism of Portuguese lack of solidarity, in the context of a denunciation of a betrayal of the ambassador's trust.[28] Don García's secretary Saulisante was particularly explicit about the importance of this national tension in his own account of the embassy, written for the Council of State upon his return in 1620: "the viceroy and the captains of Hormuz, as well as the other Portuguese hidalgos (but not the other people of India) have always shown a clear enemity, for no other reason, as they themselves declared, that it was not reasonable, and it was not fitting to the reputation of the Portuguese nation, that a Castilian ambassador should go to Persia. And they did not say this because they had a particular hatred towards this gentleman [the ambassador], but for a general hatred that they have to the Crown of Castile".[29] Beyond the

26 Don García de Silva y Figueroa, *Comentarios de la embajada que de parte del rey de España don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903), vol. II, 124-5.

27 Figueroa, *Comentarios*, vol. II, p. 360.

28 "llegaron allí cuatro españoles y un fraile agustino, los tres portugueses", in Hernando de Moraga, *Relación breve de la embaxada y presente que la Magestad del Rey Don Felipe Tercero rey de las Españas, y emperador del Nuevo Mundo, hizo a Xa Abay rey de Persia clarísimo [...] Adicción a la Relación de las cosas del reyno de Persia* (s.l., 1619), f. 5r. One of these men, a Portuguese fidalgo, took with him Don García's letters for Spain, but then decided to return to Hormuz without returning the letters to the ambassador. Instead, according to Don García's secretary Saulisante who was sent to chase the letters, he sold them to the Captain of Hormuz, Don Luís da Gama, who was Don García's enemy and used to discredit him. See Appendix 1, "Relación de la Embaxada que hiço en Persia Don Garçía de Silva y Figueroa (1620) by his secretary Saulisante", edited by Joan-Pau Rubiés, *infra*, pp. 141-172.

29 "assí el virrey y capitanes de Ormuz, como los demás hidalgos portugueses (no lo siendo ansí toda la demás jente de la India), han siempre mostrado una enemistad clara, conçevida no más, como ellos deçían, porque *não era rração, nem comvin a reputação de nação portuguesa, que fora un embaxador castelchano a Persia*. Y esto no lo deçían por odio particular de este

psychological dimension, there also was jurisdictional aspect to the problem. The fact that the Monarchy's international diplomacy fell under the remit of the Council of State (which had appointed Don García) had deprived the Council of Portugal of its power over negotiations with Persia, even though the Portuguese continued to perceive the trade of Hormuz as entirely their own affair, that is, as an area where Castilians should have no say. It was particularly galling to have to offer financial support in Lisbon and Goa to a man sent by Madrid, and the ambassador saw very little of the money and goods that had been promised to him by the king.

Hence, at the turn of the seventeenth century the idea of Spain could express the simple recognition of a common geography and cultural heritage, or a long-standing project of political unification of the whole peninsula. That, in turn, could take a confederal form, based on keeping separate national traditions, or may express a desire for closer integration, which almost inevitably meant a process of identification of Spain with the laws, institutions and interests of Castile – a process most often led by the Monarchy's zealous ministers, who in this way were hoping to get things done more easily. Between 1580 and 1640 these two competing concepts were in tension, as far as Portugal was concerned (elsewhere in Spain the tension continues to cast its shadow to the present day). If the relatively recent rules of the *Cortes* of Tomar created specific restrictions, which in particular Philip II and his minister Cristóbal de Moura (influential until his death in 1613, that is, during much of Lerma's regime) felt obliged to honour, it is clear that a current of thought present at the court came to resent those restrictions, and offered ideological support for the progressive erosion of the constitutional pact of 1581.

The question whether Portugal had been conquered or inherited, and the contractual validity of the statute of Tomar, was the crucial Portuguese debate at the court between 1580 and 1640, with those defending the contractualist view increasingly in a minority. At the height of the debate (at the time of Olivares), the hardline Castilianizers argued that if Portugal had not been conquered, then it *should* be re-conquered.[30] There is in fact clear continuity in the project of closer pan-Hispanic integration based upon the supremacy of the royal will (a process that would allow the Monarchy to mobilize non-Castilian resources more easily) expressed by various writers during the reign of Philip III, which were also the two key decades of Hispano-Persian diplomacy: from the jurist Baltasar Álamos de Barrientos at the start of the reign, to the Count of Salinas, key member of the Council of Portugal at the height of Lerma's regime, to the count of Olivares after 1622, who to a very large

cavallero, sino general que tienen a esta Corona de Castilla" (Saulisante, *Relación de la embaxada que hiço en Persia Don Garçía de Silva y Figueroa* [1620], ed. Joan-Pau Rubiés, *infra*, p. 145).

30 See Fernando Bouza Álvarez, "1640 perante o Estatuto de Tomar: Memória e Juizo de Portugal dos Felipes", *Penélope. Fazer e Desfazer a História,* 9-10 (1993), pp. 17-27, p. 20.

extent inherited and implemented, with fatal consequences, the themes of that tradition.[31] In his *Discurso político* of 1598, written in prison and developing the ideas of former royal secretary Antonio Pérez, the translator of Tacitus Álamos de Barrientos was clear that the Portuguese resented their recent subjection to Castile, and in particular the distance of king and court, blaming their ill-fortune overseas to that subjection. It was important to note that unlike the Aragonese Crown, Portugal was a 'conquered kingdom' (not exactly the official position), and Castilian troops still manned a number of strategic fortresses. He concluded that "the Portuguese are enemies of the Castilians" and would seize any chance to change sovereign. As his main thesis was that the Monarchy could only rely on Castile and its *Indias Occidentales* (Flanders, Italy and the Crown of Aragon all presented equivalent problems of conditional loyalty), he thought that whilst in the short term the best policy was to visit those states, and in Portugal it may even be worth the while closing down the Castilian *presidios*, in the longer term the best policy would be to unify the elites and the laws, so that "Castile would remain Castile and Aragon and Portugal would become Castile".[32]

The case of the count of Salinas Diego de Silva y Mendoza (1564-1630), a talented poet and future Marquis of Alenquer, is perhaps even more significant. The second son of the Portuguese Ruy Gomes de Silva, one of Philip II's trusted servants, and of the princess of Éboli, he was a typical career courtier who emerged during the *valimiento* of the Duke of Lerma as a key member of the Council of Portugal (1605-1615), acting as treasury supervisor (*veedor de fazenda*) and, de facto, also as its President, with the crucial power to set the agenda, although this position was bitterly contested by rival aristocrats and not fully formalized.[33] The Portuguese always considered him a Castilian, as he was born and grew up in Castile (in 1601 Salinas moved to Portugal for a few years apparently for the sole purpose of being able to claim that he was a Portuguese natural), and they were especially reluctant to accept him as viceroy in Lisbon in 1617, sensing that his task was to reform the administra-

31 For the wider context of this political thinking see Pablo Fernández Albadalejo, *La Crisis de la Monarquía*, in *Historia de España*, ed. Josep Fontana & Rafael Valladares, Vol. IV (Barcelona & Madrid, 2009), chapter 1.

32 *Discurso político al rey Felipe III al comienzo de su reinado*, ed. Modesto Santos (Barcelona, 1990), pp. 106-107.

33 Salinas in effect replaced Juan de Borja, Lerma's ally, in that position (1599-1606). His status as the most senior member of the Council was resented by the Count of Vilanova, Manuel de Castelo Branco, who was disappointed in his expectation to succeed Borja. Vilanova created an alliance with Borja's son Carlos, Duke of Villahermosa and Count of Ficalho, who eventually took over the leadership fo the Council (1617-1621) when Salinas was sent to Lisbon as viceroy, during the closing years of Philip III (this was also the time of the tortuous decline of the Sandovals and the ascendacy of Baltasar de Zúñiga in the Council of State). The long feud between Salinas and his rivals created a great deal of dysfunctionality within the Council, and prompted calls for its reform or even suppression.

tion according to Madrid's priorities.[34] He was in effect Lerma's key man in the affairs of Portugal at the court during the period when the diplomacy with Shah Abbas was at its height. It is therefore highly significant that in a paper of 1612 written for Lerma he argued that the king ruled as an absolute sovereign in Portugal and therefore had no reason to seek any compromise with the kingdom's local powers, insinuating that the Portuguese elites were often corrupt and utterly divided (Salinas seemed to echo the doctrines of Jean Bodin, by which the supreme authority that made the laws could always change them, but his argument was in fact specific to the Portuguese constitution).[35] These were views quite different from those once expressed by Diego de Silva's father Ruy Gomes, the prince of Éboli, in relation to how best rule a multi-national Monarchy (Éboli had defended a policy of compromise with the local elites in the Netherlands against the Duke of Alba). Salinas was on the other hand setting the agenda pursued by Olivares ten years later: only a more absolutist principle of royal authority would be able to force all the kingdoms of the Monarchy to contribute to the needs of the State.[36]

Although it used to be thought that under Lerma's *valimiento* the desire for peace, mainly in order to restore the Monarchy's finances, had led to a return to a more traditional form of Government by aristocratic Councils, there is a growing consensus that in reality Lerma worked to circumvent those same institutions through the use of special *juntas* packed with his own men.[37] If he did not challenge directly the

34 For details on his career see also Trevor J. Dadson, "The Duke of Lerma and the Count of Salinas: Politics and friendship in early seventeenth-century Spain", *European History Quarterly*, 25, 1 (1995), pp. 5-38.

35 This document is analyzed by Claude Gaillard in his important monograph about the viceroyalty of Salinas, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne: L'action de Diego de Silva y Mendoza* (Grenoble, 1983), pp. 107-188. I have consulted the edition by E. Buceta, "Dictamen del Conde de Salinas en que se examinan las prerrogativas de la Corona y de las Cortes de Portugal", *Anuario de Historia del Derecho Español*, 9 (1932), pp. 375-386.

36 On Olivares and his ministry see J.H. Elliott, *The Count-Duke of Olivares: The statesman in an age of decline* (New Haven & London, 1986). For his policies towards Portugal see also J.H. Elliott, "The Spanish Monarchy and the kingdom of Portugal, 1580-1640", in Mark Greengrass (ed.), *Conquest and Coalescence: The shaping of the state in Early Modern Europe* (London, 1991), pp. 48-67, as well as Bouza Álvarez, *Portugal en la Monarquia Hispánica*. More recently see the important work by Jean-Frédéric Schaub, *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares (1621-1640)* (Madrid, 2001) which offers a glimpse of the most radical proposals received by Olivares on the eve of the rebellion, which requested not simply to modify some of the provisions of Tomar, but to totally dispense with them in order to fully incorporate Portugal into Castile (pp. 105-113). Olivares himself did not embrace these views, but they are symptomatic of the radicalization in the 1630s of the Castilianizing programme that had been expressed more timidly in previous decades.

37 For this kind of revisionism see Feros, *Kingship*, pp. 69-70, noting that the new rulers "did indeed promote political theories and administrative programmes to enhance the king's power and centralize the decision-making process into the hands of Philip III, Lerma and Lerma's allies and creatures". For the effects of this policy of *juntas* on Portugal and its revenues see Feros, *Kingship*, pp. 160-162.

autonomy and traditions of other kingdoms, this was not for the lack of a current of opinion advocating such a policy amongst his closest collaborators, but rather because such a policy would incur such political costs that it seemed easier to concentrate on finding ways of maximizing the extraction of financial resources from the royal revenue that belonged to the king in each separate kingdom.[38] By contrast, Lerma derived his power, together with the means to enhance his personal wealth and that of his clients, from controlling access to the royal person. Therefore, rather than prompting the direct contact between the king and his subjects, he sought to isolate the king, both by restricting access within the court (his most dangerous political rivals were sent away to serve as viceroys and ambassadors), and by minimizing any journeys outside Castile, where the king would be expected to hold *Cortes*, a more complicated way of obtaining resources. It was typical of this policy that during his reign of over two decades the king only visited Portugal once, in 1619, that is towards the end of his reign and only after repeated delays (the huge expenses of such journeys in what in effect was an overly inflated court contributed a great deal to the consolidation of this problem).[39] The crown of Aragon suffered a similar pattern but with the opposite chronology, as the only royal visit was in 1599, at the start of the reign. Unlike his predecessors, Philip III never left the Spanish peninsula, so that the sense of alienation experienced in Italy or the loyal provinces of Flanders was even more acute. In practice this meant that the process of Castilianization proceeded through the stability of the court in Madrid (or Valladolid) rather than through the reform of the other kingdoms. The affairs of the non-Castilian territories, in the hands of viceroys with limited powers, suffered neglect and were dealt with slowly, through complex bureaucratic channels. Indeed, the court of Philip III became famous for how slowly and uncertainly all business proceeded. In this context of royal absenteeism and institutional corruption, policy towards Portugal and its empire lacked energy and determination, with the single exception of the special *juntas* created both in Madrid and Lisbon to extract more resources for the royal coffers, the one area where Lerma's regime was innovative and, if necessary, willing to openly challenge the agreements of Tomar by appointing Castilians. These *juntas* were in fact quite successful in their primary purpose of untapping hidden sources of revenue.[40] However, the combination of rapacity and neglect that characterized the

38 It is symptomatic that many of those writers proposing a contractualist idea of monarchy, and in particular, the idea of mixed government, were often critics of the system of privanza in general, and of Lerma in particular. One should not confuse Lerma's obscene use of office to pursue his own family's fortunes with the defence of the interests of the aristocracy in general, let alone with a belief in the institutionalization of the political power of the aristocracy and the cities in order to moderate absolute monarchy (on this see also Feros, *Kingship*, pp. 125-126).

39 For details of that visit see Pedro Cardim, "La jornada de Portugal y las Cortes de 1619", in Martínez Millán & Visceglia (eds.), *La Monarquía de Felipe III*, vol. IV, pp. 900-946.

40 Antonio Feros, *Kingship*, pp. 160-162; Bernardo José García García, *La pax hispánica: Política exterior del duque de Lerma* (Louvain, 1996), pp. 246-247. Portugal was not alone in suffering that kind of selective attention: the kingdom Naples was subjected to substantial financial pres-

regime – rather than any royal weakness in the face of local autonomy – was fatal for the project of bringing together the various Spanish kingdoms in a peaceful and constructive manner. If ever there was a chance of doing that, it was dissipated between 1598 and 1621.

Whilst royal absenteeism de facto eroded the principle of constitutional equality by which the monarch ruled each of its kingdoms separately by its own laws, the practical problem of how to cater for Portugal's needs and interests remained, including the everyday business of organizing the fleets of the Indies and appointing viceroys, bishops, captains and many other officers, lay or religious (the latter were provided by the Crown through the principle of royal patronage of the Church). Two institutions bore the brunt of the political tension, the viceroys in Lisbon and the Council of Portugal at the court. Most crucial was the appointment of the viceroy, one area where the court in Madrid found itself struggling with the provisions of Tomar that the king's alter ego had to be of royal blood, or a Portuguese. If Philip II had been fortunate in being able to place his nephew Archduke Albert of Austria in Lisbon for many years, undertaking an important task of administrative reform that consolidated the viceregal system (1583-1593), his eventual marriage to Infanta Isabel Clara Eugenia (despite having been a Cardinal and Archbishop of Toledo) following his transfer in 1595 to the Low Countries (where, as sovereign prince, he would play a crucial role in promoting the peace process with England and the Dutch rebels) left a political vacuum that Philip III and Lerma would struggle to fill in. It was of course out of the question to appoint the seventh Duke of Bragança Dom Teodósio, whose mother had held a rival claim to the succession of Portugal, or his brother Duarte for that matter, and instead the Braganças were encouraged to marry the daughters of Castilian grandees (on the other hand, towards the end of the reign they came to exert some influence in the Council of Portugal through their allies at the court).[41] Philip III and Lerma were lucky to be able to repeatedly request the services of an increasingly reluctant Cristóbal de Moura (made Marquis of Castel Rodrigo),

sure by the count of Lemos, in what appears to have been one of the most rational and successful reforms of the period (García García, *La pax hispánica*, pp. 249-260).

41 Lerma arranged that Teodósio would marry Ana de Velasco, daughter of the Constable of Castile, whilst his brother Duarte, who was an active courtier in Madrid, married the daughter of the Count of Oropesa. At the start of Philip IV's reign Duarte was not appointed viceroy of Portugal to succeed Alenquer as requested, but the Braganças had placed a member of the family, Don Francisco, as ecclesiastical representative in the Council of Portugal, and the secretary Francisco de Lucena (a crucial figure) was their creature, so that the 'Castilianizer' Marques of Alenquer considered that the Braganças had undue influence in the Council. Perhaps more important, Manuel de Moura, Cristóbal's heir as Marques of Castel Rodrigo, would soon become a dominant figure, and although a critic of Lerma, he became also a rival and enemy of Olivares. This in turn forced Olivares to (imprudently) seek to work with the Braganças, empowering them. On these factions see Fernando Bouza Álvarez, "A nobreza portuguesa e a corte de Madrid: Nobres e luta política no Portugal de Olivares", in his *Portugal no tempo dos Filipes: Politica, cultura, representações* (Lisbon, 2000), pp. 209-238.

architect of the agreements of Tomar and Philip II's most trusted minister in the closing years of his reign. Lerma was logically keen to keep this potential rival away from the court (Philip II had hoped that his son would retain Moura as his key adviser), and even refused his request to become President of the Council of Portugal, relying instead on Juan de Borja, Count of Ficalho, as a man he could trust to follow orders, and after he died, on the Count of Salinas.[42] On the other hand, Moura's prestige, experience and common sense could prove invaluable, and it is symptomatic of the difficulty of finding lay Portuguese of stature willing to respond to the priorities of the court that Moura was appointed viceroy for two full terms (1601-1603, 1608-1612) and that in the intermediate periods the court was forced to appoint bishops and archbishops in that key government position.[43] Moura's only true lay successor was the Count of Salinas, whose tenure (1617-1621) was bitterly contested, as he was rightly seen as an agent of Castilianization and unsympathetic to the spirit of Tomar. Paradoxically, it was under his regime, in 1619, that Philip III's only visit to Portugal finally took place, crystallizing the clash of political cultures that had been developing since 1583, when Philip II had left his new kingdom, never to return.[44]

The Monarchy's system of councils was particularly complex on relation to Portugal. The old Council of State remained in Lisbon with a local aristocratic membership in order to assist the viceroy in his decision making, but with the king usually absent, its political role was diminished. Instead, the king took his own parallel Council of Portugal to Madrid, where it operated in a similar fashion as the other territorial councils of the Monarchy. According to the statutes of Tomar, this Council of Portugal was meant to guarantee the interests of the kingdom at the court, as it would prevent foreigners from dispatching the relevant business, but in practice, as a small group of Portuguese nobles and bureaucrats became acclimatized at the court, it was increasingly seen as a tool for the subtle Castilianization of the decision-making process. Especially during Lerma's regime, the Council of Portugal became dominated by a few aristocratic clans remote from the kingdom and connected to the favourite by marriage or political alliance, accumulating lands and titles from different parts of the peninsula (men like the Count of Salinas Diego de Silva, or like Juan

42 As the Venetian ambassador Contarini noted in his description of Borja, "De éste se ha de presumir encaminará siempre lo que el duque de Lerma quisiere, y cuando no, se irá con la opinión de los muchos […] no es difícil regalarle por la mujer e hijos, que son muchos, y es hombre que sabe hacer que no ve". Quoted in Santiago Luxán Meléndez, *La revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus carácteres nacionales: El Consejo de Portugal, 1580-1640* (Madrid, 1988), p. 186.

43 On Moura see Alfonso Danvila y Burguero, *Don Cristóbal de Moura, primer marqués de Castel Rodrigo, 1538-1613* (Madrid, 1900).

44 For the Cortes of 1619 see Gaillard, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne*. Philip III fell ill on his way back to Madrid, and died at the end of March 1621 without countersigning the acts agreed in the *Cortes* of Lisbon (and, some said, regretting his failures as king).

de Borja and his son Carlos de Borja, who were Dukes of Villahermosa as well as Counts of Ficalho). To make things worse, the Council of Portugal proved to be peculiarly dysfunctional during Lerma's regime, as it became deeply divided by aristocratic factions (the feud between the Count of Salinas and his many rivals for the politically crucial title of President of the Council was notorious and prompted Salinas's eventual dismissal). As a result the Council itself was continuously reformed, and there were even talks of suppressing it altogether.[45] By the time of Don García's embassy, one of the key arguments of this current of criticism was that its members had insufficient personal experience of the affairs of the *Estado da Índia*.

Whilst its personnel was divided and (at least in part) psychologically distant from Lisbon, the Council remained jealous of its prerogatives. Unsurprisingly, and like many other councils, it also saw its powers eroded by the creation of special *juntas* where Lerma (and later Olivares) could exercise more executive control. Of enormous importance was the *Junta de Hacienda de Portugal* created in 1602, in order to deal with the treasury aspects of the business, including the annual armadas to India, and which worked in tandem with a parallel *junta* in Lisbon (created in 1601) which allowed Castilian officers to control the business of the *Junta de Fazenda* of Portugal. The *Junta* at the court also incorporated Castilian officers (it was meant to function as a joint Castilian-Portuguese institution with superior jurisdiction), and therefore openly contradicted the terms of Tomar.[46] It was questioned not only in Portugal by the powerful *Câmara* of the city of Lisbon (the heart of opposition to the court in Portugal itself), but also by viceroy Moura, who was more aware of the pressures placed on the kingdom, and even from within the Council of Portugal (by *desembargador* Pero Barbosa), despite the fact that some of its members, notably its President Juan de Borja were incorporated into the same *Junta*. It is highly symptomatic of Lerma's priorities that this would be the one area where he dared to innovate so radically (he was more cautious about creating new taxes). The point of the *Junta* was, quite simply, to extract as much money as possible from existing Crown revenues in Portugal, to begin with by revaluing and renegotiating the various tax-farming contracts. If the aim was simply to get more money quickly, it worked (in 1600, a delighted Lerma had written to Borja that he was amazed that such a substantial resource had been 'forgotten'). The *Junta* helped the Monarchy reduce its dependence on Castilian resources, a pattern which had caused complaints in Castile (most Castilians thought that they alone bore the weight of imperial costs, often miscalculating the size of the economy of the other Spanish territories). The underlying principle defended by Lerma, the transferability of Crown resources, also meant that the Monarchy could use the money from the sale of trading contracts in its annual armadas to India for a variety of purposes other than investing everything in the urgent needs of the oriental empire. However, as Lerma's financial *juntas* eventually ran into trouble and his closest collaborators lost all credit and went to prison, the *Junta de Hacienda de Portugal* of the court was also suppressed, following Moura's advice after his return to the court in 1607 (Moura however accepted the need for Castilian representatives in the Council of *Fazenda* of Portugal, in order to ensure full information of what went on in the kingdom and a closer involvement of the court in the organization of the armadas of India).

The most interesting experiment of the reign was the creation of the Council of Indies of Portugal in 1604, which would be based in Lisbon and in many ways looked similar to its Castilian counterpart for the New World. To have a specialized body of this nature made eminent sense, as it would lighten the business that the viceroy conducted with the Council of State. However, it also added an additional layer to the tangled web of advice and counter-advice by various councils that conditioned the lengthy decision-making process between the king (or his *privado*) in Madrid, a viceroy in Lisbon, and another viceroy in Goa. The Council of Indies also clashed with the Council of *Fazenda* in Portugal, the body responsible for organizing the armadas and negotiating the contracts for trade with India and Brazil. Despite this

[45] On the Council of Portugal there is the excellent doctoral dissertation by Luxán Meléndez, *La revolución de 1640 en Portugal*. It is especially significant that after various reforms in 1602 and 1607, the Council was suspended between 1612 and 1614, and again in 1615 (Luxán Meléndez, *La revolución de 1640 en Portugal*, pp. 228-266). In effect, Lerma had by 1609 lost control of the feud between Salinas, Villahermosa and the count of Vilanova, and it was Moura who offered an alternative plan by which the great men would all be licensed, and the king would visit Portugal. However, it took years before all this was implemented. Although in late 1612 the Council was de facto closed and a *junta* to reform it had been created, Salinas counter-manoeuvred by allying himself with Lerma's son Uceda and the confessor Aliaga, in what were the first signs of Lerma's political decline. It was at that point that Salinas also proposed an openly centralizing policy, against those who believed in respecting the spirit of Tomar. Unfortunately the royal visit was repeatedly postponed (although the money to fund it had been collected in Portugal), until well after the death of Moura in 1613, which deprived the moderate party of its most distinguished voice (in the Council however there remained Secretary Fernando de Matos, canon of Évora, who was Moura's man and also connected to the Braganças). In 1615 a renewed Council more "according to plan of the Cortes of Tomar" was finally placed under the charge of fray Aleixo de Meneses, former Archbishop of Goa and the most recent viceroy in Lisbon. However Lerma, who was particularly reluctant to meet the *Cortes*, continued to postpone any royal visit, whilst trying to get rid of Salinas by making him the next viceroy with the title of Marques of Alenquer.

[46] Santiago de Luxán Meléndez, "El control de la Hacienda Portuguesa desde el poder central: la Junta de Hacienda de Portugal, 1602-1608", *Revista da Faculdade de Letras: História*, s. 2, 9 (1992), pp. 119-135. Lerma of course ensured that the *Junta* included his closest associates, his *hechuras*, men of relatively modest origins like the minister of finance Alonso Ramírez de Prado (a *letrado* from Zafra, of New Christian origins) and secretary of state Pedro Franqueza (one of the few Catalans with influence at court). These men were showered with *mercedes* and soon became notoriously corrupt, becoming masters of manipulating accounts in order to hide huge debts. Their fall in 1606-1607 was a huge blow to Lerma's reputation, although he managed to shift all the blame towards his servants (Lerma took control of the incriminating evidence, and Pedro Franqueza for example was condemned to a life sentence without being allowed to defend himself).

handicap, it reached the height of its influence under the Presidency of Dom Francisco da Gama, Count of Vidigueira (1608-1614), who as former viceroy in Goa (1597-1600) could offer real expertise, and therefore some genuine leadership in the face of the many challenges presented by Dutch and English competition. As revealed by the clashes in 1613 concerning the pepper brought from India with Esteban de Faro, the President of the Council of *Fazenda* (and a man sent from Madrid), the Council of the Indies was more sensitive to the constraints of the situation in the *Estado da Índia* and offered some support to the viceroys.[47] It could also criticize the poor quality of the armadas organized by *Fazenda*, a criticism which the latter saw as an intromission. Unfortunately, the growth of an alternative ministry in Lisbon with a significant power of patronage (advising the provision of offices was a key power of the Council) was not appreciated by the viceroys either, and Cristóbal de Moura was one of the first to recommend the Council's suppression, as early as 1607. Its actual suppression only took place in 1614, after Moura's death, and it came as a shock considering how active the Council then was. All the business was transferred back to the secretaries of the Council of State in Lisbon, with the weak explanation that this would cut administrative waste. Of course, Vidigueira protested, but to no avail (two years later he was asked to join the Council of State instead). The suppression has been interpreted as part of a desire by the Archbishop of Braga Dom Aleixo de Meneses to concentrate all power when he himself became viceroy in Portugal (1614-1616) – it would take another man with direct experience of the East to dispossess a former viceroy of the *Estado da Índia*.[48] The suppression was not reversed however when Dom Aleixo was transferred to the Council of Portugal at the court at the end of 1616, and its permanent loss deprived the Monarchy of an expert body, independent from the viceroy in Lisbon, to advise about the Portuguese perspective on Hormuz and Persia at the time of Don García's embassy.

A final tension which directly affected the conduct of Don García's embassy was between the Council of Portugal and the Council of State at the court, a body dominated by Castilians that decided the foreign policy for the whole Monarchy. As we have seen, the embassy to Persia, whose antecedents went back to the arrival in Valladolid of Husein Ali Beg, an envoy from Persia, in 1601, fell under its remit (it was after all about a strategic alliance against the Ottomans which had implications for the Monarchy's Mediterranean policies). However, all previous men appointed as ambassadors to Shah Abbas had been Portuguese and sent through Lisbon, beginning with António de Escobar and his substitute Luís Pereira de Lacerda in 1601-1602, and later the Augustinian friars Belchior dos Anjos and António de Gouveia, who had come directly from the *Estado da Índia* (the costs of these embassies had

[47] This support was especially forthcoming when the viceroy in Goa was a relative of Vidigueira, as Rui Lourenço de Távora happened to be.

[48] For the Council's suppression Luz, *O Conselho da Índia*, pp. 185-192. This old monograph, the first attempt to chart the history of this Council, has not yet been superseded.

also been assigned to the kingdom of Portugal). The potential for rupture became clear in 1611, when the Council of State decided to send a high-profile embassy and suggested that two lay ambassadors accompany Gouveia back to Persia, one of which would be Castilian. Moura, viceroy in Lisbon, was against the idea of two ambassadors, a sure way of ensuring a fiasco, but he also noted that the single man should be Portuguese. The Council of Portugal at the court proposed three Portuguese names. However, that Council was so weakened by institutional instability and factional divisions that it failed to develop a consistent policy, whilst the Council of State sought to impose Don García de Silva y Figueroa (1550-1624), and this was the only name that survived after a delay of one year.[49] Typical of the relation between the two councils was the complaint that the Council of Portugal did not have a clear understanding of what obeying the royal will entailed – it meant *not* questioning decisions based on the recommendations of the Council of State (after they had been approved by the king). There was of course a need to coordinate the two Councils, as the correspondence of the next few years on the affairs of the Persian embassy suggests. If anything, the military threat to Hormuz was now in everybody's mind. The obvious solution, to create a small mixed *junta* in order to deal with the parallel Persian embassies of Don García and Robert Sherley, was finally proposed in October 1618 by Don Baltasar de Zúñiga (himself an immensely experienced ambassador, who upon his return to the court immediately came to dominate the Council of State). The *junta* soon came with a concrete plan for a commercial agreement with Shah Abbas. That this *junta* and its proposal had come so late, and, as it turned out, too late to alter the course of events, showcases the institutional inertia and lack of reflexes of the final years of Lerma's regime.

There is evidence that the various institutional tensions in the peninsula had a role in encouraging an atmosphere against Don García in Goa and Hormuz. Divisions of the Council of Portugal often obeyed complex motives, as aristocratic clans could clash over questions of precedence and personal gain rather than over policies according to a coherent political vision. Nevertheless, there was a general pattern by which the aristocracy stood between the privileges of the kingdom and the interests of the king, and the opposition to the Castilianization of Portugal's foreign policy represented by Don García was well represented within the Council of Portugal by the many enemies of the Council's strong man, Diego de Silva y Mendoza, Count of Salinas and future viceroy of Portugal. A letter of October 1615 written by Nuno

[49] For details see Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, pp. 195-214. Gil notes that at some point the Council of State relented, but that the Portuguese candidates were considered too expensive, so the decision was postponed. An undecisive discussion between the two Councils, with interventions from Moura and Gouveia, took place in the early months of 1612. Given that the eventual economic demands made by the successful Don García were also very high, one may suspect that this delay was simply a manoeuvre to divert the Council of Portugal. By the time the issue was decided again in the late 1612, only Don García was considered, and the Council of Portugal began to drag its feet about funding the embassy.

Álvares Pereira to (probably) Aleixo de Meneses, then viceroy of Portugal, was pretty clear:

> Don García the ambassador to Persia is here with a very good attitude [*bem disposto*], but it seems that because it [the embassy] is a thing of the Count of Salinas, he is badly treated and they give him a thousand poor excuses [*sinrazones*] in this land; for the time being they are exactly like the factions in Madrid, because the viceroy [Jerónimo de Azevedo] and the Archbishop [Cristóvão de Sá de Lisboa] take the side of Vidigueira [Francisco da Gama] and Fernão Matos [former secretary of the Council of Portugal], and it seems to me that I could say they do not even forgive your *illustrissima* [Dom Aleixo] and your things [...].[50]

Nuno Álvares Pereira had reached Goa in 1614 with the substantial fleet that also took Don García, and was on his way to become captain-general of the conquest of Ceylon.[51] His candid letter suggests that the opposition to Salinas, for many years Lerma's man in the Council of Portugal but always seen as a "Castilian" intruder in Portuguese affairs, had spread to the ambassador and his own obviously Castilian authority (by the summer of 1615 it was also suspected that Salinas would eventually replace Menezes as viceroy to Portugal, but Pereira might not yet have learnt this). The "patriotic" opposition was apparently led by Gama, who, as we have seen, had recently lost his influential role in the Council of the Indies in Portugal, when that Council was unexpectedly closed down.[52] He worked in tandem with the canon of Évora Fernando de Matos, until very recently ecclesiastical councillor and secretary of the Council of Portugal (in 1614 he had ceded his position to his nephew Francisco de Lucena, who became secretary of state); Matos had in the past opposed

50 See Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, p. 286, note 131. I suggest Aleixo de Meneses because the recipient was an ecclesiastical dignity who was in Portugal. Meneses became in fact President of the Council of Portugal in September 1615, but the news would not yet have reached Goa when the letter was written, so I believe it was written to him in his capacity as viceroy.

51 He had ben previously involved (in 1609, when Aleixo de Meneses was governor in Goa) in the conquest of the silver mines of Monomotapa in East Africa, although with the change of viceroy he quickly lost that job. He seems to have been a protegé of Meneses, and his father Pedralvares Pereira, who as secretary of the Council of Portugal had collaborated closely with Moura, in 1615 remained a councillor of State in the same Council, although his involvement in the financial debacle of the Lerma regime in 1607 with Pedro Franqueza and Ramírez de Prado had landed him in prison for some years.

52 In March 1614 Gama (with the viceroy in Lisbon bishop Pedro de Castro) had sent some instructions to Azevedo concerning Don García's embassy, for example asking him to supply the ambassador with two Augustinian friars as companions (which might also act as informers?). The simultaneous instructions coming from Madrid instead emphasized the viceroy's obligation to assist Don García economically and to dispatch him promptly (they were ignored). See *Documentos remettidos da Índia ou Livros das Monções*, ed. R.A Bulhão Pato & António da Silva Rego (7 vols., Lisbon, 1880-1975), vol. III, doc. 466 (pp. 132-133); compare to doc. 447 (p. 90), and elsewhere.

Salinas in the Council, acting as an ally of the former viceroy Cristóbal de Moura at the court.[53] Finally, we also learn that this factional resentment extended to Archbishop Meneses, who was therefore seen by some as too close a collaborator with the court. As we have seen, Meneses had been instrumental in taking the power over the affairs of India from Francisco da Gama, although his personal agenda was unlikely to have been to Castilianize the empire, but rather to strengthen his own powers as viceroy in Lisbon, by transferring the business back to his Council of State in Lisbon.[54]

We may reach as a first conclusion that, as far as the decision-making process in Portugal and Spain was concerned, the many clashes between a Castilianized court and a *regno* that felt neglected and marginalized, not least in relation of the crucial decisions affecting its empire, created the key tension underlying many of the problems of the embassy to Persia, and might have been more decisive than sheer problems of institutional complexity and physical distance.[55] Fear of Castilianization was not irrational, as some historians have asserted, but rather the axis of political tension in the face of imperial decline. There have been various historiographical revisionisms concerning what 'national' meant in the seventeenth century, when there existed no nation-state as we know it, but rather a composite monarchy of many kingdoms, and an aristocratic society dominated by networks of clientele, divided by factions, and where corruption was rife.[56] However, there can be no doubt that na-

53 Matos had joined the Council in 1602 as secretary of state and quickly became a key member. The Lucena-Matos were clients of the Braganças.

54 Therefore attitudes to don García were most negative in Portugal, with Don Francisco da Gama acting as leader, and most positive amongst the great aristocrats in the Council of State, the Mendozas (Dukes of Infantado) and Toledos (Dukes of Villafranca), as well as the Count of Salinas. Castel Rodrigo and his party presented a moderate opposition which expressed their own political vision half way between the rights of the Portuguese and the needs of the Monarchy.

55 This sense of neglect in relation to the defence of Portuguese trade in the Indies was clearly identified in a report written by court councillor Mendo da Mota at the start of Philip IV's reign. See British Library, MS Egerton 1133, ff. 268r-275r, containing a letter of May 4 (probably addressed to Olivares) where Mota claimed that the conservation of Portugal was threatened because the Union had not respected the kingdom's 'natural and essential principles of government', and a slightly earlier report to the same (ff. 272r-275r) arguing for the detrimental effects of collective government by great noblemen, and offering an assessement of the legitimate complaints of the Portuguese, which included the waste of Crown resources, which should have gone to maritime defence, by the previous administration, as well as some abuses of jurisdiction by Castilian soldiers in Lisbon. Mota, therefore, both advised a stronger monarchical power that would curtail aristocratic abuses (which he thought was in line with existing laws and privileges), and more investment in imperial defence.

56 Beyond the nation-state paradigm, the complex political culture of early-modern Spain is explored in Pablo Fernández-Albadalejo, *Fragmentos de Monarquía* (Madrid, 1992). Of particular relevance are the essays collected in Taillon (ed.), *Le sentiment national.* For Portugal, see also Fernando J. Bouza Álvarez, "La herencia Portuguesa de Baltasar Carlos de Austria: El *directorio* de Fray António Brandão para la educación del heredero de la monarquía católica",

tional identities were a crucial site of confrontation.[57] Of course aristocratic patriots (and there were popular as well as aristocratic brands of patriotism) were largely concerned with protecting their own pool of jobs, and the economic opportunities that those jobs entailed: from the variety of titles and other *mercedes* available at court (*encomiendas*, *ayudas de costa* and various other rents), to the expensive gifts and other forms of bribery that one could expect or even request when an officer in the local administrations, to the very commercial opportunities offered by the *Estado da Índia*, of which those enjoyed by the captain of Hormuz were amongst the most coveted, the whole system of service to the Crown was in effect a system of private benefit in the name of the common good.[58] And yet at the same time there was a real clash of collective visions, one which increasingly centred on the concept of Spain: was Portugal to be Spanish in its own terms, by perpetuating the multi-national character of the Union, or rather through its Castilianization, given the fixation of the court in Madrid and the superior demographic and military power of Castile? Or was it perhaps the case that the growing identification of the Spanish nation with the laws and language of Castile would lead to a break with those provinces that felt more

Cuadernos de Historia Moderna, 9 (1988), pp. 47-61, who speaks about 'sentimiento nacionalista' underlying the identity of Portugal as a separate kingdom under the same king. From a different perspectve Schaub, *Le Portugal*, emphasizes the need to question the nationalistic assumptions of much traditional historiography, following António Manuel Hespanha in his institutional analysis of the early-modern state. Much work has also gone towards analyzing the political identity of the Aragonese kingdoms, especially Catalonia. For a reasessment of a semi-republican vision in the concept of mixed government see J. P. Rubiés, "Reason of state and constitutional thought in the Crown of Aragon, 1580-1640", *The Historical Journal*, 38 (1995), pp. 1-28, and, from a perspective which argues for a sharp separation between early-modern patriotism and modern nationalism, Xavier Torres, "Un patriotisme sense nació: què va ser l'anomenada Guerra dels Segadors, 1640-1652/1659?", in Josep M. Fradera & Enric Ucelay-Da Cal (eds.), *Notícia Nova de Catalunya* (Barcelona, 2005), pp. 61-96.

57 As Alain Taillon notes (*Le Sentiment national*, p. xi), early-modern national identities were less exclusive than modern ones, in part because there was no *necessary* link between national community and political sovereignty. By contrast, the pursuit of an *exclusive* correlation between the two, with the idea of a national will legitimizing the absolute sovereignty of the state (often leading to increasing state control of cultural identities) characterizes the politics of post-1789 nation-states. At the turn of the seventeenth century it was perfectly possible for a gentleman like Don Francisco Gilabert, who was at the same time born in the Catalan-speaking part of Aragon and involved in the famous *alteraciones*, a baron in Catalonia, hence a member of its *Corts*, and a *gentilhombre de la boca del rey* at the court of Philip III, to emphatically espouse three different patriotisms, Catalan, Aragonese and Spanish (but not Castilian), even developing some republican themes, of particular importance for his *Discursos* on Catalonia. This does not mean that these national communities were artificial: they all made sense as institutional, legal and cultural spaces (including of course linguistic realities) that might, or might not, overlap, depending on specific elements.

58 The aristocratic elite were of course also best placed to alternate national identities and consider themselves, for example, both Spanish and Portuguese. For the common people, local identities and local languages were more decisive. Xavier Torres qualifies his argument in *Naciones sin nacionalismo. Cataluña en la monarquía hispánica* (Valencia, 2008).

distant from the court, and which could find inspiration in an alternative narrative of national glory?

The International context: the peace that failed

However important the tension between Madrid and Lisbon might have been in the unmaking of the embassy to Persia, the troubles experienced in the *Estado da Índia* during the reign of Philip III owed more to the crisis in the East than to changes in Spain. This crisis, in turn, resulted from a combination of internal structural weakness and the conflict with Dutch and English rivals. In that respect, the fall of Hormuz was highly symptomatic of the decline of the Portuguese imperial system, both as a symbol of such decline, and through an analysis of its causes.

In his now classic but also controversial analysis, Niels Steensgaard interpreted the fall of Hormuz in structural terms as a result of the superiority of the institutional innovations introduced by the English and Dutch East India Companies, rather than as a contingent outcome of poor decision-making. In particular, it was the commercial focus of the Companies that allowed them to seize the trade from the *Estado da Índia*, interpreted by Steensgaard as a 'redistributive institution' which adopted a more passive attitude towards the market. In this reading, the Portuguese and the Spanish were unable to succeed in Persia, despite devoting much attention and resources to the problem, because they failed to understand what the crucial issue was. If the commercial aim was to redirect trade towards Europe, one needed to abandon a system that prioritized exploiting the local customs duties in Hormuz, and instead adopt the Company model of commercializing the silk in Europe, which alone guaranteed the necessary concentration of resources and operations.[59] Unable to break their own mould, the Spanish and Portuguese would subsequently fail to create a lasting Company for the trade of India themselves.[60]

Steensgaard's interpretation can be and has been questioned on a number of grounds. The first, and most obvious criticism, is that the crisis in Persia does not demonstrate

59 Niels Steensgaard, *Carracks, Caravans and Companies: The structural crisis in the European-Asian trade in the Early 17th century* (Odense, 1973).

60 For the fortunes of this Company, created under Olivares' regime, see Anthony Disney, *Twilight of the pepper empire: Portuguese trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century* (Cambridge MA, 1978). Also Valladares, *Castilla y Portugal*, pp. 47-49. Although only created in 1628, the Company, interestingly, had been decided upon by the Council of State as early as January 1623, after learning of the fall of Hormuz. The *letrado* Mendo da Mota, the member of the Council of Portugal (since 1612) who best undertood the trade with India, was put in charge of drafting the proposals. Alternative proposals had been made by Anthony Sherley before the fall of Hormuz, but some of his ideas implied relying on the Castilian route through the Pacific, which was highly problematic.

a structural superiority of a different commercial model, but rather the lack of political coherence and military discipline of the Portuguese, and in particular the decline of their naval power, both in quantity and quality. To these internal problems (which, arguably, owed a great deal to the long-term dynamics of the *Estado da Índia* and its system of annual armadas) we must add the hesitant and half-hearted policies of the court in Madrid, and the sabotage that they suffered in Portuguese India.[61] The second criticism would insist on some fundamental similarities between the Portuguese imperial system and those of the English and Dutch Companies – not that there were not important differences, but their nature might have been much subtler than what can be captured with a structural analysis, especially one that tends to interpret the Companies as simply more 'modern'. The crucial hypothesis that is worth reconsidering in the light of this debate, and in particular by reemphasizing the importance of contingent decision-making, is that the fall of Hormuz may not after all have been inevitable. Before we can return to this point, however, it seems clear that the pressure suffered by the Portuguese imperial system under the Union of Crowns was directly related to the emergence of the Dutch and English as a threat. In this respect, the European context of the embassy extends, well beyond Lisbon and Madrid, to England and the Dutch Provinces, where the Spanish Monarchy found its fiercest maritime enemies.

The international impact of the incorporation of Portugal into the first truly global empire was unexpectedly detrimental to the interests of the Monarchy, as throughout the 1580s it rallied its foreign enemies around the threat of a pan-Hispanic Catholic hegemony (albeit some of the enemies, France in particular, were themselves Catholic powers). In particular, the union of Hispanic crowns stimulated a sense of international Protestant solidarity which gave renewed opportunities to the rebel Dutch Provinces, which soon targeted Spanish and Portuguese trade overseas, in the West and East Indies. Some historians have argued that it was precisely the fear of a united Spain, with its two overseas empires combined, that provoked its Protestant enemies, the Dutch and the English, to seek to challenge directly the Catholic Mon-

[61] Among critics see Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A political and economic history* (London, 1993), pp. 212-214 and 271-276. Also Sanjay Subrahmanyam & L. F. Thomaz, "Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century", in James D. Tracy (ed.), *The Political Economy of Merchant Empires: State power and world trade, 1350-1750* (Cambridge, 1991), pp. 298-331, emphasizing the evolving nature of the Portuguese system and its relative profitability. Subrahmanyam in turn has been criticized for going too far in denying fundamental differences between the Anglo-Dutch and Portuguese models. For a more balanced position see Francisco Bethencourt, "Political configurations and local powers", in Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (eds.), *Portuguese Ocean Expansion, 1400-1800* (Cambridge, 2007), pp. 197-254, especially 222 ff. In any case, it must be noted that although Steensgaard chose to adopt a structural interpretation, his analysis of the process leading to the fall of Hormuz was very detailed and well-informed, and remains one of the best accounts in any language, a fact that has been obscured by the polemic.

archy's imperial claims, which were largely based on a papal donation. More in particular, the trade embargoes decreed by Philip II in 1585 in order to damage the economy of the Dutch rebels and their English allies, who conducted an important trade in the Iberian Peninsula, stimulated their attempts to trade directly with the Portuguese Indies, leading to a widening of their war efforts in the name of newly-defined rights to trade. It is quite clear that Philip II's tactic of commercial embargoes, although it damaged its enemies, also backfired on various counts. However, it might be excessive to conclude that the Portuguese trade in the East was targeted *solely* because of the incorporation of Portugal.[62] Although the commercial war unleashed in the 1580's precipitated the risky ventures of Northern traders into the East Indies, the jealousy of rival nations for the commercial opportunities that the Castilians and the Portuguese were exploiting was also a powerful force. It is difficult to imagine that any independent Atlantic power would not have been tempted, sooner or later, to seek direct trade with the East, as indeed the English had been pursuing by exploring the possibility of alternative Northern passages even before they broke with Spain. Hence it was only a matter of time that the maritime powers of the North Atlantic, especially those who rejected papal authority, would seek to challenge the Portuguese claim to a monopoly of all navigation and commerce in the Indian Ocean, in the same way that they sought trade with the Americas. Nor is it likely that an independent Portugal without Castilian support could have resisted such pressure for very long.

Therefore, there was a powerful economic rationale for the assault on Portuguese Asia, especially as in the 1590's the Portuguese were increasingly unable to supply the European markets with all the pepper and other spices they wanted (in part this was due to the loss of many of their ships). It is also clear that the uncompromising attitude of both the Portuguese and the Castilians in Asia, unwilling to share the trade of Asia despite its huge potential for expansion, provoked a militarization of the commercial conflict on the part of both the Dutch and the English, with the result that the naval weakness of the Portuguese was revealed. It is worth noting that the English commanders who defeated the Portuguese fleets off Surat in 1612 and again in 1615 were not very keen on a naval conflict, and at that point simply sought to establish trade in Mughal India; similarly, in Persia the English were seeking trade rather than a confrontation with the Portuguese, and it was a combination of Portuguese enmity and Persian pressure that took them to attacking Hormuz. Therefore, it may be concluded that in the 1600s the Portuguese miscalculated their power, too

[62] Geoffrey Parker, "David or Goliath? Philip II and his world in the 1580s", in Richard Kagan & Geoffrey Parker (eds.), *Spain, Europe and the Atlantic World: Essays in honour of John H. Elliott* (Cambridge, 1995), pp. 245-66, especially p. 265, suggests as much: "it therefore seems unlikely that, on commercial grounds, merchants from northern Europe would have chosen to make the heavy investment necessary for even modest success in intercontinental trade had they been able to secure the colonial produce they desired within the Iberian Peninsula – as they had done until the embargoes of 1585-86".

confident of their military capacity in Asia, or too reluctant to relinquish their reputation, and it was only at the start of a new reign in 1621, and especially after the fall of Hormuz, that some voices (including bishop António de Gouveia, councillor Mendo da Mota and viceroy Francisco da Gama) began to suggest that it might be more profitable to reach a compromise with former enemies than to risk losing what was left of the Portuguese trading system.[63] Unfortunately, once the monster had been unleashed it could not be controlled, and soon after its creation the Dutch East India Company had become less a tool of the States General than a private corporation lobbying for war, often acting in alliance with fundamentalist Calvinist divines and prince Maurice of Nassau, who had his own agenda. Hence, when in 1621 the twelve-year truce ended, the Dutch were eager to return to war against the Monarchy, especially on account of their potential for expansion in Asia.[64] The VOC had concluded that it was a commercial necessity to seek to eliminate European rivals from the Spice Islands, even the English, former Protestant allies. Unsurprisingly, when Portugal eventually claimed back its independence after 1640 the Dutch (now potential allies in Europe) continued to prey mercilessly upon its overseas trade and colonies, clearly showing that their overseas interests followed a logic quite independent of their original desire for independence from Spain, an independence which had in fact been largely achieved by 1609.

The two fundamental questions during the period when the Persian diplomatic contacts took place (1602-1619), encompassing the central years of the reign of Philip

63 The view that a compromise with either the Dutch or the English was necessary was first expressed in November 1621 in a fascinating discussion between António de Gouveia and Mendo da Mota recorded by the latter (British Library, MS Egerton 1133, ff. 258r-261r), who early in 1622 brought it to the attention of the ministers of state. Mota's opinion at the Council of State in January 1623 that an alliance with the English in Asia was necessary if one were to continue fighting both the Dutch and enemy local powers with any chance of success (British Library, MS Egerton 1131, f. 70r-v) is published in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. António da Silva Rego (5 vols., Lisbon, 1960-1975), vol. II, pp. 314-315. The policy had been agreed at the Council of Portugal a few days earlier (vol. II, pp. 386-387). It is symptomatic of the new atmosphere after the fall of Hormuz that Mota was supported by experienced members of the Council of State like Fernado Girón and Agustín Mexía: there simply was no money for a strictly military answer. Mota had emerged in 1622-1623 as one of leading voices for serious reform of Portuguese India at the court, at a time when the idea of a Portuguese Company of Trade (earlier proposed by the likes of Anthony Sherley and Duarte Gómez Solís) was being revived. Interestingly, viceroy Francisco da Gama, who in 1622 had left Portugal confident that he would turn the tide, soon made the idea his own. See António da Silva Rego, "O início do segundo governo do vice-rei da Índia D. Francisco da Gama, 1622-1623", *Memórias da Academia das Ciencias de Lisboa: Classe de Letras*, 19 (1978), pp. 323-346. Mendo da Mota was in fact critical of Francisco da Gama's evasive tactics when his large fleet was defeated by a combined Anglo-Dutch effort during the voyage to India in 1622 (weakening the Portuguese effort to recover Hormuz), and even requested his recall.

64 Jonathan Israel, *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661* (Oxford, 1982), pp. 74-81.

III, was why the Portuguese and Castilians together were so ineffective in their military and naval response to the Dutch and English assault in Asia, and especially why they failed to profit from the opportunities opened up by the peace treaties signed with James I and the Dutch Republic. In effect, Philip II had ended his reign bankrupt and with too many fronts open, although he sought to close one by signing the peace of Vervins with Henry IV of France (1598), which in turn weakened the Anglo-Dutch alliance that had confronted Spain since the 1580s. It was however clear that any opportunity to simply regain the Northern Netherlands was by then gone, as a powerful Dutch Republic of seven rebel provinces had consolidated. Given the costs of war, sooner of later some kind of peace agreement would become necessary, however temporary. The succession of James Stuart to England created an opportunity, as the new king, turning his back on the hard-line Protestant faction of the late years of Queen Elizabeth, was keen on reaching peace with Spain, and of course the Dutch would be more inclined to compromise without support from either France or England. Equally promising had been the establishment in 1598 of a semi-independent dynasty in the Southern Netherlands, led by Archduke Albert (nephew of Philip II, and married to his eldest daughter Isabel Clara Eugenia), who soon realised that there was little hope for a purely military solution to the religious split and political rebellion of the Low Countries. In fact, Philip II had agreed that Albert might negotiate a peace with the rebels, although the Dutch seemed less keen.[65] Although Albert was assisted by an able general, the Genoese Ambrosio Spínola, over the year he increasingly came to prioritize the needs of his subjects over the views of the Council of State in Spain. Those voices in Madrid arguing that a temporary respite was essential for the royal finances thus found a very favourable international situation, and despite his limited personal taste for conceding what de facto was a defeat of the uncompromising religious and dynastic principles inherited from his father, Philip III began his reign with a prospect of peace with both England and the Netherlands. However, the actual agreements took years to crystallize, especially in relation to the Netherlands, where the Spanish sought some last-minute military advantage in order to enforce better terms (requiring some additional financial efforts, albeit to very little effect).

With the peace with England of 1604 and the truce with the Dutch of 1609, the Duke of Lerma achieved his greatest foreign policy aims, establishing what historians have come to define as the *Pax Hispanica,* however reluctantly it had been embraced in many quarters.[66] For the first time in decades, the Monarchy was disengaged from

65 As noted by the ambassador of Rudolf II: *Diario de Hans Khevenhüller: embajador imperial en la corte de Felipe II*, ed. Sara Veronelli & Félix Labrador Arroyo (Madrid, 2001), pp. 448, 464-465. I am grateful to Mía Rodríguez Salgado for this observation.

66 The notion of a *Pax Hispánica* cannot be accepted without qualifications: it was, I must emphasize, a *relative* peace, which only applied opportunistically to some fronts (for example, there was military conflict over Mantua in Northern Italy in 1613-1615). The selective extension of 'guerra defensiva' overseas, for example to the conflict with the Araucanians in Chile, was

any major military conflicts in Europe, and could afford to pursue long-term policies. Very soon, however, the situation became complicated in Northern Italy, where those who resented Spanish dominion (and there were many) increasingly turned towards the Bourbons in France. It is possible that the many delays in reaching an agreement with the Dutch – more than a decade after the peace of Vervins with France – had jeopardized any opportunity to restore the Monarchy's finances. By 1609 Lerma's plans for restoring the Monarchy's public finances were coming to nothing, some of his key secretaries had been accused of corruption (Lerma in fact betrayed them to save his skin), and his own star at the court had started to wane.

Alas, the agreements of 1609 were also quite imperfect as far as Portugal's overseas trade was concerned, and it is clear that Portuguese interests were not prioritized in the negotiations. This was a time when the Dutch pressure was being felt quite dramatically across the East Indies: in the Spice Islands (where the Dutch had seized Ambon and other outposts, reviving Ternate's native resistance), the Coromandel coast in India (were the VOC had begun to trade in Masulipatnam and Pulicat) and even Japan (it was precisely in 1609 that the Dutch established themselves in Hirado). The Portuguese were most unwilling to concede that they would share the trade of India, and expected that the Dutch would be legally forced to abolish the VOC. However, although this had indeed been their starting position in 1606, for the Spanish negotiators it became unrealistic to insist on that blanket prohibition, given that the Portuguese only controlled a few outposts in these areas, and that the Dutch did not accept any of their imperial claims (it was during the negotiations that Hugo Grotius, writing on behalf of the VOC, developed his thesis of the freedom of the seas).[67] As had also been the case a few years earlier when negotiating with the English about colonies in North America, it was especially difficult to prevent other European nations from trading or establishing outposts in those areas where there

largely coincidental, as it responded to colonial rather than metropolitan initiatives (in this respect I would qualify the arguments offered by José Manuel Díaz Blanco, *Razón de Estado y Buen Gobierno. La Guerra defensiva y el imperialismo español en tiempos de Felipe III* (Seville, 2010). Nevertheless, not being at war against the French, the English and the Dutch did create a new momentum

67 The *Mare Liberum* (an extract from a larger work) was first published in Leiden in the spring of 1609, at the suggestion of the Zeeland chamber of the VOC, and as preparation for a truce that should not prevent the Dutch from trading in Asia – in effect it gave the VOC a charter for retaliation. The original work known as *De Iure Praedae*, written during 1604-1606 and also commissioned by the VOC, was a comprehensive defence of the seizure of a Portuguese carrack in the straits of Singapore in 1603, which unexpectedly led Grotius to a thorough revision of natural law and the *ius gentium*. It was much more extensive, but the truce negotiations made it convenient only to publish the one chapter that declared the VOC's right to trade in the East. It is significant how quickly the book was translated into English by Richard Hakluyt. See Hugo Grotius, *The Free Sea*, ed. David Armitage (Indianapolis, 2004). On Grotius and the VOC more generally, Martine van Ittersun, *Profit and Principle: Hugo Grotius, natural rights theories and the rise of Dutch power in the East Indies, 1595-1615* (Leiden, 2006).

was no genuine Iberian dominion.[68] Interestingly, Grotius was to develop his thesis that the Dutch had the right to trade and make contracts with independent native princes on the basis of the natural law principles of Dominican theologians of Spanish nationality such as Francisco de Vitoria, who had rejected the validity of a papal donation of civil and political rights belonging to rational pagans.[69] Whilst Philip III was not prepared to give up his imperial titles in Asia as a matter of principle, and the Valladolid Professor Serafim de Freitas would eventually respond to Grotius with the uncompromising *De Iusto Imperio Lusitanorum Asiatico* (written in 1616, but not published until after the twelve-year truce ended), in order to make a truce possible the Portuguese were forced to restrict their explicit claims to those areas they actually controlled.[70] It did not help the Spanish position that, during the protracted negotiations, the priority of the Council of State in Madrid seems to have been to guarantee the religious rights of Catholics in the rebel provinces (the religious scruples of Philip III played an important role in this respect), whilst the VOC created a powerful lobby that hardened the Dutch position on trade, forcing Oldenbarnevelt to retract an initial promise to dissolve the VOC.[71] The eventual adoption of a limited twelve-year truce over a permanent peace reflected how far apart the two sides still were at the end of the negotiations: this was an agreement driven by sheer necessity, as all parties found it impossible to continue financing the war, but no compromise was reached on any questions of principle. The temporary nature of the agreement also facilitated that the question of the trade of the Indies would be fudged. In effect, peaceful commerce was agreed for the Dutch in the Spanish Peninsula, ending the embargoes that had been so detrimental to all parties, but the truce did not fully apply to Asian waters. Ambiguously, without mentioning the East In-

68 The English peace of 1604 provided many important precedents for the Dutch truce of 1609. Not least was the success of the English negotiator, Secretary of State Robert Cecil (1563-1612), in making sure that English trading prospects in the North Atlantic would not be damaged by Spanish claims to a colonial monopoly, resorting to ambiguity in order to avoid openly challenging Spanish honour (see Pauline Croft's entry on Robert Cecil in *Dictionary of National Biography*).

69 This was made possible because Vitoria and his many followers had developed their arguments in relation to defining the rights of American Indians, in what was in effect a dispute *within* the Crown of Castile about their own empire. In the context of intra-European disputes about trading rights the same arguments could mean something very different: the general natural law principles the Dominicans appealed to, their humanitarian radicalism, and their authority as scholastic theologians, made it possible for Grotius to easily demolish the traditional Portuguese titles to conquest, navigation and commerce in Asia.

70 Freitas in effect adapted Vitoria's natural law arguments to the Portuguese East by insisting on the universality of the right to preach, whilst circumscribing the right to trade to contracts between sovereign powers, and claiming for Portugal the navigation of the high sea route on the basis of custom and acquired rights. See C. H. Alexandrowicz, "Freitas versus Grotius", *British Yearbook of International Law*, 35 (1960), pp. 162-182, who notes how close Grotius and Freitas were on some basic points about native sovereignty – precisely Vitoria's principles.

71 Jonathan Israel, *The Dutch Republic: Its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806* (Oxford, 1995), p. 402.

dies, the treaty simply stated that Dutch trade with the dominions of the Catholic king overseas was prohibited, but that they freely could trade with other princes. This allowed the Dutch to interpret that they could trade with independent local powers in Asia, whilst the Portuguese held to their fatuous title of lordship over all trade, navigation and conquest in India.[72]

With this, the Spanish hoped to be able to expel the Dutch from the Asian waters they claimed as their own, but of course the Dutch could equally hope to pursue what they understood to be their right to trade with natives, by force of arms if necessary. The ambiguity of the treaty was seen as an unnecessary concession in Portugal, and the Council of Portugal at the court, which had not even been consulted during the negotiations, was outraged.[73] In effect the VOC, a Commercial Company less than a decade old, had been more successful than the whole kingdom of Portugal in ensuring that its interests were well defended in the negotiations. The Spanish had given up putting military and commercial pressure in Europe, where it hurt the Dutch and would encourage them to desire peace, whilst leaving the door open for continued conflict in Asia, where the enemy could do most damage to the Portuguese (but also to the Spanish in Manila). The only possible explanation is that the court in Madrid felt confident about the resilience of its vast network of forts in the *Estado da Índia*, and had not yet realised how dangerous Dutch ships could be in Asian waters, probably assuming that it was only a matter of time before a formidable fleet of galleons would be able to chase them away, the ill-fortune of some recent voyages notwithstanding.[74]

Unfortunately, the peace treaty was not followed up with a sustained naval effort equal to the task.[75] In the following twelve years, a combination of insufficient support from Portugal and military ineptitude in India would mean that the Portuguese lost out, rather than gain, from the non-extension of the truce overseas. In other words, the Portuguese desire to fight back with more vigour suffered from the illusion of a military capacity that was simply not there. Had Philip III agreed to freeze the positions in Asia in 1609 and allowed the VOC some free trade with native powers, as had been proposed, he would have saved a great deal of money, ships and men, as well as facilitate that the Portuguese maintain their superior commercial position, given the vastness of their existing network of private trade and its high capital value. The VOC in fact relied on seizing Portuguese prizes for its profitability during the early years, hence a real truce in the East might have put its commercial operations under financial pressure. Not least, peace in the Indies might have diminished the pressures that led to the resumption of open conflict after the truce expired in 1621. However, in 1609 very few people in Spain, least of all the Portuguese, were prepared to contemplate the idea that the Crown would give up its monopolistic claims to all the trade of Asia, however unrealistic this position may appear in retrospect.[76] The whole *Carreira* system of annual fleets carrying pepper and other luxury products to Europe was bound to its monopolistic assumptions. Interestingly the Dutch, however different their ideological justifications for monopolistic

[72] J. A. de Abreu y Bertodano, *Colección de tratados de paz, alianza, neutralidad [...] hechos por los pueblos, reyes y príncipes de España [...] Phelipe III*, I (Madrid, 1740), pp. 458-485. There was also a secret article in one of the working versions of the treaty which resolved any ambiguity by guaranteeing that the Dutch would be able to trade in the Indies without interference, but it is not clear that this was known or agreed to in Madrid. In the short term the Dutch ceased to attack the Portuguese positions, but only until the Portuguese, who found themselves losing ground, gave them an opportunity to resume the conflict, which was soon enough. Clashes mounted and by 1614 it was all over. In retrospect is seems obvious that in the negotiations of 1606-1609 the Spanish had placed excessive emphasis on religious principles, driven in part by the piety of Philip III and his confessors, as well as pressure from the pope. In October 1608, in the crucial phases of the negotiation, the Council of State was still insisting on freedom of worship for Catholics whilst the Archduke in the Netherlands pushed for a truce at any cost, leaving the needs of the Portuguese Indies abandoned. Victims of their uncompromising attitude, the Spanish fell into the trap of thinking in terms of a temporary truce rather than a permanent peace, hoping in this way to preserve their higher principles of sovereignty and religion, but also allowing the initiative on many points of detail to fall into the hands of international mediators such as Pierre Jeannin, the representative of Henry IV of France during the talks, whose long-term agenda was anti-Spanish, and who offered the Dutch all the short-term advantages, whilst forcing the hardliners in the Republic (such as the province of Zeeland) to reach an agreement. Philip III signed the peace dreaming of a time when he could resume war, whilst many at the court complained about the loss of reputation. For the Spanish perspective during the negotiations see Paul C. Allen, *Philip III and the Pax Hispanica, 1598-1621: The failure of Grand Strategy* (New Haven & London, 2000). Similarly, García García, *La Pax Hispánica*, pp. 63-71, shows the chasm between the uncompromising attitudes of many Spaniards on points of sovereignty and the financial weakness of Albert's position on the ground, setting the stage for ill-thought last-minute concessions. Jonathan Israel, by contrast, places the trade of the Indies at the forefront of the negotiations on both sides: *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740* (Oxford, 1989), pp. 80-86.

[73] Valladares, *Castilla y Portugal*, p. 24.

[74] In effect the truce created a legal precedent that went against Portuguese interests in Asia without giving the Spanish much in exchange, other than the immediate ceasing of hostilities the Monarchy (but also the Republic) desperately needed, and the hope that all Dutch gains would eventually be reversed, that is, when the financial situation improved and war could be resumed. Of course this never happened: with the Dutch almost isolated and the relative military success of Spínola, in 1609 the Monarchy had the strongest position it would ever enjoy in the seventeneth century.

[75] Lerma in fact continued with secret negotiations to reach a more lasting peace agreement, but to no effect, as the hardliners were also seizing control on the Netherlands.

[76] Interestingly, in his report to Mendo da Mota in November 1621 concerning the reasons why the *Estado da India* was in crisis, bishop António de Gouveia made it clear that it was in part the fault of the Portuguese that they had not seized the chance for a permanent peace in 1609: "por que yo vi con mis propios ojos entrar en Lisboa una nave suia que llevava los capítulos de la tregua para la publicar a los suios en la India; no se dieron los portugueses por entendidos desso, y fueron continuando la guerra con tan malos suçcessos y con tan poca disciplina que están las fuerças del estado en la última miseria de total ruina". British Library, MS Egerton 1133, ff. 258r-261r.

practices, soon adopted a remarkably similar approach, even clashing with the English, their former allies. An armed monopoly based on a title of lordship over the high seas and an ideology of crusade and evangelisation was replaced in much of South-East Asia by a rival trading monopoly, equally armed and even more strictly enforced, built upon the right to reach exclusive agreements with independent native powers.[77]

Therefore, notwithstanding the peace of 1604 and the truce of 1609, the Portuguese determination to expel both the English and the Dutch from Asian trade led them to a continuous conflict which the English East India Company generally sought to avoid, and the VOC increasingly embraced with glee. This difference of approach between the two northern nations owed a great deal to the size of their respective operations. The Dutch invested more money and sent more ships to the East, and their experience in the islands East of Malacca, where the Portuguese were particularly weak, made them confident that they could benefit from seizing further prizes and enclaves from the Portuguese. The English by contrast sought to establish their trade whilst actively avoiding direct conflict with the Portuguese, and it was largely in reaction to Portuguese attacks that they scored their naval victories. It was also the case that their ruler James I took the peace of 1604 seriously and sought to strengthen it, and even after the fatal intervention of the Company in Hormuz, the English court was in deep negotiations with the Spanish for a dynastic match between the heir Charles and a Spanish Infanta (leaving aside for a moment the tragicomic unravelling of that particular plan).

Although by 1621 the Portuguese position seemed largely intact, in reality there existed very deep causes for concern, a situation which the fall of Hormuz soon confirmed. In effect the joint Hispanic Monarchy was losing the maritime war, notwithstanding some occasional victories, especially by the Castilians from Manila. The large offensives planned in India and the Spice Islands under Dom Jerónimo de Azevedo precisely at the time of Don García's embassies were particularly fruitless. It is important to emphasize that at this stage the superiority of the Dutch and English Companies was naval and military, rather than commercial.[78] This might seem

[77] This became especially clear after the resumption of the war in 1621, but already during the truce the Dutch had been negotiating with the English their right to monopolies (for example in the conferences of 1613 and 1615), with Hugo Grotius, former champion of the freedom of the seas, subtly shifting his position so that the freedom to trade and navigate could be circumscribed by contracts with native powers (leaving aside the fact that those contracts may de facto have been forced).

[78] Of particular importance has been the revisionist work of James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640* (Baltimore & London, 1993). For a similar treatment which seeks to take account of criticism of Boyajian's figures (which tend to inflate Portuguese trade) see Ernst van Veen, *Decay or Defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia 1580-1645* (Leiden, 2000).

paradoxical, as some historians have traditionally emphasized the economic superiority of the joint-stock companies, supposedly more modern in their corporate organization than the 'feudal' system operated by the Portuguese, characterized by inefficient Crown involvement, massive tax evasion, and the growth of private trade. There can be no doubt that the Companies provided a new operational model in which the merchants themselves ran all the operations, using the authority of the state to make war and peace, but with a long-term commercial focus and discipline lacking in the Portuguese and Spanish systems. The Dutch offered the purest form of this model of full control by a Board of Directors, whilst in the British case there was some Crown involvement, exemplified by the dispatch of Sir Thomas Roe as ambassador to the court of Jahangir. However, despite the many flaws of the Portuguese system, of which perhaps the crucial one was the difficulty of imposing a consistent policy, the fact remains that the *Carreira* between Lisbon and Goa, combined with the licensed journeys or country trade, and the various customs revenues in a number of key locations, continued to generate huge profits. These were shared between the Crown, those officers who systematically cheated the very Crown they were supposed to represent (for example the captain of Hormuz), and many private investors, of which the New Christians formed the most important group. By contrast with this flourishing of capital gains, the Portuguese fleets were clearly insufficient to maintain the war effort, both in quantity and quality. Seen in this light, it was as a war machine that the VOC became most effective.[79]

Some of the structural problems of the *Estado da Índia* were well known to contemporaries. Viceroys regularly complained of lack of money, ships and men. Often the authorities in Goa found themselves unable to buy enough pepper simply because Lisbon had not sent enough silver, and they had to borrow locally instead. There were important reserves of private capital in Portuguese India which could be used to cover these gaps, but the Crown could not untap these financial resources (for example by selling offices) without perpetuating the system of corruption that ensured that private trade continued to undermine the king's own monopolies and customs revenues. There was also the problem of chronic underinvestment in the fleets, often because the Crown sougth to make a substantial gain from the trading contracts associated with each annual armada, a tendency which can be set in sharp contrast with the determination of the VOC to send larger fleets and to reinvest the proceeds of sales of spice to strengthen its military position and maximize its trading capacity. For example, before the truce negotiations Lerma's regime diverted the proceeds of the Portuguese contracts towards the wars in Flanders, weakening the fleets of India and in effect allowing the Dutch to consolidate their footholds in

[79] This constitutes an important correction of Steensgaard's structural analysis, which privileges the Company's relation to the markets, but can also serve as a corrective to those who will not accept the decisive nature of some substantial differences between the *Estado da Índia* and the northern Companies.

Asia.[80] The Portuguese also failed to maximize what superficially looked like a demographic advantage. Although Indo-Portuguese society as a whole was growing, this was in large part a cultural expansion, as Portuguese men married native women, becoming *casados*, and their descendants replicated the same pattern over many generations, keeping their patrilineal language, religion and social ethos, but not their European physical aspect. The Dutch often spoke contemptuously about their rivals in South-East Asia as 'Black Portuguese'.[81] By contrast very few women migrated to 'India' from Portugal, and many of the men sent as soldiers were very young (usually teenagers) and very poor. Living precariously, a huge proportion died during the journey or within months of arriving.

During the struggle against the Dutch in the first decades of the seventeenth century, none of these structural problems was more decisive than the Portuguese naval failings. After 1599, as private contractors suddenly assessed the risks of buying the pepper contracts as excessive, the Crown resumed full control for organizing the annual fleets, selling space to private investors trading with those other products that were not reserved to the Crown itself (or to a few well-placed aristocratic investors such as the Dukes of Braganza or the Counts of Vidigueira). From 1601 the Crown also forced the Portuguese New Christian community of merchants to buy the royal pepper brought from India at inflated prices, something they were willing to do because they still made substantial profits from their private business.[82] Had a larger portion of the proceeds from all these contracts been reinvested on a regular basis in larger fleets and better ships, the Portuguese would not have found themselves losing grounds to the Dutch and the English so quickly. Instead, a number of recurrent problems were not fully addressed. The first one was seaworthiness. Throughout the sixteenth century the Portuguese carracks had become massive, in order to maximize profitability. Such huge ships, often overloaded, were hard to manoeuvre and were no match when confronted with a swarm of smaller, lighter Dutch ships – despite being armed with many cannons and able to carry more troops, it was often difficult

80 For example between 1600 and 1606, at a time when pepper revenues were high despite some loss of market share to northern competitors. Boyajian, *Portuguese Trade,* pp. 89-91.

81 The proportions varied according to area, but even within the *casado* community of Goa the 'black' outnumbered the 'white', according to António Bocarro's figures of 1635. For the whole of the *Estado da Índia* Bocarro suggests a total of almost 5,000 white for some 7,500 black *casados*, but he probably underestimates the size of the native community of Indo-Portuguese, possibly because not all native converts were categorized in the same way. See Subrahmanyam, *Portuguese empire in Asia*, pp. 221-222.

82 The New Christians were also subjected to the need to buy 'pardons' that protected them, albeit only temporarily, from the Inquisition. The cynical way Lerma's regime treated its merchant and capitalist class did not prevent the growth of private trade, but did little to generate a healthy working relationship between merchants and the state. In particular, the lack of correlation between commercial power and political power diminished the chances for long-term investment in the naval resources of the *Estado da Índia.*

to deploy them effectively.[83] In addition, a single shipwreck or a single capture by the enemy had a massive impact.[84] Hence, in the light of how real those dangers had become in the 1600s, it would have been sensible to spread the risk with a different type of fleet. In the face of losses of around 20% in the worst decades, men of experience such as Admiral João Pereira Corte-Real and the New Christian trader and reformer Duarte Gomes Solís became articulate advocates of just such a change, but their advice either went unheeded, or came too late.[85] The slowness of the Crown's reaction to the Dutch naval challenge (despite intermittent efforts to send large fleets of galleons) was compounded by repeated organisational failings. In particular, delays in the preparation of the fleets departing from Lisbon or back from Goa led to late voyages which resulted in sensational shipwrecks, or even the cancellation of some voyages. This administrative failing, linked to poor financial planning, is remarkable considering how well the monsoon season was understood, and the accumulated experience of generations of Portuguese pilots. It can be argued that a rapacious Crown starved its own armadas from the liquidity needed for proper planning, leading to last minute expedients that could only increase real costs. Reliance on the discretion of viceroys in Goa, whose personal level of competence varied enormously, and on a complex web of councils and *juntas* in Lisbon and in Madrid, where a few competent officers often found their executive capacity severely circumscribed by unrealistic demands and jurisdictional rivalries, could not deliver the professional focus and regular capitalization that a joint-stock Company like the

83 Galleons represented a much better alternative than carracks for military encounters.

84 Consider Bentley Duncan's highly influential figures given in his "Navigation between Portugal and Asia in the sixteenth and seventeenth centuries", in E. van Kley & C. K. Pullapily (eds.), *Asia and the West: Encounters and exchanges from the age of exploration* (Notre Dame IN, 1986), pp. 3-25. Whilst it is clear that the navigational weakness of the *carreira* developed throughout the sixteenth century, driven by the pressure to augment tonnage at the lowest cost, historians continue to argue about the relative impact of economic pressures and Dutch attacks, and more generally about the negative significance of the Union of Crowns. On this latter point see Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso & António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da Carreira da Índia, séculos XVI e XVII* (Lisbon, 1998). André Murteira offers an informed review of the debate in "O corso neerlandês contra a Carreira da Índia no primeiro quartel do século XVII", *Anais de História de Além-Mar*, 9 (2008), pp. 89-126.

85 Juan Pereira Corte Real, *Discursos sobre la navegación de las naos de la India de Portugal* (Madrid, 1622). Duarte Gomes Solís, *Discursos sobre los comercios de las dos Indias* (Madrid, 1622). The publication of both works seems to belong to the same moment, an urgent re-assessment of the Portuguese empire (following the fall of Hormuz) by the more dynamic regime of the new *privado* Olivares, hence they were written in Castilian for circulation in Madrid. However, Duarte Gomes Solís had for many years been urging Lerma to launch a more decisive naval policy in Asia, for example in 1612, albeit with little success. Corte-Real's suggestion that three-deck ships should replace four-deck carracks was actually adopted, but there was a great deal of opposition in Lisbon, and eventually he himself complained that a more radical re-design of the ships was needed. See further Charles R. Boxer, "Admiral João Pereira Corte-Real and the construction of Portuguese East-Indiamen in the early seventeenth century", in *From Lisbon to Goa, 1500-1700: Studies in Portuguese maritime enterprise* (London, 1984), pp. 388-406; J. Calvet de Magalhães, "Duarte Gomes Solís", *Studia*, 19 (1966), pp. 119-171.

VOC was soon able to deploy. From 1600 to 1624, the contrast between the losses suffered by the *Carreira* and the VOC in the journey from Europe to Asia are staggering: 30 voyages out of 188 (16%) against 4 out of 266 (1.5%).[86]

Some important voices argued for a more dynamic naval policy, not only merchants like Gomes Solís, but also aristocrats like the Count of Gondomar, who as ambassador in England could well see that the Spanish were being left behind, and even priests and friars with experience overseas, like the rector of the Jesuit College in Manila Juan de Ribera. Thus Gondomar, who in his latter years became a fierce critic of Spanish policies, in 1626 concluded that the greatness and conservation of Spain consisted in increasing the number of ships and sailors, because "today the world has become smaller, and whoever controls the sea, also controls the land".[87] He might have been thinking of what happened in Hormuz, the news of which came just as Gondomar struggled to negotiate a dynastic alliance between Spain and Britain (a famous fiasco). Yet his perspective was also the view from the imperial periphery. Writing from the Philippines a few years earlier, in December 1618, the Jesuit Juan de Ribera had reached a similar conclusion.[88] Through an ingenious 'syllogism', he argued that since foreign nations, such as the Dutch and the English, would inevitably be drawn to the trade of the Spice Islands, the Spanish (naturally including the Portuguese) would only be able to keep the profitable trade if more regular reinforcement of ships were sent from Spain, as both Goa and Manila were exhausted from the efforts of the previous years. Ribera had in fact been a privileged witness of how in 1616 a large fleet of war galleons built by Juan de Silva in the Philippines at horrendous cost failed to rendez-vous with those sent from Goa by viceroy Azevedo, in what became one of the most significant wasted efforts of the truce period (at a time when the truce as such had totally broken down in Asia). Where Castilian hardliners such as Don García's secretary Saulisante saw dark Portuguese plots to avoid Castilian interference, Ribera perceived a more fundamental issue: the extent to which a united Spain was committed to fighting for its more distant colonies in Asia by supplying them properly. Given the economic crisis Spain itself was suffering, it was not by all means clear what the answer was. The proposal to simply abandon the Philippines, so distant and so expensive, was taken seriously.[89]

[86] Murteira, "O corso neerlandês", p. 114. The figures may be a little worse for the VOC as we do not have data of losses before 1602.

[87] *Relación de las cosas del Estado de Inglaterra*, quoted in Fernando Bartolomé Benito, *Don Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar. El Maquiavelo Español* (Gijón, 2005), p. 139. See also José García Oro, *Don Diego Sarmiento de Acuña, Conde de Gondomar y Embajador de España (1567–1627): Estudio Biográfico* (Santiago de Compostela, 1997).

[88] E. Blair & J. A. Robertson (eds.), *The Philippine Islands, 1493-1898* (55 vols., Cleveland, 1903-1909), vol. 18, pp. 161-165.

[89] Hernando de los Ríos Coronel, procurator of the colony, wrote against the idea in his *Memorial y relación de lo que conviene remediar en las Filipinas* (Madrid, 1621). He was also one of those defending the integration of the Portuguese and Spanish commercial networks in East Asia.

Hence, the little that was done proved remarkably ineffective. At some points there was some bad luck with shipwrecks, for example when in 1608 a record twenty-one ships divided in two squadrons departed Lisbon to relieve both Goa and Malacca, yet half the fleet was lost, including one carrying the viceroy himself, the Count of Feira. However, it is difficult to escape the conclusion that there were also structural reasons why the Portuguese naval efforts, supported to some extent by the Castilians from the Philippines, proved so disappointing. The pattern of military confrontations seems clear enough. Looking at the English Company's activities in the Mughal ports of northwest India alone, in 1612-1613 Nuno da Cunha's four galleons were unable to prevent Thomas Best from trading in Surat, and in early 1615 viceroy Jerónimo de Azevedo personally led a substantial armada that accomplished nothing against Nicholas Downton's smaller fleet, an event which fatally weakened the naval reputation of the Portuguese (already dented by the clash of 1612) at the Mughal court. All could see how a substantial Portuguese fleet of six galleons supported with many auxiliary ships was tactically outmanoeuvred by only four English merchantmen. Having twice the number of men and guns counted for little if one could not deploy them effectively, and Downton, a talented naval commander, managed to prevent a close battle. In this occasion the Portuguese were overconfident and poorly coordinated, and when the viceroy eventually reached the already laden English ships in open seas, he had left behind his own fleet and did not dare attack alone (his prudent retreat was a huge blow to his military reputation, and Don García was particularly scathing). It was therefore not surprising that a few years later Shah Abbas counted on English sea power in order to dislodge the Portuguese from Hormuz – their reputation had been truly damaged. In late 1620 and early 1621 Rui Freire de Andrade's four galleons, sent from Lisbon in order to protect Hormuz, failed to expel an equal number of Company ships from Jask, and instead were subjected to appalling losses from English guns. Having thoroughly alienated the Persians with his destructive raids, the flawed Portuguese hero was now unable to protect Hormuz, and when a year later Shah Abbas finally launched his attack, no Portuguese galleons dared confront a larger English fleet at sea.[90] The Portuguese had lost their con-

[90] Rui Freire was caught trying to build a new fortress at the island of Qishm, the island that supplied Hormuz with water and victuals, according to a decision taken in Madrid, but against the advice of the Governor at Goa Fernão de Albuquerque. Luís de Brito, who had been left as commander of the fleet, dared do nothing against the English fleets, alleging lack of gunpowder, and his galleons were destroyed whilst moored in Hormuz without offering effective resistance. Brito, accused of cowardice, was later executed in Goa. For a summary account see Charles R. Boxer, "Anglo-Portuguese rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", in *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500-1750* (Aldershot, 1985), I. The response in Madrid to the news can be followd in the documents at British Library, MS Egerton 1131, ff. 76r-152v.

fidence. What was demonstrated in all cases was the tactical superiority of armed merchantmen and their gunners over the larger Portuguese galleons, which were often built, armed and manned from India itself.

It is difficult to say what was most decisive in the defeats of the Azevedo years (1612-1617), whether the viceroy's sheer ineptitude, as ambassador Don García de Silva y Figueroa suggested, or the scale of his corruption, as some have alleged.[91] It was Azevedo who organized a special sale of offices that helped untap the resources of the wealthy *casado* community, but who arguably dilapidated them, as following the fracas of Surat, the fleet sent to reinforce the Governor of the Philippines Juan de Silva was destroyed by the Dutch in early 1616, and very few of the galleons planned afterwards were effectively built. Azevedo, a man whose whole career had developed in India rather than in Portugal, had previously been a successful commander in Sri Lanka (as captain-general he had completed the subjugation of the kingdom of Kotte), and the impression one gets is that the *Estado da Índia* was increasingly becoming truly Indo-Portuguese: often very dangerous against a number of local enemies thanks to its military advantage, and even contemplating territorial expansion, but rarely able to defeat rival Europeans with the same ships, guns and troops. It is in any case difficult to escape the conclusion that the wasted efforts of Azevedo's long vice-royalty set the stage for the subsequent loss of Hormuz and for the military inferiority experienced by the Portuguese when the truce with the Dutch expired. Able viceroys such as Azevedo's successor the Count of Redondo found the treasury depleted and the vast majority of the galleons on order not finished or not yet delivered. Most important, the pattern of lost naval encounters unequivocally suggests that the problem went well beyond the failings of an individual commander. It was the superior quality of their ships, guns and naval officers rather than the quantity of resources mobilized that made the Companies successful against the Portuguese.

Some historians have emphasized that in 1620, just before the resumption of war with the Dutch Republic, the Portuguese empire had only receded seriously in South East Asia, despite the foreboding of many observers, Portuguese and Castilian, who

[91] For a harsh judgment, Boyajian, *Portuguese Trade*, pp. 154-157, who emphasizes Azevedo's support for *casado* trading interests and his duplicity towards the authorities in Lisbon and Madrid; Anthony Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire* (2 vols., Cambridge, 2009), vol. II, p. 167, emphasizes his colonial condition. The Goa-based chronicler (and Couto's successor) António Bocarro, a New Christian *casado* who had been a soldier but also traded in India during the Azevedo years, offers a valuable near contemporary account (1635) which is moderately exculpatory: although he agreed than in Surat there had been lack of 'ordem e acordo', Bocarro felt that Azevedo's subsequent imprisonment in Lisbon was harsh, and he certainly justified Azevedo against Don García's demands, subtly questioning the ill-informed decisions taken at the court. See *Década 13 da História da Índia*, ed. Rodrigo José de Lima Felner (2 vols., Lisbon, 1876). Azevedo deserves a full monographic analysis.

feared that a similar fate awaited Hormuz.[92] However, by then experienced observers like António de Gouveia not only understood how precarious the Portuguese position had become, but did not hesitate to identify the underlying causes of such dramatic decline as a combination of incompetent and corrupt leadership in Goa (he was thinking of viceroys like Azevedo), financial mismanagement of the royal patrimony, leading to chronic underinvestment in the fleets prepared in Lisbon, and the naval power of European rivals, which experience showed to be superior to the Portuguese. As we have seen, Gouveia concluded that an accommodation was inevitable either with the Dutch (by extending the truce of 1609) or with the English.[93] It seems inescapable to conclude that Lerma's regime had wasted two crucial decades to address both the problems of the Monarchy's relationship to the kingdom of Portugal, and the defence of its oriental empire. However reluctant the peace process had been, the treaties of the 1600s offered a unique window of opportunity for reform without the immediate financial pressure of continuous warfare. This was well understood at the time, and the necessity for financial relief was in fact the key justification for accepting the loss of reputation implied by signing treaties with rebels and heretics. It is symptomatic that it was only after those treaties had been signed that the longstanding plan to expel all *moriscos* from Spain was implemented by Lerma and Philip III. The decision involved a triumph of reason of state, coloured by piety, over sheer economic calculations, as the *moriscos* above all else were seen to pose a threat to national security. Precisely for that reason, the implementation of the plan required a relatively peaceful international context. At the same time, the timing of the expulsion allowed Lerma to divert attention from the humiliation of the truce (as many hardliners interpreted it in Spain), restoring the image of the Monarchy as protector of the Church. It is perhaps the gravest indictment of Lerma's regime that this massive expulsion of crypto-Muslims, Spanish people who had been systematically marginalized, forcibly converted to Christianity, and then persecuted for their cultural practices, was the most memorable decision of the reign, and that the fragile peace that had been achieved so painfully was used for little else, when so much obviously needed doing. The *Estado da Índia* was only one of the victims of this political misjudgement. The combination of a widely shared lack of realism in assessing Portuguese naval capacity, insufficient investment in the armadas, and the government's inability to break through entrenched local interests in order to mobilize resources more effectively, meant that by the start of Philip IV's reign only one genuine option was possible for the authorities in Goa: to open talks with the English in order to reach a deal with the East India Company to share the trade of India.[94]

[92] According to Malyn Newitt, despite the failure to modernize, "in 1620 an optimistic survey of the overseas empire might have suggested that Portugal had weathered the worst of the storm" (*A history of Portuguese overseas expansion, 1400-1668* [Abingdon, 2005], p. 213). Newitt's focus on areas such as East Africa or Sri Lanka does encourage an image of continued Portuguese expansion, but there seem to be no solid grounds for serious revisionism.

[93] British Library, MS Egerton 1133, ff. 258r-261r (see notes 63 and 76 above).

[94] As we have seen, this alliance had become agreed policy in early 1623 after the shock of the

The Count of Linhares, an energetic viceroy, reached such an agreement in 1635. It came fifteen years too late to save Hormuz. In the intervening period, between the expiration of the truce and Linhares' pragmatic move, the renewed ascendancy of the hardliners at the Court, led by Olivares, helped to demonstrate that the obsession with reputation of the Spanish political elites may be ultimately suicidal.

Re-interpreting the Persian embassy: *quebrar a ponte*

A full history of the *Estado da Índia* during the Habsburg period in the light of the tension between Madrid and Lisbon remains to be written, but the Persian affair offers an excellent window into what went on during the second decade of the seventeenth century.[95] Above all else it showcases how the potential for cooperation between the two Spanish nations was not pursued with success largely on account of mutual suspicion and jealousy, leading to the creation of powerful negative stereotypes that led to a fair amount of obstructionism. A vast array of evidence also suggests that the tension within Spain was amplified overseas, with Goa and Manila acting as opposite poles for two contradictory imperial visions which, even in peaceful circumstances, the Monarchy would struggle to reconcile.

The report prepared by Saulisante, Don García's secretary, effectively summarized many of the criticisms that the ambassador expressed in his correspondence and *Comentarios*, and can serve as a thread for a number of themes that reveal the extent to which the system was perceived to be malfunctioning. It suggested, to begin with, the existence of wilful Portuguese sabotage of the embassy. Viceroy Azevedo's reported exclamation, "che quebrarían a ponte para que não pasase a Persia o embaxador castechano", graphically summarized the key idea (it is interesting to compare this to the very different tone of the letters Azevedo sent to Juan de Silva in 1615 when he agreed to send four galleons to assist the expedition against the Dutch).[96] Although there were many local villains, including the captain of Hormuz Luís da Gama, Saulisante's *relación* also expressed the conviction that the sabotage

fall of Hormuz (some even suggested incorporating the English into a Portuguese trading company), but the ludicrous collapse of the negotiations about the Hispano-British marriage made war in the short term inevitable.

95 For the broader story, Valladares, *Castilla y Portugal en Asia*, offers a starting point.

96 Saulisante, *Relación de la embaxada*, p. 146. Compare to: "Given that everything belongs to His Majesty, it is reasonable that we should help each other". Letter of 28 April 1615, published by Luz, *O Conselho da Índia*, pp. 579-581. This seems hypocritical, as in the same letter Azevedo, noting that Don García de Silva probably was a relative of Juan de Silva, hid his obstructionism of the ambassador. Interestingly, Azevedo had been given the chance to command over the Castilian fleet. The instructions sent from the Council of Portugal in Madrid in March 1615 had requested that the viceroy should personally command the expedition, or if he could not, send a captain who should obey Juan de Silva (the option chosen).

had its origins at the court, and although it gave no names, it did mention a *libelo infamatorio* written by a Venetian agent in Baghdad against the ambassador which had been distributed by the ambassador's enemies in Spain. This anti-Castilian attitude was a general one in the Portuguese nation, and allowed those who were often divided in factions to unite against the common threat. Even the religious, in particular the Augustinian friars, were accused of sharing that attitude, and both bishop António de Gouveia and Belchior dos Anjos, who had separately been involved in negotiations with Shah Abbas, were accused of imprudent behaviour (Gouveia, in particular, provoked a persecution of oriental Christians and had to flee Shah Abbas's court), as well as active collaboration with those seeking to sabotage the 'Castilian' embassy (for example, by intercepting the ambassador's letters). But not all criticism was individualized. In general, all missionaries were excessively involved in politics (it would be fair to note here that it was not always their fault, as both Shah Abbas and Philip III relied on them for diplomatic exchanges). Even the more saintly Carmelites such as Juan Tadeo, whom Don García learnt to appreciate despite having been sent by Rome rather than by the king, had made a mistake by assisting Robert Sherley, an English Catholic at the service of Shah Abbas. Under the guise of helping reach an agreement about a silk monopoly, Sherley (Saulisante argued) was secretly working as a spy of the English (remarkably, at the same time the poor man was being accused of unreliability by the English ambassador at the Mughal court Sir Thomas Roe, and the East India Company would eventually shun him no less than the court of Philip III).

The general criticism painted a very negative picture of Portuguese India, one that easily compared with those of foreign travellers such as Francesco Carletti, Jan Huyghen van Linschoten, François Pyrard de Laval or Pietro della Valle. The Portuguese were too given to trade and had lost all sense of military discipline or training (hence they lacked gunners). They had in fact been corrupted by the influence of the local climate, becoming weak and dissolute. They lived in terror of the pirates from Malabar. The captains of Hormuz cared little for keeping the fortress ready for battle, only bothering to survive the heat and conduct their lucrative private trade, whilst cheating the royal treasury from its customs (which they shared with the king of Hormuz and his relative the *guazil*). Not surprisingly, the fortress was undermanned and in an alarming state of disrepair, and a tempting target for a "barbarian" king like Shah Abbas. In part the problem was that royal officials, of which the disastrous Luís da Gama (who had provoked the Persian attack on Gombroon) became a paradigmatic example, were given their jobs without any real qualification, just because of who they were or what they paid (this was a common theme in *arbitrista* literature in Spain: the lack of professionality of the royal administration). They used their three year stints to enrich themselves without any commitment to long-term aims.[97]

97 These criticisms might have been unwelcome coming from a Castilian, but Portuguese critics

In this context, the Dutch and the English cast an ominous shadow, and during Don García's embassy the possibility that Shah Abbas would rely on the East Indian Company for an attack on Hormuz was in everybody's mind (leaving aside the fact that their presence was a direct challenge to Portuguese imperial claims to a trade monopoly in the Persian Gulf). Arguably, the whole tenor of the Hispano-Persian diplomacy of the first two decades of the seventeenth century was conditioned by the twin pressures of the Protestant trading nations in the sea, and of Shah Abbas (with the active assistance of his Governors in Shiraz) in the mainland, creating a fatal pincer movement. It was clear that Hormuz was under threat many years before it fell, from the moment Aliverdi Khan conquered Lar in 1602, and promptly seized the island of Bahrein and its pearl fisheries, which used to belong to the king of Hormuz. When in 1614 Aliverdi Khan's son Imam Quli Khan was provoked (largely through the indiscretion of Luís da Gama) to seize the Portuguese fortress of Gombroon in the mainland across Hormuz, the fate of the Portuguese seemed sealed. If the early attack on Bahrein had coincided with the first Persian embassies to Europe, initially through the agency of Augustinian friars, the fall of Gombroon coloured Don García's high profile return embassy. In effect, whilst the official talks were primarily about a military and commercial alliance against the Ottomans, the security of Hormuz was always part of the diplomatic horizon, and the elderly Castilian ambassador found himself having to defend the sovereignty of Philip III over positions that could not be recovered by force.[98] As the options of the Portuguese narrowed, the Council of State in Madrid seemed to believe that it was best to keep talking in order to avoid a catastrophe, although at the same time it felt unable to commit to any serious resumption of the war against the Ottomans, other than occasionally funding a corsair fleet in the Mediterranean. Arguably, to keep talking without ever giving Shah Abbas what he wanted would eventually become counter-productive. As no satisfactory agreement was ever forthcoming, the Persian ruler became contemptuous and cynical, as Don García quickly noted. There was a price to be paid for disappointing expectations!

often made very similar points. For example, in 1621 Rui Freire de Andrade wrote in despair to Spain concerning the lack of military spirit and unwillingness to offer support that he had found in Hormuz. Upon reading this councillor Mendo da Mota gave vent to his feelings about the terrible dangers facing Spain in a hurried note to Olivares (British Library, MS Egerton 1131, f.17; also *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, pp. 274-276). A year later, upon learning of the fall of Hormuz, Mota declared "que no se perdió Ormuz por fuerça de los enemigos, mas por confusión, ignorancia y miedo de los que la defendían, y por haverse escusado de hirle a socorrer los que heran obligados a hazerlo" (*Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, p. 362).

98 Whether the king of Hormuz was a vassal of the king of Portugal, as claimed by Don García according to the Portuguese tradition, or a potential subject of Shah Abbas, as the latter desired, became the object of the most heated exchanges between the two.

Don García was undoubtedly slowed down by Portuguese obstructionism, but how decisive was this delay and sabotage in explaining his inability to prevent the eventual attack upon Hormuz? The ambassador was not far from the Council of State that had sent him in emphasizing the reputation of the Spanish Monarch, but as a result he also became an inflexible and uncharismatic figure, a diplomat quite unable to make friends (his frosty relationship with the somewhat pompous Roman traveler Pietro della Valle is highly symptomatic, as they shared religion, culture and class). The combination of an adverse geostrategic situation, especially after the arrival of the English, the lack of an effective long-term strategy at the Spanish court, the many agendas that clashed within the overlapping structures of the multi-national Monarchy, and Don García's shortcomings as a diplomat, all combined to precipitate the peculiar outcome that Hormuz would be attacked barely three years after Shah Abbas had received a most magnificent present from Philip III. There may be a strange parallel between this diplomatic fiasco in Persia and the collapse of a no less important agreement with James Stuart a few months later in Spain, when the British heir Charles was lured to fall in love with a Habsburg *infanta* and even traveled incognito to Madrid, only to be faced with the most extravagant demand that he convert to Catholicism.[99] It seems that during the *Pax Hispanica*, the Catholic Monarch was too arrogant to make friends with his potential allies, much as he had been too principled to reach a lasting peace with his enemies the Dutch.

More generally, the neglect of the affairs of Portugal and its empire by the otherwise rapacious regime of Lerma provided an important long-term context for Don García's diplomatic failure and the subsequent fall of Hormuz, notwithsanding the large amount of business than went through the myriad councils and *juntas* in Lisbon and at the court. What is most apparent when considering the Spanish background to Don García's protracted embassy was the lack of a clear vision and strategy in relation to Persia, especially as it became increasingly clear that the original idea of an active military alliance against the Ottomans had, for the Catholic Monarchy, lost any urgency. The Austrian peace of 1606 was a decisive turning point. Seeking to gain time, all the Council of State sought to do was to protect Hormuz with an agreement about the trade with silk. The scheme consisted of diverting all the silk trade that went to Europe towards the Cape route, so as to prevent the Ottomans

99 At the height of the negotiations about the marriage, on 29 April 1623, many voices at the Council of State even demanded that king James should write to the East India Company asking the English to help the Portuguese recover Hormuz (*Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, pp. 434-438). Buckingham had offered to send a much milder letter simply expressing dismay at what had happened, but this was seen as worse than nothing by Olivares. Gondomar, at the heart of the English diplomacy, agreed, but also reminded the other councillors that the English had been pushed to fight the Portuguese by the Portuguese themselves, and that the option of an alliance between the two nations in India had long been on the table. On the match see Glyn Redworth, *The Prince and the Infanta: The cultural politics of the Spanish match* (New Haven, 2003).

from exploiting its circulation through Aleppo. This, however, was a poor substitute for Shah Abbas, who suddenly saw in the English the resource he needed to seize the island.[100] If locally, in Hormuz itself and in Goa, the various captains and *casado* settlers were mostly concerned with exploiting the lucrative opportunities for trade, relying on the Crown to defend their monopoly against European competitors, no dynamic answer came from Europe either. Especially under Lerma's regime the policies coming from the court were hesitant and slow, with the added complication of overlapping envoys undermining each other. It did not help that the psychological distance between Madrid and Lisbon remained huge, and that communications with Asia took at best five or six months, sometimes more than one year. Unsurprisingly, in the context of the royal visit and *Cortes* of 1619 (which took place at the same time that Don García completed his sterile Persian embassy), the longstanding Portuguese request that the Spanish court move to Lisbon in order to develop a more dynamic maritime policy to defend both the Atlantic and Asian empires fell on deaf ears. There was in any case a distinct lack of fluid institutional articulation between the separate bodies in charge of the *Estado da Índia*, from the court of Philip III, where the Councils of State and Portugal vied for control of the Persian policy, to the viceroy in Lisbon and his own competing network of Councils of State, *Fazenda* and (until 1614) India, with the additional complication of the mixed *juntas* set up by Lerma, to, finally, the viceroy in Goa, not to mention the Council of Indies of Castile, which was in charge of supporting the Philippines and the Moluccas through New Spain. The Monarchy lacked a truly federal Council of State representing all its territories, and when issues of general interest such as the truce with the Dutch were discussed, the Council of Portugal was completely marginalized. In this way the common interest was often reduced to the interests of the Crown as perceived by the Castilian courtiers who controlled the Council of State, whilst outside it, the influence of confessors and theologians with privileged access to the royal family also meant that religion had a disproportionate influence upon decision-making.

Despite the occasional contributions of some men of talent who acted as counsellors, viceroys or governors, in Madrid, Lisbon or Goa, what is most apparent over the less than two decades that went from the signing of a peace with the English in Europe to the collapse of Don García's Persian embassy in the face of English commercial penetration, is the lack of leadership provided by Philip III and his *validos* for the needs of their fragile and corrupt Asian empire. The *Estado da Índia* was being challenged by rivals who were able to rely on a revolutionary articulation of commercial interests with naval power. The key issue, one only fully understood when it was too late to do much about it, was how to mobilize resources in a more efficient

[100] In addition, Shah Abbas had come to rely on the expensive silk contracts that he sold to the Christian Armenian merchants of New Julfa in Isfahan. The commercial value of the Portuguese route remained to be seen, as Spain itself was a producer of silk, and the scheme was far from straightforwad, as it also required blocking the Red Sea.

manner against a much leaner imperial model that operated with little reference to aristocratic and religious interests. Stuck in the heart of Castile, the Monarchy failed to provide either the concentration of mind and political energy required to effectively fight back against the enemies of its Portuguese subjects, or a more modest assessment of what positions could be realistically maintained, and which trade and territory may have to be conceded to other Europeans. But this arrogance, the idea that no imperial claims could be given up if one were to prevent a fatal collapse of reputation, when not a betrayal of religious duty, was not a peculiarity of the Monarchy's dealings with its Portuguese interests overseas: in fact, it affected all aspects of its foreign policy, as the imminent conflict in Europe – the so called Thirty Years War – would soon demonstrate, with devastating consequences.

Relación de la Embaxada que hiço en Persia Don Garçía de Silva y Figueroa (1620) by his secretary Saulisante

Edited by JOAN-PAU RUBIÉS

Introduction

The *Relación*, which is written in Castilian and is found in two copies at the British Library, offers a detailed account of the difficulties suffered by Don García de Silva y Figueroa during his embassy in Goa, Hormuz and Persia between October 1614 and February 1620. The account is anonymous, but was written by someone who was very close to the ambassador during that period, a '*testigo de vista*' in his own words.

A number of facts about the author can be deduced from the relation itself. He accompanied the ambassador in Goa (from early October 1614), in Hormuz (from early May 1617) and in Persia (he was in Persia in December 1617, probably having entered the country with Don García in early October). They wintered in Shiraz until March 1618, and reached Qazvin in June. Despite having completed all his business in a number of audiences during the summer of 1618, the ambassador was detained in Persia for another year, until August 1619. According to the *Relación* this delay was due to the machinations of Sir Robert Sherley, who had written from Madrid, where he was acting as envoy for Shah Abbas. The relation describes in particular detail the final audience that Shah Abbas granted to Don García in the summer of 1619, in the *maidan* (the public square) and in the presence of the Augustinian prior fray Bernardo de Azevedo and of the Carmelite fray Juan Tadeo. Having returned to Ormuz with the ambassador via Shiraz, on 13 February 1620 the writer began his return journey towards Spain via Persia, 'Babylon' (Baghdad) and Syria, leaving Don García in the Portuguese enclave, awaiting a ship. On this overland journey he first went to the court of Sha Abbas to request letters of safe conduct, and also to intercede for the liberation of a lay Franciscan called la Oroyola o Carroyola, an Italian who was travelling the same way, and who had been imprisoned with his companions.[1] Although the writer travelled in disguise, at some point in Persia even pretend-

[1] We learn elsewhere in Don García's *Comentarios* that this discalced Franciscan, whom he calls

ing to be English (which allowed him to hear rumours about a joint Anglo-Persian operation against Portuguese Hormuz), in Aleppo the indiscretion of this same Carroyola created problems for him, and he was suspected of being a spy for the Spanish king. He had to bribe his way off. We also know that he had been robbed on the way to 'Babylon', and also, subsequently, in the kingdom of Aragon in Spain. The relation was written for the Council of State in Spain soon after the author's return, probably in the summer of 1620, as the journey from Persia by land via Aleppo, and then by sea to Spain, took about six months, although it could be done a little quicker.

The writer was sufficiently important to be a participant in many conversations about the controversial embassy. In Goa he (like other members of Don García's entourage) sought to work with the authorities so that they would dispatch the ambassador towards Persia. He also heard the Portuguese repeat the complaint of viceroy Dom Jerónimo de Azevedo (1612-1617) that the Castilians had reached Malacca (negatively portraying the viceroy's reaction to the request of naval help against the Dutch by the Governor of the Philippines Juan de Silva in his campaign of 1616). In Hormuz the writer also spoke with the Captain Luís da Gama (1614-1619), who confessed that Dom Jerónimo de Azevedo had written to set him up against the ambassador. In Qazvin, he was told by various Europeans – and that might have included the Roman traveller Pietro della Valle - that Don García should give up his demands for the restitution of the lands and islands belonging to the kingdom of Hormuz (the castle of Gombroon, Qishm and Bahrein), as such demands were both offensive and counter productive.

It is also worth noting that soon after first reaching Qazvin, that is during the summer of 1618, the writer attended the public reception of the ambassador by Shah Abbas, and the two subsequent interviews that the king of Persia granted to Don García in the *maidan*. However, the writer missed a third impromptu audience that took place in the garden of a royal house, because he had been sent to Ispahan to recover some letters that Don García had entrusted to a Portuguese *fidalgo* who was travelling in a small group towards Spain by land, but who, before reaching Baghdad, had decided to change route and go back to Hormuz. Don García was furious that instead of returning his papers, the unnamed fidalgo had chosen to take them to Hormuz, where they may be intercepted by the Portuguese who were hostile to him. Our writer did not continue the pursuit beyond Ispahan, but sent one of his men further ahead, who reached the *fidalgo* in Shiraz and was able to recover some, but not all, of the ambassador's papers.

This event is corroborated by the Franciscan Hernando de Moraga (a native of New Spain passing through Persia on his way from the Philippines) in his own relation:

fray Nicolás (la Oroyola o Carroyola), was Genoese. I follow the edition by Manuel Serrano y Sanz, Don García de Silva y Figueroa, *Comentarios de la embajada que de parte del rey de España don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia* (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. II, p. 473.

> De manera que los dichos españoles [i.e. Portuguese] se bolvieron atrás, y los dos dellos fueron derechos azia donde estava el Rey, y el embaxador, y los otros se bolvieron a Oromuz, llevándose el uno dellos las cartas, sin dexarlas, como pudieran, a los padres de Ispachan [Ispahan]. Lo qual sabido por el embaxador, que ya estava en Casmin [Qazvin] y avía dado la embaxada y presente, se enojó muchíssimo, y començando a hazer diligencias, levantóse muy de mañana un día en busca del aposentador del rey, para que con un secretario suyo [Saulisante] despachasse unos moros a la posta tras el portugués, que el rey, a quién lo avía pedido, lo avía mandado assí; los quales partieron, y supimos que el secretario se avía quedado en Ispachan cansado, y los persianos avían passado adelante tras él.[2]

From all these references in the document we can conclude that the author was the personal secretary of the ambassador, a man called Saulisante. This name Saulisante is a bit of a mystery (Wicquefort's French translation has 'Sauli Santa').[3] He is mentioned a single time by Don García in the *Comentarios*, when he explains that, having decided to spend the winter of 1619-1620 in Hormuz (whilst awaiting for an opportunity to sail back to Spain), he decided to send an envoy via the land route through 'Babylon' (Baghdad) and Syria:

> ... començó a prevenirse el Enbaxador para se enbarcar a la India, aviendo ya mucho antes despachado a España a Saulisante su secretario, con cartas a su Magestad de lo suçedido en Persia, y del estado en que quedava Ormuz. Y aunque el viage era más corto por Baçora [Basra], pareçió más siguro hazello por Persia, y ansi no por Lara [Lar] ni Xiras [Shiraz], sinó por los confines de Cherman [Kerman] llegó a Spahan [Ispahan] en fin de Hebrero; y avisando de allí al Enbaxador de algunas cosas de que se informó, ansi de fray Juan Tadeo como de los ingleses que en aquella corte rresidían, se partió camino de Bagadad [Baghdad] llevando patente del rey de Persia para la seguridad de su viage, y para librar de la prisión un frayle descalço françiscano llamado fray Nicolás, natural de Génova, que veinte días antes avía salido de Ormuz para hazer el mesmo camino a España, y entre Spahan y Amadán [Hamadan] le prendió y detuvo [al franciscano] el governador persiano de aquellos confines.[4]

We are lucky to have this single reference, because in the *Comentarios* Don García was generally very reticent about mentioning the men at his service. In fact, it is clear that Saulisante was a man of a certain standing and that Don García trusted him a great deal, since he normally accompanied him in his audiences with Shah Abbas, undertook negotiations on his behalf, and at least on two occasions the ambassador sent him on his own on a dangerous mission (with some men at his service). The

2 Fray Hernando de Moraga, *Adicción a la Relación de las cosas del reyno de Persia* (Madrid, 1619), f. 5r.

3 *L'Ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*, ed. Abraham de Wicquefort (Paris, 1667), p.391: 'ayant desia quelque temps auparavant dépesché Sauli Santa, son sécretaire, en Espagne…'.

4 *Comentarios*, vol. II, pp. 473-474.

contents of his relation also suggest that Saulisante faithfully shared Don García's views concerning the embassy, in particular his criticism of the Portuguese sabotage, his suspicion of Robert Sherley, and his fear of imminent disaster concerning Hormuz. It is not clear whether he acted as Don García's personal secretary from the start of the embassy, or whether he was appointed to replace the official secretary, the Basque Juan de Ozaeta, who apparently fell in disgrace whilst in Persia.[5] Don García travelled with a vast retinue, and it does not seem unlikely that he would have had a personal secretary (in addition to the official one) from the very beginning. From his comments about the Augustinian and Carmelite friars at the end of the relation, it seems rather likely that this Saulisante was a layman, although he could conceivably have been a secular cleric. He was particularly hostile to the Augustinians in Hormuz, singling out for criticism the Bishop of Cyrene António de Gouvea, and father Melchor de los Angeles (Belchior dos Anjos). By contrast, he had a higher opinion of some (but not all) Carmelites sent by Rome – indeed, despite the negative views expressed whilst in Goa, when the Carmelites of Persia were collaborating with Robert Sherley, eventually Don García had worked best with the vicar general of that order Juan Tadeo, who (unsurprisingly) also happened to be Castilian. It was indeed Juan Tadeo who acted as witness and interpreter in some of the most important audiences of Don García with Shah Abbas (at the king's own request), and to whom the ambassador entrusted some final diplomatic business after his departure.

The two copies of the *Relación* that I have been able to locate are both found in the British Library, albeit in different volumes, namely Add 28461, ff. 185r-209v (which I shall hereafter call A), and Add 10262, ff. 107r-153r (hereafter B). There might be other copies in Spain, but they have not been located, or at least I have not seen them described anywhere. Manuscript A was known and even printed (but without any comment or annotation) by António da Silva Rego in his *Documentação Ultramarina Portuguesa* (5 vols., Lisbon, 1960-1967), vol. I, pp. 177-195, together with the rest of MS Add. 28461.[6] This important compilation of mainly seventeenth-century documents, possibly prepared from the papers seen by the Council of Portugal, also includes a copy of a letter criticizing the conduct of the ambassador Don García written in Castilian by the Portuguese Augustinian Melchor de los Ángeles (Belchior dos Anjos).[7] Unfortunately, with few exceptions Saulisante's *Relación* about the embassy has been generally neglected by historians, and (for example) has not been discussed in recent works dealing with Don García de Silva, including the magnificent study by Luis Gil Fernández.[8] Sadly, manuscript A also suffers from a number of lacunas, probably passages that the copyist could not read. Finally, the transcription published by Silva Rego lacks any proper editing or punctuation (and the little it has is highly misleading); it also contains some significant omissions and numerous errors, many of which can be attributed to the carelessness of the seventeenth-century copyist.[9]

Both A and B are clean copies, but the scribe who prepared A had a poorer text to work with (hence the lacunas), and occasionally missed some words. For this new edition I have relied on B, which is complete, as my primary text, although I have followed A whenever the wording made better sense. I have noted any significant variants in footnotes, but not the acknowledged lacunas in A, or the most obvious errors of transcription in either copy. Manuscript B lacks a title, so I have adopted the one given in A. At the risk of some inconsistency, I have also followed A when the spellings were superior (for example, 'Silva', 'India', 'embaxador', 'mismo' o 'del', rather than 'Silba', 'Yndia', 'enbaxador', 'mesmo' o 'de el'), combining the two manuscipts to produce the most reader-friendly version. In this sense the text I produce here is a conflated text. Other than selecting the most modern spellings from each version, I have otherwise faithfully reproduced the old Castilian found in the manuscripts without alteration. However, I offer accents and modern punctuation, often a key task of interpretation. When they seem necessary for the comprehension of the document, I occasionally supply additional words in square brackets.

Saulisante's *Relación* is one of the key sources about the embassy written from the Castilian perspective, and is especially important for the criticisms it offers concerning the behaviour of viceroy Jerónimo de Azevedo and other Portuguese officials, as well as the Augustinian friars active in Persia and Hormuz. It was in fact composed precisely in order to inform the Council of State of the Catholic Monarchy

5 The circumstances remain obscure, as we need to infer from the brief relation written by Belchior dos Anjos: 'entrando en Persia, por qualquiera culpa que sus criados cometían en su cassa, embiava a llamar la justiçia de los moros y se los entregava para que los llebasen pressos a sus cárçeles, lo que ellos sufrían tan mal que, entregando a su secretario, lo sintió tanto que dixo delante de mí y de todos en voz alta que si le tratasen de aquella manera, se haría moro, y otros criados dixeron lo mismo en semejantes ocasiones'. See 'Relaçión de la jornada de Don Garçía de Silva embaxador dada por fray Melchor de los Ángeles', in British Library, Additional ms. 28416, ff. 153r-154v. For a recent edition of an alternative manuscript see Luis Gil Fernández, *El Imperio luso-español y la Persia safávida* (2 vols., Madrid, 2007-2009), vol. II, pp. 479-481. This event may have taken place in late 1617, when Don García wintered in Shiraz and met friar Belchior, or perhaps in May 1618 in Ispahan. Although Ozaeta's name is not mentioned, he was the official secretary until then.

6 The majority of the documents in this compilation of 'papeis tocantes a Portugal' are written in Portuguese but some are in Castilian. They are copies of originals mostly dating from the period between 1580 and 1640, although the odd one is post-independence (one, produced by the Conselho da Índia e Conquistas Ultramarinas, is from 1673-1675).

7 This letter has also been recently published by Luis Gil, on the basis of another version in Madrid (Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II). See note 5, above.

8 It was however referred to by Niels Steensgaard in his *Carracks, Caravans and Companies: the structural crisis on the European-Asia trade in the early seventeenth century* (Odense, 1973), who relied on the text edited by Silva Rego. Steensgaard also deduced that the author must have been Saulisante (p. 314, n. 31; his argument is similar to mine above; see further references to the relation in notes 50, 58, 62 of the same chapter). More briefly, Roberto Gulbenkian also made use of the document in his *L'Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda* (Lisbon, 1972), p. 63, n. 136.

9 This 1960 transcription was done by Maria Augusta Veiga e Sousa.

about those problems, ahead of the return of the ambassador, who had taken what turned out to be a much longer sea route. The catalogue of complaints, accusations and justifications offered by Saulisante was, in other words, part of the complex series of exchanges which articulated a major conflict between Castilians and Portuguese at the heart of the administration of the *Estado da India* under the union of the Spanish Crowns.[10] This conflict, I would argue, reached a climax precisely during Don García's embassy, culminating with the subsequent fall of Hormuz to a joint Anglo-Persian effort. The *Relación* is also interesting for a number of rather pessimistic political judgments about the potential for a long-discussed anti-Ottoman alliance with Persia, and about the immediate prospects for Hormuz. As an exposition of the Castilian perspective of Don García's journey to Persia, Saulisante's report often complements and corroborates the account given by the ambassador himself (in his letters or in his *Comentarios*) as well as the shorter *relaciones* written by Hernado de Moraga and by the anonymous soldier.[11]

[10] For a more extended discussion see Rubiés, "A Dysfunctional Empire? The European context to Don García de Silva y Figueroa's Embassy to Shah Abbas", *supra*, pp. 85-133.

[11] See Fray Hernando de Moraga, *Relación breve de la embaxada y presente que la Magestad del Rey don Felipe Tercero de las Españas, y emperador del Nuevo Mundo, hizo a Xaabay rey de Persia clarissimo* (Madrid, 1619) and the 'Relación de un soldado español', ms. in Biblioteca Nacional, Lisboa, Fundo Geral 580, ff. 31r-83v, as edited by Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, pp. 482-508. Gil suggests that the author might have been the soldier Gutierre de Monroy.

Document

Haviendo llegado Don Garçía de Silva y Figueroa, embaxador de Persia, a la çiudad de Goa en la India por los primeros del mes de Octubre del año de mill y seisçientos y catorçe, y procurando que allí Don Jerónimo de Açevedo, que entonçes era virrey, le despachase para yr a Ormuz, para desde allí pasar luego a Persia con su embajada y con el presente que Su Magestad enbiaba a aquel rey, a lo qual respondió el virrey muy tíviamente; començó desde luego a dar muestra de lo mucho[12] que sentía que prosiguiese adelante el embaxador con[13] su jornada (como también se conoçió esto aquí en España antes de la partida del dicho embaxador), no viniendo bién la nación Portuguesa en que se enbiase esta ambaixada a Persia por la Corona de Castilla;[14] y assí, representándole el virrey al enbaxador la mala disposición, como él deçía, y el grande aprieto en que estava la haçienda real, ýbale entreteniéndoles con buenas palabras, hasta que llegaron a propósito del virrey en aquella saçón pocos días después a Goa[15] las nuevas de la guerra de Ormuz, con lo qual se fue diferiendo la jornada;[16] mayormente que el virrey se aperçevía con una grandísima armada que pasaba de çiento y treinta velas entre los navíos de remos y otros vaxeles de alto bordo, para con ella yr a Çurate [Surat] contra los ingleses que allí estavan con tres pataches y una nao; y ansí anduvo sin embiar por entonces socorro a Ormuz, temiéndose[17] malas nuevas de aquella guerra, y [sin] dejar órdenes en Goa para los despachos del embaxador, aunque deçía que el arçobispo de aquella ciudad quedava encargado de

[12] A: 'mal'.

[13] B omits 'con'.

[14] We learn from this 'aquí en España' that the document was written after Saulisante's return. Later he specifies that he is writing 'aquí en Madrid'. The sentence 'no viniendo bién la nación Portuguesa en que se enbiase esta ambaixada a Persia por la Corona de Castilla' illuminates the heart of the problem, intense Portuguese jealousy of creeping Castilian control of their empire, a point also observed by Don García in his letters from Goa to the Council of State (letter of 24 December 1616 in Luis Gil [ed.], *Epistolario diplomático* [Cáceres, 1989], p. 245), as well as in his *Comentarios* (vol. II, p. 357, suggesting that the opposition could be found all the way to the Council of Portugal). We might of course also interpret this Portuguese fear in the light of the ideas expressed by the same ambassador Don García that Philip III was best represented as king of Spain, rather than merely as king of Portugal (*Comentarios*, vol. II, p. 360) and that the Portuguese had been failed by their leaders in India and badly needed help from Castile (*Comentarios*, vol. II, p. 124).

[15] A: 'a Goa'; B has 'que llegó', perhaps meaning 'pocos días después que llegó el embaxador a Goa', although in fact it was over two months.

[16] The news from Hormuz was the siege and subsequent seizure of the fortress of Bandel of Cormorán (Bandar of Gombroon) by the Persians led by Imam Quli Khan (Governor of Fars and Lar) in December 1614, following the provocative behaviour of António de Gouvea (or Gouveia), bishop of Cyrene, and of Luís da Gama, captain of Hormuz. For the reception of these news and their effect on the embassy see also the letter from Don García to the king (Goa, 19 December 1614) in Gil (ed.), *Epistolario*, pp. 187-194, criticizing viceroy Azevedo's preference for the expedition to Surat, and expressing the fear that Hormuz itself was under threat.

[17] B: 'teniéndose'.

ellos.[18] Y esto, como pareçió después, fue engaño evidente, porque el arçobispo, siguiendo el estilo del virrei en lo que era entretener con palabras, no hacía nada sin órdenes;[19] y fue neçesario escrivirle al virrei a Dabul, a do con su armada se detenía no sé a qué fin, sin buscar a los enemigos. Mas como el motivo de las armas persianas contra Ormuz no se huviese seguido con yntervention de la livertad del rey de Persia,[20] por haver el capitán de Ormuz indignado mucho al governador de los estados de Xiras [Shiraz] en Lara [Lar], que fue aquel que movió la guerra, tratándole muy mal de palabra con un embaxador del mismo governador;[21] al qual con grandes descortesías mandó prender por haver venido a pedir satisfaçión de unas *terradas*, que son embarcaciones a manera de tartanas de mercaderes persas que[22] pocos días antes, sin armas y trayendo mantenimientos a Ormuz, siendo con quien se sustentava aquella fortaleza, havían sido saqueadas con órden del capitán de Ormuz,[23] y degollados los mercadores en número de setenta personas, escandaliçándose de ello todos los veçinos de Ormuz, ansí moros como cristianos, si no fue el obispo de Çirene, el qual hiço un sermón abonando y aprobando una tal atroçidad;[24] cesó [el rey] de proseguir adelante la guerra, haviéndose ya savido en Persia algunos días después, diçiéndole [al embajador] con muchos cumplimientos que le estava aguardando.[25]

18 The Archbishop of Goa was Cristóvão de Sá e Lisboa (1612-1622), a Hieronymite friar, and formerly bishop of Malacca (1605-1610).

19 I correct 'sino hórdenes' in B, 'sin órden' in A (followed by a lacuna).

20 A: 'no huviese seguido con yntervento de livertad…'.

21 That is, the initiative belonged to Imam Quli Khan (Governor of Fars and Lar), although he had the permission of Shah Abbas.

22 A: 'presas de', an obvious error.

23 A: 'Governador de Ormuz'.

24 The bishop of Cyrene, António de Gouvea, here accused of justifying the cruel actions of Luís da Gama, captain of Hormuz, who by his punitive action against the local Arab traders sought to resurrect the old *cartaz* system, according to which such local traders needed to buy a Portuguese license in order to navigate (even if, as in this case, only in order to supply the Portuguese colony with food). However, there was also a rumour in Hormuz (noted by Don García, *Comentarios*, vol. II, p. 135) that Gama's real motivation was vengeance for his brother Rodrigo, killed many years earlier. Gama compounded the problem by taking prisoner the envoy sent by Quli Khan in order to demand compensation (June 1614). Saulisante's account is very similar to the one offered by Don García de Silva in his letter of February 1615 to the Council of State (see Gil [ed.], *Epistolario*, p. 196), although later in the *Comentarios* (vol. II, p. 135) he suggested that the disagreements with the Governor of Lar about payments of protection rights for the caravan trade preceded the massacre. The Carmelites were more critical of Gama's harsh action, as was also a Castilian Dominican then present in Hormuz, Luis de Castilla.

25 The sentence beginning with 'Mas como el motivo' and ending with 'cesó de proseguir...' is long and difficult, but the subject seems to be Shah Abbas. The main sentence leads from the idea that the Governor of Lar (but not Shah Abbas) was responsible for the attack on Hormuz, to the end of the campaign, after the news reached Persia, followed by an invitation from Shah Abbas to Don García to proceed with the embassy. The account of the provocations of the captain of the fortress Luís da Gama which justified the attack is a syntactic interlude (of the relative responsibilities of Gouvea and Gama, Don García offers a more nuanced account in *Comentarios*, II, 135-143). In any case Saulisante exaggerates the extent to which Shah Abbas was not behind to the attack, in fact the Carmelites in Ispahan reported that he had in mind 'la impresa de Ormuz' by October 1613.

Con esto, y ver quan neçesario era [a] la conserbaçión del estado de Ormuz y su contrataçión que prosiguiese el embaxador adelante con su embaxada, y suplicándolo assimismo todos los veçinos de aquella fortaleça, bolvió a hacer más apretadas dilijencias para que el virrey, que ya se havía buelto de Çurate con los suçesos tan malos y afrentosos como es notorio,[26] le despachase, representándole lo mucho que convenía al servicio de Su Magestad por las causas referidas arriva;[27] y assí, para abreviar, digo que fue neçesario haçerle al virrey muchos requerimientos, protestándole en nombre de Su Magestad en tanto tiempo como se detuvo el embaxador; de que, agraviándose mucho el virrey, procuró por diversas maneras calumniar al embaxador y ponerle mal con el capitán de Ormuz, escriviéndole lo que le pareçió, como lo hiço también a esta corte a diversas personas.[28] Y esto me lo dijo y confesó despues a cierto propósito el mismo capitán por muchas vezes, mostrando también al dicho embaxador muchas de estas cartas.

Al cabo de dos años y siete meses, después de muchas y extraordinarias inbenciones, el virrey despachó al embaxador por las exquisitas dilijencias que todos hiçimos, no dándole de lo que Su Magestad havía ordenado se añadiese en la India al presente que de España se traxo para el rey de Persia mas de una poca de pimienta de la que se havía sacado mojada de la nao *Remedios*, que padeçió naufragio aquel mismo año en la propia varra de Goa, por haver sido despachada tarde; y libróle en el capitán de Ormuz el dinero que se devía y no le abía querido pagar de sus gajes, ayuda de costa,

26 A reference to the notorious defeat of Azevedo's fleet by the English East India Company off the commercial port of Surat in early 1615, which fatally weakened the naval reputation of the Portuguese (already dented by a previous clash in 1612) at the Mughal court. Indeed all could see how a substantial Portuguese fleet of six galleons and many other auxiliary ships was tactically out-manoeuvred and outgunned by only four English merchantmen. The Portuguese were over-confident and poorly coordinated, and when the viceroy eventually reached the already laden English ships in open seas, he had left behind his own fleet and did not dare attack alone (his prudent retreat was a huge blow to his military reputation, and Don García was particularly scathing).

27 Leaving aside the viceroy's delaying tactics, Saulisante seems to imply that the ambassador himself only decided to proceed to Persia *after* he heard that the campaign against Hormuz had ceased. At the start of 1615, just after the fall of Gombroon, he did not think it fit to proceed, missing what may have been a window of opportunity (António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, ed. José de Lima Felner [2 vols., Lisbon, 1876], pp. 372-374). When the ambassador changed his mind later that year, instigated in part by its inhabitants, but also believing that he could help protect the enclave diplomatically, Azevedo refused to accept that it was appropriate to the king's reputation (Bocarro, *Década 13*, p. 491). At a later stage, writing from Persia and seeing that the embassy went nowhere, Don García regretted not having returned directly to Spain in 1615.

28 According to the well-informed chronicler António Bocarro, writing in Goa some 20 years later, on November 1615 Don García requested that Luís da Gama be replaced from his position as captain, in order to facilitate his future negotiations with Shah Abbas, but Azevedo refused, claiming that there was not enough evidence to suggest that Gama was the main problem (Bocarro, *Década 13*, pp. 490-491).

y dinero de los gastos de la embaxada, no obstante haberlo mandado Su Magestad con una carta de quinçe de Agosto de mill y seysçientos y diez y siete[29] fecha en Valladolid, y haberse embolsado el dinero que sacó[30] de las capitanías de Philipinas que vendió, y los derechos de una cáfila grandísima de navíos que, muy rica, le había venido desde la China, de que recaía muchos derechos a la alfóndiga de Su Magestad; y la pimienta mojada que dió, no llegaba a la cuarta parte del dinero que Su Magestad había mandado se emplease para acreçentamiento del presente, como tengo referido.

En el ínterin que el embaxador se detubo en la India, entendiendo el virrey[31] que él [el embaxador] avisaría a Su Magestad del mal estado y gobierno de ella (cuyas particularidades dejo para otro tiempo por escusar de prolijidad, aunque son cosas para avisarlas y adbertirlas, visto el daño que a Su Magestad le resulta de ello), ordenó el virrey y procuró con exquisitas dilijencias que fuesen tomadas todas las cartas del embaxador que escrivía[32] a Su Magestad, e ynpedidos sus correos; lo qual le fue fáçil hacer,[33] teniendo para esto en la tierra firme guardas pagadas, y ayudándole a ello el capitán de Ormuz y en Persia los padres agustinos que allí asistían, teniendo tomados todos los pasos y correspondençias, en Bagadad [Baghdad] con un beneçiano mercader que allí asistía,[34] y en Alepo con el cónsul de la nación françesa, gastándose en esto tan gran suma de dinero, que bien se pudiera haber despachado al embaxador. Y es cosa de notar que teniendo los padres agustinos poca buena correspondencia con el capitán de Ormuz, por la mala que ellos tenían en la casa de los carmelitas descalços de la misma frontera a quien favorecía el dicho capitán, fueron todos en esto muy conformes, y assí nunca fue dejado pasar correo ni carta suya.[35] Y los que detubo el capitán de Ormuz es cosa muy pública y savida, diçiéndolo agora que él no está en aquella fortaleça <a> todos los veçinos de ella,[36] como también lo

29 A (often using numerals) has 1619, but this is chronologically impossible. In any case, a letter sent in August 1617 would only have reached India after Don García was already in Persia.

30 A: 'el dinero sacado'; B: 'de el dinero que sacó'.

31 A omits 'el virrey'.

32 A: 'escriviese'.

33 B: 'saber'.

34 A omits 'en Bagadad con un beneçiano mercader que allí'. This Venetian merchant later circulated in Spain and Europe a fierce attack on Don García's conduct as ambassador.

35 The Augustinians, supported from Lisbon, had been opposed to the expansion of the Carmelite mission, which had reached Persia directly from Rome, in Hormuz. According to Don García (*Comentarios*, vol. II, p. 143), Luís da Gama, hoping to shift the blame for the fall of Gombroon, decided to support the Carmelites and their mission to Spain with Robert Sherley. Despite these differences, they all were at odds with Don García, the Augustinians because he represented Castilian imperialism, the Carmelites because he resented the religious cover they provided to Robert Sherley, whom he accused of working for England, and Gama for all the above reasons. Interestingly, the instructions sent from Lisbon continued to oppose the Carmelites in Hormuz.

36 A omits 'agora que él no está en aquella fortaleça'.

es en Persia muchos delitos que an cometido por este respecto;[37] lo qual se a hecho con tanta libertad que parece ser imposible haber sido sin órdenes de Su Magestad, a quién pareçe se haçía un gran serviçio según la poca vergüença y respecto a un tan gran rey, siendo sus vasallos quienes lo cometían. De manera que assí el virrey y capitanes de Ormuz, como los demás hidalgos portugueses (no lo siendo ansí toda la demás jente de la India), han siempre mostrado una enemistad clara, conçevida no más, como ellos deçían,[38] porque *não era rração, nem comvin a reputação de nação portuguesa, que fora un embaxador castelchano a Persia*.[39] Y esto no lo deçían por odio particular de este cavallero, sino general que tienen a esta Corona de Castilla.[40] Y por dejar açerca de esto lo mucho, referiré aquí sólo lo que suçedió estando yo[41] en la India, y fue que habiendo llegado a Malaca Don Juan de Silva, governador que era entonçes de las Philipinas, con una buena armada, escrivió al virrey de la India que con otra poderosa armada se fuese a juntar con él a daño de los holandeses;[42] los

37 This is a particularly difficult sentence in a text generally written in an excessively loose syntax, due to Saulisante's tendency to connect many sentences together (it sometimes feels as if the report was taken down as he spoke, although, surely, a secretary should have been able to write well). One possibility is to read 'y los correos que detubo el capitán de Ormuz es cosa muy pública y savida, diciéndolo agora que él [Luís da Gama] no está en aquella fortaleça todos los veçinos de ella; como también lo es en Persia [público y sabido] muchos delitos que an cometido [los agustinos] por este respecto'. Gama was replaced by Luís de Sousa in 1619, who was captain when Don García returned from Persia.

38 A: 'no mas de, como ellos diçen'.

39 This and similar reported sentences appear in Portuguese in A, which I give (in italics) in preference to the Castilian versions in B: 'Por que no era raçón ni conbenía a la reputaçión de la nación portuguesa que fuera un enbaxador castellano al persa'.

40 Saulisante emphasizes in this key passage that the issue behind the systematic obstruction of the embassy was not personal, but a political attitude shared by all the Portuguese elites in the *Estado da Índia*.

41 B: 'ya'.

42 Juan de Silva, governor of the Philippines from 1609, and who won a great deal of prestige when he destroyed a Dutch fleet off Manila in 1610, in 1616 launched an ambitious expedition with ten galleons and other ships in order to drive the Dutch out of the spice islands. With their headquarters in Java, the Dutch had seized Ambon in 1605, besieged Malacca in 1606 and 1608, recovered positions in Ternate in 1607 (after a successful Spanish expedition in 1606), fortified Banda in 1609, taken some Spanish forts in Tidore in 1613, raided the Philippines in 1614, and attacked Malacca again in 1615. However, Juan de Silva's expectation to meet the Portuguese fleet (four galleons promised from Goa) in Malacca was disappointed, as the Dutch had destroyed them before he arrived (the Portuguese had to contend first with a huge Achenese fleet, which burnt one galleon, and later with seven Dutch ships, who in December 1615 surprised the three remaining galleons anchored in a cove near Malacca, so that eventually the Portuguese deserted and set fire to them). Saulisante's account is therefore misleading, since whatever their complaints, Azevedo, who had received two Jesuits from the Philippines with Silva's request in early 1615, did send the four fully armed war galleons, however useless they turned out to be against the enemy. The fact that they decided to winter in Malacca (against Azevedo's strict instructions) prompted an impatient Silva to sail directly to that city in February 1616, a decision which was not only perceived as an affront by many Portuguese, since that was 'their sphere' of imperial action, but also a mistake by many observers, including not a few Spanish, as the opportunity to hit quickly in the Moluccas when the Dutch were largely absent was lost. Silva, although apparently well-received in Malacca after relieving the city of the

quales en aquella saçón habían tomado en la isla de Solar [Solor][43] una fuerça, habiéndose entregado los olandeses de ella sin pelear;[44] demás de haverse perdido en el mismo tiempo la fortaleça de Sirrion [Syriam] en el Pegu, que la tomó el rey de Aurracán [Arakan] con la prisión de Philipe de Brito, capitán de ella, y muerte de sus soldados.[45] Y a esto el virrey, aunque deçía el embaxador (que le persuadía a que fuesse) que iría, deçía el privato y a voçes a los portugueses, refiriéndolo así algunos de ellos, *que não habia ya vergonha mais era os portugueses, pois habían chegado os castechanos en Malaca.*[46] Y no falta quien diga muchas cosas de la muerte de Don Juan de Silva que siguió poco tiempo después en la misma frontera de Malaca.[47] Y también dijeron con la llegada de Don Garçía de Silva que *che quebrarían a ponte para que não pasase a Persia o embaxador castechano*, lo qual se hiço mui a costa de aquel estado de Ormuz, aviéndose perdido, por este respecto solo, la isla de Quéyxome [Quishm] y el fuerte de Comorán [Gombroon], que lo tomó el governador de Xiras, movido sólo con la indignación que tuvo con el capitán de Ormuz,

Dutch threat, died in the Portuguese city shortly after, in April 19 (see the detailed account given by the Jesuit historian Francisco Colín, summarizing the eyewitness letters written by the Jesuits Juan de Ribera and Valerio de Ledesma, in E.H. Blair & J.A. Robertson [eds.], *The Philippine Islands, 1493-1898* [55 vols., Cleveland, 1903-1909], vol. 17, pp. 262-280). Abandoning the plans for a direct attack on the Dutch headquarters in Bantam (Java) the Castilian fleet returned to Manila, depleted by an epidemic.

43 A: 'en la India isla de Solar'.

44 B has: 'entregado *a* los olandeses della sin pelear'. At first sight this would seem to refer to the fact that Solor had fallen to a Dutch attack in 1613 (the Portuguese were very few, mostly half-caste or *topazes*, relying on the Dominican missionaries and their native converts for support), and the resulting sentence makes more sense overall. However, in 1615 the Portuguese who had sought refuge in nearby Larantuka (Eastern tip of Flores) re-occupied their fort, which the Dutch had abandoned. Saulisante seems to refer to this latter event, which coincided with Silva's expedition, in which case A offers the superior reading. Alas, by the time the report was penned, the Dutch were back again, having re-taken the fort in 1618.

45 The adventurer Felipe de Brito Nicote was leader of an independent Portuguese Asian community established illegally in the mouths of the Irrawaddy river (lower Burma), where from about 1599 he held a fort strategically situated to exploit the trade with Pegu, even collecting customs dues at the expense of the king of Arakan, whom Brito had initially been serving as governor of the same area. However, despite the willingness of the viceroy of Goa to incorporate Syriam into the Estado da Índia (1603), Brito was famously defeated by the Burmese (led by the king of Ava) in 1612. Bocarro, *Década 13*, pp. 117-119, offers a detailed account.

46 In Portuguese both A and B. B has 'que nação había ya vergonha…', but 'não' seems to make more sense.

47 The death of Juan de Silva in Malacca in April 1616 was a huge setback for the Spanish (and arguably also the Portuguese) position in South East Asia. The idea that he had been poisoned may seem far-fetched, but it was believed by non-Castilians too, as the Dutch also repeated the story (see Peter Borschberg, "Luso-Johor-Dutch relations in the straits of Malacca and Singapore, 1600-1623", in *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading networks in the 16th and 17th Centuries*, eds. Ernst van Veen & Leonard Blussé [Leiden, 2005], pp. 188-218, n. 82). Sceptics noted that Silva had long been in ill-health, and the Spanish Jesuits who accompanied him from Manila did not express any suspicion. Whichever the case, the fact that the rumour circulated widely is highly symptomatic.

como tengo referido arriva;[48] aunque es verdad que el rey de Persia estava enojado contra el obispo de Çirene por diversas raçones, y una de ellas era por habérsele[49] huído al rey un criado muy valido suyo de nación griego que se llamava Miguel Ángel Corray, por persuación, como el rey decía,[50] del obispo de Çirene, a quien estava mal afecto por otras cosas suçedidas en Persia quando allí estava el dicho obispo.[51] Mas esto no fue causa de aquella guerra, en la qual no intervino el rey, antes los ministros y gobernadores de Xiras dixeron al mismo embaxador, después de muchas quejas del capitán de Ormuz,[52] que la causa de aquel suçeso fue lo de la toma de las terradas y de los mercaderes que degollaron con órden del capitán de aquella frontera; y después de estos ministros, el propio duque de Xiras fue el primero que avisó al embajador, con estas mismas palabras diciendo que le eran enemigos los ministros de Su Majestad, porque él savía que por negoçiación de ellos en

48 Referring again to the seizure of the island of Qishm and the port of Gombroon in December 1614. Saulisante therefore argues that the loss of Gombroon could have been prevented, had don García been allowed to proceed as soon as he arrived in Goa.

49 B: 'aberse'.

50 B: 'y como el rey deçía'; A: 'como él decía'.

51 This is Saulisante's second denunciation of bishop Gouvea's responsibility for the growing hostility of Shah Abbas, this time in relation to the peculiar figure of Michelangelo Corray, a Syrian Christian from Aleppo (elsewhere described as Armenian, but his Arabic name was Fathullah) who had become a close advisor to Shah Abbas, although he also represented the interests of the Duke of Tuscany. According to a Carmelite source he fled Persia because he was under strong pressure from Shah Abbas to convert to Islam ('Relación de lo sucedido en Persia hecha por el padre fray Bartholomé María de San Francisco, carmelita descalço, que partió de Haspahán, corte del Persiano, a 30 de Octubre 1613, y llegó a Roma a 9 de Mayo 1614', British Library, Ms Additional 10262, f. 156r). Over the years the Augustinian António de Gouvea had been entrusted with important diplomatic and religious missions to Persia, first in 1602 as part of a pioneer group of Augustinian missionaries, again in 1608 as both missionary and diplomat through the agency of the then interim Governor in Goa Archbishop Aleixo de Menezes (also an Augustinian), and finally, and most decisively, in 1612, this time sent from Spain by king Philip (II of Portugal) in order to oversee the indigenous Catholic communities, albeit, in this spiritual capacity, nominated from Rome. On this occasion Gouvea bore the incongruous title of bishop of Cyrene, that is, a bishop *in partibus infidelium* (the pope chose to award a North African see in order not to offend the Armenian Christians, who were in reality Gouvea's principal religious target – he was by contrast ordered to stay away from the Carmelite mission of the Roman Church). Leaving aside the various mistakes that Gouvea may have committed during 1613-1614 in his in any case delicate position as apostolic visitor to the Armenian Christians, especially after he became *de facto* (almost by default) political envoy of the Catholic king to a deeply disappointed Shah, it seems likely that Saulisante's hostility was also related to the fact that it was during Gouvea's stay in Spain in 1611-1612 that the idea of sending a Castilian ambassador in the person of Don García had first been mooted, much against Gouvea's own opinion, who instead wrote to the king from Lisbon powerfully arguing that no ambassador should be sent at all (although he would of course be travelling to Persia as proud new bishop, as well as companion to the Persian ambassador Danguis Beg). Hence Gouvea and Don García always found themselves at odds with each other. See Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, pp. 174-222 and, more generally, Rui Manuel Loureiro, "The Persian Ventures of Fr António de Gouveia", in Rudi Matthee & Jorge Flores (eds.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia* (Leuven, 2011), pp. 249-264.

52 To be read as 'quejas sobre el capitán de Ormuz' (it is the Persians who are complaining).

Persia habían sido hechos malos oficios con el rey, diçiéndole que no venía el embaxador sino a persuadir y fomentar la guerra, y otras cosas que no digo. Y estos ofiçios se debieron de haçer quando se supo que el embajador venía a Ormuz o quando hubo llegado, en el qual tiempo fueron ynformados, y infinitos[53] los correos que yban y venían a Ormuz y a Persia, sin saberse la causa, ni de ellos, el embaxador. Aunque antes el fray Melchor de los Ángeles (que es el que ha tenido mano a muchas maldades) había dicho al rey de Persia que no gustava Su Majestad de que el embajador prosiguiese con su embaxada adelante, y de esto proçedía la tardança que haçía el embajador en la India; y así haçíase llamar embaxador el fraile, y después siempre quiso mostrar que no hacía Su Majestad cosa sin el consejo y pareçer suyo.[54] Y quando llegó a Ormuz desde Persia el D. Roberto Sirley [Sherley], hiçiéronse con él grandes negoçiaçiones para aniquilar esta embajada de Su Magestad, y por esto le regalaron mucho allí y después en Goa, adonde teniendo mucha libertad, yba paseándose por aquel canal; y no falta quien diga que anduvo la sondando todo, y yo lo creo assí.[55] Y lo que me admiró muchísimo es el buen agasaje[56] que le hicieron en Ormuz y en Goa los ministros de Su Magestad; fui sabiendo yo muy bién quién es este hombre, y bisto quán mal lo haçían con Don Garçía, siendo éste el embaxador de Su Magestad, de quien son todos los vasallos, y el otro [embaxador] de un rey cuyos ministros le habían tomado ayer la isla de Quéixome y fuerte de Comorán, de donde les bienen a los vecinos de Ormuz los mantenimientos y el agua con que se sustentan.[57] Y entre las otras sinpleças que les e oýdo decir a los hombres de aquella nación es que no era de consideraçión ni de provecho[58] al serviçio de Su Magestad el fuerte de Comorán,[59] y oy aquí en Madrid me an dicho algunos portugueses lo mismo; siendo assí que por mis ojos tengo visto el estado en el qual queda oy aquella fortaleça, mayormente después de la buelta de Persia el embaxador, pues demás de los derechos que se cobraban en Comorán de las caravanas que van y bienen de Persia, y ser la isla de Quéyxome, que es contigua treinta leguas con la tierra firme de Persia, muy fértil, que era[60] el regalo y sustento de Ormuz, viniéndole de allí muchas frutas, agua y mantenimientos de que oy careçen, está de manera aquello que, no haviéndole quedado en Ormuz mas de su isla, que es una peña de sal,[61] comen agora los veçinos de ella y viben a discreçión de los persianos;[62] como también lo está a la [discreción] de su rey lo que queda, como es la dicha isla de Ormuz, en la qual no haviendo mas de la fortaleça, que es mui pequeña, y los baluartes de ella con los muros, que son de piedra y muy altos, sin jénero alguno de terrapleno, banse cayendo sólo con dispararse la propia artillería, y assí abriranse fáçilmente los muros,[63] y con ellos una de las dos christernas que assí mismo está en alto; quedando las casas de la fortaleça, en la qual no ay plaça de arma[64] ni retirada ninguna, haviendo procurado los capitanes de armas sólo la comodidad de la casa que allí tienen, alçándola[65] con obras muertas para pasar en ella el rigor del calor que ay en Ormuz en tiempo de verano; y la çiudad, que habiéndose tratado en otro tiempo de çercarla de muros, y contribuyendo para ello de propia voluntad los veçinos de ella, lo dejaron por mal consejo hasta oy sin muros, con ser la isla toda muy acomo-

53 A omits 'ynformados y'.

54 Saulisante continues to widen the range of enemies of the 'Castilian' embassy. After viceroy Azevedo, Captain Gama and bishop Gouvea comes the turn of Fray Belchior dos Anjos, another Augustinian with diplomatic experience in Persia going back to 1602, who had been sent to Spain by Shah Abbas in 1613 to present a kind of ultimatum to Philip III, and then back to Persia by the Council of State in the summer of 1614 (via Aleppo and Baghdad) with the intention of preparing the ground for Don García (the friar's detailed reports were crucial to the organisation of the embassy) as well as patching up the relationship between the Augustinians and Shah Abbas, following the persecutions of oriental Christians and Gouvea's lack of success. However, the friar arrived in Persia just after the crisis of Gombroon, and, although he was able to help forestall the execution of forty-five Portuguese who had been taken prisoner, he soon also argued that no high-ranking embassy should have been sent from Spain. Instead, assuming the job of speaking for the interests of the king of Portugal in Persia, he became a consistent critic of Don García's performance during his embassy, noting especially his slowness (which he attributed to his old age), mediocre judgment, and lack of human management skills. It is clear that he thought that, had he been properly supported, he would have done a much better job.

55 Enters the last enemy of the embassy, the remarkable English adventurer Sir Robert Sherley. However, in this case we can be confident in saying that Saulisante (like Don García in his writings from Goa) displays an element of paranoia and exaggeration. Sherley was working for Shah Abbas, rather than the Spanish and Portuguese, or (for that matter) the English. He had been sent back to Spain against his own desires, and had only accepted his new commission provided he could travel with a Carmelite, fray Redempto de la Cruz, as in previous occasions the Portuguese had tried to kill him. The reason why he had been well received in Hormuz was that (as part of his credentials) he had secured the liberation of seventy Portuguese captives from the crisis of Gombroon. Nor is it true that he had been allowed great freedom in Goa, where he spent a whole year (1616) under a great deal of local suspicion and with his movements severely restricted, almost as a prisoner. It is clear that Sherley was not primarily acting as a spy, although he was forced to disguise himself in order to go out for the occasional walk. Although Sherley gave some discreet help to the English merchants in Persia, and sought to treat with James I (especially after he realised that he would not succeed with his diplomatic mission in Spain), his allegiances were far more complex – fo r example, he seems to have become a sincere Catholic – and the representatives of the East India Company did not trust him either (for details see D.W. Davies, *Elizabethans Errant* [Ithaca NY, 1967], pp. 242-271). Sherley's embassy from Persia to Spain crossed Don García's, but they need not have been at odds with each other, given that he did not propose anything significantly different from the previous messages from Shah Abbas, to which Don García was, in fact, replying.

56 A: 'es el buen pasaje'; B: 'el buen agasaje'.

57 The value of the island of Qishm (situated West of Hormuz) was precisely that it supplied the Portuguese enclave with water and food, whilst Gombroon (in the Iranian mainland opposite Hormuz) was the port, with a small fort, where the caravans arrived to trade. Shah Abbas renamed it Bandar Abbas, and it replaced Hormuz as the key port for trade with Persia in the gulf after the Portuguese lost the island in 1622.

58 B omits 'ni de provecho'.

59 B has 'Comarán', here and elsewhere.

60 A: 'y que era'.

61 A: 'pequeña de sal', an obvious error. Effectively, Hormuz was a salty rock.

62 A: 'los persas'.

63 A omits 'que son de piedra y muy altos, sin jénero alguno de terrapleno, banse cayendo sólo con dispararse la propia artillería, y assí abriranse fáçilmente los muros'.

64 B omits 'de arma'.

65 B: 'alcançándola'.

dada para poderse entrar por casi todas las partes; mayormente no habiendo oy en Ormuz fuerzas bastantes para poder estorbarlo, pues ni los soldados que se pagan en aquel presidio ay siempre el número entero de ochoçientos, como Su Magestad lo manda, siendo los que lo son y la mayor parte hombres casados veçinos de Ormuz, pocos[66] aptos, y menos experimentados en la guerra.[67] Y saviendo el rey de Persia todas estas cosas, no me admiro que un rey bárbaro y ambiçiosísimo tenía puestos los ojos y persuadía poder fácilmente apoderarse de todo, mayormente teniendo allí Su Magestad a dos vasallos que son perniçiosos a aquel estado y se cartean de continuo, que son el rey de Ormuz y otro moro pariente suyo muy rico[68] que se llama el *guaçil*,[69] el qual tiene la mitad de los derechos de la alfóndiga de Su Magestad, demás de lo que malamente usurpan de la haçienda real con extraordinarias[70] e yndiscretas maneras, como lo haçen también casi todos los demás ministros de ella[71] que Su Magestad [tiene], teniendo mano y favoreciendo a los que contratando llevan y descargan mercadurías, ansí moros como cristianos, de Aravia y Persia; y es de manera que ay en Persia muchas mercadurías de las Indias, y las drogas y especerías son baratas como[72] en los estados que Su Magestad allá tiene. Y de este moro el *guaçil* no le dicen nada si[73] Su Magestad por mucho que interesan en esto los capitanes de Ormuz, sacando dél muchas[74] dádivas y presentes.[75] Con éstos y otros semejantes medios los mismos capitanes de Ormuz campan y conserban la amistad y

66 A: 'poco'.

67 The vulnerability of Hormuz was a common theme in the writings of the period, although according to Pietro della Valle, some Portuguese still denied it in 1619.

68 B offers a different reading: 'teniendo allí Su Magestad a los vasallos que son perniçiosos a aquel estado, y se cartean de contínuo con el rey de Ormuz y a otro moro pariente suyo…' This would imply that the Portuguese vassals, writing letters to the king of Hormuz and to his rich relative the *guacil*, are pernicious to the state, rather than the two Muslim vassals, writing letters (to the king of Persia), are pernicious. A later passage referring to the letters of the king of Hormuz to the Shah suggests that A offers the better version here.

69 A: *alguaçil* (but not consistently).

70 B: 'con lo que malamente usurpa de la haçienda real con las extrahordinarias'. The singular 'usurpa' would refer to the *guaçil* only, whilst the plural also includes the king of Hormuz.

71 'ministros de ella' possibly referring to the officers of the *alfóndiga* (customs).

72 A omits 'como'.

73 Probably 'a' is needed here instead of 'si', although the two manuscripts agree.

74 B: 'para las'.

75 The corruption denounced here, by which the captain of Hormuz allowed a local entrepreneur (who legally controlled part of the customs) to conduct a great deal of unofficial trade in exchange for regular bribes, had often been denounced. It can be argued however that it was an essential part of the system of captaincies of the *Estado da India*, by which the Crown, instead of paying proper salaries to its officials, actually sold the offices to the highest bidder, or to the man with better connections, giving up any effective implementation of the royal monopolies to their maximum value. From this perspective Hormuz was one of the most profitable positions, but far from exceptional. Of course, positions in places as inhospitable as Hormuz (due to the heat and the hostility of many locals) were sought precisely because they offered an opportunity for enrichment. It was generally agreed that this business weakened the commitment to military priorities of many a captain, hence the Portuguese were under-prepared for a Persian assault supported with European ships.

correspondençia que tienen con los ministros y governadores del estado persiano, presentándoles y suplicándoles con sumisiones para que dejen venir a Ormuz las *cáfilas* o caravanas de Persia, que a todos estos los obliga la mucha codiçia de la ganancia que se les recrece de ellas, siendo en lo que más se ocupan; todo lo qual no sirve más que darles a entender sus flaqueças y poco ánimo, para que les hagan a los veçinos de Ormuz y a los christianos que van y bienen de Persia en negoçios de mercançías las muchas estorsiones que reçiben, amenaçándoles de continuo a los de Ormuz con que les quitarán el agua y demás mantenimientos.[76] Y con esto, siempre que quisieren, los governadores y ministros que tiene el Persa en las fronteras de Ormuz les compelen a que les den algo los capitanes de la fortaleça, siéndoles muy fácil por la obediençia, remissión y miedo que les muestran. Y después de estar yo en Persia, por diciembre de mill y seyscientos y diez y siete, embió el capitán que era entonçes de Ormuz un gran presente al governador de Xiras, el qual es el mismo que en tiempo del dicho capitán había tomado la isla de Quéixome y fuerte de Comorán, y degollado después a sangre fría a todos los soldados portugueses que se habían rendido y fueron presos;[77] y está aquello de manera que, no habiendo en otros tiempos[78] tenido el rey de Persia y el duque de Xiras en aquellas fronteras más de hombres miserables por guardas, es oy Comorán la plaça de más provecho que proveen en sus vasallos, los quales asisten allí con título de governadores, siendo ellos que ponen a los de Ormuz los precios y valía de victo acostumbrados, y dejándoles y quitándoles quando o como ellos quieren el tal comercio, con que se buelven ricos a sus casas. Y una de las cosas que ha causado la total ruina de aquel reino, hasta quedar en el mal estado que está agora, es[79] la continuación de la sucesión trieña de los capitanes de aquella fortaleza, no atendiendo a más que contratar[80] más que otro cualquier mercader por el tiempo que les cabe, prinçipalmente que tienen provisión de Su Magestad para tener naves propias y falconías en diversas partes, y assí haçiendo extorsiones y tiranías a los demás súbditos de Su Majestad, ynpidiéndoles y no dejándoles la contratación.

Porque tengo dicho arriba quán perniçioso sea el rey de Ormuz a aquel estado, digo que demás de cartearse con el rey de Persia, hiçieron mayores demostraciones de su mal ánimo, si no fuera temer la crueldad y tiranía de aquel rey, la qual es muy temida assí mismo de sus hijos, y odiada de sus vasallos, entre los quales se puede contar también el rey de Ormuz; y pues los capitanes que Su Magestad tiene en aquella fortaleça le permiten y consienten que todos los años reçiva del rey de Persia

76 The accusation here is that if the priority of the captains of Hormuz was the desire to attract the commercial business of the caravans, the result was a show of weakness which allowed the Persian governors to abuse the Portuguese and other Christian traders. It is however difficult to imagine how a hostile attitude towards the mainland governors would have helped the position of Portuguese Hormuz.

77 That is, Imam Quli Khan and Luís da Gama.

78 B omits 'en otros tiempos'.

79 Both A and B have 'en', but the verb is needed, so I have edited it.

80 B has 'con quitar', which makes little sense. It was a common criticism that the captains of Hormuz, appointed for fixed terms, were mainly interested in pursuing their own private trade.

una lavaxa[81] o *aljuba*, vistiéndola públicamente con muchas çeremonias y reverencias, como lo hacen los demás vasallos y governadores de provincias del rey persiano.[82]

Y de que tenga el rey de Persia puestos los ojos en Ormuz y trate de ello con los ingleses que están en Persia, y a quien él hace grandes favores, cónstame [ser] çierto, porque agora quando vine de Ormuz y pasando disfraçado por aquella provincia, demás de los muchos soldados[83] que nuevamente vi que habían venido en aquellas fronteras y en todo el reyno de Lara, dijéronme algunos moros persianos que aguardaban en aquellas fronteras al chan [Khan] de Xiras, y que en Xiraz aguardaban al rey, y más que se deçía públicamente que venían sobre Ormuz; e ansí mismo, pensando aquellos moros (que no les descubría quién era) que yo fuese inglés, preguntávanme si acaso yo iba a la corte del rey a tratar sobre este negocio, pues ellos sabían çierto que con nuestro intervento y persuaçión (entendiendo de los ingleses) intentava el rey aquella empresa.[84] Y pasando adelante todo lo que yo anduve hasta llegar a la çiudad de Espahán [Ispahan], que es adonde reside el rey, hallé que le deçían las mismas cosas, y también que el duque de Xiras tenía junto su exército; y aunque los ministros del rey y del propio duque publicaban que yría él con su exército sobre los árabes çircunveçinos, que le escurrían y depredaban su estado, el bulgo y demás jente de los persas no creían si no lo que tengo referido, de lo qual se yn-fiere que debajo del negoçio que tratan allí aquellos ingleses sobre el contrato de las sedas de Persia, deven de tener otras yntelijencias con aquel rey muy en daño de el serviçio[85] de Su Magestad.[86] Y también que lo propuesto aquí y negoçiado por Don

81 B has 'cabeça', but a dress is meant.

82 The status of the king of Hormuz (and therefore sovereign claims to the island held by the Portuguese, as well as Gombroon and Bahrein) was at stake in these ceremonies: although in theory a long-standing vassal of the king of Portugal, he increasingly was forced to also behave like a vassal of the king of Persia, who understood himself to be overlord of all the Iranian territories and adjacent islands. Don García and Shah Abbas would clash on this point. Saulisante is nevertheless unfair in relation to the position of the king of Hormuz, who in reality tried to work with the Portuguese: during the events of 1622 in Queixome his Arabs behaved more honourably than the majority of the Portuguese soldiers, only to be butchered by the Persians after the latter gave up.

83 A omits 'soldados'.

84 The episode refers to Saulisante's return journey in February 1620.

85 A: 'y deserviçio'.

86 The serious negotiations between Shah Abbas and the East India Company (represented by Edward Monnox) about a joint campaign against Hormuz date from the Autumn of 1621 and culminated in a written agreement in January 1622, although the king had been mentioning the idea to the Company's agents since at least 1619, that is, even before Don García ended his embassy: see William Foster, *English factories in India 1618-1621* (Oxford, 1906), p. xxviiii. We also know, thanks to the testimony of Pietro della Valle, that when in October 1619 Shah Abbas received the king of Spain's proposals (just as Figueroa, recently dismissed, was about to reach Hormuz), according to the terms negotiatied by Robert Sherley, he was so angry with their contents that he tore the papers in public and swore that he would drive the Portuguese out of Hormuz (*Viaggi di Pietro della Valle il Pellegrino. Della Persia* [2 vols., Rome, 1658], vol. II, p. 68) – this was the final straw. Hence Saulisante, observing the situation in early 1620, may have been mistaken about de immediacy of an attack, but not misguided about the prospect. Arguably, the possibility was in everybody's mind (in India as well as in Persia) following the Persian assault on Gombroon in late 1614, which had been planned in 1613 at the latest. The attack of course coincided with the first Anglo-Portuguese clashes for access to the trade of Surat.

Roberto Sirley, embaxador[87] de Persia, en nombre de sus reyes, no sirve más que de entretener para que Su Magestad y sus ministros se descuiden con esto y no pongan remedio a lo que tanto es menester, estando la çiudad de Ormuz como casa[88] sin dueño y a benefiçio de quien la quisiere;[89] no haviendo en aquel presidio el número entero de los soldados que Su Magestad manda, ni armada competente de navíos de remo para guardar aquel estrecho, no sólo de los ladrones y piratas que los infestan y de los portugueses pimenteros y otra jente de mar que llevan cosas de contra bando, haviéndose hecho en esto[90] una contrataçión y correspondencia pública con el favor de algunos ministros de Su Magestad y otra jente poderosa de aquellos estados, mas también de los ingleses, que muy libremente descargan allí las mercadurías que lleban[91] sin que se atreviese o hubiese quien se lo impidiese, antes tomando ellos con sus lanchas lanas[92] de las embarcaçiones que toparon.[93] Y assí por este respecto por todo el mes de Henero y fin de Hebrero que yo estuve en Ormuz no llegó ninguna de las naves que suelen venir de la India, de que recreçe mucho daño al alfóndiga de Su Magestad, y inportándole mucho los derechos que racaen allí con las naves; y pocos[94] navíos de remos que con su capitán mayor (a cuyo cargo es correr y defender aquel estrecho) yban y[95] viniendo de Baçora [Basra] y de otras partes, vendiendo y contratando mantenimientos tanto para el empleo [que] de ellos haçe el capitán de Ormuz como para el mismo capitán mayor de la armada, siendo esto en qué se ocupa la dicha armada, por lo que los veçinos de Ormuz están entonçes con harto miedo de que aquellas naves inglesas intentasen otra cosa. Ni para esto se tomó otro remedio en Ormuz mas de repartir en quartos las velas, que de noche guardavan más a lo que

87 B has 'y el embaxador', but since Sherley was the ambassador, A makes better sense.

88 B: 'cossa'.

89 This was also the judgment quickly reached by Don García, with which some modern commentators tend to agree (for example Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II, p. 365). Nevertheless, even if one admits that Shah Abbas was playing a double game, it is unlikely that Robert Sherley saw his new embassy to Madrid as a mere diversion. His closeness to the Carmelites in any case was genuine. For a discussion see Joan-Pau Rubiés, "A Dysfunctional Empire?", *supra*, pp. 85-133.

90 B: 'con esto en esta'.

91 A omits 'que lleban'.

92 A omits 'lanas'.

93 Saulisante is mainly concerned with the English presence, as, following an introduction to Shah Abbas (facilitated by Robert Sherley just before he left for Spain) in 1615, the ships of the Company had been operating in Jask since December 1616, and, as he says, could threaten Portuguese shipping. However, Saulisante also continues to fire against the Portuguese in India, here emphasizing not only the military vulnerability of the neglected fortress of Hormuz, but also the self-interested support given by the political elites of the Estado da Índia to the widespread practice of smuggling.

94 A: 'y los pocos'.

95 A: 'ya'.

suçediese que no aquella isla, siendo la tal jente visoña y sin entender nada de lo que es disciplina militar. Y esto es un defecto[96] común también en todo el Estado de la India, adonde no se save ni se entiende nada por la gente de guerra la tal disciplina, mas de haverse introduçido en ella una mala doctrina y con ninguna obediencia de los soldados, sin haber quien pueda o sepa reducirlos;[97] de lo qual dan testimonio las guerras últimas y malos abusos de ellas en la India, habiendo por semejantes desórdenes, y por la discordia de los capitanes, muerto allí a[98] mucha de la mejor gente de la India, en la qual los soldados y jente de guerra exercitan las armas sólo en matarse los unos a los otros, con pedernales y otras invenciones de pólvora que se arrojan.[99] Y las armas[100] más neçesarias en la guerra, muy pocos saben servirse de ellas, no haviendo quien los enseñe, ni en toda la India ejercicio militar por donde lo aprendan, como yo lo he visto en otras muchas partes del mundo adonde ay presidios que sirven de escuelas, y es esa una gran falta que tiene la India; donde una de las causas que aquel Estado se conserva oy en la misma que tiene afrenta una nación tan mal afecta a su rey,[101] y es tener tantos reyes çircunveçinos cuyas voluntades, por ser diversas, es difiçil que se puedan conformar, siendo diferentes entre ellos los propios intereses; y el mayor [interés] que tienen es la contratación que tienen con los ministros de Su Magestad,[102] valiéndoles mucho las naves que ban y vienen de Portugal, siendo ello[103] con lo que se sustenta aquel Estado de la India. De lo que se puede inferir el daño que haçen los holandeses, procurando estos enemigos, que ya están arraigados, de usurparse este gran comerçio, estando ya por la parte del sur apoderados de algunos fuertes sin que nadie se lo pueda defender, mayormente después de la muerte de Don Juan de Silva, governador de las Filipinas;[104] y más agora con la

96 A: 'el defecto'.

97 A: 'quien quiera reducirlos'.

98 B: 'muertos hallo'.

99 I take it that the 'pedernales' (hand guns) and other firearms were being used by the Portuguese to kill each other, and that the 'weapons more necessary for war' that few knew how to use refers to artillery proper, but it is possible to read otherwise by starting a new sentence with 'Con pedernales y otras invenciones de pólvora que se arrojan, y las armas más necesarias en la guerra…'. In any case, this harsh criticism of the military inadequacy of the Portuguese in India was one of the key themes in the 'Castilian' criticism of the *Estado* expressed by Don García and his servants, although some Portuguese made a similar point. One of the pet projects of the Habsburg administration was to introduce a Castilian-style *tercio* in India.

100 A: 'A las armas'.

101 The meaning of 'en la misma que tiene' is obscure, although the general meaning seems to be that the only reason that the *Estado da India* survives in its present form is the inability of the various local powers to agree on a common policy, and their interest in the trade of the Portuguese, rather than the military prowess of the Portuguese. Hence this analysis challenges ('afrenta') the pride of the Portuguese, a nation which is militarily inadequate and is badly disposed towards its own king. I follow A, as B seems even more corrupt: 'en la mesma que tiene afreçena, o nación tan mal afeta a su rey'.

102 B: 'la contratación de los basallos de Su Magestad'.

103 A: 'ellos'.

104 Juan de Silva, already referred to as having died in Malacca during an expedition against the Dutch in 1616, and perceived by the Castilian faction as the great lost hope of a pan-Hispanic military counter-offensive. By 1620 the Dutch had fortified themselves in 'the South', in Ternate and Tidore (where the Spanish maintained a military presence), but also Ambon, Banda and Solor; as Saulisante emphasizes, their trade with local rulers was in direct competition with the Portuguese system.

partida de las islas de Malucas de Don Gerónimo, que era capitán de ellas.[105] Los daños que haçen en [lo] que tratan, y los fuertes que tenían en el tiempo que yo estuve en la India los olandeses, no lo refiero aquí por ser materia diferente, aunque de mucha consideraçión, y de que ya Su Magestad tendrá notiçia. Y conoçiendo los demás enemigos que Su Magestad tiene en la India la flaqueça de la fuerças de ellas, cobran mucho ánimo, perdiendo el respeto que tenían. Y los que de presente ynfestan más aquel Estado, a quien los portugueses dél tienen bravo miedo, son los malabares, los quales, por ser veçinos y piratas y favoreçidos del rey de Calicut, haçen mucho daño en la costa que corre desde el Cochin, que le cae haçia el sur, asta todo lo demás de la costa que corre hacia el norte, por donde pasan los navíos de remo de mercaderes, que como ban siempre costeando, no pueden dejar de encontrarse con estos piratas, aunque no se alargan en alta mar; los quales [piratas malabares] van en unas embarcaçiones de remo que lleban para arroz, que no son de ancho y de alto dos cupíes, y de largo serán más de doçe o catorçe pasos geométricos, y tan veloçes, que no ay en toda la India embarcaçiones de remo semejantes, yendo tan ligeras alcançando ellos a los demás, y que a ellos no ay alcançarlos; y ban en ellos treinta y quarenta y aún cinquenta hombres, conforme a la largueça que tienen; y estos son los mismos que reman y pelean, aunque desnudos, y con malas tretas y cuchillas y açagaias,[106] con mucho valor, y miedo de los portugueses; que por vivir esta nación en la India, la qual por su destenplado clima, demás de aflojarse los hombres que no son naturales de allí, es, en lo demás, muy regalada, por la abundancia de los mantenimientos y diversos regalos de conservas diferentes de açucar, que es lo mejor del mundo, y como es la tierra tan cálida,[107] es viçiosísima la jente de ella, y más ynclinada a viçios a que son muy comunes en todos; de manera que, con el trato de las mercaderías a que se han dado y se dan todos los que pueden o tienen algún caudal, es causa de haverse corronpido[108] aquella nación portuguesa, perdiendo su antiguo valor, y dándose a una vida liçençiosíssima[109] y disoluta.[110] Y en la oçiosidad del

105 Don Jerónimo de Silva, an uncle of Governor Juan de Silva and also relative of the ambassador Don García de Silva, had been captain of Ternate. However, he left that position after Juan de Silva died and went to the Philippines to act as Governor. His letters in this period (1612-1617) are published in CODOIN – *Colección de documentos inéditos para la historia de España* (112 vols., Madrid, 1842-1895), vol. 52, pp. 1-439. Saulisante, faithful servant of the Silva faction from Extremadura, interprets this transfer as yet another loss of Hispanic military capacity.

106 B: 'açagallas'.

107 A: 'tan calificada, digo cálida'.

108 A: 'correspondido', an obvious misreading.

109 A: 'viçiosísima'.

110 'que por vivir esta nación en la India (...), y como es la tierra tan cálida, es viciosísima la jente de ella' can be read as the main sentence. The statement is highly revealing not only of the image of Indo-Portuguese decline and corruption that chrystallized in this period, but also of how it was conceptualized. The key theme, that life in a hot but also fertile land inclined men – especially those not born there – towards weakness and vice, was far from original in relation to the Portuguese in India, and relied on the widespread early-modern climatic paradigm for ex-

ynvierno, que no pueden salir las armadas, cometen de allí a Goa mil maldades, habiendo muchos hombres façinerosos que, favoreçidos de la jente noble y poderosa, y neçessitados por la mala orden que traen en pagárseles los quarteles, a[111] qualquiera ynquietud, robando, de noche entrando en las casas, matando, y haçiendo mil desafueros a la justiçia, si es que la ay en todo aquel oriente, a donde los mismos jueçes haçen iniquidades, perdonando maldades. Y assí como son las costumbres de la India tan corrutas, es causa de mucho mal el no haber rectitud en la justiçia, tanto punitiva como destributiva; y assí se procuran allá los cargos para los hombres en lugar de darlos a los que son ydóneos y capaces para ellos.[112] Lo qual, con otras cosas en esta materia, lo dejo por ser cosa, aunque importante, que requiere más tiempo.

Llegando el enbaxador a Ormuz por los primeros de mayo de mill y seysçientos y diez y siete, se le ofreçieron allí las mismas o mayores dificultades, habiéndose del todo mudado de opinión el vehedor de la haçienda que era entonçes de aquella fortaleça;[113] el qual haviendo para en adelante sienpre mostrado buena correspondençia con el embaxador y mucho çelo del serviçio de Su Magestad, escriviendo ansí con muchas cartas desde Ormuz quando estaba en Goa el embaxador, aunque estava muy encontrado con el capitán de la fortaleça,[114] no lo fue en todo lo que no era imposibilitarle al embaxador su yda a Persia, no pagando el dinero que se le debía pagar en aquella alfóndiga. Porque lo de la librança que dije del virrey en el capitán de Ormuz, fue engaño como pareçió después, habiéndolo el mismo virrey cobrado en Goa del factor[115] del dicho capitán; y lo que le dió al dicho embaxador para su viaje serían a mi pareçer más de sesenta mil reales,[116] siendo el tal dinero lo que el tal embaxador debía por la compra de la capitana de la misma fortaleza de Ormuz;[117] la qual vendió el virrey con las demás de todo el Estado que Su Magestad tiene en todo aquel oriente,[118] defraudándose assí la justiçia que tenían en esto todos[119] los hombres que estaban favoreçidos [y] les conpetían en ellas; ni sé yo la causa o[120] quién pueda haber dado un tal arbitrio a Su Magestad, si es que con su real orden se hiçiese aquello, no siendo açertado en nada a su real serviçio; como también no lo es en

plaining ethnic and cultural differences. Saulisante also suggested that the mercantile orientation of the Portuguese elites in India contributed to this corruption, evoking a militaristic aristocratic ethos particularly dominant in Castile. Many Portuguese, however, beginning with Diogo do Couto, shared the criticism of military decline in India.

111 A: 'y'. In any case a verb seems missing, for example 'acuden a'.

112 This was a common saying of arbitrista literature across Spain: jobs were given to men one wished to advance, rather than men given to jobs they could fulfil.

113 The current *Veedor de fazenda* was Miguel de Sousa Pimentel.

114 A: 'frontera' (both words used indistinguishably in this document).

115 A: 'del alfóndiga'.

116 A: 'a mi pareçer de setenta mil reales'.

117 A omits 'de Ormuz'.

118 A omits 'todo', which might be better, as it seems redundant.

119 A omits 'en esto'; B omits 'todos'.

120 A: 'y'.

darse estas fortaleças por herencia o mereçimieno de serviçios de los pasados a los hijos o herederos, sin distinçión de seso[121] o suficiencia de edad, mayormente aquellas fortalezas que,[122] por ser fronteras, requieren diferente govierno. Y esto que mi rudeza alcança es manifiesto y çierto, y qualquiera persona que sin pasión quiera examinarlo y considerarlo bién, lo podrá fáçilmente entender por poco talento que tenga; quanto más que en aquella saçón que se vendieron estas fuerças[123] o capitanías, no hubo contingençias ni aún neçesidad para que por el Consejo de Su Magestad fuese menester con tan extrahordinarias invençiones sacar dinero, introduçiéndose tan perniçioso y mal uso. En fin, detúbose el embajador desde mayo hasta los primeros de octubre de el mismo año sin pasar a Persia, y en todo este tiempo no fue posible sacar dinero del veedor de la haçienda ni del capitán, que se escusavan[124] el uno con el otro hasta que al fin,[125] después de muchos requerimientos y porfías, disimulando lo más que pudo el embaxador por no haçer peor, le dio el capitán doçe mill reales de a ocho, de los muchos que havia[126] embolsado de los muchos derechos que havían recaído en el alfóndiga con las naves que en aquellos çinco[127] meses [llegaron] de Dabul, Çinde, Baçain y otras partes de la India,[128] el qual dinero se repartieron entre el capitán y veedor de haçienda, el qual decía que se quería pagar de lo mucho que Su Magestad le devía.

Con esto, y lo poco que le dieron en la India, prosiguió el embaxador su viaje hasta llegar a mediado noviembre a Xiras, adonde se quedó aquel invierno, no pudiendo pasar adelante por el rigor de los fríos y estar el país cubierto de nieves, demás de estar entonçes el rey en Farabat [Farahabad], que es muy lexos de allí. Y en este camino, en la çiudad de Lara,[129] topó el embaxador al padre frai Melchor de los Ángeles, que yba a Ormuz y llevava no se qué que tenía encargado, aunque con tanto riesgo y escándalo que, por ser tal, lo dejo de deçir.[130] Con su yda a Ormuz se estableçieron las amistades con el capitán, con quien no se corría adelante como tengo referido arriba; lo qual, por lo que pareçió después, se hiço muy a costa y todo en daño del embaxador, como lo fue también, antes que él[131] saliese de Ormuz, los

121 A: 'de lego'.

122 A: 'porque'.

123 A: 'fortaleças'.

124 B: 'que acusaban'.

125 B omits 'hasta'.

126 A: 'havían', possibly including the *veedor de fazenda*.

127 A omits 'cinco'.

128 *Dabul* and *Bassain* are easy to identify. 'Çinde' (Cinde in B) possibly stands for *Sind*. Rego's edition reads 'Dabulcin de Baçayn', which makes little sense.

129 B: 'de el Ara', error suggesting an oral transmission.

130 Saulisante's insinuations of 'riesgo y escándalo' refer to two beautiful Georgian girls who travelled towards Hormuz in disguise (dressed in male attire) in order to avoid being taken and forcibly converted to Islam by some Persian lord.

131 That is 'el embajador'.

muchos correos que yban y venían de Persia, sin saberse la causa mas de que venían y los despachaban al capitán y los frailes agustinos.[132]

Sosegado el invierno, por el mes de março del año siguiente de mill y seysçientos y diez y ocho, partió. Y porque el año antes en Ormuz se havía muerto Ricolao Criveli,[133] el qual venía desde esta corte entretenido por[134] lengua en la embaxada con provisión <que> de Su Magestad,[135] llevava el embaxador por falta dél por ynterprete a un tal Jusepe Salvador,[136] de nación armenio, el qual encontró el[137] embaxador [degollado] en[tre] Xiras [y] Aspachan,[138] que es la çiudad adonde reside de hordinario el rey; el qual havía venido dos años antes despachado de esta corte con las cartas de Su Magestad para el embaxador; bolviéndole después a despachar el embaxador desde Goa, le fue impedido por el virrei el tal viaje usando çierta estratajema, [y] quedó inposibilitado de haçer su camino, aunque había ya fleteado y pagado la embarcación en la qual yba a Ormuz; que, partiendo antes de tiempo, y engañándole el capitán de ella, dio allá todo lo que tenía embarcado, tanto de provisiones para el victo como también todo su hato[139] a este hombre, y assí se hubo de quedar. Al qual mataron después, dejando sin cabeça. Aunque se sospechan varias cosas, no se save la causa, mas de [que] habló libremente al governador de Xiras sobre pedirle camellos para llevar el presente al rey.[140] Y assí reçivió de ello mucha

132 A misreads 'a sus trinos'.

133 B: 'Cribeli'. A: 'Crivili'. Both A and B have 'Ricolao' for 'Nicolao' here, but further down the correct name appears. Nicolao Crivelli was the embassador's official interpreter

134 B: 'con'.

135 It is possible to read 'con provisión que de Su Magestad llevava', but then a verb is missing for the main sentence.

136 B: 'Josephs Salbador'.

137 A: 'al'.

138 The text seems corrupt in both manuscripts. B offers 'el qual encontró el embaxador en Xiras Aspachan'. Ispahan, the capital, cannot be meant as the city where the ambassador found Jusepe Salvador, whom he had already employed in Goa, since in any case the Armenian was killed well before Don García reached the capital. In fact, Don García had Salvador with him before he reached Shiraz, since an attempt to dispatch him from Goa to Spain with letters to the court had been frustrated by the viceroy. Perhaps the text should say 'encontró [degollado] entre Xiras e Ispahan', distinguishing the two cities. A reads 'de xiras aspahan', possibly 'de Xiras a Spahan', again suggesting the road between the two cities. In effect, the Armenian had been found dead in the village of Imāmzāda.

139 B: 'auto'.

140 Saulisante is explaining this very poorly, possibly in order to hide Don García's imprudent behaviour. In effect, as we learn from the detailed *relación* written by a Spanish soldier in Don García's retinue, the interpreter had been sent ahead of the ambassador to Shiraz in order to meet Imam Quli Khan, and prepare the ambassador's stay. Apparently he travelled in the company of the same soldier who wrote the anonymous account (given the very specific details that he provides). Imam Quli Khan was, incidentally, the governor responsible for taking the fortress of 'Bandel' in Gombroon from the Portuguese. In those exchanges, as the soldier explains, agreeing with Saulisante, the interpreter offended the governor ('otras preguntas y respuestas, que algunas mediaron la muerte de intérprete'). However, Imam Quli Khan was already ill-disposed towards the Armenian from a previous occasion when Salvador had helped the bishop of Cyrene, António de Gouvea, flee from Persia. Imprudently, as they left Shiraz

pena el embaxador, no se pudiendo hallar (después de Nicolao Criveli) persona más sufiçiente en tal ministerio de intérprete,[141] como quien demás de ser fiel e yntelijente, sabía muy bien las lenguas; aunque de otros dos que le quedaban al embaxador, entre el uno y el otro sabían tanbién[142] las lenguas que allá se hablan.

Desde la çiudad de San Patía [Ispahan][143] adonde había llegado el embaxador, despachó un correo al rey de Persia que estava en Faravante [Farahabad],[144] suplicándole, después de darle aviso de lo suçedido en su intérprete que le mataron, que le hordenase lo que mandava que hiçiese, como también se lo había antes escrito desde Xiras luego en llegando. Y ansí, después de un mes que tardó a venir la respuesta, [sin la pimienta] que llevaba con el presente, dejándola en salvamento, se partió el enbaxador a la çiudad de Casbín [Qazvin],[145] de donde, habiendo llegado allí, le escribía y llamaba el rey, aunque en lo de la muerte de Joseph[146] Salvador no escrivía ni respondía nada. Y ansí por el mes de Junio, en tiempo que el rey juntava su exército, haçiéndose la masa de él en Sultanía [a] doçe leguas de Casbín, para defenderse del Turco que le venía sobre[147] muy poderoso, llegó el embaxador a una aldea [a] dos leguas de la çiudad, y paró allí, aguardando lo que ordenase el rey de Persia, [a] el qual havía enbiado quatro días adelante para que reçiviese dél las órdenes que daba para la entrada; que fueron que, después de haber mandado se hospedase en la mejor casa de la çiudad, que era de un ministro suyo, que se viniese una mañanica por el fresco. Y ansí enbió a que le reçiviesen príncipes y ministros que estavan entonçes çerca de su persona, los quales salieron al encuentro una legua poco menos

Don García sent Jusepe Salvador ahead of the caravan to travel alone, apparently because he did not approve of the Armenian taking with him his mistress, an Indian 'gentile' woman 'de profesión mora', in Don García's own words. This – a perfect example of the ambassador's mistaken priorities – gave the chance the governor needed to have the unfortunate interpreter killed. However, although it was a great loss to him, Don García did not order an investigation, seeking to avoid additional problems because, as the anonymous soldier declares, he suspected 'the king' (by which the governor of Shiraz, or 'sultán de Lara', must be meant). In all these encounters between Europeans and Muslim rulers, oriental Christians were invariably the most vulnerable, and the most likely to be sacrificed. The soldier's relation is transcribed in Gil, *El Imperio luso-español*, vol. II (pp. 487-491 for the relevant passages), who identifies the author as Gutierre de Monroy.

141 The sentence now refers to the Armenian Jusepe Salvador, not Crivelli.

142 A omits 'tanbién'. 'También', rather than 'tan bien', is meant.

143 A: 'San Patria'. The text seems corrupt. From the *Comentarios* (vol. II, p. 24), we can deduce that Ispahan is meant.

144 B: 'Tarabate'.

145 A omits 'se partió el enbaxador a la çiudad de Casbín'. Something more is missing from the sentence, although no lacuna is signalled in either manuscript. According to Della Valle, Don García had left 'trecento some da camelo di pepe' (that is, the pepper from the nao *Remedios* that he had obtained in Goa) in Ispahan in order to travel more lightly with the rest of the presents, so I suggest that a few missing words here would refer to 'la pimienta', which he carried with the present ('que llevaba con el presente'), and left secure ('dejándola en salvamento') before leaving towards the court at Qazvin.

146 A: 'Jusepe'.

147 A: 'sobre él'.

fuera de la çiudad; y haçiendo el embaxador su entrada muy luçidamente y con harto buenas galas, fue acompañado de los dichos señores, que le hiçieron gran cortesía y acatamiento hasta su posada.

Después de haber descansado algunos días, el embaxador fue a ber al rey, que le estaba aguardando en su casa real en un grandísimo jardín[148] adonde, en un estanque ansí mismo muy grande, y en un çenador que estaba en él, tenía consigo todos los demás embajadores que estaban entonçes en su corte, con los mayores prinçipes y privados vasallos;[149] y ansí hiço el rey muy grande ostentaçión tanto con la carta que Su Magestad le enbiaba como con el presente, mandando que lo llevasen en las manos, señalando un hombre a una pieça; y ansí fueron infinitos los que lo llebaron, que pasando por las calles más prinçipales, entravan después en el jardín con la misma orden, pasando tan çerca del dicho çenador que bien beían los que estavan en él las pieças que llevaban. Y quando entró el embaxador, que fue antes del presente, que aunque avía llegado antes quedaba aguardando a la puerta, los hombres con él, salió el rey del çenador y vino a reçivir al embaxador, saliéndose[150] buen trecho del jardín adelante, y con tanta demostraçión y estima que se admiravan[151] los mismos moros y demás gente, diçiendo que nunca havía echo el rey otro tanto con ningún otro embaxador, banqueteándole allí aquella noche con todos los criados, y los demás embaxadores y jente noble que se halló allí.[152]

En la çiudad de Casbín tubo el embaxador después de la primera vista del rey 3 audiençias,[153] las dos de ellas en el Maydán (que es una plaza muy grande en la qual se haçen los exerçiçios militares y de a cavallo), y la otra le dió en una de las casas de la dicha plaça, en un jardín que es ansí mismo del rey.[154] Y aunque en la última

148 A omits 'en su casa real'.

149 Pietro della Valle also describes Don García's arrival to Qazvin and his first audience and dinner on Sunday June 17 (*Viaggi di Pietro della Valle: Lettere della Persia*, eds. F. Gaeta & L. Lockhart [Rome, 1972], pp. 310-315). Strangely, another detailed account of the ambassador's arrival, quoted by the Carmelite historians, distinguished Don García's first audience and the procession of the presents on the following day. See *A Chronicle of the Carmelites in Persia and the papal mission of the XVIIth and XVIIIth centuries* (2 vols., London, 1939), vol. I, pp. 238-240, following Florencio del Niño Jesús, *En Persia 1608-24* (Pamplona, 1930), p. 107. This narrative agrees with the description offered by Hernando de Moraga, *Relación Breve*, fl. 2r-v, although the document also mentions Juan Tadeo, who in fact only reached Qazvin a couple of days later.

150 B: 'saliendo'.

151 A: 'admiraron'.

152 This honourable reception was one of the very few satisfactions that Don García received throughout his very long journey. It suggests that there was still an opportunity for diplomacy. Alas, Don García did not bring the message that Shah Abbas wanted to hear.

153 B: 'terçero abundançias', an obvious error of transcription. To note that whilst B usually has Casbín, A sometimes offers Cusbin or Casvin.

154 For other accounts of this improvised audience in a garden see *Comentarios*, vol. II, pp. 98-107, and more briefly Della Valle, *Viaggi*, eds. Gaeta & Lockhart, pp. 326-327, who was informed by Juan Tadeo, also present (it was on this occasion that the Carmelite was invited to show his Persian translation of the Psalms, and the Gospels printed in Arabic).

no me hallé presente por haberme ydo a Aspaschan [Ispahan], tratóse en ella, como supe después, lo mismo que en las demás, que fue, lo más sustancial, sobre la restitución de lo usurpado del reino de Ormuz; a lo qual respondió el rey de Persia que aquel reino era tributario suyo, y lo havía sido de sus antepasados; y esta respuesta fue mui conforme a lo que tenía escrito a Su Magestad, según pareçió de otra copia que de acá se le enbió al enbaxador, con otras carta de Su Magestad, y si mal no me acuerdo, yban por el Consejo de Portugal.[155] Y demás de esto dixo también que él no tomava nada que fuese de Su Magestad, sino de un su vasallo que entendía per el rey de Ormuz. Y respondiendo[156] el embaxador que había ciento y diez años sin contradición ninguna que el reyno de Ormuz era de Su Magestad, y aquel rey su vasallo, no habiendo jamás los reyes de Persia tenido derecho ni posesión alguna en aquel reyno, rehusó[157] mucho de oyrlo, y enfadado y disgustado se fue de allí sin deçir nada, dexando sólo al embaxador.[158] Por esto se movió un calumniador a escrivir aquí en la corte a ministros conoçidos suyos, [y] fuera della a otros correspondientes que tiene[159] en diversas partes de Europa, demás[160] de muchas cosas que en una relación deçía a manera de libelo infamatorio, que habiendo sido el embaxador bien reçivido al prinçipio del rey de Persia, perdió su graçia por inprudençia, como si el servicio de Su Magestad, y lo que havía encargado al embaxador, consistiese en conteporiçar y deçir al gusto del rey de Persia, como lo an hecho otros que nunca se atrevieron a deçirle ni tratarle[161] sobre las materias referidas;[162] aunque al rey nuestro señor no le consta la verdad de estas cosas, como pareçe, non habiendo habido hasta agora quien fielmente las diga y confiese. Y assí todos los europeos[163] que en aquel tiempo estaban en la corte del rey de Persia con quien yo tratava me deçían muchas

155 A omits 'según pareçió de otra copia que de acá se le enbió al enbaxador, con otras carta de Su Magestad'.

156 B: 'respondióle', but the sentence in A connects better with 'rehuyó' below.

157 B: 'rehuyó'.

158 This tense exchange (in which the ambassador threatened to kill his Syrian interpreter unless he reproduced his words accurately) refers to the third and last audience given in July 1618, which took place walking in the *maidan*, described in more detail in the *Comentarios*, vol. II, pp. 118-121. Della Valle, whose account was based on the ambassador's own explanations, commented on Shah Abbas' 'stravagante modo di negotiare' (*Viaggi*, eds. Gaeta & Lockhart, pp. 328-329).

159 A: 'tienen'.

160 A: 'y demás', but this complicates the sentence.

161 A: 'tratar'.

162 A Portuguese source for this attack on the ambassador would seem probable, and the accusation of imprudence is implicit in the brief *Relación* by Belchior dos Anjos, which he wrote in Madrid in December 1619, having let Persia in June of 1619. However the details offered by the Augustinian there do not relate to the actual conduct of the audiences, but rather to the lack of energy displayed by an old and overly dignified Don García, who failed to maximize the opportunities for personal contact. Although there might have been other, more detailed documents of a similar nature by Belchior dos Anjos, it seems more likely that this source is the Venetian merchant working from Baghdad who collaborated closely with the Portuguese Augustinians, and who is referred to later on by Saulisante.

163 Both A and B have 'europerpos', which I correct.

vezes y advertían de que persuadiese el embaxador que no hablase al Xa[164] sobre la dicha materia, porque no prosiguiría adelante en los favores que al prinçipio le havía echo, haçiéndole[165] siempre grande estima y teniendo mucho respeto a la persona del embaxador.[166]

Y porque dije aquí arriva que no me hallé presente a la última audiençia en la qual se despidió el Xa del embaxador para irse a Casbín y a Sultanía el exército, habiendo llegado nuevas de cómo se aproximava el Turco, y ordenado al embaxador que se bolviese y le aguardase en Espachán hasta acabarse aquella guerra,[167] referiré la causa de ello:

Habiendo por el mes de Junio de aquel año llegado a la çiudad de Espachán desde Goa un hijo de algo portugués con otros cuatro o çinco compañeros que por tierra venían a esta corte, pidió al embaxador le diese cartas para Su Magestad y sus ministros y otros parientes y amigos que el embajador tiene en esta corte, para que le favoreçiesen, viniendo a pretender. Y agasajándole el embaxador con mucha cortesía por ser conoçido desde Goa, y ser hidalgo,[168] dióle las cartas que pedía;[169] y con ellas, en compañía se sus compañeros, salió de allí camino de Bogadad [Baghdad], por algunos días antes de la yda del embaxador a Casbín; y llegado a dos jornadas de Bogadad volvióse, dejando a los compañeros, otra bez camino de Ormuz y la Yndia.[170] Lo qual, savido por el embaxador en Casbín,[171] embió tras él, y fui yo el que anduve, aunque con mucho riesgo, siendo el camino largo y lleno de soldados persianos que yban a la guerra. Y no le hallando en Espachán, despaché de allí[172] con mucha dilijencia a un hombre propio a Xiras, adonde le alcançó en compañía de un criado del capitán de Ormuz; el qual, sabiendo que a su amo le había venido ya suçesor en la fortaleza, estaba aguardando allí la respuesta de un correo adonde le avisó de cómo[173] tenía allí al hidalgo[174] portugués con cartas del embaxador, y también a un correo que con las cartas de Su Magestad[175] venía desde esta corte despachado al virrey de la India; y deteniendo allí a los dos, aguardava órdenes para saber[176] lo que

164 B omits 'al Xa'.
165 B: 'haçiendo'.
166 Those well-informed Europeans would include the Carmelite Juan Tadeo, some of the Augustinian friars, and perhaps Pietro della Valle.
167 Details of that encounter are given in *Comentarios*, vol. II, and Moraga, *Relación Breve*, fls. 3v-4r.
168 A: 'hijo de algo'.
169 The name of this duplicitous Portuguese *fidalgo* is not given by any of the Castilian sources that discuss this event – Don García, Saulisante, or Moraga.
170 B: 'otra vez bolbió para Ormuz y la Yndia'; A: 'otra bez camino de Ormuz'.
171 B omits 'por'.
172 B: 'Y no hallando en Espachán, despachó de allí', clearly inferior.
173 B: 'adonde le avisó cómo'; A: 'dándole aviso de cómo'.
174 B: 'hijo dalgo'.
175 B: 'con las cartas de el enbaxador, digo de el rey', an interesting slip suggesting oral delivery of the original version.
176 A: 'aguardando órdenes para ver'.

haría de ellos.[177] Y assí, con la fuerça de la justicia de los moros, mi hombre, que llevaba recado y órdenes para ello, cobró en la dicha ciudad de Xiras sólo las cartas de Su Magestad, quedándose el dicho fidalgo con las demás cartas que yban a los ministros y parientes y amigos del embaxador,[178] los cuales sacó de los pliegos que abrió de Su Magestad en que yban las dichas cartas, que habiéndolas escondido, no las halló la justiçia.[179] Y abisando yo luego al nuevo capitán de Ormuz de cómo en Xiras estava este criado del capitán pasado, apuntándole quién era, [y cómo] deteniéndole allí con tanta[180] libertad al correo de Su Magestad que estava con él, se havía quedado con las demás cartas del enbaxador, dándole quenta por estenso de todo lo que pasava; en esto no aprovechando nada, conforme a lo que supe después, y fue que el dicho hidalgo, con el criado del capitán pasado, después de haber tardado muchos días, se fueron a Ormuz y entregaron allí a su amo el capitán todas estas cartas;[181] el qual después, dando recado a las de Su Magestad para el virrey de la India, quedóse con las del embaxador, dando por ellas mucho dinero al portugués que se las entregó. Y después de abiertas, la enbiaba públicamente para que las viesen todas las personas con quien él se comunicava, y esto tan notorio y público que que no ay jénero de duda, porque no sólo no se recató de ello el capitán, pero hiço fiestas de ellas como si hubiese ganado una gran victoria. Y todo quanto tengo referido es puntualmente la verdad, como lo son las otras cosas semejantes o peores, publicando algunas de ellas un veneçiano mercader[182] que quiçá havía tenido mano en muchas, ganando con esto, como de sus palabras se puede conferir, mucho provecho a la amistad de çierta persona de esta corte; y este veneçiano es el correspondiente que tenían los frailes agustinos en Vagadad, como tengo referido.[183]

177 That is, a servant of Luís da Gama, who was about to be replaced by Luís de Sousa as captain of Hormuz, retained in Shiraz both the Portuguese *fidalgo* carrying Don García's letters (who had decided not to proceed towards Baghdad), and a man carrying instructions from Madrid for the viceroy in India (in 1619 this was the Count of Redondo João Coutinho, whose first action on taking over in 1617 had been to imprison his predecessor Jerónimo de Azevedo). The implication is that it might have been useful for Gama to intercept all this correspondence before he left his post and became vulnerable to a judicial process, a fate that indeed overtook him in the following months.
178 A: 'yban a los amigos y parientes del embaxador'.
179 That is, the *fidalgo* could not refuse returning the official letters addressed to king Philip, but did his best to retain Don García's private correspondence, obviously in order to spread evidence that could embarrass the Castilian.
180 A: 'conta', obvious error.
181 That is, although Saulisante wrote to the new captain (Luís de Sousa) explaining all that had happened, this was to no avail as former captain Gama's servant eventually made his way to Hormuz, and his companion the *fidalgo* was able to sell the incriminating evidence to Gama, who in turn wasted no time to publicise it. There might be an element of apology in this account, as Saulisante's decision not to proceed personally to Shiraz, relying instead on intermediaries, might have given the ambassador's enemies the time they needed. Saulisante's reluctance to give names in this context is strange as he had done otherwise earlier.
182 A omits 'veneçiano'.
183 This Venetian merchant is probably the author of the *libelo infamatorio* referred to above (see notes 34 and 162). Who his influential contact at the Spanish court was, is more difficult to establish, but Don Francisco da Gama, the count of Vidigueira and member of the anti-Castilian

Partiéndose[184] el rey de Persia al exército pocos días después, vínose a Espachan el embaxador, y allí supe como don Roberto Sirley havia echo dilijencia para que detubiera el rey al embaxador en Persia hasta ver en lo que parava su llegada a España, y de cómo Su Magestad lo reçiviría; y assí no lo despachó el persa a Don Garçía de Silva y Figueroa hasta el Agosto de mill y seyscientos y diez y nueve, al cavo de veynte y dos meses que havía que estava en Persia.[185] Y aviéndose el rey buelto desde Farabat a aquella çiudad, en todo aquel tiempo hubo el Don Garçía tres audiencias públicas, como simpre las acostumbraba a dar el rey;[186] y la última, que fue una noche que deçía[187] si quería yr el rey, la dió en el Maidano, plaça adonde, saliéndose, estavan también todos los demás embajadores que de diversos reyes e príncipes tenía en su corte: el Chauz del Turco, el embajador de los tártaros, del rey de los usbeques, el del duque de Moscovia, y otros de diversos reyes de Arabia y de la India. Y estando toda la plaça alumbrada, con número infinito de achas muchísima jente, llamó el rey en saliendo a ella[188] al embaxador antes de hablar con nadie, y

faction, is a distinct possibility. A descendant of Vasco da Gama, former viceroy in Goa at the turn of the century (1597-1600), for many years president of the Council of the Indies of Portugal (1608-1614), ally of viceroy Jerónimo de Azevedo and brother of captain Luís da Gama, he would eventually become viceroy of India for a second time (1622-1628), and indeed continued to clash with Don García in Goa as the ambassador awaited a passage back to Spain in Goa.

184 B: 'partídose'.

185 A: 'que estava en Persia hasta el Agosto de 1619, al cavo de 22 meses que havía que estava allí'. After receiving the presents, Shah Abbas did not conclude any business with Don García, obviously because the terms offered were not acceptable, and he did receive a letter from Robert Sherley describing a frosty reception in Lisbon (there was a great deal of suspicion and, at first, only the Carmelite Redempto de la Cruz was allowed to proceed to Madrid, with Sherley waiting impatiently in Portugal during the Autumn of 1617). Finally, on hearing of an Ottoman advance near Tabriz, he was forced to immediately proceed towards the military frontier, and then wintered in the Caspian, altogether keeping Don García waiting for a further year in Ispahan. Having seen a copy of Robert Sherley's letter to Shah Abbas (urging him to detain Don García) that accidentally fell into the ambassador's hands (*Comentarios*, vol. II), Saulisante seeks to shift the blame for the delay of a whole year to Robert Sherley's advice, disregarding the other circumstances. In effect, Don García's high-profile embassy had become interwoven with, and to some extent superseded by, the negotiations of the Englishman in Spain – a cause for much resentment, and possibly a certain amount of inconfessable regret too. Let us bear in mind that Don García had been criticized by Belchior dos Anjos and others for how slowly he had proceeded to the Persian court in 1617-1618, and that he had not been remiss in pouring suspicion upon Robert Shirley, when treating him liberally might have been, at least tactically, a better policy.

186 The *relación* is rather reticent when passing over the many sterile months spent by the ambassador in Ispahan awaiting the return of Shah Abbas, which only took place in June 1619. We learn from other documents (although the ambassador's own *Comentarios* offer little detail) that there were some serious tensions between the ambassador's household and the local people. Whilst it served Saulisante's purpose to pass over these things, it is nevertheless strange that no mention is made of the letters received from the Council of Portugal and sent on to Shah Abbas in Farahabad with Belchior dos Anjos.

187 B: 'que se deçía'.

188 A omits 'en saliendo a ella'.

díjole que le dijese lo que quería de parte del rey nuestro señor, u de la suya, si se le ofreçía algo. A lo qual respondió suçintamente el embaxador en presençia del padre fray Bernardo de Açevedo, el prior de la misma orden de San Agustín que residía entonces en Espachan, y también del padre frai Juan Tadeo de San Eliseo, carmelita descalço, de quien muestra el rey haçer alguna confiança; dijo que de parte de Su Magestad lo que pedía era lo mesmo que le havía dicho otras veçes, y de la suya no le suplicava nada mas de[189] encargarle y suplicarle por la conservación de los religiosos que quedavan en su estado. A esto último respondió luego que los faboreçería, y diçiéndole el embaxador que llamase a una persona suya de las de más confiança y que le siguiese, llamó al padre frai Juan Tadeo, el carmelita descalço; y apartándose de toda la demás jente y en la misma plaça (que es grandísima) un gran trecho, sentóse en el suelo, mandando al embajador que se sentase con él, que assí lo suele haçer de hordinario, quedando en pie el intérprete, que fue la persona de confiança que llamó el embaxador.[190] Y en compañía del padre carmelita estuvieron hablando gran rato. Después de los muchos cumplimientos que el rey hiço al embaxador, tratóse de las materias que siempre, que fue lo más sustançial de ello lo de la restitución de lo usurpado al reyno de Ormuz,[191] y de que no consintiese el rey a los ingleses ni otros estranjeros en sus reinos, no dando el rey a esto último ninguna respuesta, antes huyendo y baraxando con otros la tal plática; respondió con más modestia, aunque con simples y disimuladas raçones, en lo de la restitución, diçiendo: "qué se le da al rey de España mi hermano de que tenga lo que yo he tomado de aquel reyno que es de un moro como yo, y así, moro por moro, mejor soy yo".[192] Encareçía con esto la amistad que tenía con Su Magestad. Respondióle el embajador que el rey de Ormuz era vasallo del rey nuestro señor, y que Su Magestad no permitiría que nadie le ocupase su Estado, teniendo obligación de ampararle y defenderle, que assí le suplicava que se diese y buscase algún medio para que quedase ésto en forma que estubiese bién para él y Su Magestad, pues en conformidad de la aliança y amistad, Su Magestad le haçía mucho serviçio divirtiendo las fuerças del Turco su enemigo con las armadas que de contínuo tiene a sus daños en el mar Mediterráneo, y pues se le ofreçía al rey de Persia[193] tan buena ocasión como hera lo que se havía

189 A: 'sinó'.

190 This interpreter was Domingo Rodriguez, a man from Hormuz. Hence Saulisante was not present in the actual audience, but must be reporting what Don García told him subsequently, or perhaps what he had asked him to write down. The level of detail provided suggests a great deal of trust between the two men. The *Comentarios* (vol. II, pp. 407-411) provide a fuller version of this last audience, which took place in the 2nd of August of 1619. Pietro della Valle, who must have learnt everything from Juan Tadeo, offers an account which is entirely consistent (*Viaggi di Pietro della Valle*, vol. II, pp. 44-46).

191 A: 'rey de Ormuz'.

192 A crude paraphrase of the words of Shah Abbas. The *Comentarios*, vol. II, p. 410, offer a more nuanced wording: 'que al rey de España su hermano no le importava nada que él poseyese aquellas islas y fortalezas o que las tuviese el rey de Ormuz, pues siendo ambos mahometanos, el otro era Suní, y por esto de ley más enemiga de los francos que la suya'.

193 B: 'rey de España', obviously an error.

publicado[194] de la gruesa armada que Su Magestad haçía para el África, no la perdiese, pues no tendría otra semejante siempre que quisiese, y respondió[195] siempre al rey las mesmas y semejantes raçones.

Vino a concluir lo último[196] que quando Su Magestad del rey nuestro señor se resolviese de haçer guerra al Turco, de veras él se la haría también de su parte muy exausta. Y esto me pareçe a mi que fue cumplimiento, porque no puede ni hará nunca el rey de Persia guerra al Turco si no es defendiéndose, no teniendo fuerças ni jentes bastantes para poderle entrar el país [y] haber dél[197] progresos de consideraçión, si no fuese quando estuviese muy ocupado el Turco en otras partes de su señorío, muy lejos de aquellas fronteras. Por que aunque el Persa pondrá en campo çien mill hombres, de guerra destos si no son sino los treinta mill, que éstos es toda[198] jente muy valerosa; es toda la demás jente bisoña, miserable, de poco momento; quanto más que no gastando de ordinario el rey de Persia nada de su thesoro, que es muy grande, en las guerras que se ofreçen, mas demanda proveer los mantenimientos en sus estados y los príncipes y demás vasallos poderosos, que con sus súbditos y rentas haçen y pagan los exércitos, parece que no los tendrá tan prontos para lo que es salir del señorío persiano, siendo en tal uso diferente la guerra y gastos de ella.[199] Ni al Xa le estaría bien ésto, el qual con quemar e despoblar mucho distrito[200] de sus fronteras por donde entra el Turco, defiéndese de sus poderosísimos[201] exércitos, retirándose[202] y entreteniéndoles hasta ponerlos en pasos apretados por donde se le ofrezca poder acometerlos con grandísima instançia y ventaja suya y de sus soldados; y assí le consume, con estos[203] y semejantes ardides, exércitos quanto más poderosos mejor, hasta ponerlos en el invierno, que por ser riguroso en aquellas partes, y faltarles los mantenimientos, les aconteçe hallarse en grandes aprietos y desastres.[204] Y son oy tan pocas las fuerças del persiano para con el Turco, teniendo los

194 A: 'platicado'.
195 B: 'respondiendo'.
196 A: 'conducillo últimamente'.
197 Both manuscripts unclear. B: 'aber bel'; A: 'abreul'.
198 A: 'de guerra destos si no son 30 M. Ésta es toda…'
199 Saulisante distinguishes the quality of the professional core of the army, of some 30,000 men, from the remainder, and analyses the prebendal and de-centralized system of military provision, in order to conclude that the Persians could only fight a defensive war within Iranian territory, but not launch any major attack upon the Ottomans (beyond the frontiers in Iraq and Armenia, it must be assumed). The aim of the argument is to downplay the potential of a military alliance with Shah Abbas.
200 A: 'distinto', makes little sense.
201 B: 'defendiéndose de sus grandísimos exérçitos'.
202 A: 'retirándolos'.
203 B: 'ésto'.
204 Saulisante is describing the campaigns of 1616 and 1618, when the Persians successfully harassed the Ottomans and relied on the harsh winter in order to defend Erivan and Tabriz (although in 1618 Shah Abbas also benefited from the initiative of his general Qarachaqay Beg, an Armenian *ghulam* who destroyed the Ottoman vanguard). Ravaging the countryside was in any case an essential Safavid tactic against the Ottomans. After taking Tabriz by surprise and advancing into Armenia, in 1604 Shah Abbas had famously defended himself from an Ottoman reaction by devastating the countryside and transferring much of the Christian population to Iran, thus denying the enemy army the supplies it would need. It would be wrong however to suggest that he risked no major battles – the following year he won a crucial victory in Sufiyan.

veçinos de Bogadad a Babilonia muy devotos de la corona persiana, cuyos vasallos an sido en otros tiempos, [que] combidan cada día aquel rey ofreciéndose entregarse;[205] lo qual, por ser el paso de todas las mercaderías que vienen de Persia y también de todas las drogas, espeçerías y otras mercaderías de la India [que] por el camino de Baçora y río Tigris traen a la Arabia y a la Turquía, recaen allí todos estos derechos y le valen tanto al Turco, que es con lo que sustenta los presidios y todos los soldados, con otros gastos que tiene en aquellas fronteras; demás de ser la çiudad, que es çercada, de hermosísimos muros con sus fosos, y [ser] toda aquella provincia de las mejores que he visto en todo este camino, tanto por la fertilidad de esta tierra como por su disposiçión, como por la comodidad[206] de la navegaçión del río Tigris, que, siendo hermosísimo, y pasando por una parte a raíz de los muros de la çiudad [que] entre ella y los arabales ay, con hermosa prespectura, de otra comodidad por[207] la navegación, viniendo a la çiudad, demás de muchas mercaderías, mucho regalo de frutas y mantenimientos.[208] Y assí es toda ella hermoso jardín, y lo fuera más si la jente, que es en esto poco yndustriosa,[209] la cultivara también[210] como en Europa. Y siendo esto assí, y constándole todo al rey de Persia, nunca ha intentado ni tratado haçer[211] esta impresa, que le fuera muy fáçil si se atreviera a sustentarla, teniendo en el Joristán[212] [Georgia], que son[213] fortaleças del Turco, a los jorjianos o jorgistas,[214] que en otro tiempo le avían sido de grande ayuda en la guerra, siendo jente mucha y muy valerosa.[215] Y todo su país de ellos, que es grande mas

205 Saulisante never finishes the sentence in its proper place. The intended meaning is that Shah Abbas would have local support for taking Baghdad, with huge potential profit, but is missing the opportunity because his forces are insufficient. Hence 'Y son oy tan pocas las fuerças del persiano para con el Turco, [que aún] teniendo [a] los vecinos de Bagadad muy devotos... [que] combidan cada día [a] aquel rey ofreciéndose entregarse... nunca ha intentado ni tratado hacer esta empresa'.
206 A: 'comunidad'.
207 A: 'comonidad para'.
208 Saulisante forgets to add that besides being commercially profitable, the capture of Baghdad would allow the Safavid king to visit many famous Shiite shrines. Saulisante's political judgment concerning the offensive weakness of Shah Abbas in Mesopotamia was of course soon proved wrong, as in January 1624 Shah Abbas would capture the city, exploiting a local rebellion led by the chief of police and the janissaries (provoked, in turn, by a dynastic crisis in Istanbul). Moreover, he would defend Baghdad very successfully in 1626.
209 This sentence garbled in A: 'muy industriados'.
210 'También' in both manuscripts, but 'tan bien' might be intended.
211 A: 'nunca haia intentado haçer', requiring an additional verb, such as: 'es de admirar que nunca haia…'
212 A: 'Jorjusitán'.
213 A omits 'que son'.
214 A: 'gergianos o gergistas'.
215 The argument is not fully clear, as Saulisante moves from the idea that it is surprising that the Shah has not tried to take Baghdad, a tempting target, to an analysis of the situation in Georgia,

fértil y abundante de bitualla, balos el persa destruiendo[216] con grandísima crueldad, quemándoles los lugares y cautivándoles las mujeres y jentes más principales, entre los quales son la mujer[217] y hijos del rey, con otros muchos de diversos príncipes; lo qual es bastante a poner en un día al Persa en alguna contingencia, pudiéndole venir de allá[218] mucho mal.[219] Y una de las cosas que más me admira es que nunca el Turco ni sus capitanes de exércitos se hayan hasta agora valido de tan buena ocasión, siendo los jeorgianos jente belicosa y bengativa, y no les faltará aquel día ocasión, aunque el Persa procura acavarlos de todo punto, despoblando aquella provincia y sirviéndose dellos por esclavos; y llevando consigo muchos a la guerra, los a hecho renegar, y assí los tiene señalados[220] a estos sueldo que les corre de contínuo, y lo pagan diversos prínçipes persianos, en cuyas tierras los tiene el rey con mucha astuçia, cuidado y maña esparçidos para asegurarse de ellos con esta división; mas son tantos oy que es casi la mitad de sus *catelvajes*, que son el miembro de su exército.[221] Y siendo este rey bárbaro muy astuto, y muy indignado a malos, y teniendo conoçida la flaqueça de sus fuerças para con el Turco, contentándose con lo que a cobrado (que lo havia perdido su padre y abuelo),[222] me a pareçido a mi, con lo poco que alcanço, que procura sólo lo que tiene, defendiéndose del Turco con sus estratajemas, y estendiendo su thesoro por otras partes y ofendiendo a otros veçinos, usurpando dellos lo que pudiere en las partes más flacas.[223]

where he ends up saying almost the opposite, that is, that Shah Abbas has become very vulnerable there, something the Turk could exploit. His guiding idea was that Shah Abbas was too weak to try anything serious against the Ottomans. Although he was wrong about this, Saulisante was correct in suggesting that the fluid situations in Mesopotamia and Georgia were likely to interact.

216 B: 'hálos el persa destribuido', possible also if referring to the dispersion of the population.

217 A omits 'y jentes más principales, entre los quales son la mujer'.

218 A: 'della', also possible.

219 The hard-line policies of Shah Abbas towards the Christian Georgians, often involving forced conversions, had provoked a rebellion led by prince Taimuras in 1616, and Shah Abbas reacted with further massacres and deportations (as well as famously imprisoning Taimuras's mother, the still beautiful princess Ketevan, who had been sent as envoy). A few years later, in 1625, a new Georgian rebellion proved even more dangerous, and it is symptomatic that the frustrated Ottomans sought to exploit it in order to try to re-capture Baghdad, albeit with little success. On this occasion Shah Abbas was forced to compromise with the rebels. Interest in the Georgian situation grew in Rome during these years, in part thanks to the detailed report prepared by Pietro della Valle on his return to Europe, and a mission of Theatines was sent by the *Propaganda Fide*.

220 B: 'todos señalados'.

221 Saulisante is referring to the *ghulams*. The policy of enslaving Georgian boys and youths (but also Armenians and Circassians), enforcing their conversion, and transforming them into a service elite at the command of the Shah and the other princes (whilst the women, noted for their beauty, filled their harems), was long-standing in Safavid Iran, and may be compared to the Ottoman policy in the Balkans to generate the janissaries. Shah Abbas was responsible for expanding these *ghulam* forces, but also for quasi-genocidal policies in Georgia. The short-term policies were exploitative, the long-term aim was to assimilate these peoples, ethnically and culturally, into a great Islamic Iran.

222 B: 'prínçipe y abuelo'; A: 'padre y aquelo'.

Después de haber tenido el rey de Persia la última audiençia la plática con el embaxador de la manera que tengo referida, de allí a pocos días, procurándolo assí el embaxador, le dió liçençia para que se fuese a Ormuz, adonde aguardaría la respuesta del rey y a un moro que se llamava Caya Sultán, el qual nombró por embaxador del rey nuestro señor, publicando que lo enbiaría luego con un gran presente para que, en compañía de Don Garçía de Silva y Figueroa, viniese con su embaxada a esta corte. Y con esto, despedido del rey, salió Don Garçía algunos días después para yr a Ormuz,[224] sin otra respuesta más de lo que tengo dicho aquí. De lo qual se puede inferir las artes con que entretiene este rey hasta haçer su negocio, por falso o por nefas. Y de la instabilidad de este rey, y de su mal ánimo y su mal disimulada intençión, dió más clara muestra después de la partida del embaxador, porque habiendo llegado Don Garçía de Silva tres jornadas de Jiras, topó en el camino un criado que era entonçes del capitán de Ormuz,[225] que venía despachado con las cartas de Su Magestad para el mismo embaxador, y venía con ellas otra para el rey de Persia, y para el mismo otra de su embaxador el Don Roverto Sirley con los avisos de lo que Su Magestad tenía conçedido con mucha liveralidad[226] y grandeça, siendo todo muy en provecho del rey de Persia, y esto del contrato de la seda, y enbiar Su Magestad al estrecho del Mar Rojo en la India una armada para ympedir el trato y comerçio que tiene por aquellas partes, como el Don Roberto Sirley embaxador de Persia lo había propuesto y procurado en nombre de aquel rey, y acavado[227] con Su Magestad.[228] Y también venía en dichas cartas otra comisión para que Don Garçía pudiese más fáçilmente concluir[229] con el rey de Persia de la restituçión de lo usurpado en el reino de Ormuz, en cumplimiento de lo qual, visto Don Garçía que era cosa deplorada tratar más al rey de Persia sobre esta materia por lo poco que encubría su mala intençión, teniendo puestos los ojos en lo que queda de aquel reyno, enbió el mesmo criado del capitán con las dichas cartas que venían para el rey, escriviéndole assí mismo otra, y dirijiólas al padre frai Juan Tadeo el carmelita, a quien escrivió que las

223 Saulisante's conclusion amounts to belittling the military capacity of Shah Abbas against the Ottomans, in order to support Don García judgment that there was no point in continuing with further negotiations: the whole dream of an anti-Ottoman alliance was flawed (hence it was not the ambassador's fault that his negotiations had been so fruitless, when not actively counterproductive).

224 B omits 'para yr'

225 This servant was called João Carvalho Mascarenhas.

226 B: 'livertad'.

227 A: 'acavádolo'.

228 The agreement reached with the hitherto suspect Robert Sherley, and which Saulisante considered so liberal, was in fact received with contempt by Shah Abbas. This in turn confirmed the view of Don García that the Persian ruler had been negotiating in bad faith (hence the Castilian ambassador wasted no time returning to Ispahan). It was of course implicit in this hard-line negotiating position that the proposal from Madrid should be described as liberal, and that Don García's decision to continue towards Hormuz could be justified retrospectively.

229 A: 'conduçir'.

presentase al rey, tratándole sobre la tal materia lo que Su Magestad mandaba. Y embióle assimismo una copia disfrazada de la carta que había reçivido de Su Magestad, reservando sólo la comisión secreta. Haçiéndolo assí el carmelita de la presença del mismo hombre, criado del capitán, que venía con las cartas; y diçiéndole al rey de como, en cumplimiento de lo concluido aquí con su embaxador, enbiaba el rey nuestro señor esta armada al Mar Rojo, repondió que mejor le estava a él y a sus vasallos enbiar las sedas a Constantinopla, pues tenía hechas las paçes con el Turco, y que assí no tenía menester la dicha armada. Y con esto, conforme se supo, rompió la carta de Su Magestad con más cólera que respeto, antes yo creo le debió de pesar mucho que Su Magestad enbiase esta armada.[230]

Al tiempo que yo salí de Ormuz, que fue a treçe de Febrero próximo pasado, [la armada] no había llegado[231] aún a la India; bien es verdad que se fue quedando[232] para el mes de Mayo siguiente, porque habían venido nuevas de cómo habían llegado a Monbaça o Moncabique,[233] y así la estavan aguardando, como digo.[234] Y será bien menester, según el estado de las cosas de ella, pues de la India no se savía entonçes en Ormuz más de la confusión que allí había con la muerte del conde de Redondo su virrey, [si] no habría alguna discordia de el nuevo governador.[235] Mas lo que es más çierto de esto de la India venía en las cartas que de allá y de Ormuz traía un lego de San Françisco que se llamava Françisco la Oroyola,[236] de nación italiano, que llegó aquí algunos días antes que yo para el Consejo de Portugal, y trayendo también este lego un pliego del embaxador para Su Magestad y Consejo de Estado.[237] No se save lo que a entregado, aunque es çierto yo lo sé[238] que lo trajo, por-

230 Shah Abbas's angry reaction to the letters could only have been learnt subsequently by the Spanish, possibly when already in Hormuz. As is made clear by della Valle (*Viaggi di Pietro della Valle*, vol. II, pp. 62-68), this only happened in October 4, after the letters had been translated, that is, a full month after Don García had sent them to Juan Tadeo, who in turn presented them to the king on Setember 13th. Shah Abbas's action of ripping Don García's letter in public (but not the one from Philip III, as asserted by Saulisante) may have been intended for local dramatic effect, as no Europeans were present. Of course, the reason why the news of the armada would not have been to the shah's liking had to do with the prospect of a Persian attack on Hormuz, an idea to which Saulisante, quite rightly, constantly alludes to.

231 B: 'benido'.

232 A: 'se detuvo dando'.

233 B: 'Monbaza o Moncanbique'.

234 Effectively, the armada led by Rui Freire de Andrade, which had left Lisbon in April 1619, only reached Hormuz in June 1620, and with only three out of five original ships.

235 The unexpected death of the count of Redondo, João Coutinho, after only two years in office (1617-1619), opened an internal succession, a mechanism which sometimes created resistance. He was succeeded by Fernão de Albuquerque (1619-1622), who was governor until the arrival in India of Francisco da Gama, count of Vidigueira.

236 A: 'un lego de San Francisco, Carroyola'. His name was fray Nicolás, according to Don García.

237 It was usual to send several copies of the same letters and reports, so that if some were lost the others would reach their destination, hence, finding himself stuck in Hormuz, Don García employed the Genoese Oroyola/Carroyola, and a few weeks later his own secretary Saulisante, to send letters by land (the quickest method) in February 1620.

238 B: 'y oýdose', also possible.

que demás de haberlo visto yo en Ormuz[239] cuando el embaxador se lo entregó, saliendo pues este lego de allí algunos días antes que yo, alcançéle después que estava preso en Persia por las guardas del rey había más de veinte días, haviéndose entretenido en el camino, y abiendo llegado para librarle de esta prisión con los demás que llevaba consigo, hablando para esto al rey de Persia, y llevando cartas dél conmigo para que me dejasen pasar. Más adelante lo libré de unos ladrones que salieron al camino, haçiéndole assimismo a este lego otros mucho serviçios, y toda la amistad y buena compañía que yo pude; y ansí víle al dicho lego los pliegos en el discurso del camino por muchas veçes. Pagándome él después muy mal a todo lo que tenía hecho por él; y entre otras cosas, en Alepo que es en la Soria [Syria] me puso en grande aprieto con su hablar, aunque no puedo creer sino que fue por ignorancia, de modo que me prendieron allí diçiendo que yo era espía del rey nuestro señor. Aunque salí de ello con la vida, costóme el dinero que traía, sobre haber sido yo robado algunos días antes entre Persia y Babilonia, como también lo he sido [por] segunda vez acá en España, en el reino de Aragón, y de todo esto tengo testimonio por ante escrivano.[240]

Y porque en estas relaçiones apunto algunas cosas las quales, una parte por modestia, otra por ser más breve, aguardo a mejor ocasión, y una de las que no hubiera querido hablar en ello si no fuera por pareçerme deberlo ansí al serviçio de Dios, es açerca de los religiosos que residen en Persia, de los quales no dejaré de advertir que, siendo muy a gloria de Dios que los sustenta allá en medio[241] de aquella morisma cosa adonde se hagan consideradamente sacrifiçios a Dios nuestro señor, buelvo a deçir que es muy neçesario advertir que los tales religiosos sean de vida muy exemplar, y que la libertad que ay en Persia no les enpeça [entorpezca] el fin a que son enbiados, que es sólo a la viña del señor, y no otra cosa ni interés; y es oy muy forçoso que se repare en esto, porque podría naçer de aquí mucho escándalo y menospreçio de la religión christiana en aquellos infieles;[242] y aunque de los que oy asisten allí quiçá no será menester deçir esto, pues son de mucha educaçión algunos, y particularmente los carmelitas descalços, que son muy amados y estimados de todas las naçiones que allí ay, que con esto descargo mi conçiençia.[243]

Otras diversas cosas que se me ofreçen, y[244] algunos avisos açerca de poner algún remedio a lo que tanto es menester, déjolo para quando. Y advierto que soy testigo[245]

239 A: 'Hormuz', but Ormuz is the most usual spelling in both manuscripts.

240 The kingdom of Aragon, especially in the frontiers with Catalonia, was notorious for banditry in this period.

241 A: 'haya en miedo'. Perhaps one has to read: 'siendo muy a gloria de Dios (que los sustenta) que haya en medio de aquella morisma casa donde se hagan…'

242 Saulisante is not explicit about what the scandals could be, but is seems likely that he is concerned with the friars' involvement in overtly political and commercial activities (rather than sexual ones).

243 By implication, it is the Portuguese Augustinians whose standards of education and moral behaviour are criticized.

244 B: 'ay'.

de vista, y con çelo y curiosidad [he] observado[246] todo quanto aquí e referido, en lo qual suplico a Vuesa Magestad y a su Real Consejo de Estado reçivan la buena voluntad i intençión con la qual, como ignorante, habré podido herrar, aunque todo quanto he dicho es puntualmente la verdad.

245 B: 'testimonio'.
246 B: 'observando'.

García de Silva y Figueroa e o contexto da sua passagem por Lisboa

JOSÉ MANUEL GARCIA *

García de Silva y Figueroa foi parco nas referências que fez a Lisboa depois de por aí passar em 1614, pois para ele a cidade foi apenas o porto de embarque para a viagem que lhe iria permitir a realização da sua missão à Pérsia.[1]

Desde os inícios de Março de 1614 que os tripulantes das cinco naus da carreira da Índia ancoradas no "rio de Lisboa" prontas para zarpar viveram momentos de grande ansiedade e inquietação, devido aos ventos Sul e Sudoeste, acompanhados de chuva, que então impediam a saída da barra. No decorrer dessa longa espera chegou mesmo a recear-se que não pudessem partir, repetindo assim o malogro da armada do ano anterior, que tivera de arribar. A 5 de Abril de 1614, contudo, o vento Norte surgiu e logo o capitão-mor da armada, D. Manuel Coutinho, certamente por conselho do experiente piloto Gaspar Ferreira Reimão, deu ordem para que da nau capitania, a *Nossa Senhora da Luz*, se disparassem duas peças da artilharia, o que constituía o sinal para mandar embarcar aqueles que ainda permaneciam na cidade.

O embarque dos tripulantes realizou-se de imediato mas ainda assim o vento Sudoeste voltou a ameaçar a manobra da partida, pelo que esta só foi retomada na noite de 7 de Abril, em que reapareceu o vento de Nor-Nordeste e Norte, levando a que se recobrasse a esperança de sair no dia seguinte, como de facto veio a acontecer. Três das cinco naus da armada – a *Nossa Senhora da Luz*, a *Nossa Senhora dos Remédios* e a *Nossa Senhora de Guadalupe* – estavam então fundeadas frente ao sítio de São Paulo, em posição que seria próxima do local onde actualmente atracam os cacilheiros no aterrado Cais do Sodré. Foi pelas 8 da manhã dessa terça-feira 8 de Abril de 1614 que aquelas naus saíram dali, ainda que por o vento ser fraco tivessem de ser rebocadas por galés até conseguirem sair da barra do Tejo. As outras duas naus da armada – a *São Boaventura* e a *São Filipe* – ainda tiveram de ficar surtas em frente a Belém, com a intenção de saírem no dia seguinte, quando estivessem disponíveis as

* Gabinete de Estudos Olisiponenses, Lisboa.
1 *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa [...]*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, pp. 1-3.

galés para serem igualmente rebocadas, o que só viria a acontecer no dia 10 de Abril, segundo o registo de várias relações de armadas e o testemunho de António Bocarro, que chegou a dar esse dia como sendo o da partida da armada,[2] tendo também registado que "de mais de três mil soldados que se embarcaram em Lisboa nestas cinco naus, não chegaram à Índia mil e quinhentos".[3]

Ao entardecer do dia 8 de Abril o vento Noroeste tornou possível que as três naus que já estavam fora da barra rumassem a Su-sudoeste, registando então Figueroa a admiração que sentiu ao ver "as altas e formosas montanhas de Sintra", a que se seguiu a surpresa de uma apressada chegada nocturna de "alguns barcos à capitania com muitos que tinham ficado em terra, que com muito trabalho e perigo puderam apanhar a nau".

Figueroa ao deixar Lisboa tinha consciência de que os portugueses estavam desagradados com a sua situação, pois sendo ele castelhano achavam mal que tivesse sido o escolhido por Filipe III de Espanha para dirigir uma missão diplomática no âmbito da esfera do Estado da Índia, que pertencia ao governo exclusivo dos portugueses. O diplomata terá preferido menosprezar tal contrariedade e não se lhe refere, apesar da tensão face à sua pessoa ter sido afirmada peremptoriamente numa *Relacion de la embaxada que hiço en Persia Don Garcia de Silva y Figueroa*, em que depois de se aludir a que o vice-rei do Estado da Índia mostrou reservas relativamente ao prosseguimento da sua jornada como embaixador se afirmava: "como também se conheceu isto aqui em Espanha antes da partida do dito embaixador, não vendo bem a nação portuguesa que se enviasse esta embaixada à Pérsia pela coroa de Castela".[4] O próprio Figueroa acabou por patentear nos seus *Comentarios* as dificuldades por que passou perante a "*Mala voluntad de los portugueses á las cosas de España*",[5] pois estes não queriam ser de qualquer forma confundidos com os espanhóis já que "*quando se offrecia nombrar à sua Magestad Catholica, no dezian rey de España, sino rey de Portugal, como lo hazen em todas las ocasiones otras en que se offreçia nombrallo*" e que " [...] *no solo aborreçen la union con la monarchia de España, pero por ningun caso quieren nombrarse ni ser tenidos por españoles*".[6] Verificamos assim as dificuldades da missão de Figueroa, fidalgo que sublinhava a sua condição de primeiro "*Enbaxador de España*" ao Xá Abbas, um monarca que ia desiludindo cada vez mais os portugueses da época e que o classificariam como um muçulmano ambicioso pautado pelo cinismo, o oportunismo, a ganância e a hipocrisia. O desfecho do processo diplomático que então estava em curso acabou em 1622 com a tomada de Ormuz pelos persas, graças à decisiva e igualmente hipócrita atitude dos ingleses, que, sedentos de benefícios económicos, atraiçoaram os seus alegadamente "tradicionais" aliados portugueses.

2 António Bocarro, *Década XIII da História da Índia*, ed. Rodrigo José de Lima Felner (Lisboa, 1876), p. 324.

3 Bocarro, *Década XIII*, p. 326.

4 Traduzimos esta passagem do texto publicado em *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. António da Silva Rego (5 vols., Lisboa, 1960-1975), vol. I, p. 139. De assinalar ainda como fonte da viagem de Figueroa uma relação manuscrita que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, cod. 580, sobre a qual escreveu Manuel Ruela Pombo em *União Ibérica: Oriente (1613-1626): subsídios históricos* (Lisboa, 1957), sendo de registar o interesse deste autor pela história desta embaixada.

5 *Comentarios*, vol. II, p. 357.

6 *Comentarios*, vol. II, pp. 360-361.

A já referida má vontade dos orgulhosos portugueses relativamente à embaixada de Figueroa também esteve patente em posições assumidas por Frei António Gouveia, homem experiente nas coisas da Pérsia e que em 1610 estivera em Lisboa e Madrid a tratar de uma embaixada em que acalentou a vã esperança de uma aliança com os persas, no sentido de se combater um inimigo comum como eram os turcos.[7]

Filipe III de Espanha ao decidir enviar a pomposa missão de Figueroa estava então preocupado com a armada em que ele ia embarcar, como se verifica pela carta que a 25 de Fevereiro de 1614 enviou a D. Nuno Álvaro de Portugal, então presidente da Câmara municipal de Lisboa,[8] que tinha por vereadores Fernando Aires de Almeida, Francisco da Fonseca, Gonçalo de Faria e Simão Vale.[9] Nessa carta o rei pedia que a Câmara realizasse todas as diligências possíveis no sentido de minimizar os prejuízos que a fazenda tivera de acarretar com a arribada da armada da Índia do ano anterior, pelo que se deveria evitar que o mesmo pudesse acontecer com aquela que nesse ano "há-de ir à Índia", enquanto se deveria diligenciar na venda da pimenta que viera em duas naus.

Como já observámos, as naus de 1614 acabaram por partir tardiamente para a Índia a 8 e 10 de Abril tendo sido pouco mais de dois meses depois desse acontecimento, a 18 de Junho de 1614, que o rei escreveu uma nova carta ao presidente da vereação da Câmara com a indicação de ter dado o cargo de vice-rei de Portugal ao arcebispo Dom Frei Aleixo de Meneses, agostinho que viera da Índia a 10 de Julho de 1611.[10] A 16 de Julho de 1614, o rei enviou mais uma carta a solicitar a atenção do presidente da Câmara para um assunto que classificou de "tão importante a meu serviço e ao bem comum dos moradores dessa cidade e de todos os vassalos e naturais desse reino". Tratava-se mais uma vez da sua viagem a Lisboa que desde há alguns anos se vinha tentando planear, como o denuncia a resposta que a Câmara logo lhe enviou a

7 Sobre esta missão, ver o que escrevemos em "Pedro Teixeira et Fr. António de Gouveia: leurs intérêts pour la Perse", in *Revisiting Hormuz: Portuguese interactions in the Persian Gulf region in the early modern period*, ed. Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (Wiesbaden, 2008), pp. 205-215.

8 Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa* (17 vols., Lisboa, 1882-1911), vol. II, pp. 333-334.

9 *A evolução municipal de Lisboa* (Lisboa, 1996), p. 74.

10 Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. II, pp. 374-375.

26 de Julho de 1614.[11] Neste documento esclarecia-se o empenho na realização da prometida visita e que o assunto havia sido tratado com o vice-rei, tal como a delicada questão que lhe estava subjacente: a da muito elevada quantia que para esse efeito o rei queria receber dos portugueses. A cidade estava à espera dessa presença sucessivamente adiada e declarava com toda a clareza o interesse que nela tinha porque "havia de resultar fazer-lhe vossa majestade de lhe mandar guardar os seus privilégios e outras mercês que esperamos da grandeza e cristandade de vossa majestade", alimentando assim a esperança de benefício, face aos sacrifícios que estavam a fazer e não deveriam ser ludibriados, sob pena da grave e danosa desilusão que daí se seguiria.

A necessidade do rei ir a Portugal era tanto mais premente em 1614 quanto nos anos anteriores a posição dos lisboetas face a Filipe II de Portugal começara a patentear desagrado ao verem que desde 1606 Madrid assumira o estatuto de capital da Península Ibérica.[12] Foi nesse ambiente que Pêro Roiz Soares recordou que a 31 de Janeiro de 1608, "estando D. Cristóvão de Moura em Madrid tornaram a mandar por viso-rei a este reino e entrou [...] nesta cidade, mas não com as festas que lhe fizeram da primeira vez".[13] Este fidalgo fora um dos principais obreiros da ascensão ao trono português de Filipe II de Espanha e mandara fazer em 1585 um grande palácio conhecido por Palácio Corte Real no Corpo Santo, frente à Ribeira das Naus e ao Paço da Ribeira, com o qual concorria em grandeza. Este conjunto arquitectónico monumental terá sido o que mais impressionou Figueroa (cf. Figura 1).

D. Cristóvão de Moura voltou a partir para Madrid a 10 de Fevereiro de 1612 e em seu lugar ficou a governar D. Pedro de Castilho, inquisidor-mor. O vice-rei acabou por falecer em Madrid a 26 de Dezembro de 1613, tendo então sido substituído por D. Frei Aleixo de Meneses, que entretanto também tinha ido a Madrid, voltando a Lisboa a 6 de Julho de 1614 e mantendo-se no governo até Julho de 1615. Nesta altura foi nomeado para o cargo de vice-rei de Portugal D. Diogo da Silva e Mendonça, conde de Salinas, ficando interinamente no cargo D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa. Perante a nomeação do conde de Salinas, a Câmara de Lisboa apresentou o seu protesto indignado em carta enviada ao rei a 7 de Setembro de 1615, alegando que tal fidalgo por ser castelhano não deveria ocupar tal cargo e voltava a exigir a corte em Lisboa.[14] Em 1616, o conde de Salinas passou a ter o título de marquês de Alenquer e no ano seguinte foi para Portugal, levando a que o presidente

11 Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. II, pp. 335-336.
12 Sobre a Lisboa seiscentista e a sua iconografia, ver o que escrevemos em *Lisboa do século XVII "a mais deliciosa terra do Mundo": Imagens e textos nos quatrocentos anos do nascimento do padre António Vieira* (Lisboa, 2008); e sobre a conjuntura considerada, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (17 vols., Lisboa, 1977-2007), vol. IV, pp. 70-91.
13 *Memorial de Pêro Roiz Soares*, ed. M. Lopes de Almeida (Coimbra, 1953), p. 403.
14 Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. II, pp. 351-354.

da Câmara de Lisboa, D. Nuno Álvares de Portugal, acabasse por se demitir das funções que desempenhava.[15]

Por estes anos Lisboa desejava voltar a ser a sede da corte como compensação da perda do protagonismo que gozara até 1580 e para ultrapassar as dificuldades conjunturais que então se sentiam no império português. O soberbo torreão apalaçado que Filipe I de Portugal mandou construir para substituir a torre manuelina erguida em 1508 passou a ser um símbolo de poder na Lisboa Filipina, cidade que exigia a presença do rei, sem a qual dificilmente se poderia esbater a forte rivalidade luso-espanhola que aí se fazia sentir (cf. Figura 2). Figueroa ao deixar Lisboa rumo a essa outra Lisboa que os portugueses haviam erguido em Goa, teria necessariamente de sentir as aspirações da capital portuguesa a um papel mais importante nos impérios ibéricos. O embaixador poderia até ter lido em Lisboa, senão mesmo em Madrid, onde o rei tinha um exemplar, o livro que Luís Mendes de Vasconcelos publicara com o título *Do sítio de Lisboa: Diálogos*, obra que teve as suas primeiras aprovações para impressão a 4 de Novembro de 1607 e as licenças finais em 5 de Março de 1608.[16] O principal objectivo deste autor consistia em alterar a recente decisão de Filipe III de Espanha em declarar Madrid sede da corte, pois considerava que tal situação deveria recair sobre Lisboa, por ser mais adequada ao estatuto de capital dos impérios que dirigia. Com efeito e logo no prólogo aos "leitores", entre os quais se esperava ter o próprio rei, realçava-se a importância geo-estratégica de tal opção, que era justificada da seguinte forma:

> [...] porque, entendendo quanto convém a esta monarquia voltar sua majestade todo o seu entendimento às coisas do mar; e que todas se farão melhor com a sua presença; e que esta cidade com ela receberá grandíssima utilidade (pois, quando não tiver outra basta a de servir o seu Príncipe aonde ele veja o seu fidelíssimo ânimo): pareceu-me que seria coisa utilíssima mostrar como a cidade de Lisboa é mais apta para as coisas do mar, a respeito desta monarquia, que outra alguma, e que nela terá abundantemente a corte de sua majestade não só tudo o que para sustento comum é necessário, mas as mais preciosas coisas do Mundo, e el-rei as melhores recreações que se podem desejar: para que por todas estas razões se reconheça que esta cidade é mais digna que todas, da sua assistência[17].

Para Luís Mendes de Vasconcelos a posição de eleição de Lisboa era resultado da própria Providência divina, que a talhara para os mais altos desígnios, afirmando nesse sentido que:

15 Serrão, *História de Portugal*, vol. IV, p. 85.
16 Luís Mendes de Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, ed. José Felicidade Alves (Lisboa, 1990).
17 Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa,* p. 23.

> [...] não posso deixar de me persuadir que com particular providência Sua criasse este sítio, para nele se levantar a cabeça do império, a qual não pode estar senão em uma cidade copiosíssima de habitadores, e essa é impossível sustentar-se sem ter abundantemente todas estas cousas referidas.[18]

Depois de extensas considerações centradas nas vantagens das suas boas condições de salubridade, abastecimento e defesa, que levavam a um crescimento da cidade para ocidente, fazendo surgir bairros novos como o da Lapa, o autor concluiu a obra com a inevitável afirmação de que:

> Pelo que, sendo a cidade de Lisboa por natureza de sítio fortíssimo, ajuntando-se-lhe a arte semelhante, fazendo de todas um ternário e unívoco suposto, far-se-á, segundo a natureza do número, eterna, conforme a sua espécie. E assim, não só pelas suas naturais disposições, mas pela excelência da sua perpetuidade, é digna e ser cabeça do império de toda a Terra.[19]

O enaltecimento desta supremacia mundial relacionava ainda a cidade com os Descobrimentos, em que mais uma vez ocupava um lugar privilegiado, tendo mesmo o autor considerado alegoricamente e numa feliz expressão que Lisboa constituía os "olhos" da Europa:

> E considerando os filósofos e geógrafos a esta semelhança o Mundo, fazem do Oriente a mão direita, do Ocidente a esquerda e do pólo árctico a cabeça; e a este respeito, Europa está na parte superior, presidindo às mais, como cabeça de todas: pelo que os geógrafos dela começam a descrição deste corpo do mar e terra como a principal dele. E assim Estrabo dá princípio à descrição da sua geografia dizendo que se deve começar de Europa, porque excede às mais partes do Mundo. E separando Europa delas, os que assim a consideram a fazem semelhante a um dragão, segundo a situação das suas partes, do qual Espanha é a cabeça; e nessa está Lisboa no lugar dos olhos, mostrando que ela deve ser guia e luz das mais partes da Europa, pois não só na colocação tem o lugar dos olhos, mas também no efeito se lhe deve a mesma semelhança; que, assim como os olhos são como portas ou janelas da alma, por onde tem notícia das cousas sensíveis, esta nobilíssima cidade está na foz do Tejo, e metendo ele as suas águas no mar oceano é a sua foz como porta a toda a Espanha e a toda Europa, por onde recebem as nações dela noticia de muitas cousas que neste grandíssimo mar até nossos tempos estiveram escondidos: e assim por ela entrou a notícia e conhecimento de muitos portos, ilhas promontórios, reinos províncias e nações de que se não sabia.[20]

18 Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, p. 131.
19 Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, p. 162.
20 Vasconcelos, *Do sítio de Lisboa*, pp. 33-34.

Alguns anos depois da edição da obra de Luís Mendes de Vasconcelos o rei sempre acabou por vir a Portugal em 1619, evento que foi alvo de numerosas obras, de entre as quais se destacou o livro publicado por João Baptista Lavanha em versões castelhana e portuguesa, neste caso com o título *Viagem da Catholica Real Magestad del rei D. Filipe II N. S.* Ambas as versões foram impressas em Madrid, em 1622, estando a dedicatória de Lavanha a Filipe IV de Espanha datada de Madrid a 7 de Março de 1622, ainda que as licenças já tivessem sido passadas nesta cidade entre 13 de Junho de 1621 e 24 de Janeiro de 1622. Nesta obra descrevem-se todas as faustosas festividades que acompanharam a recepção prestada ao rei, tendo o cuidado de registar que quando este chegou à porta da cidade, por onde deveria entrar, estava a aguardá-lo o doutor Inácio Ferreira, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, que o recebeu com um discurso em que entre outras considerações, a propósito da vinda do rei a Lisboa desejava:

> [...] que esta entrada seja tão próspera e temida dos inimigos como era de nós desejada e para toda Espanha necessária. Digo, senhor, para toda Espanha porque seu amparo e aumento consiste em vossa majestade fazer cabeça do seu império esta antiga e ilustre cidade, mais digna dele que todas as do Mundo, assistindo aqui com sua real corte, pois é o coração e meio de todos os seus Estados, donde se poderá com mor facilidade acudir a todas partes sem se perder ocasião.[21]

Segundo Lavanha, "A toda esta prática esteve sua majestade com muita atenção e baixando Inácio Ferreira um degrau, sua majestade lhe deu as graças e que se lembraria do que lhe havia dito e lhe faria mercê". A verdade é que pela falta de lembrança que manifestou em dar relevo a Lisboa, o rei revelou bem que, de acordo com a expressão popular, aquelas palavras lhe entraram por um ouvido e saíram pelo outro. A esperança que os representantes de Lisboa então manifestaram de que a cidade ainda pudesse vir a ser a capital de Espanha foi-se rapidamente esfumando e os pesados encargos com o dinheiro pedido tiveram de ser colmatados com grandes sacrifícios.

Foi ainda na sequência da visita do rei a Lisboa que o padre Frei Nicolau de Oliveira compilou muitas informações sobre a cidade, tendo em vista mostrar de forma exaustiva a grandiosidade da capital portuguesa e assim justificar as aspirações imperiais que continuava a reivindicar, tendo-as publicado em 1620 com o pomposo título de *Livro das grandezas de Lisboa*.[22] A partir dos dados estatísticos que aí se apresentam foi possível calcular que a população de Lisboa poderia então rondar os

21 João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestad del rei D. Filipe II N. S.* (Madrid, 1622), fl. 22v.
22 Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*, ed. Maria Helena Bastos (Lisboa, 1991), com fac-símile da 1ª edição e texto actualizado, e com prefácio de Francisco Santana.

150 000 habitantes, ultrapassando assim os números das restantes cidades da Península Ibérica.[23]

O padre frei Nicolau de Oliveira aproveitando a recente experiência portuguesa do rei voltou-lhe a recordar na mencionada obra a necessidade da sua presença em Lisboa, quando, a propósito do Paço da Ribeira, referiu como o pai:

> D. Filipe I de Portugal (prudentíssimo que era) viu como era importante a presença da pessoa real neste paço; mandou então fazer (fora dele ao fim de um grande corredor que estava feito) um forte de pedraria, da melhor e mais perfeita obra quer dentro quer fora da Europa; daí poderia ver o que se fazia; mas também lhe serviria de recreação, vendo dali quase todo o rio e as embarcações, tanto para Oriente como para Ocidente.[24]

A imagem desta Lisboa grandiosa e ambiciosa que Figueroa viu foi registada visualmente num desenho de Domingos Vieira Serrão traçado na sequência do desembarque de Filipe II a 29 de Junho de 1619 no Terreiro do Paço, sendo por isso que tal representação foi centrada nessa famosa praça.[25] Esse trabalho foi de seguida passado a gravura em Madrid por Hans Schorken com a legenda "DESENBARCACION DE SU M. EN LISBOA. Debuxada por Domingos Vieira Pintor del Rey y cortada por Ion Schorquem", sendo integrada no mencionado livro de Lavanha (cf. Figura 3). Essa mesma vista, sem o desembarque régio, surgiu ainda numa enorme pintura votiva a óleo sobre tela da autoria de Domingos Vieira Serrão, associado a Simão Rodrigues, com a legenda: "Nossa Senhora de Porto Seguro velando pela cidade de Lisboa e pelo comércio fluvial" (cf. Figura 4). Esta obra-prima do final do maneirismo português foi encomendada cerca de 1620 para a capela do mercador francês Antoine Magnonet na igreja de São Luís dos Franceses, que acabara de ser construída em 1619.[26]

A Lisboa de onde saiu Figueroa em 1614 era um cidade marcada por muitas crendices, em que se dava grande destaque a acontecimentos como o da redecoberta nesse ano das relíquias de São Vicente, que estavam na Sé desde o século XII,[27] mas foi também o local em que ocorreu um acontecimento cultural da maior importância como foi o da edição póstuma da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Esta obra saiu à luz dos prelos pouco tempo depois de a 26 de Fevereiro de 1614 lhe ter sido

23 António Borges Coelho, *Quadros para uma viagem a Portugal no séc. XVI* (Lisboa, 1986), p. 44.

24 Oliveira, *Livro das grandezas*, fl. 77v.

25 Sobre este pintor, cf. Vítor Serrão, "A pintura proto-barroca em Portugal, 1612-1657", dissertação de doutoramento policopiada (2 vols., Universidade de Coimbra, 1992), vol. I, pp. 186-189.

26 Serrão, "A pintura proto-barroca em Portugal, 1612-1657", vol. I, p. 187.

27 *Memorial de Pêro Roiz Soares*, p. 407.

acrescentada uma dedicatória,[28] e Figueroa, sendo um erudito e curioso por novidades, talvez já a pudesse ter visto e, quem sabe, levado consigo para com a sua leitura conhecer o Oriente e amenizar a monotonia dos quase sete longos meses no mar que durou a sua viagem para a Índia.

Perante a antipatia que muitos portugueses lhe revelaram, a tomada de opções discutíveis e as respostas que os persas lhe deram, Figueroa acabou por ver malograda a sua missão e passados dez anos da sua partida de Lisboa regressou à Europa, mas já não voltou a ver a capital portuguesa, pois faleceu no mar pelas 8 horas da noite do dia 22 de Julho de 1624, antes de chegar aos Açores. No seu espólio literário ficavam manuscritos uns notáveis *Comentarios* e um pequeno volume que escrevera em Goa em 1615 intitulado *Hispaniacae historiae breviarium*, que foi impresso em 1628 em Lisboa.

28 Sobre a *Peregrinação*, cf. a nossa apresentação in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam* (fac-símile da 1ª edição), ed. José Manuel Garcia (Maia, 1995).

Aspectos náuticos das viagens por mar de D. Garcia de Silva y Figueroa entre 1614 e 1624

JOSÉ MANUEL MALHÃO PEREIRA *

Introdução

Sempre considerei que um dos melhores meios de compreender a evolução da náutica e de tudo quanto aos navios da nossa expansão se refere, é a leitura de diários ou relações de viagens, que normalmente contêm informação, que cotejada com documentação técnica existente nos diversos arquivos, nomeadamente livros de marinharia, de construção naval, roteiros, etc., permite comparar a visão do prático de bordo com a do teórico em terra. E o relato da embaixada ao Xá da Pérsia por parte de D. Garcia de Silva y Figueroa em princípios do século XVII, pelo seu conteúdo e pelo elevado nível intelectual do seu autor, é um dos mais úteis que tenho encontrado.[1]

Plano do estudo

Irei então falar da viagem do nosso embaixador, essencialmente nos seus aspectos náuticos.

---

* Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Lisboa.

1 Trata-se do documento que serviu de base ao *2º Workshop "Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica"* (Lisboa, 7 e 8 de Setembro de 2009), os *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa de la Embajada que de Parte del Rey de España Don Felipe III Hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905). Este documento foi-me dado a conhecer pelo Professor Rui Loureiro, a quem muito agradeço. Como todos os intervenientes nesta oportuna *loja de trabalho* constataram, este relato cobre quase todas as áreas que correspondem à expansão europeia no Oriente até princípios do século XVII, e eu estou muito feliz de de mim se terem lembrado para tratar da área para a qual poderei dar o meu contributo, por ser a que tenho estudado e a que mais me interessa. Por isso, e manifestando desde já o gosto que sinto em estar embarcado nesta nau, não quero deixar de afirmar também que foi uma honra falar na Fundação Gulbenkian, instituição que muito admiro, e à qual todo o mundo lusófono tanto deve.

D. Garcia de Silva y Figueroa embarcou em Lisboa num dos navios da Carreira da Índia do ano de 1614, a nau *N.ª Senhora da Luz*, que seguiria para Goa em conserva com mais 4 navios. Contudo, apenas três saíram a barra a 8 de Abril de 1614 (a *N.ª Sr.ª dos Remédios*, almiranta, a *N.ª Sr.ª da Luz*, capitânea e a *N.ª Sr.ª de Guadalupe*), ajudadas pelo reboque de galeras, tendo as outras duas, a *S. Boaventura* e a *S. Filipe* aguardado outra oportunidade por não haver reboque suficiente.[2]

O piloto-mor, embarcado no navio de Figueroa, a *N.ª Srª da Luz*, era o famoso Gaspar Ferreira Reimão, que estava a fazer uma das suas últimas missões, depois de uma vida passada quase inteiramente no mar.[3]

Com esta entidade, teve Figueroa alguns conflitos, sendo o piloto-mór, alvo de muitas das suas críticas.

A viagem, que se iniciou algo tarde, demorou cerca de sete meses e foi, como aliás era habitual, penosa, desconfortável e difícil, com muitas calmas, eminentes encalhes, e outros desagradáveis sucessos. Contudo, os navios chegaram a salvamento a Goa, apesar de todas as vicissitudes.

Figueroa embarca em Goa noutra interessante viagem, que narra com o habitual detalhe e riqueza de conteúdo, em todos os aspectos. Tem esta viagem, de Goa a Ormuz, a grande vantagem no aspecto histórico, de ter sido a bordo de um navio do Índico, uma naveta de 200 toneladas, propriedade de um mercador de Baçaim, com a sua família a bordo, 20 mouros como marinheiros e piloto persa. Foram utilizadas técnicas de navegação do Índico, apesar de os Europeus, com as suas técnicas mais avançadas, já lá terem chegado há mais de 100 anos.

Esta viagem é também riquíssima em informação de todos os tipos e permite complementar e esclarecer muito do que ainda está obscuro sobre a geografia e navegação no Índico.

Há duas outras significativas viagens por mar que não são contudo tão ricas em informação. A primeira, corresponde à tentativa de regresso a Espanha numa caravela fretada em Goa, mas que foi frustrada por ventos contrários, tendo o navio regressado a Goa depois de escalar Moçambique. A segunda, o regresso definitivo na nau *S. Tomé*, cuja descrição termina com a morte do embaixador, já dobrado o Cabo da Boa Esperança.

2 Ver *Comentarios*, vol. I, pp. 3-5.

3 *Comentarios*, vol. I, p. 3. Transcrevo esta primeira referência ao piloto, responsável máximo da navegação a bordo do navio: "Esta noche, el piloto mayor, Gaspar Ferreira, hombre vigilantissimo y pratico de su arte, hizo baxar las velas de gauia á medio masteleo por aguardar las dos naues San Phelipe y San Buenaventura, que quedauan en el puerto de Lisboa …".

O autor da relação proporciona-nos em todos os casos, informação de toda a ordem, não só nas técnicas de navegação, como no modo de compassar o navio, da organização da vida a bordo e das relações hierárquicas das armadas com a coroa, da observação de astros, de plantas flutuantes, de aves e peixes, etc.

Dá-nos também importante informação geográfica, descrevendo de modo extenso e muito completo a vida em muitos aglomerados populacionais, como Goa, Mascate, Ormuz, etc.

Note-se desde já que o nosso embaixador teve estas experiências pela primeira vez, que eu saiba, enquanto que muitos dos embarcados já por lá tinham andado várias vezes. Não admira portanto que quem relata as viagens reflicta a sua inexperiência e natural dificuldade de adaptação aos sacrifícios impostos por tal missão.

Tenciono descrever brevemente as duas primeiras viagens, comentando o seu valioso conteúdo e discutindo as razões que levaram Figueroa a fazer esta ou aquela crítica ou afirmação. As viagens na caravela e na nau *S. Tomé*, acima referidas, serão também brevemente comentadas.

Apresentarei um estudo gráfico, traçando a conjectura de ambas as derrotas, baseando-me nos dados fornecidos diariamente pelo autor do texto, e na minha experiência pessoal, visto que apenas são fornecidos os rumos e as latitudes observadas, nunca sendo indicada a distância percorrida. Estimo esta de acordo com a informação da intensidade do vento.

As derrotas da Carreira da Índia

Mas antes de vos apresentar as acima referidas conjecturas, irei dar-vos uma ideia de como se navegava de Lisboa a Goa, na época.

Será também importante, para já, dar alguma informação biográfica de Gaspar Ferreira Reimão, o alvo, como acima disse, de muitas das críticas de Figueroa. E como Reimão publicou roteiros e outras matérias náuticas, a apresentação de algumas das suas ideias complementarão a minha explicação de como se navegava de Lisboa a Goa.

Um eventual aprofundamento de conhecimentos nesta área será viável através da consulta de um recente trabalho de minha autoria, que corresponde ao estudo crítico de um livro de marinharia de inícios do século XVIII.[4]

4 Ver José Manuel Malhão Pereira, *Norte dos Pilotos, Guia dos Curiosos: Um Livro de Marinha-*

Vejamos então, muito brevemente, qual a derrota aconselhada para a viagem de ida de Lisboa a Goa, tendo presente, como é natural, que os navios da época eram à vela e como tal, terão de navegar com vento favorável, havendo um limite de ângulo de incidência nas velas que permita o seu progresso.

Além disso, as condições meteorológicas dos mares navegados são decisivas para a derrota a seguir, pelo que, um navio terá de sair de Lisboa numa época que lhe permita chegar a Goa em meados de Setembro, altura em que a monção SW do Índico Norte, favorável para travessia dessa área, está na sua parte final e os portos da costa ocidental do Industão já abertos à navegação. A análise da Figura 5 e por exemplo, as considerações expostas no acima referido trabalho, *Norte dos Pilotos*, poderão servir de apoio ao raciocínio exposto abaixo.

De facto, em Julho e Agosto o vento SW é muito forte e o porto de Goa, exposto ao mesmo vento e mar, não está acessível. Só quando em Setembro o vento enfraquece, os portos do Industão ficam acessíveis e os navios poderão entrar com vento favorável, visto que passado pouco tempo a monção inverte-se, com vento NE, que impede o progresso para leste.

Atendendo às características dos navios da época, esta data de chegada condiciona a de partida, que deverá ser em meados de Março, o que correspondente à duração aproximada da viagem de seis meses.

Atendendo ao condicionalismo físico no Atlântico e às características dos veleiros, a viagem será feita com vento favorável até cerca de 4 a 6º a Norte do Equador, passando entre as ilhas de Cabo Verde e a costa africana, o que permite ganhar barlavento ao alísio do SE que sopra no Atlântico Sul de modo constante (ver Figura 5).

Ao atingir a zona do vento SE, depois de longo sofrimento para atravessar a zona das calmas equatoriais, com os seus repentinos aguaceiros e calor insuportável, os navios seguem o mais cingidos ao vento possível, de modo a contornarem a zona de altas pressões do Atlântico Sul.

Passando perto da costa do Brasil e atingindo mais a Sul, lentamente, a latitude do Cabo da Boa Esperança, seguem ao rumo leste até o dobrarem.

A latitude era fácil de calcular por meios astronómicos, mas a longitude só por estima, pelo que a variação da agulha determinada com frequência, era usada para dar uma ideia aproximada da distância Leste Oeste a ilhas ou costas de continentes,

ria do século XVIII (Ericeira, 2008).

atendendo aos valores obtidos em viagens anteriores, que eram sucessivamente registados.[5]

No caso do Cabo da Boa Esperança, a sua proximidade era anunciada quando sucessivamente, no seu paralelo, se determinava a variação da agulha, que era para Nordeste a Oeste do mesmo, era nula no Cabo das Agulhas, e passava a ser Noroeste quando este promontório era passado.

A navegação no Índico era feita por dentro da Ilha de S. Lourenço, actual Madagáscar, ou por fora desta ilha, como se poderá ver na gravura. A viagem por fora era feita se o Cabo era dobrado mais tarde que 25 de Julho, visto que a viagem por dentro, com escala em Moçambique, era sempre mais lenta e indo por fora poder-se-ia ainda recuperar o tempo perdido.

A viagem de regresso esquematiza-se na Figura 6.

Gaspar Ferreira Reimão

Vejamos agora, muito brevemente, quem era o piloto-mór, Gaspar Ferreira Reimão, socorrendo-me do Prefácio de Fontoura da Costa à publicação da 2ª edição do seu *Roteiro da Navegação e Carreira da Índia*, que Reimão publicou em 1612, tendo já antes escritas duas outras obras náuticas.[6]

Desconhece-se a data e local do seu nascimento, tendo naturalmente embarcado muito novo e privado com outros pilotos famosos como Vicente Rodrigues.

Em 1588 e 1589 fez as viagens de ida e volta para a Índia na nau *S. Tomé*, como sota-piloto e em 1593 e 1594 as viagens de ida e retorno na mesma Carreira, na nau *S. Filipe*, com as mesmas funções.

Já como piloto, segue na *S. Pantaleão* e efectua a viagem redonda entre 1595 e 1596[7] e em 1597-1598 outra viagem redonda em duas naus diferentes. Há cópias dos diários destas quatro viagens, por ele cuidadosamente elaborados.

5 Também para uma explicação sucinta de toda esta problemática, ver por exemplo, além do trabalho acima referido, José Manuel Malhão Pereira, *O Cabo da Boa Esperança e o Espólio Náutico Submerso* (Lisboa, 2005).

6 Ver A. Fontoura da Costa, *Roteiro da Navegação e Carreira da Índia, Com seus caminhos & derrotas, sinais & aguageis & diferenças da agulha: tirado do que escreveu Vicente Rodrigues & Diogo Afonso, pilotos antigos* (2ª ed., Lisboa, 1940), pp. IX-XVI.

7 O relato desta viagem de regresso da Índia em 1596 foi publicado por Vaz Monteiro, em estudo náutico muito completo. Ver J. R. Vaz Monteiro, *A Viagem de Regresso da Índia da Nau* S. Pantaleão *no Ano de 1596* (Coimbra, 1974). Vaz Monteiro apresenta também uma biografia de

Efectuou mais duas viagens de ida e volta em 1600 e 1601 na nau *S. Francisco*.

Em 1608 e 1609 mais uma viagem de ida e volta na *Santo António*.

Em 1614, ao aprestar-se a armada de D. Manuel Coutinho, afinal aquela de que estamos a tratar, já Reimão estava aposentado. Não havendo outro piloto disponível, recorreram a Reimão, que se tentou esquivar, mas não conseguiu resistir à pressão dos seus superiores, que recorreram a novas mercês.

Regressou em 1615 na *Nossa Senhora da Luz*.

Logo em 1617 é novamente requisitado para uma viagem da Carreira, admitindo-se que tenha embarcado na *N.ª Senhora da Penha de França*, e regressado nesta ou noutro navio.

O nosso homem fez assim 8 viagens redondas à Índia, o que corresponde, admitindo uma média de sete meses por cada uma das 16 viagens a passar 112 meses ou 3360 dias no mar, a bordo de um monte de madeira mal pregada.

Se fosse agora, teria à chegada da última viagem todas as televisões (incluindo a TVI), a proporem uma investigação à acção do Chefe do Estado-maior da Armada, que explorou um humilde cidadão até este não aguentar mais.

No seu *Roteiro*, Gaspar Ferreira mostra as diferentes derrotas a usar na Carreira da Índia e dá, entre muitas outras informações, a da variação da agulha em determinadas passagens importantes, como se poderá ver pela figura incluída no já referido trabalho, com quatro ou cinco exemplos das dezenas que o texto mostra.

Esta figura é retirada da informação contida noutro *Roteiro*, em castelhano, de Reimão, que pouco difere, no seu conteúdo daquele que estamos a tratar.[8]

Era portanto o nosso piloto homem experiente, que mereceu de Vaz Monteiro, que estudou com detalhe, como dissemos acima, um dos seus 5 diários náuticos conhecidos, entre outros, os seguintes comentários, ao comparar os valores de distâncias estimadas por Gaspar Ferreira e as verdadeiras por ele achadas: " ... [este] confronto é de molde a provar, sem sombra de dúvida, a extraordinária categoria do piloto Gaspar Ferreira Reimão e o elevado nível da arte de navegar dos portugueses do século XVI".[9]

Gaspar Ferreia, a pp. 14-17.

8 Cf. Pereira, *Norte dos Pilotos*, Anexo X.

9 Cf. Monteiro, *A Viagem de Regresso da Índia*, p. 106.

A viagem de ida para Goa[10]

Irei em seguida comentar algumas das importantes informações contidas no texto, começando pela conjectura da derrota seguida pelos navios, baseada, como anteriormente afirmei, em rumos, e em direcção e intensidade dos ventos, sendo a distância por mim estimada (Figura 7).

Salta logo à vista que a derrota, passando a Oeste de cabo Verde e não entre estas ilhas e terra, como os roteiros determinavam desde há mais de cem anos, é pelo menos estranha. Note-se que a informação sobre a direcção do vento contida no texto não impedia que se efectuasse a derrota clássica.

Na imagem que apresento no já referido trabalho, *Norte dos Pilotos*, vêem-se derrotas que extraí de diários náuticos, sendo uma delas de Gaspar Ferreira a bordo da *St. António*. Todos os navios passam entre as ilhas da Cabo Verde e o continente.[11]

Tentei averiguar se haveria erro na indicação dos rumos a Sul das Canárias que são inequivocamente dos quadrantes do Sudoeste e não do Sueste, como deveriam ser. Como se trata de obra impressa e a navegação foi fluindo com coerência para o Sul, mantive o traçado que finalmente parece estar correcto ou muito aproximado, visto a chegada ao cabo da Boa Esperança estar de acordo com a minha interpretação.

Dado a zona de calmas equatoriais ser mais estreita no sentido Norte-Sul quanto mais para Oeste estiver o navio, poderá esta atitude do piloto-mór explicar-se por necessidade de acelerar a viagem e passar mais rapidamente esta zona. No navio escola *Sagres*, no ano 2000, tive oportunidade de verificar que as calmas foram ultrapassadas em dois dias mais ou menos na longitude correspondente a esta conjectura.

O que é verdade é que os navios passaram o Equador, dobraram o cabo de S. Agostinho, e conseguiram seguir para o Sul e Sueste até atingir o Cabo em segurança. Isto não evitou que tivessem alguns dias de calma na área equatorial, mas passaram-na mais rapidamente do que se estivessem mais chegados à costa da Guiné.

O relato de Figueroa é riquíssimo em conteúdo, como acima disse e reconhece-se a enorme curiosidade científica e humana do autor, que tudo descreve e tudo questiona.

10 A viagem é detalhadamente descrita no Libro Primero. Cf. *Comentarios*, vol. I, pp. 1-126.

11 Cf. Pereira, *Norte dos Pilotos*, Anexo I. Era este aliás o procedimento sugerido por todos os pilotos nos seus Roteiros, incluindo os de Gaspar Ferreira. Ver ainda neste mesmo trabalho, o estudo sobre os principais roteiros portugueses, a pp. 47-66.

Uma das observações que faz, relaciona-se com o rigor das observações de latitude, que considera baixo, devido essencialmente ao pouco diâmetro dos astrolábios.

Contudo, durante mais de duzentos anos em que foram intensamente usados, não se modificaram praticamente as dimensões destes instrumentos, dado que a experiência demonstrou que tal não era necessário ou conveniente.[12]

Também é criticada a indicação da latitude em minutos, mas na realidade os pilotos obtinham a altura do Sol em fracções de grau que estimavam a olho, e depois tinham necessariamente que efectuar uma soma algébrica com a declinação do dia que nas tabelas era dada em graus e minutos. O resultado portanto seria em graus e minutos, apesar de na realidade as informações de latitude serem quase sempre em graus e terços ou sesmos ou outra indicação semelhante de fracção de grau.[13]

Há constantes informações sobre manobra e redução de pano para aguentar mau tempo, que são muito úteis por serem muito completas, indicando quais as velas que são carregadas, as vergas que são arriadas a meio mastro, as monetas que são descosidas dos papafigos, etc., sendo um muito útil meio de esclarecer a manobra dos navios da época, que é mal conhecida.

Há uma muito interessante informação sobre a atracação de dois navios no mar, em calma podre, que foi impossível de evitar e que quase originou acidente grave. Este assunto deveria ser comentado por alguém mais abalizado do que eu.[14]

O autor critica duramente Gaspar Ferreira Reimão pela maneira como conduz a navegação, afirmando, entre outras coisas, que o mesmo se enganou em mais de 400 léguas sobre a sua distância ao Cabo. Contudo, não se aproximou o suficiente do piloto ou este não se deixou aproximar, visto que Figueroa não dá detalhes sobre os trabalhos do mesmo, apenas criticando o que vê.

12 *Comentarios*, vol. I, p. 9. Aqui é criticado o excessivo rigor que os pilotos põem nas medições com astrolábio, referindo muitas vezes minutos, que são feitas "... con astrolabios tan pequeños que no tienen un palmo de diametro ...". Era esta de facto a dimensão média de um astrolábio, e foi este instrumento que até meados do século XVII permitiu navegar-se por todos os mares do mundo. As experiências que fizemos no mar com este e outros instrumentos, mostram que o seu rigor era suficiente para a época (ver por exemplo, José Manuel Malhão Pereira, "Experiências com Instrumentos de Navegação da Época dos Descobrimentos", *Mare Liberum*, 7 [1994], pp. 165-192). Esta e muitas outras observações do mesmo tipo de Figueroa, são uma prova da pouca confiança que se pode ter nas suas críticas.

13 Ver também, sobre este assunto, José Manuel Malhão Pereira, *Experiências com Instrumentos e Métodos Antigos de Navegação* (Lisboa, 2000).

14 *Comentarios*, vol. I, pp. 14-16. Este episódio é descrito com muito detalhe e mereceria uma crítica adequada.

Na condução da navegação, Reimão daria naturalmente muita importância ao valor da variação da agulha, especialmente quando dobrou o Cabo de S. Agostinho, que Figueroa informa ter sido passado a mais de cem léguas, segundo informação do piloto-mór.

Contudo Figueroa não acredita e afirma que tal é muito incerto, por ser estimado apenas. Mas na realidade não só a minha conjectura confirma aproximadamente essa distância, como também o método que certamente Reimão utilizou, visto que terá cuidadosamente determinado a variação da agulha ao passar no paralelo do referido cabo.[15]

Ao passar à latitude dos Abrolhos e à longitude das ilhas de Tristão da Cunha e em outros locais, como os seus roteiros claramente indicam e aconselham, Reimão terá adoptado o mesmo procedimento.

A única informação que é dada no Atlântico sobre a variação da agulha é no dia 22 de Julho na posição indicada no mapa, conforme a minha conjectura e a estima do piloto, já navegando para Leste das ilhas de Tristão da Cunha.[16]

Esta variação da agulha está coerente com a distância que se estará do Cabo, navegando àquela latitude, como os roteiros indicam, incluindo os de Reimão.

Há uma extensa e bem fundamentada observação do céu austral, que se estende por mais de oito páginas. Destacam-se as seguintes:

- A estrela Polar deixou de se ver por cerca de 2º de latitude norte, o que é coerente com o que se observava na prática, na altura, quando esta estrela tinha um pouco mais de 3º de distância Polar. A 2º N poder-se-ia ver o astro, na sua passagem meridiana superior, a cerca de 5º de altura, desde que o horizonte estivesse claro.[17]
- Há uma longa descrição da estrela Canopus e da constelação da Lira, e ainda do Cruzeiro do Sul, mencionando-se a ausência, no céu austral, de uma estrela que se encontre muito perto do Pólo Sul, tal como existe no Hemisfério Norte.

15 O conhecimento da variação da agulha, determinado em áreas previamente navegadas, e especialmente nas proximidades de terra, foram um excelente meio de facilitar as aterragens, e Gaspar Ferreira Reimão, além de praticar o método, contribuiu muito para um melhor conhecimento da variação da agulha nos mares navegados pelos navios da Carreira da Índia. A leitura dos seus Roteiros são um testemunho do que acima se disse. No *Norte dos Pilotos* faz-se um estudo crítico sobre este assunto. Cf. Pereira, *Norte dos Pilotos*, pp. 96-107.

16 *Comentarios*, vol. I, p. 43.

17 Na já referida viagem a bordo da *Sagres*, que efectuámos em 2000 durante as comemorações da viagem de Pedro Álvares Cabral, verificámos mais uma vez a latitude em que se deixava de ver a Polar, e verificámos que isso aconteceu por cerca de 8º N.

- São também descritas as nuvens de Magalhães e outras estrelas ao redor do Pólo Antártico.

A ilha de Tristão da Cunha é descrita com muito detalhe em mais de três páginas.

Há uma extensa crítica ao piloto e aos pilotos em geral, que revela o quanto sofriam esses homens, responsáveis pela segurança de tantas vidas e bens e para quem todos olhavam. Imaginem 600 cabeças, todas com ideias diferentes sobre as atitudes a tomar na condução do navio e que durante seis meses não se calavam e ainda por cima eram ouvidas, dado o espaço diminuto em que viviam.[18]

A 3 de Agosto foi avistada à proa uma nau, que depois se verificou ser a *São Boaventura*. Segundo informação colhida a bordo, saiu com a *S. Filipe* de Lisboa apenas um dias depois das três primeiras, a 9 de Abril. A 11 sondou-se e achou-se fundo de 70 braças, correspondente ao C. das Agulhas.

Verificou-se, pela narrativa, que a dúvida sobre a proximidade do Cabo tinha cerca de três dias, o que é natural que aconteça, pelas experiências anteriores contidas em diários náuticos passados. Nestas condições, continuo sem compreender muito bem a insinuação de Figueroa referente ao erro de mais de 400 léguas ou mais de 1300 milhas em achar o Cabo, visto que a variação da agulha, as ténues informações relativas à passagem por locais de referência e a minha conjectura, indiciarem não haver erro significativo. De facto, um erro de 400 léguas não era comum, ou mesmo viável em viagens semelhantes, como pude verificar ao estudar todos os diários náuticos da época publicados até agora, incluindo os de Ferreira Reimão.[19]

[18] Sobre a atitude que devem os pilotos tomar para se defenderem deste "assédio" permanente, por parte de todos os elementos que estão embarcados, é muito interessante analisar a *Dieta Náutica e Militar*, na parte respeitante às suas atribuições: "O piloto deve cuidar muito em saber desempenhar a sua obrigação, advertindo o que se fia do seu cuidado, pois por sua direcção, ainda os que cuidam em não ignorar por onde devem ir, se governam, consultando-o e atendendo-o e segundo o seu parecer e será vergonha própria vitupério comum que aquele que há de encaminhar os mais seja ignorante na sua profissão. [...] deve mandar com sossego, sem que mostre o menor desacordo ainda na ocasião do maior perigo, tendo entendido que o piloto é o alvo na ocasião e que se se perturba, os demais desmaiam; não diga o seu ponto a ninguém, porque se tiver falência na ignorância vulgar perderá a estimação; seja alegre e confiado sem abusar da gravidade lícita, a todos mostre boa cara, facilite as dificuldades sem ser fácil na sua ponderação, que em tudo deve ter para operar com certeza e haver-se com acerto em manobrar uma nau guarnecida de homens de honra e custodiada de crédito nacional". Cf. *Dieta Náutica e Militar: Um Manuscrito Inédito do Século XVIII, Regulamentando a Vida a Bordo*, ed. José Manuel Malhão Pereira *et alii*, edição digital (Lisboa, 2008), pp. 374-377.

[19] As críticas de Figueroa ao piloto são em parte moderadas pelo mesmo na página 49 dos *Comentarios*. Contudo, nas páginas seguintes há extensas considerações sobre a condução da navegação, que indicam um mal-estar permanente entre o Embaixador e o piloto. Cf. *Comentarios*, vol. I, pp. 49-62.

Note-se também que um dos navios da Armada, a *S. Boaventura*, saído apenas um dia depois, chegou ao Cabo ao mesmo tempo, o mesmo quase acontecendo com a *S. Filipe*, que no dia 14, já a leste do Cabo, foi avistado como veremos a seguir.

Viagem no Índico

Vejamos agora alguns detalhes da viagem no Índico, acompanhando a conjectura da derrota na Figura 8. Esta conjectura só foi possível efectuar com detalhe dada a riqueza da informação contida na descrição da viagem.

A 17, já com a *S. Filipe* em companhia, foi decidido fazer a viagem por fora da ilha de S. Lourenço, conforme as instruções de sua Majestade, visto que o Cabo tinha sido dobrado depois de 25 de Julho.[20]

Pela conjectura que fiz, os navios passaram entre as ilhas de Cyrne e Diogo Rodrigues e a Leste dos Baixos dos Garajaus e da Saia da Malha. Reiterando o que acima disse, é muito interessante e completa a descrição da viagem por entre ilhas e baixos, referindo-se com muito detalhe as observações de latitude, a direcção do vento, os procedimentos mais adequados para navegar na área, as experiências de anteriores navegações, etc.

Uma das experiências narradas foi a de Brás Telles de Menezes em 1608, que "... saliendo de Goa, de buelta para Portugal, por capitan mayor de dos naos, y despues de auer reconosçido la tierra del desierto [a costa africana entre Mogadoxo e Melinde], por imprudençia del piloto, teniendose mas de lo que conuenia á la mano izquierda, entro entre las dichas islas de Comoro y la de San Lorenço, creyendo que un cabo que via en una dellas á la mano derecha era el Cabo Delgado ...". Contudo, continuando a viagem foi encalhar "... en un parçel menos de una legua de la costa de la isla de San Lorenço, á donde estuuo 18 dias encallada la nao ...".[21] Todas estas

[20] Há a clara informação sobre a decisão de fazer a viagem por fora, como mostra o texto que transcrevo: "Este dia se resoluieron el Capitan Mayor e Piloto, con los demas offiçiales de la naue, en que el viage se hiziese por fuera de la isla de San Lorenzo, conforme una instruçión de su Magestad en que se mandaua que si á 25 de Jullio no se uviese pasado el Cabo de Buena Esperança, se hiziese por fuera la nauegacion, adonde tantos naufragios y calamidades an acaesçido ...". Há em seguida um longo comentário relativo à necessidade de melhor conhecer os baixos e ilhas que pululam a derrota por fora da ilha de S. Lourenço. Note-se que isto não era novidade para os pilotos portugueses, que tinham nas suas cartas todas os baixos e ilhas devidamente assinalados em latitude, havendo contudo enormes erros em longitude, erros esses cometidos na época por todos os pilotos de todas as nações sem distinção. Cf. *Comentarios*, vol. I, pp. 68-71.

[21] Cf. *Comentarios*, vol. I, p. 82.

considerações faz o narrador da viagem criticando o piloto Gaspar Ferreira, que navegava temerariamente por entre ilhas e baixos sem os ver.

Foi uma viagem penosa, visto se ter chegado ao Índico Norte já em Outubro e Novembro, com a monção gasta e com ventos variáveis e muitos deles contrários.

Há entretanto, uma muito interessante informação relativa a um passageiro embarcado, de seu nome António de Mariz Carneiro. O autor descreve-o deste modo:

> Era el dicho Antonio Maris de color melancolico, pequeño de cuerpo y de pocas palabras, y á quien comunmente no sabiendole los mas su propio nonbre llamauan *Aguja fixa*, respondiendo el á tal apellido muy satisfecho y seguro. Anduuo, sigun el dizia, algunos meses antes de la embarcaçion, en Madrid, resuçitando y boluiendo á sacar á luz la offerta en que pareçe auia faltado Luis de Fonseca, no faltando tanbien quien fauoreçiese a este sigundo inuentor, de manera que á costa de Su Magestad y com gajes suyos vino enbarcado en la dicha nao para hazer prueua y çierta esperiençia su aguja, ansi para saber preçissamente los grados de longitud, como de no variar á una y otra parte del Polo.

Trata-se do homem que mais tarde foi cosmógrafo-mór do reino, substituindo no cargo a João Baptista Lavanha a partir de 1631, e que ainda nos princípios do século XVII acreditava no fantasioso método de determinação da longitude pela variação da agulha.

Publicou várias importantes obras de náutica, incluindo um *Regimento de Pilotos*, que é praticamente uma cópia do *Exame de Pilotos* de Manuel de Figueiredo, pelo que a sua figura é algo controversa.[22]

Este documento prova que este homem embarcou em Lisboa, com o objectivo de experimentar umas agulhas e um método que tinham sido propostos por Luís da Fonseca e que, estranhamente, o cosmógrafo Baptista Lavanha tinha apoiado.[23] No

[22] O cosmógrafo-mór António de Mariz Carneiro é referido por exemplo por Armando Cortesão, que sobre o mesmo tece considerações de ordem técnica e pessoal (ver deste historiador, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI: Contribuição para o seu estudo completo* [2 vols., Lisboa, 1935], vol. I, pp. 58-62; vol. II, pp. 95, 272, 275, 299, 319, 336, 364). Também Inocêncio da Silva, no seu *Dicionário Bibliográfico Português* ([24 vols., Lisboa, 1858-1927], vol. VIII, p. 203), informa sofre a sua vida e obra. É uma figura controversa como acima disse, tendo os *Comentarios* que estamos estudando, dado algumas muito úteis informações sobre a sua vida profissional e pessoal, como o desta viagem à Índia, onde teve oportunidade de assistir às reais dificuldades da navegação de alto-mar.

[23] Este assunto tem sido tratado por muitos historiadores. Contudo, o trabalho de Humberto Leitão, *Uma Carta de João Baptista Lavanha a Respeito das Agulhas de Luís da Fonseca Coutinho* (Coimbra, 1966), é extremamente completo e estuda toda a problemática do assunto.

texto são dadas anteriormente informações bastante precisas sobre Luís da Fonseca e da sua invenção de uma agulha fixa, isto é, de uma agulha que em qualquer parte do mundo indicasse sempre o Norte verdadeiro. Pelo seu interesse, veja-se a transcrição do trecho dos *Comentarios* onde se informa parte do que Luís da Fonseca afirmava em Madrid, onde em 1609 e 1610 apresentou na Corte esta sua invenção, depois de lhe ser dito que nunca tinha sido visto em nenhum navio das carreiras das Índias orientais ou ocidentais:

> visto en ninguna dellas ni tenido notiçia suya, confesando el mesmo con mucha siguridad y confianza que no tenia pratica ni vso alguno de la nauegaçion. Y no solo dezia esto, pero auiendole algunas personas queriendose informar del preguntadole si sabia ó auia aprendido algo de Mathematicas ó de alguna sinple theorica de la nauegaçion, dezia que nada sabia ni auia estudiado de lo uno ni lo otro, pero que este secreto lo auia alcanzado por particular y oculta rreuelaçion de Dios. Bastaua esta tan desuergonçada é ignorante confesion suya para no admitir ni escuchar tal enbuste y engaño, no tratando mas de su inutil y vana oferta.[24]

Estas informações, complementadas por considerações técnicas que cobrem mais de 4 páginas do impresso e que historiam todo o *caso Luís da Fonseca*, lançam mais luz sobre este assunto que tanto tem preocupado os historiadores da náutica. Mariz Carneiro afirmava, segundo o narrador dos *Comentarios*, que experimentava umas agulhas de sua invenção, visto que Luís da Fonseca tinha faltado à sua promessa de provar a eficácia da sua agulha. Portanto, o futuro cosmógrafo-mór tinha embarcado para experimentar a *sua* agulha.

Ainda segundo os *Comentarios*, Mariz Carneiro "... solo traia dos ó tres agujas con los vientos y quartas ordinarias, pero de tan pequeña çircunferençia que no seria mayor que la de un real ó escudo senzillo". Depois de lhe perguntarem porque eram as agulhas tão pequenas, disse que por descuido não tinha "... comprado en Lisboa otras como las que comunmente traen los marineros, y tanbien porque las tales agujas pequeñas le auian costado mas barato".[25]

Segue-se uma descrição de um acessório de ferro montado nas agulhas e considerações várias sobre a sua ineficiência, incluindo a desconfiança que os pilotos da nau tinham na pequena e mal graduada agulha, que umas vezes indicava que era fixa e outras vezes nordesteava ou noroesteava como as outras.

Há ainda a informação de que o embaixador, tentando verificar se no meridiano do parcel das Agulhas "... se fixaua y miraua derechamente al Polo la [aguja] ordinaria y comun de que los marineros vsan, halló que esta noroesteaua muy poco ó nada, y

[24] Cf. *Comentarios*, vol. I, p. 93.

[25] Cf. *Comentarios*, vol. I, pp. 95-96.

en la de este hombre, aunque tan pequeña y escureçida, mirando atentamente hazia casi dos quartas de diferença al Nordeste, y con rrazon se puede tener lo uno y lo otro por cosa vana y sin ningun fundamento". [26]

Fazem-se em seguida oportunos comentários à vantagem de ter uma agulha comum, que indique o norte magnético, visto que o conhecimento da variação da agulha era um excelente meio para ajudar a navegação de Leste-Oeste.

A descrição da viagem prossegue e ilustra as grandes dificuldades existentes em seguir para Norte no Índico Norte já em Outubro e Novembro.

A aterragem na costa indiana foi difícil e incerta, dados os ventos variáveis e a completa ausência de avistamento de qualquer ilha ou baixo até atingir as ilhas de Mamale (actuais Lacadivas).

Olhando para o mapa correspondente à conjectura da derrota seguida (Figura 8), imaginem passar por todos estes baixos e ilhas sem neles tocar, com os meios da época. Está claro que a variação da agulha ajudou certamente o piloto, mas tal não é indicado por Figueroa.

O nosso piloto terá tentado passar pelo canal dos 9º existente entre as ilhas de Mamale e as actuais Maldivas, mas várias peripécias aconteceram, com eminências de encalhe nas ilhas de Mamale, ventos fracos e contrários, etc. Na imagem da Figura 9 faz-se uma reconstituição possível da derrota dos navios.

Houve contacto com os habitantes da área, descritos de forma muito colorida e com detalhes preciosos, que muito contribuem para um melhor conhecimento das relações entre os europeus e os povos locais.

Depois de uma aterragem em Cananor, navegou-se ao longo da costa atingindo os navios finalmente Goa.

Note-se que a viagem de Lisboa a Goa foi feita apenas com um avistamento, o da ilha de Porto Santo e com o reconhecimento do fundo do Cabo das Agulhas, que não foi avistado. Só nas ilhas de Mamale se avistou terra. De facto criticar é fácil, o difícil teria sido ser responsável pela condução da navegação!

Na aproximação à costa são contados episódios relacionados com o encontro de embarcações locais, cujos tripulantes foram tratados com bastante humanidade. Fala-se também em cartazes apresentados pelos referidos navios, um assinado Luís Lobo, "capitan de Cananor" e outro "... de ciertos capitanes olandeses en nombre

[26] Cf. *Comentarios*, vol. I, pp. 97, 98.

del Conde Mauriçio". É também referida, durante a descrição de uma almadia, a costura do seu tabuado com cairo.[27]

A cidade de Goa e o seu território são descritos com um detalhe possivelmente superior aos de Linschotten ou Pyrard de Laval. Interessará certamente a diversos especialistas tal como todas as outras descrições tão completas e ricas de todos os locais visitados.

No meu caso concreto, as descrições de natureza náutica são também um excelente complemento ao que já se conhece sobre as condições de abrigo do porto, as dificuldades de navegação em águas interiores, etc.[28]

Viagem a Ormuz

Depois das conhecidas vicissitudes, com dificuldades em obter meios para executar a sua missão, mostrando as autoridades locais muito pouca vontade em colaborar, o nosso embaixador largou finalmente de Goa para Ormuz numa naveta de 200 toneladas, propriedade de um mercador de Baçaim.

Neste navio estavam embarcados o mercador e sua família, 20 mouros marinheiros e ainda passageiros, totalizando 107 pessoas. Não tinha artilharia nem soldados e a navegação era conduzida por um piloto persa natural de Mogostan, uma região contígua a Ormuz.

O facto de a naveta ser conduzida por um piloto do Índico, é, já no século XVII, uma excelente achega para o melhor conhecimento da evolução da técnica náutica por parte dos navegadores locais.

Vejamos a reconstituição da derrota, baseada de igual modo na informação diária de rumo e direcção e intensidade do vento, que mostra que, contra a vontade expressa do piloto, o navio aterrou demasiado ao Sul, perto das ilhas de Cúria Muria, quando a sua intenção, e cito, "... era bien demandar mas altura si el viento le fauoreçiese y doblar el Cabo Roçalgate antes de descubrir ninguna outra tierra de la costa de Arabia". Ver Figura 10.

[27] Cf. *Comentarios*, vol. I, pp. 106-109.

[28] Sobre o porto de Goa e outros portos portugueses do Oriente, ver um trabalho apresentado recentemente em Delhi no *International Seminar on Cities in Medieval India (1200-1800)*, organizado pelo Academic Staff College – JNU, New Delhi, 2008: José Manuel Malhão Pereira, *Goa, Daman and Diu, Safe Harbours for the Portuguese Trade* (a publicar).

Parece que o vento terá sido muito escasso durante toda a viagem e o navio bolinava mal, o que aliás é afirmado no texto. Contudo, o piloto poderia ter aproveitado com mais cuidado as alturas em que o vento se tornou mais favorável, ganhando Norte.

Figueroa afirma, a dada altura que:

> No se auia tomado el sol porque en el patage no se halló astrolabio, y nuestro piloto, que era un persiano natural de Mogostan, [...] no lo traia ni otro instrumento para tomar el sol, ni las estrellas de noche, mas de uno muy estraño y grosero, de hechura de peyne com algunas cuerdas que salian del, dados muchos nudos en ella. Con esta investigaçion de que generalmente vsan todos los malemos ó pilotos arabes, tomaba nuestro Mustafa la altura de la estrella Polar y de alguna de las guardas...

Na realidade, no Índico Norte navegava-se ao longo do paralelo correspondente ao porto de destino, visto que as navegações daquela área oceânica se desenvolviam essencialmente no sentido Leste-Oeste.[29]

Medindo a altura da Polar na sua passagem meridiana inferior com instrumento adequado, os pilotos atingiam o paralelo correspondente ao do destino, onde a altura da Polar, nessa sua posição concreta, tinha um valor já conhecido.

Esse instrumento, *kamal*, e essa técnica, que Vasco da Gama encontrou em 1499 e que João de Lisboa e André Pires mencionam e comentam nos seus *Livros de Marinharia*, era ainda usada, como se vê, no século XVII, apesar das inovações introduzidas pelos europeus na técnica náutica.[30]

Veja-se então novamente (Figura 10), a derrota que o piloto deveria ter usado de acordo com estes princípios, mas que não conseguiu executar, ou porque o vento não o permitiu ou porque as suas observações astronómicas não foram correctas.

[29] Sobre este assunto ver: José Manuel Malhão Pereira, *East and West Encounter at Sea* (Lisboa, 2002); José Manuel Malhão Pereira, *The Stellar Compass and the Kamal: An Interpretation of its Practical Use* (Lisboa, 2003); José Manuel Malhão Pereira, *As Técnicas Náutica Prégâmicas no Índico* (Lisboa, 2004); José Manuel Malhão Pereira, "The Evolution of Nautical Science and its Contribution Towards Bringing Peoples Together", in José Manuel Malhão Pereira & Jin Guo Ping, *Navegações Chinesas no Século XV: Realidade e Ficção* (Lisboa, 2006); José Manuel Malhão Pereira, *Algumas das Consequências Geográficas e Náuticas das Navegações Chinesas do Século XV* (Lisboa, 2006).

[30] Sobre a referência em textos portugueses da época dos descobrimentos às técnicas náuticas do Oceano Índico ver José Manuel Malhão Pereira, *Indian and West Pacific Ocean's Navigation Techniques in Portuguese Early Sources*, comunicação apresentada em 2010 no Seminário realizado em Mandovi, Índia, *Gujarat and the Sea*, patrocinado pelo Darshak Itihas Nidhi (a publicar).

Esta informação de Figueroa, é mais uma prova de que os marinheiros usam apenas as técnicas mais simples e eficientes que se adaptem às suas condições de navegação, apesar de este piloto persa ser eventualmente pouco eficaz na sua utilização.

Note-se também que as cartas portuguesas da época são um excelente auxiliar de identificação da toponímia costeira do documento, complementando muito bem o monumental trabalho do Visconde de Lagoa, o *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*.[31] Veja-se por exemplo um excerto de uma carta de João Teixeira de 1643 (Figura 11).

Viagem de regresso

No texto dos *Comentarios* existem, como acima se disse, mais dois passos com interesse para a náutica que correspondem às descrições das viagens de regresso a Espanha, que Figueroa tentou primeiro sem sucesso em 1621 a bordo de uma caravela e que finalmente concretizou a bordo da nau *S. Tomé*, cuja descrição termina com a morte do embaixador, já dobrado o Cabo da Boa Esperança.

Há ainda a viagem de Ormuz a Goa a bordo de um patacho. Nesta viagem, também bem descrita e com detalhe no texto, há uma interessante informação da existência a bordo de um artilheiro japonês, que já tinha estado na Europa durante alguns anos, para donde viajou desde Manila e México.[32]

Tentativa de regresso na caravela

Em 19 de Dezembro de 1621, largou Figueroa de Goa a bordo da caravela *Nuestra Señora de Nazareth*, "... con el terreño del Norte, aunque tan flaco que en mas de tres oras no se alexó del puerto una legua, haziendose viage a Oeste, 4 á Noroeste, y despues con la viraçion del Sur tanbien muy flaca, hasta las çinco de la tarde, no auiendo podido en todo este tienpo perder la tierra de vista, de que se estaria poco menos de seis leguas".[33]

Segue-se a descrição da viagem com linguagem idêntica, que como se vê é rica em detalhes náuticos, tecnicamente apropriados.

[31] Visconde de Lagoa, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina: Ásia e Oceania* (4 vols., Lisboa, 1953-1954).

[32] Cf. *Comentarios*, vol. II, pp. 475-484.

[33] Cf. *Comentarios*, vol. II, p. 499. O *terral* e a *viração* são, como se sabe, os ventos que sopram até cerca de 20 milhas de uma costa onde o gradiente é fraco, proporcionando uma variação da direcção do mesmo ao longo do dia ocasionada pela variação da pressão devida ao desigual aquecimento / arrefecimento do mar e da terra.

Antes de prosseguir e apresentar a reconstituição desta viagem frustrada, veja-se uma relação aproximada do pessoal embarcado, que dá uma imagem das condições em que na época se navegava em navios de pequeno porte. Iam a bordo, segundo os *Comentarios*, além dos oficiais (mestre e pilotos, certamente), 3 artilheiros, 31 homens de mar, 15 ou 16 criados do embaixador, 10 a 12 escravos e ainda o capelão e um frade leigo de S. Francisco. Veja-se na Figura 12, uma conjectura desta viagem até à chegada a Moçambique.

Logo no início esteve presente durante todo o dia 19 e parte do dia seguinte, a ameaça de ataque de onze *paraos* Malabares, que perseguiram a caravela, felizmente sem sucesso. Contudo, mais uma vez se comenta a desorganização de bordo, nomeadamente o atravancamento do convés com mercadoria, que quase torna inúteis as oito pequenas peças de artilharia embarcadas.

A viagem prosseguiu para Oeste com vento relativamente regular dos quadrantes de Leste, correspondentes à monção de Nordeste já estabelecida.[34] Foi-se reconhecer a costa de África, que se avistou a 2 de Janeiro por 10º N. Depois de avistar uma das Quirimbas e de dobrar o cabo Delgado, e de com alguma dificuldade ter atingido Moçambique, fundeou-se finalmente naquele porto, onde se permaneceu de 23 a 26 de Dezembro. Moçambique é descrita com grande detalhe, não só de carácter geográfico como político.

Há, entre outras interessantes informações náuticas, a descrição das manobras da caravela, sendo designadas as velas e mastros. Deveria tratar-se de uma caravela redonda, visto que há referências a cevadeira, velas de gávea, papafigos e monetas.[35] Estas designações são mais adequadas, apesar de tudo, ao velame de uma nau, pelo que seria interessante uma análise mais detalhada desta matéria por especialistas da área arqueológica e de construção naval.

A 26 largou o navio de Moçambique, com vento SW e S fraco. Até 30 os ventos de Sul continuaram, só rondando para N na manhã daquele dia. Contudo, o canal de Moçambique e as suas correntes e ventos mostraram a sua força e impediram que se concretizasse a continuação da viagem, a caminho de Lisboa.

De facto, desde a largada a 26 até ao dia 9 de Fevereiro o navio tentou romper para Sul, mas ventos contrários e tempestuosos, mares alterosos e dificuldades na condução da navegação, originaram a necessidade de arribar às Quirimbas. Em toda a descrição há importantes informações sobre o velame do navio, sobre as correntes e

34 Cf. *Comentarios*, vol. II, pp. 498-514.

35 Ver por exemplo a descrição do início do temporal de Sul, no canal de Moçambique, a 4 de Fevereiro. Cf. *Comentarios*, vol. II, p. 522.

ventos no canal de Moçambique e ainda muito completas descrições geográficas não só de Moçambique, como também das Quirimbas. A administração e povoamento destas ilhas são também referidos.

Dado que o navio escalou em seguida Moçambique, são dadas mais informações de carácter geográfico e ainda o embaixador faz uma extensa crítica técnica à construção das fortificações da ilha. Foi decidido regressar a Goa, apesar da teimosia do piloto que ainda tentou romper para Sul.

A largada de Moçambique deu-se a 14 de Março, tendo-se assim iniciado o regresso aproveitando a monção pequena, que contudo sopra normalmente a partir de meados de Abril. Por essa razão, a viagem iniciada naquela data a pedido e insistência do embaixador, foi difícil, dado ainda não estar estabelecido o vento Sudoeste.

Ventos de SE e E sopraram frequentemente, pelo que a navegação prosseguiu ganhando Norte a pouca distância da costa. A 24 de Abril estavam a 7º N, até que no dia seguinte começou a ventar de S, permitindo com a nítida entrada já da monção, avistar Socotorá a 4 de Maio, que foi deixada por bombordo.

A viagem prosseguiu com vento favorável e com as habituais críticas do embaixador ao piloto. A costa da Índia é avistada em 26 de Maio, sendo a entrada da barra algo problemática, dada já a força do vento da monção de Sudoeste. Foi verificado que a barra ainda não estava fechada, mas a eventual dificuldade em a entrar com sucesso levou à habitual discussão dias antes a bordo se se deveria ou não pensar em entrar em Diu ou Bombaim, que eram as alternativas possíveis atendendo ao adiantado da monção.

No texto é discutida a dificuldade de entrada na barra de Goa, sendo dados interessantes detalhes técnicos.

Viagem definitiva de regresso a Espanha

Depois de alguns atrasos, como era habitual, a nau *S. Thomé* largou de Goa a 1 de Fevereiro de 1624.[36] Também como era costume, o navio ia completamente atravancado ("... mas que doblada carga ..."), especialmente no convés, com carga particular, que excedia em muito o autorizado pela coroa. Este facto mereceu mais duras críticas do narrador.[37] Foi ao dobrar o Cabo que o nosso Embaixador faleceu, tendo

36 Cf. *Comentarios*, vol. II, pp. 604-608.

37 A problemática do porte e outras características das naus da Carreira da Índia portuguesa foi longamente discutida durante o período Filipino, tendo a coroa tomado várias medidas tendentes a moralizar e tornar mais eficiente o transporte marítimo e a defesa da carga e de outros dos

aí terminado a narração da mesma. Na Figura 12 é feita a possível conjectura da viagem, visto os dados fornecidos serem por vezes confusos e algo contraditórios.

No texto perpassam os rancores de Figueroa e a sua animosidade aos pilotos portugueses, aos navios portugueses e aos marinheiros portugueses, de uma maneira geral. Diz-se por exemplo que nunca os marinheiros lusos reconheceram a ilha de Diogo Rodrigues, que já ingleses e holandeses na época reconheciam. Critica-se a falta de conhecimento das posições dos baixos correspondentes à viagem por fora, e que na carta esquemática mas moderna que apresentamos nas reconstituições das derrotas são de facto em grande quantidade e muito dispersos. Contudo não acompanhava completamente a condução da navegação.

De facto, se compararmos essa carta moderna com as cartas portuguesa da época, vemos que os baixos estão assinalados correctamente em latitude, mas, naturalmente errados em longitude. Para colmatar esta falha, usavam os pilotos portugueses com êxito a variação da agulha.

Também temos que ver que na época em causa, à coroa portuguesa interessavam os portos e escalas que ao longo de mais de um século de exploração sistemática (cujos frutos foram mais tarde aproveitados por ingleses, franceses e holandeses), se verificaram os adequados para as suas missões. Não era certamente a ilha de Diogo Rodrigues uma escala de interesse, visto que na viagem de e para a nossa Índia o objectivo fundamental era efectuá-la no mais curto espaço de tempo, sendo a ilha de Diogo Rodrigues essencialmente usada como referência para a longitude.

Verifica-se que o Padre Cristóvão Bruno vinha embarcado, e chegou mesmo a determinar a bordo a longitude por um eclipse de Lua, que estava certamente muito errada, dados os meios da época. É contudo muito interessante esta informação, que foi usada pelo narrador para mais uma vez criticar o piloto. Usando um programa de

interesses do estado a bordo dos navios nacionais. A falta de disciplina e a ganância individual, a que os altos responsáveis de bordo não eram alheios, foi a principal responsável por muitos dos trágicos naufrágios, que se concretizaram essencialmente nas costas do Sul de África. Este assunto é abordado em trabalho recente que foi apresentado na África do Sul em reunião do *Centre for Portuguese Nautical Studies*. Ver José Manuel Malhão Pereira, "Nine Portuguese ships wrecked and nine sites identified: A Nautical study of their voyages from India to the South-African Coast", *Second Conference on Portuguese Maritime Archaeology & History*, Mossel Bay, 2006 (a publicar). O narrador é muito eloquente quando comentando o excesso de carga e a indisciplina reinante afirma: "... pues hasta el lugar disputado para los rrequisitos forçosos de naturaleça iua del todo inpedido, sin auer alguno de los ministros que rremediase tan notables desordenes, antes eran ellos, desde el mesmo Virrey, quien lo permitia, siendo mucha de la carga suya. Esta a sido la prinçipal causa de auerse perdido tantas naos de Portugal sin lleuar defensa contra el mar ni los enemigos, y ansi salimos los que en ella iuamos enbargados a mas euidente peligro que alguna otra". Cf. *Comentarios*, vol. II, pp. 608-609.

astronomia, verifica-se que de facto a 3 de Abril de 1624 foi observado naquela área um eclipse do nosso satélite, que se poderá confirmar pela Figura 13.[38]

O Padre Cristóvão Bruno também intercedeu na sua missão de religioso, tendo em altura mais complicada da navegação perto do Cabo, sugerido que se orasse a S. Francisco Xavier, cuja canonização se estava a celebrar quando o navio saiu de Goa.

A viagem foi executada conforme esquematicamente mostra a Figura 12, verificando-se que o piloto, em vez optar pelo reconhecimento da costa do Natal pela altura de 28 a 30° S, decidiu demandar o Cabo em maior altura, o que de facto não era o procedimento recomendado. Contudo, o Cabo foi dobrado com sucesso a 26 de Abril, como a gravura mostra.

Contudo, esta viagem e a sua descrição (e a de todas as outras deste documento), tem elementos muito úteis para o estudo da Carreira da Índia.

Conclusões

A análise deste documento mostrou-nos que o mesmo é muito rico em todas as áreas, sendo-o também na área náutica, visto que contém vasta informação relativa a viagens de longo e médio curso nos mares navegados pelos navios portugueses, numa época em que os diários náuticos e descrições de viagens são de número muito reduzido.

As informações náuticas contidas nas descrições das viagens por mar são bastante precisas e em grande número, visto darem a informação diária relativa a ventos, correntes, latitudes observadas e outros elementos, que permitiram fazer uma reconstituição aproximada das derrotas dos navios. Estas conjecturas de derrotas são mais um contributo útil para uma melhor interpretação da Carreira da Índia e ainda do transporte marítimo no Índico Norte nas primeiras décadas do século XVII.

O documento contém ainda, na viagem de Goa para Ormuz, efectuada em navio cujo piloto era persa, interessante informação sobre a técnica náutica usada pelos marinheiros do Índico já numa época em que poderiam ter assimilado as técnicas europeias. Será mais uma prova de que aquela técnica local, usada há centenas de anos, era suficiente para a navegação naquela área restrita do Oceano Índico.[39]

[38] Introduzimos no programa *Starry Night* a data e coordenadas aproximadas do evento, e detectámos a ocorrência do eclipse de Lua, como se poderá ver na referida Figura 13.

[39] A técnica europeia foi lentamente introduzida na área, como o provam os estudos de Lotika Varadarajan sobre o assunto, nomeadamente o que corresponde à publicação de um manual náutico das ilhas Lacadivas, localmente designado por *Rahmani*. Neste manual, escrito em ma-

A informação relativa a António de Mariz Carneiro, na viagem de Lisboa a Goa, nomeadamente relativa aos seu carácter e à função que iria exercer a bordo, lançam mais alguma luz sobre esse polémico assunto tão nebuloso ainda. De facto, e como indicámos acima, tratava-se de testar a ideia de Luís da Fonseca, mas Mariz Carneiro não se inibiu de informar que a ideia era sua. Estas informações de Figueroa serão incorporadas no já longo estudo sobre este assunto e poderão lançar alguma luz sobre o mesmo.

Outra muito interessante informação é o regresso a Portugal do célebre professor do Colégio de Santo Antão, o Padre Cristóvão Bruno, que vinha embarcado com Figueroa na nau *S. Thomé*, em 1624. A seca informação de que este autor de tantos trabalhos náuticos e de tão elevados conhecimentos de astronomia e navegação, sem qualquer menção a este facto, mostra a real falta de interesse científico de Figueroa, que parece apenas limitar-se a criticar os pilotos que com ele embarcam, sem aprofundar as causas dos seus erros, quando os houve.

O mesmo acontece com as relações de Figueroa com Gaspar Ferreira Reimão, piloto de reconhecido mérito e que tão úteis roteiros produziu. A importância que Reimão dava à variação da agulha, cuja observação diária cuidada poderá ter permitido a travessia de todo o Índico desde o Cabo a Goa, sem avistar terra e sem encalhar, navegando por entre os baixos que salpicam toda a área, não é mencionada por Figueroa. De facto, o embaixador praticamente só se limita a criticar o piloto, não tendo aparentemente compreendido os seus procedimentos, assim como numa longa viagem como a de regresso, não denota nenhuma curiosidade em trocar ideias com um insigne astrónomo, como era Cristóvão Bruno.

A determinação do eclipse de Lua por parte do nosso astrónomo não é descrita com qualquer detalhe, revelando que o embaixador, homem que necessariamente tinha alguma instrução, não tem qualquer curiosidade por um acontecimento tão importante a bordo de um navio da época.

Perpassa portanto em toda a descrição das viagens por mar e durante as estadias em terra, uma grande animosidade de Figueroa para com os pilotos e também outras entidades portuguesas. Contudo temos que reconhecer que o Embaixador não foi muito bem tratado pelas autoridades portuguesas, que muito possivelmente consideravam que sendo a área para onde este se deslocava em missão de influência lusa, não fazia sentido que não fosse de nacionalidade portuguesa o embaixador.

laiala, estão descritas as técnicas ancestrais do oceano Índico e também as técnicas modernas introduzidas pelos europeus. Ver Lotika Varadarajan, *The Rahmani of M. P. Kunhikunhi Malmi of Kavaratti: A Sailing Manual of Lackshadweep* (Delhi, 2004).

Resta-nos reafirmar o grande valor deste documento, cuja discussão será certamente útil para o aprofundamento da história da expansão ibérica em muitos dos seus aspectos.

Entre a curiosidade e a melancolia. Deambulações pela Goa de Don García

Ângela Barreto Xavier *

A Goa e aos territórios circundantes D. Garcia de Figueroa dedica vários capítulos dos seus *Comentarios*, cinco dos quais, todos eles no segundo livro, são descritivos, obedecendo às rotinas literárias em voga na época, enquanto os restantes, no sétimo livro e no oitavo livro, revelam um estilo mais narrativo, e, de certa forma, confessional.

Enquanto balizas da sua estada asiática – D. Garcia atraca em Goa, a 6 de Novembro de 1614 e apenas dez anos mais tarde, a 14 de Abril de 1624, abandona a Ásia, partindo da mesma cidade – estes capítulos constituem-se como uma espécie de antecâmara e de epílogo da mesma, remetendo para o contexto macro da viagem, para um tempo mais longo e para uma escala global, o tempo da união ibérica, das rivalidades anglo-portuguesas e luso-holandesas no Índico, das disputas entre mogóis e safávidas, e de outras potências regionais. Esse tempo político terá sido, simultaneamente, tempo de transformação pessoal, podendo as passagens por Goa ser entendidas, também, enquanto ritos de passagem, momentos iniciáticos para o homem Garcia de Figueiroa: primeiro, a abertura a um mundo cuja alteridade era radical; depois, o término mais ou menos inglório de uma biografia que parecia aspirar a mais.

A chegada a Goa é marcada pela curiosidade típica de um homem que partilhava, ainda, as matrizes eruditas humanistas e as leituras que delas faziam parte, e que se confrontava, pela primeira vez, com as realidades empíricas até então apenas imaginadas. A partida, após a experiência empírica da Ásia, resultado do confronto entre realidade imaginada e realidade percebida e experienciada, tornar-se-ia, ironicamente, o início da mais longa viagem.

Estes recortes servem de guia para as páginas que se seguem, as quais se desdobram, em primeiro lugar, em reflexões sobre as opções textuais de D. Garcia e o modo

* Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

como estas terão condicionado o fluir do texto; para, em seguida, se debruçarem sobre alguns conteúdos e aquilo para o qual estes remetem – aqui apresentados em função da rotação atitudinal que se identifica no embaixador, primeiro mais curioso, a seguir mais melancólico.[1]

Escritas paralelas, escritas conectadas

Ao intitular a sua narrativa *Comentarios*, D. Garcia parece querer distanciar-se dos modelos da literatura de viagens cada vez mais na moda, embora em permanente transformação. Todavia, ao fazê-lo não está a aderir ao género escolástico partilhado pela maioria dos académicos da época (de que o *Cursus Collegii Conimbricensis*, com os seus 5 volumes de *Commentarii* a Aristóteles são um caso paradigmático, cuja publicação antecedia em alguns anos a viagem de D. Garcia).[2] Muito embora tenham sido marcados, certamente, pela arquitectura dialéctica e retórica veiculada em volumes semelhantes aos referidos *Commentarii*, já que em Salamanca, onde estudou, também eram a lógica, a dialéctica e a retórica aristotélicas comentadas pelos professores aquelas que se estudavam nos cursos de Artes,[3] os *Comentarios* de D. Garcia remetem, ao invés, para a obra clássica de Júlio César.[4]

Os *Commentari de bello Gallico*, de César, relatavam as campanhas na Gália, entre 58 e 52 A. C., sendo duplamente interessantes, dada a sua dimensão descritiva (onde eram contemplados alguns aspectos relativos à topografia, à organização social e aos costumes da Britânia, Gália e Germânia) e o inegável protagonismo do seu autor, reiterado na maneira propagandística como a sua liderança e *virtus* é exaltada ao

1 Para quem estiver interessado numa crónica mais diarística, veja o livro que Carlos Alonso dedicou à embaixada de D. Garcia da Silva y Figueroa: Carlos Alonso, *La embajada a Persia de D. García de Silva y Figueroa (1612-1624)* (Badajoz, 1993).

2 A sua publicação inicia-se em 1591, terminando em 1606: *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Jesu in octo libros physicorum Aristotelis Stagyritæ* (Coimbra, 1591); *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Jesu in quattuor libros physicorum Aristotelisde Coelo* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in libros meteorum Aristotelis Stagyritæ* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in libros Aristotelis qui parva naturalia appelantur* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in libros Ethicorum Aristotelis ad Nichomachum aliquot Cursus Conimbricensis disputationes in quibus præcipua quaedam Ethicæ disciplinæ capita continentur* (Coimbra, 1595); *Commentarii etc. in duos libros Aristotelis de generatione et coruptione* (Coimbra, 1595); *Commentarii etc. in tres libros Aristotelis de Animâ* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in universam dialecticam nunc primum* (ed. Veneza, 1606).

3 Sobre este tipo de aprendizagem, veja-se Julia Haig Gaisser, "Teaching Classics at the Renaissance", *Transactions of the American Philological Society*, 131 (2001), pp. 1-21.

4 Importa referir que não é evidente, igualmente, o "género" literário do qual faziam parte os próprios *Commentarii* de César, nem o seu mais óbvio paralelo moderno (ver Vincent J. Cleary, "Caesar's Commentary: Writings in search of a genre", *Classical Journal*, 80, 4 [1985], pp. 345-350).

longo do texto.[5] Com muito sucesso na época moderna, o manual de César (ele próprio retomando tradições de escrita anteriores) serviu de guia para militares que eram simultaneamente humanistas, idolatrando a experiência romana – e os seus chefes – como o modelo a continuar.[6] Não surpreende, pois, que D. Garcia não tenha conseguido escapar a essa mesma ambição identitária.

É também possível que, para além dos *Commentarii* de César, Figueroa tenha tido ainda em mente Afonso de Albuquerque, o conquistador e estratega do Estado da Índia, responsável pela inclusão de Ormuz nos territórios sob domínio da coroa de Portugal, cujas façanhas tinham sido sintetizadas numa publicação patrocinada pelo filho, Brás de Albuquerque, publicada em meados do século XVI, e significativamente intitulada, também ela, *Commentarios*.[7] Educado por mestres humanistas, tendo viajado por Itália, quando acompanhou a infanta D. Beatriz à corte de Sabóia, não tenho dúvidas de que Brás de Albuquerque quis estabelecer uma analogia imediata entre as conquistas que o pai fizera no Índico e as conquistas de César na Europa.

Uma inscrição nessa tradição narrativa (e, também, numa tradição experiencial, a do militar de sucesso que regista as suas façanhas) molda, evidentemente, o texto do nosso embaixador. Não cabe aqui, neste pequeno capítulo que tem como objecto as páginas que D. Garcia dedica a Goa, explorar as alusões literárias que vai fazendo ao longo do texto (nomeadamente, na sua passagem pela Pérsia, onde a evocação de Alexandre, Dário, e dos heróis clássicos, era inevitável) que evocam o texto romano, nem conjecturar sobre os seus modos de leitura e recepção dos *Commentarii* cesáreos,[8] mas relembrar, sobretudo, como a sua geografia imaginada marcou o registo da experiência que D. Garcia procurou legar para o futuro.

5 Ver, a esse propósito, Christopher B. Krebs, "Imaginary Geography in Caesar's Bellum Gallicum", *American Journal of Philology*, 127, 1 (2006), pp. 111-136; mas também, Brice Erickson, "Falling masts, rising masters: the ethnography of virtue in Caesar account of the Veneti", *American Journal of Philology*, 123, 4 (2002), pp. 601-622.

6 *Commentarii de bello Gallico Lib. I-VII* (Burgos, 1491). A sua recepção no mundo papal foi recentemente analisada por Emily O'Brien, em "Arms and Letters: Julius Caesar, the "Commentaries" of Pope Pius II, and the Politicization of Papal Imagery", *Renaissance Quarterly*, 62, 4 (2009), pp. 1057-1097. O sucesso desta obra a um nível mais popular é atestado pelo rol de livros que Simão Pacheco, morador no bispado de Lamego, enviou à Inquisição de Coimbra, em 1621, no qual refere ter "hum livro francês que parece tratar das guerras de Cezar" (*in* Rita Marquilhas, "Que todas as pessoas, fação Rol de todos os livros que tiverem… Testemunhos seiscentistas de uma leitura privada em Portugal", *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, 9 [1997], p. 70).

7 Brás de Albuquerque, *Commentarios de Afonso dAlboquerque capitão geral & gouernador da India, colligidos... das proprias cartas que elle escreuia ao muyto poderoso Rey Dõ Manuel* (Lisboa, 1557).

8 Ver, a esse propósito, Daniel Wakelin, "Possibilities of Reading: Classical Translations in Parallel Texts, c. 1520-1558", *Studies in Philology*, 105, 4 (2008), pp. 463-486.

Na verdade, do pouco que se continua a saber sobre a sua biografia, não fica claro se essa ideia lhe terá surgido antes da partida (fazendo parte, nesse sentido, de um projecto de construção de si-mesmo à imagem e semelhança de César, como era típico na época, e a fortuna de textos como as *Vidas Paralelas* de Plutarco, ou até mesmo do *Il Libro del Cortegiano*, de Castiglione, dão conta desse registo simultaneamente imitativo e de vontade de superação do modelo original), se a meio da viagem, ou se, e até, terá sido apenas *a posteriori* que as anotações foram sendo configuradas dessa maneira.

Ou seja, não é evidente se a percepção e a experiência *in loco* foram explicitamente pré-determinadas por esse *template*, ou se ele se apôs ao registo da percepção e da experiência, constituindo como o aparato que permitiu a sua metamorfose em *récit* – ou seja, a imposição de uma ordem de sentido a um conjunto fragmentado de percepções e experiências, no sentido que lhe é atribuído por Paul Ricoeur –, e a sua legitimação enquanto tal. Mesmo que não tivesse lido, até então, os *Commentarii* de César, é bem possível, e tendo em conta a sua participação nas campanhas da Flandres, onde adquirira o posto de capitão, e o ter estado envolvido na resposta aos ataques dos ingleses a Cádiz, em 1596,[9] que D. Garcia se concebesse a si-mesmo como uma espécie de general da monarquia ibérica em *translatio* oriental – algo que podia entrar em contradição com o perfil de diplomata, cujo objectivo último era, precisamente, evitar a guerra –, capaz de suster um império asiático em evidente declínio.[10]

> Hércules me edificò
> Julio César me cercò
> Dos muros y torres altas
> Y un Rei Santo me ganò
> Com Garciperez de Vargas

era uma *quintillana* que se cantava em Sevilha, a propósito dos pais fundadores da cidade, e é muito provável que o embaixador também tivesse bem presente este imaginário clássico tão popularizado na época.[11]

9 Alonso, *La embajada a Persia*, pp. 19-23.

10 Sobre o estado do império asiático, ver *maxime* Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700* (Lisboa, 1993); Sanjay Subrahmanyam, *Explorations in Connected Histories* (2 vols., Londres, 2003); e Anthony Disney, *History of Portugal and of the Portuguese Empire* (2 vols., Londres, 2009).

11 *Apud* G. Kunoth, "Francisco Pacheco's Apotheosis of Hercules", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes,* 27 (1964), pp. 335-337; ver ainda Lorenzo Candelaria, "Hercules and Albert Dürer's «Das Meerwunder» in a Chantbook from Renaissance Spain", *Renaissance Quarterly*, 58, 1 (2005), pp. 1-44.

Essa identidade hercúlea permitiria que se diferenciasse da multiplicidade dos actores locais, e a sua escrita, da literatura de viagens que estava disponível desde o início de Quinhentos, na maior parte dos casos redigida por pessoas que tinham um estatuto social menos elevado que aquele que ele ostentava.

Encontra-se aí, desde logo, uma outra especificidade desta narrativa, pois estes *Comentarios* constituem os primeiros escritos com essa dimensão e ambição produzidos por um fidalgo da Península Ibérica em itinerância pelo mundo asiático, uma viagem realizada mais ou menos na mesma altura que um outro fidalgo de Castilla la Mancha percorria, já melancólico, por um mundo peninsular em transformação, deixando as suas impressões registadas no incontornável *D. Quijote.*

Não podendo renegar totalmente a longa tradição europeia e ibérica de viagem,[12] estes *Comentarios* assentavam numa *auctoritas* e *gravitas* de que a maior parte dos autores não dispunha. Se é inquestionável que participam do já vasto *corpus* informativo que visava 'iniciar' os que desconheciam o Oriente nos seus segredos naturais e históricos, reiterando dados dos mapas previamente traçados por atlas, catálogos, enciclopédias e outras sínteses já disponíveis, a elas acrescentando, sempre que possível, novidades – plantas e animais exóticos sobre os quais havia, ainda, pouca informação, identificação de ruínas, etc.[13] – eles também visavam ajudar os restantes decisores do império, oferecendo-lhes um manual político escrito por alguém que se apresentava como dispondo de mais saber e poder do que os actores históricos estabelecidos *in loco*, ou residentes na metrópole. Porque intermediário, enquanto embaixador, as garantias oferecidas pela escrita de D. Garcia eram, na sua própria perspectiva, inquestionáveis. Essa dimensão irrompe frequentemente, quer pelos comentários que faz sobre os "outros", quer pela maneira como lida com as contrariedades, como, e sobretudo, pelo protagonismo que se auto-atribui numa série de situações.

Desde logo porque a autoridade do diplomata constituía-se como algo distinto da *auctoritas* típica da literatura de viagem renascentista, a qual residia, sobretudo, no testemunho visual. A *auctoritas* de D. Garcia combinava aquela com um híbrido da velha autoridade – remetendo para conceitos de autoridade anteriores. Na verdade, o sentido que D. Garcia parece atribuir à sua escrita remete para os entendimentos de *auctor* e *auctoritas* tardo-medievais: *auctor* enquanto o garante de uma verdade que

12 Da qual fazem parte outros testemunhos ibéricos igualmente notáveis (a *Peregrinação*, se pensarmos na itinerância, e o *Soldado Prático*, se preferirmos o manual político).

13 Veja-se, a esse propósito, o recente artigo de Dániel Margócsy, "«Refer to folio and number»: Encyclopedias, the Exchange of Curiosities, and Practices of Identification before Linnaeus", *Journal of the History of Ideas*, 71, 1 (2010), pp. 63-89, e bibliografia aí citada.

anunciava aquele que era mestre de determinado saber, e a *auctoritas* enquanto a garantia de credibilidade da testemunha, complementos da *potestas*.[14]

Essas articulações surgem expressas no seu texto de múltiplas maneiras – seja pela evocação do seu estatuto, seja por determinado tipo de observação que marcava a sua diferença. É o caso das observações que faz, com algum detalhe, sobre o calçado dos baneanes e o modo como este era semelhante ao calçado das estátuas do Egipto, Palestina, Grécia e Síria, onde, no século XVII, se já não usava, complementadas por citações de Dicearco de Messina, historiador e geógrafo dos séculos IV e III a.C, autor de uma série de obras das quais apenas restavam fragmentos, a alguns dos quais ele tinha tido acesso.[15] Ou seja, não só a autoridade do autor ficava bem vincada, como o próprio texto passava a ser, por essa via, um texto autoritativo. Tal autoridade textual era tanto maior quanto maior fosse a acumulação de conhecimento sobre aqueles espaços e gentes, e era em relação a estes que a narrativa se iria posicionar. O que D. Garcia já sabia – as estruturas de conhecimento que dominava e que enquadravam o que viria a conhecer – era o que lhe permitia distinguir o familiar do curioso, não só para si-mesmo, mas também para os seus potenciais leitores. Isso mesmo é claramente expresso pelo autor dos *Comentarios* ao terminar a sua relação sobre os legumes que existiam nos territórios de Goa: "con el vtilissimo, feraçissimo y hermoso arbol de la palma se acabará la relaçion de las legunbres, plantas y frutas de esta isla, de la qual variamente an escrito muchos, ansi de los españoles que an pasado á las islas occidentales del Nueuo Mundo, como á esta India mayor y menor y oriental Æthiopia".[16] Era essa capacidade de diferenciação que autorizava o seu olhar e a sua experiência, e até mesmo a inclusão de fábulas, o que já não seria permitido nas narrativas de viagem mais "científicas", na qual deixaria de haver espaço para esse tipo de exotismos (para se dar lugar a outros, é certo).[17]

Já o modo como D. Garcia se expressa em relação aos naturais da Índia – diz ter medo dos "negros", e utiliza esse vocábulo abundantemente para definir, no geral, os indianos, explicando que esse medo "avia en toda mi familia"[18] – é sintomático da crença numa assimetria "civilizacional" de partida, em função da qual se percebe, se experiencia, se regista, e se atribui sentido à experiência. Essa crença manifesta-se

14 Jan Ziokolwski, "Cultures of Authority in the Long Twelfth Century", *Journal of English and Germanic Philology*, 108, 4 (2009), pp. 425 e sgs.

15 *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, p. 185.

16 *Comentarios,* vol. I, p. 157.

17 Jaś Elsner & Joan-Pau Rubiés (eds.), *Visions and Voyages: Towards a Cultural History of Travel* (Londres, 1999), p. 4.

18 *Comentarios*, vol. I, p. 147.

noutros lugares do texto, quer a propósito da pouca indústria que estes manifestavam no cultivo da terra, ou – e registe-se este *topos* tipicamente orientalista – quer à sua pouca capacidade para organizar o trabalho. No capítulo terceiro do segundo livro contempla, durante algum tempo, o trabalho dos ourives da cidade de Goa, aos quais dedica algumas reflexões. Começa as suas observações com a constatação de que estes não tinham a "inuentiua de los offiçiales de Europa", utilizando, ao contrário daqueles, muito menos ferramentas, e recorrendo a práticas mais artesanais:

> Y si como estos offiçiales labran com façilidad y poca costa, tuuieran asistençia al trabaxo y con la continuacion que otras naçiones, fueran muy caudalosos y prosperos en su ganançia, pero generalmente com çierta flaqueza y poca consistençia natural, tienen poco vigor en todas sus acçiones.[19]

O mesmo desdém manifesta-se em relação aos portugueses. No capítulo segundo do livro segundo, e a propósito daquilo que, no seu entender, era um mau-aproveitamento dos solos de Goa, não se coíbe de dizer que a "la uana presunçion, aunque en gente baxissima de los que vienen de Portugal" impedia que a agricultura fosse praticada e que fosse quase nenhuma a "indústria" aplicada ao cultivo.[20] Nesse sentido, D. Garcia incarna plenamente os mecanismos de distinção identificados por Pierre Bourdieu. Por um lado, o modo como se expõe, como expõe o seu corpo, a centralidade que se atribui na relação com o mundo, exprime o sentido do seu valor social. Por outro, a sua inscrição social estrutura o seu princípio de visão e de divisão (a hierarquia entre sociedades europeias e asiáticas, mas também, como se verá, entre espanhóis e portugueses).[21]

São estas as primeiras características formais dos *Comentarios* que convém assinalar. Por um lado, a inevitável disjunção entre experiência e representação. Por outro, o formato que essa disjunção assume, marcada como é pela *auctoritas* do embaixador, o que distancia a sua narrativa dos modelos de literatura de viagens tradicionalmente propostos – a viagem tipo peregrinação, cujo objectivo era uma busca espiritual, a viagem aberta, sem um fim e um final pré-definidos, e os sub-tipos que, a partir daí, podiam ser declinados[22] – aproximando-a da diarística auto-biográfica dos políticos, oscilando, ainda assim, entre estes diversos géneros de literatura. À disjun-

19 *Comentarios,* vol. I, pp. 177-178.

20 *Comentarios*, vol. I, pp. 156-157.

21 Pierre Bourdieu, *La Distinction: Pour un esquisse de la critique du jugement* (Paris, 1978), pp. 549 e 552.

22 Para uma visão de síntese sobre esta, veja-se Elsner & Rubiés, "Introduction", *Visions and Voyages*, pp. 1-56, e Peter Hulme & Tim Young (eds.), "Introduction", *The Cambridge Companion to Travel Writing*, ed. Peter Hulme & Tim Young (Cambridge, 2002), pp. 1-13. Um bom *review article* com mais reflexos sobre o tema encontra-se em M.G. Aune, "Early-Modern Travel Writing after Orientalism", *Journal of Early-Modern Cultural Studies*, 5, 2 (2005), pp. 120-138.

ção entre experiência e representação, e às características que ela adquiriu na narrativa de D. Garcia, acrescenta-se a variação estilística que se pode identificar entre os primeiros dois livros e os demais.

É que à semelhança de César, nos seus *Comentários* D. Garcia apresenta-se, na maior parte do texto, na 3ª pessoa do singular, mas não recorre a esse dispositivo nos registos relativos à sua primeira estada em Goa. A certa altura escreve – "estando eu para me sentar à mesa, numa noite, em Goa [...]" –, acrescentando mais adiante – "Não deixarei de relatar aqui que logo depois de ter chegado à Índia[...]" –, ou – "E para certificar-me de que isto era assim [...]". O modo altera-se depois de abandonar o continente indiano, auto-designando-se como embaixador – "esta relação achou o Embaixador em Xiras" –, ou – "achando-se o Embaixador cansado [...]".[23]

O que é que explica essa variação estilística? Serão as anotações feitas durante a sua primeira estada em Goa as únicas verdadeiramente autógrafas? Ou, e ao invés, não teve tempo de regressar a elas, de modo a alterar o nominativo, substituindo-o pela terceira pessoa, "o embaixador"? Ou terá lido os *Commentarii* de César – ou ter-lhe-ão falado deles – apenas em Goa, e foi a partir daí que começou a escrever-se na terceira pessoa? Em que medida é que esta variação se articula com a transição do modelo adoptado até a primeira estada em Goa (os primeiros dois livros), o qual se aproxima mais do registo do viajante e naturalista clássico, para o que organiza as restantes partes, mais próximo, em muitos aspectos, dos *Commentarii*?

Se essas matrizes mais ou menos visíveis organizam o texto, algumas anotações nele colocadas por D. Garcia permitem-nos entrar por outros contextos que se cruzam com a sua escrita. Por exemplo, fica-se a saber que até 9 de Junho de 1615 – primeira parte do seu período goês –, D. Garcia também estivera concentrado na redacção da *Hispanicae Historiae Breviarium*,[24] síntese da história de Espanha, tão ao gosto da época, a qual apenas seria publicada em 1628, em Lisboa. O livro disponibiliza uma história da Península Ibérica (e, concretamente, dos territórios "espanhóis") até 1492, ano da viagem de Colombo, e é provável que a sua escrita se tenha desenvolvido durante a viagem de barco, acabando por ser finalizada em Goa. Oferecido a Vicente Nogueira, que lhe dera livros da sua própria biblioteca, o pequeno *Breviarum* é muito esclarecedor nas páginas iniciais em relação a algumas das referências intelectuais do diplomata: Salústio, Lívio – que narrara as campanhas de César –, mas também Tácito – um dos narradores das razões do declínio do império romano –, este último cada vez mais uma "autoridade" para os novos escritores de história.[25] Constitui, por isso mesmo, mais um fio de leitura que dá acesso aos próprios *Comentarios*, pois revela mais um aspecto da biografia intelectual do seu autor, imerso em saberes históricos e geográficos e na extroversão da sua relação com os mesmos.

Não se sabe se foi só depois da conclusão deste livro que D. Garcia começou a redigir, a partir das notas que foi acumulando, as partes relativas a Goa, mas é certo que estas notas foram sendo revisitadas ao longo do tempo, como se pode concluir a partir das referências que faz, no capítulo primeiro do livro segundo, a eventos que ocorreram entre 1615 e 1620. O segundo livro terá sido terminado a 9 de Janeiro de 1617, mas, como se pode notar das referências a episódios ocorridos em 1620, também ele terá sofrido intervenções por essa altura.[26]

A estas considerações formais importa acrescentar um olhar iconológico, o qual permite vislumbrar nele categorias culturais mais latas, associadas ao período e às geografias das quais D. Garcia era oriundo.[27]

Por um lado, a curiosidade, ou, como lhe chama Krysztof Pomian, as "culturas da curiosidade", tipicamente quinhentistas, reveladas no inquérito ao mundo natural, no escrutínio sistemático de alguns objectos, no seu caso, e sobretudo, animais, a revelação do escondido, a admiração pela natureza, a resposta emocional e cognitiva à experiência da diferença.[28] Curiosidade que também se expressava materialmente na colecção e exposição de curiosidades, nas *Wunderkammern,* nos *Cabinets de Curiosités* (e é relevante relembrar, aqui, que D. Garcia foi acumulando curiosidades, desde animais monstruosos empalhados, a outras recordações "curiosas", ao longo da viagem), nas galerias de mapas, todos eles lugares de reconhecimento dessas dinâmicas de captura e conquista do mundo.

---

23 *Comentarios,* vol. I, pp. 146-148, 371 e 390.

24 *Hispanicae Historiae Breviarium : ad illustrem, et generosum D. Don Vincentium Noguéram R. Pp. utriusque Signature Referendarium, Sacrarum Majestatum Caesareae & Catholicae Consiliarium, Leopoldi Austriae Archiducis Cubicularium / autore illustrissimo, et generosissimo D. Don Garcia de Silva, & Figueróa Philippi III Hispaniarum Monarchae Consiliario, eiusque ad Xaà Abbàs Persarum Regem Legato; ex Bibliotheca Noguerica nunc primùm edit Antonius Furtado de Rocha presbyter, eidem D. Don Vicentio a sacris; Philosophus, & sacrae Theologia initiatus; in Collegiali S. Petri Ponta-delgadensis Ecclesia, Philippi Regis IIII nominatione, designatus beneficiarius* (Lisboa, 1628).

25 Para além dos livros de Anthony Grafton, *Defenders of the Text: The Traditions of Scholarship in the Age of Science, 1450-1800* (Cambridge, MA, 1991), e *What Was History? The Art of History in Early Modern Europe* (Cambridge, 2006), veja-se, também, Zachary Sayre Schiffman, "Renaissance Historicism Reconsidered", *History and Theory*, 24, 2 (1985), pp. 170-182; Zachary Sayre Schiffman, "An anatomy of the Historical Revolution in Renaissance France", *Renaissance Quaterly*, 42, 3 (1989), pp. 507-533; Jacob Soll, "Amelot de La Houssaye (1634-1706) Annotates Tacitus", *Journal of the History of Ideas*, 61, 2 (2000), pp. 167-187; Jacob Soll, "Empirical History and the Transformation of Political Criticism in France from Bodin to Bayle", *Journal of the History of Ideas*, 64, 2 (2003), pp. 297-316.

26 *Comentarios,* vol. I, pp. 132, 157 e 218.

27 Olhar inspirado na metodologia desenvolvida por Erwin Panofski, *Estudos de Iconologia* (Lisboa, 1995).

28 R. J. W. Evans & Alexander Marr (eds.), *Curiosity and Wonder from the Renaissance to the Enlightenment* (Aldershot, 2006).

Os sentidos que lhe eram atribuídos na época são menos positivos do que os que lhe são atribuídos pelos intérpretes actuais daquelas práticas de curiosidade, de tais culturas da curiosidade. A *Nova Iconologia* de Cesare Ripa, de 1603, e o *Vocabulario* de Bluteau, cuja publicação se inicia em 1712 oferecem-nos boas balizas para esse universo de sentidos do qual D. Garcia devia participar, dificilmente qualificando-se a ele próprio, por isso mesmo, como curioso.

Associando-a à figura do viajante, do descobridor, do cientista, na *Nova Iconologia* (1603), o católico Ripa sintetiza a "curiosidade" como "o desejo sem freio daqueles que querem saber mais do que devem".[29] Os olhos grandes significavam o homem curioso, as mãos altas, a vontade de saber, bem como as asas e os cabelos longos – demonstrativos do pensamento vivo. Ripa escreve o seu tratado mais de um século tinha passado sobre as viagens inaugurais de Cristóvão Colombo e de Vasco da Gama e o impacto que estas tinham tido no formato da literatura de viagens, até então claramente dominado pelos modelos que o *Livro de Marco Polo* e as Viagens de Jean de Mandeville representavam.[30] Em todo o caso, a sua *Iconologia*, uma magnífica enciclopédia visual do senso comum dominante no mundo católico da época, denota, ainda, uma certa aversão a esse "desejo sem freio" antecipador da libertinagem, à novidade que o exercício da curiosidade podia comportar. No *Vocabulario* de Bluteau, de cerca de um século mais tarde, é o mesmo sentido que continua a predominar. A curiosidade é ainda definida como "desordenado desejo de ver, saber cousas novas, ou que nem são úteis ou necessárias", apesar de se acrescentar a esta definição uma outra, mais ambígua – "aplicação dos que investigão cousas occultas". Se a curiosidade era ambígua, o curioso era, para Bluteau, um discípulo do demónio, o mestre dos grandes perguntadores.[31]

Apesar da distância entre esse universo de significados e a projecção optimista, actual, que sobre ele se faz, creio ser justo poder considerar D. Garcia – contra si-mesmo – como um curioso. Por manifestar, na sua escrita, essa vontade de saber, o tal "desejo sem freio" (com algum freio, pois há momentos em que alguns limites morais se interpõem a esse desejo), de "saber cousas novas", muitas das quais nem eram úteis nem necessárias.

O olhar com que se debruça sobre Goa, ao longo do segundo livro, na primeira parte da sua estada asiática, é, definitivamente, um olhar curioso. Esse olhar curioso transforma-se posteriormente, e no meu entendimento, em olhar melancólico.

29 Cesare Ripa, *Iconologia* (Milão, 1986 [1603]), pp. 86-86. Cf. Figura 14.
30 Hulme & Young, "Introduction", pp. 3 e sgs.
31 Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico [...]* (10 vols., Coimbra, 1712-1728), vol. II, p. 642.

A melancolia é associada por muitos ao sentimento de perda, ao *Paradise lost* do século XVII. Emblematizada pelo *Hamlet* de Shakespeare (c. 1600), pelo *Quijote* de Cervantes (1605-1615), e pelo tratado de Robert Burton, *The Anatomy of Melancholy* (1621), sintomaticamente publicados na época das andanças de D. Garcia, remete para sentimentos de inquietação, perda e de impotência, talvez anunciando aquilo que há muito tempo Paul Hazard brilhantemente definiu como *A Crise da Consciência Europeia*.[32]

Recorde-se que em relação à "melancolia", Ripa fixou-a com ar desalentado, cansado, as mãos segurando o rosto, o cabelo preso, sem fulgor, referindo o efeito que ela tinha sobre o homem, fazendo-lhe o mesmo que o inverno às folhas das árvores, desanimado, e sem expectativas futuras.[33] Numa das centenas de páginas que lhe dedicou, Robert Burton escreveria que a melancolia era o "carácter da mortalidade", explicando extensivamente os tipos de melancolia (transitória ou habitual), as suas causas (entre as quais a idade era central, mas também a dieta, o mau ar, a solidão forçada, as paixões da mente, entre as quais a força da imaginação, a tristeza e o medo).[34] Enquanto Bluteau lhe dedica – à melancolia e ao melancólico – mais de duas páginas do seu *Vocabulario,* nas quais explica que a melancolia se dividia em quatro tipos – natural, não-natural, doença e tristeza, sendo o último estado aquele que aqui interessa relevar: "Tristeza que de ordinário lhe procede do humor melancólico. Para os que tem este humor, tudo são sementeiras de penas. Tudo o que eles vem, os molesta". Adiante, acrescenta: "Tem alguns para si, que a melancolia é filha do Demónio".[35]

Sem utilizar a expressão, no sétimo e no oitavo livro o embaixador parece revelar uma inclinação cada vez mais melancólica: na escolha dos temas – epidemia, fogos, guerras, cercos –, no modo como interpreta os comportamentos dos outros.[36] "Tudo são sementeiras de penas [...]" – parece ser essa a moral da epopeia vivida por D. Garcia. Mais parecido com Miguel de Cervantes do que com Linschoten, Pyrard de Laval ou Pietro della Valle, o Figueroa do fim de viagem está mais próximo de um Quijote oriental do que do César gaulês, experienciando as décadas que correspondem à 'decadência do império da pimenta', de que a perda de Ormuz, que não conseguiu evitar, viria a constituir um momento emblemático.

Esta transição – de ordem introspectiva, experiencial – constitui uma terceira disjunção que se pode identificar no texto, emblematizada nessa passagem (bastante evi-

32 Paul Hazard, *A Crise da Consciência Europeia (1680-1715)* (Lisboa, 1948).
33 Ripa, *Iconologia,* pp. 261-262. Cf. Figura 15.
34 Robert Burton, *The Anathomy of Melancholy* (Nova Iorque, 2001 [1621]).
35 Bluteau, *Vocabulario*, vol. V, pp. 403-404.
36 Jeremy Schmidt, *Melancholy and the care of the soul: Religion, moral philosophy and madness in early modern England* (Aldershot, 2007).

dente no tom do discurso) da curiosidade à melancolia, resultante do desencantamento relativamente à situação asiática.

Numa parte do mundo que convidava à curiosidade

Quando arriba em Goa, em Novembro de 1614 – pouco antes de Sir Thomas Roe, embaixador inglês à corte mogol, ter chegado à Índia, reportando a sua estada até 1619 em dois volumes que também não seriam publicados em vida[37] –, D. Garcia terá visto algo entre isto (e não resisto a evocar as belíssimas imagens do *Roteiro de Lisboa a Goa* de D. João de Castro [cf. Figura 16] e do *Livro do Estado da Índia Oriental* de Pedro Barreto Resende [cf. Figura 17]) e isto – a *veduta* de Linschoten, vista, revista e disseminada por toda a Europa da época (cf. Figura 18).

O seu registo obedece, contudo, aos cânones da época, explicitando, no capítulo que dedica à descrição da ilha e da cidade, a localização geográfica, a latitude, o singular da topografia:

> La isla de Goa, que de los gentiles del Oriente a sido sienpre estimada y reverençiada como cosa sagrada y religiosa, está situada en la costa da Canara, de la tierra firme del Indostan, en un grande golpho ó ensenada que el mar haze de Sudueste á Nordeste, de largura poco mas de tres leguas, que es poco menos de lo que la isla corre por este rumbro. [...] teniendo á la parte derecha, como se descubre del mar la peninsula de Salsete y fortaleza de Rachol, y á la izquierda la tierra y aldeas de Bardes, con la fortaleza del Aguada, que son las puntas y extremidades de la continente que abraça y recibe en sí este golpho.[38]

Ao entrar na cidade, depararia com a segunda catedral de Santa Catarina em reconstrução (o corpo da sé seria terminado em 1620, dando-se início, nessa altura, à capela-mor e sacristia), edifício que simbolizava o poder da coroa, e que se pretendia rival da Basílica do Bom Jesus (terminada e sagrada em 1605), do convento de Nª Srª da Graça (terminado no início do século XVII, em data imprecisa), e da igreja de São Francisco.

A topografia da cidade era claramente marcada pelos seus edifícios religiosos (23, em 1635, segundo as contagens de Bocarro), e essa geografia sagrada não passou despercebida a nenhum dos que por ela deambulavam, e D. Garcia não foi excepção, acolhendo-se, de imediato, entre frades.[39]

37 William H. Sherman, "Stirrings and searchings (1500-1720)", in *The Cambridge Companion to Travel Writing*, p. 30.
38 *Comentarios*, vol. I, p. 127.
39 *Comentarios,* vol. I, p. 146.

Para trás deixara as paisagens que conhecia da Europa e, mais em particular, as completamente diferentes paisagens de Zafra, na região de Badajoz, de onde era originário, cidade onde exerceu boa parte da sua vida profissional e que fora, também ela, sujeita a campanhas de dignificação arquitectónica.

Nos anos que permaneceu na Ásia, tanto as paisagens de Zafra como, a um nível macro, as paisagens culturais da Europa, iriam alterar-se.

Kepler e Galileu Galilei alternavam-se na publicação dos tratados sobre astronomia que transformaram decisivamente o modo de conceber a relação do homem com o universo e com a natureza, ao arrepio da igreja de Roma que reiterara a condenação da teoria de Copérnico, queimando Giordano Bruno, primeiro, e perseguindo Galileu, depois. Figueroa ainda está na Ásia quando Francis Bacon publica o *Novum Organum* (1620) que pretendia destronar a filosofia peripatética que aprendera em Salamanca, onde estudara. Na literatura, e um ano depois de ter publicado a segunda parte das aventuras do seu *D. Quijote*, Cervantes morria (1616), no mesmo ano em que Francisco Rodrigues Lobo veria publicada a sua *Corte na aldeia*, tratado que descrevia a corte dos duques de Bragança, no reino de Portugal, mas que certamente teria algum eco, também, nos condados do outro lado da fronteira, vizinhos da cidade onde Figueroa nascera. Nas artes, a influência de Caravaggio (morto em 1610) fazia-se sentir em boa parte dos pintores posteriores – como o espanhol José de Ribera –, quer no realismo da representação, quer nas opções pelo *chiaroscuro.* Os Carracci continuavam a explorar a via clássica, Rubens já deixara a Itália onde aprendera o modo italiano, visitando em seguida a corte francesa, El Greco morreria (1614), e Bernini criaria *Apollo e Daphne* (1621-1622), enquanto Velazquez pintava o seu primeiro retrato de Filipe IV (1623), já depois do famoso *Aguadeiro de Sevilha* (1619), um tipo social que D. Garcia terá também visto em Zafra. Na música, depois do *Orfeo* de Monteverdi (1607), a ópera dava os primeiros passos. Em Lisboa, era editada uma das obras de literatura de viagem mais expressivas do período anterior – a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto –, e em Goa morria um dos construtores da memória imperial – Diogo do Couto, à época guarda-mor da Torre do Tombo, incumbido de terminar a *Ásia* de João de Barros.

Ao mesmo tempo, e aparentemente ao arrepio das criações científicas e artísticas, a Europa aproximava-se do conflito político-militar e religioso que mais a iria dilacerar naquele século, e cuja conclusão inauguraria uma nova ordem europeia: o longo evento que veio a ser conhecido como guerra dos 30 anos, cujo momento fundador seria a defenestração de Praga, em 1618. Um ano mais tarde, em 1619, partiria Filipe III de Castela, o rei de D. Garcia, para o reino de Portugal, entrando em Lisboa em 1620, numas cerimónias que iriam marcar a cidade, esperançosa de que o rei se persuadiria a elegê-la como capital da monarquia dual. Doente, o monarca morreria no regresso a Madrid, já em 1621. Nesse mesmo ano, Rui Freire de Andrade escre-

via a esse rei moribundo uma missiva que seria recebida pelo seu sucessor, Filipe IV, sobre a necessidade de socorrer a Índia, argumentando que também esta estava moribunda, à mercê ou do céu ou do islão, à qual se sucederiam cartas e consultas nas quais se expunha o estado das coisas, recorrendo, com frequência, à expressão "miséria".[40] E pouco antes do desastre de Ormuz, no ano seguinte, Constantino de Sá dava conta dos ataques ingleses, e sobre a necessidade de uma armada, ainda nesse ano, porque, segundo Sá, o inimigo ainda estava "mal fortificado",[41] num tom que, *a posteriori,* e sabendo-se o que aconteceu – e como os holandeses e ingleses também disputavam aqueles mares –, parece inverosímil.

Quando Figueroa abandona a Ásia, os cenários geopolíticos tinham-se alterado para pior, do ponto de vista dos interesses ibéricos. Amboíno fora tomado pelos ingleses, Cochim atacado, os portugueses tinham sido expulsos do Japão, a trégua com os Países Baixos terminara, e com ela os ataques holandeses às posições portuguesas ressurgiriam com grande força. Em 1622, era Ormuz que se perdia, e em 1623, Goa seria sitiada.

Esse Estado da Índia em visível retracção que D. Garcia conheceu fora governado, durante a sua primeira estada, pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo (1612-1617), durante a sua viagem até à corte persa pelos governadores D. João Coutinho (1617-1619) e D. Fernão de Albuquerque (1619-1622), cruzando-se ainda com D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira (1622-1628). Nenhum destes homens é referenciado de forma positiva nas páginas que dedica a Goa.

Apesar de António Bocarro dizer que D. Garcia cumpria os requisitos necessários para ser enviado ao Shah da Pérsia – era aparentado com os grandes de Hespanha, tinha um bom juízo e era de subtil entendimento, conhecia o latim e o italiano[42] –, a verdade é que a sua chegada a Goa não foi aclamada. Já a sua nomeação contara com a oposição manifestada pelo conde da Vidigueira, cujo irmão, D. Luís da Gama – com quem se iria encontrar em Abril de 1617 –, era capitão de Ormuz![43] Ainda antes desse encontro o diplomata escreveria ao vice-rei, aconselhando-o sobre o que devia fazer em Ormuz; e uma das coisas essenciais era, na sua perspectiva, mandar

40 "Carta de Rui Freire de Andrade para elRei sobre a necessidade de socorrer a Índia", 12 de Fevereiro de 1621 (Filmoteca Ultramarina, Colecção Egerton [British Library], Ms. nº 1131, pp. 274-275); "Consulta de Mendo da Mota" (pp. 308-312); e uma sucessão de cartas nas quais se expõe a situação de ruína e quase perda da Índia (pp. 413-421; pp. 469-474) e com propostas de soluções e resoluções (pp. 484-485, pp. 540 e sgs.).

41 Carta de Constantino de Sá ao Rei, 28 de Maio de 1622, in *Assentos do Conselho do Estado*, ed. Panduronga S. S. Pissurlencar (5 vols., Goa, 1953-1957), vol. I, p. 136.

42 António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, ed. José Rodrigo de Lima Felner (2 vols., Lisboa, 1876), vol. I, cap. 84.

43 Alonso, *La embajada a Persia*, pp. 19-21, e p. 51, n. 1.

regressar D. Luís da Gama, que era malquisto.[44] Na mesma altura, faziam-se sentir as tensões institucionais geradas pela criação do Conselho da Índia, em 1604 (que seria dissolvido em 1614), e a sua embaixada participa dessas alterações: mais ou menos pela altura em que D. Garcia saía para a Índia, em Lisboa os negócios ultramarinos voltavam a ser decididos nas antigas instâncias – Conselho de Portugal, Conselho de Estado, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens.[45]

Às dificuldades políticas acresciam as dificuldades religiosas. O Índico, o Pacífico, a Ásia em geral, estavam sob a mira de Roma e da Sacra Congregazione della Propaganda Fide, fundada em 1622, ciosas de recuperar parte das atribuições jurisdicionais que tinham sido concedidas pelo Papado às monarquias ibéricas. Assim sendo, o relacionamento entre aquele e os Padroados destas tornara-se mais e mais controverso. É neste contexto que surgem várias relações nas quais se providencia uma descrição da situação religiosa nos impérios ibéricos bastante sombria, alertando para os interesses e jogos dos eclesiásticos, nomeadamente ao nível dos contratos e da mercancia, defendendo, ao mesmo tempo, a abertura ao "clero indígena", o fim da dispensa paroquial de que gozavam os regulares, enfim, temas que geraram muita controvérsia no Estado da Índia.[46] O ataque ao Padroado, e a ideia de que o espaço imperial devia abrir-se aos estrangeiros e ao clero indígena acontece na mesma altura em que se verificava, ao invés, uma política de fechamento das fronteiras a estrangeiros. O mal-estar causado pela escolha de D. Garcia terá participado, também, desse ambiente.[47] Contrariando a política de abertura que caracterizara o mun-

44 Bocarro, *Década 13,* vol. II, pp. 490-491.

45 *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções*, ed. R.A. Bulhão Pato & António da Silva Rego (7 vols., Lisboa, 1880-1975), vol. III, CR a Jerónimo de Azevedo, 31 de Janeiro de 1615, pp. 180-181.

46 Caso das *Advertencias Muy importantes Açerca del govierno ecclesiastico delas indias y mundonuevo en que se da relacion de los utiles e inconvenientes mas notables que se ofreçen; y los medios con que se ha de conservar los unos y remedios, los otros, por orden y disposicion de la silla apostólica,* Archivio Storico de Propaganda Fide (Roma), Scritture Originali, nº 189, ff. 107-121v. O mesmo tom desencantado encontra-se na *Relatione delle missione fatti per l'Asia, Africa, e Brasil, con l'occasione dell'Armata di Spagna che parte l'anno 1623 di Marzo,* relatório no qual se dá conta de que as conversões estavam em declínio, e isso resultava de os portugueses seculares terem pouco temor dos indianos, a quem tratavam cruelmente em vez de visarem a sua conversão. Mas também por muitos regulares darem escândalo, com o exemplo, com as palavras e com a dissimulação dos pecados dos portugueses. O remédio, segundo o seu autor, era substituir os religiosos maus (os portugueses) pelos bons (não portugueses), já que os primeiros rapidamente se envolviam em negócios e mercadorias (Archivio Storico de Propaganda Fide [Roma], Scritture Originali, nº 131, ff. 414-417).

47 É certo que a expressão "estrangeiro" era polissémica, nela cabendo desde ingleses e holandeses, arábios e hebreus, enfim, mercadores de grande cabedal e de negócios "transnacionais", até aos mercadores mesquinhos das regiões vizinhas, que iam à cidade de Goa vender os produtos de produção local, e é provavelmente por isso que as normas parecem ser contraditórias, até porque em Fevereiro de 1623, numa reunião do conselho de estado advertia-se para o facto de haver várias pessoas, na cidade de Goa, que trabalhavam para os holandeses.

do quinhentista, agora o rei dizia explicitamente que era "de grande prejuizo a meu serviço e bem commum a gente estrangeira e da nação hebrêa que n'essas partes reside, e que devo mandar que infallivelmente se saiam d'ellas todos". Segundo o monarca, a decadência do comércio devia-se, em boa medida, ao facto de estrangeiros e judeus não originários da Península Ibérica se terem imiscuído nos negócios, "por usarem de seus tratos e mercancias indevidamente e contra meu serviço, bem de minha fazenda e de meus vassallos", "por mandarem á terra firme atravessar toda a pedraria, para por sua mão sómente correr, fazerem estanque della, e a venderem pello preço que lhe puzerem".[48]

* * * * *

É tempo de regressar à Goa que D. Garcia começara a experienciar, através do registo que dela deixa nos *Comentarios,* até partir, pela primeira vez, da cidade. Uma estada muito mais longa do que à partida desejara, em parte devido à dificuldade em receber os emolumentos que o rei lhe concedera (nomedamente nas rendas da alfândega de Ormuz), mas também, segundo as suas próprias palavras, por não ter ainda chegado o momento mais propício para o fazer. Mesmo quando recebe ordens, vindas de Madrid, para que partia imediatamente para Ormuz, e daí para Isfahan, recusa-se a fazê-lo antes de receber o dinheiro que lhe fora prometido.[49]

É claro que durante esta primeira estada, ocupa parte do seu tempo em missões de "reconhecimento do território". Na maior parte dos casos, o seu registo não acrescenta muito ao que já se sabe sobre a vida daquele território, quer através da documentação existente, quer a partir de relatos produzidos por outros viajantes, como Jan Hugues van Linschoten e Pyrard de Laval, no período imediatamente anterior, e Pietro della Valle para o período a seguir.[50] Uma das razões que pode explicar esse olhar menos fascinado e menos fascinante é o facto de provavelmente D. Garcia já saber demasiadas coisas sobre aqueles lugares (a acumulação de informação, desde os inícios do século XVI, marcada pela rotina da presença imperial portuguesa, era significativamente maior do que aquela de que se dispunha sobre os restantes territórios nos quais viajou) e já saber que os seus leitores também o sabiam. Ou seja, era mais difícil cativar o público leitor informado sobre um território que já tinha sido objecto de várias descrições desde os inícios do século XVI, tornando-se, a seu modo, demasiado "familiar". Por seu turno, o próprio processo de ocidentalização

48 *Documentos Remettidos da India*, vol. III, CR a Jerónimo de Azevedo, 18 de Janeiro de 1614, p. 7 (refere a existência de cartas anteriores 13 de Março de 1605, 24 de Fevereiro de 1612); vol. III, CR a Jerónimo de Azevedo, 18 de Março de 1615, p. 318; vol. III, Alvará, 16 de Março de 1616, pp. 495-496

49 Bocarro, *Década 13,* pp. 668-670.

50 Jan Huygen van Linschoten, *Navigatio ac Itinerarium Johannis Hugonis Linscotani[...]* (Hagae-Comitis [Haia], 1599) (versão portuguesa: *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, ed. Arie Pos & Rui Manuel Loureiro [Lisboa, 1997]).

desse território tornava-o, de certa forma, menos interessante, porque menos exótico. Um autor tinha tanto mais sucesso, quanto maiores fossem as "novidades" que trouxesse sobre um determinado lugar, coisas inesperadas, desconhecidas, lembra Michael Harrigan,[51] e D. Garcia não escapou a essa sedução pela diferença.

Em todo o caso, na economia dos *Comentarios*, D. Garcia não podia deixar falar de Goa, transmitindo, ainda assim, informação que dá ainda mais textura a contextos que já conhecemos.

Desde logo, a ilha de Goa torna-se povoada por animais e por flora, os quais adquirem um protagonismo semelhante ao que é concedido por Linschoten no seu *Itinerário*, apesar de a partir do holandês não ser fácil discernir o que é que diz respeito a Goa, exclusivamente, e o que se refere a territórios do Malabar, por exemplo.

No que respeita à fauna, e segundo D. Garcia, existia pouca caça em Goa, encontrando-se, ao invés, animais perigosos, como hienas, lobos e cobras. As hienas mais pequenas atacavam as casas durante a noite – e Frei Cristóvão de Lisboa, arcebispo de Goa nesse período, ter-lhe-ia contado, inclusive, o caso sórdido de uma hiena que tinha desenterrado e comido um corpo de um defunto cuja campa se situava às portas da Sé. Segundo D. Garcia, o tamanho de algumas destas hienas, e o alarido que estas faziam quando se banqueteavam de corpos de locais, era de tal ordem, que "a naçido algun engaño en algunos portugueses", os quais pensavam tratar-se de ursos, "siendo cosa çierta que en toda la India y maior parte del Oriente" os não havia, com excepção de algumas zonas frias e altas.[52] O embaixador parece ficar desapontado pelo facto de não ter encontrado "otros animales venenosos que inçierta y fabulosamente an dicho muchos que ay en la India", para além de três tipos de cobras venenosas. A propósito das cobras capelo, escreve que em nada se diferenciavam de cobras venenosas que se encontravam em Espanha, a não ser pelo "capelo", o qual explica recorrendo à imagem dos toucados usados pelas mulheres portuguesas, e dos capelos dos frades. A comparação com Espanha – sempre presente – também se manifesta nas considerações que tece a propósito das víboras, mas já não a propósito das pequenas e delgadas *singapor*, que, segundo os locais, eram as mais perigosas de entre todas e que ele próprio tinha visto perto da sua cadeira, a qual imediatamente fora morta por um dos seus criados.[53] É neste contexto descritivo que D. Garcia de Figueroa oferece o relato de um episódio do qual foi protagonista e que nos ocupará algumas reflexões mais adiante, pela dimensão de anedota, curiosidade, exotismo que encerra: o caso do basilisco que apareceria no seu jardim.

51 Michael Harrigan, *Veiled Encounters: Representing the Orient in 17th Century French Travel Literature* (Amsterdam & New York, 2008).

52 *Comentarios,* vol. I, pp. 139-141.

53 *Comentarios,* vol. I, pp. 142-146.

Nas observações sobre a flora, o autor repercute, também, as mesmas matrizes que se vislumbram nas páginas que dedica aos animais. Em relação a estes, procurara animais venenosos, perigosos, e apesar de referir não os ter encontrado, a verdade é que dedica muitas páginas a animais que se podiam incluir nesta categoria. O marcador associado à flora é igualmente familiar: a natureza fora pródiga naqueles territórios, providenciando árvores e frutos paradisíacos – "hermosos palmares y otros muchos arboles cargados de fruta que comunmente la tierra produze" –, frutos esses que foi experimentando e saboreando, como se pode perceber pelo detalhe com que descreve aspectos tão prosaicos quanto o tirar a sua casca. Quanto aos legumes, aí se encontravam "la mayor parte de las legunbres de España", com a diferença de que se encontravam "verdes en abundançia todo el año", já o mesmo não se podendo dizer em relação às frutas, por negligência dos portugueses, que as não cultivavam, apesar do clima ser muito propício à sua produção.[54]

Informações igualmente importantes são as que transmite, sobretudo no primeiro capítulo, sobre a "logística" do território: a água, os caminhos, os rios e canais, os diques, as casas e suas tipologias, outros "equipamentos". Explica com detalhe como é que os rios que circundavam Goa se subdividiam em vários canais que retalhavam o território dando origem a outras pequenas unidades (como as ilhas de Chorão, Dívar, Jua, Santo Estêvão, Espírito Santo), como é que, na estação seca, muitos destes canais deixavam de existir, tornando-se estes espaços terra contínua até "ao continente" (o que, evidentemente, criava problemas de segurança que era preciso atender).[55] Refere, também, quais as fortalezas que estavam localizadas sobre outras que já tinham sido construídas pelos mouros (caso de Santo Estêvão), e as alterações que estas foram sofrendo ao longo da sua estada. Depois de descrever, com algum detalhe, a fortaleza de Naroa, conclui dizendo que a referida torre "este año de 1616 esta ya hecha en otra forma".[56]

Podemos acompanhar D. Garcia, passo a passo, no circuito que este faz pela muralha e fortalezas que separavam (e protegiam), a ilha de Goa do "continente" (ou seja, das terras de Bijapur), o mesmo mapa que, vinte anos mais tarde, seria disponibilizado de forma ainda mais sistemática no *Livro das Cidades e Fortalezas* de António Bocarro e Pedro Barreto Resende.[57] A esse nível, D. Garcia tece comentários críticos à situação desta muralha e fortaleza e ao facto de esta acabar em Agaçaim (já na margem do rio Zuari): "y esto no tanto por ser el gasto grande, pues de muy buena gana

54 *Comentarios,* vol. I, pp. 150-156.
55 *Comentarios*, vol. I, pp. 130-131.
56 *Comentarios*, vol. I, p. 132.
57 António Bocarro & Pedro Barreto de Resende, *Livro das Plantas de todas as fortalezas*, ed. Isabel Cid (3 vols., Lisboa, 1992).

contribuye la ciudad para él, como por el descuydo y negligençia de los Virreyes y Gouernadores que despues *aca an suçedido*".[58]

Tanto quanto é crítico em relação à fortificação do território, torna-se possível, também, participar do seu encantamento por alguns lugares, caso da praia de Guadalupe, da qual regista que "por su lindeza y amenidad, mereçe qualquiera memoria que della se haga", razão pela qual, também, os habitantes de Goa aí tinham "hermosas quintas y jardines, y en ellas muy buenas y acomodadas casas para pasar los inviernos y tienpos de lluvias", tornando aquele lugar, no inverno, muito frequentado e até populoso.[59]

Para além destas informações que nos permitem entrever algo da topografia militar de Goa, mas também da vida privada dos seus habitantes – e seu relacionamento com o território –, o olhar que D. Garcia transmite torna visíveis algumas lógicas simbólicas de organização do espaço. Por exemplo, através da sua narrativa a primazia simbólica dos franciscanos na sua relação com o poder vice-reinal torna-se evidente. Entre as primeiras informações que nos disponibiliza no primeiro capítulo está a referência aos territórios de Salcete e Bardez, suas principais fortalezas e conventos a elas associados.[60] No mesmo capítulo adianta que o princípio da ilha "sale un poco á la mar",

> con un cabo ó promontorio alto, á quien los naturales llaman Talangan, y los portugueses, por una ermita de Nuestra Señora, que agora es conuento de Françiscanos Descalços, Nuestra Señora del Cabo, que á los que vienen en demanda de esta isla y surgidero se descubre desde seis leguas lexos al mar con una deuocta y agradable perspectiua.[61]

Mais à frente relembra que junto às ruínas de "Goa, la vieja" se localizava o monte de Nossa Senhora do Pilar (onde ficava o convento franciscano com o mesmo nome). E ao longo da sua narrativa torna-se claro que a "passagem" pelo convento dos Reis Magos – junto à fortaleza de Aguada, onde atracavam as naus de grande porte –, ou Nossa Senhora do Cabo, onde estas atracavam no tempo das monções, para quem chegava a Goa, era um momento ritual. A passagem do mar à terra, e da terra ao mar, do ponto de vista do edificado e da passagem ritual, era franciscana.

É sabido que cada fortaleza tinha associada uma igreja ou convento. No caso dos territórios de Goa, as fortalezas que protegiam a ilha principal, situavam-se em Bardez e Salcete, estando a assistência espiritual a uma delas atribuída aos franciscanos – a de Aguada – e à outra, aos jesuítas – Rachol. Contudo, do ponto de vista geoes-

58 *Comentarios,* vol. I, p. 136.
59 *Comentarios*, vol. I, pp. 137-138.
60 *Comentarios*, vol. I, p. 127.
61 *Comentarios*, vol. I, pp. 127-128.

tratégico, Aguada era mais importante (porque virada para o mar) do que Rachol (localizada mais no interior), orientada para Bijapur. O olhar de D. Garcia, porque também ele, enquanto fidalgo do Sul de Espanha, estava provavelmente mais próximo do imaginário franciscano do que inaciano (a capela da sua família situava-se na igreja de S. Francisco de Zafra),[62] ajuda a tornar esta divisão mais explícita, bem como as funções simbólicas desempenhadas por ambas as ordens religiosas (e dentro dos franciscanos, entre Observantes e Descalços), em permanente rivalidade. Identificando essa rivalidade, D. Garcia reconhece que, do ponto de vista do edificado religioso, "se puede comparar esta ciudad, ansi en grandeza, ornato y sumptuosidad de tenplos, como en numero de religiosos y demas eclesiasticos, com muchas de las mas çelebres ciudades de Europa".[63]

O inegável interesse que D. Garcia manifesta pelos "equipamentos urbanos" e pelo "urbanismo" reflecte-se, também, na forma negativa como avalia, no demais, a cidade de Goa. Desde logo, por razões de localização, a qual o diplomata espanhol considera ser um erro, quando comparada com "la çiudad vieja" (a cujas ruínas se referira anteriormente), localizada numa zona que considerava ser mais saudável e mais segura (junto às margens do rio Zuari). Aliás, as suas reflexões sobre o que é que tornava um determinado território salutar ou não, são de reter, remetendo para um conhecimento enciclopédico – corrente na época – sobre as cidades, de que o livro de Giovanni Botero, *Delle cause della grandezza delle città* (1588) era emblemático e que Figueroa certamente conhecia. Ao longo dos capítulos que dedica à cidade de Goa são constantes e visíveis esses seus conhecimentos e preocupações, nomeadamente quando discorre sobre o efeito que a humidade tinha sobre determinados solos, a insalubridade das águas paradas, "por cuya causa façilmente se corronpe é infiçiona el aire", o qual "despues de corrompido non pueden los vientos Norte y colaterales, hallando en su parte opuesta el monte que se a referido, disipar ni lleuar adelante dexando el anbiente linpio y purificado".[64] Esta insalubridade explicava que muitos edifícios e bairros fossem abandonados (caso do colégio de São Paulo ou do bairro da Trindade) por causa da quantidade de pestes e epidemias que assolavam a cidade, porque "el sitio de Goa es muy subjecto para engendrarse en el esta mala qualidad de fiebres malignas". Mas era o mesmo fenómeno climatérico que permitia que numa zona mais exterior, através da colocação de diques que continham a água e de aguadeiros, "como muchas vezes se a hecho en Italia, en los Paises Baxos, y otras partes de Europa", que permitiam que esta saísse na época das chuvas, se desenvolvesse uma lagoa pantanosa que era "la mayor vega y al parecer mas fértil y de mayor cosecha que ninguna otra de quantas ay en la isla".

62 Fernando Marías, "Don Garcia de Silva y Figueroa y la percepción del Oriente: la descripción de la ciudad de Goa", *Anuario del Departamento de Historia y Teoria del Arte - Universidad Autonoma de Madrid*, 14 (2002), pp. 137-149 (cf. p. 140).

63 *Comentarios,* vol. I, p. 166.

64 *Comentarios*, vol. I, pp. 169, 486-488 e 492.

A par dessa insalubridade, a cidade era, segundo o seu entendimento

> toda desordenada, desconpuesta y esparzida, mayormente sus extremidades, con muchos palmares y otros generos de arboles entre los edifiçios, con las mas de las calles muy torçidas sin ninguna puliçia ni conçierto, de manera que fuera de lo poco incluso en sus antiguos muros, lo demas tiene mas propia figura de un populoso y gran casar entre arboles que de çiudad ordenada.

Apesar disso, D. García não se inibe de a percorrer com cuidado, rua a rua, paróquia a paróquia, bairro a bairro, com comentários sobre o tipo de casas que aí havia e de gente que aí habitava. Por exemplo, a paróquia da Santíssima Trindade era a mais distante do centro da cidade, e encontrava-se à época praticamente despovoada, mas com vestígios de casas de grande qualidade, enquanto a Rua Direita (a mesma que fora retratada na gravura de Linschoten"), e que terminava na Praça da Fortaleza, era "muy capaz y grande para qualquiera genero de fiestas y exerçiçios de á pie y á cauallo".[65] Entre esta, a Rua dos Banianes e o Pelourinho, onde se situava a Rua dos Chapeleiros, dos Toneleiros e as Três Boticas, situavam-se os barros mais povoados e com melhores casas, enfim, o centro da cidade. Os grandes conventos e colégios situavam-se em torno ao coração comercial ("El coraçon y parte interior della, que como se a dicho es lo contenido en la muralla, tiene los edifiçios mas iguales, juntos y continuados, que es la que ganó de los moros Alphonso de Albuquerque, famoso capitan"), e a partir daí, uma série de bairros menos povoados ou povoados por gente mais pobre.[66]

Segundo D. Garcia, o interior desses muros continha, no máximo, entre quinhentas e seiscentas casas, sendo que a cidade, no total, teria cerca de cinco mil casas, sendo mil delas habitadas por famílias portuguesas. Ou seja, apenas cerca de 20% da população de Goa, ao tempo do embaixador, e segundo os seus próprios cálculos, seria de origem portuguesa.[67] A restante era composta por população local, na maior parte "gente pobre", mas também por colónias de estrangeiros, desde europeus até arménios, e indianos de origem variada, gente que protagonizaria o quarto e último capítulo do segundo livro dos seus *Comentarios*.

Esse capítulo inicia-se com uma reflexão sobre os portugueses, aí se denotando uma aparente imprecisão nos cálculos feitos por D. Garcia, já que diz que os vizinhos portugueses eram, no máximo, oitocentos, quando no capítulo anterior avaliara em mil as casas habitadas por famílias portuguesas,[68] continuando, porém, com uma

65 *Comentarios*, vol. I, p. 173.

66 *Comentarios*, vol. I, pp. 164, 168 e 174-175.

67 *Comentarios*, vol. I, p. 163.

68 *Comentarios*, vol. I, pp. 181 e 163.

síntese sobre a hierarquia entre os grupos sociais que residiam em Goa que é muito sugestiva. Dedica, por um lado, várias páginas a banianes e brâmanes, sua aparência, suas crenças, comportamentos, suas semelhanças, e a estratificação no interior de cada um destes grupos. Segundo ele, os banianes eram compostos por três categorias: mecânicos, pescadores, marinheiros, o nível mais baixo; seguiam-se os médicos – que podiam aparentar-se com os mais elevados –, os barbeiros e os botânicos; por fim, os mercadores, lavradores e corretores. Já os brâmanes subdividiam-se em notários, contadores, mercadores, rendeiros das contas públicas (os mais baixos); lavradores, a seguir – níveis que correspondiam aos dois níveis mais elevados dos banianes; sendo os brâmanes superiores os sacerdotes e sábios, dedicados aos templos, mas cujas valências intelectuais estariam em declínio devido à queda de Vijayanagara, "a cidade das ciências",[69] onde se situavam muitas universidades bramânicas. Já os portugueses e portuguesas dividiam-se em oriundos do reino e mestiços (sendo que os clérigos seriam, na sua maioria, deste grupo). A obsessão pelo sangue português/europeu que existia entre os mestiços ("presumen de mas honrados quanto mas sangre les toca de los europeos") e a tentativa de estes se não diferenciarem dos portugueses oriundos de Portugal ("el trage de los mestizos, aunque sean los offiçiales mas baxos, es el mesmo de que vsan los portugueses, ansi honbres como mugeres") era, segundo ele, muito evidente.[70]

A par desses dados mais ou menos objectivos, as descrições em cada capítulo são permeadas (ou até mesmo apimentadas) por episódios dos quais o diplomata é, de alguma forma, o protagonista. Curiosamente, esses trechos são, por assim dizer, apolíticos. Apesar de se terem passado coisas importantes durante a primeira estada em Goa – entre as quais, o ter coincidido naquela cidade com Sir Robert Shirley, enviado como embaixador do Shah à corte dos Áustrias, optando por não o encontrar[71] –, D. Garcia prefere referir esses acontecimentos políticos noutros lugares dos *Comentarios*, quando considera oportuno evocá-los. Parece ser claro que na cabeça de D. Garcia, os capítulos do Livro 2 cumpriam outras funções, mais consonantes com o olhar do viajante, do naturalista, do curioso, do interessado em coisas exóticas. Entre as possíveis escolhas, seleccionei dois episódios que, pela sua singularidade, nos dão acesso a vários aspectos desse universo de representações e práticas de D. Garcia.

* * * * *

69 *Comentarios*, vol. I, p. 189.
70 *Comentarios*, vol. I, pp. 182-183.
71 *Comentarios*, vol. II, p. 568.

Um dos episódios mais curiosos é – como se referiu atrás – aquele que envolveu a caça a um estranho animal que se encontrava no quintal da sua casa, na cidade de Goa, a qual tinha ocorrido pouco depois da sua chegada àqueles territórios.[72]

Depois de ter ancorado no forte Aguada a 6 de Novembro de 1614, D. Garcia da Silva y Figueroa começou por estar acomodado no convento dominicano de São Tomás, passando depois para as casas onde se iria estabelecer, à beira do rio, relativamente próximas do convento de São Boaventura.[73] Não é a recepção que o vice-rei lhe faz, poucos dias depois da sua chegada, aquilo que escolhe registar nos seus comentários relativos a esses dias.[74] Sobre esta, diz-nos Bocarro que ela fora semelhante às recepções feitas aos embaixadores vindos da Pérsia – caso de Sir Robert Shirley, que se encontrava na capital goesa na mesma altura[75] – e os que iam para a Pérsia. Mas, pela primeira vez, o encontro far-se-ia na sala real, com cadeira rasa, de veludo, e falando-lhe por mercê.[76]

Quando se muda para as suas novas habitações, apercebe-se de que os seus criados estavam muito alvoraçados. Fora-lhes dito que nos seus jardins havia uma enorme cobra capelo e que aí se viam, para além disso, "sombras e visões". De acordo com a versão providenciada pelo embaixador, um criado italiano – César – e um português – Simão –, passeava-se pelo seu jardim um animal do tamanho de uma coruja, com uma cabeça pequena, uns olhos muito pintados e claros como os de um mocho, os lábios virados em forma de bico de galo, o corpo com a base preta e pintado de muitas cores, o pescoço virado para cima, duas asas quase abertas, mais ou menos com as de um morcego, os pés como os de um pato, e uma crista colorida e harpada ao redor da cabeça, algo de semelhante – na sua imaginação – a uma destas duas versões do basilisco que circulavam no espaço europeu, uma publicada em 1502, e a outra, em 1642.[77]

72 *Comentarios*, vol. I, pp. 146-150.
73 *Comentarios*, vol. II, pp. 485-486.
74 Bocarro, *Década 13*, vol. I, cap. LXXXIV – "Da causa da vinda do embaixador castelhano D. Garcia da Silva a este Estado, e do effeito para que viera, e recebimento que lhe fez o viso-rei e como elle procurava a sua partida", pp. 369-374
75 Enviado pelo Shah a Inglaterra como seu procurador, para tratar do negócio da seda, cujos dois criados judeus seriam presos pelo Santo Ofício, estando o inglês, à sua maneira, sob a mira do tribunal.
76 Não podia fazer mais do que fazia ao embaixador enviado pelo Shah, para este não o estranhar (Bocarro, *Década 13*, vol. I, cap. LXXXIV, pp. 371-372).
77 Para referenciar estas imagens, ver http://es.wikipedia.org/wiki/Basilisco_(criatura_mitol%C3%B3gica) e in *Ulyssis Aldro-vandi... monstrorum historia cum Paralipomensis historiae omnium animalium* (Berna, 1642), respectivamente. Cf. Figura 19 e Figura 20.

A notícia alastraria entre todos os criados, os quais ficariam ainda mais medrosos porque D. Garcia lhes tinha dito, na brincadeira, que aquele se tratava da cobra mais perigosa da Índia.[78]

Desde a Idade Média que o basilisco fazia parte do fabulário europeu, partilhando na literatura sobre animais e monstros um lugar hesitante – entre fábula e realidade –, sendo que nunca fora visto. A par disso, tornara-se uma figura da literatura, e no caso da literatura espanhola, surgiria frequentemente associado à mulher, sendo convocado por autores como Lope de Vega, Cervantes e Quevedo, mas também associado à figura do rei, como fizera Juan Rodriguez de Padrón.[79] Ou seja, era uma figura familiar ao imaginário de D. Garcia, e a possibilidade de se confrontar com um basilisco verdadeiro deve tê-lo deixado encantado.

Disseram-lhe, entretanto, que de noite se via o basilisco, mas que este fugia logo que sentia as pessoas, não com pressa e por terra, mas com saltos para cima, como as rãs e os sapos. Perante tais novas, D. Garcia resolve fazer uma espera ao animal, sentando-se à porta de sua casa, com um arcabuz. Segundo as suas palavras:

> Y para çertificarme se isto era ansi ó tenia alguna çerteza lo que mis criados me dezian, quise yo mesmo espiar y verlo, y ansi luego que fue de noche me puse á la puerta del jardin sentado en una silla, y com un arcabuz estuue aguardando un bon espaçio, mirando com atençion a la parte que me auian dicho á donde mas de ordinario vian aquella sauandija que era al pie de una palma, catorze ó quinze pasos de adonde yo aguardaua.[80]

Numa outra noite fez o mesmo, e depois de passado algum tempo, entregou o arcabuz a um criado piemontês, chamado Giuseppe, a quem ordenou que disparasse assim que visse o animal. Logo a seguir – conta –, ouviu-se o som de um tiro, e grande alvoroço entre os criados. Mas nada de animal. Segundo Giuseppe e um criado português chamado Diogo Lobo, o animal saltava muito, e ninguém se atrevera a tocar-lhe, com medo do veneno que se dizia que tinha. Apesar de não ter visto o animal, D. Garcia observaria que:

> Lo que al prinçipio mas me hizo reparar en la relaçion que me hizieron de este animalejo, si fue verdad que lo vieron los dos primeros criados, fue que siendo estes gente ignorante y que apenas el uno dellos sabia leer y por esta razon sin alguna notiçia de letras, aun de las muy vulgares, lo pintasen de la mesma figura y grandeza que Plinio y

78 *Comentarios*, vol. I, p. 147.

79 Sobre a tradição em torno a este animal, ver Juan Perrucho, *El Basilisco* (Madrid, 1990); Julio Velez-Seinz, "De cuervos y basiliscos: alegoria y corte en 'El triunfo de las damas' de Juan Rodriguez Padrón", *Rilce*, 22, 2 (2006), pp. 259-273.

80 *Comentarios*, vol. I, p. 148.

> todos los demas de la antiguedad forman y descriuen al basilisco ó régulo, por aquella cresta ó corona semejante á la que se uio en este de mi jardin."

Acrescentaria ainda que frei Francisco d'Avalos, frade de S. Domingos, e com quem terá privado durante o tempo em que ficou albergado no colégio de São Tomás, lhe dissera que estando ele em Manila tinha viso um animal semelhante, muito embora mais pequeno.[81]

Este episódio permite mostrar, por um lado, como a imaginação clássica de D. Garcia estruturava, de facto, parte das suas percepções; por outro, as suas palavras revelam a convicção profunda de que havia uma separação intelectual, cultural, mais ou menos intransponível, entre as elites (representadas por ele e por frei Francisco d'Avalos, neste episódio) e os grupos mais populares, a "gente ignorante" (aqui representados pelos criados), de quem não esperava a partilha da imaginação cultural entretecida por Plinio "y todos los demas de la antiguedad". D. Garcia não lera, evidentemente, o livro de Carlo Ginzburg que, mais de trezentos anos depois deste episódio ter ocorrido, demonstraria que, afinal, a "gente ignorante" da época moderna podia manipular informação que deveria estar confinada aos que partilhavam a "cultura erudita"! A essa divisão social que estruturaria, também, a divisão do olhar acrescentava-se uma divisão "civilizacional": à "gente ignorante" que tendia a crer "á este genero y qualquiera otro de superstiçion y engaño", juntava-se, por maioria de razão, a gente da Índia, onde "con mayor encareçimiento que en otra ninguna parte, siendo sus naturales y criados en ella del todo sujectos á estas y otras muchas credulidades y persuasiones vanas".[82]

Para além do hipertexto – o universo de valores que organiza a sua percepção e o seu relato – que se pode vislumbrar por detrás da linearidade da narrativa de D. Garcia, ela também nos dá acesso, através da sua dimensão descritiva, a momentos da vida de um fidalgo em Goa, dentro de portas, com os seus criados, no seu jardim. O caso do basilisco tem, mais do que outros, som e cheiro. Anos mais tarde e num outro lugar, D. Garcia mostra uma curiosidade semelhante por um gato alado de que lhe falaria um Francisco Carneiro de Alcáçova (familiar, provavelmente, da linhagem de secretários do rei de Portugal que ostentavam esse apelido), que andara muitos anos foragido na terra firme, e que, durante essas andanças, se tornara num grande arcabuzeiro. Rogar-lhe-ia que lhe arranjasse, vivo ou morto, um desses animais, o que ele faria.

> Era de la mesma forma que un huron, ó de aquellos animalejos que se crian en España en las casas grandes y antiguas, llamadas garduñas, mucho mayores que los hurones y comadrejas; porque este que le truxeron al Enbaxador era tan grueso como un gato, y

81 *Comentarios*, vol. I, p. 149.

82 *Comentarios*, vol. I, pp. 146-147.

> mas largo, mas corto de pies, y las uñas como garduña, pero la cola de la mesma hechura que la de un gato y mucho mas larga, com la qual se ayuda para bolar, ó desde el suelo ó de los mesmos arboles".[83]

O dito animal foi transformado em objecto de curiosidade: "despues de linpio y curtido", para ser levado por D. Garcia e exibido em Espanha. A tal cultura da curiosidade que semelhantemente se expressou pelos falcões de Barnabé Ribeiro, que residia em Bardez, e, sobretudo, pelo gaviãozinho pequenino e muito dócil, que um filho daquele português levava, o qual caçava gralhas. Nesse outro contexto – posterior às suas andanças infrutíferas pela Ásia, e de regresso à Europa –, lançaria já algumas máximas sobre as vantagens da vida rural, popular e tranquila, em contraponto com o cosmopolitanismo que caracterizava a sua e a de muitos outros agentes do império:[84]

> La vida del dicho Barnabe Ribero es en la parte que se a dicho, sin entrar casi en la çiudad; casado com una muger de la tierra en quien tiene dos hiios de treze y catorze años, desta edad ya grandes arcabuzeros, siendolo tambien ele diestrissimo, y ansi matan quanto ay en el campo [...] Era de de poco más de quarenta años de edad, de bonissima condiçion y conoçido de todos por de inculpables costunbres y vida, la qual podiera y com mucha rrazon ser enbidiada no solo de los que en viages tan largos como los de la India pasan tantos peligros y trabaxos, pero de aquellos que por las grandes dignidades y abundançia de bienes temporales son juzgados por feliçes y bien-auenturados en el mundo".[85]

A nostalgia – a melancolia – que perpassa este comentário recorda as observações que o cavaleiro de La Mancha deixou sobre aspectos da vida rural do planalto castelhano, mas também o imaginário da *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo, essa permanente tensão entre as solicitações que uma vida imperial (global? cosmopolita?) comportava, e a tranquilidade e estabilidade que a indiferença à mesma, que um certo "provincianismo" podia oferecer.

As múltiplas texturas que o olhar de D. Garcia encerra, manifestam-se, também, na narrativa que faz da sua participação nos lavatórios de Naroa – "notable deuoçion que todos los gentiles del Indostan tienen en ella, por cuya causa, sigun al prinçipio se dixo, es tenida y estimada dellos como cosa sancta y sagrada y sumamente religiosa" –, episódio com o qual encerra "la discripçion de la isla y çiudad de Goa".[86]

[83] *Comentarios*, vol. II, p. 496.
[84] *Comentarios*, vol. II, pp. 490-491 e 494.
[85] *Comentarios*, vol. II, p. 492.
[86] *Comentarios*, vol. I, p. 208.

Antes de iniciar o relato desse episódio, e como era habitual na escrita da época, D. Garcia oferecera uma síntese sobre vários aspectos da religião local, combinando informações dadas por frei João de São Matias e por Rama, seu médico. Frei João de São Matias residia há duas décadas em Bardez, ocupando-se na conversão dos indianos, e "sabia perfectamente hablar, leer y escriuir su lengua vulgar" e tinha "visto algunos libros como los que ordinariamente ay en Europa de contemplaçiones deuotas y pias". Já Rama "no supo con çerteza y distinçion dizer nada, y aunque me prometio de traer algunos libros, no lo cunplio despues, y ansi echó de uer que lo que sabia solo era de tradiçion y en lo que en su lengua vulgar podia auer aprendido, como son todos los demas que en esta çiudad de Goa residen". Felizmente, a informação transmitida pelo frade franciscano "eran muy conformes á las que por tradiçion sabia y me avia dicho el medico Rama".[87]

Ou seja, aquilo que oferece nas páginas dos *Comentarios* era uma mescla das representações que os franciscanos partilhavam sobre a religião local – e bramânica, em particular – e o senso comum partilhado pelos brâmanes sobre a mesma, num sistema de prova em que umas (segundo ele livrescas) aferiam a veracidade das outras (o senso comum). Nesse momento mais optimista, livros e realidade, palavras e coisas continuavam a coincidir, validando a crença no universo representacional de que fazia parte, e é nesse contexto que os lavatórios de Naroa surgem como experiência que complementa, enriquece, comprova, o quadro de representações, o mapa mental que D. Garcia dispunha.

Tendo participado neste evento, pela primeira vez, no ano de 1615, a 15 de Agosto, D. Garcia não hesita em voltar a fazê-lo (apesar das proibições canónicas) no ano seguinte, a 4 do mesmo mês, "con mucho gusto y curiosidad mia".[88] Os lavatórios ocorriam no contexto das celebrações em torno ao nascimento de Krishna – o *Krishna Janmashtami* –, acontecendo entre os finais de Julho e o início de Setembro, em função do ciclo lunar.

> Y era tanto mas la deuoçion y suma veneraçion en que era tenido este su santuario, quanto no era fabricado por manos de honbres como los demas templos y pagodes de la

[87] *Comentarios*, vol. I, pp. 193-194. A esse propósito, aliás, propõe uma interessante tese sobre a circulação da crença na transmigração das almas, que conhecia através de Pitágoras: segundo ele, "estos antiquíssimos philosophos orientales" (os brâmanes) tinham sido os inventores desta crença, a qual passara depois a caldeus e egípcios, e, por essa via, chegara aos gregos, e não os próprios gregos, como podiam crer quem não tinha aprofundado – como ele – estes conhecimentos. Se essa informação era imprecisa, já a representação do vestuário dos brâmanes que fora veiculada por Quinto Cúrcio continuava a ser verdadeira, pois ele próprio constatara que o traje que usavam, era idêntico ao que aí aparecia descrito.
[88] *Comentarios*, vol. I, pp. 208-214.

> India, que son infinitos, rriquissimos y sumptuosos, sino por la mente y sola voluntad diuina, y ansi nunca le quisieron añadir nada mas de como naturalmente lo hallaron.[89]

D. Garcia explica que antes da tomada destes territórios por poderes islâmicos, estas cerimónias eram "muy floreçientes y frecuentadas de todas las naçiones indianas orientales", tendo declinado a partir daí, e ainda mais sob o poder dos portugueses, por imposição do poder episcopal, o que, todavia, não fora suficiente para acabar com as mesmas, juntando-se, segundo as suas contagens, cerca de 15 mil pessoas da primeira vez que aí foi, que não hesita em ordenar segundo as cores: muitos "negros", alguns "mulatos", muitos da cor dos "moros de Berberia", e muito poucos "mas claros".

Apesar de serem vários os momentos rituais que constituíam o evento, muitos dos quais descreve, aquele que mais prendeu a atenção de D. Garcia foram os lavatórios que tiveram lugar a 500 passos da penha onde estavam as cavernas da devoção (ou seja, já na terra firme, parte do sultanato de Bijapur), e as ofertas de fruta, arroz e betel. É aí que se deixa impressionar por um jogue nú, em cima do monte, com cabelos e barbas hirsutos, "com tan estraño arrebatamiento y suspensión que paresçia estar de todo fuera de si", e se deixa cativar por uma bela mulher, rodeada por outras e por brâmanes, que se queria lançar na água, mas que os demais não deixavam, e que se encontrava a dez passos dele (de certa maneira o contraponto da sati – mulheres que saltavam para a fogueira e morriam queimadas –, segundo ele cada vez mais em declínio, porque não consentido nem por portugueses, nem pelos muçulmanos).[90] A certo ponto, essa formosa mulher descobriria o rosto lindíssimo, e consciente disso, voltaria a fazê-lo. Ao vê-la, Garcia de Figueroa chama-lhe nova Andrómeda – evocando a filha de Cefeu e de Cassiopeia, presa a um rochedo por Poseidon, que seria libertada por Perseu, com quem casaria, tema imortalizado na literatura por Sófocles e Eurípides, e na pintura por uma série de pintores renascentistas e posteriores. É provável que representações semelhantes às de Vasari e Tiziano circulassem também pelo mundo ibérico, fazendo parte da cultura visual de Garcia de Figueroa, permitindo que este, perante uma cena com contornos semelhantes, pudesse rememorar esse episódio mítico.[91]

> Tenia propiamente el color en la cara, manos, garganta y cabello que las mugeres españolas, sin el estremo de blancura que las flamencas, inglesas ó tudescas; los cabellos castaños, largos y lustrosos, paresçendo aun blanca en las manos, braços y garganta, y

[89] *Comentarios*, vol. I, pp. 209-210.
[90] *Comentarios*, vol. I, p. 201.
[91] Giorgio Vasari, *Perseu e Andrómeda*, 1570-1572, Palazzo Vecchio, Florença; Tiziano, *Perseu e Andrómeda*, 1553-1559, Wallace Collection, Londres. Cf. Figura 21 e Figura 22.

> con tan hermosos ojos y dispusiçion, que con esto prinçipalmente lleuó luego tras sí todos los que alli se hallaron[92]

De modo a "no dalles mas cuydado y asi turbar su deuoçion mandé apartar lexos de alli mi barco" – a tal contenção moral que limitava o desejo sem freio de conhecer que caracterizava, supostamente, a curiosidade –, até porque a indiana fora de tal forma rodeada pelas outras mulheres e brâmanes, que já nada se podia ver. Mas continuando a comentar, com os demais, a beleza daquela mulher, o embaixador procurou saber a sua origem, "calidad y estado", enviando um marinheiro para disso se informar. "Y aunque depues foran otros negros de la isla á informarse mejor, nunguna rrazon truxeron ni pudo saberse outra cosa". Perante a ausência de mais informações, D. Garcia deduz que devia vir das partes mais setentrionais, "sujetas a los patanes ó mogores, vezinas al grande monte Imaos" (Himalaias), que dividia a China da Índia.

Este relato é interessante por várias razões.

Em primeiro lugar, e mais uma vez, ele reitera o que tenho vindo a argumentar: as selecções que D. Garcia faz remetem para um quadro referencial que é familiar e que inspira outros autores e outros textos. O que lhe interessa da religião local, e o modo como a aborda é bastante superficial, numa época em que, entre os jesuítas já eram intensos os debates sobre a natureza do hinduísmo (e é de 1616, precisamente, o tratado de Gonçalo Fernandes Trancoso, e as relações de Roberto di Nobili cobrem, também, a mesma cronologia), incendiando o mundo dos missionários do Estado da Índia.[93]

Depois, o modo como descreve o banho da devota, podia ser facilmente identificado como uma manifestação de desejo colonial. Se em páginas anteriores, D. Garcia manifestara um olhar negativo sobre as mulheres portuguesas estabelecidas na Índia, nestas mostra ser sensível à mulher exótica (para muitos a metáfora oriental por excelência, e um dos lugares onde a dominação imperial se exercia). Em todo o caso, trata-se de um olhar preconceituoso, típico da época, preconceito legitimado, segundo o mesmo, o qual afirma discorrer tanto sobre mulheres, no seu relato, de modo a que se veja "con quanta promptitud y façilidad todas las mugeres admiten y abraçan qualesquiera costunbres liçençiosas y libres".[94]

[92] *Comentarios*, vol. I, pp. 216-218.
[93] Veja-se, a esse propósito, Ines Županov, *Disputed Mission: Jesuit Experiments and Brahmanical Knowledge in 17th century South India* (Nova Delhi, 1999); e Ines Županov, *Missionary Tropics, Jesuit Frontier in India (16th-17th century)* (Ann Arbor MI, 2005).
[94] *Comentarios*, vol. I, p. 205.

Por fim, a sua participação nos lavatórios convida a reflectir sobre uma outra questão. A sua Goa é a Goa intolerante, que persegue judeus e cristãos-novos, desviantes e gentios, é a Goa que pune os que participam, como ele, em cerimónias gentílicas. Mas é também a Goa das transgressões – e a quantidade de normativa que procura, precisamente, acabar com estes e outro tipo de ritos é muito abundante, traduzindo essa abundância o facto de as práticas não se ajustarem a esses quadros da intolerância religiosa.

Doenças e guerras: itinerâncias melancólicas

Uma abordagem diferente caracteriza os relatos dos livros sétimo e oitavo, nomeadamente as partes que se referem à sua estada em Goa, entre Abril de 1620 e Dezembro de 1621; e meados de 1622 e inícios de 1624. Aí D. Garcia está pronto para regressar à metrópole. Apesar de se deter em Goa por algum tempo, e apesar de continuar a ser relativamente parco nas palavras, o estilo diarístico destas páginas torna-se mais evidente, ao mesmo tempo que, e em tensão com este, o relato se faz na terceira pessoa. Em síntese, a imagem que o embaixador oferece sobre a vida política de Goa do início da década de 1620 é extremamente sombria: governadores incompetentes, populações incautas, ruína previsível. Depois do périplo na Pérsia, D. Garcia estabelece-se primeiro em Ormuz – onde era capitão D. Luís da Gama, de quem deixa um retrato muito negativo, que estava em vias de ser substituído por D. Francisco de Sousa, que aí chegaria a 6 de Abril de 1620 –, de onde haveria de regressar à Índia. Parte para Goa dois dias após a chegada do novo capitão, acompanhado por uma comitiva de vinte criados e alguns escravos, numa viagem pouco tranquila, já que durante o caminho a barca seria assolada por uma forte tormenta.

Três semanas mais tarde arriba em Goa. Na tarde do dia 25 de Abril de 1620 encontra-se no colégio dos Reis Magos, onde participa nas cerimónias de Domingo de Ramos, passando depois para umas casas em Pangim, aí permanecendo até se mudar para aquelas onde iria ficar até ao fim dessa segunda estada em Goa, na rua do colégio de São Boaventura, "muy cerca de la casa en que auia posado antes de enbarcarse á Ormuz".

É nesse contexto que relata a epidemia que começara a devastar a cidade desde Novembro do ano anterior, da qual padeceriam "dos mil personas sin la gente de la tierra".[95] Segundo o diplomata, "era verdadera definiçion de peste la que se podia dar á este terrible mal", o qual não se curava com purgas nem com sangrias, tendo morrido, por essa razão, mais portugueses do que locais. Verificaria, ainda, que o mal grassava na cidade e não no espaço rural, quer nas ilhas em torno à cidade de Goa, quer em Salcete e Bardez:

[95] *Comentarios*, vol. II, p. 487.

> Y lo mas que se deue notar sobre esto es que ni en toda la isla, cuyos plamares estan poblados de infinita gente de estos canarins, ni en las muchas quintas y casas que los mismos portugueses tienen por toda ella, no murio en todo este tienpo casi nadie, rresoluiendose toda la fuerça del mal en los que habitauan la çiudad.[96]

Em Dezembro de 1620 consegue partir, mas as condições de viagem obrigam-no, depois de chegado a Moçambique, a regressar a Goa. O próprio regresso seria muito complicado, e mesmo às portas da cidade, a caravela, "sin govierno, com la furia del viento que lo lleuava dió en la punta del vanco en 16 palmos de agua, dando un grande estallido nel timon, que fué el primer que del tocó, haziendose pedaços com notable rruido". Pouco depois, "llegó un de sus crados y le asió de un brazo diziendole que se salvase antes que la caravela se acabase de perder".[97] D. Garcia resguarda-se na manchua do capitão, mas a nave consegue salvar-se, conseguindo ele recuperar, inclusive, "un escritorio en que tenia sus papeles" (entre os quais estariam, provavelmente, os originais dos *Comentarios*).

Regressado a Goa, e estabelecido, agora, numas casas na Rua de São Brás, cerca de Santa Luzia (desta vez no extremo oriental da cidade), não seria visitado nem pelo governador nem pelos ministros de Goa, "pero él disimuló todo esto sin mostrar que lo sentia".

Este mal-estar acompanharia os últimos três anos em Goa, pontuados por conversas com viajantes, como Pietro della Valle – cuja estada em Goa coincidiu, em cerca de um ano, com a de D. Garcia –, com quem travou conhecimento a 6 de Setembro de 1623, o qual confirmaria que o diplomata sofria grande oposição por ser castelhano, muito embora corresse localmente o rumor de que essa oposição resultava, também, dos anti-corpos provocados pela sua própria personalidade.[98]

Para além desse mal-estar social, durante o período em que aí estaria, D. Garcia iria confrontar-se com situações calamitosas: a primeira seria a explosão na Casa da Pólvora.

Dia 22 de Agosto de 1621, à hora da sesta, D. Garcia acorda sobressaltado com um estrondo enorme, semelhante a um trovão, seguido de um tremor. Convence-se que a casa vai cair, e levanta-se rapidamente para ver o que se passava. A notícia já se espalhara: a Casa da Pólvora estava a arder, a praça do Manduin tinha sido muito afectada, e outros edifícios tinham ficado danificados. A causa teria sido o descuido

[96] *Comentarios*, vol. II, p. 488.
[97] *Comentarios*, vol. II, pp. 556-557.
[98] Pietro della Valle, *The Travels of Pietro della Valle in India*, ed. Edward Grey (2 vols., Nova Delhi, 1991), vol. I, p. 189

de um escravo que se pusera a fumar tabaco junto da pólvora que tinha sido colocada no topo do torreão, ao sol, para secar, deixando cair uma chispa junto da mesma. O resultado tinha sido catastrófico, morrendo o escravo, e outros três que se encontravam junto dele, espalhando-se o incêndio para o resto do edifício, de cima para baixo, destruindo 250 quintais de pólvora que aí estavam armazenados.[99] Explica D. Garcia que tinha havido uma dose de fortuna no meio de tudo: é que a praça Manduin costumava estar, nos dias de semana, cheia de gente: desde vendedores a compradores, quase todos naturais da terra, gente pobre que tinha aqui o seu principal mercado. Como a explosão ocorrera num Domingo, os que tinham morrido – ainda assim cerca de 500 pessoas – eram comparavelmente menos do que aconteceria a um dia de semana.

Nessa Goa em evidentes dificuldades, como era a Goa da segunda década do século XVII, a perda de 500 pessoas, de 250 quintais de pólvora, e a ruína de uns quantos edifícios, era mais um contributo para o declínio da cidade. Na verdade, esse evento parecia prenunciar os desastres que se seguiriam, o mais relevante dos quais seria a perda da cidade de Ormuz. Em relação a esta, faz questão de deixar um importante conjunto de reflexões, até por estas justificarem, de certa forma, o fracasso da sua embaixada, constituindo-se como o testamento político da mesma:

> Y por que es bien que se entienda el prinçipio y causa desta guerra, pues en ella se perdieron la çiudad y fortaleza de Ormuz y la esperança de poderse jamas cobrar, se haze aqui este breve y confuso epílogo de lo que en este caso suçedió, pidiendolo ansi esta rrelaçion y comentarios de la enbaxada com que fue el embaxador á Persia.[100]

Sir Robert Shirley era, certamente, um dos responsáveis pela perda de Ormuz. Desde logo, a sua embaixada a Madrid – apoiada por D. Luís da Gama e pelos ministros de Goa – fizera-se "no tanto por eleçion del rey de Persia como particular pretension suya". Contudo, os pareceres e arbítrios que aí dera tinham sido levados a sério, e "se pusieron en execuçion", tomando parte neles frei Redempto da Cruz, um carmelita descalço que "causo despues, no por malicia, sino por imprudencia suya, la calamitosa eversion de la çiudad de Ormuz y pérdida de aquella fortaleza".

A estas causas imediatas do desastre juntavam-se outras causas, mais, por assim dizer..., estruturais: cidade aberta, fortaleza fraca, a "mala dispusiçion de sus defensores", sem ânimo nem vontade, mas também sem capitães com prática de guerra, sem engenheiros nem artilheiros que soubessem do seu ofício – tudo coisas de que dera atempadamente conta ao rei, mas também ao capitão da cidade, D. Luís da Gama, o terceiro responsável pelo desastre, e, pouco antes de partir para Goa, a

99 *Comentarios*, vol. II, pp. 560 e sgs.
100 *Comentarios*, vol. II, p. 567.

D. Francisco de Sousa, o capitão que substituiria o Gama. Também em Goa, depois de aí chegar, não deixaria de advertir o governador, apresentando-lhe um plano que, segundo ele, poderia ajudar à resolução do problema – mas, e mais uma vez, este revelara tibieza e obstinação, não querendo aceitar os seus conselhos.[101]

Por cepticismo, ou por excesso de confiança – caso da crença na inexpugnabilidade da fortaleza de Ormuz –, ninguém levara a sério os seus avisos, e a perda de Ormuz acabara por acontecer! Ao invés, os portugueses tinham provocado o Shah, esquecendo-se do pormenor de que este tinha o apoio de "naçion tan pratica de Europa, como era la Inglesa", e tinham continuado a fazê-lo, mesmo depois de este ter enviado alguns frades agostinhos a Ormuz, para lembrarem Rui Freire de Andrade que "el guardaua la paz que tenia com Su Magestad, sin turballa de cosa alguna, y que ansi les pedia que de parte dellos se hiziese lo mesmo".

D. Garcia dedica várias páginas a expôr a crónica da perda de Ormuz – de grande utilidade para aqueles que se dedicam a dilucidar este importante episódio da história do império português –, terminando este capítulo, antes ainda da perda se ter concretizado, com um tom profundamente irónico acerca dos comportamentos dos ministros de Goa face à previsível tragédia: "muy satisfechos y descuydados, persuadiendose de que aun por la calidad del capitan como de los soldados que lleuaua, Ormuz estaua bastantemente socorrido y siguro para qualquiera que el rey de Persia y los ingleses intentasen".[102] Por essa razão – e estas reflexões respiram Tácito, pelos paralelismos que se podiam traçar com a atitude dos romanos face à sua própria decadência –, demorariam a enviar mais socorro à cidade, e quando, finalmente, o tinham feito, seria demasiado tarde.

Na verdade, em vez de assumir a derrota, e na expectativa que chegaria, entretanto, a armada enviada de Portugal, "pareçio al gobernador y á su Consejo que seria vna vtilissima y subtil stragema publicar [que] la çiudad y fortaleza de Ormuz se auia rrecobrado", de modo a animar as gentes da cidade a ganhar reputação junto dos reis vizinhos.

D. Garcia deixa-nos, aqui, um excelente testemunho sobre os mecanismos de propaganda utilizados na época, já que explica que, de modo a tornar credível a notícia, se tinha forjado correspondência, que viria de Ormuz, na qual se dava conta da recuperação da cidade, à qual se acrescentariam cerimónias, na própria cidade, mormente sermões por parte dos jesuítas, e das demais ordens religiosas, nos quais se fazia a apologia de Rui Freire de Andrade e as suas façanhas.[103]

101 *Comentarios*, vol. II, pp. 569 e ss.
102 *Comentarios*, vol. II, p. 582.
103 Note-se que, em 1647, seriam publicados, ainda, uns *Commentarios do grande capitam Ruy Freyre de Andrada : em que se relatam suas proezas do anno de 1619. em que partio deste*

Contestando veementemente, nos parágrafos que dedica a este episódio, a lógica política que estava por detrás de tal "invención", o embaixador dissera

> a muchos que le traian las tales nuevas el mucho daño que podian causar surtiendo contrario efecto del que deseauan los que las auian inuentado, pues las mas vezes no sirue quando se publican, aun cosas prosperas y que realmente ayan suçedido, sino de descuydarse los inprudentes y ppoco recatados.[104]

No resto do capítulo, as suas observações sobre os comportamentos dos habitantes de Goa vão no mesmo sentido: tanto os governantes como a restante população vivia "con toda la singularidad y confianza del mundo", e qualquer pequeno evento – como a notícia de que a armada do vice-rei estava para chegar – servia para reiterar essa confiança. Sendo que, na sua perspectiva, não havia quaisquer razões que justificassem tal atitude, e muito menos os entretenimentos em que passavam o tempo, acabando por ser perniciosos, pois divertiam-se em vez de cuidarem de remediar os problemas, "lo qual a sido sienpre la rruina de qualquiera republica",[105] conclusão que tinha, mais uma vez, ressonâncias tacitistas.[106]

Estava-se nisto quando os ingleses e os holandeses decidiram pôr cerco à cidade de Goa – mais ou menos na mesma altura em que dez naus e um patacho, cheio de galas, de frades e de jesuítas, tinham partido para Cochim, para receber o conde da Vidigueira (o grande inimigo de D. Garcia), que chegava como vice-rei do Estado da Índia.

Segundo o diplomata, a cidade só não fora saqueada, porque os inimigos o não tinham querido fazer. A prevenção fora tão ridícula que "se uia por toda aquella playa de Pangin y Bardes una propia imagen de los saturnales ó bacanales de la antiguedad, sin poder tantas calamidades rreçibidas, ni ponerles mas rrecato, ni desminuilles la sinple confiança suya".[107]

Prossegue D. Garcia, por mais algumas páginas, as suas invectivas contra os portugueses que residiam em Goa, a sua ignorância da arte militar, a sua incapacidade

Reyno por geral do mar de Ormuz, & costa da Persia, & Arabia até sua morte / tirados de humas relaçoes, & papeis verdadeyros por industria de Paulo Craesbeeck (Lisboa, 1647).

104 *Comentarios*, vol. II, p. 587.

105 D. Garcia devia estar a referir-se às inúmeras festas religiosas que se verificavam, constantemente, em Goa, das quais dá conta Pietro della Valle: festas por ocasião da canonização de Santo Inácio, São Francisco, Santa Teresa, São Filipe de Neri e Santo Isidoro de Madrid, festas pelo início da monção, festas de S. João, festa de Sant'Ana, etc. (*The Travels*, vol. I, pp. 168-192).

106 *Comentarios*, vol. II, p. 593.

107 *Comentarios*, vol. II, pp. 594-595.

política, a sua imprudência (manifesta, aliás, na recusa sistemática do conselho que ele não hesitara em oferecer, sempre que necessário), a sua tibieza (claramente, um dos qualificativos preferidos pelo espanhol). E tíbio seria o novo vice-rei, "honbre tardo y menos dispierto de lo que el tiempo pedia", na ocasião em que o fora cumprimentar, quando da sua chegada ao forte dos Reis Magos, e, pior do que isso, parecia estar unicamente interessado nos seus fins particulares, "á que con suma vigilancia atendia aunque fuese com la general ruina de aquel estado". Mais adiante, os qualificativos seriam ainda mais extremos: o vice-rei era ignorante, insolente, desumano, com baixeza de ânimo, sem temor ao rei; o que não devia esconder, por daí poder resultar a ruína do estado.[108] É verdade que o desinteresse que o vice-rei manifesta por D. Garcia não se verifica, por exemplo, em relação a Pietro della Valle, com quem quereria conversar longamente sobre as coisas da Pérsia, a quem entregaria um discurso que tinha escrito sobre as guerras que aí tinham tido lugar[109] – informação que mostra que a tensão com o embaixador era mais pessoal do que política.

A ruína, a desordem, e o desânimo do Estado da Índia eram, ironicamente, paralelos à sua própria ruína. Fatigado das tentativas de partida, acabaria por comprar uns camarotes nada cómodos numa nau que ia partir para Portugal, embarcando, finalmente, no dia 1 de Fevereiro de 1624.

Pelo relato que deixa dos dias de viagem da sua última viagem, fica-se a saber que conhecera Cristoforo Borri, o matemático italiano que era membro da Companhia de Jesus e que, por essa altura, também se encontrava em Goa, como já se referiu, também, Pietro della Valle. Ao contacto com estes homens nada dedica a prosa de D. Garcia, da mesma forma como ignorou, sobranceiramente, Robert Shirley, quando, em 1616, partilhou com ele a mesma cidade. A esse propósito, escreveria António Bocarro:

> E assim, posto que todos os fidalgos de Goa visitaram e acompanharam a dom Roberto, nunca elle o quis fazer, com esperar ir à Pérsia; porque não queria favores do rei della, contra o que entendia convinha ao credito e reputação d'aquelle a que servia.[110]

Também Diogo do Couto – um homem ligado à família dos Gama – não mereceu uma nota sua, nem sequer quando morreu, em Dezembro de 1616, quando o vice-rei aí se encontrava, não lhe podendo ter passada despercebida a sua morte.

* * * * *

108 *Comentarios*, vol. II, p. 605.

109 Della Valle, *The Travels*, vol. I, p. 170.

110 Bocarro, *Década 13*, vol. II, p. 515.

Durante a sua primeira estada naquele território – entre Novembro de 1614 e Janeiro de 1617 – D. Garcia aplicou o esquema clássico de organização da informação: o segundo livro é composto por um capítulo dedicado a uma descrição panorâmica do território, um segundo capítulo dedicado à fauna e à flora, um terceiro capítulo sobre a cidade, e, por fim, um capítulo, mais longo, sobre as suas gentes. Nestas páginas, escritas em estilo descritivo, identifica-se aquilo que Marie Louise Pratt denominou de "olhar imperial", ou seja, a "apresentação da natureza como um conjunto de lugares que o olhar capta, separando a paisagem das pessoas, e obliterando o 'olhar subjectivo' que comanda a representação".[111]

São várias as "assimetrias civilizacionais" que capta; ou, para ser mais precisa, a sua percepção e apreciação da realidade local é feita, na maior parte dos casos, a partir de um patamar de superioridade, reproduzindo a tópica de raiz aquiniana sobre a qual assentava a legitimidade do domínio imperial. Para Figueroa era claro que os europeus eram superiores aos indianos, e é isso mesmo que vai confirmar quando observa os modos de cultivo da terra por parte destes últimos: a agricultura seria muito mais rica "se tuuiera parte de la industria y de los cuidado de los hortelanos y jardineros de la Europa [...]". Essa assimetria reproduzia-se na relação entre espanhóis e portugueses: "De las frutas de España, la poca ó ninguna industria, ansi de los portugueses como naturales, es causa para que no se dé outra ninguna mas que higos, y de estos poderá auer muchos", e adiante "lo mesmo se puede dezir de las uvas[...]". Esta aproximação entre portugueses e "naturales" é de reter, já que era uma associação que começava a enraizar-se na percepção europeia sobre os "colonizadores portugueses" estabelecidos na Índia. Não fica claro, porém, se o diplomata considerava o clima como a principal causa dessa assimetria, já que identifica, também o "defecto de la naturaleza de este clima; el qual siendo caliente y húmido u en toda esta isla hermosos y acomodados valles, pudiera auer en ellos com mediana industria muchas de las buenas frutas de Europa".[112]

Para além dos quadros de "assimetrias civilizacionais" e de género que alimentam a sua imaginação e moldam a sua experiência, estes relatos permitem-nos identificar os imaginários sociais do seu autor, as suas convicções sobre a natureza da "gente ignorante" – de certo modo aquilo que Todorov designou como o problema dos valores[113] –, em contraponto com as características dos grupos ao qual pertencia, leitor de Plínio e de outros nomes da antiguidade, como ele próprio refere.

[111] Marie-Louise Pratt, "Scratches on the face of the country, or what Mr. Barrow saw in the land of the bushmen", in Susan L. Robertson (ed.), *Defining Travel: Diverse Visions* (Jackson MS, 2007); Marie-Louise Pratt, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation* (Londres, 1992).

[112] *Comentarios*, vol. I, p. 157.

[113] In Harrigan, "Introduction", *Veiled Encounters*, pp. 11-45.

A par disso, Garcia de Figueroa revela possuir um outro universo de referências, mais actualizado, e directamente relacionado com a vida política, como se pode entrever da leitura pragmática dos territórios que vai fazendo, interessando-se pelas suas comodidades, possibilidades, e utilidades. O modo como a cidade se estruturava, a sua localização, o estado dos edifícios, é um dos outros temas que, manifestamente, lhe despertam o interesse, até pelas suas directas conexões com a durabilidade do império.

Em todo o caso, e independentemente do formato que os moldam, e das motivações que os inspiraram nas suas diversas partes, pode bem dizer-se que os *Comentarios* de D. Garcia da Silva y Figueroa fazem plenamente parte de um primeiro projecto orientalista, de um *corpus* orientalista católico, ibérico, funcionalmente semelhante ao que Edward Said identificou em *Orientalism,* para a Inglaterra e a França dos séculos XIX e XX. Recentemente, no livro *Veiled Encounters*, Michael Harrigan defendeu que todos estes aspectos contribuíam para a falsificação da representação.[114] Em vez de recorrer a um qualificativo tão forte, e que encerra um juízo de valor negativo, prefiro pensar que contribuíam para a frequente disjunção entre percepção/experiência/representação, para esse intransponível abismo que se foi forjando entre as palavras e as coisas.

[114] Harrigan, "Introduction", *Veiled Encounters*.

Presentes ibéricos e "goeses" para 'Abbas I: A produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia por D. García de Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Meneses

CARLA ALFERES PINTO *

Em Setembro de 1602 o padre agostinho frei Jerónimo da Cruz entregou ao Xá da Pérsia 'Abbas I (1588–1629) uma carta de D. Filipe III (1578–1621), soberano da coroa portuguesa que lhe enviava nessa condição a embaixada liderada pelo religioso. Segundo frei António Gouveia (1575–1628), que integrava a comitiva agostinha e escreveu o relato dos eventos, Jerónimo, ciente dos seus deveres, fez saber ao governante persa que aquele "era o melhor sagoate que lhe leuauamos" ao que o soberano retorquira que "estimaua mais aquella carta que hum grande thesouro".[1]

A narrativa, com maior ou menor ênfase retórico, relatará os acontecimentos. Mas a realidade era bem mais complexa do que esta aparente modéstia deixava perceber. As embaixadas diplomáticas, o seu cerimonial e o presente que traziam eram cuidadosamente estudados e apreciados (ou não) pela corte safávida.

Ainda que a prática de troca de presentes diplomáticos seja ancestral e, ao contrário do que acontece nos nossos dias em que estes têm um valor simbólico (que não é dizer o mesmo que importância simbólica), os presentes trocados nos séculos XVI e XVII eram verdadeiros bens de luxo. Concentravam em si significativo valor económico e cerimonial. Tanto mais considerável e constatável quanto o destinatário era um soberano do qual se pretendia algum favor ou aliança política.

E na corte safávida, como de um modo geral em todo o Médio Oriente e Ásia, este aspecto era particularmente relevante já que os presentes trocados entre dignitários ou oferecidos a cortes distantes (ou próximas) significavam realmente muito.[2] E se é

* Centro de História de Além-Mar, Lisboa; Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

1 Frei António Gouveia, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto* (Lisboa, 1611), f. 46v.

2 Sobre este assunto ver Amin Jaffer, "Diplomatic Encounters: Europe and South Asia", in Anna

verdade que a curiosidade, conhecimento e capacidade dos senhores, laicos ou eclesiásticos, podiam influenciar a escolha de presentes, é igualmente certo que os mesmos não podiam ser deixados ao acaso. Deles dependia muitas vezes o apreço por uma delegação e a atenção que se dava ao assunto da mesma, eles asseguravam a reciprocidade e potenciavam o respeito que se tinha por um ou outro rei, xá, rajá ou czar, além de servirem de admiráveis provas da riqueza, da grandiosidade, da mestria artesanal e plástica de cada corte e do bom gosto dos soberanos.

Não foi por acaso que décadas mais tarde François Bernier (1620-1688), um médico francês instalado na corte mogol, pretendeu avisar com as seguintes palavras o seu compatriota e fundador da *Compagnie des Indes Orientales*, Jean-Baptiste Colbert (1619–1683): "Senhor, na *Ásia*, os grandes nunca são abordados de mãos vazias".[3]

As palavras de Bernier não chegaram a tempo de evitar o desastre uma vez que a missão à Índia partira antes de escutado este conselho. Como resultado, a delegação da *Compagnie* à corte de Aurangzeb (r. 1658-1707) foi tratada sem qualquer dignidade e embora tivesse permanecido no país por vários meses não conseguiu assegurar uma audiência que fosse.

Os Portugueses haviam aprendido a sua lição logo em 1498 aquando da humilhante presença de Vasco da Gama frente ao samorim de Calecute. Sabiam que com qualquer delegação de diplomatas, comerciantes, religiosos ou simples aventureiros, devia seguir um presente. E se possível um presente que pudesse agradar ao seu destinatário, e evitando assim cometer erro semelhante, por exemplo, aos Ingleses que em 1621 haviam presenteado 'Abbas com um coche que foi sumariamente desprezado pelo soberano. Na narrativa de frei Vicente de S. Francisco, Visitador-Geral dos Carmelitas na Pérsia, o Xá começara por não saber que fazer com ele, depois, apesar de ter forçado os ingleses que o traziam a demonstrar o seu uso, por achá-lo despropositado, já que toda a sua corte e ele próprio se deslocavam muito bem a cavalo.[4]

Considerando então que o presente tinha uma importância crucial para alcançar uma missão diplomática bem sucedida, qual era a relevância dos objectos que o constituíam? Neste texto procuro contribuir para a resposta a esta pergunta, designadamente, através de uma reconstituição do presente que foi oferecido ao Xá 'Abbas I pelo embaixador de D. Filipe III, D. García de Silva y Figueroa (1550–1624), a partir da

Jackson & Amin Jaffer (eds.), *Encounters: The Meeting of Asia and Europe, 1500–1800* (Londres, 2004), pp. 74-87.

3 Citado por Jaffer, "Diplomatic Encounters", p. 76. Tradução minha da frase em inglês incluída no texto de Amin Jaffer.

4 *A Chronicle of the Carmelites in Persia and the Papal Mission of the XVIIth and XVIIIth centuries* (2 vols., Londres, 1939), vol. I, p. 255.

leitura das diferentes fontes portuguesas e espanholas que o descrevem. Ao fazê-lo, pretendo aferir a proveniência geográfico-cultural dessas peças e o que elas no conjunto nos podem dizer sobre as razões e motivações da escolha. Ou seja, procurarei levantar algumas questões em torno das razões para a escolha de determinados objectos: se havia uma preocupação em agradar especificamente àquele presenteado ou se o que presidia à escolha dos objectos era uma assunção idiossincrásica dos gostos e necessidades áulicas; se havia condicionantes regionais e nacionais na escolha dos objectos; se os presentes oferecidos têm um valor absoluto ou se esse é o resultado das conjunturas económicas, sociais e culturais do seu tempo.

Para tal, recorrerei a duas situações específicas: a da embaixada já referida, que teve lugar entre 1615 e 1624 e a das embaixadas personalizadas por D. frei Aleixo de Meneses (1559-1617), que teve participação directa na escolha quer dos interlocutores quer dos presentes das embaixadas à Pérsia encabeçadas pelos Agostinhos nos anos de 1602, 1604 e 1608. Por mera organização cronológica, referir-nos-emos primeiro às missões agostinhas e depois à embaixada de D. García.

Para além da proximidade temporal das embaixadas providenciadas por um e outro, as vidas de D. frei Aleixo e D. García Figueroa têm alguns traços em comum. Nascidos com diferença de nove anos, serviram o mesmo monarca, tinham fortes relações pessoais e de proximidade com a corte, desempenharam funções de Estado relevantes no aparelho da monarquia ibérica durante a vida, e, ainda, deixaram ambos abundante documentação, diarista e epistolar, com informações preciosas para a compreensão das suas experiências de vida.

Os Agostinhos e a Pérsia

Em 1631 o vice-rei Conde de Linhares, nomeava como responsável pelo arquivo de Goa António Bocarro (1594–1642/3). Nascido em Lisboa ou Abrantes e educado no Colégio de Santo Antão, Bocarro era um cristão-novo convertido ao Judaísmo e por fim reconvertido ao Cristianismo em Cochim, depois de 1616, altura em que chegara à cidade malabar. A confissão e denúncia de familiares e amigos residentes em Cochim valeu-lhe os favores do poder em Goa (para onde partiu em 1624) e o serviço à coroa portuguesa. Entre eles, a escrita do volume 13.º das *Décadas da Ásia*, começadas por João de Barros. Abrangendo os anos de 1612 a 1617, coube-lhe portanto relatar posteriormente a chegada de D. García de Silva y Figueroa à barra do Mandovi em Novembro de 1614 a caminho da Pérsia.

Este relato, sobejamente conhecido, é interessante por mostrar a perspectiva portuguesa (ou pelo menos, dos interesses portugueses presentes em Goa) dos acontecimentos e que são, em muitos casos, diametralmente opostos às percepções e objectivos argumentados pelo nobre castelhano nos seus *Comentarios*. As palavras de

Bocarro são também muito interessantes por colocarem a embaixada de D. García a um nível diplomático e cerimonial diferente do que era hábito.

Segundo as *Décadas*, fora na sequência das embaixadas que o Xá enviava à corte em Madrid, da presença de um diplomata persa naquela, das conversas em torno do comércio da seda e dos interesses político-militares que se jogavam na Europa, que o soberano persa pedira a D. Filipe III "que para conservação da amisade que ambos os reis tinham, e sua Magestade mostrar a conta que d'elle fazia, lhe mandasse um embaixador, pessoa grande de sua côrte, e que elle lhe faria tambem o mesmo, por lhe não parecer licito que similhante tracto e liança se fizesse por meio de frades [...]".[5]

Na prática, o que 'Abbas propunha ao monarca ibérico era que este fizesse deslocar à corte safávida um nobre de estirpe que pudesse conferir a tão notável empresa a dignidade e solenidade exigidas, tal como era praticada na sua corte, quando em negociações com outros estados soberanos. No fim de contas, o Xá queria colocar a esfera do domínio político-diplomático no plano temporal, servido pelo cerimonial e as precedências inerentes aos cargos de cada um. A religião, os seus representantes e o interesse que o Xá tinha pelo conhecimento do Cristianismo, eram remetidos para um segundo plano, para uma urgência secundarizada face às necessidades do seu reino.

Esta constatação, a que o rei ibérico anuiu, não terá sido facilmente aceite pela Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho que contribuíram certamente para o clima de mal-estar que se vivia em Goa aquando do desembarque do embaixador de D. Filipe III.

Quando D. García aportou ao Mandovi, havia alguns anos que o agostinho D. frei Aleixo deixara a cidade e o seu rio. Todavia, a memória do prelado ainda perdurava e, sobretudo, a sua Ordem não via com bons olhos a cedência do seu múnus religioso (e diplomático). Para percebermos este "direito" que a Ordem reclamava, há que recuar às primeiras relações estabelecidas entre as coroas Portuguesa e Safávida e, particularmente, à acção do arcebispo de Goa, D. frei Aleixo de Meneses.[6]

Nascido com o nome de Pedro em 25 de Janeiro de 1559 em Lisboa, era filho de D. Aleixo de Meneses (c. 1500–1569), que fora homem ligado à expansão do império marítimo e à corte, nomeadamente, enquanto mordomo-mor das rainhas D. Maria

[5] António Bocarro, *Década 13 da Historia da India*, ed. Rodrigo José de Lima Felner (2 vols., Lisboa, 1876), vol. I, cap. LXXXIV, pp. 369-370.

[6] Ver Carla Alferes Pinto, "Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da Misericórdia em Goa", *Anais de História de Além-Mar*, 7 (2006), pp. 279-309.

e D. Catarina e aio de D. Sebastião. Órfão com apenas 10 anos, procurou na figura tutelar do tio, D. frei Agostinho de Castro, um guia espiritual e pessoal, tendo optado por tomar o hábito dos Eremitas Descalços com quinze anos, em 24 de Fevereiro de 1574, no Convento da Graça em Lisboa. Professou no mesmo convento em 27 de Fevereiro de 1575, já com dezasseis anos cumpridos, tomando o nome próprio do pai e o nome de vocação do tio (Jesus), passando a ser conhecido por frei Aleixo de Jesus ou de Meneses.

Após uma carreira fulgurante na hierarquia agostinha em Portugal – foi prior dos conventos de Torres Vedras, entre 1588 e 1590; de Santarém, entre 1590 e 1592; e de Lisboa entre 1592 e 1594 – foi chamado à corte em Madrid para ser nomeado arcebispo de Goa, onde chegou em finais de Setembro de 1595, e à sua nova função de arcebispo e frade agostinho.

Entre as suas preocupações encontrava-se a necessidade de engrandecer a Ordem e promover a expansão missionária da mesma por terras do Estado da Índia ou suas vizinhas. D. frei Aleixo encetou, assim, um dos mais ambiciosos programas construtivos a que a cidade de Goa assistiu. Escolheu o Monte Santo, que ocupava uma vasta colina no lado poente da cidade, e onde se situava já o Convento da Graça – fundado em 1572 e que o arcebispo nobilitou –, mandando erguer o Colégio de Nossa Senhora do Pópulo, fundado em 1602, e o Mosteiro de Santa Mónica, fundado em 1606. Entretanto, fazia Visitações às terras espalhadas pelo Índico e autorizava a fundação de conventos agostinhos ou beneficiava os que já existiam. A Pérsia surgiu, portanto, no seu caminho.

As embaixadas artísticas dos agostinhos à Pérsia

Em 1601 chegou nas naus vindas de Lisboa uma carta dirigida pelo rei ao Xá da Pérsia. D. frei Aleixo viu nela um instrumento da sua ambição e uma oportunidade de retomar os contactos na corte safávida, já antes encetados pela Ordem.[7] Convenceu por isso o vice-rei Aires de Saldanha a enviar frades agostinhos como portadores da carta "asim porque esta comquista era nossa como tambem pella comodidade do comvento que em Ormuz temos".[8]

[7] Sobre a história da presença de frades agostinhos na Pérsia ver Roberto Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605* (Lisboa, 1972), pp. 21-40.

[8] Nas palavras do frade Félix de Jesus na sua *Primeira Parte da Chronica e Relação* (1606) publicada em Arnulf Hartmann, O.S.A., "The Augustinians in Golden Goa: A Manuscript by Félix of Jesus, O.S.A.", *Analecta Augustiniana*, 30 (1967), pp. 12-147 (p. 83). Data do reinado de D. João III, em 1542, o primeiro pedido ao Provincial dos agostinhos de frades para enviar para a Índia, ainda que o mesmo se cumprisse apenas no início da década de 70 do mesmo sé-

A ideia de "repartir as conquistas" feitas sob a égide da coroa portuguesa para a evangelização pelas diferentes ordens religiosas era comummente aceite e era defendida, sempre que possível, junto das mais altas instâncias do poder. Os Agostinhos esforçavam-se por reforçar o seu "direito" pela Pérsia e, já a caminho da Europa, por terra e para noroeste, pela Arménia e Geórgia. Veja-se a este propósito as palavras de António de Gouveia, escritas apenas três anos depois das de Félix de Jesus: "Cousa notoria he a toda India, & ainda a muytas pessoas de Portugal, que repartidas as conquistas, espirituaes do Oriente por todas as Relegiões (que he a herança que somente no mundo se deue desejar) coube a esta de nosso glorioso Padre sancto Agostinho a da Persia como mais difficultosa".[9]

O interesse diplomático e financeiro da missão promovida pela missiva real de 1601 era partilhado por outras ordens, nomeadamente, a Companhia de Jesus que se havia insinuado em Roma com o objectivo de obter o papel de intermediários na corte safávida. D. frei Aleixo de Meneses fora peremptório: "Mas eu ordenei, que se desse a empreza e a embaixada á Ordem",[10] escolhendo os frades Jerónimo da Cruz (letrado e já com mais de 60 anos de idade), Cristóvão do Espírito Santo, o Castelhano ("Religioso a quem o desejo do martirio trouxe a India"), e frei António de Gouveia, "Religioso virtuoso, e adotado de muitas partes o qual acabara de ler hum cursso dartes, e era actualmente Lente de Theologia no nosso comvento de Goa",[11] uma vez

culo. No reinado de D. Sebastião chegaram a Goa, no dia 3 de Setembro de 1572, os primeiros agostinhos; a intenção seria servirem em Ormuz onde o clima inclemente havia deixado já de lado jesuítas e dominicanos. Cerca de trinta anos depois, em 1605, a ordem enviou o frade Félix de Jesus para a Índia com a incumbência de escrever uma história dos agostinhos e dos seus sucessos. Não será por acaso que os agostinhos, e em particular o poderoso arcebispo de Braga, D. frei Agostinho de Castro, tio e protector de D. frei Aleixo de Meneses, escolheram este momento para tão consagrada tarefa. D. frei Agostinho incumbe Félix de Jesus de relatar a história da Ordem num momento em que a cadeira arcebispal de Goa era ocupada por Aleixo. Recuando aos difíceis primórdios da Ordem no Índico, a intenção era a de glorificar a figura do sobrinho, de acentuar o percurso progressivo da congregação e de alargar a sua influência no imenso território que constituía o Estado da Índia. O frade cumpre a sua tarefa com zelo e em menos de um ano – 15 de Janeiro de 1606 – apresentou ao seu patrono o texto final. O cronista teve a tarefa facilitada já que o arguto D. frei Aleixo de Meneses tinha na sua posse uma série de relatos escritos por dois correligionários, frei António de Gouveia e frei Belchior dos Anjos, que haviam feito embaixadas à Pérsia.

9 Gouveia, *Relaçam*, f. 1.

10 Carta datada de 23 de Dezembro de 1602. Bernardino José de Senna Freitas, *Memorias de Braga contendo muitos e interessantes escriptos extrahidos e recopilados de differentes archivos assim de obras raras, como de manuscriptos ainda ineditos e descripção de pedras inscripcionaes* (5 vols., Braga, 1890), vol. III, p. 59. Ver, também, a "Dedicatória" escrita por António Gouveia em Goa em 18 de Abril de 1609 in Gouveia, *Relaçam*, sem página: "[...] esta relação da nossa jornada a Persia, [...] que não tem V. S. [D. frei Aleixo de Meneses] nella pequena parte (como quem nos mandou, & animou a fazella, não mostrando pouca enueja de a não poder fazer, como qualquer de nos)".

11 Hartmann, "The Augustinians in Golden Goa", p. 84.

que se tratava também de graves assuntos de Estado. Esta acção foi concertada com o tio, D. frei Agostinho de Jesus, que recebia em Braga notícias da corte e dos movimentos que os Jesuítas faziam para que fossem eles os enviados à Pérsia.[12]

Em missiva de 23 de Dezembro de 1602,[13] escrita a D. frei Agostinho de Jesus em Braga, Meneses relatava-lhe uma série de acontecimentos bélicos e políticos, dando a saber ao tio que, ao contrário do que até então acontecia, parecia que o Xá alterava a sua relação de poder com os Portugueses, fazendo guerra em Ormuz, tomando Barém e sitiando Comorão. Estas novidades, que o arcebispo atribuíu a intrigas inglesas, revelavam a chegada de novas potências europeias rivais dos Portugueses e as novas opções na corte safávida.

O embuste e a intriga, bem como um complexo jogo de bastidores diplomáticos nem sempre dentro dos canais oficiais, faziam parte deste quotidiano. A distância e as dificuldades de comunicação e de entendimento[14] não poucas vezes induziram os mais avisados protagonistas em erro. A esta realidade de difícil gestão, acrescia ainda a questão das línguas e da interpretação das mesmas; os religiosos, nomeadamente os que trabalhavam para o Padroado, serviram muitas vezes de intérpretes das línguas europeias e não raras vezes usaram esse poder para transmitir o que queriam (e o que interessava à sua ordem e/ou à coroa portuguesa) e não o que os seus interlocutores pretendiam de facto.

Alimentando a ideia de que só através de conspiração poderia 'Abbas ter alterado tão significativamente a sua relação com os Portugueses – afinal, D. frei Aleixo acreditava que este era um rei que trazia "consigo um crucifixo", "folgava com imagens" e se afeiçoara sobremaneira ao frade Simão de Morais (ou da Conceição) que em 1582, sob ordens de D. Filipe II, fora nomeado pelo vice-rei D. Francisco Mascarenhas prior dos Agostinhos em Ormuz e portador das cartas do rei ao Xá[15] –, mantinha-se igualmente a convicção de este estar casado com uma cristã, a quem o arcebispo de Goa enviava "todas as peças boas, que ac[hou] de retábulos".[16] Mais um

12 Veja-se a este propósito Carlos Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617), Arzobispo de Goa (1595-1612): Estudio biográfico* (Valladolid, 1992), pp. 183-185.

13 Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 55.

14 Veja-se, por exemplo, o contentamento dos padres quando 'Abbas pede para ir à igreja com o intuito de ouvir missa, que "o frade Jerónimo lha disse cantada" (Gouveia, *Relaçam*, f. 68v), e que os primeiros lêem como sinal de que penetrava no coração do muçulmano a luz da "verdadeira religião" e o segundo escuta, provavelmente, pelo mero prazer da estranha sonoridade e efeito acústico que a igreja propiciaria. O Safávida tinha, aliás, o costume de assistir a outras missas, por exemplo, nas igrejas arménias. É notória, ao longo do extenso relato que Gouveia condensa na sua Relação, a manifesta incompreensão dos frades face à curiosidade intelectual e às acções do Xá e a dificuldade que o mesmo tem em perceber que as suas acções eram entendidas como provas de possível conversão.

15 Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, p. 29.

16 Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 60.

presente diplomático que pretendia obter os favores (e reforçar a crença na verdadeira religião) da suposta rainha cristã. Em Dezembro de 1602 já frei António Gouveia sabia que estas certezas, que D. frei Aleixo partilhava com o tio, não eram verdadeiras.[17] Mas, como este último escrevia para Braga, "não havia nova alguma d'elles".[18]

Continuando o raciocínio exposto na carta, Aleixo confessa que desejava "achar" pessoas que fossem ao rei naquela conjuntura, pessoas que fossem da mais estrita confiança e que pudessem corresponder aos anseios do Xá que, tendo recebido tão bem "um Fr. Nicolau de Mello",[19] receberia certamente outros que se lhe apresentassem com o mesmo hábito agostinho, uma vez que "pedira religiosos nossos, para ter consigo." A acrescentar havia ainda o confesso interesse pelas rendas cortadas à feitoria de Ormuz pela guerra que o Xá lhe fazia, de grande importância para a Coroa e das quais auferiam também os agostinhos da fortaleza.[20]

1602

A missão à corte persa partiu da barra do Mandovi no dia 15 de Fevereiro de 1602. Avistou terra a 30, em pleno e rigoroso Inverno nevado. Desembarcados os três membros da comitiva, seguem para a fortaleza de Mascate onde chegaram a 20 de Março e permaneceram por três dias. Seguiram para a árida e desolada Ormuz, onde a estada se revelou ainda mais difícil, uma vez que a ilha estava sitiada e se vivia um clima de tensão entre as tropas do Xá e as forças portuguesas aí estacionadas. Não obstante, a comitiva só partiu a 16 de Maio, desta vez directamente ao encontro de 'Abbas.

Passaram por Lara e chegaram a Xiraz a 15 de Junho. A cidade impressionou o frade que usou extensas linhas da sua *Relaçam* para descrever as frondosas avenidas, os jardins perfumados e viçosos, a diferente arquitectura esplendidamente revestida de luzidios e coloridos azulejos, a riqueza e abastança da antiga metrópole. A comitiva passou ainda pelos arredores de Iesda (Yazd) onde a grandiosidade dos monumentos religiosos impressionou sobremaneira Gouveia.

17 Sobre este assunto ver as explicações do frade em Gouveia, *Relaçam*, ff. 56 e 56v.

18 Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 60.

19 Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 57.

20 Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 58. Esta questão é de novo lembrada na carta de 20 de Dezembro de 1603 que D. frei Aleixo escreve ao tio: "E se hoje correm cafilas; e não está acabada a alfandega, nem tudo está ardendo em guerra: *deve-o este Estado, e El-rei, aos nossos Padres*, de que escrevi o anno passado a V. S.ª, que foram por embaixadores: e que alem de negociarem, com grande opinião de santidade, negociaram com grande prudencia", Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, pp. 69-70.

Após mais uma série de percalços e dificuldades, acabam por estacionar a uma légua da cidade de Maxed aonde recebem autorização do Xá para entrar em 4 de Setembro de 1602. O soberano enviou uma comitiva formada por membros da sua corte para junto dos frades; a abri-la encontrava-se outro europeu, Robert Shirley, que, nas palavras de Gouveia, teria então cerca de 20 anos e que habitaria junto dos persas há já cerca de quatro anos.

No dia seguinte a comitiva portuguesa foi, finalmente, recebida pelo Xá numa "varanda muyto grãde feita em quadro, que quasi tinha a semelhança de Claustro dos nossos Conuentos. Estaua toda a varanda entapiçada, de muy grandes, & ricas alcatifas, & de hũa parte, & da outra estauam por ordem todos os Capitães, Soltões, & grandes de sua Corte assentados, conforme a seu costume, tãtos em multidam, que sendo as ordens dos assentos duas, enchiam os quatro ângulos da varanda".[21] Os frades "aparelharam-se com diligência" levando a carta de D. Filipe III e o presente reunido em Goa por Aires de Saldanha. Para descontentamento de Gouveia o "mouro" que os acompanhava deu tanta (ou mais) importância ao presente que à carta: "tomarão todas as peças hũa, & hũa, & como as mais dellas erão cousas da China douradas".[22] Ainda que o não entendesse, Gouveia dá-nos nesta descrição elementos preciosos para perceber a dinâmica e a importância dos presentes diplomáticos no contexto das relações com a corte safávida.

Lembremo-nos que o Xá andava em campanhas militares pelo seu extenso território e que, por isso, "improvisava" salas de recepção para receber os dignitários que iam ao seu alcance. Com improvisação não queremos dizer descuido ou menor solenidade áulica. À semelhança do que acontecia em Portugal, a corte safávida era onde o soberano estava e toda a solenidade do lugar do Xá se deslocava com ele. Por outro lado, todos os seus cortesãos eram também combatentes e por isso acompanhavam-no nas suas deslocações e nas suas audiências, como aliás Gouveia (sem com isso perceber a sua orgânica) refere. Por fim, não haviam sido poupados esforços no aparato decorativo e riqueza dos objectos que engalanavam a varanda, conforme nos informa o impressionado (ainda que severo na descrição) frei António.

Assim, o local onde a comitiva dos três frades agostinhos foi recebida era o que mais alta dignidade lhes conferiria, afinal, haviam conseguido uma conferência com 'Abbas. E para isso muito haviam contribuído o arcebispo e o vice-rei de Goa.

A carta de D. Filipe III chegara a Goa com a urgência dos negócios reais mas sem qualquer presente. Foram D. frei Aleixo e Aires de Saldanha quem se apercebeu da importância da comitiva e do saguate que se lhe devia juntar. A constituição do pre-

21 Gouveia, *Relaçam*, f. 46 v.

22 Gouveia, *Relaçam*, f. 46.

sente, a que adiante voltaremos, tinha sido pensada e reunida em Goa, nos inúmeros mercados e nas oficinas artísticas de que a cidade dispunha.

Gouveia não o percebe, mas fora a atenção cuidada que o emissário do Xá ao acampamento agostinho dera aos objectos que lhe facilitara a abertura da porta da corte safávida.

Voltando por ora à narrativa de frei António Gouveia, somos encaminhados para a sala de audiência e o beija-mão ao Xá. Esta solenidade causou natural espanto entre os senhores persas que acompanhavam o seu soberano, já que o costume local era o de beijar o pé.[23] A oriente, o corpo dos soberanos era tido como sagrado e proscrito ao toque humano. As excepções eram regidas pela etiqueta mais severa e asseguravam uma grande honra àquele que era por elas contemplado.

Por fim o Xá recebeu a carta de D. Filipe III, ao que se seguiu o momento da entrega dos presentes, uma elaborada parada que se desenrolou em frente da corte persa. Uma a uma as ricas oferendas desfilaram numa cadência teatralmente encenada destinada a prolongar o efeito e impressão por ela causada.

Infelizmente, Gouveia não nos dá a composição do presente mas afirma ser constituído em grande parte por "cousas da China douradas". Esta designação, geograficamente ambígua, refere-se normalmente a peças de mobiliário (de menor ou maior dimensão, podendo incluir escritórios e ventós[24] ou taças e polvorinhos) lacadas e douradas. O equívoco geográfico verifica-se tanto quanto ao local de origem de fabrico – os objectos não eram necessariamente originais da China (e de que China?) mas sim adquiridos num porto situado em território chinês ou, ainda, "China" designava um vasto território que corresponde grosso modo ao espaço que hoje chamamos de Ásia Oriental – quanto ao local de compra da peça, neste caso específico, mais que certamente contraído no babilónico e profícuo mercado goês na afamada Rua Direita da cidade ou directamente nas naus que chegavam à barra do rio.

A excepção na narrativa de Gouveia quanto à enumeração dos itens do presente verifica-se aquando da curta conversa entre os agostinhos (outro privilégio mal aferido pelos frades) e o Xá, na qual lhe são oferecidos os objectos enviados por D. frei Aleixo de Meneses: um livro "riquissimamente encadernado, em que estaua estampada toda a vida de Christo" e "alguns retábulos".[25] Também parco na descrição,

[23] E veja-se a este propósito a forma como frei António relata o episódio e a percepção que dele tem em Gouveia, *Relaçam*, f. 46 v. As suas palavras revelam a total impreparação que esta comitiva (e outras) tinha e o desconhecimento sobre a etiqueta e hierarquia safávida e, sem disso ter noção, a tolerância que 'Abbas demonstrara nesse evento.

[24] Ou bentó; escritório de pequenas dimensões, portátil e com a porta a abrir para o lado.

[25] Gouveia, *Relaçam*, f. 47.

ficamos sem saber de que livro se tratava – a *Bíblia Poliglota* (Antuérpia, 1567-1572), a *Vida de Cristo* de Montanus (Antuérpia, 1573-1574) ou a *História do Evangelho* de Jerónimo Nadal (Antuérpia, 1593) – e como eram realmente os retábulos, ainda que quer pela natureza do móvel quer pelo tipo de pintura que a ele estava associada, se possa colocar a hipótese de se tratar de retábulos com motivos cristãos pintado à "europeia" – nos temas e nas técnicas –, possivelmente, numa oficina goesa de pintura e não encomendado directamente na Europa, já que exigia tempo (que não havia, uma vez que a carta viera na última nau que aportara e devia seguir sem demoras para o seu destinatário) e era bem mais dispendioso.

O Xá, que planeava o seu próximo passo, manteve os frades perto de si e convidou-os a acompanhar a comitiva real na jornada para Ispaão. A viagem foi rica em acontecimentos, diligentemente relatados por Gouveia na sua crónica. Dois deles têm particular relevância para o tema que aqui abordamos. No dia 4 de Outubro à tarde, o Xá mandou chamar os agostinhos à sua tenda para lhes mostrar que preparava um presente para enviar a Alexandre, rei da Geórgia. Entre os objectos que enviava ao vizinho, incluíu algumas "peças das que o vice-rei lhe havia mandado";[26] no outro, pouco depois de passarem pela cidade de Caxam (Kashan), o Xá perguntara aos frades se algum deles levava consigo um crucifixo. Logo frei Cristóvão mostrou uma cruz "cheia de relíquias" que o soberano pendurou ao pescoço e "como a Cabaia que leuaua vestida fosse de Tella cramisim, & A Cruz de hum cobre preto de Iapaõ, & não muyto pequena, podia ser vista de todo o que pusesse os olhos nelle (ainda hoje trás esta Cruz no braço escondida)".[27]

Estes episódios são relevantes por mencionarem objectos artísticos de diferentes proveniências, empregando materiais diversificados, reproduzindo formas e entendimentos outros que não os europeus e/ou cristãos. Trata-se de objectos maioritariamente produzidos na esfera de influência do império português e com uma extensa variedade nos locais de origem do fabrico. Levados pela comitiva portuguesa, circulavam nas cidades persas, foram mostrados e apreciados na corte safávida e agora iam a caminho da Geórgia.

Nas palavras de Gouveia, o Xá demonstrara dar "pouca fé"[28] ao presente que os agostinhos lhe levaram. A atitude podia ter sido estudada pelo soberano para não dar

[26] Gouveia, *Relaçam*, f. 53. Sobre a prática da "reciclagem de presentes" na corte safávida veja-se Marianna Shreve Simpson, "The Morgan Bible and the Giving of Religious Gifts between Iran and Europe / Europe and Iran during the Reign of Shah 'Abbas I", in *Between the picture and the world: Manuscript studies from the index of Christian art, in honor of John Plummmer*, ed. Colum Hourihane (Princeton NJ, 2005), pp. 139-150 (p. 146). Agradeço a John M. Flannery ter-me indicado este artigo e a sua generosa disponibilização.

[27] Gouveia, *Relaçam*, f. 59v. A fantasiosa e ardente descrição que Gouveia faz do Xá persa um quase cripto-cristão, disposto à apostasia e a encaminhar o seu povo para a religião cristã.

[28] Gouveia, *Relaçam*, f. 47.

demasiada importância à embaixada dos frades mas, mesmo que não saibamos exactamente quais, considerou alguns dos presentes suficientemente relevantes para os encaminhar para o reino vizinho. Ainda que entre os europeus a relevância do presente pudesse ser mal percebida, o mesmo não se passava entre os soberanos do Médio Oriente e da Ásia do Sul. O presente que 'Abbas enviava ao seu congénere georgiano era pensado e avaliado com o peso das consequências políticas e militares que poderia desencadear.

Por exemplo, pela mesma altura os safávidas esforçavam-se por agradar aos czares com quem pretendiam forjar uma aliança para combater os Turcos Otomanos. Estes últimos, por seu lado, também investiam na corte russa, pretendendo desencorajar uma aliança com os Polacos. Ambos ofereciam ao czar prodigiosos presentes com os quais almejavam impressionar e lisonjear o governante, ao mesmo tempo que procuravam assim beneficiar as negociações entre ambas as partes. Entre os luxuosos presentes que persas e turcos ofereciam aos russos encontravam-se têxteis raros (sedas opulentas, veludos, luxuosos tapetes), armas encastradas de jóias (escudos, capacetes e selas encastradas, armas de aparato, punhais com as bainhas cobertas de jóias) e arreios luxuosos (como por exemplo, um par de estribos cobertos por ouro, rubis e esmeraldas).[29] A intenção de agradar é constante e visível. O mesmo se passaria quanto ao monarca georgiano e seria interessante saber com precisão que presentes foram esses e de que maneira foram recebidos na Geórgia.

1604

Na sequência da embaixada de 1602 e da resposta do Xá 'Abbas, realizou-se outra missão diplomática, confiada desta vez a Luís Pereira de Lacerda.[30]

A documentação e crónicas narram uma série de peripécias à volta do retorno de Husein Ali Beg a Goa em trânsito para a Pérsia e sobre a chegada à mesma cidade de Luís Pereira de Lacerda, mas um dado é particularmente relevante para o tema que aqui abordamos. Quando o rei ordena ao vice-rei Aires de Saldanha que envie sem demora o embaixador por si escolhido à corte do Xá, recomenda que o mesmo seja acompanhado por dois religiosos que teriam que ser, sem margem para dúvida, agostinhos, mesmo depois de os jesuítas terem movido influências na corte filipina para assegurar que fossem seus os enviados à Pérsia.

[29] Sobre este assunto ver o catálogo *The Tsars and the East: Gifts from Turkey and Iran in the Moscow Kremlin*, ed. Alexy K. Levykin (Washington D.C., 2009). Agradeço a Elio Brancaforte a generosa disponibilização do catálogo.

[30] Para além das já de si complexas relações entre cristãos e muçulmanos, havia ainda que ter em conta com as não menos complexas e tensas relações diplomáticas e jogos de poder entre os diferentes reinos europeus e, particularmente, entre os Habsburgo e o papa Clemente VIII. Assim, em 1604, para além da embaixada de D. Filipe III partia, também, uma embaixada papal encabeçada por carmelitas descalços com o objectivo de serem recebidos por 'Abbas I.

O provincial em Goa, com a aprovação de D. frei Aleixo de Meneses, nomeou os frades Belchior dos Anjos e Guilherme de Santo Agostinho (ou de Jesus). Lacerda e os dois agostinhos partiram de Goa no dia 14 de Fevereiro de 1604 em companhia do padre Diogo de Santa Ana que se havia oferecido para ir ajudar os irmãos em Ispaão. Chegaram a Ormuz no dia 22 de Abril e partiram para a capital do Xá.

Esta embaixada foi já pormenorizadamente descrita e analisada por Roberto Gulbenkian[31] mas para o assunto que aqui tratamos, importa referir que o soberano português depositava nesta altura grandes esperanças na missão agostinha na Pérsia e, querendo criar condições mais favoráveis para a sua proliferação, havia concedido verbas para manutenção dos frades.[32] Este sentimento rapidamente se esboroaria – demonstrando o pragmatismo e agudo sentido político do soberano, ao contrário do que acontecia com os iludidos agostinhos – como se pode ver no relato dos acontecimentos descritos por Roberto Gulbenkian.[33]

Por esta altura era fundamental perceber que o jogo de poderes se alterava inelutavelmente. Ingleses e Holandeses acossavam cada vez mais as costas sob domínio português e Madrid sabia-o. Por outro lado, já só os agostinhos acreditavam que a Pérsia era "coisa deles". Primeiro os jesuítas e agora os carmelitas e depois os capuchinhos insinuavam-se na corte papal para agir como embaixadores do Vigário de Roma junto do poderoso Xá. Encetando demoradas e complicadas deslocações por terra, atingiam a Pérsia através dos reinos da Geórgia e da Arménia, forjando pelo caminho algumas alianças ou aumentando o escol de mártires para cada uma das ordens quando as coisas corriam menos bem. Fosse qual fosse o desfecho final, ambas as hipóteses agradavam aos frades que continuavam a ver na Pérsia e nos reinos vizinhos, campo imenso para a missionação, o martírio e a dificuldade, devidamente compensada com o acrescento de almas ao exército de Deus.

Mais uma vez 'Abbas encontrava-se fora, em guerra contra os Turcos em território arménio. Esta ausência leva a que a pequena embaixada tenha que se pôr em marcha e ir ao encontro do Xá, numa penosa e demorada viagem que durou de 9 de Agosto de 1604 a 10 de Outubro do mesmo ano. Quando finalmente alcançaram o acampamento do Xá, Luís Pereira de Lacerda, frei Belchior e frei Guilherme receberam um acolhimento favorável e conseguiram entregar a carta e o presente que levavam, recebendo em troca um faustoso banquete de boas-vindas e a benesse do soberano que, nas intenções dos agostinhos, pedia mandassem "mais Religiosos porque as

[31] Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, pp. 41-48.

[32] Hartmann, "The Augustinians in Golden Goa", p. 110.

[33] Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, pp. 46-48.

Igrejas dos Armenios erão muitas, ao quer os Padres responderão que a assi vinhão elles".[34]

Não obstante o bom acolhimento do Xá e da sua corte, foram enviados para a cidade de Casbim (Qazvin), em 30 de Novembro de 1604, e onde ficaram por mais três meses sem ter notícias de 'Abbas. Como a pressa de Luís Pereira de Lacerda fosse muita para que o Xá respondesse à carta do seu rei, e ao propósito da sua missão, e para que pudesse iniciar a viagem para Norte ao encontro das comunidades cristãs arménias (conforme vontade expressa pela corte filipina e pelo Xá), Luís Pereira de Lacerda toma uma decisão que terá desencadeado os acontecimentos seguintes e poderá ajudar a explicar as palavras de 'Abbas transcritas por Bocarro e a que aludi no início deste texto, ou seja, o pedido de "um embaixador, pessoa grande de sua corte". Lacerda decidiu enviar em pleno rigoroso Inverno o frade Belchior ao Xá, ficando em Casbim com frei Guilherme de Santo Agostinho.

O embaixador falhava em toda a linha; delegava noutro as funções que eram suas, não cumpria com as suas obrigações como súbdito de D. Filipe III[35] e abria margem para a animosidade face à afronta feita a 'Abbas.

O agostinho põe-se a caminho em 10 de Março de 1605 e, ainda que tenha conseguido chegar à fala com o soberano, percebeu bem a exasperação e delongas colocadas por esse à resposta que urgia.

Numa das duas vezes que conferenciou com o safávida, o frade oferece-lhe uma "cadeira de ouro esmaltado que o embaixador lhe mandava a qual tomando a elle na mão preguntou ao Padre se era obra de Veneza, e o Padre lhe respondeo que era obra de Portugal".[36] Isto é, desta feita, o rei enviava um presente, manufacturado em Portugal, para que fosse oferecido e com ele propiciasse um clima de bom entendimento com o Xá persa. Belchior obteve também a tão desejada resposta, sendo-lhe dito que seria nomeado um embaixador persa para a corte filipina.

1608

Em 1608 Portugueses e Persas continuavam a manter relações diplomáticas mais ou menos difusas, procurando um e outro obter o máximo de benefícios para si. Parecendo ambos procurar uma aliança para combater um inimigo comum, a verdade é

[34] Hartmann, "The Augustinians in Golden Goa", p. 112.

[35] Para o desenvolvimento desta questão e o desagrado demonstrado pelo rei, veja-se Gulbenkian, *L'Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, pp. 44-48.

[36] Hartmann, "The Augustinians in Golden Goa", p. 117.

que alcançar um acordo revelava-se mais difícil do que parecia e, de facto, havia mais interesses a afastar os soberanos da Ibéria e da Pérsia que a aproximá-los.

D. Filipe III fez chegar a Goa uma carta ordenando que, para além dos agostinhos que habitavam no mosteiro em Ispaão, fossem enviados rapidamente mais dois, de maneira a que pudessem acompanhar o soberano persa nas suas incursões militares para que o "assistissem continuamente". A instrução real chegou nas naus de Setembro de 1607, altura em que D. frei Aleixo de Meneses governava de facto o Estado da Índia, como consequência da derrota e morte do vice-rei na armada que partira em socorro de Malaca, acossada pelos Holandeses.

O Arcebispo-Governador foi diligentemente falar com o provincial da sua ordem solicitando a nomeação dos dois frades a enviar para Ispaão. Frei António Gouveia foi novamente escolhido, agora para ir na companhia de frei Guilherme de Jesus, também ele homem experiente nesta empreitada já que acompanhara a embaixada de Luís Pereira de Lacerda em 1604.

Repare-se como Filipe insiste (independentemente de quais fossem as suas fontes de informação e da origem dos conselhos que recebia) em usar os agostinhos como meio privilegiado da presença diplomática ibérica na Pérsia – no que não seria, certamente, contrariado por D. frei Aleixo – revelando, contudo, a ignorância perante a disposição do Xá e alguma inépcia para entender o quadro das relações geo-políticas (e culturais) do complexo jogo de xadrez que se jogava nesta vasta fronteira de contacto entre a Europa e a Ásia. Por outro lado, mais uma vez, deixava para o governador a tarefa de reunir um presente.

A situação financeira em Goa era tão má quanto a militar e o arcebispo teve de se socorrer da imaginação para arranjar um presente à altura de tão ilustre missão.[37] Gouveia afirma ter sido o bispo forçado a "acrescenta lo com algũas peças que achou por sua casa, ou milhor dizer buscou fora della, porque lhe nam deixam os pobres ter na sua cousa de preço".[38]

A saída da barra de Goa foi feita no dia 20 de Fevereiro de 1608 com direcção a Ormuz e depois Ispaão. Desta feita o Xá fez dilatar a data da audiência com os frades Gouveia e Jesus e partiu para outra cidade; o encontro acabou por ser feito durante o percurso, numa das tendas montadas no acampamento.

A escolha das palavras que Gouveia faz para descrever o que se passou nesse encontro com o Xá são, neste ponto da narrativa, menos efusivas e mais cautelosas que

[37] Sobre este assunto veja-se, Pinto, "Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses", pp. 279-309.

[38] Gouveia, *Relaçam*, f. 171.

as que encontramos no primeiro livro do seu relato. Com efeito, não obstante as constantes menções às provas de alegria por o ver e respeito pela religião que professava demonstradas por 'Abbas, percebe-se pelo discurso que o frade tem consciência de que se encontra numa posição mais delicada, que o soberano tem menos disponibilidade para o ouvir, que as cartas e palavras de apreço e amizade de Filipe são-lhe menos urgentes e importantes.

Gouveia lá consegue ler a carta, mas 'Abbas faz-lhe saber que "sobre ela tratariam com mais vagar" e é já despedindo-se que o frade lhe diz trazer outra missiva, desta feita escrita por D. frei Aleixo de Meneses. Passariam mais alguns dias até que o Xá o voltasse a chamar à sua presença. O criado que avisou os frades da vontade do soberano e informou-os também de que poderiam levar com eles o presente do Arcebispo. Em que consistia então este presente que tanto trabalho dera ao arcebispo reunir?

Era ele "uma baixela de prata lavrada de bastiões, com todo o mais serviço, todo dourado, cousa que na Persia nam usam polo nam saberem fazer, algumas garrafas, e frascos da mesma matéria, mas lavrados todos na China obra de relevo, e de muito feitio. Alguns Biobos da China, e Japão que foram os primeiros que tinham entrado na Persia, e como tais muito estimados, particularmente do Xá, que é mui afeiçoado à pintura, hum escritório de prata de não menos curiosidade que preço, as gavetas cheias de âmbar, e dalgumas jóias douro guarnecidas de esmeraldas, e rubis pequenos. Hum copo de Abada guarnecido de pedraria. Muitos outros brincos assim de Hespanha, como da China, de mais curiosidade quer preço, mas que eu tinha buscado porque entendia, que ainda que valiam pouco entre nós não haviam de ser pouco estimados do Xá".[39]

Cada um destes objectos, comprados também no mercado de Goa e reveladores da imensa e variada produção artística no império português, foi cuidadosamente escolhido para agradar ao Persa. É provável que fosse menos deslumbrante que outros que o soberano já tivesse visto, mas incluía peças (como Gouveia fez questão de salientar) que não eram comuns na Pérsia, que seriam mesmo vistas pela primeira vez pelo Xá, e isso conferia valor acrescentado ao presente, mesmo que não fosse monetário.

"Assi quando lhe apresentamos estas cousas, quasi todas teve em suas mãos notando o artificio de cada uma, e manifestando quanto desejava ter em suas terras oficiais que lhe pudessem fazer semelhantes obras".[40] Biombos chineses e japoneses, pintados para prazer do Xá, cofres lavrados em filigrana nas oficinas dos ourives goeses, faziam parte deste conjunto de objectos que agradaram sobremaneira ao soberano, a

[39] Gouveia, *Relaçam*, ff. 176v e 177.
[40] Gouveia, *Relaçam*, f. 177.

ponto de querer importar artífices que dominassem as técnicas e colocá-los a trabalhar nas oficinas régias.

Sabemos pouco sobre o impacto que estes objectos levados pelas embaixadas agostinhas à Pérsia tiveram na arte local. O Museu Arménio de Vank Ispahan (Museu Arménio Cristão em Ispaão) ainda hoje guarda o que restou do espólio dos conventos e casas religiosas cristãs no Irão. Nele, encontramos peças inequivocamente pertencentes ao universo artístico do designado "indo-português". Mas, até que ponto, essa arte híbrida agradava à corte persa e foi, ou não, replicada ou recontextualizada pela produção artística local?

Sabemos, por exemplo, que 'Abbas era um grande apreciador de pintura "à europeia", como adiante veremos, e frei António Gouveia menciona a certo passo da sua *Relação* ter visto num dos teares da cidade de Iesda "estarse tecendo hũa peça de Brocado cramisim, na qual estauam as imagens da Virgem nossa Senhora com seu benditissimo filho nos braços, tecidas assi por mandado particular do mesmo Rey".[41] Tratar-se-ia de uma má interpretação iconográfica de Gouveia, de um ícone ortodoxo, de um motivo católico?

Em 31 de Dezembro de 1610, D. frei Aleixo de Meneses embarcou nas naus de regresso a Lisboa e novas personagens tomavam o palco do poder. Por outro lado, o Xá 'Abbas cansava-se da conversa e vontades dos frades e fazia saber na corte em Madrid que queria, como atrás vimos, por embaixador, um de entre os seus pares. D. Filipe III fez-lhe a vontade, enviando D. García de Silva y Figueroa.[42]

A embaixada de D. García de Silva y Figueroa

Em pano de fundo para a realização desta, bem como de anteriores embaixadas, estava a necessidade de forjar uma aliança estratégica, diplomática e militar com os Safávidas que garantisse a colocação de um travão à expansão do poderoso império Otomano, que assolava ambas as fronteiras: na Europa, a Leste; e, na Pérsia, a Oeste e a Norte. Mas os tempos haviam mudado, e se é certo que as embaixadas patrocinadas por D. frei Aleixo de Meneses tinham, também, propósitos de expansão missionária e proselitismo religioso, tal como a embaixada de D. García, procuravam obter vantagens na comercialização da seda e a possibilidade de restituição de territórios reconquistados aos Portugueses pelos exércitos do Xá. Todavia, quando o nobre castelhano chegou à Pérsia, 'Abbas I era um absoluto vencedor que não necessitava de qualquer aliança com as cortes europeias.

[41] Gouveia, *Relaçam*, f. 34 v.
[42] Sobre este assunto ver Luis Gil Fernández, *La embajada al Shah Abbas de Don García de Silva y Figueroa*, in www.lenguapersa.com/Articulos/LuisGil.htm

Tendo sido nomeado embaixador à corte do Xá em 1612 e tendo partido de Lisboa em 8 de Abril de 1614, só após sete meses chegaria a Goa, em 6 de Novembro, aí ficando até Março de 1617 e, a crer nas suas palavras, "sin poder acabar con el Virrey que le despachase".[43] A viagem fora longa, a chegada pouco auspiciosa e o papel que lhe cabia não sendo à partida fácil, acabou por se revelar ainda mais problemático, levantando todo o tipo de obstáculos pessoais, clientelares, políticos e diplomáticos possíveis de imaginar. Afinal tratava-se de uma ingerência directa da Coroa nos negócios da Índia, que não tinha em conta as características (e pretendia mesmo quebrar as regras até então seguidas) dos grupos responsáveis pelos anteriores contactos (nomeadamente o facto de terem sido religiosos, e agostinhos, que respondiam à Província de Portugal) e que era encabeçada por alguém demasiado próximo de Madrid.

D. García encontrou em Goa um forte azedume contra a sua pessoa, contra a sua missão e contra o facto de ter contacto epistolar directo com o rei. Mas a sua personalidade e o seu estatuto de nobre espanhol também não o ajudaram a lidar com as situações mais difíceis que encontrou no trato e no funcionamento das instituições.

Suficientemente conhecedor da vida (tinha então cerca de 65 anos) para saber que iria lidar com homens dispostos a preservar o seu *status quo* num ambiente particularmente sensível, não foi capaz de se posicionar de forma a trazê-los (ou pelo menos a algum deles) para o seu campo. Nos dois anos e alguns meses que esteve no Estado da Índia, D. García sentiu-se alvo de uma evidente má vontade política por parte do da cidade de Goa, do seu vice-rei e do seu Conselho, do Arcebispo D. frei Cristóvão de Lisboa e demais nobres goeses; do Capitão de Ormuz, D. Luís da Gama.

D. García chegou a Ormuz no dia 8 de Maio de 1617. O Xá encontrava-se em campanhas militares, tendo deixado ordens para que o embaixador do rei fosse recebido conforme a sua dignidade. Assim, o nobre castelhano passou o Inverno em Xiraz alojado num sumptuoso palácio com jardim e aí recebeu as instruções para partir, finalmente, ao encontro do Xá nos arredores da cidade de Qazvin, onde chegou em 15 de Julho de 1618.

Instalado, D. García começou logo, pessoalmente, os preparativos para a entrada na cidade. Tratou de enviar os numerosos camelos, que tinham sido pedidos aquando da chegada a Ormuz, as restantes bestas (no total fariam mais de quinhentos animais) e toda a parafernália necessária ao espectáculo que se adivinhava. A seguir, forneceu a

[43] *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, p. 222.

todos os seus criados dois ricos librés: um, de veludo cor de amora com passamanaria dourada e prateada, e com o qual entraram na cidade nesse dia; o outro, de veludo verde com ricos bordados dourados, para o dia em que se apresentasse o presente. Para além disto, deu-lhes ainda correias de ouro e muito ricas plumas.

Entretanto, pôs-se a caminho, levando consigo oito pajens, oito lacaios, um cavalariço, um mordomo, um mestre-sala, um capelão, um frade agostinho e todos os criados por quem um Grande de Espanha se poderia fazer acompanhar, todos a cavalo (fariam mais de cinquenta), "yendo delante vna litera o vso de España, com dos camellos muy rica, en que el Embaxador caminaua de noche: y vn palanquin en ombros de hombres, a vso de la India", no que terá constituído um impressionante e aparatoso desfile solene que, apresentando-se na Pérsia, reunia etiquetas espanholas e goesas.[44] D. García ia montado num esplêndido cavalo e vestido de forma magnífica, num fato rosa seco com uma correia de ouro e a banda do chapéu feita de diamantes "que con el parecian estrellas".[45]

A recepção ao embaixador foi de gala – 'Abbas enviara todos os "Grandes de la Corte" montados a cavalo para acolher a comitiva espanhola, fora a quantidade de gente a pé que saira para ver o lustroso cortejo – e calorosa e o Xá fez a sua aparição, sozinho, já no palácio do governador de Qasim, trajando uma "vna cabaya colorada, toca [*sic*] verde, y plumas al vso Persiano, que de ordinário son plumas de grullas, dos o três no mas, encaxadas en vn cañutillo de oro com vnas piedras adornado".[46]

Preocupado em entregar a carta de D. Filipe III, D. García não terá tido capacidade para apreender o privilégio que 'Abbas lhe concedia, caminhando "mas de treinta y

[44] Hernando de Moraga, *Relacion breve de la embaxada y presente que la Magestad del Rey don Felipe Tercero Rey de las Españas, y Emperador del Nueuo mu(n)do, hizo a Xaabay Rey de Persia clarissimo: la qual Embaxada dio Don García de Silva y Figueroa su Embaxador, el año passado de 1618. Años, hecha por fray Herna(n)do Moraga, Custodio de la Prouincia de San Gregorio de Filipinas, que se halló presente en la Corte del Persiano y vio la dicha embaxada y presente: auiendo venido de Manila, a Malaca Azilan, Oromuz, Persia, Babilonia, y passado por el desierto de Arabia, Assyria, Tripoli, y de allí a Chipre, Candia, Malta, Francia y llegó a esta Corte este presente año de 1619. A 30. de enero y fue bien recebido de su magestad por cuyo mandado hizo esta relación: y otra de su viage, cosa marauillosa y digna de saberse* (Sevilha, 1619), f. 2v. O texto de Moraga foi usado como referência em J. Givanel Mas, "Tres relaciones históricas", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 77 (1920), pp. 68-74; e em Florencio del Niño Jesús, *En Persia (1608-1624): Su fundación, sus embajadas, su apostolado* (Pamplona, 1930), pp. 105-113, que serviu de base aos compiladores de *A Chronicle of the Carmelites in Persia*.

[45] Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2v. Todavia, nos seus *Comentarios*, D. García deixa transparecer algum desconforto, senão enfado, pela situação: "tanbien él [D. García] fue com hábito diferente de lo que su edad y gusto pedia". *Comentarios*, vol. II, p. 79.

[46] Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

cinco passos hasta llegar" ao embaixador, deixando-o beijar-lhe a mão, passeando e ceando a seu lado. Neste encontro, D. García teve ocasião de se aperceber da ostentação e pompa praticadas na corte persa: fora recebido às portas da cidade com as maiores honras, tivera uma conversa privada exploratória com o Xá sobre a política europeia, fora recebido, tal como os frades agostinhos anos antes, numa sala decorada com "vnas alcatifas de seda y oro" e servido em "garrafas de oro, de vino, y algunas de agua [...] y las copas en que se beue son como taças, a modo de barquetes aouados muy pesadas y poco hondas".[47]

No dia seguinte, logo pela manhã, 'Abbas mandara saber do número de pajens e meninos necessário para transportar as peças que compunham a sumptuosa oferta uma vez que era uso na sua corte, como já vimos, que cada presente fosse carregado por apenas uma pessoa. Perante o resultado das contas apresentadas pelo Aposentador do Xá, de seiscentas pessoas para desfilar o presente frente ao soberano e sua corte (o relato de Hernando Moraga escreve quatrocentas e o de Pietro della Valle,[48] quinhentas), D. García tenta despachar o assunto, insistindo para que as coisas "las cosas menuadas se lleuasen juntas porque parezian mejor".[49]

Não deixa de ser interessante verificar que os três relatos coevos do acontecimento[50] enalteçam a riqueza e encenação na entrega do presente, enquanto o relato do embaixador apenas reflicta que tudo fizera para despachar o assunto e não exagerar na apresentação do mesmo. Todavia, recorde-se que também frei António de Gouveia, sujeito à mesma etiqueta anos antes, manifestara o seu desagrado por tal cerimónia.

Finalmente, o Xá encontrava um interlocutor à altura; pelo menos, no que dizia respeito à quantidade de animais utilizados nas caravanas carregadas de presentes, na atenção que colocava na preparação da cerimónia, no cuidado com que respeitara as precedências e a etiqueta. Ou antes, alguma etiqueta áulica, já que o nobre castelhano não consegue evitar os equívocos culturais e "todas las vezes que le hablaua, o le respondia [ao Xá] se quitaua el sombrero, y acabando se le ponia",[51] revelando o desconhecimento pelo exclusivo privilégio real de tirar o turbante (no caso de Figueroa, o chapéu) em público.

47 Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

48 Pietro della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle il Pellegrino* (4 vols., Veneza, 1667), vol. II, pp. 403-404 [p. 403].

49 *Comentarios*, vol. II, p. 82.

50 A narrativa de Moraga, o texto de Pietro della Valle e a *Relacion de como el Rey de Persia reciuio em embaxador y de outra vez que buscandole se encontro com el en vna calle y dellas pieças del presente* (que menciona oitocentos homens e meninos como a soma necessária para transportar o presente), Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Cod. 580, ff. 54v a 63v (f. 54v). Infelizmente, este documento encontra-se truncado exactamente nos fólios que descreviam o presente (ff. 55 a 56v).

51 Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

O presente de D. Filipe III para o Xá 'Abbas I

A questão do presente, e da sua composição, é fundamental para os propósitos deste texto, mesmo que os documentos e narrativas descritivas não coincidam absolutamente umas com as outras. Nas palavras do embaixador, "todo [foi entregue] conforme á la memoria que desde España se traia".[52]

Considero que as duas fontes mais abrangentes e seguras, até por coincidirem no essencial, são a carta de 1614 transcrita nos *Documentos Remetidos da Índia* e as págs. 82 e 83 dos *Comentarios*.[53] Ora, qual é a descrição que D. García nos dá da composição do presente? Sigamos as palavras escritas nos *Comentarios*: "que eran muchas pieças de grana y paños finos, felpas y rasos de oro de diuersas colores, rrasos; otros de primaveras de Italia, vrnas grandes, fuentes y aguamaniles de plata dorada, un gran brasero y bufete de plata, un baul con setenta pieças de plata dorada, en que auia todo el serviçio cunplido de una mesa, para lleuar de camino ó quando se fuese á caça, seis vasos muy hermosos de oro y cristal y otros dos de oro; una espada y daga con las guarniciones y adereço de talavartes de oro, un cofrezillo de plata blanca y dorada, labrado curiosamente de figuras de relieue, en que auia veinte y tres cadenas de oro esmaltadas, las diez dellas con grandes joyeles de muy finas esmeraldas y algunas perlas por pendientes en ellos; ocho sortijas de esmeraldas grandes, quatro jaezes de gineta de oro y plata, bordadas las mochilas de lo mesmo; seis jacos de malla jaçerina, çinquenta cañones de arcabuzes, otros cinquenta arcabuzes con sus caxas de atauxia de oro, labrados los cañones, que eran largos y para caça, con sus llaues de rrueda de la mesma atauxia de oro, y con fundas bordadas de oro de cañutillo, con algunas pistolas y medios mosquetes para guerra, guarneçidas las caxas y frascos con mucho primor. Sin esto uenian çien arrouas de azero, una caxa muy grande llena de toda suerte de herramientas para labrar madera y hierro y para el ministerio de çirugia, y cinco grandes barriles en que venian treinta arrouas de cochinilla, que es con que se tiñe la finíssima color carmesí, cosa de mucha estima y de las de mayor precio que venian en todo el presente".[54]

E esta descrição, que revela algumas características da personalidade de D. García – a pouca importância que dá ao cofre de cristal que o rei mandara desempenhar em Milão por saber ter sido encomenda do Xá,[55] a pressa com que desfila os presentes do rei sem se ater em pormenores descritivos – coincide com o documento escrito

52 *Comentarios*, vol. II, p. 82.

53 Ver anexo com quadro com a comparação do presente conforme as fontes históricas.

54 *Comentarios*, vol. II, pp. 82-83.

55 Talvez por não ter apreciado o gesto do rei, conforme sugestão de Luis Gil Fernández. Cfr. Luis Gil Fernández, *El Imperio luso-español y la Persia safávida* (2 vols., Madrid, 2006-2009), vol. II, p. 314.

em Lisboa por ordem de D. Filipe III, datado de 7 de Março de 1614, para ser entregue ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, cujo objectivo era livrar os presentes que D. García levava para o Xá de direitos alfandegários, a saber: 500 ducados em esmeraldas em "joiazitas e anéis"; seis peças de cristal guarnecidas a ouro, que valem 2000 ducados; vinte correias de ouro esmaltadas, que valem 2000 ducados; seis caixas grandes de prata com escudo das armas reais, três bacias grandes com três gomis para elas, 5200 ducados; uma braseira em prata, 1800 ducados; uma mesa de prata grande, 1400 ducados; uma espada e uma adaga com as "guarnições e 'clabazon' de ouro muito bem esmaltado", 4000 ducados; um cálice com tampa de ouro com "medalhas dos imperadores" e um "leonzillo" em ouro que "serve de jarro para ele", 1400 ducados; um cofre de prata "onde vão as cadeias e as joiazitas de esmeraldas", 400 ducados; quatro jaezes (adorno para as crinas dos cavalos), 1300 ducados; cem "canhões de arcabuzes" e entre eles "oito ou dez" arcabuzes dourados e gravados, com as capas bordadas, 1200 ducados; um "ferramenteiro", 100 ducados; cem arrobas de aço, 400 ducados; nove panos de Segóvia, três de "grana polbo", nove peças de felpa (tecido que tem pêlo numa das faces, ou seja, veludo), nove de cetim lavrado, três peças de cetim de ouro, 4000 ducados; 4000 ducados de cochonilha.[56]

Ou seja, para compreender a composição do presente, parece-nos que o caminho mais eficaz é aceitar a informação contida neste documento como correcta[57] – afinal, trata-se de um documento oficial e cujo objectivo era livrar o presente de impostos,

[56] *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções*, ed. R.A. Bulhão Pato & Antonio da Silva Rego (7 vols., Lisboa, 1880-1975), vol. III, pp. 118-119.

[57] Já para saber a ordem de entrada dos presentes na cidade e na audiência com o Xá há que seguir o relato de Moraga: primeiro, a espada; vinte e duas cadeias de ouro, ricamente lavradas, com pedras preciosas em cada uma, sendo a maior parte esmeraldas; salvas de ouro com anéis de inestimáveis pedras preciosas (não fornece o número); uma braseira de prata ricamente trabalhada e formosa, muito grande, transportada por oito homens; uma mesa de prata, muito bem trabalhada, aos ombros de seis homens; um cofre dourado contendo um serviço de mesa inteiro para viagem em prata, incluindo candelabros, pratos de cristal, gomis muito ricos e outras ricas peças, transportadas em pares por cada pessoa, seguindo o cofre à frente; um cofre pequeno com coisas de ferro e de aço: facas, tenazes, martelinhos, limas, etc., de todo o género para o rei fabricar, com o era seu hábito, os arcos e armas de guerra; um cofre grande de cristal, ricamente trabalhado com colunas de ouro a alternar com o cristal. O cofre foi transportado num palanque alto por oito homens para que pudesse ser visto por todos; as muitas peças de tecido púrpura e veludo roxo, as couraças de Milão, os morriões (capacetes sem viseira), os arcabuzes muito ricamente trabalhados; e algumas lanças (que eram oferta de D. García e não do rei); mais de trezentos camelos com sacos de pimenta e drogas que o rei mandara apresar na Índia. Por fim, um presente do embaixador, um mastim. Cf. Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 3. Para além de misturar alguns dos presentes de D. García com os do rei, designadamente as lanças cingalesas – ver anexo com a comparação do presente –, Hernando Moraga parece tomar por "pimenta e drogas da Índia" a oferta da cochonilha americana. Na sua narrativa não há menção a este tão precioso colorante. Já na documentação enviada e escrita em Goa, há menção à entrada na cochonilha na alfândega e não há registo de que ao presente do rei se acrescentassem mercadorias adquiridas no porto da cidade; ao contrário do que sucedeu com o saguate de D. García que, tirando a pintura, foi todo comprado no mercado local.

em qualquer porto por onde passasse – ainda que a descrição seja muito sumária. Por exemplo, não há menção às peças que comporiam o serviço de mesa portátil (mas estas poderiam estar acondicionadas dentro de uma (ou mais) das seis caixas grandes com armas reais cuja menção, por sua vez, nunca aparece em qualquer dos restantes relatos). Há, também, uma assumida indiferença perante as características dos objectos, que poderia ser explicada pela rotina de um oficial de alfândegas; veja-se, por exemplo, o item "Cien cañones de arcabuzes, y entre ellos ochos ó diez arcabuzes dorados y grabados",[58] ou seja, estão a ser enumerados mas ninguém se dá ao trabalho de confirmar qual o número exacto de arcabuzes que são dourados e gravados. Ou a expressão "joyeles de esmeraldas" que outros autores classificam como primorosas e de dimensões assinaláveis.

É verdade que D. García é o mais seco dos três autores dos relatos – referimo-nos aos *Comentarios* de D. García Figueroa, à descrição de Hernando de Moraga (na versão sevilhana de 1619) e à descrição de Pietro della Valle – mas a verdade é que a sua enumeração dos objectos corresponde àquela contida na lista documental de 1614 e, se os textos de Moraga e della Valle são mais coloridos e, particularmente no caso do primeiro, mais atento, são também plenos de opções pessoais e pormenores escolhidos que revelam mais sobre as personalidades de cada um deles (pela escolha que fazem dos objectos aos quais dão mais atenção e pelo relato do bruaá que a passagem ou entrega de cada um deles provocava na assistência e, no caso de della Valle, pautado por opiniões pessoais e apartes sobre o seu conhecimento da pessoa do Xá) que uma atenção de cronista preocupado com a verdade histórica, mesmo que fosse, como sabemos, a dele ou do seu senhor.

Por exemplo, della Valle baralha as peças e as quantidades das mesmas ao escrever que o desfile de sessenta e um criados, que levaram o cofre e o serviço de mesa que guardava, correspondia antes às correias de ouro (que são na ordem das duas dezenas, vinte e duas ou vinte e três, consoante os relatos. No documento dos *Livros das Monções* são vinte).

Por outro lado, Moraga descreve o prazer do Xá quando viu o cofre que mandara fazer em Itália e que perdera devido aos erros cometidos por Robert Shirley, a quem enviara com a encomenda. É o único dos três europeus a dar importância a tal facto, mas a verdade é que provavelmente foi o único dos três interlocutores que assistiu ao acontecimento que, por não ter qualquer preconceito em relação àquela embaixada em si, pôde desfrutar da lustrosa encenação representada para ofuscar. Lembremo-nos que o cofre ia montado num palanque para ser visto em todo o seu esplendor e que, a crer nas palavras de D. García, essa atenção foi devida aos oficiais do Xá, uma vez que o nobre espanhol tinha tentado despachar a entrega do presente da forma mais rápida e simples.

[58] *Documentos Remettidos da India*, vol. V, p. 119.

Ainda, tanto Moraga quanto della Valle, fazem eco de um boato que não tinha cabimento[59] e que dizia que a espada trazida no presente era a que o rei usara no casamento (1599) com Margarida de Áustria (1558–1611). Repare-se que, pelo contrário, nem o documento oficial dos *Livros das Monções* nem os *Comentarios* mencionam tal disparate.

Por fim, repare-se nas curiosas coincidências e na interessante opção contida nas narrações de Moraga e della Valle. Ambos baralham os presentes do rei com os presentes oferecidos por D. García (desvendados no fim, conforme a hierarquia) como se, de facto, o espectáculo, certamente por ter sido demorado, cansativo e por não permitir tomar apontamentos, acabasse por conduzir à selecção pessoal dos pontos de interesse de cada um. Ambos colocam as lanças "indianas" no rol de oferendas do rei e cada um deles opta por atribuir ao embaixador a oferta de um presente sendo este diverso em cada um dos textos: Moraga refere-se ao mastim; della Valle narra a apresentação da pintura europeia.

O presente de D. García de Silva y Figueroa para o Xá 'Abbas I

Mas qual era afinal a constituição do presente do embaixador que, segundo o próprio, o Xá insistira para que fosse apresentado no mesmo dia do do rei? Era formado por "dos retratos de mugeres vestidas y tocadas á la española, que el uno era de la Infanta de España y reina de Françia [Ana Maria Maurícia de Habsburgo ou Áustria (1601–1666), prometida desde os dez anos ao futuro rei Luís XIII?]; doze picas[60] de la isla de Seilan com muy fuertes astas y hierros labrados de ataxia de plata; quatro arcabuzes de Seilan de á siete palmos el cañon y de no mucha muniçion que alcançauan á trezientos pasos de puntería, con muy hermosas caxas y frascos[61] guarneçidos de plata y cadenillas de lo mesmo, otro arcabuz de Seilan del mesmo largor que los otros, pero mucho más grueso, con sus frascos de marfil y dorados, y lo que se podia estimar en más, un grande y ferocissimo alano que lo auia traido de España, de notable generosidad y fortaleza".[62]

A grande diferença entre os presentes de D. Filipe III e D. García reside no facto de o primeiro ser constituído por objectos de manufactura ibérica e o segundo misturar pintura e um animal europeus com armaria cingalesa. Ambos procuram agradar o mais possível ao Xá e por isso têm uma grande componente de utensílios para a caça e armas (polvorinhos, espadas, adagas, piques, arcabuzes, canhões, lanças...), algumas de aparato e adornadas por ricas jóias; de arreios para cavalos; de jóias e ouro em quantidade considerável; e um estojo com instrumentos de cirurgia que, pela sua raridade e interesse que o Xá dedicava à medicina, terá sido particularmente apreciado.

59 Gil Fernández, *El Imperio Luso-Español*, vol. II, p. 314.
60 Piques.
61 Polvorinhos.
62 *Comentarios*, vol. II, p. 83.

O presente real foi reunido com o cuidado de uma embaixada que se queria bem sucedida e com conhecimento da personalidade e interesses de 'Abbas I. D. García saberia também, ou foi informado em Goa, da curiosidade do soberano safávida pela pintura europeia. Seria interessante perceber qual a razão que levou o nobre castelhano a completar o seu saguate com peças exclusivamente originárias do Ceilão. Teria sido a qualidade do trabalho oficinal empregue nos materiais (marfim e metais preciosos) ou as razões são bem mais prosaicas e estas eram tão somente os bens artísticos disponíveis no mercado ou, ainda, que acabara de aportar ao Mandovi uma nau carregada em Colombo?

O retrato da infanta espanhola e rainha de França merece-nos ainda um último comentário. Com esta tela, D. García não se limitava a mostrar a pintura europeia – montada num espaço perspectivado e feita de pinceladas coloridas e em claro-escuro, conferindo ao retratado a aparente tridimensionalidade do real, as características que o subtil pincel do pintor conseguia captar com maior ou menor profundidade e as distintas feições coevas da moda na corte madrilena, dos interiores de aparato, de algum mobiliário que servia discurso simbólicos –, assinalava, sobretudo, a aliança que havia (ou se pretendia que houvesse) entre os dois reinos cristãos (Espanha e França), assim simbolicamente unidos pelo casamento e politicamente apresentados à Pérsia.

Conclusões

No início deste texto coloquei algumas questões quanto ao interesse em abordar comparativamente os esforços na junção dos presentes enviados ao Xá 'Abbas I, no início da centúria de Seiscentos, pelos agostinhos de Goa e pelo rei D. Filipe III. Subjacente a essas perguntas – se há uma preocupação em agradar especificamente ao presenteado; se há condicionantes regionais e nacionais na escolha dos objectos; se os presentes oferecidos têm um valor absoluto ou não – está o problema da circulação e consumo de objectos artísticos nos vários continentes: Europa, África, Ásia e América.

Se é certo que não podemos tirar conclusões definitivas nem extrapolar aprioristicamente, esta, para outras situações, podemos, não obstante, propor uma série de interpretações interessantes que contribuirão para a compreensão do fluxo e da recepção, de arte produzida no império, na Ibéria e a sua distribuição, em forma de presentes, pelo mundo. A oferta de presentes, designadamente, daqueles constituídos por ob-

jectos provenientes da heterogénea produção no império português, era um hábito enraizado na corte Aviz-Beja.[63] E aparentemente esse hábito manteve e multiplicou-se pela sociedade cortesã portuguesa e castelhana.

Pelo que atrás fica escrito, a geografia do local onde o presente era escolhido parece condicionar as origens de produção.[64] Os presentes enviados por D. frei Aleixo e pelo vice-rei em Goa, foram maioritariamente adquiridos no mercado local e eram, por isso, compostos por objectos oriundos da Índia, China, Japão e outros locais que a documentação não registou (ou não identificou). Isto não implica que se não tivesse cuidado na escolha dos objectos a oferecer ao Xá. Incluíam-se, assim, gravuras e estampas em livros e pintura executada "à europeia" (encomendada em oficinas locais ou retirada aos espólios conventuais), tão do agrado de 'Abbas. Ofereciam-se peças que "valiam pouco entre nós", nas palavras de frei António Gouveia, mas que tinham sido incluídas "porque entendia, que [...] não haviam de ser pouco estimados do Xá".[65] E a outras peças era conferido um valor extra, fosse pela raridade – como é o caso dos biombos – fosse pela perfeição do trabalho.

Mas o que é mais interessante aferir aqui são dois aspectos de relevância. Por um lado, a conclusão de que os objectos do universo de produção imperial (e, por isso, tendencialmente híbridos) eram olhados pelos europeus na Ásia com o mesmo valor representativo que os objectos de origem europeia. Isto é, quando um presente para oferecer ao Xá era pensado, as razões que se colocavam eram de ordem financeira – qual o custo – e ostentatória – que objectos impressionariam mais o soberano – e não sobre que formas, materiais e técnicas o moldavam. Por outro lado, e como consequência do primeiro aspecto, a circulação destes objectos de produção "colonial" era muito mais fluida e precoce do que podemos à primeira vista imaginar.

Por exemplo, quando frei António Gouveia, a caminho da corte de 'Abbas em 1602, foi recebido pelo vice-governador de Xiraz, mostrou-lhe um crucifixo que este viu "cõ algũa veneraçam"[66] (não seria antes interesse pelo objecto?). Ainda na mesma cidade, outro episódio com objectos artísticos suscita a atenção: "Acaso tirou hũ dos cõpanheiros de hum Caixão em q[ue] leuauamos o aparelho pera dizer Missa, hũa

63 Veja-se a este propósito os textos de Annemarie Jordan Gschwend em *Encounters: The Meeting of Asia and Europe, 1500–1800*, ed. Anna Jackson & Amim Jaffer (Londres, 2004), pp. 32-41, e na mesma obra "Exotic Animals in Sixteenth-Century Europe", pp. 42-43. Ver ainda da mesma autora o catálogo da exposição *Ivories from Ceylon* inaugurada no Museu Rietberg em Zurique em Novembro de 2010.

64 Sobre este assunto ver, também, Carla Alferes Pinto, "«Presentes goeses» de D. frei Aleixo de Meneses para a Europa e Pérsia: diplomacia e poder", *Actas do 3.º colóquio de Artes Decorativas: Portugal, a Europa e o Oriente. Circulação de artistas, modelos e obras (Novembro 2009)* (Lisboa, [no prelo]).

65 Ver nota 39.

66 Gouveia, *Relaçam*, ff. 28v e 29.

imagem de nossa Senhora deuota, & fermosa".[67] Ainda que não tenhamos a descrição das peças é possível que se tratasse de um crucifixo, de uma arca, de um oratório portátil ou de uma escultura do universo de produção designado por "indo-português" (ou talvez, se misturassem algumas peças de proveniências europeias com essas outras). A arca – pela natureza da sua função – e o oratório portátil – pelas suas características de fabrico: facilmente transportável e de pequena dimensão – têm forte probabilidade de se incluírem na produção artística executada ao longo dos portos e cidades que constituíam o extenso império marítimo e territorial controlado pelos países ibéricos e, igualmente, no circuito de circulação de formas, técnicas e motivos artísticos.

E a geografia e o mercado impõem-se também no presente filipino. Repare-se, por exemplo, na inclusão de panos de Segóvia, a zona têxtil por excelência de Castela e em franco desenvolvimento (e através do presente apostava-se também no investimento na manufactura têxtil nacional) ou na grande quantidade de objectos de prata que são incluídos no lote. Prata que chegava certamente nos galeões que vinham do Novo Mundo e das ricas minas do Potosí. Nada nas narrativas consultadas a propósito da composição do presente nos diz se o metal vinha transformado, provavelmente não. Mas a hipótese de alguma das peças ter sido produzida na América não pode ser peremptoriamente posta de parte e, caso se verificasse, estaríamos perante a circulação de um objecto que fizera a rota de Acapulco, e depois a rota do Cabo e, ainda, atravessara o golfo Pérsico e, por fim, fora transportado em caravana por terra até ao Xá da Pérsia. Em qualquer dos casos, a prata era um metal relativamente raro na Pérsia e, designadamente, no que dizia respeito ao seu uso na mesa. Lembremos a descrição da primeira ceia de 'Abbas com D. García narrada por Hernando Moraga que escreve, explicitamente "que cosa de plata no vsan [os Persas] en su seruicio de la mesa".[68]

O valor atribuído aos bens oferecidos deriva em muitos casos das circunstâncias sociais, económicas e culturais coevas. Assim se percebe a inclusão de 4 000 ducados de cochonilha, uma substância rara e de difícil obtenção, proveniente de um insecto, capaz de reproduzir em tinturaria o mais puro e cristalino carmesim. Apesar de existir na Europa, a cochonilha originária da América espanhola conferia a este presente características únicas de grandeza; não havia em toda a Europa outra corte que pudesse oferecer a 'Abbas a mesma preciosa substância.

O presente de Filipe revela a visão do mundo que é o seu, ou seja, expõe a imensidão do império que governava através das duas coroas, a espanhola e a portuguesa, e a miríade de matérias-primas e produtos que o mesmo, e particularmente a América, forneciam. Mostra também a atenção aos gostos do Xá, acrescentando objectos rela-

67 Gouveia, *Relaçam*, f. 29.

68 Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

cionados com a caça e com o trabalho manual tão do apreço do Safávida.[69] Esta atenção é reforçada pelo empenho demonstrado pelo resgate do cofre de cristal veneziano penhorado em Milão. Ou seja, se o ponto de partida para a constituição de um presente pode ser a assunção de que nobres e reis, seja em que parte do mundo for, partilham mais ou menos os mesmos gostos e interesses (e, por exemplo, as artes venatórias surgem neste contexto como ponto de união, mas que diferente será caçar javalis ou raposas e leopardos ou elefantes), será conforme se processa o conhecimento de um e outro que se apuram as escolhas no sentido de agradar.

D. Filipe III parece ter sabido agradar. D. García terá merecido outra sorte. É certo que a natureza altiva do nobre espanhol não granjeou entre a corte persa grandes amigos e o resultado da embaixada – sujeita a vicissitudes que escapavam à personalidade do castelhano e entre os quais se colocava a eminente ruptura entre Portugueses e Persas – não foi o melhor.

Mas, pelo menos o seu presente foi apreciado. D. García esmerou-se, é certo, já que no tombo dos bens com que embarca em Lisboa a caminho de Goa, de todos os objectos oferecidos ao Xá, só vem descrito um item: "dez quadros de diferentes pinturas". Destes, foram oferecidos dois. Os restantes presentes reforçam o que atrás dissemos: a geografia do local onde o presente é composto influencia a escolha do mesmo.

Mas residirá, precisamente na pintura, uma das mais-valias da oferenda. Como atrás dissemos, 'Abbas gostava de gravura e pintura, não exclusivamente da europeia, mas também. O seu reinado assistiu a inúmeras iniciativas artísticas, entre as quais se destacam a definição do plano urbano de Ispaão e a construção de notáveis edifícios na mesma cidade ou o restabelecimento dos ateliers reais de pintura, quer recuperando a ancestral escola de pintura persa quer autonomizando estilos mais contemporâneos quer interpretando a estética europeia introduzida pelo comércio e pela oferta de gravuras.

Há registo de várias passagens que demonstram a importância que 'Abbas concedia aos pintores e à pintura. Por exemplo, na embaixada que Jahangir enviou à corte da Pérsia em 1613 dirigida por Khan Alam, foi incluído um pintor de nome Bishan Das "who was unequalled in his age for taking likenesses, to take the portraits of the Shah and the chief men of that State and bring them. He [...] especially had taken that of the Shah my brother exceedingly well".[70] O Xá pousara para o pintor mogol

69 Della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle*, vol. II, p. 404.

70 Conforme as palavras do próprio imperador mogol, de acordo com a tradução de Alexander Roger & Henry Beveridge, de *The Tūzuk-i-Jahāngīrī, or Memoirs of Jahāngīr* (2 vols., London, 1909-1914), vol. II, p. 107, citado em *A Chronicle of the Carmelites in Persia*, vol. I, p. 285, n. 5.

com agrado e curiosidade, ao mesmo tempo que mantinha na sua corte um pintor originário da Flandres.[71]

O impacto na arte persa destes objectos oferecidos pelas embaixadas ibéricas está ainda por fazer.

No catálogo da exposição *The Tsars and the East* argumenta-se que a partir de certa altura os artesãos russos, designadamente os que trabalhavam para a encomenda real, haviam começado a combinar diferentes têxteis e os motivos e formas persas e turcas, importadas pelos presentes, em objectos únicos de produção local que acabariam por "exercer um forte impacto na estética áulica moscovita". Com o tempo, esta "absorção"[72] de objectos de proveniência iraniana e otomana no guarda-roupa real (*Grand Attire*), bem como a execução de objectos que adoptavam técnicas e motivos "à turca" e a herança cultural religiosa russa contribuíram para a criação de uma nova estética e etiqueta cerimonial que definiu o estilo imperial russo do século XVII.[73]

Seria interessante aferir qual a recepção e que interpretações e recontextualizações foram enunciadas na corte persa com a chegada de objectos "à maneira europeia" e de fabrico em contexto imperial ibérico, ou seja, um tipo de produção tendencialmente híbrida nos materiais, formas, tipologia e motivos. A pintura apresenta-se como uma excepção, uma vez que, para além do interesse genuíno que 'Abbas I dedica a esta plástica, a influência dos artistas europeus e das suas visões não podem deixar de ser uma das imagens que nos vêm à cabeça quando olhamos alguns dos murais que cobrem as paredes do antigo palácio do Xá em Ispaão.

71 "At this audience [datada de Junho de 1621 entre o Xá, o agente comercial inglês da East Indies Company e um carmelita, Frei Vicente] there was present a Flemish painter, whom the king was keeping in order to make use of him: and on this occasion he caused another painter, one of the best in Persia (but much inferior to the Fleming), to come and, order to show off his painter and his art, he drew out from a portfolio various designs on paper, among which was one of the Descent of Christ from the Cross, and another of Shah Tahmasp, great-grandfather of the king, which he kissed, making an inclination of his head". *A Chronicle of the Carmelites in Persia*, vol. I, p. 254.

72 Ver Julian Raby, "Foreword", in *The Tsars and the East*, pp. viii-ix (p. ix).

73 Ver, ainda, Inna Isidorovna Vishnevskaya, "Eastern treasures of the Russian tsars", in *The Tsars and the East*, pp. 1-13, e as fichas do catálogo 50 a 64.

Anexo

Quadro comparativo das fontes sobre a composição dos presentes de D. Filipe III e de D. García de Silva y Figueroa

Documentos Remettidos da Índia (ver nota 56): Carta do rei para o vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, 7 de Março de 1614	*Comentarios de D. García de Silva y Figueroa* (ver nota 43). 1614–1624	*Relacion breve de la embaxada* (ver nota 44), 1619	Pietro della Valle (ver nota 48). 1667	*Década 13ª da Ásia* (ver nota 5; descrição do presente: pp. 370-371).
Esmeraldas e "joiazitas e anéis" – 500 ducados;	Grandes jóias de muito finas esmeraldas e algumas pedras como pendentes, 8 anéis de esmeraldas grandes;	Salvas de ouro, com um número incerto de anéis com pedras preciosas;	Algumas jóias;	
6 peças de cristal guarnecidas a ouro – 2000 ducados;	6 vasos muito belos de ouro e cristal;	Um cofre de cristal "ricamente labrado, com colunas de oro entre pieça y pieça de cristal, que el Rey de Persia embiò labrar a Italia";	Vasos de ouro, de prata e de cristal;	Vasos de cristal, cofre de cristal veneziano do Xá da Pérsia;
20 correias de ouro esmaltadas – 2000 ducados;	23 correias de ouro esmaltado, dez delas com jóias;	22 correias de ouro com pedras preciosas e esmeraldas;	1 cofre com 60 correias de "varie opere", algumas com esmeraldas;	Cadeias de ouro com esmeraldas pendentes;
6 caixas grandes de prata com escudo das armas reais, 3 bacias grandes com 3 gomis para elas – 5200 ducados;	Urnas grandes; 1 baú com 70 peças de prata dourada em que havia todo o serviço completo de mesa para transportar em deslocações ou	1 baú dourado com serviço de mesa em prata e cristal;		Vasos dourados "com obra de bastiães e pratos do mesmo";

	durante a caça; fontes e gomis de prata dourada;			
1 braseira em prata – 1800 ducados;	1 grande braseira;	1 braseira de prata;		1 braseira de prata;
1 mesa de prata grande – 1400 ducados;	1 grande mesa de prata;	1 mesa de prata;	1 mesa de prata;	
1 espada e 1 adaga com montagem a ouro e esmaltes – 4000 ducados;	1 espada e adaga com as guarnições e adereços de ouro;	Espada;	1 espada com montagem;	1 espada com guarnição a ouro maciço e pedraria;
1 cálice com tampa de ouro com "medalhas dos imperadores" e 1 gomil em ouro – 1400 ducados;	2 vasos de ouro;			
1 cofre de prata "onde vão as cadeias e as joiazitas de esmeraldas" – 400 ducados;	1 cofre de prata branca e dourada, lavrado com figuras de relevo;			
4 jaezes (adorno para as crinas dos cavalos) – 1300 ducados;	4 jaezes de ouro e prata com as sacas bordadas;		Selas e instrumentos para cavalos "à espanhola";	6 jaezes;
100 "canhões de arcabuzes" e entre eles "8 ou 10" arcabuzes dourados e gravados, com as capas bordadas – 1200 ducados;	6 cotas (jacos) de malha fina, 50 canhões de arcabuzes, 50 arcabuzes com as caixas de "atauxia" de ouro e lavrados nas rodas e fundas a ouro; Pistolas e meio-mosquetes para a guerra, com as caixas guarnecidas;	Couraças de Milão, morriões [capacete sem viseira], arcabuzes dourados e "bem labrados";	Arcabuzes, armas guarnecidas a ouro, malhas de aço;	Malhas "jarserinas", muitos "pistoletes de rodas" todos "clavados e dourados, em suas fundas bordadas de ouro", espingardas compridas de

				"passarinhar", "entretalhos de montaria" em suas caixas;
1 "ferramenteiro" – 100 ducados;	1 caixa muito grande cheia de todo o tipo de ferramentas para trabalhar o ferro e a madeira e instrumentos de cirurgia;	1 baú pequeno com coisas de ferro, de aço, talheres, martelos, limas, etc. de todo o género;	Limas, ferramentas de todo o género para trabalhar o ferro.	Todos os ferros para se trabalhar o aço em qualquer arte;
100 arrobas de aço – 400 ducados;	100 arrobas de aço;			Muitas caixas de aço para fazer armas;
9 panos de Segóvia, 3 de "grana polbo", 9 peças de felpa (veludo), 9 de cetim lavrado, 3 peças de cetim de ouro – 4000 ducados;	Muitas peças de tecido púrpura (grana) e panos finos, felpas (veludo) e cetim de ouro de diversas cores, tecidos matizados de flores (primaveras) de Itália;	Peças de tecido púrpura, veludos roxos;		Peças de pano diferentes e cores "muito finas", algumas "felpas de veludo de cores".
4000 ducados de cochonilha.	5 grandes barris em que vinham trinta arrobas de cochonilha.	300 camelos carrregados de pimenta e drogas da Índia.		

Presente de D. García de Silva y Figueroa

Documentos Remettidos da Índia (ver nota 56): Carta do rei para o vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, 7 de Março de 1614	*Comentarios de D. García de Silva y Figueroa* (ver nota 43). 1614–1624	*Relacion breve de la embaxada* (ver nota 44), 1619	Pietro della Valle (ver nota 48). 1667	*Década 13ª da Ásia* (ver nota 5; descrição do presente: pp. 370-371).
10 quadros de diferentes pinturas.	2 retratos de mulheres vestidas e tocadas "à espanhola";		Alguns retratos, entre os quais o da nova rainha de França;	
	1 mastim;	1 mastim;		
	12 lanças de Ceilão de bom osso e lavrado a prata;	Algumas lanças (que foram incluídas no presente do rei).	Lanças indianas (que foram incluídas no rol de ofertas do rei).	
	4 arcabuzes de Ceilão com 7 palmos de cano e pouca munição mas que acertava a 300 passos de distância com a bainha, "frascos" (polvorinhos) e fina cadeia guarnecidos de prata;			
	1 arcabuz de Ceilão semelhante aos anteriores no lavor mas mais grosso com os "frascos" (polvorinho) de marfim e dourados.			

At the Royal Court of Shah 'Abbas I (1589-1629)

WILLEM FLOOR *

In this paper I first define and describe what the term royal court means within the context of Safavid Iran. Second, I provide an overview of the organization of the royal court and briefly describe the tasks of the most important court officials. Third, I take you on a tour to the royal court, from the moment of arrival of an ambassador in the country. Fourth and finally, I discuss the order in the court during an official audience.

Location of the royal court

The royal court in this paper means the place where the shah resided as well as the executive apparatus that executed his decisions and managed his kingdom. You will have noticed that I said 'place' and did not write the name of a city, and kept the designation of the shah's residence vague. I did that on purpose, because, although Shah 'Abbas had a capital city, Isfahan, it was not his only royal residence. Shah 'Abbas had many royal palaces to choose from. His forebears had started with Tabriz as capital city in 1501 and then his grandfather had selected Qazvin as his capital city in 1548, both were amply equipped with palaces. In fact, Shah 'Abbas received Don Garcia in audience in Qazvin, not in Isfahan, where Shah 'Abbas had relocated the capital in 1598. But he had more royal palaces, for in 1612 he finished building a palatial complex in Ashraf and Farahabad in Mazandaran as his winter capital. These winter residences assumed an importance almost as great as that of the capital, Isfahan. The entire court moved to one of these palaces during the winter months if the shah chose to stay there. Foreign envoys who desired an audience with the shah at such a period had to visit him there.

However, none of them was the royal residence, for Shah 'Abbas was always on the move. He not only moved from one city to the other, but even if he stayed in Isfahan, e.g., he might not stay in one of the palaces there. Often the shah stayed in the royal pavilion that was pitched in one of the specially laid out gardens outside the

* Independent researcher, Bethesda, USA.

city. Around the royal pavilion a tent city arose where all his staff lived and worked. In short, the royal residence literally was the location where the shah resided, the place where he stayed. This could be a royal palace in the city, or it could be his pavilion out in the middle of nowhere. This moving around also had a practical purpose, because Shah 'Abbas was almost every year of his reign campaigning against his enemies. As he personally led his armies he camped out with them.

The tents used for the royal court were of various shapes, but mostly oblong and supported by three poles. The outside "is always of coarse cotton cloth, and the inside is either lined with the same, or with woollen, silk, according to the different seasons of the year, and circumstances of the owners. [...] The Persians use a certain glazing in their cotton tents, which, in some degree, prevents their being penetrated by water". Splendidly embellished poles supported tents, some of which were 60 by 35 feet and 30 feet high. This type of tent was called *bargah*, which could be so large that it was able to contain hundreds of people. It is probably to the latter type of tent or *bargah* that Tenreiro saw in Tabriz and refers to in his report: "It was as large as the chief hall of a king of Hispania, round with a prop in the middle as great as the leg of a man about the thigh, painted in gold and azure, and with fine tints and oils. The tent was entirely arrayed in colored satins with many flourishes, and carpeted with luxurious carpets, and with many silk cushions. The raised walls of the tent, made the tent much greater, so that all the kings and great lords, seated in order, could fit in it, and the Sufi a little further ahead".[1] All these tents were fastened with golden and silver pegs and silken ropes, and were themselves made of the most expensive textiles. The Shah always had two sets of his travel equipment, so that everything was ready when he arrived at the new resting-place. Some tents were so large and luxurious that they "contain within 'em Baths, great Tanks of Water, and movable Gardens of Flowers".[2]

This notion of the royal court on the move is expressed by one of the terms used for the royal court, viz. *ordu*, an old-Turkish word meaning inter alia, army camp or horde. It expressed the notion that the royal court was not only mobile, but that it was also a dynamic armed force, ever ready to defend the realm. That this notion was not just a remnant of nomadic past of distant Turkic forebears, but a reality is emphasized by the fact that members of the court were referred to in texts as being part of the *'asaker*, the army. When Persian texts use the terms such as *'asaker* or *jonud*, they in fact included all personnel employed by the royal court. This is clear from a description of a review of the Persian army in 1530 which not only lists the tribal military forces but also the administrative officials as well as the workers of

1 Ronald Bishop Smith, *The First Age of the Portuguese Embassies, Navigations and Peregrinations in Persia (1507-1524)* (Bethesda, 1970), p. 72.

2 Willem Floor, *Dastur al-Moluk, a Safavid State Manual*, transl. & annot. in collaboration with Mohammad Faghfoory (Costa Mesa, 2007), pp. 220-222.

the royal workshops. This was not a Safavid innovation because the same phenomenon existed among the Aq-Qoyunlu.[3] This inclusion among the *'asaker* was more than just filling the ranks. In fact, the bulk of the staff of the royal court belonged to the *aqa* class, which constituted a kind a military yeomanry. At many occasions, therefore, the staff of the royal workshops participated in the defense of fortresses as well as in outright battles. For example, in 1576 "the *'azab*s [scribes] of the royal treasury opened fire on the enemy".[4] In 1000/1591-92, "Rostam Mirza's mother, closed the gates of the citadel and set the eunuchs and workers of the royal workshops to mount guard there".[5] In 1012/1604 "the retainers of the royal household, the personnel of the royal workshops, the contingents of the musketeers from Tabriz and Bafq, and others fought their way up to the rampart".[6] Breastworks had been erected by Maqsud Beg, the high steward (*nazer*), and the workmen of the royal workshops participating in the siege of Erivan.[7] Sadeqi Beg, the famous royal painter, also was known for his reckless exploits during battle, in which he participated as part of the *'amaleh* or court staff. As a consequence the staff of the royal workshops were also organized along military lines. They constituted detachments under *yuz-bashi*s. Thus, all supporters and adherents of the shah were expected to physically show their allegiance. For example, both under the Aq-Qoyunlu as well as during the first 85 years of Safavid reign, religious leaders such as the *sadr* can be found participating in military reviews and campaigns, including actual battles.[8]

This also meant that whenever the royal court moved almost every member of the court moved with the shah. Not every one left, for part of the staff, equipment and supplies were permanent, while the greater part was mobile and followed the king. This meant, e.g., the bureaucracy, the food department, the workshops, etc. The grand vizier might join the shah or not, that depended on the circumstances, but finally on the shah's decision.

Organization of royal court

The staff of the royal court included a large variety of people, ranging from bureaucrats, and military to craftsmen. The most important dividing line between them was whether you were a member of the royal assembly or not. If not that meant you were a middle-level official and lower and were one of the many thousands that made the royal court work. I will not discuss them as they were not of political importance.

3 Vladimir Minorsky, "A Civil and Military Review in Fars in 881/1476", *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, 10, 1 (1939), p. 161.

4 R. M. Savory, *History of Shah 'Abbas the Great* (2 vols., Boulder, 1978), vol. I, p. 288.

5 Savory, *History of Shah 'Abbas*, vol. II, p. 660.

6 Savory, *History of Shah 'Abbas*, vol. II, p. 845.

7 Savory, *History of Shah 'Abbas*, vol. II, p. 843.

8 Minorsky, "A Civil and Military Review", p. 161.

The upper echelons of the court, i.e. those court officials, who were present in the royal assembly, formed three distinct rankings, viz.: I. those with the title of *moqarrab al-khaqan*, II. or of *moqarrab al-hazrat* (See Table), and III. those without the title of *moqarrab*. The highest officials of state belonged to category I; then followed the first two officials of category II and then those of category III. Thereafter followed those of category II (i.e. those with a standing place only in the royal assembly), and finally the mid-level officials of category IV, who were not members of the royal assembly. Those belonging to categories II, III, and IV in most cases were subordinates of category I officials. In addition to these four categories of officials there were thousands of low-level officials, servants, artisans, and craftsmen working at the royal court.

There was further differentiation among the category I officials. They were all emirs, of which there were two classes, viz. those emirs serving at court and those who were not and were known as emirs of the marches. The latter included, for example, all vice-roys and provincial governors. Among the emirs there was yet another difference. The highest emirs were those bearing the title of *'alijah* or Excellency. These included the vice-roys, the grand vizier, the army commanders, and the governors-general of large provinces. The highest echelon of the 'Excellency emirs' formed the inner cabinet, as we may call it with a modern term. These numbered only seven court emirs, four of which were called the pillars of the almighty state (*arkan-e dowlat-e qahirah*). First [among them] is the *qurchi-bashi*, second the *qollar aghasi*, third the *ishik aqasi-bashi*, and fourth the *tofangchi aghasi*. These four individuals, together with the grand vizier (*'alijah vazir-e divan-i a'la*), the *divan-begi*, and the *vaqe'eh-nevis*, making a total of seven, had since early times constituted [the body of] the council emirs (*omara-ye janeqi*). If the council meets for the purpose of sending the *sepahsalar* to some place at the frontiers, his presence at the council was a necessary condition.[9]

A further differentiation among the upper echelons of court officials was that some had a sitting place in the royal council, while others had only a standing place (see Table). A final cleavage among the court officials was that originally all the important military and government positions had been held by members of the Qezelbash tribes. These Turkic-speaking tribes had been the military force that had brought the founder of dynasty, Shah Esma'il I, to power. Administrative and clerical posts were almost exclusively held by Tajiks, or Persian speakers. With the introduction of significant numbers of Armenians, Georgians, and Circassians, mostly as royal slaves or *gholams*, into Persia from the time of Shah Tahmasp I, the ethnic mix of the Safavid ruling apparatus underwent a radical change. This change was reflected in appointments to the principal offices under 'Abbas I. Qezelbash and *gholams* (royal slaves)

[9] On the royal council and the *janqi* see Willem Floor, *Safavid Government Institutions* (Costa Mesa, 2001), pp. 57-58.

appointees dominated most court functions, but this was initially not the case in purely administrative functions. Here, Tajiks continued to dominate, who either held those functions because of family tradition and/or because of technical competence. The latter factor was above all important for those who held functions in the royal chancellery. However, gradually members of the Qezelbash clans were absorbed by the bureaucracy and became holders of important administrative functions, thus turning into 'men of the pen'. A notable example is Eskander Beg Turkoman Monshi, the noted historian, who held important functions in 'Abbas I's bureaucracy.

In addition to the higher echelon of court officials there were many other middle- and low-level officials and staff. They formed the largest number of people at court. These also included many female servants, who served in the royal harem as well eunuchs. The latter did not only serve in the harem. Before the reign of 'Abbas I only black eunuchs were employed, but from then on both black and white eunuchs were employed. It goes without saying that most court officials were recruited from among the sons of the noblest emirs. Finally, there were the religious officials, who were the leaders of the official clerical establishment. They were: the *molla-bashi*, the *sadr-e khasseh* and the *sadr-e'ammeh*, the *motavallis* of the shrine of Imam Reza, the shrine of the *Ma'sumeh* in Qum, the shrine of 'Abd al-'Azim near Tehran, the royal tombs in Qum, the tombs in Ardabil as well as the *sheikh al-Islam* of Isfahan, the *qadi* of Isfahan, and the *qadi-'askar*.[10]

Category I	Category II	Category III	Category IV
Rank	Rank	Rank	Rank
Moqarrab al-khaqan	*Moqarrab al-hazrat*	Various	Various
Title/all were seated in royal assembly	Title/only the first two were seated in the royal assembly	Title/ all were seated in royal assembly	Title/ not members of the royal assembly
4 *valis* or vice-roys and 14 *beglerbegis* or governors-general. These were emirs of the marches as well as many lower-ranking governors	*nazer-e daftarkheneh-ye homayun-e a'la* (the royal secretariat)	vizier of Isfahan	*yasavol-bashis* and others
From here onwards all court emirs			
grand vizier	*darugheh-ye daftarkhaneh* (the bailiff of the royal secretariat)	vizier of the God's Grace endowments (*vazir-e feyz-athar*)	*ishik aqasis* of the exalted harem

[10] Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 175-84; Willem Floor, "The sadr or head of the Safavid religious administration, judiciary and endowments and other members of the religious institution", *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, 150 (2000), pp. 461-500.

	As of here standing in the royal assembly		
qurchi-bashi	*sofrehchi-bshi*	*vazir-e halal*	*avarajeh-nevisan*
sepahsalar	*jelowdar-bashi* (chief equerry)	vizier of the *qurchi* department	*keshik-nevisan*
qollar aghasi	guest-keeper general (*mehmandar-bashi*)	vizier of the *gholam* (royal slaves)	*pishkash-nevis* (recorder of gifts)
ishik aqasi-bashi-ye divan	*darugheh* of Isfahan	vizier of the *tofangchi* (musketeer)	*monshi-ye divan*
tofangchi aghasi	bailiff of the tent and carpet storehouse (*darugheh-ye farrash-khaneh*)	accountant of the state endowments (*mostowfi-ye mowqufat-e mamalek*)	*nameh-nevis* (the letter writer)
nazer-e boyutat	*davatdar-e mohr-e bozorg* (the inkhorn holder of the great seal)	*mohtaseb al-mamalek*	scribes (*monshi*s) of the royal chancellery
divan-begi	*davatdar-e mohr-e an-goshtar-e aftab-athar* (the inkhorn holder of the seal of the sun-like signet ring)	*lashkar-nevis* of the *divan*	and many more lower-level officials and workers
amir shekar-bashi	*min-bashi-ye jazayeri-andaz-e gholam*	*kalantar* of Isfahan	
tupchi-bashi	*min-bashiyan-e tofang-chi-ye qeliji-ye jelow* (commanders of 1,000 of the royal musketeers)	*mostawfi* of the *qurchi*	
amir akhur-bashi-ye jelow	*min-bashi-ye tofangchiyan-e Isfahan* (commander of 1,000 of the Isfahan mus-keteers)	accountant (*mustowfi*) of the *gholam* and *tofangchi* department	
majles nevis	the chief water distributor (*mirab*)	*mostowfi* of the *tup-khaneh* department	
hakem-bashi	superintendent of animals (*nazer-e davvab*)	*zabet-e dushalek-e vakil* (collector of the vakil's fees on presents and grants)	
amir akhur-bashi-ye sahra	17 different arms-bearing *qurchis*	*mostowfi* of Isfahan	
rish-safid-e haram		*malik al-sho'ara* (royal poet)	
the *mehtar-e rekab-khaneh* (master of the robes)	*farrash-bashi*		
jabbehdar-bashi (direc-tor of the arsenal)	*Rekabdar-bashi*		
royal treasury *khazi-nehdar*	*ketabdar-bashi*		
laleh-ye gholaman-e khasseh va gholaman-e anbari (the tutor of the royal household slaves)	*qeychachi-bashi*		
yuz-bashi of the white slaves	*malek al-tojjar*		

yuz-bashi of the black palace eunuchs	*abdar-bashi*		
From here w/o title of 'alijah			
ishik aqasi-bashi of the harem	*qahvehchi-bashi*		
khalifeh al-kholafa	*zindar-bashi*		
monajjem-bashi	*sharbatdar-bashi*		
mohrdar-e mohr-e homayun (the keeper of the august seal)	*mash'aldar-bashi*		
mohrdar-e sharaf-nafadh (keeper of the honor bestowing seal)	*havijdar-bashi*		
mostowfi-ye sarkar-e khasswh (*mostowfi* of the *khasseh* department)	*naqqash-bashi*		
mo'ayyer al-mamalek	*shotor-khan*		
monshi al-mamalek (the scribe of state)	*anbardar-bashi*		
qurchi-yi rekab	*qapuchi-bashi*		
tushmal-bashi	*ishik aqasi*s of the *divan*		
	qapuchi-bashi of the *divan*		

An active and hands-on shah, such as 'Abbas I, directed much of the management of government affairs himself. He "occupied himself with the despatch of much business all the rest of the day. He arranged many things, despatched divers men and divers letters; and he received many letters, all of which Agamir [Aqa Mir Taher, the *majles-nevis*] read to him openly and loudly, so that we all heard". Among the letters was one by Takhteh Beg, governor of Isfahan announcing the arrival of Don Garcia de Silva y Figueroa. The Shah asked whether he was a great man, Spanish or Portuguese. "In this manner the King continued transacting business and speaking with various people until it was night; and, meanwhile the cup continued circulating, and the wine was drunk many, many times, as much by the King as by the others".[11] 'Abbas I, despite being the absolute autocrat that he was, also was in the habit of consulting his main councilors, who in 1608, were comprised of Allahverdi Khan, Hatem Beg the grand vizier, the *qurchi-bashi*, and an unnamed person who was his 'governor' and preceptor, probably

[11] Pietro Della Valle, *Les Fameux Voyages* (4 vols., Paris, 1664), vol. II, p. 318.

the *majles-nevis*.[12] For example, when the Carmelites were discussing a papal Note Verbale with 'Abbas I he had it read aloud to him by the grand vizier, "and then had a brief discussion with him and his councilors, then he told me to sign it".[13]

But 'Abbas I could not take care of all business himself. Therefore his grand vizier, like his other officials, worked with the same diligence in dispatching business as the shah himself. The grand vizier, "who has charge of all the royal revenues, the dispatch of ambassadors, and all other affairs, and who is the first person after the Shah, used to dispatch 200 petitions in a morning, and after having sat and given a hearing for six or seven hours would go out as serene, as if he were coming from taking his horse for a walk".[14]

It was the grand vizier's task to approve all appointments, all revenues and expenditures, including those managed by the *sadr*s (head of the religious institution), (which required his counter-seal) as well as the correct implementation of policy and existing rules. No appointment or expense could be made without his endorsement, even when the decree had been sealed by the shah. In most cases the grand vizier did not ask the shah at all for his decision for appointments.[15] He further was the superior of all central and provincial administrative government staff. He also carried on all negotiations with foreign nations, but did not effect the signing of treaties. Depending on the personality of the grand vizier and his relationship with the shah, the grand vizier was actually the man in charge of the entire royal court. This means that in some cases he even commanded the troops and the military were subordinate to him.[16]

Sherley observes that "The Vizir sitteth every morning in council about the general state of all the King's provinces, accompanied with the King's Counsel, Advocates resident, and Secretaries of State. There are all matters heard, and the opinions of the council written by the Secretaries of State; then after dinner the council - or such a part of them as the King will admit – present those papers, of which the King pricketh those he will have proceed, and the rest are cancelled; which being done, the council retire them again to the Vizir, and then determine of the particular business of the King's house. [...] The King himself every Wednesday sitteth in the council publicly, accompanied with all those of his council and the aforesaid Advocates. Thither come a flood of all sorts of people, rich and poor, and of all nations without distinction; and speak freely to the King in their own cases, and deliver everyone of his own several bill which the King receiveth; pricketh some and rejecteth others to

[12] *A Chronicle of the Carmelites in Persia and the Papal mission of the XVIIth and XVIIIth centuries* (2 vols., London, 1939), vol. I, p. 159.
[13] *A Chronicle of the Carmelites*, vol. I, p. 127.
[14] *A Chronicle of the Carmelites*, vol. I, p. 159.
[15] Vladimir Minorsky, *Tadhkirat al-Muluk: A Manual of Safavid Administration* (London, 1943), pp. 44-45.
[16] Floor, *Safavid Government Institutions*, pp. 23-40.

be better informed of. The Secretaries of State presently record in the King's book those which he hath pricked, with all other acts then by him enacted; the which book is carried by a Gentleman of the Chamber into his chamber where it ever remaineth; and woe be to his Vizir if after the King hath pricked bill or supplication it be again brought the second time".[17]

The grand vizier was assisted by a large bureaucratic institution, known as the *divan-e a'la*. The latter was subdivided into a *daftar[khaneh]-ye [homayun-e] a'la*, which was in charge of fiscal affairs, and a *dar al-ensha*, which was in charge of all administrative correspondence. The financial administration of the Safavid state was divided into *mamalek* (state) and *khasseh* (royal household) branches, which were respectively under the *mostowfi al-mamalek* and the *mostowfi-ye khasseh*. They prepared 'the budget' and the assessment and collection of taxes in their respective areas. They had a large number of accountants, bookkeepers, tax collectors and assessors in their service.

The royal chancellery was divided into two branches. The *monshi al-mamalek* who was the most important clerical official at that time, was in charge of all correspondence with foreign rulers and all the governors. He was overtaken in importance in the post-'Abbas I era by the *vaqay'-nevis*, who was the record keeper of what was discussed in the royal council. He also became the main conduit for contacts with governors, and later also had a major role in 'foreign relations'. Both had a considerable number of secretaries and clerks at their disposal.[18]

The *nazer-e boyutat* or high steward was the manager of the Shah's entire household (*khasseh*). As such he was in charge of all the material needs of the court, food and non-food, both moveable and immoveable assets. This ranged from food, drinks, clothes, to arms and buildings. Finally, he was in charge of the entire palace staff, including that of the royal workshops (*boyutat*), who were responsible for providing, keeping, maintaining and supplying the royal court and included small workshops such as a tailoring department and weaving workshops, each of which was headed by an officer with his staff. The extent of his responsibilities did not include the Harem and its inmates, as well as some of its effects (e.g. the elephants were in the charge of the eunuchs, maybe because they were held inside the Harem). At the end of the 16th century the staff of royal workshops (*'amaleh-ye boyutat*) numbered 3,800 persons, while European observers estimated that there were about 5,000 people in the 32 royal workshops.[19]

[17] Sir E. Denison Ross (ed.), *Sir Anthony Sherley and his Persian Adventures* (London, 1933), p. 230.
[18] Floor, *Safavid Government Institutions*, pp. 40-60.
[19] Floor, *Dastur al-Moluk*, p. 208.

The Safavid army consisted of four major units: (1) the *qurchi*s; (2) the *qollar* or *gholam*s; (3) the *tofangchi*s; and (4) the *tupchi*s.

The *qurchi*s were the royal life guards. Their creation dates from around 1500, when they are mentioned for the first time in Safavid sources. The head of the *qurchi* corps bore the title of *qurchi-bashi*. He always was selected from the corps itself. Among the *qurchi*s we may distinguish three categories: (1) the *qurchiyan-e molazem* (in royal attendance) or high-ranking officers, of which the *qurchi-ye rekab* was the most important; (2) the *qurchiyan-e yaraq* or bearers of the royal arms; and (3) the rank and file, mostly referred to as *qurchiyan-e 'ezam*. *Qurchi*s were mainly recruited from among the Qezelbash tribes. The size of this corps was about 12,000 men during the reign of Shah 'Abbas.

The royal slave corps (*qollar* or *gholam*) existed prior to Shah 'Abbas, but he increased its size and importance considerably. From the very beginning of his reign, 'Abbas I relied on his *qurchi*s and his *gholam*s to extend his power over the state. The large number of Georgian, Armenian, and Circassian children and young men captured during the wars in the Caucasus constituted the main recruiting grounds for the *gholam* corps. There were two kinds of *gholam*s. Those that were eunuchs (*khvajeh*) and those that were not (*sadeh*). The *sadeh* or non-eunuch *gholam*s were trained for royal service in the army, the administration, and the royal workshops. The training of both categories of *gholam*s was the responsibility of the *laleh-ye gholaman-e khasseh va gholaman-e anbari*. According to della Valle, the total number of *gholam*s numbered about 30,000 in 1618, of whom some 15,000 served as soldiers. The *gholam*s acquired a dominant role in the Persian state. They held leading military, administrative and political functions. The chief of the *gholam*s was the *qollar-aghasi*, who already soon after the creation of the *gholam* corps had become one of the most important officials in Safavid Persia.

In 1516, Esma'il I gave orders to constitute a corps of *tofangchi*s or musketeers under a commander, who was entitled *tofangchi-bashi*. The *tofangchi*s were basically local levies, from allover Persia. Their main function was to defend their own district or province. Furthermore, they might be called upon to participate in military campaigns against the Ottomans. According to della Valle, they numbered 20,000. There was one corps commander, the *tofangchi-bashi* or *tofangchi-aghasi*, who was assisted by various officers such as *min-bashi*s, *yuz-bashi*s, *panjah-bashi*s, *dah-bashi*s and an administrative staff.[20]

The exact date of the creation of the artillery corps or *tupchi*s is not known. However, from the early beginnings of the formation of the Safavid army, cannon constituted a

[20] For a detailed discussion of the composition and development of the Safavid army see Floor, *Safavid Government Institutions*, chapter 3, pp. 124-280.

regular, but insignificant, part of its capability. The use of cannon, especially at siege operations, continued to be a standard feature for the rest of the century. For artillery was mainly used as a defensive weapon, in particular mounted on the walls of the citadels of the major towns and of strategic fortresses. Persians had problems in casting cannon, but also in its use and the production of its munitions. Europeans therefore were regularly asked to provide lead, powder and gunners. The *tupchi*s were organized like the other army units. The corps was headed by a *tupchi-bashi*, who was assisted by an administrative staff, and by various lower-ranking officers.

Under the Safavids, the head of the secular judiciary (*divan-e 'adalat*) was the *divan-beygi*. 'Abbas I used to mete out justice standing in the gate of his palace, and so did provincial governors and the grand-vizier. Like the shah, the grand-vizier and provincial governors also set aside a particular day to sit or stand in judgment. 'Abbas I took a pro-active role and often asked the people to come forward with complaints, but after 1683 the Safavid Shahs gave no access any more to their person. In Isfahan, in the 17th century, the *divan-beygi* had to sit in court four days of the week with the two *sadr*s (head of the religious institution), although the latter often were not present. In some cases there was a special building, while a pavilion in a garden also was used. The *divan-beygi* sat at the King's Gate in Isfahan, but also twice per week in his house. Any complaint against officials could be filed with him for submission to the shah. The *divan-beygi* did not deal with cases involving members of the army or religious officials whose cases he respectively referred to the chief of each army corps and the *sadr*. Although there still was an army judge (*qazi-ye 'askar*) he had no real operational function. In addition there were a number of urban local officials who would take care of the bulk of transgressions. These included the mayor of the town (*kalantar*), the bazaar supervisor (*darugheh*), the overseer of weights and measures (*mohtaseb*), the chief of the city quarter (*kadkhoda*) as well as the guild chiefs (*bozorg*, *kadkhoda*) and the chief of the merchants (*malek al-tojjar*).[21]

The master of ceremonies, the *ishik aqasi-bashi* of the *divan-e a'la* was (i) in charge of the palace guard with a view to control access to the royal palace and to the Harem in particular as well as (ii) the master of ceremonies and protocol for the royal council and public audiences. As such he was in charge of and had the responsibility for the doorkeepers (*qapuchiyan*), guards (*keshikchiyan*), macebearers (*ishik aqasi*s), public criers (*jarchi*s), ushers (*yasavol*s), gentlemen-in-waiting (*aqayan*) and aides-de camp (*yasavol-e sohbat*). This palace staff, which numbered more than 2,000 persons, also included the porters, who guarded the inner palace, and the horse guard that accompanied the Shah when riding. When the Shah traveled the *ishik aqasi-bashi* was responsible for the route, the way stations, the orderly travel arrangements, including the repairs of bridges, the roads, and the passageways. This responsi-

[21] For a discussion of the judicial system in Safavid Iran see Willem Floor, *The Economy of Safavid Persia* (Wiesbaden, 2000), pp. 12-16, pp. 21-28.

bility he shared with the *farrash-bashi* and *darugheh* of the *farrash-khaneh*. Pioneers (*bildars*) repaired the road that the Shah had to travel and water carriers (*saqqayan*) sprinkled it to avoid annoyance caused by dust. To that end the water carriers and water drawers (*ravayeh kashan*) filled their water skins and loaded these on camels. Food and drinks of all kinds were stored in ice-cooled trunks (*yakhdans*), kept in golden vessels and wrapped in gold-embroidered tablecloths. The *ishik aqasi-bashi* also guarded the Shah's person at night during these journeys.

The master of ceremonies (*ishik aqasi-bashi-ye divan a'la*) was only responsible for the *birun* or public part of the royal establishment, whether in the palace or in the army camp. As to the *andarun* or private part of the royal living quarters and during royal outings the *ishik aqasi bashi-ye haram* took over. He was an emir of lower rank and had to coordinate his activities with that of the master of ceremonies of the royal council. The *lashkar-nevis* was in charge of the administration of the Harem personnel. This function was entrusted to men of older age and service, who had good judgment. He had to maintain order and security at the Harem gate and to be present in the guard-house, expect on Fridays when he could go home. His porters (*qapuchis*) and mace-bearers (*ishik-aghasis*) guarded the Harem, also during the Shah's travels, when this task was shared with the staff of the master of ceremonies.[22]

The office of *amir shekar-bashi* was a very important office. It was his task to see to it that the ruler always would be able to go on a rewarding hunting trip. He also had to see to it that hunting animals, such as the leopard and birds-of-prey, were trained and to see to it that the hunting grounds were out-of-bounds. Under the orders of the master of the royal hunt were the *qushkhaneh-aghasi* (royal falconer) and the *sag-khaneh bashi* (master of the kennels) and some 1,000 *mir shekar-bashiyan*, *qushchiyan* and other officials throughout the kingdom. The master of the royal hunt was one of the leading emirs and in charge of falconers, hunters, cheetah-keepers, dog barkers, and dog handlers, who numbered more than 1,000 persons. He also was responsible for feeding the animals.[23]

The master of the horse (*amir akhor-bashi*), of whom there were two, one of the *jelow* (stables), the other of the *sahra* (fields) or *ilkhi* (herds) was responsible for the king's mounts, which were housed in various stables. The master of the herds was also responsible for their herding and training. They both were responsible for the proper management of their staff, horses and other pack- and riding animals.[24]

[22] For a discussion of the tasks and staff of these two officials see Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 140-174.

[23] For a discussion of the task and staff of the Master of the Hunt see Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 185-198.

[24] For a discussion of the task and staff of the two Masters of the Horse see Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 199-209.

An ambassador's itinerary

A visitor arriving in Iran would almost immediately be met by a representative of the royal court, most certainly if his arrival had been made known to the authorities beforehand. In the latter case, the court would have assigned a so-called *mehmandar* or conductor of guests. If the visitor came unannounced then he presented his credential to the governor of the border town where he entered Iran, and if accepted the latter would appoint a *mehmandar*. It was the task of this official to conduct the guest to the royal court. During the journey he had to take care of all the needs of the official guest in terms of food, fodder, riding and pack animals, and lodging en route and that he was everywhere respectfully received. The costs were borne by the inhabitants of the village or town through which the embassy passed. Officially, these cost were to be deducted from the annual tax burden, but this did not always happen. Because in later years the *mehmandar*s often asked more than they were entitled to, the population did not like to pay this impost. They therefore often fled when an embassy was approaching their village, they sometimes would refuse, or made up excuses to avoid paying such as that the village had been struck by the plague. This duty to provide supplies held not only for the arrival, but also for the guest's stay at court and his return trip. The rank of the *mehmandar* usually was commensurate with that of the visitor, or lower/higher depending on how much respect the Shah wanted to show him. An ambassador was officially welcomed at every location that he approached by a delegation consisting of sometimes the governor, but more usual, of high officials accompanied by troops and notables of the town, or in the case of village, of the village chief and elders. This official reception or *esteqbal* took place outside the town/village and the distance to the town was longer/shorter depending on the importance that was given to the visitor by the court. The welcoming party then accompanied the visitor to his lodgings in the town, while the inhabitants lined the streets to welcome him. Usually an orchestra played music and dancing girls made their alluring gyrations. Once the visitor was installed provisions were sent. This spectacle repeated itself at every halting place. When the ambassador finally had arrived at the royal court, he was taken to the lodgings that had been prepared prior to his arrival by a number of grandees led by the *mehmandar-bashi*.

The *mehmandar-bashi*, the Introductor of the Ambassadors or Guest-Keeper General, was a subordinate of the *qurchi-bashi*. Lodging in the capital city usually was no major problem, though sometimes it could. He sometimes even organized the proper seating and standing arrangements of visitors and courtiers at a royal audience The shah had a number of mansions at his disposal to assign to his guest, and if need be, the occupants of a desirable house were just told to vacate the premises.

> The King has above three hundred Houses in Ispahan, which are properly his own, having devolv'd to his Predecessors, and to himself either by Right of Succession, by Confiscation, or by Purchase. These Houses which are all large and fine, [...] are almost always empty,

> and run to Ruin, for want of being kept up in sufficient Repair. These they give to Embassadors, and Strangers of Consideration, that come to Ispahan. The Commissioners of the Quarters where they are scituated, have the Keys of these Houses, and are charg'd to keep them Clean and Neat.[25]

It was the *mehmandar-bashi*'s task to formally ask the ambassador the official purpose of his visit. In the case of Don Garcia this was superfluous, of course, as this was well-known. In fact, Shah 'Abbas regularly received reports of the ambassador's progress from his governors. At various occasions, he also asked Pietro della Valle, for example, about what person Don Garcia was and discussed Spanish/Portuguese politics with him. "[...] he asked me if the Ambassador of Spain who had now come to his court was a man of truth and integrity". He discussed with Della Valle why Spain did not attack the Ottomans.[26] The *mehmandar-bashi* also made arrangements for the upkeep of the embassy at the royal court either by allotting it a cash allowance or by providing supplies in kind. Whereas the cost of the embassy was borne by the villages and towns where it lodged, at court the expense was met from the royal treasury.

Another official who came to visit the ambassador was the *pishkash-nevis* [Receiver of Presents] to "see the Presents he had brought for the King, examine them, and take an Inventory thereof". The officers of the Shah's household received 25 per cent of the estimated value of the presents in ready money. The valuation commission consists of "the prevost of the Merchants, a Comptroller of the Palace, the chief of the Goldsmiths, the Intendant of the Manufactures of the Stuffs of Gold and Silk, the great Master of the Artillery, the chief of the Painters, and ten or twelve of the most considerable Merchants of Ispahan".[27]

Unlike in Europe, where an embassy could take as little time as one week, an ambassador to the Safavid court stayed as many as six to eight months in Isfahan. During that time they were often cloistered in the villa assigned to them, because often they were not given permission to move around town. Once they had been granted a royal audience, they were allowed to present their letters of credence, genuflect and meet a royal personage who hardly spoke to them at all. Then they were offered a meal, which did not last long and then were returned to their villa. The letters of credence took months to translate, because this usually only took place a couple of weeks before the ambassador would be allowed to depart. The real discussion of business took place with the grand-vizier who also drafted the reply to the requests brought by the ambassador.

[25] For a discussion of the task and staff of the Introductor of Guests see Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 155-159.
[26] Della Valle, *Les Fameux Voyages*, vol. II, pp. 329-330.
[27] Floor, *Dastur al-Moluk*, p. 159.

After his forced stay in Isfahan, Don Garcia was finally allowed to depart from Isfahan to meet with Shah 'Abbas. He sent one of his suite ahead to announce his approach to the governor of the town. The Spanish official returned with an Iranian official who brought fruit and ice on behalf of the governor. He further informed Don Garcia that he should enter the city between 8 and 9 a.m. the next morning. The next day Don Garcia sent his baggage train, which also contained the presents for the Shah, ahead and followed himself with a suite of 25 people. Fifteen hundred meters outside the city he was met by Davud Khan, the brother of the Governor-General of Fars, the governor of Qazvin and Hoseyn Beg, the *mehmandar-bashi* accompanied by 200 officials, all on horseback. The ambassador and his suite were dressed in the best Spanish clothes with beautiful collars, while the Iranian nobles all wore gold brace dresses and beautiful bejeweled and feathered turbans. The Shah had given express orders that only the reception party was allowed to go outside the city to welcome the ambassador. Davud Khan then welcomed the ambassador and introduced him to the most important officials that accompanied him. He then took place on his left and together rode into the city, while conversing one another. Arrived at the ambassador's lodging the welcoming party took leave.

The reception of Don Garcia thus was much less important then the three ambassadors that would come after him (India, Muscovy, Ottoman), where the entire population of Isfahan had been ordered to welcome them outside the city.

When the Shah finally agreed to receive the ambassador, the *mehmandar* accompanied the guest to court to present him to the shah during the official audience, to present his official gifts as well as to introduce him to important government officials. Prior to that date, the *pishkash-nevis* informed

> the Great Provost, and Governor of the City, that he must have such a Number of Men, such a Day, in such a Place, to carry the Presents of such an Ambassador. The Governor sends in for the Commissary of that Ward or Quarter, and gives him his Orders accordingly, and the Commissary delivers them to the principal Burghers of the Quarter. These Burghers [*kadkhodās*], to the Number of Eight or Ten, take a Man out of each Shop of the Quarter, or as many as are necessary, and repair, with a Clerk of the Receiver of the Presents, to the Ambassador's lodgings, where they receive his Presents according to the Memorial, and deliver them to these Bearers. Each Man takes a Piece, and goes away. Fifty Men very often are employ'd to carry to an Audience, what one Man might easily carry. This Practice, is to do Honour to the Person who makes the present, because it makes him appear the more considerable; and likewise for the grandure of the King, by reason that the People seeing the Presents that are brought to him, conclude that he is highly esteem'd by Foreign Nations.[28]

[28] Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 158-159.

This also happened in the case of Don Garcia, who accompanied by officials, was followed by youths who carried the Spanish king's gifts. The cavalcade did not go direct to the royal court, but circumambulated through the town so that its inhabitants would see the rich gifts borne to the Shah and the great respect shown by other monarchs to the king of kings.

Order in the court

At the Safavid court, strict protocol as to precedence of the various courtiers was maintained. The royal assembly was divided into three sections. The first section was reserved for the shah, who sat on a small square (2.5 x 2.5 m) elevation, which was covered with rich gold cloths enriched with pearls. In this section, the category I officials as well as the religious officials were seated. The shah usually was flanked by richly dressed pages and the royal chamberlain, a eunuch. In the second section the category III officials sat, while in the third section the category II officials stood. This order was also respected in the royal camp when the Shah was traveling. The courtiers sat row upon row, the highest ranked closer to the Shah than the lesser-ranked courtiers. Also, the most honored had a *sayeban* or an awning. In addition to these officials, there were various performers (musicians, dancing girls) and servants present in the place where the royal assembly was held, but they were not members, of course.[29]

When in 1628, the British embassy under Sir Dodmore Cotton arrived at the palace in Qazvin it was bid welcome by an official and led to a small house, where it reposed and was entertained with rice and wine. "Nothing so good as the material they were served in, flagons, cups, dishes, plates, and cover being all of gold". Then it was taken to another summer-house, rich in gold embossment and paintings. The ground was spread with carpets of silk and gold. In the middle were tanks with water and around them were placed goblets, flagons, cisterns, and other standards of massive gold, some of which were filled with perfumes. Then the embassy was taken to another square upper room, "here the ground was covered with richer carpets than before, the tank was larger, [...] and so much gold, transformed into vessels for use and ornament, were set for us to look upon that some merchants then present made an estimate at an incredible value of 20 million pounds. [...] Most of the flagons, cups, and other plate were garnished with rubies, diamonds, and like stones".[30]

The embassy was finally led into the audience hall. Before entering the audience hall the visitors had to take of their shoes or boots. Even Shah 'Abbas took off his shoes when he entered his own *divan-khaneh*.[31] Here it was the *ishik aqasi-bashi*'s function

29 Floor, *Dastur al-Moluk*, p. 159.
30 Thomas Herbert, *Travels in Persia, 1627-1629*, ed. W. Foster (New York, 1929), pp. 153-154.
31 Della Valle, *Les Fameux Voyages*, vol. II, p. 310.

as the master of ceremonies at royal council meetings and other public functions to see to it that protocol was respected. He was to see to it that the royal council meetings and official audiences were well ordered. This included knowing where each official, both sitting and standing, had his rightful place to which end he kept a list. He took all officials and guests to their places; foreigners were usually accompanied by the *mehmandar*. The order of precedence as well as who was a member of the council was based on ancient Safavid protocol. Both the membership and order of precedence changed over times as a function of the prestige of the office and the relationship with the Shah.[32]

Herbert noted that the floors also in the audience hall "were overlaid with such large and rich carpets as befitted the monarch of Persia. Round about the room were also seated several tacit [i.e. silent] Mirzaes, Chawns, Sultans, and Beglerbegs; who, like so many inanimate statues, were placed cross-legged, joining their bums to the ground, their backs to the wall, and their eyes to a constant object; to speak one to another, sneeze, cough, or spit in the Pot-shaw's presence being held no good breeding".[33]

The *ishik aqasi-bashi*, although a high-ranking *moqarrab al-khaqan*, always stood in the royal assembly close to the Shah. As token of his office he held a golden gem-studded staff, which he received on his appointment. The staff had a length of five feet. On both ends it was covered with gold plate and very heavily studded with so many precious stones that one could not touch the staff with one's little finger without touching one of these jewels. Whenever the Shah signaled the master of ceremonies to come close to receive orders he would throw his staff on the ground and present himself as fast as possible. The *ishik aqasi-bashi* guided those honored with a royal audience toward the Shah while holding their elbow, so that they could do their reverence.[34] Della Valle was brought into the Shah's presence by the *qurchi-bashi*, "who was at my left, and retained that station, putting his hand under my arm as if to support me". This custom was done in honor of great persons, and it was customary that the greater the person, the greater the one who takes him by the arm.[35]

There were different ways in which visiting subjects and foreign dignitaries greeted the Shah. It would seem that Safavid princes were allowed to kiss the Shah's hand (*dast-bus*). Commoners, whether local rulers or simple rank and file subjects, and other Middle Eastern persons kissed the Shah's foot or the ground, which ceremony was referred to by several terms such as *pa-bus* (foot-kiss), *zamin-bus* (ground-kiss), *'atabah-bus* (threshold kiss), and *besat-bus* (floor-covering kiss), denoting the same activity. *Pa-bus* was also called *zamin-bus*, "that is to say, to kiss the Ground, and Ravi zemin, which implies, the face on the Ground. This Salutation is perform'd after this manner. The

32 Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 159-160.
33 Herbert, *Travels in Persia*, pp. 153-55.
34 Floor, *Dastur al-Moluk*, p. 160
35 Della Valle, *Les Fameux Voyages*, vol. II, pp. 311-312.

Ambassador or other Person, is conducted to within four Paces of the King, and right against him where they stop him, and make him kneel, and in that Posture he makes three Prostrations of his Body and Head to the Ground, so low, that his Fore-head touches it". Going three times round the Shah meant, for the one who did so, that he wished to take upon himself any mischance that might happen to the Shah. Courtiers gave the *zanu-bus* (knee-kiss) to visiting foreign royalty. When 'Abbas I appeared in the main square of Isfahan the courtiers who came there to pay their respects only needed to incline their head without bending the body when he passed. It was not needed to repeat this a second time when passing by. Horsed soldiers pressed a hand to their stomach and then to their forehead, when riding past the Shah during an army review. Visiting Europeans, especially the Catholic priests, were allowed the *dast-bus* or the kissing of the hand.

Della Valle states concerning the *pa-bus* "They normally perform this ceremony, not every time that they see and speak with him, but only every time they come to him from abroad, or take leave of him to go abroad and far away". The Shah, when the person had kneeled on both knees, extended his right foot for him to kiss, after which he touched it with his forehead. Europeans, whether a visiting commoner or ambassador, did likewise, though in the 17th century they began to make a bow and took off their hat. In 1515, the Portuguese ambassador, Fernão Gomes de Lemos, and his party made their reverence, by placing their heads on the ground, and later when received in audience the ambassador "kissed his hand and foot" while the secretary of the embassy "kissed the floor thrice". The English did likewise: "The King admitted us into his presence and gave us that honour to kiss his foote, and then invited us to sup with him". A visiting Polish ambassador also kissed the Shah's foot. The Carmelites report, "Not only his own people, however great they may be, but foreigners and ambassadors from great kings kiss his feet, only to the Franks does he offer his hand [to kiss]". Don Garcia de Silva y Figueroa "bent his knee and kissed his Majesty's hand". Della Valle, when he first met the Shah, intended to kiss his robe, but the Shah extended his arm so that he could not bow down further, so that he kissed his hand and touched it with his forehead. 'Abbas I made an exception for European religious persons. Pacifique de Provins relates that he was welcomed by the Shah, and was told that he did not have to kiss the Shah's foot and was allowed to shake his hand. The Carmelites were allowed to kiss 'Abbas I's hands and bowed. Towards the end of the 17th century and later European ambassadors and their suite would take of their hat and bow. The first Dutch ambassador in 1629 made a bow and did as if he kissed the Shah's hands. Other Dutch ambassadors in 1652, 1690 and 1710 only made a deep bow. The Polish ambassador in 1694, however, still put his hands on the ground out of respect and made a very deep bow.[36]

After Sir Dodmore Cotton had related the main points of his embassy Shah 'Abbas stood up and replied to each of the issues raised by the ambassador, he then sat

[36] Floor, *Dastur al-Moluk*, pp. 161-163.

down. How did these two understand what was being said? The court language was Turkish till the very end of the dynasty. In fact, at court more Turkish was spoken than Persian.[37] Della Valle related that "The king talked in Turkish to me and I narrated succinctly all my journey and answered his various questions. And then when I had finished, he reported in the Persian language most clearly and distinctly, as he always has to do by custom, all that I had told him to his people standing around, saying to them: have you heard what he said?".[38] However, formal correspondence was in Persian. Foreigners therefore needed interpreters, for both languages. Ambassadors from countries that had irregular contacts with the Safavid court needed to have their official letters translated as well as have somebody during the royal audience and follow-up discussions with the grand vizier who would translate for them. The Safavid court did not usually have an official interpreter or *kalamchi*. To that end often use was made of Armenians, resident Europeans such as Catholic monks. Amongst the latter, in particular, father du Mans was more or less used as the official court translator, although he was not paid for it.[39]

'Abbas was very friendly towards the aged Don Garcia. He realized that it was difficult for him sit tailor-wise for a long time and therefore offered him a small stool to sit on. He also helped him get up with two hands. To show his respect he called him 'Baba' or 'Father' and kissed him when he took his leave. During private assemblies he always put the Moghul ambassador to his right and Don Garcia to his left.

The formalities concluded with a banquet in honor of the visitors; the meal was customarily served on dishes of gold, and wine was passed in golden goblets. The Shah always ate apart from his magnates, when they dined with him. "The King is serv'd out of a Vessel of pure Gold, or more than Three Foot diameter. The Cover [...] Padlock by which his Portion is locked up, are of the same Metal; and they carry this Vessel about with ceremony upon a sort of Hand-Barrow, [...] rich, with Plates of Gold. The Gentleman-Carver opens the Lock before his Majesty; and after having fell on his Knees, and tasted the Viands, he fills several Golden Plates with a Golden Spoon and Fork (which he wears by his Side to distinguish his Office) and then humbly presents 'em to his Majesty". The guests were served after the Shah, also on golden plates of 1.5 foot diameter. In fact, guests were served according to their rank. Apart from ladles, no other utensils whether spoons, forks or knives were used, everybody, including the Shah, ate with their hands. "Only the steward, who also has the office of carver, occasionally divides up some food when this is asked for, without knives or forks, but with a single great big spoon, almost square, which hardly ever leaves his hand and is also of gold".[40]

[37] Floor, *Dastur al-Moluk*, p. 164.
[38] Della Valle, *Les Fameux Voyages*, vol. II, p. 324.
[39] Floor, *Dastur al-Moluk*, p. 164; Herbert, *Travels in Persia*, p. 154.
[40] Della Valle, *Les Fameux Voyages*, vol. II, pp. 301-302; *A Chronicle of the Carmelites*, vol. I,

The rigid protocol that prevailed during an official audience was abandoned during a private one. After the audience granted to Sir Dodmore Cotton was finished, the Shah invited him to another apartment where wine was served. When Shah 'Abbas drank to King Charles's health the ambassador stood up and uncovered his head; which, being noted by the Pot-shaw, also lifted to his turban to oblige him and after one hour he dismissed him with much satisfaction.[41] Della Valle related how he met Shah 'Abbas in the palace in Ashraf, where after everybody had sat down in the divan-khaneh the Shah took off his turban. However, nobody else "removed their turbans, as this would not be good manners in front of high ranking people, or even equals and people who were not of the family. Musicians kept playing and singing continuously nearby, but very softly, so that the music did not impede our speaking and conversation. The king wanted to talk to me and commanded me to sit next to him, making a sign with his hand to the left, and I sat down there. No others remained in the divan-khaneh save the King, the Khan Deli, the musicians, and I, while outside stood the servants of the King, who never left".[42]

In short, the above has shown that the court of 'Abbas I was a moving target; the shah was always on the move and thus his court moved with him. This held for the highest officials, many, but not all, also moved with him as well as for the lower ranks. There was a strict hierarchy with regards to one's standing in court. The first dividing line was whether you were a member of the royal assembly or not. Those who were distinguished themselves from each other by other markers, such as by being an emir, and then also being an Excellency. The procedure of receiving ambassadors likewise was prescribed and had to be adhered to. The man literary in charge of an ambassador or foreign guest was the Introductor of Guests, who saw to all his needs and took him to court when finally an audience was granted. Arrived at court, the ambassador was also subject to court protocol; he had to take of his shoes, then the master of ceremonies took him passed the serried ranks of silent courtiers, to take his seat whence he might address the Shah. After the formal statements by ambassador and Shah, usually a banquet was offered. The strict protocol stood in strong contrast to the relaxed and informal atmosphere when the shah invited a guest to a private meeting. Shah 'Abbas showed himself not only knowledgeable, but a consummate politician by adapting his behavior towards his guest and his political objectives.

pp. 488ff.

41 Herbert, *Travels in Persia*, pp. 156-57.

42 Della Valle, *Les Fameux Voyages*, vol. II, pp. 313, 325, 344.

Itinéraires et voyageurs portugais en Perse safavide

VASCO RESENDE *

Résultat de l'observation attentive, de l'immense curiosité et de la vaste érudition de son auteur, les *Comentarios* de García de Silva y Figueroa[1] représentent un tournant dans l'écriture des récits de voyage européens en Perse; mais leur importance ne peut être pleinement appréciée sans une connaissance plus élargie de la production littéraire qui a précédé cette oeuvre monumentale. En effet, si le récit de l'ambassadeur espagnol marque une nette rupture avec le style et la structure de cette littérature telle que l'avaient développée initialement les Vénitiens,[2] puis les Portugais,[3] les *Comentarios* – dont la première édition en présenta une traduction partielle en langue française[4] – ne sont que la conséquence logique d'une évolution littéraire

* Centro de História de Além-Mar, Lisbonne.

1 García de Silva y Figueroa, *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905).

2 On se réfère ici essentiellement aux voyages des émissaires vénitiens du XV^e^ siècle auprès de Ūzūn Hasan, à la tête de la confédération turkmène des Āq-Quyūnlū. Les récits de voyage de Giosafat Barbaro et Ambrogio Contarini furent publiés ensemble à Venise en 1543 (le livre de Contarini avait déjà connu une première édition en 1524) et celui de Caterino Zeno dans la même ville en 1558, mais leurs textes n'obtinrent une dimension internationale qu'après leur réédition dans le second volume des *Navigationi et Viaggi* de Giovanni Batista Ramusio – les deux premiers récits en 1559, le troisième dans l'édition de 1574. Cf. George B. Parks, "The Contents and Sources of Ramusio's *Navigationi*", *Bulletin of the New York Public Library*, 59, 6 (1955), pp. 279-313, surtout pp. 298 et 300. Voir Giosafat Barbaro & Ambrogio Contarini, *I Viaggi in Persia degli Ambasciatori Veneti Barbaro e Contarini*, éd. L. Lockhart, R. Morozzo della Rocca & M. F. Tiepolo (Venise, 1973); *Travels to Tana and Persia*, trad. William Thomas & S. A. Roy, éd. Lord Stanley of Alderley (Londres, 1873); *A Narrative of Italian Travels in Persia in the Fifteenth and Sixteenth Centuries*, trad. et éd. Charles Grey (Londres, 1873). Cf. Guglielmo Berchet, *La Repubblica di Venezia e la Persia* (Turin, 1865), pp. 6-20; Laurence Lockhart, "European Contacts with Persia, 1350-1736", in *The Cambridge History of Iran* (7 vols., Cambridge, 1968-1991), vol. VI (ed. Peter Jackson & Laurence Lockhart), pp. 373-409, surtout pp. 377-378 ; Giorgio Rota, *Under Two Lions: On the Knowledge of Persia in the Republic of Venice (ca. 1450-1797)* (Vienne, 2009).

3 Voir, en guise d'introduction à ce sujet, Luís Graça, *A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens: Os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670)* (Lisbonne, 1983).

4 *L'Ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*, trad. Abraham de Wicquefort (Paris,

opérée depuis quelques décennies et qui lancera les bases des grands classiques français du XVII[e] siècle, comme les voyages de Jean-Baptiste Tavernier, de Jean Chardin, de Jean Thévenot ou encore de l'Abbé Carré.[5] Cette évolution peut se caractériser à la fois par l'abandon progressif des formes linéaires de composition du récit et par la complexification croissante du matériel intégré dans le corps du texte. En effet, alors que les premiers voyages européens en Perse obéissent encore à une organisation succinte et monolithique héritée du Livre de Marco Polo, le contenu des récits s'enrichit, à partir du début du XVII[e] siècle, d'observations, de réflexions, de citations, bref de tout un arsenal d'érudition qui contraste avec la simplicité discursive de leurs prédécesseurs. Toutefois, il nous faut détailler ces nuances et les placer dans leur contexte respectif en tenant compte de l'auteur, des conditions d'écriture et de la réception de l'ouvrage, de façon à établir un cadre de différenciation capable d'éclairer les caractéristiques individuelles de chaque ouvrage. Comme nous allons le démontrer, chacun de ces récits fut élaboré dans des circonstances spécifiques et leur signification ne peut être prise en compte que par la déconstruction des éléments plus formels des ouvrages.

Par conséquent, nous analyserons ici sommairement les quelques récits de voyage portugais produits du début du XVI[e] siècle jusqu'à la mission diplomatique de Silva y Figueroa. Ces oeuvres ne représentent pas l'intégralité de la production littéraire portugaise sur la Perse safavide pour la chronologie choisie, mais nous avons décidé de ne considérer que les textes ayant été rédigés comme de véritables livres, ce qui exclut naturellement la documentation officielle et la correspondance manuscrite, même si leur importance dans la réalisation d'un portrait de la Perse reste indéniable.[6] Nous avons également écarté de notre étude les livres de voyage en Terre

1667).

5 Jean Chardin, *Voyages du Chevalier Chardin en Perse, et autres lieux de l'Orient*, éd. L. Langlès (10 vols., Paris, 1811); Jean-Baptiste Tavernier, *Les Six Voyages de Jean Baptiste Tavernier, Ecuyer Baron d'Aubonne, qu'il a fait en Turquie, en Perse, et aux Indes...* (2 vols., Paris, 1676); Jean Thévenot, *Relation d'un Voyage fait au Levant...* (3 vols., Paris, 1664-1684); Barthélémy Carré, *Le Courrier du Roi en Orient: Relations de deux voyages en Perse et en Inde, 1668-1674*, éd. Dirk Van der Cruysse (Paris, 2005). Pour une étude plus détaillée de ces auteurs, voir Dirk Van der Cruysse, *Le noble désir de courir le monde: Voyager en Asie au XVII[e] siècle* (Paris, 2002); Dominique Carnoy, *Représentations de l'Islam dans la France du XVII[e] siècle: La ville des tentations* (Paris, 1998).

6 C'est le cas, par exemple, de la documentation concernant la mission diplomatique de Fernão Gomes de Lemos (1515-1516) ou encore celle relative à l'ambassade de Luís Pereira de Lacerda (1604-1605). Cf. Ronald Bishop Smith, *The First Age of the Portuguese Embassies, Navigations and Peregrinations in Persia (1507-1524)* (Bethesda MD, 1970), pp. 39 et ss.; Dejanirah Couto, "Les missions diplomatiques portugaises en Perse dans la première moitié du XVI[e] siècle: Les audiences de Miguel Ferreira (1514) et de Fernão Gomes de Lemos (1515) à la cour de Châh Esma'îl Safavide", *Anais de História de Além-Mar*, 10 (2009), pp. 277-308; Roberto Gulbenkian, *L'ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605* (Lisbonne, 1972).

Sainte et dans le Levant lorsqu'ils ne concernent pas directement les territoires iraniens.

Le premier récit de voyage en Perse safavide écrit par un Portugais fut l'*Itinerario* d'António Tenreiro qui reste encore de nos jours le témoignage le plus connu parmi l'ensemble des livres lusitaniens consacrés au sujet.[7] Publié à deux reprises au XVI[e] siècle, en 1560 et en 1565 – ce qui laisse déjà présumer d'un certain succès contemporain –, l'*Itinerario* fut en fait utilisé par la plupart sinon par la totalité des écrivains portugais traitant de l'histoire et de la géographie de la Perse au XVI[e] et au XVII[e] siècles. Décrivant deux voyages réalisés par Tenreiro entre Ormuz et l'Europe en 1523 et 1528, cet ouvrage combine la description géographique classique de la route parcourue avec des renseignements sur certains événements historiques et traditions locales. D'une façon générale, malgré son intérêt documentaire incontestable, l'enchaînement toponymique et les répétitions dans les descriptions des endroits visités rendent la lecture de ce récit un peu monotone, celle-ci étant toutefois ponctuée par l'insertion de portions de texte tout à fait essentielles pour la connaissance de l'Iran safavide, à l'exemple du chapitre consacré à l'histoire du fondateur de cette dynastie, Šāh Ismā'īl I[er].[8]

L'ouvrage le plus proche de celui de Tenreiro, tant chronologiquement que stylistiquement, demeure l'*Itinerario* de Mestre Afonso, chirurgien de l'*Estado da Índia* qui décide, après trois ans de loyaux services à Goa, de prendre le chemin du retour au Pays en 1565.[9] Suite à l'échec de sa traversée de l'océan Indien occidental, il renonce à attendre la mousson de l'année suivante et suit les caravanes moyen-orientales en direction du Levant afin de découvrir s'il était possible d'atteindre le Portugal avant les navires de la *Carreira da Índia*. S'inspirant clairement de l'*Itinerario* de Tenreiro, au point de recopier une grande partie de ses observations sur la route de l'Azerbaïdjan jusqu'en Syrie,[10] l'ouvrage de Mestre Afonso s'illustre

7 António Tenreiro, *Itinerario de Antonio Tenrreyro, que da India veyo per terra a este Reyno de Portugal...* (2[e] éd., Coïmbre, 1565). Cf. Jean Aubin, " Pour une étude critique de l'*Itinerário* d'António Tenreiro ", *Le Latin et l'Astrolabe* (3 vols., Lisbonne / Paris, 1996-2006), vol. II, pp. 523-537.

8 Tenreiro, *Itinerario*, ff. 13r-14v. Pour les récits occidentaux sur le fondateur de la dynastie safavide, voir Jean Aubin, "Chroniques persanes et relations italiennes: Notes sur les sources narratives du règne de Šâh Esmâ'il I[er]", *Studia Iranica*, 24 (1995), pp. 247-259; Palmira Brummett, "The Myth of Shah Ismail Safavi: Political Rhetoric and *Divine* Kingship", in John Victor Tolan (éd.), *Medieval Christian Perceptions of Islam: A Book of Essays* (New York, 1996), pp. 331-359.

9 Mestre Afonso, "Ytinerario", in *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, éd. António Baião (Coïmbre, 1923), pp. 129-309. Cf. Vasco Resende, "Viagens de um cirurgião português na Pérsia Safávida: o *Itinerário* de Mestre Afonso (1565-1566)", *Oriente*, 19 (2008), pp. 106-122.

10 Vasco Resende, "L'image de l'Islam dans la littérature portugaise des voyages du XVI[e] siècle: les itinéraires terrestres au Moyen Orient", *Anais de História de Além-Mar*, 7 (2006), pp. 107-196, surtout pp. 178 et ss.

néanmoins par son souci du détail dans la description ainsi que par un ensemble de renseignements sur l'histoire, les populations et le folklore de cette partie du monde. Plus complexe que le livre d'António Tenreiro, son *Itinerário* fut structuré selon une logique inhabituelle, chaque chapitre évoquant le trajet parcouru par une caravane plutôt que les étapes marquant le long de la route ou la description des villes.

Deux récits se distinguent par ailleurs pour leur singularité: les *Relaciones* de Pedro Teixeira, publiées à Anvers en 1610, et la *Relação* de Fr. António de Gouveia sortie des presses de Pedro Crasbeeck à Lisbonne en 1615.[11] A titre de curiosité, on relèvera le fait que ces deux livres furent l'objet d'une traduction française au XVII[e] siècle,[12] ce qui atteste de l'intérêt porté à l'Empire safavide durant le règne de Louis XIV. Contrairement aux récits antérieurs, ces ouvrages ne se focalisent pas sur leur itinéraire à travers les différentes routes mais font en revanche la part belle à l'histoire de la Perse. Dans le premier cas, nettement inspiré des *Relaciones* de Don Juan de Persia publiées à Valladolid en 1604, la structure du texte se divise en effet en trois sections, à savoir la première et la plus développée sur l'histoire de la Perse, la deuxième consacrée aux rois d'Ormuz, et la dernière sur le récit de voyage lui-même. La *Relação* de Gouveia est elle aussi tripartite: un premier moment se rapporte au voyage de l'ambassade envoyée par l'*Estado da Índia* à Šāh 'Abbās en 1602-1603, les deux autres marquant l'intérêt principal de l'auteur pour la guerre turco-persane et pour la situation des chrétiens arméniens sous domination safavide (la troisième partie présente également la deuxième mission diplomatique de Gouveia auprès de Šāh 'Abbās en 1608).[13]

Ainsi, il n'est pas étonnant que ces deux titres présentent des caractéristiques différentes par rapport aux autres témoignages de la même époque. De fait, la mission de Gouveia s'insère dans un contexte de prosélytisme religieux, à un moment où Rome songeait sérieusement à la conversion du šāh de Perse à la foi chrétienne et où Philippe III et l'Empereur envoyaient des légats pour inciter à nouveau le souverain safavide à entreprendre la guerre contre le Grand Turc.[14] Quant à Pedro Teixeira, il

[11] Pedro Teixeira, *Relaciones de Pedro Teixeira, d'el origen descendecia y succession de los reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viage hecho por el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra* (Anvers, 1610); António de Gouveia, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde Rey da Persia Xá Abbas do grão Turco Mahometto, & seu filho Amethe...* (Lisbonne, 1615).

[12] Pedro Teixeira, *Voyages de Texeira* [sic], *ou l'Histoire des rois de Perse*, trad. Charles Cotolendi (Paris, 1681); António de Gouveia, *Relation des grandes guerres et victoires obtenues par le roy de Perse Cha Abbas contre les empereurs de Turquie Mahomet et Achmet son fils...* , s. trad. (Rouen, 1646).

[13] Sur la biographie de Gouveia et son oeuvre, consulter surtout Carlos Alonso, *António de Gouvea, O.S.A. Diplomático y Visitador Apostólico en Persia († 1628)* (Valladolid, 2000).

[14] Témoignage de cet intérêt particulier pour la spiritualité du souverain persan, une petite brochure fut publiée à Paris en 1606 sous le titre *La nouvelle conversion du roy de Perse: Auec la deffette de deux cents mil Turcs apres sa Conuersion*. Cf. Adam Knobler, "Pseudo-Conversions and Patchwork Pedigrees: The Christianization of Muslim Princes and the Diplomacy of War", *Journal of World History*, 7, 2 (1996), pp. 181-197, surtout pp. 194-195; Lockhart, "European Contacts with Persia", p. 391 n. 1; Clarence Dana Rouillard, *The Turk in French History, Thought and Literature (1520-1660)* (Paris, s.d.), pp. 80-81. Pour un développement sur les rapports ibéro-safavides et la politique diplomatique du Saint-Siège à l'égard de l'Empire safavide, voir Carlos Alonso, "Una embajada de Clemente VIII a Persia (1600-1609)", *Archivum Historiae Pontificiae*, 34 (1996), pp. 7-125; Luis Gil Fernández, *El Imperio luso-español y la Persia safávida* (2 vols., Madrid, 2006-2009); *Chronicle of the Carmelites in Persia and the Papal Mission of the XVIIth and XVIIIth Centuries* (2 vols., Londres, 1939).

s'agit ici de quelqu'un qui semble avoir une connaissance bien plus profonde de la culture persane que les autres voyageurs portugais. Non seulement cet auteur se consacre à l'histoire de l'Iran, surtout par le biais de la lecture et de la traduction de l'ouvrage de Mīrkh[w]ānd, *Rawzat al-safā fī sīrat al-anbiyā' wa 'l-mulūk wa 'l-khulafā'* ("Jardin de la pureté à propos de la vie des prophètes, rois et califes")[15] – mais il enrichit son récit de renseignements d'ordre linguistique.[16] Notons que nous citons ici ses *Relaciones* de façon marginale puisque le récit de son retour en Europe ne concerne que très légèrement le territoire safavide. Toutefois, étant donné le caractère exceptionnel du livre et son impact en Europe, nous ne pouvions omettre de mentionner Pedro Teixeira.

L'année 1606 fut assez prolifique en voyageurs européens parcourant la Perse pour consigner ensuite par écrit leurs pérégrinations. Nous compterons deux récits portugais pour cette époque: l'*Itinerario da India por terra ate este reino de Portugal* de Fr. Gaspar de São Bernardino, la *Relação da Jornada que fez da India para o Reino* de Nicolau Orta Rebelo.[17] En effet, nous avons la chance de disposer de deux récits

[15] Même si l'orientaliste français Silvestre de Sacy critique l'utilisation que Teixeira fait de la chronique persane. Cf. A. I. Silvestre de Sacy, *Mémoires sur diverses antiquités de la Perse, et sur les médailles des rois de la dynastie des Sassanides; suivis de l'Histoire de cette Dynastie, traduite du Persan de Mirkhond* (Paris, 1793), p. vj.

[16] Sur Teixeira, voir, par exemple, Rui Loureiro, "Drogas asiáticas e práticas medicinais nas *Relaciones* de Pedro Teixeira (Antuérpia, 1610)", in Actas do Workshop *Plantas medicinais e práticas fitoterapêuticas nos Trópicos* (Lisbonne, 2008), pp. 1-26. http://www2.iict.pt/archive/doc/R_Loureiro_wrkshp_plts_medic.pdf

[17] Gaspar de São Bernardino, *Itinerario da India por terra ate este reino de Portugal com a discripcam de Hierusalem* (Lisbonne, 1611); Nicolau de Orta Rebelo, "Relação da jornada que fez Nicolao d'Orta Rabello...", in Joaquim Veríssimo Serrão, *Un voyageur portugais en Perse au début du XVII[e] siècle: Nicolau de Orta Rebelo* (Lisbonne, 1972). Nous pouvons également mentionner le témoignage du voyageur flamand Jacques de Coutre, dont l'aventure en Orient l'avait conduit à traverser l'Empire safavide en route pour l'Espagne la même année. L'aventurier flamand commence toutefois son périple en Perse au mois de mars tandis que les Portugais ne quittent l'île d'Ormuz qu'au mois d'août. Un détail rapproche ces voyageurs. En effet, Jacques de Coutre se réfère souvent à Juan Polaco, son guide-interprète en arabe, persan et turc, qui habitait la ville de Šīrāz et y connaissait des marchands de vin arméniens. Il le quitte lors de son arrivée à Huwayza, peu après la période de Pâques. Orta Rebelo mentionne à propos du séjour à Šīrāz, au mois de septembre, la présence dans son groupe d'un polonais chrétien qui semblait bien connaître la ville. Il est possible qu'il s'agisse d'un seul et même personnage. Cf. Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, éd. Eddy Stols, Benjamin Teensma & Johan Werberc-

tout à fait distincts sur le même périple, bien que Fr. Gaspar et Orta Rebelo aient été compagnons de route à travers le Moyen Orient.[18] Le premier a écrit un texte élaboré et complexe où le trajet entrepris n'est qu'un prétexte à des digressions de nature diverse, tandis que le second reste dans une tradition plus structurée sur l'itinéraire en tant que narration systématique du parcours et des événements advenus pendant le voyage. Cette différenciation est bien sûr le résultat de parcours biographiques opposés et de niveaux d'instruction variés, mais il s'agit aussi de deux récits destinés à des publics différents. Celui de Fr. Gaspar ressemble à un pur exemple de ce que l'érudition humaniste pouvait accomplir, le récit d'Orta Rebelo, quant à lui plus pragmatique et immédiat, prenant le dessus du point de vue commercial et politique sur les renseignements de son compagnon de voyage.

S'ensuit finalement le *Tratado da viagem* de D. Álvaro da Costa, seul ouvrage de notre ensemble qui n'a pas encore connu d'édition imprimée. Présent dans l'*Estado da Índia* de 1601 à 1610, D. Álvaro da Costa participa à des expéditions militaires, notamment contre les forces du gouverneur du Fārs, Allāh-wirdī Khān, pour le maintien des territoires de la couronne d'Ormuz dans le Muġistān. Il aurait peut-être pris part à la défense de la forteresse du Bandel de Comorão (Goombron) puisqu'il la décrit de manière précise. Son récit obéit à une logique d'organisation qui comprend de brèves descriptions du voyage entrecoupées de longs paragraphes consacrés à l'histoire de la Perse safavide et à l'expansion portugaise dans la région, à des portraits des populations rencontrées et leurs coutumes, ainsi qu'à quelques considérations d'ordre administratif, comme son passage par la douane d'Ormuz. De ce fait, le caractère historien de son livre nous montre un auteur cherchant à intégrer ses pérégrinations dans un contexte plus global; mais son souci de la structure finit par le conduire à se répéter bien souvent, comme lors de ses nombreuses allusions à la quantité de chevaux, de chameaux et de bêtes de charge disponibles sur le territoire iranien.[19]

Examinons à présent rapidement les routes empruntées par nos voyageurs pour mieux comprendre la différence entre les deux premiers textes et les autres.[20] De fait, Tenreiro et Mestre Afonso suivent la voie septentrionale passant par Kāšān, Sultāniyya et Tabrīz avant de franchir la frontière ottomane, même si initialement Mestre Afonso voyage au sein d'une caravane qui prend un chemin secondaire évitant les

kmoes (Madrid, 1990), pp. 206 et ss.; Rebelo, "Relação", p. 120.

18 Pour les rapports d'intertextualité entre les deux récits, consulter Jean Aubin, "Une autre relation du voyage d'Inde en Chypre de Gaspar de S. Bernardino", in *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II, pp. 539-546.

19 D. Álvaro da Costa, *Tratado da viagem que fez D. Alvaro da Costa da India Oriental à Europa, nos annos do Senhor de 1610 e 1611*, Biblioteca Pública e Municipal de Évora, Cod. CXV-1-5.

20 Sur les principales routes caravanières de la Perse safavide, voir Willem Floor, *The Economy of Safavid Persia* (Wiesbaden, 2000), pp. 198 et ss.; Willem Floor, *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* (Washington DC, 2006), pp. 61 et ss.

agglomérations pour mieux échapper au contrôle des autorités. Nicolau de Orta Rebelo, Fr. Gaspar de São Bernardino et D. Álvaro da Costa prennent pour leur part la route méridionale qui traverse Lār, Šīrāz, Bihbahān, Rāmhurmuz, Huwayza et ensuite l'Iraq. Ainsi, les différences entre le premier groupe de récits et ces derniers peuvent s'expliquer par le parcours choisi: Tenreiro et Mestre Afonso, en voyageant par le nord, font état d'une diversité ethnique et religieuse évidente, passant par l'Azerbaïdjan, le Kurdistan et l'Arménie, une zone géographique hautement sensible secouée par les ravages de la guerre turco-safavide et les affrontements entre sunnites et šī'ites.[21] Les autres voyageurs ne se focalisent pas tellement sur ces problèmes puisque leur route concernait des régions moins troublées. Gouveia, pour sa part, suit le chemin de Lār, Šīrāz et Yazd afin de rejoindre Šāh 'Abbās à Mašhad – où le souverain était en campagne contre les Ouzbeks –, avant de regagner ensemble la capitale, Isfahān. Pedro Teixeira, quant à lui, a préféré la voie maritime en traversant le Golfe jusqu'à Basra. Il convient de noter ici que les écrivains effectuant le trajet entre le golfe Persique et les Echelles du Levant le font dans la plupart des cas au sein d'une caravane; et même si les témoignages sont quelque peu contrastés concernant leur tenue vestimentaire au cours de la traversée des pays musulmans, nos voyageurs participent à ces convois comme des marchands ordinaires transportant leurs produits.

Soulignons l'importance d'Ormuz comme pôle déclencheur des différents voyages en Perse et comme centre autour duquel gravitaient les intérêts portugais dans cette région. En fait, d'une façon ou d'une autre, les voyageurs ont servi l'Etat lusitanien soit comme agents de renseignement soit comme courriers, et attendaient logiquement une récompense pour leurs efforts. Les risques engendrés par un tel trajet n'étaient sûrement pas négligeables et la Couronne encourageait fréquemment le maintien d'un service d'espionnage entre les comptoirs de l'océan Indien et les ports méditerranéens où d'autres représentants de la politique du roi pouvaient faire circuler les *avisos* les plus importants pour la survie de la présence portugaise en Orient.

Au vu de l'hétérogénéité de ces récits, il nous paraît également important d'identifier des éléments de ressemblance. En effet, tous ces livres présentent des thématiques et des *topoi* communs: la description des caravansérails, l'hostilité des éléments tribaux face aux marchands caravaniers et l'atmosphère de danger quasi omniprésente pendant la traversée du monde rural safavide, les conflits inter-ethniques au sein de ces mêmes caravanes, la caractérisation négative des différentes "nations" musulmanes, la critique des moeurs orientales, le ton moralisant du discours, etc. Mais bien plus que des thèmes spécifiques des récits portugais, ces éléments sont des lieux communs caractéristiques de la littérature de voyage européenne au Moyen-Orient.

21 Voir à ce sujet, par exemple, Colin Imber, "The persecution of the Ottoman Šī'ites according to the mühimme defterleri, 1565-1585", *Der Islam*, 56 (1979), pp. 245-278.

Les deux premiers ouvrages cités suivent une logique que l'on pourrait qualifier d'ethnographique, non seulement dans la description géographique des contrées visitées mais aussi dans la caractérisation de leurs peuples. En effet, Tenreiro et Mestre Afonso assument des formules plus ou moins figées pour faire connaître au lecteur la topographie des endroits, les matériaux de construction utilisés pour l'habitat, la caractérisation de l'architecture orientale, la disposition urbanistique, les données démographiques. Parallèlement, la classification humaine suit une hiérarchie de facteurs dans laquelle la religion, l'identification ethnique et la couleur de la peau occupent une place primordiale. L'utilisation constante des mêmes termes et d'une formulation de description semblable pour chaque étape du trajet fait également partie de cette stratégie de rédaction qui valorise les informations d'essence économique, géographique et anthropologique au détriment d'un développement sur la société, la science et l'atmosphère culturelle de ces endroits, même si ces facteurs ne sont pas complètement absents du discours. D'ailleurs, si on les compare avec les rapports réalisés par les agents des Compagnies commerciales britanniques en Asie, comme Anthony Jenkinson, John Newbery et Ralph Finch (publiés dans les collections de Richard Hakluyt et de Samuel Purchas),[22] et même avec le récit de voyage d'Anthony Sherley publié en 1613,[23] les récits de Tenreiro et de Mestre Afonso nous paraissent plutôt riches et variés.

Nous avons déjà mentionné le caractère complexe du livre de Fr. Gaspar. Cette complexité provient du fait que pour cet auteur, le voyage n'est finalement qu'un prétexte pour s'exprimer sur certains événements historiques, sur l'exotisme de la biodiversité asiatique, sur la vie quotidienne des musulmans et surtout sur l'erreur de leur foi. Les épisodes à tendance moralisante sont ainsi monnaie courante, mais à ce jeu, la prose de Fr. Gaspar ne peut vraiment faire ombre à celle de la *Relação* d'António de Gouveia. L'Augustin, en dehors de la description de la route et des echelles sur son trajet, enchaîne plusieurs anecdotes à la signification édifiante destinées à un public friand de piété et d'*exempla*. Un autre point commun avec le récit de Fr. Gaspar concerne leur vue sur la dévotion des populations persanes envers l'image de Marie mère de Jésus, dévotion que les deux religieux ne cessent de louer et de présenter comme un présage de la conversion future de la Perse au christianisme.[24]

22 Cf. Sir William Foster, *England's Quest of Eastern Trade* (Londres, 1933); Vasco Resende, "Ambassadors, Adventurers, Travellers and Their Writings: The roots of Anglo-Portuguese rivalry in Persia and in the Persian Gulf (late 16th-early 17th century)", in João Paulo Oliveira e Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues (éds.), *O Estado da Índia e os Desafios Europeus: Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Lisbonne, 2010), pp. 557-574.

23 Anthony Sherley, *His Relation of His Travels into Persia...* (Londres, 1613). Cf. E. Denison Ross, *Sir Anthony Sherley and His Persian Adventure: Including some Contemporary Narratives relating thereto* (Londres, 1933).

24 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 83r-v; Gouveia, *Relaçam*, f. 207r. Sur les peintures illustrant la Vierge et Jésus à l'intérieur d'un palais de Šīrāz et auxquelles Fr. Gaspar fait allusion, voir aussi Rebelo, "Relação", p. 120.

Un détail sur lequel il nous paraît important de revenir est la façon dont les habitants de la Perse safavide sont décrits par les voyageurs. Encore une fois, nous pouvons détacher les deux premiers récits de leurs successeurs. Ainsi, au lieu d'élaborer une description des traits physiques des populations safavides, tâche à laquelle Tenreiro et Mestre Afonso avaient tous les deux prêté une certaine attention, Gaspar de São Bernardino, par exemple, préfère décrire plus précisément les vêtements comme les accessoires vestimentaires des hommes et des femmes et renvoie le lecteur à la consultation des ouvrages de Tenreiro et de Vicente Rocca[25] pour d'autres éléments d'ordre ethnographique. D'ailleurs, la partie du récit réservée à la femme musulmane est assez longue et ne peut se comparer qu'au traitement du même sujet par les écrivains des récits de pèlerinage en Palestine, avec lesquels il partage beaucoup d'autres points communs. Par exemple, le fait que ce livre ait été rédigé par un religieux explique également l'intérêt que son auteur porte à l'islam, de façon tout à fait semblable aux *Itinerarios* de Fr. Pantaleão de Aveiro et de Fr. António Soares.[26]

Mais Fr. Gaspar de São Bernardino va encore plus loin que les autres voyageurs-écrivains contemporains. Même si Tenreiro et Mestre Afonso s'étaient précédemment attachés à évoquer la diversité du monde naturel, Fr. Gaspar reste le premier à disserter longuement sur la richesse de la faune orientale et consacre notamment à l'éléphant et au chameau plusieurs pages de son récit.[27] Si celui-ci ne fut pas le seul à s'intéresser à ces sujets, il n'en reste pas moins unique pour avoir abondamment écrit à propos de produits exotiques méconnus comme le bézoard[28] et sur diverses plantes asiatiques. D'ailleurs, il n'hésite pas à citer les travaux des botanistes portugais du XVIe siècle tels Garcia da Orta et Cristóvão da Costa ainsi qu'Amato Lusitano, auteur d'une oeuvre médicale d'un certain retentissement contemporain. Cet aspect constitue un autre point commun avec les *Comentarios* de Silva y Figueroa accordant une place importante au traitement du monde naturel.

Un détail qui peut nous paraître surprenant concerne le fait que Fr. Gaspar traite dans son texte de monstres et d'animaux mythiques ("feras monstruosidades") tel que les griffons, dragons, géants, cyclopes, satyres, etc., même s'il reste circonspect au sujet

25 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 71v; Vicente Rocca, *Hystoria en la qual se trata de la origen y guerras que han tenido los Turcos, desde su começo hasta nuestros tiempos...* (Valence, 1556).

26 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, ff. 109v-116r; Resende, "L'image de l'Islam dans la littérature portugaise des voyages", pp. 139 et ss.

27 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, ff. 80r-82r et 93v-94v.

28 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, ff. 82r-83r. Cf. Loureiro, "Drogas asiáticas e práticas medicinais nas *Relaciones* de Pedro Teixeira", p. 16.

de leur existence.[29] Quoi qu'il en soit, le goût du merveilleux et du bizarre est aussi une caractéristique des récits de voyage en Orient.[30] Ainsi António de Gouveia, conscient de l'incrédulité prévisible de ses lecteurs, ne résiste pas à l'envie de raconter l'histoire de ce musulman, qui aurait nourri sa fille avec son propre lait tel une mère, alors qu'il travaillait à la construction du couvent augustin d'Ormuz. Fr. Gaspar de São Bernardino livre dans son récit une histoire très semblable mais selon cette version, il s'agirait plutôt d'un juif.[31]

Un autre facteur important qui fait de cet ouvrage un cas remarquable renvoie à l'érudition de Frei Gaspar qui n'hésite pas à citer un nombre considérable d'autorités pour illustrer un point de vue donné ou un débat au sujet de différentes interprétations. Son bagage bibliographique semble impressionnant,[32] ce qui contraste avec la plupart des autres voyageurs-écrivains. Pour reprendre seulement quelques-uns des livres auxquels il fait référence, on évoquera: Andrea Cambini Fiorentino et son *Della Origine de Turchi*, le pape Pie II (Enea Silvio Piccolomini), les *Relationi Universali* de Giovanni Botero, Juan de Pineda et sa *Monarchia Ecclesiastica*, sans oublier les classiques incontournables comme Plutarque, Pline l'Ancien et Cicéron.

[29] Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, ff. 37v, 39r et ss. Pour un développement sur cette thématique, voir Jorge Flores, "Distant Wonders: The Strange and the Marvelous between Mughal India and Habsburg Iberia in the Early Seventeenth Century", *Comparative Studies in Society and History*, 49, 3 (2007), pp. 553-581; Jorge Flores, "De Mahmud Bin Wali a Cervantes: A dinâmica euroasiática da história do mono adivino", in Maria de Fátima Reis (éd.), *Rumos e Escrita da História: Estudos em homenagem a A. A. Marques de Almeida* (Lisbonne, 2006), pp. 357-372. Ce type d'événements merveilleux n'est d'ailleurs pas exclusif aux textes concernant l'expansion portugaise en Orient, même si le décor peut paraître plus propice aux créatures et événements bizarres. D'autres sources portugaises de la même époque, comme les *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro et le *Memorial* de Pero Roiz Soares, en font également référence.

[30] Rudolf Wittkower, "Monstres et merveilles de l'Orient", in *L'Orient fabuleux*, trad. Michèle Hechter (Paris, 1991), pp. 21-100; Jean Céard, *La nature et les prodiges* (2e éd., Genève, 1996); Katharine Park & Lorraine Daston, *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750* (New York, 1998).

[31] Gouveia, *Relaçam*, f. 17r-v; Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 59r. Même s'il dit avoir entendu cette histoire de la bouche des Augustins, il paraît plus probable que Fr. Gaspar l'ait connue à travers la lecture de l'*Etiópia Oriental* de Fr. João dos Santos qu'il cite à propos d'autres cas de lactation masculine pour mieux convaincre son auditoire de la véracité de son récit. Fr. Gaspar mentionne également le "Traité sur les Moluques" de Gabriel Rebelo, où l'on atteste d'un cas de galactorrhée chez un bouc, mais une fois encore il s'agit d'une référence puisée dans l'*Etiópia Oriental*. Cf. Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, éd. Manuel Lobato & Eduardo Medeiros (Lisbonne, 1999), pp. 125-127; Gabriel Rebelo, "Informação das cousas de Maluco", in *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente: Insulíndia*, éd. Artur Basílio de Sá (6 vols., Lisbonne, 1954-1988), vol. III, p. 390.

[32] Voir, avec quelques réserves, Paulo Mendes Pinto & Célia do Carmo José, *Bíblicos, Antigos e Contemporâneos na Formulação do Conhecimento Renascentista: A Biblioteca Virtual de Frei Gaspar de São Bernardino* (Lisbonne, 2000).

Il cite également Bérose, ou plus exactement le Pseudo-Bérose, création littéraire d'Annius de Viterbe, plus connu pour être le responsable de l'une des plus grandes impostures intellectuelles de l'histoire moderne.[33]

Toutefois, Fr. Gaspar ne cite la plupart du temps sa bibliographie que par ensembles de références pour soutenir une opinion en particulier, rarement pour traiter de ces auteurs individuellement. On en retrouve un exemple flagrant lorsque celui-ci oppose de manière un peu confuse les différentes hypothèses relatives au lieu de naissance de Tamerlan.[34] Selon lui, les récits d'António Tenreiro et de João de Barros affirment que le souverain asiatique serait originaire de la ville persane de Lār, faisant preuve ainsi d'une importante erreur de lecture dans le cas de Barros qui n'écrivit jamais pareille chose. Il oppose en outre cette vue à celle de beaucoup d'autres écrivains (Fr. Gaspar cite Cesare Baronio, Vicente Rocca et Diogo do Couto – qu'il nomme par erreur Francisco do Couto) évoquant l'appartenance du conquérant à la "nation tartare", expression qui à cette époque désigne l'ensemble des peuples turcophones d'Asie Centrale. Tamerlan fut l'une des figures imposantes de l'Histoire asiatique qui, au XVIIe et XVIIIe siècles, occupait encore une place prépondérante dans les récits européens sur l'Orient et dans l'imaginaire culturel du monde occidental.[35] En témoigne la partie importante de l'ouvrage de Silva y Figueroa qui lui fut réservée.[36]

Si Fr. Gaspar s'est par ailleurs inspiré de l'*Itinerario* d'António Tenreiro, cela demeure particulièrement vrai pour la description de son séjour à Lār. En fait, celui-ci est surtout redevable au premier de certains détails au sujet de la ville, comme lors-

[33] Malgré sa popularité parmi les auteurs de l'époque, certains de ses contemporains lui adressèrent des critiques touchant à l'authenticité de ses sources, dont Gaspar Barreiros, qui consacra en 1561 un ouvrage s'attachant à démontrer les erreurs détectées (*Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro liuros...*). García de Silva y Figueroa n'hésita pas lui-même à discréditer le récit d'Annius concernant la Préhistoire péninsulaire dans son *Hispanicae Historiae Breviarium* (Lisbonne, 1628), p. 2 (cf. l'article de Juan Gil dans ce volume). Sur Annius de Viterbe et son oeuvre, voir Christopher R. Ligota, "Annius of Viterbo and Historical Method", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 50 (1987), pp. 44-56; Anthony Grafton, "Invention of Traditions and Traditions of Invention in Renaissance Europe: The Strange Case of Annius of Viterbo", in *Defenders of the Text: The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800* (Cambridge MA, 1991), pp. 76-103.

[34] Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 73v.

[35] Cf. Eric Voegelin, "The Humanists' Image of Timur", *Anamnesis: On the Theory of History and Politics*, trad. M. J. Hanak & Gerhart Niemeyer; éd. et introd. David Walsh (Columbia MO, 2002), pp. 175-223; Adam Knobler, "Timur the (Terrible/Tartar) Trope: A case of repositioning in popular literature and history", *Medieval Encounters*, 7, 1 (2001), pp. 101-112. Cette confusion autour de la biographie de Tamerlan n'est pas le seul fait des auteurs portugais de la Renaissance. En Espagne aussi, le récit sur ses origines varie selon les écrivains. Cf. Albert Mas, *Les Turcs dans la Littérature Espagnole du Siècle d'Or (Recherches sur l'évolution d'un thème littéraire)* (2 vols., Paris, 1967), vol. II, p. 59.

[36] *Comentarios*, vol. II, pp. 168-202.

qu'il se réfère à la réputation de la production des arcs de Lār. D'après ses propres mots: "les arcs y sont tellement estimables qu'on les apporte vers tous les royaumes, et entre les habitants de cette ville court le proverbe, arcs de Lār comme nous disons plastrons de Milan".[37] Or, Tenreiro avait écrit: "Dans cette ville on fait des arcs turcs très bons et forts, et ils sont de telle façon qu'on les trouve à divers endroits où ils sont très estimés, et on parle d'un arc de Lār comme nous parlons ici d'un casque de Milan".[38] La filiation est évidente et si Fr. Gaspar change un terme de la comparaison par rapport à ce qu'il avait lu chez Tenreiro, c'est soit parce qu'il jugeait l'utilisation du mot "plastron" (*peytos*) plus correcte pour le mettre en parallèle, soit parce que sa lecture de Tenreiro avait été un peu trop précipitée et qu'il n'avait pas su la reproduire fidèlement. En tous cas, il faut surtout retenir que la qualité de fabrication des arcs de Lār dont Tenreiro avait témoigné au XVI[e] siècle se maintenait encore au début du siècle suivant (à moins que l'emprunt de Fr. Gaspar ne corresponde pas à ce qu'il aurait pu constater sur place et ne constitue qu'un emprunt purement livresque).

Mais si l'*Itinerario* d'António Tenreiro peut paraître, par certains passages, sommaire et un peu hâtif, tandis que celui de Fr. Gaspar de São Bernardino semble épais et parfois difficile à suivre, le *Tratado* de D. Álvaro da Costa constitue un récit où les informations plus pragmatiques liées au voyage et à la description géographique se mêlent assez bien aux digressions plus ou moins longues à propos de sujets variés. Par exemple, il nomme, à l'instar de Silva y Figueroa, la plupart des caravansérails où loge sa compagnie, mention qui reste relativement rare chez l'ensemble de nos auteurs voyageurs. D'ailleurs, comme nous l'avons déjà fait remarquer, D. Álvaro se positionne un peu comme un historien et ses commentaires au sujet des événements décrits révèlent un esprit soucieux de l'interprétation et de la réflexion. Nous pourrions même dire qu'il a une vision géopolitique de l'histoire récente de la Perse. Par exemple, les écrits de D. Álvaro sur la Perse méridionale donnent l'impression que l'auteur est parfaitement conscient du fait que la politique expansionniste d'un gouverneur comme Allāh-wirdī Khān, alliée à la proximité géographique entre le Lāristān et le royaume d'Ormuz, demeure une source de danger constant pour les intérêts portugais dans la région.[39]

Au niveau de la connaissance des langues orientales, à l'exception honorable de Pedro Teixeira, nous ne pouvons pas nous attendre à une maîtrise linguistique digne d'être relevée. Mestre Afonso montre sa méconnaissance des langues parlées en Perse: il se plaint d'avoir toujours eu besoin de trouver un interprète pour expliquer aux locaux comment prendre les médicaments qu'il leur donnait.[40] Quant à António

37 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 69v.
38 Tenreiro, *Itinerario*, f. 12r-v.
39 Cf. Costa, *Tratado*, p. 50.
40 Mestre Afonso, "Ytinerario", p. 154.

Tenreiro, il semble connaître un petit peu de persan, mais s'avoue ignorant concernant la langue des Turcs même si, durant sa captivité, il affirme commencer à la comprendre.[41] Ceci ne veut pas dire que l'insertion de toponymes orientaux suivis de traductions en portugais ne soit pas règle courante dans les récits; mais ce niveau de connaissance pratique d'une langue ne suffit pas pour autant à faire de nos voyageurs des experts en idiomes asiatiques. Prenons encore le cas de Fr. Gaspar de São Bernardino qui, malgré l'introduction constante de vocabulaire persan pour désigner des produits orientaux, n'arrive pas à traduire convenablement l'expression *salām 'alayk* ou *salām 'alaykum* (il traduit en effet "j'embrasse vos mains")[42] et interprète Tīmūr Lang comme "terreur du monde ou rage de Dieu",[43] au lieu de Tīmūr "le Boiteux". Il cite également à deux reprises des renseignements tirés de "chroniques persanes", qu'il n'identifie pas plus précisément.[44] La vérité est que ces voyageurs ne pouvaient se faire comprendre sans l'aide d'un interprète ou d'un guide. Ainsi, la richesse des renseignements sur la Perse apparaissant dans le récit de Mestre Afonso fut certainement obtenue auprès de Simão Fernandes – son compagnon de voyage arménien, connaisseur des circuits caravaniers de l'Orient.[45] Les références multiples à des rencontres avec des marchands ou des voyageurs arméniens,[46] juifs ou italiens, illustrent à quel point le voyage dans ces contrées lointaines était soumis à des conditions très difficiles à surmonter sans l'aide précieuse de collaborateurs étrangers, plus expérimentés dans la traversée des territoires asiatiques. La rencontre avec des renégats assistant les voyageurs fait aussi partie des récits d'Orta Rebelo et de Fr. Gaspar.

Enfin, n'oublions pas qu'au travers de ces différents textes se déploie également devant nos yeux l'histoire de la présence commerciale portugaise en Perse. Les premiers textes sont peu loquaces au sujet de l'action des agents portugais sur les routes

41 Tenreiro, *Itinerario*, f. 68v.
42 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 72r.
43 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 73v.
44 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, ff. 67r et 73v.
45 Resende, "L'image de l'Islam dans la littérature portugaise des voyages", p. 177. Cf. Roberto Gulbenkian, "La légende de David de Sassoun d'après deux voyageurs portugais du XVI[e] siècle", in *Estudos Históricos* (3 vols., Lisbonne, 1995), vol. I, p. 96. Dejanirah Couto, "Arméniens et Portugais dans les réseaux d'information de l'océan Indien au 16[e] siècle", in Sushil Chaudhury & Kéram Kévonian (éds.), *Les Arméniens dans le commerce asiatique au début de l'ère moderne* (Paris, 2008), pp. 171-196, surtout p. 179 et 188. De façon similaire, Figueroa avait à son service un interprète arménien appelé Jusepe Salvador, qui par le passé avait séjourné à plusieurs reprises en Espagne, et qui connaissait bien les chemins de l'Empire safavide. Bavard de nature ("naturalmente era hablador y de buena gana"), le guide, qui avait déjà voyagé par la même route avec Fr. António de Gouveia, informa largement l'ambassadeur au sujet de la Perse (*Comentarios*, vol. I, pp. 281-282, 320 et vol. II, pp. 9-10).
46 Citons la rencontre de D. Álvaro da Costa dans la région de Šīrāz avec un Arménien qui venait d'Espagne et qui voyageait alors au sein d'une caravane: ce dernier donna au groupe de Portugais des nouvelles sur la navigation en Méditerranée (Costa, *Tratado*, p. 52).

et dans les villes safavides, mais les autres récits du XVII[e] siècle font référence à la rencontre de marchands portugais dans les principaux *emporia* de la Perse. C'est encore le cas d'Orta Rebelo et de Fr. Gaspar qui retrouvent quatre commerçants portugais à Lār, en attendant que la route vers Ormuz soit libre et sûre en raison des conflits entre les troupes safavides et les forces du royaume d'Ormuz.[47] D. Álvaro mentionne avoir manqué de peu un voyageur de sa connaissance, appelé Luís Álvares de Lemos, et qui était parti d'Isfahān porteur probablement de nouvelles concernant la guerre turco-safavide.[48] Parfois, les voyageurs font explicitement référence à des agents de renseignement travaillant pour la Couronne. D. Álvaro, par exemple, parle d'un certain Simão Jorge, un *casado* qui avait été chargé d'apporter avec lui des lettres d'Ormuz jusqu'à Alep.[49]

Nous conclurons ainsi ce bref survol de la littérature de voyage portugaise en Perse safavide en soulignant l'incontestable continuité existante entre les différents récits que nous avons cités, sachant que l'ouvrage de García de Silva y Figueroa constitue l'héritier indirect mais manifeste de cette production intellectuelle.

47 Gaspar de São Bernardino, *Itinerario*, f. 71v; Rebelo, "Relação", p. 102. Voir également Costa, *Tratado*, p. 50.
48 Costa, *Tratado*, p. 51.
49 Costa, *Tratado*, p. 54.

Travelling in Safavid Persia: Following in the footsteps of Don García de Silva y Figueroa

CAROLINE MAWER *

In 1617-1619, Figueroa journeyed for two years and one week within the Persia of Shah 'Abbās the First.[1] More than five months of his time was spent actually on the road – initially carrying the Spanish "present of great value"[2] from the Persian Gulf up to Qazvīn; and then moving back south with the Ambassador's travelling "family", to eventually board a ship homewards.[3] Following on from this, Figueroa's narrative is an important – yet underused – source of information about Safavid travel and its supporting infrastructure.

Figueroa effectively made several journeys, separated by more-or-less lengthy stays in a number of the larger Safavid cities.[4] His first journeys – up to Shiraz and then on to Isfahan – are used here to introduce some of the practicalities of Safavid travel. Drawing on fieldwork, there is then a more detailed focus on the route and accommodation between Isfahan and Kashan. The Ambassador's return trip to the coast is briefly considered. Just like Figueroa, there are some pauses along the way: looking first at the speed of travel and the units of distance used in Persia; and then at the litter the Ambassador so often, and so distinctively, travelled in.

Up to Isfahan

This initial section of the paper focuses on the practical details of Safavid travel. It especially considers the formal receptions along the way; the difficulties of procuring beasts of burden; and the fundamental importance of water.

* Independent researcher.
1 Unless otherwise stated, Shah 'Abbās, 'Abbās' or 'the Shah' refers to Shah 'Abbās the First.
2 *Letters received by the East India Company from its servants in the East: Transcribed from the "Original Correspondence" series*, ed. F.C. Danvers & William Foster (6 vols., London, 1896-1902), vol. V, Letter 485, 15 May 1617, p. 250.
3 Unless otherwise stated, 'the Ambassador' refers to Figueroa.
4 See *infra*, Map 1 (p. 341) and Map 2 (p. 343).

The Ambassador's first journeys were from the Gulf coast through the *garmsīr*, or "warm zones", to Shiraz (12th October to 24th November 1617); and then, after a four month interval, on up to Isfahan (5th April to 1st May 1618). The stopping places along this part of the route have already been discussed by Gaube and Floor, and will not be detailed systematically here.[5] Instead, these initial journeys are used as a starting point for an outline of how Figueroa approached a few of the day-to-day challenges of Safavid travel.

As Siroux notes, many of the Safavid-era European travellers have already produced a *luxe*, or perhaps even a surfeit, of details concerning camels and caravans and caravanserais.[6] The focus here is therefore on the topics that especially concerned Figueroa. Although the Ambassador provides some direct and detailed descriptions – for example of the caravanserais, and the various water systems – much of the practical information discussed throughout this paper is gleaned indirectly – for example, when a rider's horse falls down an abyss[7] or an aide is drunk on opium,[8] and this mishap is mentioned because the men involved should have been going on ahead to organise the Ambassadorial lodgings, thereby implying that daily forward-planning was a usual arrangement.

Formal receptions

On initially disembarking near the fort of Comoran, the Ambassador was welcomed by Cacen-Beg, the local governor, accompanied by an honour guard of several officers and some soldiers from the nearby garrison.[9] Figueroa, then aged 57 – "old for the time" and with a white beard and no teeth[10] – had been supplied with a litter, or palanquin. The governor therefore dismounted, "to receive the Ambassador with much politeness", while the Ambassador could only reciprocate by declining to enter his litter until his host had remounted.[11]

5 Heinz Gaube, "Ein Abschnitt der safavidischen Bandar-e 'Abbas - Siraz - Strasse: Die Strecke von Sayyed Gemal ad-Din nach Lar", *Iran*, 17 (1979), pp. 33-47; and Willem Floor, "The Bandar 'Abbas-Isfahan Route in the Late Safavid Era (1617-1717)", *Iran*, 37 (1999), pp. 67-94.

6 Maxime Siroux, *Caravansérails d'Iran et petites constructions routières* (Le Caire, 1949), p. 31.

7 García de Silva y Figueroa, *L'Ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*, trans. Abraham de Wicquefort (Paris, 1667), p. 170.

8 *L'Ambassade*, p. 366.

9 *L'Ambassade*, pp. 48-49.

10 Niels Steensgard, *The Asian trade revolution of the seventeenth century: The East India companies and the decline of the caravan trade* (London, 1975), p. 312.

11 *L'Ambassade*, pp. 48-49.

This litter was, if not a source of confusion, then something of a barrier, at least in Figueroa's initial encounters with the horse-mad Safavids. Three days into his onward journey to Shiraz, coming into Cabrestan in his litter, the Ambassador was presented with a horse – a standard Safavid gift[12] – before the mounted governor led him to his lodgings. There, the Ambassador was sent more presents of all sorts of meats and fruits – as well as the original horse again. Although Figueroa "wanted to refuse, [he] was nevertheless obliged to accept, for fear of being impolite, since all the Persians took offense at any refusal of their presents".[13]

Naturally, the Ambassador did not want to "disoblige" his hosts, especially since he knew that all the towns through which he passed had "express orders" about his reception from the Shah and that they dared not even be thought to skimp.[14] At Lara (Lar), the first town of any substance along the way, the governors specifically requested that Figueroa make his Ambassadorial entry at eight or nine in the morning, as "they wanted to receive him with ceremony".[15] He was by now at last mounted on a horse, at least for his entry into the town, and was treated to what was to become a routine. The formulaic nature of the receptions is illustrated by the very similar, and very splendid, description Herbert gives ten years later of Sir Dodmore Cotton's reception in the same town, "Larr". On that occasion, after meeting "men of note gallantly mounted, with great courtesie":

> near the City a Persian out of a poetic fury thundered us a speech of welcome, and thereupon the Kettle-drums and other their jingling Instruments strove to deaf us. After this a Venus (like in honesty, though not in beauty) atired in an anticke fashion, presents her self, accompanied with more Sylvans, where they danced Lavoltoes, their arms and legs were adorned with Bels, which with the other music, made a comfort. During this Anticke, Bacchus (a great deity among those people) crept in amongst them: so that the jangling of their discording pipes; the Whoores bels, roaring of the Mules and Asses, with the shouting and clamour of 2000 people all the way before us till we entered Larr, so amated us, that had Vulcan and his Cyclopes beene working there, there noise had been prevented. After we were lodged, they without more ceremony (tired, I suppose, with the former) left us.[16]

In Kashan, further along the way, the governors were quite explicit about the promotional element to the receptions: asking the Ambassador to enter their town in the daylight, so that all their preparations and expenditure would be visible.[17] All the

12 Figueroa was gifted several horses: e.g. *L'Ambassade*, pp. 306 and 369.

13 *L'Ambassade*, pp. 54-55.

14 *L'Ambassade*, p. 208.

15 *L'Ambassade*, p. 64.

16 Sir Thomas Herbert, *A relation of some yeares travaile, begvnne anno 1626: Into Afrique and the greater Asia, especially the territories of the Persian Monarchie* (London, 1634), p. 52.

17 *L'Ambassade*, pp. 207-208.

way up to Qazvīn, Figueroa was "obliged" to mount a horse for formal entries into towns; even when he had lodged outside for several days and had already met many of the principal inhabitants, as well as having seen – and been seen by – large numbers of the less advantaged.[18]

Poor Figueroa – who especially disliked the hot sun, and the dust inevitably raised by huge crowds of people[19] – increasingly complained of how he would prefer to "sleep"[20] or "undress and rest"[21] after the preceding night's travel. Even after the formal audience and presentation of the Spanish gifts in Qazvīn, the Ambassador could not completely escape the doubtful pleasures of the receptions. In 1619, Figueroa was "expressly directed" by Shah 'Abbās to take part in the welcome of the Mughal ambassador, Khan 'Alam, into Isfahan. 'Abbās even provided elaborately adorned horses from the royal stables for some of the Spanish ambassador's entourage. Figueroa, heading up a contingent of diverse foreigners, submitted to be led out into the crowds by the *Mehemandar*. With the Shah apparently galloping hither and thither, and always somewhere elusively in front, Figueroa finally lost patience, went home, and got undressed. When he was summoned again; he took some persuading to redress, remount, and attend upon the Shah at a garden feast.[22]

Beasts of burden

Although Shah 'Abbās had ordered that the Ambassador's party should have all the necessary provisions freely supplied;[23] in practice Figueroa had to grapple with some of the same practical problems which traders from the maritime companies would face from around 1620, when silk started being regularly traded southwards from Isfahan, along the "Cape route".[24]

The first of these problems was the obtaining of sufficient pack-animals. At least 400 camels and other beasts of burden were apparently "necessary" for all the personal baggage of Figueroa and his party, and the Friars he had agreed could accompany him, plus the many presents for the Shah.[25] Since one camel driver was required for each file of eight or ten camels "tied one to the other",[26] this meant around 50 of these "insolent people"[27] had to be hired. Horses, in addition, had to be purchased for the servants.[28]

The Ambassador had written from Hormuz to warn the Governors of Bandel, Lar and Shiraz of his arrival and requirements, and had been advised that the camels and the rest of the equipment were ready; but after Figueroa actually landed, he had to wait seven days "in the inconvenience of the heat", since all the camels had been sent away to graze elsewhere.[29] This was in fact more than reasonable. All beasts of burden and especially camels need significant areas of land to graze.[30] Siroux suggests that a large caravan might sometimes require many weeks to organise, so the delay was perhaps not as long as it might have felt to the sweltering Spaniard.[31]

Other delays along the way were less acceptable. Some towns exploited the right they had to insist that camels must be changed when caravans passed through.[32] In Shiraz Figueroa explicitly blamed the "finesse and malice" of Alibeg (the powerful Lieutenant of Emāmqolī Khan), when more than 150 loads of pepper (part of the present for the Shah) had to be left behind due to a lack of camels.[33] The East India Company (EIC) agents had similar problems: Edward Pettus spent 17 or 18 days in Mogustan in 1617, "earnestly importunat[ing]" for camels, "sometimes by threats, other sometimes fairly", whilst the Sultan there "from day to day he fed us with good words". When the agents had only just enough money left to get to Lar, it was "made known" that they could "procure [their] despatch" with two pieces of cloth, each worth about 13 pounds. Pettus admitted that "Somewhat dearer than ordinary we paid for camelhire, by reason we were strangers and knew not their custom", and optimistically hoped that "The next year it will be remedied".[34] Any expectation that Figueroa might pay over the odds was surely bolstered by his agents, shortly before

18 For example in Isfahan: *L'Ambassade*, p. 180.

19 For example in Lara: *L'Ambassade*, p. 66 (and in Qazvīn p. 297). See also Olearius (Adam Olearius, *The Voyages & travels of the ambassadors sent by Frederick Duke of Holstein, to the Great Duke of Muscovy, and the King of Persia* [London, 1662], p. 265) who writes, on entering Isfahan, of how the dust was "so thick, that we were to the Gates, before we imagined we could have seen the Citie".

20 In Kashan: *L'Ambassade*, p. 208.

21 In Qom: *L'Ambassade*, p. 219.

22 *L'Ambassade*, pp. 295-297.

23 *L'Ambassade*, pp. 64-65.

24 Rudolph P. Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600-1730* (Cambridge, 1999) p. 47; Edmund M. Herzig, "The Volume of Iranian Raw Silk Exports in the Safavid Period", *Iranian Studies*, 25, 1-2 (1992), pp. 62, 73.

25 *L'Ambassade*, p. 51. In comparison, Sir Dodmore Cotton's 1628 Embassy was "furnisht with 29 Cammels, and twelve Horse": Herbert, *A relation of some yeares travaile,* p. 51.

26 Olearius, *The Voyages & travels of the ambassadors,* p.252. Jean-Baptiste Tavernier, *Les six voyages de Jean-Baptiste Tavernier..., qu'il a fait en Turquie, en Perse, et aux Indes* (2 vols., Paris, 1676), vol. I, p. 109 says that Persian camels always walk in groups of seven.

27 Tavernier, *Les six voyages*, vol. I, p. 108

28 *L'Ambassade*, p. 52.

29 *L'Ambassade*, pp. 47-48, 49, 51-52.

30 When the Friars travelling with Figueroa were lost in the desert on 14th/15th November 1617, they came upon 30 or 40 camels grazing and gratefully realised they must be somewhere nearby the caravan – but still had to ride "une petite lieue" to get back to the tents. *L'Ambassade*, p. 89.

31 Siroux, *Caravansérails,* p. 33.

32 Tavernier, *Les six voyages*, vol. I, p. 674, refers to this with reference to Lar.

33 *L'Ambassade*, pp. 110, 138-140.

34 *Letters received by the EIC*, vol. V, Letter 497, 2 June 1617, p. 287.

his arrival, reportedly being "enabled with means of money and commission to spend, which they had not so largely before his arrival".[35] By the time of his return journey in 1619, the Ambassador had certainly worked out (at least one of) the scams perpetrated against him in Shiraz. However, even attempting to purchase the help of the governor there was ineffective – since the "cake" was apparently "shared", and the Ambassador still wasted fifteen days in the town.[36]

Water

The "commodity of water, which one doesn't find everywhere" fundamentally regulated the daily stages of the caravans.[37] Even when there was water, Tavernier describes how "one of the greatest inconveniences" for a traveller was waiting perhaps two hours for all the many animals in a caravan to be watered, before the people could collect their own supplies.[38]

Figueroa, as an Ambassador, of course never had to wait for water;[39] and instead reported with interest on the various water-related technologies that he saw in the *garmsīr*. There were sweet-water wells at Bandel; but after that, all the way to Shiraz, water was stored in cisterns.[40] Since the rains that filled these reservoirs were so infrequent,[41] and patrons preferred to build anew rather than repair or clean,[42] the tanks often contained silt and mud. The "Arabs" had however invented a "very convenient Machine": a skin, with strings like a "purse", to draw up clean water from the surface of any reservoir[43] – although this didn't remove any of the Guinea worms, which still needed to be sieved or boiled out.[44]

Not only was the water in the cisterns surprisingly "fresh",[45] the structures could also act as refuges against the heat of the day. In Lar, after Figueroa eventually obtained the necessary camels,[46] he dined in the central vault of a cruciate cistern while his tents were folded and packed. Each 50 foot (15 metre) arm of the cross was open for public access to the water, so the local poor begged, loudly, for alms while the Ambassador sat on the stone benches inside, evidently with his feet dangling in the shallow water.[47] Olearius, less publicly, retreated into cool domestic ice-houses in Qazvīn.[48]

As well as the cisterns, there were "canals";[49] fed notably at Tangotalan, south of Lar, by an "aqueduct" bringing water from one mountain, and "cut through the bottom" of "another tow'ring hill" – as Herbert described it.[50] Some servants of Figueroa walked along the large underground passage, which doubled-up as a temperate road through which to seek out provisions from the nearby villages.[51]

From Isfahan to Qazvīn

After his arrival in Isfahan, the Ambassador had to wait for the Shah's order before he could continue northwards to Qazvīn. When this was received, the necessary travel arrangements were apparently smoothed over with the capable help of Totan-beg, the Criminal Judge for Isfahan.[52] Figueroa then left Isfahan on 28th May 1618, arriving in Kashan on 4th June, and Qazvīn on 14th June.

This part of the paper draws on my fieldwork to especially focus on the route and halting places along the section of the Ambassador's journey between Isfahan and Kashan.

Kashan, 150 km to the north of the official capital of Isfahan, was not only on the road to the former capital, Qazvīn; but also on one of the routes to Ashraf and Farahabad (effectively the "new capitals", after their founding in 1611-1613).[53] It was well known as a favourite place for Shah 'Abbās. Gouvea, travelling with 'Abbās in 1602, writes of how "the king is very fond of this town and she merits it well because it is impossible that the elation with which [the Kashanis] receive him could

35 *Letters received by the EIC*, vol. V, Letter 485, 15 May 1617, p. 252.
36 *L'Ambassade*, p. 348.
37 Tavernier, *Les six voyages*, vol. I, p. 109.
38 Tavernier, *Les six voyages*, vol. I, pp. 113-114.
39 Tavernier also avoided this problem on his last voyage: he took along his nine-year old nephew to learn Oriental languages and "to accustom him to the fatigue of the journeys". Mounted on an alluring donkey, this boy was sent to ask, prettily, if he could jump the queue: Tavernier, *Les six voyages*, vol I, p. 114.
40 *L'Ambassade*, p. 52. Oxen were used to draw water at the brackish wells of Lara: p. 69.
41 There was "sometimes" no rain for 2 or 3 years at a time in Lara: Tavernier, *Les six voyages*, vol I, p. 676.
42 Floor, "The Bandar 'Abbas-Isfahan Route", p. 69: citing Fryer: "they will have the Repute of an entire Founder, or none".
43 *L'Ambassade*, p. 53.
44 Floor, "The Bandar 'Abbas-Isfahan Route", p. 69.
45 *L'Ambassade*, pp. 60, 70, 77.
46 Despite the "continual" representations of Figueroa, his party waited 12 days for camels: *L'Ambassade*, p. 77.
47 *L'Ambassade*, pp. 77-78.
48 Olearius, *The Voyages & travels of the ambassadors,* p. 252.
49 *L'Ambassade*, pp. 83 and 171.
50 Herbert, *A relation of some yeares travaile*, p. 51 names the place as "Tangee-Dolon".
51 *L'Ambassade*, pp. 60-61. Some remnants of this were still visible in 1979: Gaube, "Ein Abschnitt", p. 43.
52 *L'Ambassade*, p. 203.
53 Charles Melville, "From Qars to Qandahar: The itineraries of Shah 'Abbas I (995-1038/1587-1629)", in J. Calmard (ed.), *Etudes Safavides* (Paris & Tehran, 1993), p. 213 and reference 65.

come from anything but a very cordial love that these vassals have for their King".[54] The town was also an important commercial centre in its own right:[55] Figueroa described the "good humour" of the Kashanis as resulting from their "great riches, which they have amassed in the commerce of all sorts of silks".[56] The route between Isfahan and Kashan was therefore, and unsurprisingly, richly documented by numerous European travellers.[57] The journey was also the single most frequent for that most mobile of rulers, Shah 'Abbās – in each of the different phases of his reign.[58] The first part of the "Solemn Pilgrimage" of Shah 'Abbās from Isfahan to Mashhad in 1601 was up to Kashan;[59] and my own recent on-the-ground retracing of that pilgrimage[60] allows me – to some extent – to follow the fieldwork methodology that Gaube used, and Floor commended, in their explorations of the trade route from Bandar-e 'Abbās to Isfahan (the southernmost part of Figueroa's journey).[61] This paper therefore now discusses each halt on the way to Kashan.

Masjid-i Tuqchi and Dolabat

In the evening of Sunday 28th May 1618, the Ambassador left his lodgings in the city of Isfahan and travelled "in the company of the Governors and several other persons of quality" to a "Mosque near the walls of the city". He stayed that night and the following day in "one of the rooms of the houses which adjoined the mosque". Tents were erected nearby for his servants, while the Ambassador waited for enough camels and horses to be assembled for his party and their baggage.[62]

This mosque is most likely the Masjid-i Tuqchi, now replaced by a large roundabout.[63] The nearby Tuqchi Gate was the usual exit or entry point for groups travelling between Isfahan and Kashan.[64] Shah 'Abbās stayed in or near the Masjid-i-Tuqchi on the walking pilgrimage in 1601;[65] and even as late as 1717, John Bell of

[54] António de Gouvea, *Relation des grandes guerres et victoires obtenues par le Roy de Perse Cha Abbas...* (Rouen, 1646), p. 149.
[55] Matthee, *The Politics of Trade,* p. 19.
[56] *L'Ambassade*, p. 216.
[57] For example: Charles Melville, "Shah 'Abbas and the Pilgrimage to Mashhad", *Pembroke Papers*, 4 (1996), Table 4.
[58] Melville, "From Qars to Qandahar", Figures 1, 2 and 3.
[59] Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas the Great: Tārīk̲-e 'ālamārā-ye 'Abbāsī by Eskander Beg Monshi*, trans. Roger M. Savory (2 vols., Colorado, 1978), p. 800.
[60] Caroline Mawer, "Shah Abbas: His 1000 km Walk Retraced", Electronic resource: http://www.carolinemawer.com/shah-abbas
[61] Gaube, "Ein Abschnitt", pp. 38-47; Floor, "The Bandar 'Abbas-Isfahan Route", p. 67.
[62] *L'Ambassade*, p. 203.
[63] See image at: http://www.carolinemawer.com/shah-abbas/isfahan-6.php
[64] Personal communication, April 2008: *Miras Farhangi* staff in Isfahan.
[65] Melville, "Shah 'Abbas and the Pilgrimage", p. 199.

Antermony "lodged in a palace, called Tuchtzy, belonging to the Shach [then Soltān-Hosayn]", when he entered Isfahan.[66]

On 29th May, the Ambassador's group travelled to the village he named as Dolabat,[67] where there was a "little house of the King". This had a single large room, encircled by four galleries and another small cabinet, all painted in an *ancienne* manner, with scenes of hunting, feasting and "women dancing, in the way they dance today in Persia".[68]

As for the previous halt, this site is now a large roundabout with no signs of any old buildings. However, Shah 'Abbās certainly used the location that Eskander Beg calls Dowlatābād for his own[69] and other dignitaries[70] ceremonial entries into Isfahan. It was, in addition, a staging place for military expeditions;[71] and the place from where members of the royal court were invited to join 'Abbās on his 1601 walk to Mashhad.[72] The evening before the latter occasion, Sefer Muratowicz, an Armenian trader sent to Iran by the King of Poland,[73] describes a private meeting with Shah 'Abbās which was perhaps in the same royal house that Figueroa visited. Muratowicz was impressed by the décor in the "magnificent" hall[74] – perhaps he saw the same paintings that Figueroa noticed in 1618.

Two unnamed caravanserais

On 30th May, the Ambassador sent the main *Caravane* off one or two leagues in advance, with the whole party eventually lodging at a half-ruined caravanserai. Since there were tents and Figueroa could sleep in his litter, the fact that the local water was bad was potentially much more significant than any problem with the

[66] John Bell, *Travels from St. Petersburg in Russia to diverse parts of Asia* (Glasgow, 1763), p. 95.
[67] *L'Ambassade*, p. 258 has this as *Dolatabad* on his return journey. Bell (*Travels from St. Petersburg*, p. 95) stayed at "Davilettabbatt" in 1717.
[68] *L'Ambassade*, p. 204.
[69] For example, in 1589-1590: Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas,* p. 602.
[70] For example, in 1611-1613, when the Uzbeg Khan, Vali Mohammad entered Isfahan: Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas,* p. 1044.
[71] For example, in 1603 the Shah spent the first night of his campaign to reconquer Azerbaijan and Sirvan at Dowlatābād: Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas,* p. 828.
[72] Melville, "Shah 'Abbas and the Pilgrimage", p. 199.
[73] Muratowicz was charged with the purchase of various sabres, tents and other fabrics, and most especially with overseeing the production of some carpets specially woven to include the national emblem of Poland and the Vasa coat of arms. Maria Szuppe, "Un marchand du roi de Pologne en Perse, 1601-1602", *Moyen Orient & Océan Indien*, 3 (1986), p. 82.
[74] The merchant writes of being accompanied "half a league" (not 3 leagues) to an "orchard" outside Isfahan. Szuppe claims that this meeting was at the Čehel Sotun, but this had not yet been built. Szuppe, "Un marchand du roi", p. 98.

lodgings. Luckily the group had brought plenty of water (and the all-important ice for refreshments) with them from Isfahan, and so were not significantly inconvenienced. The next day, 31st May, the group stopped at a much more comfortable caravanserai. This had a seductively beautiful spring "just at its entrance", with clear and seemingly fresh water. However, all those who drank were struck down with terrible headaches.[75]

Since the Ambassador gives no distances or place-names here, it is difficult, even drawing on the accounts of other Safavid-era travellers and Siroux's multiple documented routes out of Isfahan,[76] to definitively identify these two caravanserais. The first "half-ruined" caravanserai is especially challenging to locate, but might perhaps be della Valle's "Ric", which was also half-ruined.[77] Supporting this idea, Stodart's "Rige" (in 1628) had "noe goode water but brackish".[78] Alternatively, Figueroa's party might perhaps have stayed in Dombi – as Olearius did (twice) in 1637.[79] Siroux describes the caravanserai there as having been modified in the reign of Shah 'Abbās – presumably after Figueroa's visit in 1618. The water supply at Dombi is now from a *qanāt* (subterranean water canal), replacing a "gutter" carrying the briny local water.[80]

Figueroa's caravanserai with the noxious spring may well be Sardahan. This would fit with Siroux's description of the Sardahan caravanserai as being sited on the edge of a large travertine deposit, formed by springs which only dried up in 1958.[81] Della Valle, travelling less than five months before Figueroa in 1618, was impressed by how, although the "Serdehe" caravanserai was completely isolated in the mountain landscape, the "Master [there]... always has with him the necessary provisions for those who pass on this route".[82] Ten years later, Stodart (visiting with Sir Dodmore Cotton) was much less positive, although this may have had something to do with the man he saw "stacked [staked i.e. impaled]" there.[83] Shah 'Abbās (in 1601)[84] and

75 *L'Ambassade*, p. 204.
76 Maxime Siroux, *Anciennes voies et monuments routiers de la region d'Ispahan* (Le Caire, 1971), pp. 15-25.
77 Pietro della Valle, *Les Fameux voyages de Pietro della Valle, gentil-homme romain...* (4 vols., Paris, 1661-1665), vol. III, p. 190.
78 Robert Stodart, *The Journal of Robert Stodart: Being an account of his experiences...* (London, 1935), p. 45.
79 Olearius, *The Voyages & travels of the ambassadors,* pp. 265 and 383.
80 Siroux, *Anciennes voies*, p. 147.
81 Siroux, *Anciennes voies*, pp. 23 and 167. Travertine is a form of limestone especially associated with geothermal springs – which might account for the noxious quality of the water.
82 Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, p. 190.
83 Stodart, *The Journal of Robert Stodart*, p. 45. See also: Herbert, *A relation of some yeares travaile*, p. 91.
84 Melville, "From Qars to Qandahar", p. 200.

Olearius (1637)[85] also both lodged at Sardahan. Although Siroux describes Sardahan as a "name still famous [...] one of the rare places shown on the maps", I had unusual difficulty in locating it.[86] Once traced, however, it still looks pleasingly like Siroux's notion of a lost Italianate palace, even if the "spectacular masterpiece" is now "an irremediable ruin".[87]

Tajurabat

Figueroa then travelled on 1st June to another caravanserai, in a small village he named as Tajurabat.[88] Kleiss suggests that this corresponds to the Robat-e-Sang.[89] Although the caravanserai was "very convenient and habitable", the Ambassador decided that he would prefer to lodge – for both himself and "his people" – in a nearby and "very beautiful garden of the King".[90]

This garden had within it a house which, while small, was "one of the most beautiful things which we have ever seen". It was only 25 paces square, "including the thickness of the walls", and the principal room was only "8 by 10 feet [2.5 by 3 metres]".[91] The walls were embellished up to a height of 10 feet [3 m] with paintings – "without comparison, more finished than one usually sees in Persia" – within a golden frieze. Above all this, the arches of the azure and gold ceiling were decorated "with so much éclat" that it bedazzled the viewer's eye. The central room was surrounded by four even smaller galleries, each with similarly sumptuous decoration. There were multiple doors and glass windows illuminating the space – but the snugly fitting wooden surrounds meant that the rooms were warm even in winter. This stunning building was situated in a very large garden, "planted with all sorts of fruit trees, [with] many planes and alders" providing a most delightful shade. There was some "precocious" fruit, most notably some "admirable" white mulberries; and, here and there, fountains and little ponds were dotted about.[92]

Pietro della Valle, dining with his wife Ma'ani at "Tagiabad" on their journey to Mazanderan, was much less impressed, writing that the *pavillon* was smaller, less

85 Olearius, *The Voyages & travels of the ambassadors*, p. 383.
86 Siroux, *Anciennes voies*, pp. 167-168. Sardahan is located off the southbound carriageway of the modern road (on the other side of a large hill than the northbound carriageway).
87 Siroux, *Anciennes voies*, p. 168 – and see: http://carolinemawer.com/shah-abbas/isfahan-12.php
88 *L'Ambassade*, p. 204. On the return journey, Figueroa has this as *Iajuc abad*: p. 257.
89 Wolfram Kleiss, "Die Safavidische Palastanlage von Tādjābād", *Archäologische Mitteilungen aus Iran*, 27 (1994), p. 289; Wolfram Kleiss, *Karawanenbauten in Iran* (6 vols., Berlin, 1996-2001), vol. III, p. 94.
90 *L'Ambassade*, p.204. Della Valle stayed in this caravanserai when returning to Isfahan: Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, p. 584.
91 Kleiss measured the diameter of the central room of the "castle" at 5.25 m. Kleiss, "Die Safavidische Palastanlage von Tādjābād", pp. 291-292.
92 *L'Ambassade*, pp. 204-206.

beautiful and must surely have been much cheaper than that over the entry to the royal palace in Isfahan. Although he may perhaps have seen an incompletely gilded version, della Valle was also critical of the paintings, claiming that "the ignorance of the workmen is such that all they do is only a caprice, and without any design". Della Valle did, however, agree that the gardens, and especially the alleyway "garnished" with cypresses, the "agreeable" pools, and the "sweetly murmuring" cascades of water were extraordinarily beautiful.[93]

Figueroa was clear that, when he visited, the house had only just been completed and the gardens recently planted.[94] Although both Eskander Beg[95] and, much later, Kleiss,[96] describe the complex as including bath-houses; Figueroa says that the small pools in the gardens had to be used for bathing, since the larger ones had not yet been constructed.[97] Something, however, certainly existed at what Eskander Beg called the Bag-e Tajabad as early as November 1608. Then, 'Abbās' vizier, Hatem Beg, and a few of the latter's retainers had to forcibly break up a brawl there at the end of "a formal assembly and a serious discussion".[98]

Abasabat and the Emansade

The Ambassador left Tajurabat on 2nd June, a little after sundown. As for the previous two days, the party was travelling along a route which, although mountainous, would easily have taken a carriage if, as Figueroa writes, they had been accustomed to such vehicles in this part of Asia. It was after midnight when the Ambassador arrived at another royal garden, named as Abasabat.[99]

This halt is not mentioned by the other Safavid-era European travellers I have consulted. It is however surely the "Bag-e Abbasabad between Natanz and Kashan" included in Eskander Beg's list of Shah 'Abbās' Public Works[100] and documented by Kleiss as being 28 km north-west of Natanz.[101] The location is now perhaps best known for being the nearest village to the infamous local nuclear plant;[102] but in 1986 Kleiss recorded a tri-partite Safavid "castle", a watermill, and two other buildings on the site.[103] Figueroa seems to have arrived before the construction was completed. He describes the gardens as having been planted even more recently than those at Tajurabat, while the single building then extant only afforded shelter for himself, in an "alcove"; which might perhaps be the garden *iwan* that Kleiss describes in such detail.[104] In 2008, 170 million rials were allocated to the renovation of the "palace", most especially its ceiling.[105]

93 Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, pp. 191-192.
94 *L'Ambassade*, pp. 205-206.
95 "At Natanz, the Bag-e Tajabad, with court buildings, upper chambers, bathhouses" is included in the list of Shah 'Abbās Public Works: Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas,* p. 537.
96 Kleiss, "Die Safavidische Palastanlage von Tādjābād", p. 295.
97 *L'Ambassade*, p. 205.
98 Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas,* p. 973.
99 *L'Ambassade*, p. 206.
100 Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas*, p. 537.
101 Wolfram Kleiss, "Schlösser und Herrensitze auf dem Lande aus safavidischer und qadjarischer Zeit", *Archäologische Mitteilungen aus Iran*, 20 (1987) p. 345.
102 See: http://www.iranwatch.org/privateviews/NCRI/ncri-newsecretnuclearsite-092707.htm

After leaving Abasabat, Figueroa moved on through the mountains. Shortly after sunset on 3rd June, members of the Ambassador's party caught sight of a large beast, so fearlessly unmoving on the path in front, that some of the group decided to give chase and, "as usually happens, there are some people who persuade themselves that they have seen what they have not in fact seen". These fellows came back to say the creature was a Lion, or perhaps even a Tiger, whilst others who claimed to have seen it more distinctly were sure that it was simply one of the many wolves known to thrive in the area.[106]

In the early hours of 4th June 1618, the party arrived at a third royal garden, this time named as Emansade and so presumably linked to an *emāmzāda*, or Shi'ite shrine. The building there was also not complete and, despite the large canal of good water, there were very few, and very small, trees. Figueroa describes how the whole party was "strangely persecuted" by a tiny white insect, so small as to be almost imperceptible. The neck, face, hands and arms of anyone trying to sleep were attacked, and the sensation – "as if they were on fire" – was so disturbing that any rest was impossible. At first the Ambassador put all this down to "bad air", but a local man showed him "buttons" of insect infestation at the base of the leaves of some of the young mulberry trees.[107]

Melville suggested that this halt might be the same "Imamzada" used by Shah 'Abbās on his 1601 walk, and surmised that the latter might be "the shrine of Salih b. Musa al-Kazim, incorrectly positioned".[108] Whether or not this is true for 'Abbās, the latter is surely not where Figueroa stayed. The Ambassador provides much detail about the mountainous nature of the route he took[109] while the shrine Melville referred to is on the modern roadway to the east of the mountains, on the flat edge of

103 Kleiss, "Schlösser und Herrensitze", pp. 345-351.
104 This was 5.9 by 5.5 m, and 8.1m high. Kleiss, "Schlösser und Herrensitze", pp. 350-351. Abb. 7.
105 See: http://www.nitc.co.ir/iran-daily/1387/3178/html/iranica.htm#s320001
106 *L'Ambassade*, pp. 206-207.
107 *L'Ambassade*, p. 207. A similar infestation was noted just south of Saba: pp. 225-226.
108 Melville, "Shah 'Abbas and the Pilgrimage", pp. 203-205. Della Valle stopped at this shrine: Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, p. 192.
109 *L'Ambassade*, pp. 206 and 208.

the desert. In fact, since many followers of Imam Reza died locally,[110] there are – confusingly – more than forty *emāmzādas* to choose from in the immediate area.[111]

During the day of 5th June, the governors of Caxen (Kashan) sent a messenger – bearing gifts of two *charges* of fruit, one of snow (available year-round from the nearby mountains[112]), and various other refreshments more than welcome to Figueroa in the "great heat of the season". The messenger again asked the Ambassador to make his entry into the town in the daylight.[113]

Kashan and up to Qazvīn

After a suitably timed entry into Kashan; Figueroa was lodged comfortably in the town, in a building near the Maidan which was substantial enough to accommodate a large part of his travelling "family" – the others were sent to a nearby, high quality caravanserai.[114]

The Ambassador then spent two days being entertained. Rams and, the local speciality, huge bulls were set to fight each other. As Figueroa watched from a gallery, crowds of ferociously partisan male spectators battled with each other, and rows of veiled women howled in victory or defeat, as appropriate. A troop of fine-looking women he had seen as part of his initial reception, now loaded down with precious stones, danced for him. There was even a guided tour of – at least part of – the "Serrail, or retreat for the [Shah's] women".[115]

After Kashan, there were nine more halts before Qazvīn. With no more royal gardens to lodge in, the Ambassador had to cope with the sulphurous[116] and "insupportable"[117] heat of June and the "virtually pestilential" local water[118] in the caravanserais and simple village houses along the way.

There were other challenges too. On 6th June, the "least poor" inhabitants of the badly-off village of Cencem approached Figueroa for help with an epidemic that had already killed thirty of the villagers: the Ambassador declared the "extravagant"

110 A local military engagement around the time of Imam Reza's martyrdom in 818 claimed the lives of two of the Imam's brothers (or perhaps cousins). Other followers settled, and died, nearby. Personal communication, November 2008: Deputy Mayor of Badrood.
111 Personal communication, November 2008: *Miras Farhangi* staff in Natanz.
112 *L'Ambassade*, p. 216.
113 *L'Ambassade*, p. 208.
114 *L'Ambassade*, pp. 209-210.
115 *L'Ambassade*, pp. 209-215.
116 *L'Ambassade*, p. 217.
117 *L'Ambassade*, p. 224.
118 *L'Ambassade*, p. 228. See also p. 218.

chatter and black marks on the skin of the affected as signs of a "malign fever", and sensibly recommended that they request the help of a doctor from Kashan.[119]

Arriving at Com (Qom), on 8th June, there was a men-only formal entry into the bustling and well-built town. Figueroa laughed at the naïveté – it's not clear exactly whose naïveté he was referring to – especially since, although he was told by a man that the ladies had stayed away out of respect for the local Saint,[120] a crowd of women of all ages subsequently clambered through a hole in the garden wall of the house where he was staying, both to "see the Foreigners" and also to benefit from the "good sum of money" that the Ambassador distributed.[121]

Figueroa was interested to see the – supposedly "magic" but definitely "smoking" – mountain of Gia Farabat, stopping his litter to inspect this during the moon-lit night of 8th/9th June. He deflated the "unbelievable and fabulous" tales of some Armenians in his employ, even after two of his "most valiant" servants apparently confirmed that the peak could never be climbed, when "the earth disappeared" beneath the hooves of their horses: the always-rational Ambassador simply saw parallels with volcanic phenomena he was already familiar with.[122]

Four days later, Figueroa arrived in Casbin (Qazvīn) "with the present that he had brought from Spain for the King ['Abbās]". By then, he had "so much impatience" to complete his task, that he immediately ordered the bundles unpacked and set in order for the presentation. Given that the Safavid court "used panoply to display its power and [...] measured the importance of visiting embassies by the same criterion";[123] the Ambassador's wish to minimise the *embaras* on the day of the audience (by sending the presents off immediately) was somewhat surprising. However, despite Figueroa's eagerness, Persian etiquette triumphed – and, two days later, 600 men paraded all the various gifts in front of the Shah.[124]

There was then a (six week) stay in Qazvīn apparently so unremarkable that no further details are given beyond those concerning the audience with the Shah.[125]

119 *L'Ambassade*, pp. 217-218.
120 Figueroa said this was "Lela, grand-daughter of Mahomet, and daughter of Aly and Fatima". Of course the shrine is actually dedicated to Fātema Ma'suma, the sister of the eighth Shi'ite Imam, 'Ali Reżā. *L'Ambassade*, p. 220.
121 *L'Ambassade*, pp. 218-223.
122 *L'Ambassade*, pp. 223-225.
123 Matthee, *The Politics of Trade,* p. 98.
124 *L'Ambassade*, p. 230-241.
125 *L'Ambassade*, p. 141.

Distance and speed of travel

A short digression here considers speed and distances. Figueroa's ten-year embassy has been described as "the most leisurely on record";[126] and he only occasionally included specific distances in his narrative. However – and especially for the trade that the Ambassador was charged with redirecting towards Spanish merchants[127] – an understanding of the distances involved, and the speed of any journey, is essential.

The EIC agent, Pettus, in 1618 gave the distance between the coast and Isfahan as 550 or 560 miles (c. 900 km); and reckoned that, including a rest allowance of two or three days, this could be covered by a horse in 30 days – so, at around 30 kilometres daily. An ass would take 40 days and a camel 45 days.[128] Tavernier agreed that camels, although the cheapest option, were slow – suggesting that horse caravans were twice as fast, while men travelling with no merchandise could travel four times faster.[129] In 1665, Tavernier's journey from the coast to Isfahan took 40 days;[130] while Kaempfer, travelling with an EIC caravan in 1685, took 37 days.[131]

Ambassadors usually travelled slowly;[132] and Figueroa – delayed especially by his difficulties in getting pack-animals and permissions – spent 36 days just getting from the coast to Shiraz,[133] plus another 14 days travelling from Shiraz to Isfahan.[134] In 1701, the Dutch Ambassador spent even longer on the road.[135]

Always, speed varied depending on who was trying to do what. Shah 'Abbās himself was a famously "itinerant" ruler[136] – travelling up to a maximum of 4500 km in 1591-1592.[137] On each of his thirty-odd annual moves,[138] he generally covered 34-45

126 *Letters received by the EIC*, vol. V, p. xvi.
127 Steensgard, *The Asian trade revolution*, p. 312.
128 R. W. Ferrier, "An English View of Persian Trade in 1618: Reports from the Merchants Edward Pettus and Thomas Barker", *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 19, 2 (1976), p. 195.
129 Tavernier, *Les six voyages*, vol I, pp. 107-108.
130 Tavernier, *Les six voyages*, vol I, pp. 653-656, 668-673 and 676-681. This included eight days in Shiraz, and four in Lar.
131 Floor, "The Bandar 'Abbas-Isfahan Route", n. 23. Matthee, *The Politics of Trade,* p. 52 says that the journey generally took 35 days.
132 Floor, "The Bandar 'Abbas-Isfahan Route", p. 70.
133 This included a 12 day wait in Lara; and one rest day.
134 With an intervening three month delay in Shiraz. His return was slightly faster: 13 days Isfahan to Shiraz, 28 days Shiraz to the coast – including 7 days waiting in Lar; with an additional 13 days in Shiraz.
135 58 days from the coast to Isfahan, and 53 days returning: Floor, "The Bandar 'Abbas-Isfahan Route", p. 70.
136 Melville, "From Qars to Qandahar", p. 222.
137 Melville, "From Qars to Qandahar", p. 220.

km/day.[139] He could, however, travel much faster. Della Valle wrote of how the Shah "often goes alone, travelling with two or three others, travelling rapidly on the fastest horses, with which he often does thirty days journey or more in five or six days".[140] Using Yazdi's astrolabe, 'Abbās was clocked at an impressive 13 km/hr between Shiraz and Yazd: spending 28 hours and 39 minutes in the saddle, "very good going for a party of horsemen", especially since his mare was pregnant.[141] Even faster times could be achieved by the Shah's "special messengers".[142]

Assessment of speed is of course dependant on distance measurement. The Safavids generally used the *farsakh* as their distance-unit, and this is explicitly defined at just under 6 km.[143] For the 1601 pilgrimage, Yazdi used a (*tanab*-length: c. 40 m) measured rope to quantify each daily walk; and this was confirmed as part of my fieldwork as both exact and surprisingly easy to use. The single stage of the 1601 pilgrimage that can be definitively checked using Google Earth is quite accurate.[144]

In practice, however, Houtum-Schindler is clear that the popular *farsakh* may vary with the area (in the plains of Khorasan it is proverbially "as long as the intestines of 'Omar"); the gradient (shorter in hilly areas); whether one is on horseback or not (shorter for pedestrians); and even, for one Kurdish gentleman, the behaviour of his shoelaces (when they needed tying, he had walked one *farsakh*).[145]

Corresponding with Melville's idea that European estimates of distances should be treated with "even greater caution" than those from Persians,[146] Figueroa's *lieues* (leagues) seem not always to be a fixed entity: for example, he writes of his journey on 16th November 1617 as being "only four leagues, or five small ones".[147]

In contrast, della Valle, as usual keen to "let nothing pass", makes his own "little digression" in his voluminous text to define *lieues* as equivalent to, and "still call[ed]

138 Melville, "From Qars to Qandahar", p. 219.
139 In 1607: Melville, "From Qars to Qandahar", p. 208; with 40 km/day in 1611, p. 213; and 37 km/day between Ashraf and Isfahan, p. 214.
140 Della Valle, quoted in Melville, "From Qars to Qandahar", p. 198.
141 Melville, "From Qars to Qandahar", pp. 205-206.
142 Melville, "From Qars to Qandahar", p. 208.
143 M. Ismail Marcinkowski, *Measures and weights in the Islamic world: An English translation of Walther Hinz's handbook* (Kuala Lumpur, 2003) p. 91.
144 Caroline Mawer, "Measuring with a rope: Trialling the *tanab*", Electronic resource: http://www.carolinemawer.com/shah-abbas/measuring-with-a-rope.php
145 A. Houtum-Schindler, "On the Length of the Persian Farsakh", *Proceedings of the Royal Geographical Society*, 10, 9 (1888), p. 586.
146 Melville, "From Qars to Qandahar", p. 199.
147 *L'Ambassade*, p. 91. Then on 13th November 1617, Figueroa expected to travel "six grandes lieues" (p. 80); whilst on 16th November 1617, the accompanying Monks were lost, until they saw the camels "une petite lieue" away from the camp (p. 85).

by the ancient term, *Parasanga* [...] that they name today *Ferseng*".[148] Supporting this definition, Figueroa reports Daulatabad as being three leagues north of Isfahan;[149] while Eskander Beg has it three *farsakh*s away.[150] Della Valle confesses in his text that he has not "made any progress in idiomatic Persian" and so more often uses Turkish "which they equally speak in this country". The Italian notes that, in Turkish, a league is called *Agag* (or tree) and also "want[s] to say that 4 *milles* of Italy make one league in these quarters here".[151] In imitation of the European "*guides des chemins*", della Valle aimed "to make an exact and assured journal" of his trips – and so therefore usually recorded the distances for each day's travel.[152] Using my own fieldwork results and Google Earth, at least one of della Valle's measures can be confirmed as accurate.

From Qazvīn to Isfahan

Returning to Figueroa's progress across Persia; after the presentation and royal audience, the Ambassador headed back south – leaving Qazvīn on 27th July 1618 and arriving in Isfahan on 13th August. The Preface of Figueroa's narrative says that he used "the same route by which he had come".[153] Whether or not this is so, he certainly utilised some different lodgings – and this section focuses especially on these choices.

First, however, a little about how the southwards caravan functioned. Figueroa no longer had to worry about transporting and keeping safe all the presents for the Shah; and, after all the time he had spent earlier, resolutely sitting in his litter (unless the road was precipitously dangerous or for formal entries into towns), he now "want[ed] to ride into Isfahan".[154] There was a great press of other travellers on the road: as well as Figueroa's own numerous "family" and that of Hilao Chan, *Seigneur* of the mountain-dwelling Kurds, there were also some Georgians, being sent as prisoners by the Shah to Isfahan, and several merchants. The majority of the travellers had brought along their wives and children and there was an especial issue with the large number of women being transported in litters, "or to speak more accurately, *cages*". Figueroa described the "very ancient" custom forbidding any man from approaching these *cages* and how even "the first people in the Kingdom" would

148 Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, p. 184.
149 *L'Ambassade*, p. 296.
150 Iskandar Munshī, *The history of Shah 'Abbas*, p. 800.
151 Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, pp. 184-185. Pettus and Herbert have one league as 3 English miles.
152 Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, p.190.
153 *L'Ambassade*, Preface (un-numbered pages).
154 *L'Ambassade*, p. 139 (on how he had to leave 150 loads of pepper behind); pp. 171-172 (on the rain on the presents); p. 246 (on how he wanted to ride)

retire respectfully, while the less important could be made to lie face-down "with great blows from sticks". When he wanted to overtake, the Ambassador was "often forbidden", by the eunuch guards, to pass nearby.[155]

In this part of his text, Figueroa explictly describes the daily routine of his journey. The whole party would have supper an hour before sunset. Some then departed, with the baggage; while Figueroa left a little later, accompanied by his suite of personal staff, and on horseback. The Ambassador marched thus until midnight; after which he would ascend into his litter, and perhaps dine on a little cold meat, or fruit preserves, carried expressly on another horse, or drink "fresh water" from his leather flask. He then slept in the litter, until he arrived at the new halting place, where he would find his room prepared, and his bed made, ready for him to sleep until 9 or 10 in the morning. Then he could rest, dine, or otherwise divert himself for the rest of the day.[156]

Although this account is very similar to the recorded travel habits of Pietro della Valle, it probably does not reflect many of Figueroa's other journeys. The narrative makes it clear that Figueroa sometimes set out jointly with the main party, and often started off in his litter – only descending from it when the route was precipitously mountainous.[157] The timing of each day's journey was also varied depending on the heat of the season, or to allow a daytime view of especially challenging terrain.[158]

The Ambassador's account is not explicit, but after Qazvīn it gradually becomes clear that Figueroa and his "family" have been placed in a slow caravan – essentially composed of prisoners and women – under the nominal direction of Cassen Beg, one of the "so imperious & so insolent" *Corchis* or "Guards of the King".[159] The courteous King of the Kurds, who Figueroa had – repeatedly – offered the use of his litter ("because it was empty"), and for whom he had slowed his progress – taking two extra rest days – was actually, *de facto*, a prisoner of Shah 'Abbās.[160]

Figueroa, in the text and perhaps on the journey too, ignored this potential humiliation when, on 7th August, and to avoid the tormenting insects at *Emansade* and the "maltreatment" of the guardians there, his party travelled an additional four leagues to stay in yet another garden of the Shah.[161] Here, and over the next few days in Natanz, the Ambassador and his travelling "family" relaxed and enjoyed themselves with some quintessentially Safavid pleasures.

155 *L'Ambassade*, pp. 242-245.
156 *L'Ambassade*, p. 258.
157 *L'Ambassade*, pp. 52, 54, 57, 62-63 and 78.
158 Della Valle, *Les Fameux voyages*, vol. III, pp. 185-188.
159 *L'Ambassade*, pp. 252, 256.
160 *L'Ambassade*, pp. 246-248
161 *L'Ambassade*, p. 248.

At the first of these halts, in the royal garden, there was no building extant, just the crumbling remains of an old caravanserai. Figueroa therefore – just like any Safavid nobleman would – had a tent erected under the trees and near a fountain. A canal fed by this fountain passed through the tent, making one area for his bed, and another for his "sideboard" and chairs. While his servants picked fruit, and his tent was being erected, the Ambassador reclined on cushions near the water. Two foxes were flushed out of the vines which, loaded down with grapes, almost covered the whole garden. The valets and the other servants then engaged in that favourite pursuit of Shah 'Abbās himself – hunting. Eventually one of the foxes took cover just where Figueroa was sleeping. Obviously not quite yet a proper Safavid gentleman, he insisted that it should be spared, giving as a pretext the understandable complaints of the "master" of the garden about the state of his grapes. "To the contentment of all", the "family" then settled down in what is described as a "very comfortable and agreeable lodging"; constructing little two-man "cabins" from the shady vines, and eating "the best grapes, the best melons, and the best figs" they had ever seen in Persia.[162]

On 8th August, the party set out for Natanz. Unfortunately, the men who should have pre-organised the Ambassadorial lodging only arrived after the town governor had gone to bed. Figueroa therefore again slept in his litter. This was placed under a plane tree and next to large canals "making such an agreeable murmuring" that, when he saw the beauty of the place in the morning, he refused to enter the town; instead having a tent erected under another, smaller, plane tree and beside two streams. Some of the "family" scrambled through a hole in a "high and strong wall" surrounding more shady trees; the rest, including the camel-drivers, camped under "the great plane-tree, under which have lodged from time immemorial all the caravans from Shiraz and Isfahan to Qazvīn and Tabrīz".[163]

This tree must be the "Pay-i Chinar Natanz", where Shah 'Abbās stayed on the fifth stage of his 1601 pilgrimage.[164] In Natanz for my fieldwork, I observed very many plane trees. The plane tree immediately in front of the local shrine of Shaikh 'Abd-al-Samad is both the largest in town and obviously ancient – reputedly it is the shade from this tree that has kept the Ilkhanid tile façade in such good condition.[165] However, this cannot be the same tree that Figueroa saw. Figueroa's text states that the Ambassador stayed "200 paces" from the town's famous mosque: "because it is there [200 paces away] that is the stopping place of all the caravans, what with the convenience of this beautiful and huge plane-tree, which is so admirable and of such

[162] *L'Ambassade*, pp. 248-249
[163] *L'Ambassade*, pp. 249-250
[164] Melville, "Shah 'Abbas and the Pilgrimage", Table 3.
[165] Personal communication, November 2008: *Miras Farhangi* staff in Natanz.

a monstrous size".[166] Supporting this, Natanz traditionally extends "*az čenār ta menār* [from the plane tree to the minaret]", implying that the tree which sheltered caravans is not immediately adjacent to the shrine.[167]

Miras Farhangi staff in Natanz showed me the faltering remains – now only just alive – of another famously old plane tree, on the edge of the traditional market-place, and in close proximity to what is now a canalised water-course. This fits well with the rest of Figueroa's description: a stream entered from one side to cross the base of the tree (thereby making the lodging at the foot of the tree very agreeable, even in the heat of summer); and there was a small "house" nearby, where travellers could buy barley and straw, and other provisions. The tree was so large that even at midday, with the sun directly overhead, a whole caravan could be encompassed by its shade: Figueroa reported seeing more than 200 camels, horses and other beasts of burden comfortably shielded.[168]

The Ambassador's idyllic interlude was interrupted by a message from Cassen Beg, asking him to wait, because one of the Georgian prisoners had apparently escaped.[169] Figueroa lost his temper and sent an aide to say that "he would go when he pleased; that he was not a prisoner; that he was nothing to do with the large caravan; that there was nothing which could prevent him from leaving when he chose to"; and more in this serenely diplomatic vein. Cassen Beg drew his dagger, to kill the aide; and the latter in turn grabbed his own sword. Luckily the town governor and the other Persians present were less drunk than Cassen Beg, and not only stopped the fight, but also later successfully mollified the furious Ambassador.[170]

Figueroa then promptly exited from Natanz, pausing only to admire the local gardens, streams, and water quality, before heading back to Isfahan.[171] In the garden sections here, the Ambassador noticeably shifts his focus from practical or technological to more aesthetic or even sensuous details; for example, returning to the subject of the "monstrous tree" merely to eulogize the greenery underneath it.[172]

[166] *L'Ambassade*, p. 251.
[167] Personal communication, November 2008: *Miras Farhangi* staff in Natanz.
[168] *L'Ambassade*, pp. 250-252.
[169] As it turned out, this Georgian had not, in fact, escaped – his horse was merely lagging behind as it was "too tired". *L'Ambassade*, p. 255.
[170] *L'Ambassade*, pp. 254-255.
[171] *L'Ambassade*, pp. 256-257.
[172] *L'Ambassade*, p. 257.

Figueroa's litter

Before briefly reviewing Figueroa's last journey homewards across the *garmsīr*, another pause, this time to consider litters. Even though, as suggested above, the Ambassador's use of his litter seems to have declined somewhat over the time when he was in Persia: his "Palanquin, or litter"[173] is what marks Figueroa out from other European travellers. Unfortunately, he does not give any explicit description of what his litter was like – mentioning only how he slept in it when other accommodation was poor;[174] and how his leather water flask was suspended from the bars of the litter to maximise its coolness.[175]

He did however describe the *cages* used by women and sick people in some detail. These were wooden boxes, around 1.0 by 0.6 m, up to a total height of 1.2 m, with an arched roof covered in "felt or wool or cotton or silk" depending on the rank of the passenger. Two boxes were suspended, one on each side of a camel, with the lady (or patient) facing either backwards or forwards as she chose, but always "sitting on her feet".[176]

This seems to be the same device as used by Olearius, who recounts how, when ill, he was transported in a "chest", or Ketzaweha:

> The Physician and myself were set upon the same Camel, whereby we were put to two great inconveniences; one proceeding from the violent Motion caused by the going of that great beast; and the other from the insupportable stink of the Camels.

The German goes on to describe his unfortunate, if hilarious, entry to Qazvīn:

> As we passed through the Meidan [...] the people came also thither in great numbers, some of them having put it into their heads, that there were in the Ketzawehas, some great Beauties, whom we carried as Presents to the King; but when they saw sick persons with great beards coming out of them, they hung down their heads, and made all the haste they could away.[177]

It seems unlikely that this type of litter is what Figueroa used. It would have been, at the least, uncomfortable to sleep in something with these dimensions. Even more importantly, the Ambassador was clearly not enamoured of the system, describing it as suitable for the women in Persia, since they "possess no dignity, because they are almost all Slaves".[178]

The Ambassadorial party used another sort of litter for the large mastiff, Roldan, brought as one of the presents for the Shah. This dog "had tired his feet" on the long journey, and the Ambassador had him carried in a "Palanquin, or Indian litter" by men he hired expressly for this (in Lar).[179] Perhaps this was like the special palanquin used by Lady Ouseley, the heavily pregnant wife of the English ambassador: in 1811 this was "taken on board at Bombay with twenty stalwart Indian bearers who took turns, in relays of four, to carry the memsahib".[180] Again, the Ambassador's litter was surely different from this. Not only was it given a dissimilar name, Figueroa also makes much of it when his litter was twice – and so, clearly as an exception – carried "*à force des bras* [by the strength of men's arms]".[181]

Another option might be the *takht-i-ravan*, or "moving throne". These, at least in the nineteenth century, were carried by two mules – one fore, one aft – and looked like a sedan chair, although they were actually "no more than a flat board on which you squatted slung between two shafts, with sides to hide you from prying male eyes".[182] Again, this does not sound very dignified or comfortable for the Ambassador.

The only other – indirect – information about the Ambassador's litter is when he dismounted from it, on his return to the coast, because "the camels carrying it fell" and he feared injury.[183] With more than one camel involved, perhaps Figueroa had something like the very splendid litter that Pietro della Valle had constructed for his beloved wife, Ma'ani. Nothing like this contrivance had apparently previously been produced by the Persian carpenters Pietro consulted, so he had to make a card model to explain that he wanted something large enough "that two camels carried it, and so spacious that four people could sit there, not on elevated chairs, as with us, but [on a] good silk mattress; and if you wanted to sleep, two or three people could do this easily, with the freedom to stretch out entirely". Maani had pretty cushions; four little windows, each with a cover "to hide oneself when one wants"; and two doors, which could be lowered or raised at will. The whole confection was multi-coloured, and "one could distinguish it perfectly from afar". It only required one man to lead it, since the two camels could be ordered to kneel down in unison. When the route was narrow, or if another traveller was encountered coming in the opposite direction

[173] *L'Ambassade*, p. 49.
[174] For example, *L'Ambassade*, pp. 64 and 164.
[175] *L'Ambassade*, p. 258.
[176] *L'Ambassade*, p. 244.
[177] Olearius, *The Voyages & travels of the ambassadors*, pp. 252-253.
[178] *L'Ambassade*, p. 245. Some pilgrims and merchants also used these.
[179] *L'Ambassade*, p. 174. See also p. 232
[180] Denis Wright, "Memsahibs in Persia", *Asian Affairs*, 14, 1 (1983), p. 6
[181] *L'Ambassade*, pp. 337 and 364
[182] Wright, "Memsahibs in Persia", p. 6.
[183] *L'Ambassade,* p. 346.

there might be a problem – though really there was "scarcely any difficulty to surmount in the end, with a little precaution and patience".[184]

Back through the *garmsīr*

The last Persian journey of the Ambassador (25th August to 18th October 1619) took him back southwards through an area which had been suffering from a drought for the whole of the intervening two years: many merchants had stopped trading altogether due to lack of water along the way; and a large part of the population had moved elsewhere.[185]

Figueroa was affected with an acute attack of gout just before leaving Isfahan; and often had to use his litter. In some especially mountainous areas he was even carried in a chair.[186] With the drought, he took special care of his "family"; ordering every man to carry – besides his arquebus – a leather bag capable of containing 10 or 12 pints of water.[187] Every horse and mule had several small water containers suspended a handsbreadth away from the animal's skin, and "kept fresh, by their continual movement". The Ambassador was especially attentive when crossing the desert north of Lar: sending all of the valets on ahead when the fear of not finding water "made the thirst unbearable".[188]

He enjoyed staying in many of the same houses and with many of his previous hosts: meeting again, for example, the finest arrow-maker in Persia and then, in the next village, the man who had made archery bows for Shah 'Abbās.[189] He wanted to sleep again in the tomb he had found so comfortable on his first trip (even though he was told two fresh bodies had only been interred there some three months previously).[190] He met new people too – most notably Gul Cana, the female governor in Dianin: seventy years old, courageous and capable, a true *femme de coeur* – and he saw how many roads had been cleared or repaired by Emāmqolī Khan.[191] Travel was made easier, too, in rocky areas, or when the moon offered no or little illumination, by the use of *flambeaux* (flaming torches of resin).[192] Despite the general preference for

184 Della Valle, *Les Fameux voyages*, pp. 182-183.
185 *L'Ambassade*, pp. 339 and 367.
186 *L'Ambassade*, p. 343.
187 *L'Ambassade*, pp. 339-340.
188 *L'Ambassade*, pp. 355-359.
189 *L'Ambassade*, pp. 336-338.
190 *L'Ambassade*, pp. 362-363.
191 *L'Ambassade*, pp. 343 and 377.
192 *L'Ambassade*, pp. 341, 343-344, 364.

rebuilding, several structures had been substantially renovated since his first journeys.[193]

All along the way, he continued to have many of the same sorts of problems as had dogged him previously. The issue with beasts of burden never went away. As for the receptions, on the way back through Lar, the governor there wanted to honour the Ambassador again – or perhaps merely "show that he had a cannon" – by firing a great salvo, which then had the cannon-balls whistling so close by that the whole party was "deafened".[194]

Some concluding remarks

This review of the Ambassador's journeys gives a snapshot of Persian travel infrastructure in 1617-1619. Like Pettus' and Barker's letters concerning trade; Figueroa offers a unique view of Persian infrastructure at a key moment – "before it could be changed or even influenced by the operations of European trading companies [and] before the freeing of the navigation of the Persian Gulf from Portuguese control [in 1622]".[195]

As a royal guest, Figueroa's narrative includes exceptionally valuable accounts of the many royal houses and gardens to be found in the area between Natanz and Kashan. Despite della Valle's assertion that the Shah had "houses furnished with provisions and attendants for all his needs at all the principal places"; little detailed evidence is provided for this.[196] Melville has bemoaned the "lack of any satisfactory description" of the important, and commonly used, routes between Isfahan and Kashan.[197] Figueroa helps fill both of these gaps, especially when his narrative is combined with the results of field work.

Looking at the routes – the Ambassador's contribution tells us that there was, unsurprisingly, more than one path to Kashan. Della Valle used the road on the flat edge of the *kavīr* (desert area) when he travelled up to Farahabad. Shah 'Abbās also walked this way in 1601.[198] In contrast, Figueroa travelled across the small mountains, further to the west. This hilly area had legendarily good hunting: there is even

193 *L'Ambassade*, pp. 350 and 371.
194 *L'Ambassade*, p. 364.
195 Ferrier, "An English View of Persian Trade", p. 196.
196 Della Valle, quoted in Melville, "From Qars to Qandahar", p. 198.
197 Charles Melville, "Shah 'Abbas and the Pilgrimage", p. 200.
198 See map at: http://www.carolinemawer.com/shah-abbas/isfahan-9.php. This also shows, further east, the royal highway to Mazanderan.

an unusual Safavid tower still extant here, the octagonal *Gonbad-i Bāz* – which Kleiss describes as a hunting pavilion, although it is more usually considered as a monument to an especially faithful hawk belonging to Shah 'Abbās.[199] The Shah's well-documented love for hunting may help to explain the numerous royal houses and gardens that Figueroa found in this area. The incomplete nature of these in 1618 might be explained by the timing of the construction of the new Mazanderani "capitals". Perhaps Figueroa's route even represents another *königsweg*, or "royal road" up to one of 'Abbās' favourite towns.

Figueroa was not a merchant, but his many observations of the commercial infrastructure could usefully be explored in much more detail than has been possible here. How, for example, did the Spanish (or the Dutch or the English East Indian Companies) expect to bring all of the Iranian silk harvest across an area with such an unreliable water supply? And where are the 999 caravanserais so often cited as having been built by Shah 'Abbās; when Isfahan and Kashan were the only towns where Figueroa noticed caravanserais constructed by 'Abbās?

There is another area in which the travel sections, especially, of Figueroa's work may be considered as significant. In considering the historical value of the accounts of European travellers, much can be made of their stereotyped nature. While this is undoubtedly important, Figueroa's narrative affords an opportunity to reflect on and avoid another sort of stereotyping – that considering a Western traveller as taking a fixed viewpoint.

Figueroa can be thought of as an old man: he excused himself at midnight as "weary and fatigued" from the big reception (in Qazvīn) that he had travelled four years for; and was teased by Shah 'Abbās for not being interested in the parade of available women. However, the travel sections of his narrative give an appealing idea of him as an individual and dynamic person. He was clearly interested in "ordinary" people – impressed by the active young governors in small towns like Cabrestan; and pleased to encounter again village families who had previously hosted him. He particularly "orders" that mention must be made in his Relation of Gul Cana, the magnificent female governor of Diacuri, "who merits, no doubt, une *meilleure fortune*".[200] He was always especially keen to look after his travelling "family" – the parasols he insisted on each of them carrying in the *garmsīr* on the way home were an especially nice touch. Alongside this, he was a keen observer – of new technologies, of antiquities and of natural phenomena. Based on his own observations, he was a debunker of "fabulous tales" – whether they were about the limited likelihood of dying of cold in Lar; or an "enchanted mountain"; or his own use of a sepulchre

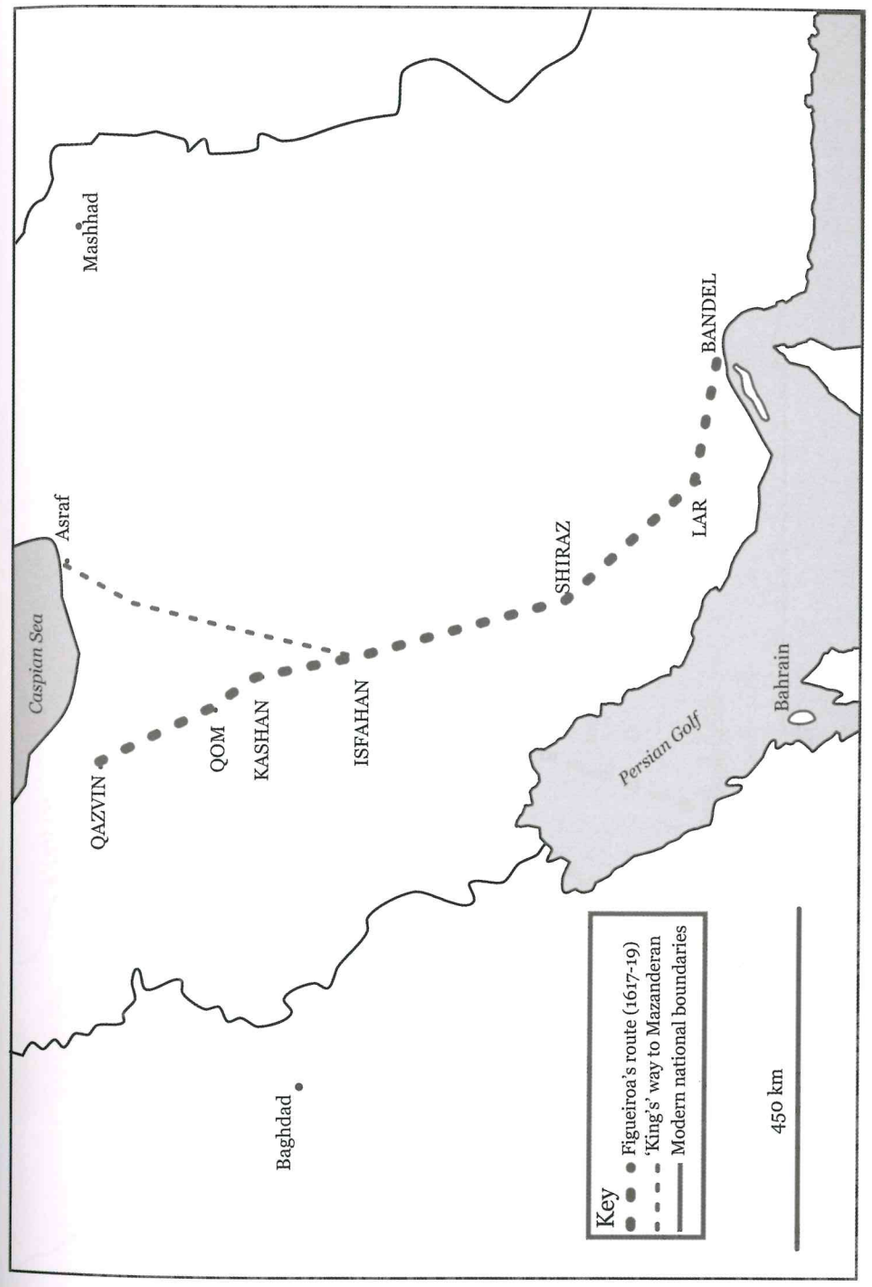
[199] Caroline Mawer, *The Valiant Hawk*, 10 June 2010. Electronic resource at: http://www.carolinemawer.com/blog/?p=389

[200] *L'Ambassade*, p. 364.

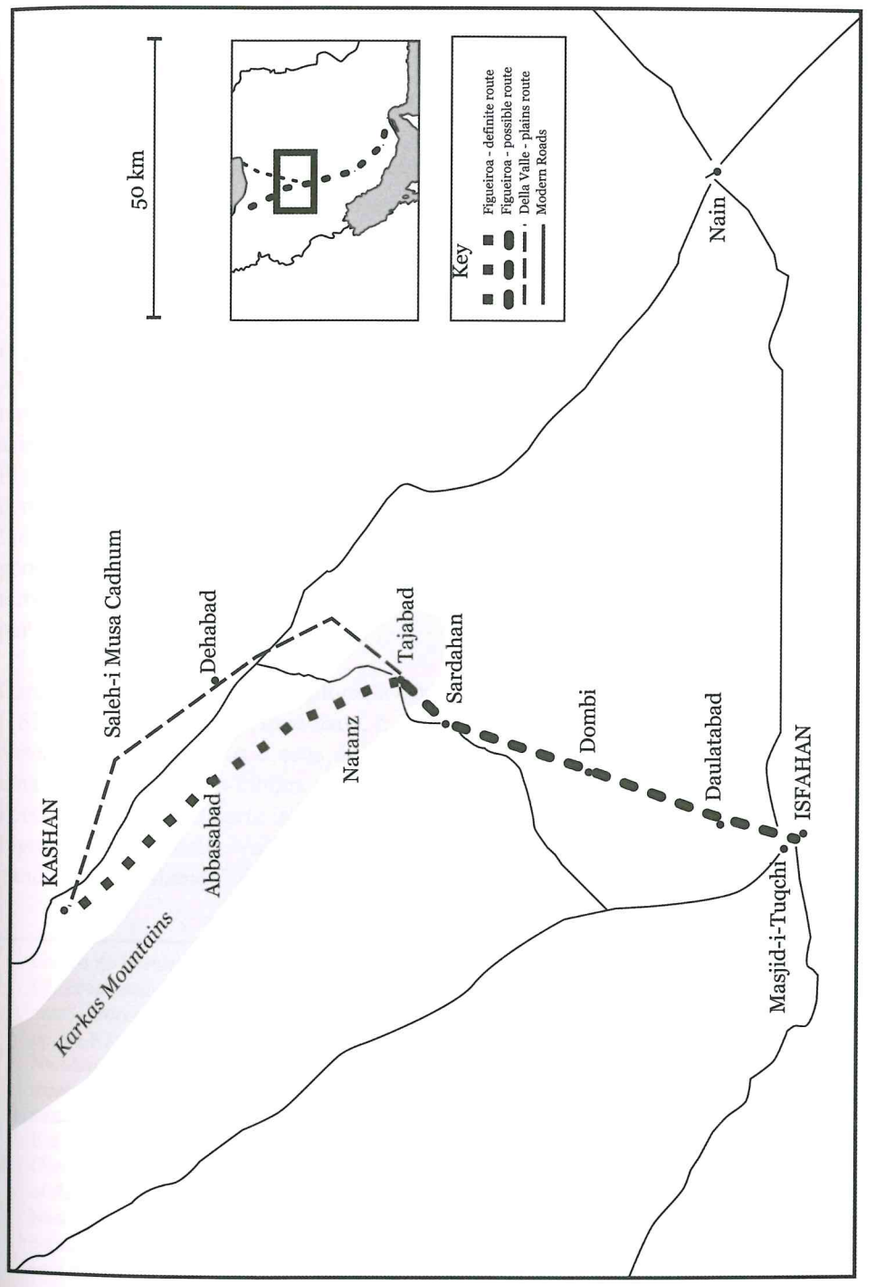
as a pragmatically comfortable place to sleep in when there was no better available accommodation.

Importantly, though, Figueroa also seems to change and develop significantly during the course of his journeys. He started out by sitting in his litter, and ended with a very distinct overlay of Safavid sensibilities – on horseback; and appreciative of shade, and trees, and good running water.

Map 1


Mashhad
Asraf
Caspian Sea
QAZVIN
QOM
KASHAN
ISFAHAN
SHIRAZ
LAR
BANDEL
Persian Golf
Bahrain
Baghdad
Key
Figueiroa's route (1617-19)
'King's' way to Mazanderan
Modern national boundaries
450 km

Map 2


50 km
Key
Figueiroa - definite route
Figueiroa - possible route
Della Valle - plains route
Modern Roads
Nain
Saleh-i Musa Cadhum
Dehabad
Tajabad
Sardahan
Dombi
Daulatabad
ISFAHAN
KASHAN
Abbasabad
Natanz
Karkas Mountains
Masjid-i-Tuqchi

Visões da antiguidade nos *Comentarios* de Don García de Silva y Figueroa

FRANCISCO CARAMELO *

O período da União Ibérica e, em particular, o fim do séc. XVI e o dealbar do séc. XVII foram férteis em experiências de viajantes que cruzaram a Pérsia, a Mesopotâmia e a Síria, rumo ao Mediterrâneo oriental. Entre esses viandantes por terras asiáticas, contam-se Pedro Teixeira, Nicolau de Orta Rebelo[1] e García de Silva y Figueroa. As motivações originais destes e de outros exploradores não eram de ordem científica. Os protagonistas destas aventuras eram funcionários do Estado da Índia, diplomatas, clérigos, e a experiência impôs-se-lhes como uma oportunidade gerada pelo acaso[2] ou pelo dever do ofício.[3] A travessia ou deambulação por esses territórios foi, por conseguinte, motivada por razões pragmáticas ou até determinada por causas fortuitas.

García de Silva y Figueroa, diplomata espanhol na corte persa safávida do Xá Abbas (1615-1624), teve, nessa qualidade, a oportunidade de vaguear por terras da Pérsia, observando os vestígios e ecos da antiguidade e cotejando esses testemunhos com uma cultura clássica e bíblica que o configurava. A presença de outros europeus na Pérsia safávida e na corte do Xá Abbas é assinalada pelo próprio García de Silva y Figueroa. Pietro della Valle é descrito como um daqueles que gosta de "andar vagando y peregrinando[4] por el mundo".[5] Os ingleses Shirley, os irmãos Robert e An-

---

* Centro de História de Além-Mar, Lisboa.

1 Cf. Francisco Caramelo, "Nicolau de Orta Rebelo's Travels to Persia: Relativism and otherness", *University of Bucharest Review. A Journal of Literary and Cultural Studies*, 8, 3 (2006), pp. 94-97.

2 Nicolau de Orta Rebelo regressava por mar à Europa, vindo da Índia, mas a necessidade de reparações demoradas na embarcação levou-o a optar por fazer o resto da viagem por terra, juntamente com Frei Gaspar de São Bernardino.

3 É o caso de García de Silva y Figueroa, nomeado diplomata na Pérsia. Cf. *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa de la Embajada que de parte del Rey de España Don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905).

4 Não deixa de ser interessante o aparente contraste semântico entre os conceitos de errância, expresso no acto de "vagar", e de peregrinação. Se o primeiro remete para a ideia de vaguear sem destino, o segundo poderá remeter para uma noção de demanda de lugares e de uma geo-

thony, são também mencionados por García de Silva y Figueroa. O nosso autor refere-se-lhes como alguém que possivelmente era inclinado a "peregrinar, notar y ver naçiones y prouinçias remotas de las suyas".[6]

García de Silva y Figueroa deixou-se impressionar por essas grandes figuras da sua época, as quais partilharam o seu tempo e a sua geografia. Registou nas suas memórias essas impressões, motivadas decerto por aquilo que com eles comungava, isto é, a errância, a *peregrinação*, a mesma curiosidade pelo que era diferente e a irresistível tendência, obsessiva mesmo, no caso de García de Silva y Figueroa, para o registar.

Antes do périplo pela Pérsia

García de Silva y Figueroa, escritor e comentador compulsivo de tudo o que vai observando com uma curiosidade insaciável, começa esse labor mesmo antes de iniciar a missão diplomática que lhe tinha sido destinada, isto é, antes de pôr o pé na Pérsia.

Essa geografia mental e histórica que tanto o impressiona é sistematicamente interpretada e descodificada mediante o recurso a um horizonte de referências clássicas e bíblicas estruturantes da sua matriz cultural. Essa chave para interpretar e para descodificar a realidade com que se depara revela-se-lhe válida na percepção de uma natureza diversa e de uma dimensão cultural distinta, que, a par e passo, lhe suscitam perplexidades. Vejamos alguns exemplos. García de Silva y Figueroa faz referência a um rio africano e aos hipopótamos que ali são maiores e mais ferozes que os do Nilo, nas suas próprias palavras.[7] Explica, em seguida, que os gregos lhes chamaram hipopótamos, o que significa "cauallos de rio", evocando a explicação morfológica grega da palavra.

Podemos observar outro exemplo quando o autor evoca Plínio, o Velho, tentando encontrar uma explicação para o misterioso animal que lhe terá invadido o jardim. García de Silva y Figueroa[8] narra o episódio do suposto avistamento de um estranho réptil e descreve-o apoiando-se no relato que lhe foi feito pelos seus criados. Pelas características que estes lhe atribuem, o embaixador identifica o que, para ele, cons-

grafia mental e simbólica.

5 *Comentarios*, vol. II, p. 121. Pietro della Valle conviveu com o Xá, acompanhando-o numa das suas campanhas contra os turcos e teve, nessas *peregrinações*, igualmente oportunidade de visitar e de observar Persépolis e as suas ruínas; cf. *The Travels of Pietro della Valle in India*, ed. Edward Grey (2 vols., Cambridge, 2010), vol. I, p. iii.

6 *Comentarios*, vol. II, p. 125.

7 *Comentarios*, vol. I, p. 61.

8 *Comentarios*, vol. I, p. 149.

titui uma coincidência com a descrição que Plínio, o Velho, faz do basilisco,[9] esse animal mitológico que povoou a imaginação do homem medieval e moderno, descrito com pormenor nos seus bestiários.

Outro animal a que García de Silva y Figueroa faz referência é uma espécie de marta que compara ao mangusto egípcio (*Herpestes ichneumon*). O autor escreve "ithneumon de Ægipto, çelebrado de los scriptores antiguos y modernos de aquella region".[10] Estrabão[11] descreve-o como um dos animais peculiares da região. Plutarco[12] alude à caça de um "ichneumon", o que constituía uma actividade lúdica para os homens de Alexandre. Plínio, o Velho,[13] alude ao "ichneumon", o qual seria adorado em Heracleópolis, explicando que daí se podia inferir que as suas gentes eram hostis ao crocodilo.[14] Por fim, o próprio Diodoro[15] menciona o "ichneumon", afirmando que o animal se dedica a quebrar os ovos dos crocodilos, depositados nas margens do Nilo, acrescentando que é objecto de adoração pelos egípcios,[16] São, por conseguinte, várias as referências ao animal na antiguidade. García de Silva y Figueroa não teve acesso nem leu todas essas referências, no entanto, podemos admitir que o diplomata conhecia bem as obras de Plínio e de Diodoro e que estas terão contribuído para a construção da chave de leitura do horizonte de perplexidades com que se depara neste mundo diferente da sua Espanha.

Outro registo em que García de Silva y Figueroa se detém é o que se refere aos usos, costumes e práticas culturais que observa durante esta sua *peregrinação*. Assim, a propósito do calçado dos "banianes",[17] não arranja melhor forma de o descrever do que através da evocação da antiguidade. Primeiro, socorre-se da iconografia, aludindo à pintura, à estatuária e até à numismática antigas, onde especialmente as mulheres eram representadas com umas sandálias que se assemelhavam à forma como esta gente se calçava. Explica, em seguida, como se verificou a sua difusão, afirmando que estas sandálias tiveram a sua origem na Índia, tendo chegado, através do Mar Vermelho, à Síria, à Palestina, ao Egipto e à Grécia. Posteriormente, foram desaparecendo destas paragens, sobrevivendo apenas na região onde tiveram a sua origem.

9 Plínio, o Velho, *História Natural*, viii, 33.

10 *Comentarios*, vol. I, p.161.

11 Estrabão, *Geografia*, xvii, 2, 4.

12 Plutarco, *Alexandre*, xli, 3.

13 Plínio, o Velho, *História Natural*, v, 11.

14 Plínio, o Velho, não esclarece a razão para a alegada hostilidade. Curiosamente, Ammianus Marcellinus, em *Rerum Gestarum*, xxii, 15, 19, explica que o "ichneumon" enfrenta, sem medo, o crocodilo, penetrando nas suas entranhas e destruindo-o por dentro. No mesmo sentido, vai Marcus Annaeus Lucanus, que, em *Pharsalia,* afirma que o animal encanta, com a sua cauda, a serpente do Nilo, matando-a em seguida (Luc., iv, 715 e ss.).

15 Diodoro, *Biblioteca Histórica*, i, 35 e 87.

16 Diodoro, *Biblioteca Histórica*, i, 83.

17 *Comentarios*, vol. I, pp. 185-186.

A par da iconografia, o embaixador evoca também a literatura, referindo-se tanto às "letras sagradas como profanas". Começa por citar Dicearco, autor grego que, fazendo uma descrição da Grécia, louva a formosura das mulheres tebanas, aludindo à forma como estas vestiam e calçavam. Descreve, seguidamente, as sandálias com pormenor, destacando a forma como estas realçavam a beleza feminina, deixando ver a quase totalidade do pé. Para sustentar esta sua observação, evoca também Estrabão, no livro 17.[18] Efectivamente, este faz-se eco da história de uma mulher a quem uma águia levou a sandália enquanto se banhava. A ave levou a sandália até Mênfis, deixando-a cair sobre o rei, que ficou impressionado com a sua forma. Não descansou enquanto não descobriu quem era a mulher e quando o conseguiu fez dela sua mulher.

O aspecto mais relevante nesta narrativa, que García de Silva y Figueroa parece conhecer bem, uma espécie de história da Cinderela antes do tempo, bem como a motivação subjacente à sua introdução na argumentação, é a referência à sandália, a qual, com origem na Índia, de acordo com a convicção do embaixador, teve depois uma difusão apreciável. As referências aduzidas pelo nosso autor têm em comum a exaltação da beleza feminina e é igualmente no mesmo sentido que podemos ler a citação que faz de *Judite*, o livro vetero-testamentário. A passagem a que García de Silva y Figueroa se refere é provavelmente Jdt 16, 9: "A sua sandália encantou os seus olhos, a sua beleza cativou o seu espírito". A heroína e guerreira Judite, de beleza letal, impressiona não apenas pela sua valentia mas também pela sua formosura, auxiliada pelo perfume que aplicou ao seu rosto, pelo vestido de linho, pela tiara com que segurou o cabelo, mas igualmente pela sandália com que enfeitiçou o seu inimigo. Paradoxalmente, depois destas referências, que diríamos retóricas, à sandália como um atributo feminino, García de Silva y Figueroa afirma que são agora os homens, os "banianes" e os "bramenes", quem as usa e já não as mulheres.

Mais adiante, o embaixador dedica-se a comentar a indumentária dos "bramenes" e dos "banianes". Declara que o conservam "desde infinitos siglos, pues es el próprio que vsauan en el tienpo que Alexandro Magno entró en la India".[19] O cuidado recorrente que manifesta ao longo dos *Comentarios* em sustentar as suas afirmações com a citação e evocação dos autores clássicos ou das passagens bíblicas é, uma vez mais, visível neste contexto. A citação e a evocação da antiguidade e da sua *autorictas*, isto é, a referência aos autores clássicos e à Bíblia como argumentos de autoridade, é bem visível ao longo dos *Comentarios* de García de Silva y Figueroa. Em coerência com esta tendência que perpassa toda a obra, o autor cita, neste contexto, Quinto Cúrcio, no livro oitavo. O historiador romano, autor de uma *História de Alexandre Magno*, descreve a forma como habitualmente se vestiam e calçavam os

18 Estrabão, *Geografia*, xvii, 1, 33.
19 *Comentarios*, vol. I, p. 196.

autóctones, informando que estes cobriam o corpo até aos pés com um manto de linho, usavam sandálias e nunca cortavam o cabelo nem a barba.[20] A compreensão e a assimilação destes usos e práticas, inusitados para o diplomata espanhol, dependem, como vemos, da evocação da antiguidade e do recurso aos autores clássicos.

García de Silva y Figueroa, na mesma passagem, refere que alguns "hazen una vida asperíssima y del todo austera y penitente, de manera que exçede, conforme á lo que dellos se publica, á la que hazian en los yermos nuestros hermitaños antiguos, porque demas de andar casi desnudos, expuestos á las injurias del çielo y durmiendo en el suelo perpetuamente, de propósito se ensuzian y ponen muy squalidos, con poluo y çeniza todo el cuerpo, juntamente con el cabello y barua, muy largo y creçido, y algunos por particular deuoçion rapado lo uno y lo otro. Solo traen cubiertas las partes anteriores con algún pedaço de cuero ó estera de palma, siendo cosa increíble lo que cuentan de sus abstinençias, no comiendo en muchos días". Esta descrição tão detalhada é sustentada pela referência a Quinto Cúrcio Rufo,[21] sobretudo onde o autor romano afirma que existia uma categoria de homens, frugais e sábios, que, distinguindo-se da corrupção dos demais, eram agrestes e rudes.

Ainda a respeito daqueles homens, podemos ler que um dos aspectos que mais impressionam García de Silva y Figueroa é a facilidade com que se entregam à morte. Fazem-no por devoção aos seus ídolos e com um "senblante rrisueño y alegre".[22] A propósito desta observação, o embaixador evoca, uma vez mais, as autoridades clássicas. Cita primeiro o caso do brâmane Calano, que se teria imolado publicamente e diante de Alexandre Magno. Este episódio é narrado por Arriano,[23] que descreve a temeridade com que Calano desejou e enfrentou a morte, assim como a imobilização total do seu corpo, flagelado pelas chamas da fogueira em que ardia. O segundo exemplo, suscitado pelo nosso autor, corresponde à morte de "Zamarço", em Atenas, perante César Augusto. O episódio é descrito por Estrabão,[24] contando que também aquele se havia imolado. A imolação dos dois brâmanes, a que García de Silva y Figueroa chama "philosophos", é justificada por Arriano e por Estrabão pelo desejo de deixarem a vida terrena antes que o sofrimento se apoderasse do seu destino.

A propósito do comportamento e dos costumes das mulheres indianas, o nosso autor observa e realça, com alguma perplexidade, essas práticas, procurando entendê-las e até justificá-las.[25] Primeiro, chama a atenção para a facilidade com que aquelas "admiten y abraçan qualesquiera costunbres liçençiosas y libres á que el vso aya dado

20 Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno*, viii, 9, 20-22.
21 Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno*, viii, 9, 31-32.
22 *Comentarios*, vol. I, p. 197.
23 Arriano, *Anábase*, vii, 3, 1-6.
24 Estrabão, *Geografia*, xv, 1, 73.
25 *Comentarios*, vol. I, p. 205.

lugar"; depois, no entanto, atenua a imputação moral, asseverando que, ainda que tal aconteça, elas não são indecentes nem desonestas. García de Silva y Figueroa recorre, uma vez mais, à herança cultural e literária do mundo clássico para sustentar a sua argumentação, isto é, neste caso, para atenuar a censura moral. Diz o diplomata que aquela licenciosidade não é, todavia, comparável à que manifestavam as mulheres, essas sim "indecentes y desonestas", durante os festivais de Baco e de Cíbele. Parece concluir que, aí sim, a contradição era evidente, uma vez que os comportamentos licenciosos e libertinos das mulheres tinham lugar em "republicas tan bien ordenadas como lo fueron las de los griegos y romanos". A consequência clara da contradição que aponta ao mundo clássico é a mitigação da imputação moral inicialmente dirigida contra as mulheres indianas.

A argumentação de García de Silva y Figueroa alia a observação atenta da realidade à evocação e citação dos autores e da tradição literária clássica, que por vezes identifica e outras não, pretendendo, através desse recurso, reforçar a solidez retórica das suas conclusões. É o que acontece quando louva a alimentação característica das gentes da Pérsia, sustentando que era certamente adequada à prática da guerra, decerto por ser muito nutritiva, e reforçando o seu argumento com a evocação do exemplo dos atletas e heróis da antiguidade, que teriam uma dieta semelhante.[26] Noutro comentário idêntico e dentro da mesma temática, isto é, as práticas alimentares, o nosso autor louva as tâmaras de Lara,[27] considerando-as superiores às de Bassorá e da Babilónia, apesar de citar Xenofonte,[28] que lhes faz referência e alude às particularidades da sua utilização e consumo.

A escrita e a língua que usam estes "banianes" e "bramenes" prendem igualmente a atenção de García de Silva y Figueroa.[29] Dá-se conta de que, a par de uma "lengua vulgar", é usada uma outra, "lengua escolastica", de utilização mais erudita, académica e religiosa, que o nosso autor compara ao latim. Comenta as particularidades deste "alphabeto", usado em ambos os casos, cujos signos compara, pela sua perfeição, aos da escrita arménia.[30]

Após estas observações quanto à forma, o diplomata reflecte sobre a sua antiguidade, comparando-a com a de outras escritas como o hebraico, o árabe e o siríaco. Afirma que, ainda que os seus "caracteres y notas" sejam perfeitos e antigos, não reflectem nenhuma similitude com aquelas escritas, as quais, essas sim, foram as que "primero se tuvo notiçia y de quien se aprendieron las demas en Asia y Europa". Na

26 *Comentarios*, vol. I, p. 295.
27 *Comentarios*, vol. I, pp. 300-301.
28 Xenofonte, *Anábase*, ii, 3, 15-16.
29 *Comentarios*, vol. I, pp. 192-193.
30 Na verdade, o autor compara a escrita com a língua arménia e não com a sua escrita, confundindo escrita com língua.

verdade, a convicção prevalecente na época era a de que aquelas línguas e respectivos sistemas de escrita eram os que sugeriam maior antiguidade. Foi preciso esperar por 1768 para que Gaston Cœurdoux apresentasse na Academia das Inscrições e das Belas-Letras de Paris a sua tese de que o sânscrito, o grego e o latim partilhavam provavelmente a mesma origem.[31] Em 1790, um carmelita alemão, Johann Philipp Wesdin, conhecido como Paulino de S. Bartholomeu, publicou uma gramática em que defendia que o grego, o latim e o hebraico não eram afinal as línguas mais antigas.

Nesta mesma secção dos *Comentarios*, García de Silva y Figueroa desenvolve e discute aquela que é uma das temáticas mais interessantes da obra, na lógica da valorização da antiguidade. Trata-se de uma observação e de uma reflexão de ordem metafísica sobre duas questões importantes para um cristão, como era o embaixador: a transmigração das almas e a origem do mundo. A curiosidade e a indagação filosófica e teológica de García de Silva y Figueroa levam-no a interpelar um médico, de nome Rama, sobre a "philosophia que profesan" estes brâmanes.[32] O diplomata dá-se conta de que Rama apenas conhecia o nível da tradição, isto é, aquilo que havia aprendido através da "lengua vulgar".

A partir desse nível da tradição, corrente e acessível, García de Silva y Figueroa reconhece a crença na imortalidade e na eternidade da alma, sustentada na "trasmutaçion de unos cuerpos en otros". O embaixador evoca, uma vez mais, a antiguidade, mas desta feita para desmentir os gregos, quando estes defendiam que havia sido Pitágoras o inventor desta doutrina.[33] Está, não obstante, convicto de que esta, pelo contrário, tivera a sua origem na Índia, tendo sido posteriormente difundida entre caldeus, egípcios[34] e, só depois, gregos.

A segunda questão, articulada no texto com a anterior, prende-se com a dimensão cosmogónica da criação. García de Silva y Figueroa começa por apresentar a sua definição sintética da entidade divina e demiúrgica. Sem o dizer claramente, parece evidente que o nosso autor valoriza atributos que facilmente se poderiam identificar

31 Cf. J. P. Mallory & D. Q. Adams, *The Oxford Introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European World* (Oxford, 2006), p. 4.
32 *Comentarios*, vol. I, p. 193.
33 A teoria teve, efectivamente, uma implantação considerável entre os gregos, desde Pitágoras a Platão, sendo especialmente tratada no Orfismo. Platão dedica atenção ao assunto na *República*, X, 611a e em *Fédon*, lxx, c-d. Em *Fedro*, a questão da imortalidade e da reencarnação da alma é introduzida e tratada a partir da secção 246b.
34 Já nas religiões pré-clássicas, nomeadamente da Mesopotâmia e do Egipto, a questão é muito mais complexa. A visão de García de Silva y Figueroa é certamente influenciada pela leitura da literatura clássica. Heródoto (*Histórias*, ii, 123, 2) afirma, a dado passo, que os egípcios foram os primeiros a defender que a alma é imortal e que após morte continua noutra criatura, regressando à vida. Depois de reencarnar em todas as criaturas, torna a nascer sob a forma humana, cumprindo assim um ciclo que dura três mil anos.

com a definição teológica do deus bíblico na concepção católica: "una inteligençia inefable, inmensa, inconprehensible, eterna, sin prinçipio ni fin y de suma bondad y justiçia".[35] Acrescenta, logo adiante, uma dimensão moral e escatológica à intervenção divina na história e na humanidade, concretizada pela ideia de um julgamento final em que será concedido "premio eterno á los buenos y de la mesma manera pena á los malos".

Na perspectiva de García de Silva y Figueroa, as similitudes são óbvias e persistem quando o autor explica a cosmogonia e a sua narrativa.[36] O caos, definido como uma "materia informe y confusa", preexiste à criação da luz. Aqui o nosso autor assume com clareza a proximidade com o texto vetero-testamentário, quando afirma que tudo o resto foi criado "por la mesma orden que nos lo muestra el primero libro del Genesis". Conclui a abordagem desta segunda questão, observando com perplexidade o que, na sua perspectiva, consiste na manifesta identidade entre estas crenças e a religião cristã.

García de Silva y Figueroa faz uma outra referência mais concreta às práticas religiosas dos indianos quando se refere à existência de uma caverna, situada em lugar de difícil acesso,[37] e onde existia um culto de grande devoção, atraindo gentes de todas as partes. O embaixador relata que se tratava do culto à imagem de uma serpente, acreditando-se, não obstante, que a divindade se manifestava igualmente através das aparições de cobras vivas. Interrogavam a serpente e obtinham respostas, umas positivas e outras negativas, como num oráculo. De facto, o nosso autor estabelece mesmo a comparação com o oráculo de Delfos, censurando a prática e a crença, sobretudo quando afirma que também os gregos haviam estado ali em "semejante engaño".

É, uma vez mais, evidente que García de Silva y Figueroa se inspirou nos autores clássicos para interpretar as suas observações e as integrar no seu sistema de conhecimento sobre o Oriente. Não cita os autores mas é provável que tenha seguido Estrabão e Plutarco, frequentemente evocados ao longo dos *Comentarios*. Estrabão[38] informa que o lugar em que o oráculo está localizado é uma caverna, a qual apresenta uma entrada estreita de que sopra um ar que inspira uma certa perturbação divina. Plutarco, que terá oficiado em Delfos e reflectirá, por conseguinte, uma experiência pessoal, aborda também o fenómeno. Refere que ocasionalmente pairava no ar uma fragrância doce.[39] Esclarece, por outro lado, que a voz que se ouvia aquando

35 *Comentarios*, vol. I, p. 194.
36 *Comentarios*, vol. I, pp. 194-195.
37 *Comentarios*, vol. I, pp. 208-210.
38 Estrabão, *Geografia*, ix, 3, 5.
39 Plutarco, *Moralia*, v, 397c.

do oráculo não advinha de Apolo mas antes da própria mulher, acrescentando, no entanto, que era o próprio deus que a inspirava com as suas visões.[40]

Na abordagem destas questões religiosas, e como metodologia para a sua compreensão, a literatura clássica e alguns dos seus autores fundamentais, lidos por García de Silva y Figueroa, à semelhança da Bíblia, constitui o meio que facilita o seu entendimento. A compreensão dessa *alteridade*, através da *comparatio* e da *auctoritas*, é assim simplificada pelo recurso a esses meios, a tradição literária dos clássicos e a Bíblia, assumidos na época, e em particular por García de Silva y Figueroa, como as chaves para entender o Oriente.

A descrição das históricas cidades persas

Com a chegada de García de Silva y Figueroa à Pérsia, adensa-se a malha de referências culturais e literárias sobre as antiguidades, tanto a clássica como a pré-clássica, ambas mediadas, evidentemente, pelo recurso aos autores gregos e latinos e à própria Bíblia. A primeira referência a chamar a nossa atenção é a associação que o embaixador faz entre Xiras e Cirópolis.[41] A identificação desta cidade, supostamente fundada por Ciro II, é ainda hoje objecto de discussão. Estrabão localiza uma Cira, fundada por Ciro, na Sogdiana.[42] Arriano alude a uma Cirópolis, uma grande cidade, defendida por uma forte muralha, e fundada por Ciro.[43] Quinto Cúrcio Rufo relata a ordem de cercar Cirópolis, dada por Alexandre a Cratero.[44]

Estas identificações erróneas, de que a associação entre Xiras e Cirópolis é um exemplo, eram comuns na época.[45] Curiosamente, Nicolau de Orta Rebelo, poucos anos antes, passou também pela região mas tinha em mente outra identificação, isto é, a de Xiras com Persépolis, que, não obstante, refutou: "Esta Cidade de Xiras, não he a antiga de quem se dizia, que quando Xiras, era Xiras, era o Grão Cayro sua Aldea, por Ser muy populoza, e grande, da qual não ha hoje, mais que os cornos ou vestígios, está nova doze léguas".[46]

As identificações equívocas envolviam e confrontavam, por vezes, duas tradições distintas. De um lado, estava a tradição literária, clássica e bíblica, com a sua *auctoritas*, e do outro, impunha-se uma tradição oral, sustentada pelas convicções locais.

40 Plutarco, *Moralia*, v, 397d.
41 *Comentarios*, vol. I, pp. 344-345.
42 Estrabão, *Geografia*, xi, 11, 4.
43 Arriano, *Anábase*, iv, 3, 1.
44 Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno*, vii, 6, 16.
45 Observa-se o mesmo problema com a identificação de Babilónia.
46 *Relação da Jornada que fez Nicolao Dorta Rabello*, fl. 42. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Un Voyageur Portugais en Perse au début du XVII^e siècle* (Lisboa, 1972), p. 118.

Tanto o caso de García de Silva y Figueroa, quando aceita a associação de Xiras a Cirópolis, como o caso de Nicolau de Orta Rebelo, na identificação de mesma cidade com Persépolis, mesmo quando a refuta, convocam essas duas tradições.

García de Silva y Figueroa opõe essas duas tradições. Afirma, como já vimos, a sua convicção de que Xiras é Cirópolis, certamente sustentado pelas suas leituras, ainda que com interpretação errónea, dos autores clássicos, no entanto, mais adiante,[47] testemunha a consciência histórica das gentes locais quanto à antiguidade da cidade: "no es su fundaçion de mas de seteçientos años despues, mucho, que los árabes se hizieron señores de la Persia, por otra parte, sigun la antigua tradiçion que en ellos se halla, parece ser de mucho mas tienpo atrás". A sua convicção, aqui reafirmada,[48] de que Xiras é muito mais antiga é contradita pela percepção local.

O diplomata faz também referências, ainda que breves, a outros sítios históricos, designadamente às capitais dos reis aqueménidas. É o caso de Pasárgada, que identifica com a cidade de Pasa,[49] e também de Susa, associada a Suster,[50] correspondendo hoje à cidade de Shush. Todavia, a descrição que, de longe, é mais extensa e em que o autor se detém mais demoradamente é a de Persépolis, a mais notável e magnificente capital aqueménida. As suas ruínas e os ecos dessa antiguidade misteriosa preservavam a memória da sua grandeza e esplendor, impressionando quaisquer viajantes que por ali passassem.

García de Silva y Figueroa não escapou a esse fascínio pela antiguidade e, durante a sua demorada permanência em Xiras, que se estendeu de 24 de Novembro de 1617 a 4 de Abril do ano seguinte,[51] decidiu visitar Persépolis, conhecida como Chilminara. Explica a etimologia do topónimo: "en lengua arabiga suena lo mesmo que quarenta alcoranes ó quarenta colunas".[52] Alcorão apresenta, na acepção em que o autor usa o vocábulo, um sentido diverso daquele a que estamos habituados, significando coluna ou, noutros contextos, minarete.[53] A elucidação do autor está em parte correcta. Se, efectivamente, "minara" constitui uma adaptação do árabe e significa o minarete, embora neste caso "coluna, já "chel" parece corresponder a ao numeral quarenta mas em persa.

47 *Comentarios*, vol. I, p. 346.
48 Fá-lo, de novo, mais adiante (*Comentarios*, vol. I, p.358), asseverando que Xiras foi fundada por Ciro, ainda que o seu nome actual resulte hoje alterado.
49 *Comentarios*, vol. I, p. 345. Corresponde a Pasa Kuri (cf. Samuel Butler, *Geographia Classica: or the application of Ancient Geography to the Classics* [Filadélfia, 1831], p. 181).
50 *Comentarios*, vol. I, p. 349.
51 *Comentarios*, vol. I, p.365.
52 *Comentarios*, vol. I, p.369.
53 Cf. Sebastião R. Dalgado, *Glossário Luso-Asiático* (2 vols., Hamburgo, 1982), vol. I, p. 22.

Rumo a Persépolis, a cerca de metade do caminho, García de Silva y Figueroa avista e faz referência ao rio "Bramiro". O diplomata afirma, concretamente, que este rio era conhecido na antiguidade como Araxes, referindo que é mencionado por autores como Quinto Cúrcio,[54] Diodoro[55] e Estrabão.[56] Manifesta, no entanto, a preocupação de precisar que este Araxes não era o mesmo que atravessava a Arménia.[57] Trata-se, muito provavelmente, do rio Kor, a sua designação actual.[58]

O nosso autor dedica atenção especial a este rio. Descreve detidamente a sua localização e itinerário, não deixa de mostrar, como vimos, que não o confundia com o outro Araxes e menciona-o como "sigundo y menor Araxes".[59] Evoca, uma vez mais, a antiguidade e refere o rio como cenário das façanhas de Alexndre Magno. O extenso relato, sustentado pela menção dos autores clássicos, tinha como objectivo final a confirmação de que efectivamente este rio, conhecido na época como "Bramiro", correspondia ao Araxes referido nessas fontes. Concluindo esta secção da obra, o embaixador afirma com clareza: "ainsi queda bastantemente aueriguado ser este rrio Araxes".[60] Acrescenta ainda que Alexandre o atravessou, acercando-se então de Persépolis. O propósito do nosso autor era, efectivamente, confirmar que este "Bramiro" era o Araxes atravessado por Alexandre e esse labor justificava-se pelas dúvidas e incoerências que a própria literatura clássica sustentava, ao mencionar os dois rios homónimos.

García de Silva y Figueroa visita, por fim, Persépolis. Fica obviamente impressionado pela antiguidade e pela monumentalidade das ruínas.[61] Chama-nos a atenção um comentário em que manifesta a sua perplexidade pelo facto de nenhum dos visitantes que o antecederam haver produzido "con propiedad ó alguna erudiçion"[62] uma descrição do lugar. Efectivamente, este comentário diz algo sobre a personalidade do embaixador, um homem curioso, exigente nas suas avaliações e que procura sustentar o que escreve, recorrendo àquelas que eram na época as autoridades históricas e literárias. É, pois, natural que manifeste a sua insatisfação e até incredulidade com a inexistência dessa descrição mais erudita, mas também se percebe desde logo que é seu anseio assumir essa missão.

54 Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre Magno,* v, 4, 7; 5, 2 e 3; 7, 9.
55 Diodoro, *Biblioteca Historica,* xvii, 69, 2.
56 Estrabão, *Geografia*, xv, 3, 6.
57 *Comentarios*, vol. I, p. 370.
58 O rio era também conhecido como Bundemir e talvez tenha aí origem o nome usado por García de Silva y Figueroa, isto é, "Bramiro". Cf. *The Modern Traveller: A Popular Description, Geographical, Historical, and Topographical, of the Various Countries of the Globe: Persia and China* (2 vols., Londres, 1827), vol. II, pp. 4-5.
59 *Comentarios*, vol. I, p. 371.
60 *Comentarios*, vol. I, p. 372.
61 *Comentarios*, vol. I, p. 373.
62 *Comentarios*, vol. I, p. 373.

A sua descrição arquitectónica do complexo, e em especial das colunas, é extensa, rigorosa, registando medidas e distâncias, características, materiais, paralelismos e quase nos imaginamos a deambular pelo recinto, apreciando a sua magnificência. A dado passo, o embaixador conduz-nos até ao Apadana, a sala hipostila onde o rei persa recebia os dignitários de todas as partes do império. Ao longo da escadaria, descreve o extenso painel de baixo-relevo, impressionado pela beleza das cenas esculpidas. O combate entre o leão e o touro é apreciado com especial assombro. García de Silva y Figueroa não hesita em declarar que o predador foi esculpido com grande perfeição, destacando o realismo e o detalhe da representação.[63]

Estamos agora dentro do Apadana. O diplomata tem a consciência de que está perante uma arquitectura diferente daquela que conhece, com cânones distintos da clássica: "aunque sin las partes que comunmente ay en la architectura antigua, pero hermosamente labradas, guardando en todo admirable medida y proporçion".[64] A afirmação, quase conclusiva, faz jus à descrição pormenorizada que foi fazendo ao longo da visita, destacando-se a apreciação estética do todo e das partes mas também o elogio da medida e da proporção. Os magníficos baixos-relevos impressionam-no de tal maneira que afirma, tendo certamente o mundo clássico como matriz referencial, que nunca havia visto, nem reconhecido nas "memorias de la antiguedad",[65] algo que apreciasse tanto.

García de Silva y Figueroa é não só um observador atento e rigoroso como também alguém dotado de um notável sentido estético e com uma cultura visual que lhe permite apreciar e transmitir as suas impressões. Acompanhamo-lo mentalmente na sua deambulação através de Persépolis e quase que podemos intuir, pelas suas palavras, a emoção e a exaltação com que vai entrevendo, a cada passo, novos motivos de interesse e de reflexão.

O vislumbre desta originalidade, a consciência de jamais haver visto algo idêntico, levam-no a reflectir sobre a sua antiguidade. Ele próprio o diz com clareza, comentando as representações das figuras e a sua indumentária: "el ábito y venerable trage de los hombres de aquel antichissimo siglo, tan diferente del que en Asia sigun la memoria que se puede tener, jamas se a vsado ni se vsa agora".[66] García de Silva y Figueroa não esconde, por conseguinte, a sua perplexidade perante a originalidade daquilo que observa. O deslumbramento diante do concreto é evidente quando contempla e toca as pedras de que são feitas aquelas colunas e edificações.[67] Assombrado com a perfeição e com a qualidade dessas pedras, inalteráveis e resistentes ao tempo, o diplomata cogita sobre a antiguidade ambígua e incerta do que testemunha em Persépolis.

63 *Comentarios*, vol. I, p. 379.
64 *Comentarios*, vol. I, p. 380.
65 *Comentarios*, vol. I, p. 380.
66 *Comentarios*, vol. I, pp. 380-381.
67 *Comentarios*, vol. I, p. 382.

Uma das cenas em baixo-relevo que mais impressionam García de Silva y Figueroa é, noutra área do complexo, o Tesouro, zona adjacente à sala do Trono, a que corresponde à representação de Dario I recebendo o príncipe herdeiro. O embaixador descreve minuciosamente a cena mas não identifica a personagem sentada e a sua dignidade real. Alude à indumentária das figuras representadas, que lhe lembra a dos antigos romanos, bem como a dos senadores de Veneza. Numa outra zona, que correspondia ao harém de Xerxes, García de Silva y Figueroa descreve outro baixo-relevo em que identifica uma personagem que se lhe afigura ser muito semelhante às da cena anterior, sobretudo pela barba, pelo cabelo, pela indumentária e pelo bordão que empunha. Apesar da "suma y autorizada grauedad"[68] que lhe reconhece, não identifica a personagem, Xerxes, nem a sua dignidade real.

O autor é, como já tivemos ocasião de afirmar, minucioso na sua descrição e muito atento aos pormenores, especialmente os que se prendem com a indumentária e adereços pessoais. Lembremos o comentário em que exprime a sua estranheza pelo facto de não haver antes sido registada nenhuma descrição do lugar "con propiedad ó alguna erudiçion".[69] Era esse, claramente, o seu propósito. Fá-lo, recorrendo a uma linguagem rigorosa mas não se fica por aí. Efectivamente, fazendo-se acompanhar por um pintor, mandou que este registasse várias das representações que ali observou. Parece-nos, não obstante, evidente que García de Silva y Figueroa pretendia não apenas a descrição rigorosa, verbal e gráfica, como também um registo que ficasse para a posteridade.

Há outras representações que prendem, pelo seu carácter inusitado, a atenção do diplomata. Referimo-nos às cenas de combate entre figuras humanas e criaturas híbridas como leões alados ou com aspecto de serpentes, que lhe recordam a iconografia que representa a peleja entre Hércules e a Hidra.[70] Estas cenas eram comuns no registo iconográfico mesopotâmico. A arte aqueménida era, em muitos aspectos, herdeira da iconografia assíria, assistindo-se a uma continuidade na representação de figuras como os leões e os touros alados ou outros animais híbridos, assim como de cenas de combate entre o leão e o rei-herói.

As representações visíveis da escrita impressionam vivamente o diplomata. Afirma, a dado passo, que as inscrições que ali observa são compostas por "letras del todo incognitas", mas declara, com convicção, que são mais antigas que as hebraicas, as

68 *Comentarios*, vol. I, p. 383.
69 *Comentarios*, vol. I, p. 373.
70 *Comentarios*, vol. I, p. 387.

árabes e as caldeias, não apresentando qualquer similitude com estas e ainda menos com o grego ou com o latim.[71] Impressiona-o igualmente o facto de esta escrita se encontrar gravada na própria pedra e de tal forma que ordenou ao pintor que o acompanhava que reproduzisse igualmente alguns desses signos.[72] Chama a esses signos cuneiformes letras e informa-nos que "estauan cauadas y labradas muy hondas en la piedra, conpuestas todas de piramides pequeñas puestas en diferentes formas".[73] Não deixa de ser uma boa descrição da escrita cuneiforme, a qual observava pela primeira vez.

Aspecto curioso na observação e na análise que García de Silva y Figueroa faz da iconografia de Persépolis é a conclusão de que estas representações não continham ilustrações de figuras femininas, o que lhe suscita estranheza. Todavia, o alvo da sua curiosidade parece ser especificamente a indumentária que as mulheres desse tempo usariam. Especula então que sendo o traje masculino ali figurado tão digno, decerto que o das mulheres não deixaria de o ser igualmente.[74] Para além de evocar Homero e a descrição que este faz acerca da forma como vestiam as mulheres de Tróia, as quais se distinguiam pela decência dos seus trajes, quando comparadas com as outras mulheres orientais,[75] o embaixador evoca a própria Bíblia, citando o capítulo 15 do livro de Ester.

A descrição de Persépolis ocupa longamente García de Silva y Figueroa. O autor não tem dúvidas de que se trata da antiga capital dos aqueménidas,[76] embora sinta a necessidade de o asseverar, como que respondendo a eventuais incertezas de outros. A sua percepção da antiguidade pré-clássica e oriental, bem como da respectiva cronologia, revela-se, não obstante, algo imprecisa e insegura, o que era normal, considerando os conhecimentos limitados da época e os condicionalismos impostos por fontes secundárias e indirectas, como eram a Bíblia e os autores gregos e latinos. Afirma que, embora as "sagradas letras" e os "autores profanos" tenham primeiro dado notícia sobre Nínive[77] e sobre a Babilónia,[78] não é de descurar a antiguidade de

71 *Comentarios*, vol. I, p. 380.
72 *Comentarios*, vol. I, p. 388.
73 *Comentarios*, vol. I, p. 389.
74 *Comentarios*, vol. I, p. 390.
75 *Comentarios*, vol. I, p. 390.
76 *Comentarios*, vol. I, p. 390.
77 Sobre Nínive, García de Silva y Figueroa cita duas autoridades: uma bíblica, o profeta Naum, e a outra clássica, Diodoro. Relativamente a Naum, terá em mente Na 1, 8, onde o profeta alude à destruição de Nínive, provocada por uma inundação,o que é entendido como uma profecia da conquista da metrópole assíria por babilónios e medos. Na 2, 7 alude ao arrombamento das portas do rio, que leva à destruição do palácio real. J. Scurlock (em "The Euphrates Flood and the Ashes of Nineveh [Diod. II 27.1-28.7]", *Historia Zeitschrift für Alte Geschichte*, 39, 3 [1990], pp. 382-384) estabelece, tal como o nosso autor, a relação entre esta passagem bíblica e o comentário de Diodoro em *Biblioteca Histórica*, II, 27.1, admitindo uma provável tradição histórica acerca da conquista de Nínive. Diodoro equivoca-se, uma vez que situa a capital assíria nas

Persépolis, a qual, apesar de mais longínqua e menos afamada, poderia ser mais antiga do que outras metrópoles históricas.[79] É o caso de Mênfis. García de Silva y Figueroa diz-nos que a cidade nunca ultrapassou a glória de Nínive e da Babilónia e deprecia as pirâmides, afirmando que estas mais não são do que "unos grandes montones de piedras". É claro que a sua análise é condicionada pelo concreto, pelo visível, em suma, pelo monumental. Estávamos longe do séc. XIX, a época das grandes descobertas e dos grandes avanços na arqueologia e na história destas antiguidades ainda ocultas e enterradas, cujas escritas permaneciam misteriosas e por decifrar. Nesse sentido, embora reconheça a admiração que as pirâmides suscitavam na Europa, o autor manifesta a sua visão crítica, comentando que Persépolis, ainda que desconhecida, se superiorizava claramente, graças à magnífica escultura e à excelente arquitectura.[80]

A grandiosidade de Persépolis é, como não podia deixar de ser na típica perspectiva de García de Silva y Figueroa, fundamentada não apenas na sua observação directa e pessoal mas igualmente na leitura e evocação dos autores clássicos. Por isso, convoca mais uma vez Arriano, Diodoro, Plutarco e Quinto Cúrcio, sempre presentes no seu espírito.[81] É Diodoro,[82] sem dúvida, quem lhe merece mais crédito ao fazer a descrição da dimensão e da importância da metrópole e ao narrar também o seu ocaso. Não obstante, o nosso autor está longe de fazer uma leitura acrítica das suas fontes e relativamente a Diodoro questiona,[83] por exemplo, a existência das três muralhas[84] que o autor clássico defende. Preocupa-se com o rigor da tradução e mostra ser um leitor crítico, assim como um observador atento e rigoroso, não hesitando em contrariar o conhecimento comum e estabelecido sempre que as suas próprias indagações o conduzem em sentido oposto.

A visita a Persépolis é indubitavelmente uma das temáticas mais importantes dos *Comentarios*, no que respeita à antiguidade. No entanto, e ainda que com menor expressão e desenvolvimento na narrativa de García de Silva y Figueroa, ocupa

assíria nas margens do Eufrates, em vez do Tigre, informando que a inundação teria tido origem no primeiro rio. Não obstante, García de Silva y Figueroa não se deixa enganar e ainda que evoque Naum e Diodoro dá a informação correcta. Não se podendo provar que a inundação tenha tido alguma relevância na tomada da cidade, observa-se, ainda assim, que o nosso autor, embora citando Diodoro, não embarca no seu equívoco na identificação do rio.
78 Sobre a Babilónia, García de Silva y Figueroa destaca as suas muralhas e as suas obras de irrigação, especialmente os jardins suspensos. Diodoro descreve a mítica obra em *Biblioteca Histórica*, II, 10.
79 *Comentarios*, vol. I, pp. 390-391.
80 *Comentarios*, vol. I, p. 391.
81 *Comentarios*, vol. I, p. 392.
82 Diodoro dedica especial atenção à descrição da cidade em *Biblioteca Histórica*, xvii, nos capítulos 70-74.
83 *Comentarios*, vol. I, p. 393.
84 Diodoro, *Biblioteca Histórica*, xvii, 71, 4.

também lugar relevante a discussão acerca de Ecbátana. García de Silva y Figueroa afirma, ainda que sem convicção, que "Tauris" (Tabriz) correspondia à antiga Ecbátana, a antiga capital da Média e uma das capitais dos aqueménidas.[85] Embora fosse opinião corrente na Europa ser esta "Tauris" a antiga Ecbátana, mais adiante, o autor torna-se mais claro, ao negar categoricamente a verosimilhança dessa identificação.[86] Argumenta que dificilmente os vestígios de uma tão grande cidade teriam assim desaparecido na totalidade. Por outro lado, também lhe parece estranho o facto de os autores clássicos, e entre eles Apiano e Plutarco, não haverem referido a metrópole, a propósito da campanha de Marco António através da Média.[87]

García de Silva y Figueroa não sabia que Ecbátana correspondia à actual Hamadan. Tinha, todavia, a convicção, ainda que contrariando a opinião comum, que aquela não podia, por todos os argumentos aduzidos, ser localizada em Tabriz. Um dos argumentos principais a favor da sua localização em Tabriz prendia-se com a sua dimensão urbana e populacional nos inícios do séc. XVII. Essa dimensão no presente corresponderia decerto à importância que a cidade teria tido outrora. Este era o argumento, mas o diplomata, na sua atitude crítica, refuta-o: "las ciudades muy antiguas, particularmente las que lo son tanto como Ecbatana, estan, no solo en este tienpo, pero mucho numero de siglos antes, del todo desoladas ó con muy pocos vestigios de lo que antes fueron".[88] Dá, logo de seguida, varios exemplos: Alexandria, Antioquia, Babilónia, Persépolis, entre vários outros. São cidades que "se veen agora rreduzidas á muy pequeñas aldeas, y algunas que casi no se halla rrastro en que parte fuesen".[89] Este raciocínio pressupõe a ideia de que a grandeza histórica de uma cidade é transitória e também que o que foi notável outrora perde, com o tempo, a sua expressão e importância.[90] Pelo contrário, muitas das grandes cidades de hoje teriam a sua origem muito mais recente. Está assim subjacente ao pensamento de García de Silva y Figueroa uma reflexão sobre o sentido transitório da história e a percepção de que as grandes metrópoles da antiguidade haviam todas passado por um processo de decadência que as conduzira a uma expressão mínima ou mesmo ao oblívio, não fora a memória que delas ficou através dos autores gregos e latinos e da Bíblia.

García de Silva y Figueroa volta ao tema da identificação errónea de Ecbátana com "Tauris", aduzindo novos argumentos. Afirma que os jardins, as fontes e os canais de irrigação que se podiam observar em "Tauris" mostravam que a edificação da

85 *Comentarios*, vol. II, p. 40.
86 *Comentarios*, vol. II, p. 209.
87 *Comentarios*, vol. II, p. 210.
88 *Comentarios*, vol. II, p. 212.
89 *Comentarios*, vol. II, p. 213.
90 O autor aponta, no entanto, o exemplo de Damasco como uma excepção a esta tendência, uma vez que esta cidade manteve, desde a antiguidade, a sua grandeza (*Comentarios*, vol. II, p. 213).

cidade havia tido lugar após a chegada dos árabes, não se encontrando quaisquer vestígios da sua suposta antiguidade.[91] No entanto, o diplomata não se limita a criticar ou a refutar as certezas relativas à geografia histórica. No caso de Ecbátana, propõe mesmo uma hipótese de identificação. Começa por referir que a decadente "Sultania",[92] situada a sudeste de "Tauris", estava agora reduzida a cerca de trezentas casas, embora pelas ruínas visíveis se percebesse a sua antiguidade e grandeza.[93] Valoriza a sua localização, situada bem no coração da Média, e defende então tratar-se de Ecbátana, a qual foi usada como residência de verão pelos reis aqueménidas[94] e constituía uma das suas capitais. O problema da identificação e localização de Ecbátana é interessante e ilustrativo do sentido crítico de García de Silva y Figueroa. Nesta discussão, o autor refuta a hipótese convencional, apresenta os argumentos que sustentam essa posição e atreve-se a suscitar a sua proposta de localização, fundamentada na observação directa e na análise histórica.

As descrições da Babilónia e da Mesopotâmia

A Mesopotâmia é outra área temática fundamental nos *Comentarios* de García de Silva y Figueroa. O autor estrutura essencialmente a narrativa de acordo com um critério geográfico, organizando-a de norte para sul, ao longo do Eufrates. Entre as várias referências históricas que vai coligindo, dá especial atenção a "Orfa",[95] identificando-a com a antiga Edessa,[96] Aparentemente, o embaixador reflecte aqui alguns equívocos acerca da tradição bíblica em torno da figura patriarcal de Abraão. Comenta que a cidade conserva a memória de Abraão, o que indica a convicção de que esta "Orfa"[97] seria a Ur donde Tera, pai do patriarca, havia partido em direcção a Harran[98] (Gn 11, 31). A tradição bíblica tem, no entanto, identificado esta Ur como a cidade situada na Mesopotâmia meridional, ainda que a moderna historiografia sustente que não se registam referências à Ur caldeia antes dos inícios do I milénio a.C. Observa a notável muralha de "Orfa", inseguro quanto à sua antiguidade, e menciona a tradição oral que reflectia narrativas sobre "Nenbrot".[99] O nome corresponde a uma corruptela de Nimerod, mencionado em Gn 10, 8-9 como um descendente de

91 *Comentarios*, vol. II, p. 213.
92 Corresponde à actual Soltaniyeh, situada entre Teerão e Tabriz.
93 *Comentarios*, vol. II, p. 214.
94 *Comentarios*, vol. II, p. 215.
95 *Comentarios*, vol. II, p. 246. Trata-se da actual Urfa, na Turquia.
96 Assim chamada desde Seleuco Nicátor.
97 Esta identificação correspondia, provavelmente, a uma tradição local.
98 Esta Harran é mencionada por García de Silva y Figueroa como "Carram", também na actual Turquia. O diplomata afirma que Abraão era natural desta cidade, o que contraria o relato bíblico, uma vez que em Gn 11,31 podemos ler que Tera abandonou Ur, acompanhado por Abraão e outros da sua família.
99 *Comentarios*, vol. II, p. 247.

Noé e em 1 Cr 1, 10 como o primeiro grande rei da terra. No Antigo Testamento, Nimerod está associado à Assíria, como podemos verificar em Mq 5, 5.[100]

Ainda no contexto da errância abraâmica, García de Silva y Figueroa alude também a Harran. A cidade, referida como "Carras", mas identificada claramente com a Harran bíblica e também associada à morte de Marco Crasso,[101] é presentemente, de acordo com a descrição do diplomata, "una pequeña aldea de çien casas",[102] o que vem ao encontro da lógica sugerida de que as metrópoles de outrora tendem a desaparecer ou a ficar reduzidas a uma expressão pouco significativa.

São obviamente muitas as referências, que a propósito da geografia histórica destes lugares que bordejam o Eufrates e o Tigre ou daqueles que se encontram nas suas proximidades, García de Silva y Figueroa vai mencionando ao longo dos *Comentarios*, evocando os autores clássicos e o Antigo Testamento. A Babilónia destaca-se, no entanto, em relação a todos os outros, fundamentalmente devido ao que representa na cultura ocidental, pelo seu simbolismo e pelo significado profundamente enraizado na antiguidade pré-clássica, transformado posteriormente pela Bíblia e pela literatura grega e latina. A Babilónia tornou-se assim um signo na religião e na civilização ocidentais e todos os viajantes europeus por terras asiáticas a queriam ver com os seus próprios olhos e confrontar o que testemunhavam com a concepção comum e tradicional, fruto do legado cultural bíblico e clássico.

García de Silva y Figueroa começa por apontar o erro comum que consistia em confundir a Babilónia com Bagdad.[103] Na realidade, a grande metrópole de outrora encontrava-se mais a sul. Para quem se acerque do lugar, as ruínas são bem visíveis e abundam os vestígios do betume e do adobe usados na antiguidade. O lugar é desolado, diz-nos o autor,[104] certamente encontrando razões, uma vez mais, para confirmar a sua convicção de que as grandes urbes de antanho tendem não só a perder o seu brilho como a enfrentar um declínio inexorável.

Faz-se eco das tradições locais, tanto de origem cristã nestoriana como islâmica, ao referir os alegados vestígios de episódios narrados no Antigo Testamento, os quais teriam tido como cenário esta região.[105] Não obstante, García de Silva y Figueroa

[100] Regista-se uma tradição sobre esta figura, inclusive exterior à própria Bíblia, a qual lhe atribui façanhas, bem como a participação na construção da Torre de Babel e a edificação de cidades. Essa reputação repercute-se igualmente, ainda que com especificidades, nas tradições judaica e islâmica.

[101] *Comentarios*, vol. II, p. 250.

[102] *Comentarios*, vol. II, p. 250.

[103] *Comentarios*, vol. II, p. 270.

[104] *Comentarios*, vol. II, p. 282.

[105] *Comentarios*, vol. II, p. 283. É o caso do episódio sobre os amigos de Daniel, condenados a arder numa fornalha (Dn 3,8-30); é igualmente o caso de Daniel que é lançado a uma cova com leões (Dn 6). García de Silva y Figueroa dá outros exemplos mais de situações em que os habitantes locais, para além do forno ou da cova de Daniel, pretendiam mostrar testemunhos e vestígios desses episódios bíblicos.

manifesta de novo o seu sentido crítico. Não aceita a verosimilhança destes testemunhos e vestígios, uma vez que não existia qualquer evidência ou inscrição que os pudesse sustentar ou confirmar.[106]

O ponto alto da narrativa a respeito da Babilónia não podia deixar de ser a Torre de Babel. O diplomata descreve o que se lhe afigura como "un altissimo cinborrio ó cupula, sobre gruesas paredes de ladrillo, tenido vulgarmente por todos por la torre de Babel y confusión de las lenguas".[107] Subscreve, todavia, as dúvidas de outros, como Cesare Federici,[108] acerca dessa pretensa identificação e prefere sustentar a hipótese de esta construção consistir, na realidade, na "piramide arruynada que Alexandro quiso rrestaurar en Babilonia",[109] citando a esse propósito Estrabão. Efectivamente, o autor informa-nos que Alexandre tinha a intenção de patrocinar a reconstrução desse edifício que caracteriza como a tumba de Belo, a qual havia sido destruída por Xerxes. Alexandre não chegou, todavia, a concretizar o seu desejo, uma vez que morreu entretanto.[110]

García de Silva y Figueroa refuta, por conseguinte, a identificação desta construção com a bíblica Torre de Babel. Não nega a sua existência inicial,[111] mas considera que o dilúvio e o próprio tempo se terão encarregado de apagar os vestígios dessa edificação, acrescentando que Heródoto não a menciona e que no tempo de Alexandre não se registava já qualquer sinal da sua sobrevivência.[112] Esta construção era, não obstante, a zigurate da Babilónia, associada ao complexo do templo de Marduk (Esagila), conhecida nesse tempo como Etemenanki. Terá sido a visão impressiva dessa construção imponente, a zigurate, que se terá repercutido na redacção do Antigo Testamento, vincando na tradição esse ícone cultural e religioso que é a Torre de Babel.

García de Silva y Figueroa, apesar de desprovido dos meios que lhe permitiriam ter uma visão mais informada e crítica sobre a Babilónia, tem a consciência da sua importância, referindo inclusive a elevada frequência com que a urbe mesopotâmica é

[106] *Comentarios*, vol. II, p. 283.

[107] *Comentarios*, vol. II, p. 283.

[108] Viajante veneziano que no séc. XVI atravessou igualmente esta região e foi autor de um relato acerca desse périplo.

[109] *Comentarios*, vol. II, pp. 283-284.

[110] Estrabão, *Geografia*, xvi 1, 5.

[111] O diplomata nunca contesta a informação com origem no Antigo Testamento. Pelo contrário, essa informação constitui, a par da literatura clássica, a *auctoritas* em que fundamenta a discussão e a sua argumentação.

[112] *Comentarios*, vol. II, p. 284.

mencionada na Bíblia, apenas ultrapassada por Jerusalém,[113] o que constituía para o diplomata e na sua época um indicador muito significativo. Essas referências bíblicas reflectem a importância histórica da grande metrópole na antiguidade, evidenciando a sua perdurabilidade ao longo do tempo. O embaixador tem a consciência de que a urbe, embora ainda imponente no tempo de Alexandre,[114] havia já perdido muito do seu esplendor, sofrendo as consequências da conquista de Ciro II, em 539 a.C.[115]

A queda da Babilónia ocupa a atenção de García de Silva y Figueroa, citando vários autores clássicos e a Bíblia. Entre os primeiros, evoca Heródoto,[116] Xenofonte,[117] Trogo Pompeu[118] e Diodoro,[119] apesar do carácter muito sucinto de alguns desses relatos.[120] No que concerne ao Antigo Testamento, cita o livro do profeta Jeremias e em particular os capítulos 50 e 51, que narram a queda da Babilónia. Cita igualmente o quinto capítulo do livro de Daniel, onde este decifra e interpreta o presságio ocorrido durante o banquete no palácio, o qual anunciava a futura queda da Babilónia. Acrescenta-se no texto bíblico que durante essa mesma noite o rei babilónico[121] foi

113 *Comentarios*, vol. II, p. 285.
114 Alexandre conquistou a cidade em 331 a.C. e veio a morrer nela em 323 a.C.
115 *Comentarios*, vol. II, p. 285.
116 O episódio é narrado por Heródoto, *Histórias*, i, 189, 1-191-6.
117 Xenofonte, *Ciropedia*, vii, 4, 16 e ss.
118 Trogo Pompeu, *Epítome de Justino*, i, 7.
119 Diodoro, *Biblioteca Histórica*, xvii, 71, 1. Diodoro relata o facto de Alexandre se haver apoderado do tesouro da cidade, acumulado desde o tempo de Ciro.
120 *Comentarios*, vol. II, p. 285.
121 Esta última fase da monarquia neo-babilónica suscita muitas dúvidas e equívocos quanto à sucessão dos seus últimos reis. García de Silva y Figueroa interessa-se particularmente pelo assunto (*Comentarios*, vol. II, pp. 288-289) e evoca três textos bíblicos. Daniel refere que este último rei da Babilónia teria sido Baltazar (Bel-sharra-usur), supostamente filho de Nabucodonosor (Dn 5, 1). Baruc (1, 11-12) concorda com essa ideia, afirmando também que este Baltazar era filho de Nabucodonosor e que teria sido o último rei babilónico. Não obstante, Jeremias, também citado pelo embaixador, parece apontar numa direcção diferente. Efectivamente, este parece divergir de Daniel e de Baruc, uma vez que, segundo o nosso autor, afirma que o último rei teria sido Merodac. Na verdade, em Jr 50, 2, na Vulgata, lê-se Merodac, mas referindo-se ao deus babilónico Marduk. García de Silva y Figueroa não o sabia e terá lido a referência como se se tratasse de um rei Merodac. Defende que este Merodac seria o mesmo que o Evil-Merodac mencionado em Jr 52, 31 e em 2 Rs 25, 27. Para resolver a suposta divergência entre Jeremias, por um lado, e Daniel e Baruc, por outro, afirma ainda que Baltazar e Evil-Merodac eram o mesmo rei. Acontece que este Bel-sharra-usur não era, de facto, filho de Nabucodonosor (604-562 a.C.). Na verdade, após a morte de Nabucodonosor, sucedeu-lhe o filho, Amel-Marduk (561-560 a.C.), referido no Antigo Testamento como Evil-Merodac. Este foi assassinado por Neriglissar (559-556 a.C.), que foi sucedido pelo filho, Labashi-Marduk, provavelmente ainda criança (556 a.C.). O último rei terá sido Nabónides (555-539 a.C.). Baltazar seria o seu filho. Cf. Amélie Kuhrt, *The Ancient Near East c. 3300-330 BC* (2 vols., Londres, 1998), vol. II, pp. 592 e 597.

assassinado (Dn 5, 30) e que lhe sucedeu Dario, o medo (Dn 6, 1).[122] García de Silva y Figueroa chama a atenção para o facto de Xenofonte[123] confirmar esta informação. Efectivamente, o autor grego também refere que durante o cerco persa os babilónios celebravam um festival religioso, despreocupados com a ameaça. Em Jeremias, também citado pelo diplomata, podemos ler que os babilónios se embriagarão, adormecerão e que jamais acordarão (Jr 51, 57). O diplomata colige todas estas referências acerca da queda da Babilónia, clássicas e bíblicas, e procura conciliar as explanações mais concretas sobre o evento, ligadas à natureza do cerco e às estratégias para penetrar na cidade, presentes nos autores clássicos, com as explicações de ordem moral e religiosa que podemos ler no Antigo Testamento, as quais apontam o carácter fraco e cobarde dos babilónios, a sua excessiva confiança e a negligência[124] com que lidaram com a questão.

A Babilónia como tópico de análise e de discussão, quer de aspectos relativos à sua identificação quer o problema da sua queda, levanta questões interessantes acerca do seu significado para o autor. Por um lado, a sua análise é de natureza historiográfica, apoiando-se nos autores antigos e até nas próprias narrativas vetero-testamentárias, que entende como fontes históricas com o mesmo valor. Nesse sentido, é a indagação do passado e o aprofundamento do conhecimento histórico que o motivam, apurados pelo sentido crítico com que observa e avalia. Por outro lado, a Babilónia tem um valor icónico na cultura ocidental e a sua análise, nomeadamente no que concerne ao problema da conquista persa, é indubitavelmente condicionada pela forma como aquela é perspectivada na Bíblia.

O problema da queda da Babilónia é extensamente tratado por García de Silva y Figueroa. O autor prossegue com a análise de outros aspectos ligados à história da metrópole, designadamente aqueles que se prendem com a presença de Alexandre na cidade. Privilegiámos, no entanto, na nossa abordagem os temas em que o embaixador aprofunda os tópicos de discussão, isto é, aqueles em que reflecte criticamente, em que sustenta os seus argumentos nas fontes, em detrimento das passagens em que se limita a evocar a onomástica e a toponímia antigas ou mesmo os pequenos apontamentos históricos, que povoam abundantemente a obra.

Considerações finais

A obra de García de Silva y Figueroa constitui um valioso repositório de informação[125] que interessa tanto ao historiador da época moderna como ao da antiguidade.

122 Tratar-se-ía de Ciro II.
123 Xenofonte, *Ciropedia*, vii, 5, 15.
124 *Comentarios*, vol. II, pp. 286-287.
125 Joaquín Córdoba afirma mesmo que só agora começamos a valorizar o manancial de informa-

Faz certamente parte da genealogia da assiriologia, essa disciplina científica que terá o seu nascimento oficial no séc. XIX, o século do orientalismo científico.

A sua preparação cultural é evidente ao longo dos *Comentarios*, manifestando um profundo conhecimento dos autores clássicos mais lidos na sua época, os quais vai evocando a par e passo, à medida que a observação e a análise o vão justificando. São os historiadores e os geógrafos da antiguidade, alguns deles os biógrafos de Alexandre. As narrativas biográficas do rei macedónico tinham, muitas delas, a Pérsia e a Mesopotâmia como cenários. A observação do concreto, isto é, as ruínas, os vestígios da antiguidade, é quase obsessivamente confrontada com a citação e o comentário das fontes clássicas e bíblicas. Essas fontes são usadas pelo diplomata como uma autoridade, invocada na sua argumentação.

Os dois universos literários, culturais e referenciais, que consistem nos horizontes clássico e bíblico, são conciliados na perspectiva de García de Silva y Figueroa. Mesmo quando se apresentam divergentes, o embaixador encontra uma argumentação lógica que os concilia. Esses universos referenciais revelam-se essenciais na abordagem experiencial do concreto e da realidade que vai contactando, a qual, até ali, lhe era conhecida apenas através do legado cultural que o forma.

Uma das questões decisivas na nossa leitura dos *Comentarios* é a de saber que peso tem a antiguidade em García de Silva y Figueroa e qual a sua função na mundivisão do autor. Faz o elogio da antiguidade: da sua técnica, através das longas e pormenorizadas descrições da escultura e da arquitectura, da sua estética e da sua memória, revisitando, através das suas narrativas, vários episódios emblemáticos do passado. A compreensão e a descrição da antiguidade e a observação directa dos seus signos visíveis são apoiadas em estratégias de apropriação, que consistem na *comparatio* e na *interpretatio*. As antiguidades que, sobrepostas na narrativa, vão sendo evocadas pelo autor, como num palimpsesto, são com frequência, com recurso à comparação e à interpretação, usadas para compreender e interpretar a realidade que testemunha com perplexidade.

A *peregrinação*, que o leva a revisitar lugares onde nunca esteve, mas de que guarda memória, suscitada pelo legado cultural clássico e bíblico, produz em García de Silva y Figueroa um deslumbramento provocado pela experiência e pela observação directa e vivencial. Essa revisitação envolve o conhecimento e o reconhecimento cultural dessa antiguidade *literária* que o autor indaga e que procura vislumbrar no que é concreto, no que é visível, no que permanece.

ção que esta obra nos oferece. Cf. Joaquín Córdoba, "Un caballero español en Isfahán: La embajada de Don García de Silva y Figueroa al *sha* Abbás el Grande (1614-1624)", *Arbor* 180, 711-712 (2005), p. 648.

Um viajante sem mapas? Figueroa e a cartografia da Pérsia

ZOLTÁN BIEDERMANN *

A 20 de Outubro de 1614, enquanto a nau em que ia D. Garcia de Silva y Figueroa se aproximava da Índia pela zona das Maldivas, foi encontrado junto à cama do embaixador um ninho de ratos. Como se a pestilência e o ruído causados pelos pequenos roedores não bastassem, acharam-se no ninho toda a sorte de objectos roubados aos passageiros mais folgados: panos, *lienços de narizes*, uma meia de seda e um sem-número de penas para escrever. Mas o mais surpreendente estava ainda para vir. Ao longo dos meses, os ratos haviam também acumulado "gran cantidad de papeles en que auia hojas enteras de roteros, de libros de deuoçion en latin y romançe, y de otros libros profanos".[1]

É raro termos um testemunho tão explícito do uso de livros e papéis numa nau portuguesa do século XVII, uma indicação tão clara de como alguns tripulantes não só os transportavam e consultavam ocasionalmente, como também os deixavam abertos no escasso espaço das suas cabines enquanto se ausentavam para dedicar-se a outros afazeres. No entanto, é também de notar como este trecho não refere nenhum mapa. Não que eles não tenham existido a bordo da nau – seria difícil imaginar a sua total ausência, a despeito de nenhuma passagem do texto os referir explicitamente – ou que Figueroa não os tenha consultado, antes e possivelmente durante a viagem oceânica, para situar-se nas vastidões que percorria. Mas, de maneira assaz interessante, as referências que Figueroa faz a mapas ao longo do seu texto são escassas e, quando aparecem, não revelam qualquer confiança na cartografia enquanto meio moderno de representar os espaços que se iam explorando e, em parte, dominando. Coloca-se portanto a questão do estatuto da cartografia no quadro epistemológico de Figueroa. Qual seria a importância dos mapas para este viajante e autor?

* Birkbeck College, University of London.

1 *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, p. 103.

A cartografia da Pérsia até ao tempo de Figueroa

Antes de respondermos directamente à questão, vejamos o que teria estado ao dispor de Figueroa se investisse uma porção do seu tempo e dinheiro na recolha de testemunhos cartográficos sobre a Pérsia. Sabendo como Figueroa se movia por um estrato social onde os mapas tiveram uma presença crescente em torno de 1600, é perfeitamente plausível que o nosso viajante tivesse observado alguns deles em pessoa. Mesmo que em Castela e em Portugal não pululassem os mapas nas casas da classe mercante como era o caso nos Países Baixos, as edições de Ortelius, Mercator e seus seguidores circulavam pela Península, e os mapas manuscritos, copiados a partir de originais guardados na Casa da Índia e na Casa de la Contratación, também havia muito que não eram secretos. Importa ainda assim sublinhar, mais uma vez, que nenhum documento fala explicitamente da consulta de qualquer um destes artefactos por Figueroa antes ou durante a sua viagem. Estamos portanto no domínio das hipóteses, examinando o panorama que teria *podido* exercer uma influência sobre o nosso viajante e autor.

A "cartografia portuguesa da Pérsia" – se é que tal coisa existiu alguma vez – deu os seus primeiros passos com a exploração das linhas costeiras do Golfo Pérsico no início do século XVI. Como é evidente, estas actividades desenrolaram-se numa época em que o controlo dos Safávidas sobre o Golfo que levava o nome de *Pérsico* havia quase dois milénios era escasso, se não inexistente.[2] Estava-se portanto a cartografar a periferia de um império, um espaço onde as embarcações portuguesas se moviam com relativo à-vontade. É nos mapas portugueses que se observa a passagem, na primeira década do século XVI, do modelo ptolemaico (um Golfo Pérsico aproximadamente rectangular com uma saída para o Índico a Sudeste) a modelos mais próximos da realidade física. Conforme mostrámos noutro lugar, existem indícios de uma exploração relativamente sistemática do litoral da Pérsia no âmbito das actividades relacionadas com a tomada de Ormuz e a apropriação portuguesa das redes de navegação, comércio e diplomacia deste empório em direcção a Barém e à foz do Eufrates nos anos seguintes.[3] Dada a novidade das observações na zona, não surpreende que existissem ao longo do século XVI várias formas distintas de representar o Golfo, as quais por vezes conviviam lado a lado umas com as outras, revelando esforços frequentemente descoordenados para afinar a cartografia do espaço marítimo em questão.[4]

Note-se como esta cartografia não constituía necessariamente uma condição *sine qua non* para uma navegação segura no Golfo, que regra geral se percorria facilmente com a ajuda de pilotos locais. Visto que se podia ir de Ormuz a Barém ou Baçorá em poucos dias sem consultar mapas ou roteiros, é por vezes difícil estabelecer qual seria a função "concreta" de tais actividades de reconhecimento. É clara, porém, a sua função simbólica ligada à crescente vontade de visualizar o mundo e à ambição da coroa portuguesa em legitimar um domínio dos mares que se queria hegemónico.[5] Embora nenhum artefacto manipulado no próprio terreno sobreviva, a cartografia hoje preservada reflecte de forma notável os desenvolvimentos dos originais perdidos. Temos assim cartas de Pedro Reinel (1510, 1517, 1519, 1522), Francisco Rodrigues (1513), Jorge Reinel (1519, c. 1519), Nuño García de Toreno (c. 1525), Juan Vespucci (1526), Diogo Ribeiro (1527, 1529, 1530), Gaspar Viegas (c. 1537), Giovanni Battista Agnese (c. 1540) vários anónimos (c. 1545, 1547, c. 1550-60, c. 1560), André Homem (1559), Bartolomeu Velho (c. 1560), Diogo Homem (1561), Lázaro Luís (1563), Sebastião Lopes (1565), Fernão Vaz Dourado (c. 1570) e Joan Martines (1578) – para mencionar apenas uma parte do acervo existente.[6]

Geralmente falando, estes mapas, portugueses ou ligados à tradição portuguesa *lato sensu*, fornecem pouca informação sobre as extensões terrestres do império safávida. Descrevem com minúcia e significativa precisão os litorais, mas não se preocupam em estender o saber assim produzido para dentro das terras. Isto talvez porque o salto epistemológico que a saída em terra teria implicado não se coadunava com o campo simbólico que a maioria dos cartógrafos portugueses consideravam seu, nem com os métodos que, pelo menos retoricamente, defendiam enquanto práticas marcadas por um grande rigor técnico. As superfícies brancas deixadas no papel revelam, como sabemos, não tanto a ignorância absoluta dessas zonas, mas sim uma ignorância relativa: era premente a consciência de que os métodos usados para cartografar os litorais (a "forma", no dizer de Francesc Relaño) não podiam ser aplica-

2 Cf. sobre o reino de Ormuz Jean Aubin, "Le royaume d'Ormuz au début du XVI^{e} siècle", *Mare Luso-Indicum*, 2 (1973), pp. 77-179, e ainda Jean Aubin, "La politique iranienne d'Ormuz, 1515-1540", *Studia*, 53 (1994), pp. 27-51.

3 Zoltán Biedermann, "Ormuz et sa région dans les cartes portugaises du XVI^{e} siècle", in Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region the Early Modern Period* (Wiesbaden, 2008), pp. 121-133; e Zoltán Biedermann, "Mapping the Backyard of an Empire: Portuguese Cartographies of the Persian Littoral during the Safavid Period", in Rudi Matthee & Jorge Flores (eds.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia* (Leuven, 2011), pp. 51-78.

4 Vejam-se várias genealogias cartográficas em Zoltán Biedermann, "The New Atlas of Historical Maps of the Persian Gulf – Methodological Aspects", in Dejanirah Couto, Mahmoud Taleghani & Jean-Louis Bacqué-Grammont (eds.), *Cartographie historique du golfe Persique*, (Teerão, 2006), pp. 61-75.

5 Poder-se-ia argumentar, também, que uma boa cartografia dos litorais constituía uma arma na luta contra a pirataria. No entanto, também aqui o conhecimento que pilotos e outros homens de experiência teriam dos cabos e das baías do Golfo seriam provavelmente mais eficazes do que os mapas, além de que a pirataria não constituiu, no século XVI, um problema maior nesta região.

6 Publicámos uma parte significativa destes mapas, e outros mais tardios, em *Atlas historique du golfe Persique / Historical Atlas of the Persian Gulf*, coord. Zoltán Biedermann (Turnhout, 2006).

dos da mesma maneira ao interior (o "conteúdo"),[7] e que portanto qualquer informação nestas zonas seria de uma qualidade substancialmente inferior à daquelas se posta no papel com as mesmas ambições pictóricas. Não queremos com isto dizer, evidentemente, que a cartografia dos litorais era em tudo rigorosa, que o seu método era científico no sentido moderno da palavra. Estudos sobre a cartografia marinha espanhola, melhor documentada nas suas práticas quotidianas do que a portuguesa, mostram como se tratava de uma actividade profundamente marcada por negociações sociais do saber.[8] No entanto, importa ainda assim frisar que cartografar com algum rigor uma linha costeira a partir de um navio português era incomparavelmente mais exequível do que cartografar o interior de um país como a Pérsia. Mesmo que adoptemos uma posição crítica face ao rigor da cartografia marinha do século XVI, devemos ter em conta como a divisão dos saberes entre o mar e a terra se manteve relevante em Portugal tanto ao nível simbólico como prático, e que existiu um declive marcado e persistente entre a quantidade e qualidade da informação cartográfica portuguesa relativa aos litorais, por um lado, e aos interiores, por outro, particularmente no Médio Oriente.

A inibição face à cartografia terrestre acabou por selar o destino de uma tradição notável, mas incapaz de adaptar-se ao mercado que mais cresceria na segunda metade do século, o dos mapas impressos.[9] Por razões variadas, os mapas portugueses acabaram por exercer uma influência mais indirecta do que directa sobre a restante cartografia europeia da região pérsica.[10] Esta influência deveu-se ao facto de serem parcialmente copiados na Itália e nos Países Baixos. Enquanto a cartografia portuguesa, crescentemente isolada na sua mundividência e metodologia, se concentrou nos litorais, a nova cartografia italo-flamenga, mais consciente das possibilidades comerciais de uma produção impressa massificada, dedicou-se com relativo sucesso a preencher as áreas deixadas em branco por aquela. Não surpreende que a cartografia da Pérsia sofresse os seus maiores avanços nos séculos XVI e XVII fora do âmbito estritamente ibérico, em Veneza e nos Países Baixos – para não mencionar a hipótese, aliciante mas mal documentada, de avanços feitos na própria Pérsia.[11] Vistas as

7 Francesc Relaño, *The Shaping of Africa: Cosmographic Discourse and Cartographic Science in Late Medieval and Early Modern Europe* (Aldershot, 2002), p. 185.

8 Alison Sandman, "Spanish Nautical Cartography in the Renaissance", in David Woodward (ed.), *History of Cartography*, vol. III (Chicago & Londres, 2007), pp. 1095-1142.

9 O panorama da cartografia terrestre impressa encontra-se documentado em Cyrus Alai, *General Maps of Persia, 1477-1925* (Leiden & Boston, 2005).

10 Cf. Biedermann, "The Dutch Cartography of the Persian Gulf in the Seventeenth and Eighteenth Centuries", in *Atlas historique du golfe Persique*, pp. 157-235.

11 A hipótese de uma cartografia islâmica altamente influente na época moderna é defendida vigorosamente em Fuat Sezgin, *Geschichte des arabischen Schrifttums*, vols. XI-XII: *Mathematische Geographie und Kartographie im Islam und ihr Fortleben im Abendland* (Francoforte, 2000). Não nos cabe julgar a qualidade desta obra para além da constatação de que as provas aduzidas em favor da sua tese nos parecem discutíveis. Para além disso, mesmo que se confirme a existência de mapas islâmicos da região, quedaria por discutir a sua articulação com a cartografia ocidental.

cautelas que os cartógrafos portugueses manifestavam no tocante ao interior dos territórios asiáticos, era importante que alguém se atrevesse a formular novas hipóteses no papel, mesmo sabendo que os dados não seriam de fiar. Homens como Giacomo Gastaldi em Veneza, Gerard Mercator em Lovaina e Duisburg, e Abraham Ortelius em Antuérpia produziram mapas infinitamente mais ricos do que os mapas portugueses no tocante à massa continental da Ásia ocidental. Vendidos em tiragens de milhares de cópias, os seus produtos exerceram uma influência duradoira sobre toda a produção cartográfica europeia.

Uma das grandes incógnitas nas obras de Gastaldi, Ortelius e Mercator é a proveniência exacta da informação sobre o interior da Pérsia. O veneziano Giacomo Gastaldi tem vindo a emergir como o autor mais determinante para a cartografia ocidental dos impérios otomano e safávida,[12] o que não surpreende, visto que a ele se deve o primeiro mapa cujo título inclui o nome da Pérsia – a *Persia Nova Tabula* de 1548[13] – e ainda o mais importante mapa da Anatólia, Pérsia e Ásia Central modernas produzido no século XVI, o *Disegno della Prima Parte de l'Asia* de 1559[14]. Em marcado contraste com todos os mapas ibéricos produzidos no século XVI, Gastaldi conseguiu nas décadas de 1540-60 elaborar, em Veneza, um mapa com numerosos topónimos modernos para os quais os historiadores têm em vão procurado uma fonte única. Segundo Sonja Brentjes, Gastaldi baseou-se em Ptolomeu, mas a sua Pérsia é o resultado de uma construção complexa, feita a partir de elementos múltiplos de origem e carácter diversos, geralmente ligados aos interesses comerciais e diplomáticos de Veneza no Próximo Oriente. Ortelius e Mercator, por sua vez, usaram Gastaldi de forma sistemática. Temos sem dúvida de ser mais abertos do que até agora à ideia de que numerosos viajantes atravessaram a Pérsia no século XVI, por vezes sem deixar rasto nos arquivos, mas dinamizando a circulação dos saberes geográficos.[15] Livres do constrangimento simbólico de produzirem cartas de alta precisão (ou com aparência de alta precisão), os cartógrafos da Itália e dos Países Baixos souberam aproveitar este fluxo de informação para enriquecer os seus produtos e reforçar, à medida que o tempo passava, uma impressão de aumento quantitativo do conhecimento ao dispor do público.

12 Sobre a importância de Gastaldi para Ortelius, cf. Peter H. Meurer, *Fontes Cartographici Orteliani* (Weinheim, 1991), p. 71, e Sonja Brentjes, "Immediacy, Mediation, and Media in Early Modern Catholic and Protestant Representations of Safavid Iran", *Journal of Early Modern History*, 13 (2009), pp. 186-187. Sobre Gastaldi e a Pérsia, veja-se também, Sonja Brentjes, "The representation of Iran in Western maps from 1300 to 1840", *Archives Internationales d'Histoire des Sciences*, 60/2-165 (2010), pp. 457-476.

13 Reproduzido em Alai, *General Maps*, p 38. O segundo mapa, *Il Disegno della Seconda Parte dell'Asia*, encontra-se reproduzido em *Atlas Historique du golfe Persique*, pp. 132-133.

14 Reproduzido em Alai, *General Maps*, p. 57.

15 Cf. Sonja Brentjes, *Travellers from Europe in the Ottoman and Safavid empires, 16th-17th centuries: Seeking, transforming, discarding knowledge* (Aldershot, 2010).

Importa também notar aqui como, na segunda metade do século XVI, aumentou o interesse dos cartógrafos europeus em elaborar mapas sobre a geografia histórica da Europa, África e Ásia. Assim, encontramos no *Theatrum* de Ortelius, com extensões sucessivas nas várias edições do final do século, um *Parergon* que foi crescendo até atingir 38 cartas na versão de 1612, a última que Figueroa poderia ter consultado antes de partir para a Índia.[16] Aí está incluído, com o número xxxiiij, um mapa da Pérsia que leva o título *Alexandri Magni Macedonis Expeditio*, datado de 1595. Nela encontramos alguns elementos que o nosso viajante teria sem dúvida procurado localizar: a cidade de *Persepolis regia totius Orientis*, as *Pilae Persidis et Susidae*, e *Pasargada ubi Cyri regis sepultura.*[17]

O atlas de Lázaro Luís

É notável como a cartografia renascentista portuguesa se concentrou numa representação minuciosa das margens do Golfo Pérsico, contando cabos, ilhas e surgidouros com grande precisão, mas evitando colocar no interior mais do que alguns topónimos regionais como *Carmania*, *Pérsia* ou *Mogostão*, ou alguns elementos visuais quase sempre genéricos. Se nalguns mapas a Pérsia toma uma forma mais concreta do que as vastidões da Ásia Central, é graças à preocupação dos seus cartógrafos em incluir um desenho do Mar Cáspio. Este mar interior vinha carregado, nos mapas de tradição ptolemaica, de uma ideia errónea segunda a qual ele seria oval, com a sua maior extensão indo no sentido Este-Oeste. Mas numerosos autores medievais corrigiram tal acepção,[18] fazendo surgir na cartografia figuras mais complexas e próximas da realidade física, por exemplo no Atlas catalão de 1375 (Figura 23), de cujo desenho ainda encontramos ecos no mapa de Juan de la Cosa, feito nos primeiríssimos anos do século XVI. Não parece que a entrada em campo dos portugueses tenha trazido uma inflexão. Os planisférios de Diogo Ribeiro, feitos em Sevilha em finais da década de 1520, estão próximos da tradição tardo-medieval que acabamos de referir, embora não apresentem topónimos para esta área. O Mar Cáspio aparece aí (por exemplo no fragmento de c. 1530 – Figura 24) com algumas características que podemos considerar "correctas", nomeadamente o facto de a sua bacia meridional se

16 *Parergon sive Veteris Geograpiae aliquot Tabulae…*, incluído no final de *Theatrum Orbis Terrarum* (Antuérpia, 1612). O mapa da Pérsia encontra-se reproduzido em Rouben Galichian, *Historical Maps of Armenia: The cartographic heritage* (Londres & Nova Iorque, 2004), p. 133. Sobre a "instabilidade" inerente ao processo de reprodução do *Theatrum* ao longo das décadas, veja-se Marcel van den Broeke, "Unstable editions of Ortelius' atlas", *The Map Collector*, 70 (1995), pp. 2-8.

17 Nos mapas não-históricos de Ortelius, este último lugar aparece como uma cidade chamada "Sepultura". Sobre as *pylae* ou "portas", cf. nota *infra*.

18 Sobre este assunto, veja-se Leo Bagrow, "Italians on the Caspian", *Imago Mundi*, 13 (1956), pp. 2-10.

encontrar enquadrada a Oeste por uma protuberância terrestre onde hoje se encontra a cidade de Baku. Na ponta superior daquilo que assim emerge como a bacia setentrional vê-se, numa forma praticamente idêntica à do Atlas Catalão, o delta do rio Volga. Note-se também como, em tudo isto, a posição ocupada pelo mar interior em relação ao Mar Negro e ao Golfo Pérsico é aproximadamente correcta.[19]

O que é mais desconcertante é como em certa cartografia portuguesa tudo isto foi subvertido – quando não ignorado – na segunda metade do século XVI. É o que se constata num par de desenhos que Lázaro Luís decidiu introduzir no seu "Atlas" de 1563, provavelmente produzido em Goa (ver Figura 25). No fol. 6v desse volume hoje conservado na Academia das Ciências de Lisboa,[20] surge-nos um estranho esboço do que Armando Cortesão supôs ser uma pequena extensão de território situado ao Sul da actual Teerão, entre os lagos de Daria-i-Namak e Tuslu Geul.[21] Desde que Cortesão optou por esta interpretação rocambolesca em 1935, nunca se procedeu a um estudo mais aprofundado deste mapa, onde tudo confunde o observador: desde a escala, que não se coaduna com a de um mapa local, passando pelos contornos geográficos que não correspondem a nada na cartografia actual, até aos topónimos, dos quais Cortesão só aventou a identificação de um, sem qualquer fundamento.[22] Vale a pena determo-nos por um instante neste exemplar relativamente pobre mas interessante do que poderá (ou não) ter sido uma tradição mais extensa de mapas e esboços cartográficos portugueses (ou luso-asiáticos) de zonas interiores da Ásia ocidental.

No objecto em questão, a escala de latitudes foi colocada verticalmente numa folha de papel usada na horizontal, como era frequentemente o caso. É um tanto surpreendente a escolha de uma escala entre 33° e 43° de latitude Norte, que abrangeria num mapa actual o terço setentrional do Irão (começando a Norte de Isfaão) e mais de metade do Mar Cáspio – mas a questão das latitudes da Pérsia estava longe de ser resolvida, conforme se constata aliás ao ler ainda o relato de Figueroa. É igualmente desconcertante que tenhamos, do lado direito, um grande lago estendendo-se aproximadamente de 34° 30' a 41°, e do lado esquerdo um lago mais pequeno, entre

19 Os desenvolvimentos não pararam por aqui, pois no mapa de Maggiolo de 1504 aparece um Mar Cáspio ainda consideravelmente mais elaborado, com numerosos topónimos e uma forma próxima da real, embora com a orientação incorrecta. Até agora não nos foi possível fazer uma leitura dos topónimos com base nas reproduções que possuimos do mapa.

20 Entre um mapa do Sudeste Asiático (f. 6r) e outro da América entre a cidade do México e a foz do Amazonas (f. 7v), o que indica talvez que a ordem das cartas não era originalmente esta – visto que o Golfo Pérsico aparece no f. 8r seguido pelo Mar Vermelho no f. 8v.

21 Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (2 vols., Lisboa, 1935), vol. II, p. 248. Reproduzido em *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. Armando Cortesão & Avelino Teixeira da Mota (6 vols., Lisboa, 1960), vol. II, estampa 218.

22 A "sidade de esta rabat" é identificada (com um ponto de interrogação, é certo) como sendo a actual Rabat Kerim, a cerca de 45 km a Sul de Teerão.

cerca de 39º 30' e 42º. Nada disto existe na topografia real, nem de perto, nem de longe. A chave do enigma está, porém, no próprio mapa. O que temos no lado direito da folha representa o Mar Cáspio, e não um lago menor. Aliás, o facto de aparecerem nas suas margens topónimos liga-se precisamente a isso: o mapa segue, mesmo nesta região do interior da Ásia, essencialmente uma lógica marítima. Alguns dos topónimos, usados pelo autor do mapa como se designassem centros urbanos, derivam dos nomes de sub-regiões do Norte da Pérsia. "Sidade de gillaom" corresponde ao Gilan, e "Sidade de Mase*n*daraom" ao Mazandaran – ambos presentes em vários mapas tardo-medievais. Outros nomes são mais difíceis de identificar num mapa actual do Irão mas perfeitamente reconhecíveis noutros mapas da época moderna, nomeadamente nos de Gastaldi e Ortelius: a "Sidade De estarabat" corresponde a "Starabat" no mapa de Gastaldi (e é correctamente identificado como uma região nos *Comentarios* de Figueroa).[23] "A sidade de barqe", por sua vez, corresponde a Baku. A "Sidade A q*u*e chamao portas Dalexa*n*dria" poderá remeter para o desfiladeiro pelo qual Alexandre teria entrado no Nordeste da Pérsia na sua perseguição a Dario, as *pylae* habitualmente identificadas com uma passagem pelas montanhas a Leste-Sudeste de Teerão,[24] embora também pudesse aludir a algum outro lugar associado com o Macedónio, ou ainda – quiçá a explicação mais satisfatória no presente caso – com a cidade de Darband/Ardebil.[25] O que é desconcertante é que o Mar Cáspio, correctamente orientado de Norte a Sul, venha rodeado de topónimos que só fazem sentido se virarmos a folha 90º contra a direcção do relógio. Aliás, enquanto a orientação Norte-Sul do mar está correcta, a protuberância terrestre que apresenta poderá muito bem corresponder à zona de Baku. Nesse caso, o mar e os topónimos teriam sido rodados em conjunto, como se alguém tivesse tido à mão um desenho sem mais nada e não tivesse sabido como integrá-lo no resto da geografia da Ásia. Veremos em breve de onde pode ter vindo este erro.

Uma vez identificada a extensão de água maior, a outra, mais pequena, revela-se facilmente como sendo o Lago de Van, já em território otomano. Situada na parte meridional deste lago, a "Sidade De Atomar" é Actamar, o centro eclesiástico arménio (*Actamar* ou *Astamar* noutros mapas da época).[26] A "sidade de Ogis" está no lugar de Erciş (*Ergis* ou *Erchis* noutros mapas). A "sidade De hoaom" é a cidade de Van, que deu o nome ao lago – reflexo remoto na ortografia, mas indubitável quando

23 *Comentarios*, vol. II, p. 205.

24 Cf. J. F. Standish, "The Caspian Gates", *Greece and Rome*, 17, 1 (1970), pp. 17-24.

25 Sobre a relação entre *Porta caucasia* / *Porta ferrea* / *Porta caspia* e Darband discutida em Pietro della Valle, cf. Sonja Brentjes, "The presence of ancient secular and religious texts in the unpublished and printed writings of Pietro della Valle (1586-1652)", *Travellers from Europe in the Ottoman and Safavid empires*, p. 11. É perto de Darband que Figueroa identifica a existência de uma porta de ferro que cerraria a passagem por uma garganta às cáfilas (*Comentarios*, vol. II, p. 220).

26 Sobre a ilha e o seu contexto, veja-se Robert H. Hewsen, *Armenia: A Historical Atlas* (Chicago & Londres, 2001), pp. 116-117.

pronunciamos ambos os nomes em português.[27] Por fim, a "Sidade de Elisaias", embora apareça no lugar de Bitlis, remete para Adiljevis, em cujo nome a ordem entre as letras *d* e *l* é frequentemente invertida.[28]

Não surpreende que as correspondências entre a toponímia do mapa de 1563 e a da actualidade sejam por vezes tortuosas. O que surpreende é que no meio de tanta incerteza tantos lugares estejam correctamente posicionados uns em relação aos outros. Note-se como existiam dúvidas consideráveis na Europa dessa época sobre a posição do Lago de Van em relação ao Mar Cáspio e ao Rio Tigre. Idrisi confundira já (isto é, fundira ambos num só) os lagos de Van e Servan,[29] e em Gastaldi, Ortelius e Mercator encontramos dúvidas semelhantes. Lázaro Luís, pelo menos, acerta com a distância até ao Mar Cáspio (cem léguas na escala que inclui no mapa) e adiciona numa legenda que "Em Esta pllaina Estão/ Dous lagos qe Estaom na te/rra Do xetamas q*ue* e na perçia". Como é agora evidente, estas palavras não se referem aos dois corpos de água desenhados no papel, mas àquilo que fica entre eles, nas terras altas da região de Tabriz e Erevan, então sob domínio safávida: os lagos de Servan e de Orumiye.

Repostas assim as coisas no seu devido lugar, importaria entender de onde vinha tudo isto. Enquanto não encontramos mais dados, o que parece evidente é que os mapas do Atlas de Lázaro Luís de 1563 estão em continuidade com o que se pode ver num mapa anónimo do *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, datável de c. 1560, hoje na Torre to Tombo (Figura 26).[30] Aí temos, embora apenas numa margem da obra, um outro reflexo da preocupação em cartografar, ainda que fosse sumariamente, a zona do Mar Cáspio e do lago de Van. No canto superior direito de uma folha centrada sobre o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico (fol. 15v), sobre as vastidões deixadas em branco do império safávida, o autor – e com isto reforça-se a hipótese de um fabrico em Goa no início da década de 1560 – colocou um Mar Cáspio muito parecido com o de 1563. Os topónimos sugerem que este mapa é, efectivamente, muito próximo do de Lázaro Luís, tendo-lhe talvez servido de modelo.[31] Também nele, a colocação dos topónimos revela uma confusão considerável: as suas posições em relação aos pontos cardeais apenas são correctas se girarmos o desenho

27 Especialmente se tivermos em conta a frequente confusão entre U e V.

28 Por exemplo, ainda no início do século XX surgia transcrito como Eldjewas: Adolf Stieler, *Stielers Hand-Atlas*, fac-símile da 9ª ed., de 1906 (Darmstadt, 2007), mapa 61.

29 Cf. Hewsen, *Armenia: A Historical Atlas*, mapa 114.

30 Descrito e publicado em *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, pp. 173-176. A datação e a atribuição são, como se pode constatar pelas várias opiniões surgidas desde inícios do século XX, problemáticas. Uma origem em Goa parece provável. A autoria de Fernão Vaz Dourado, porém, é duvidosa.

31 Nada o sugere claramente, mas a corrupção das "portas de alexamdre" (anónimo) em "Sidade A qe chamao portas Dalexa*n*dria" (Luís) poderá ser um indício nesse sentido e corroborar a datação aventada por Teixeira da Mota para o anónimo (c. 1560).

90° graus no sentido dos ponteiros do relógio, imaginando o Norte onde o mapa tem o seu Leste. A deslocação do mar para o Sudeste, onde ocupa uma latitude e longitude impossível na massa continental, é particularmente visível no caso do mapa anónimo.[32] Isto sugere duas coisas: primeiro, que quem quer que fornecesse a informação ao cartógrafo, não teve ao seu alcance nenhum método satisfatório de medir a latitude; e segundo, que o cartógrafo, ao mesmo tempo que deu crédito a tal informador, ignorou toda uma tradição, acima referida, de representações relativamente correctas do Mar Cáspio da época tardo-medieval.

Mas, voltando aos mapas de 1563, a que propósito vinha tudo isto num "atlas" que cobria o globo em treze cartas, dez das quais de escala muito pequena, isto é, cobrindo áreas muito vastas desde a Nova Espanha até ao Extremo Oriente? É forte a primeira impressão de que este mapa do Noroeste da Pérsia constitui um corpo estranho no volume, pelo menos em termos de linguagem cartográfica: as formas geográficas representadas parecem mais vagas, e como vimos um exercício de comparação com mapas actuais revela uma distorção muito mais acentuada do que nos outros mapas, todos marítimos. No entanto, por outro lado, o mapa assim como o possuímos saiu da mesma mão que o resto do volume, os ícones que representam as cidades seguem o mesmo estilo, e até nas formas do lago de Van e do Mar Cáspio podemos descobrir elementos que apontam para uma certa ambição de rigor. Por exemplo, vemos os afluentes do Mar Cáspio e o rio que desemboca no Nordeste do lago de Van.

O mapa em questão deve ser visto em conjunto com outros dois mapas regionais que representam o Golfo Pérsico, nos fólios 8r e 8v do mesmo atlas. Existem, para começar, indícios de que também estes mapas foram produzidos em tensão com as escalas visíveis no papel, mais do que em harmonia com elas. O mapa no fólio 8r (Figura 27) compreende, no seu terço inferior, uma escala de 20° a 27°, a qual, se fosse estendida até ao topo da folha, iria até aos 43° aproximadamente – ou seja, uma latitude a meio do actual Mar Cáspio, superior à de Baku, correspondendo a uma forte distensão Sul-Norte da região dos rios (43° é também o limite superior da escala do mapa acima descrito, o qual efectivamente termina a Norte de Baku). O terceiro mapa, no fólio 8v, apresenta uma escala totalmente desconexa do desenho em si, indo de 10° a 32°, o que teria correspondido a um desenho cobrindo a zona da Arábia desde o Cabo de Guardafui no Corno de África até à latitude de Bagdade e Isfaão. Alguma coisa difícil de entender sucedeu com estas folhas, mas o que podemos reter é que o mapa acima descrito do interior da Pérsia se liga, se ignorarmos as escalas, ao primeiro dos mapas do Golfo, no fólio 8r. Este mapa inclui o Golfo, mas também quase toda a extensão do Rio Tigre. Subindo este curso de água, a última

[32] Isto em marcado contraste, aliás, com uma tendência geral da cartografia ocidental até Olearius para "puxar" a Pérsia mais para Norte do que na realidade (cf. Alfons Gabriel, *Die Erforschung Persiens* [Viena, 1952], p. 89).

estação no mapa é a "Sidade De Caramid", designação comum de Diyarbakir ("*karamit vel diarbekr*" no mapa de Adam Olearius). Esta cidade encontra-se a cerca de 200 quilómetros a Oeste-Sudoeste do Lago de Van, isto é, a menos de um grau a Sul de Actamar. Faz portanto todo o sentido que onde este mapa acaba, o mapa seguinte (acima descrito) comece – e se os mapas fossem contíguos no volume encadernado que hoje possuímos, isto seria muito mais evidente. É esta a divisão do espaço subjacente ao par de mapas em questão, o que por sua vez relativiza a impressão de que o mapa do interior da Pérsia constitui um corpo estranho. Ao apresentarem um escopo e uma escala diferentes dos outros desenhos do volume, estes dois mapas aparentam ser, *juntamente*, exógenos à lógica básica do Atlas. Por outro lado, a sua estreita ligação um com o outro ajuda a ancorar o mapa do Norte da Pérsia na narrativa geral do volume, ligando uma realidade terrestre totalmente alheia às preocupações normais dos cartógrafos profissionais, aqui representada a uma escala invulgar, à realidade marítima que estes melhor conheciam.

Por outras palavras, temos um indício ténue de como a cartografia portuguesa ocasionalmente se aventurava para espaços distantes do mar de forma autónoma, o que, por sua vez, poderá contribuir para alargar ou relativizar o significado da expressão "cartografia portuguesa". Onde quer que Lázaro Luís tenha obtido a informação para o par de mapas em questão, ela não provinha do foro habitual, isto é, do mesmo lugar onde obteve a informação para traçar os mapas do Brasil, da Nova Espanha, do litoral persa e indiano, etc. Seria plausível que Luís tivesse contactado com um ou vários dos numerosos indivíduos que, em missões comerciais, diplomáticas ou de espionagem mais ou menos opacas e geralmente mal documentadas, atravessavam essa região com certa assiduidade.[33] Poderá também ter visto alguns apontamentos, ou um esquisso trazido por alguém para Goa. Ou ainda, e esta a hipótese não é de todo a menos plausível, ter sido informado por alguém que conhecia a Arménia e a Mesopotâmia mais profundamente, como por exemplo o bispo Mar Joseph, que chegou a Goa em 1557.[34]

[33] Cf. Vasco Resende, "L'Orient islamique dans la culture portugaise de l'époque moderne", dissertação de doutoramento policopiada (EPHE – Paris, 2011), pp. 223-224. Os meus agradecimentos ao autor por facultar-me acesso a este trabalho. Resende aponta o exemplo de Fernão Coutinho que, essencialmente por curiosidade, decidiu ir da Índia a Portugal pela via do Médio Oriente, subindo o vale do Eufrates e passando por Alepo (pp. 223-224) e refere também Simão Fernandes, um arménio conhecedor da região (p. 271). A primeira referência que possuímos para este indivíduo data, porém, de 1565, quando se juntou ao viajante Mestre Afonso em Ormuz (veja-se a nota biográfica sobre Fernandes em Roberto Gulbenkian, "La légende de David de Sassoun d'après deux voyageurs portugais du XVI[e] siècle", in *Estudos Históricos* [3 vols., Lisboa, 1995], vol. I, pp. 94-96).

[34] Note-se que Mar Joseph era designado de "arménio" quando na realidade era caldeu. Sobre este assunto e sobre os vários significados da designação de pessoas como "arménias" no século XVI, cf. Roberto Gulbenkian, "Jacome Abuna, an Armenian Bishop in Malabar (1503-1550), *Arquivos do Centro Cultural Português*, 4 (1972), pp. 165 e 170.

Talvez seja relevante a este respeito que o mapa não veicula nenhuma informação relativa ao itinerário mais comum dos embaixadores portugueses à Pérsia – recorde-se como ainda em 1549 o governador Jorge Cabral enviara Henrique de Macedo à corte de Shah Thamasp,[35] e como na sua generalidade estes enviados tendiam a seguir rota que ia de Ormuz para o Norte da Pérsia passando por Lar, Xiraz e Isfaão, ou ligeiramente mais a Leste.[36] Os nossos mapas, por contraste, incidem sobre um itinerário que percorre o vale do Tigre até Diarbakir, inflectindo logo para Leste-Nordeste, isto é, passando por Van e entrando em território safávida por uma via que não viria a ser a de Figueroa, mas que porventura seria mais rápida, embora também mais arriscada devido à instabilidade desta região fronteiriça (Figueroa mencionaria os perigos da zona do rio Tigre no final dos *Comentarios*). Note-se como este hipotético itinerário não se dirige de Diarbakir a Tabriz, mas sim ligeiramente mais para Norte – poder-se-ia portanto imaginar uma caminhada desde o Lago de Van até ao Mar Cáspio por terras mais propriamente arménias, aproveitando o vale do Aras. Repare-se também como estamos a operar com uma perspectiva lusocêntrica (um itinerário de Sul para Norte) que poderia perfeitamente inverter-se: os topónimos do mapa podem ser reflexo de um itinerário que começa na Arménia e vai para o Índico. O que não deixa de ser difícil de entender é a nota que refere o Mar Cáspio como sendo o "Lago que Esta Amtre ho simde E a persia". Quiçá ela se ligue à ideia, expressa mais visivelmente na carta de c.1560, de um mar situado muito mais a Sudeste do que é o caso na realidade.

Resta dizer algo sobre o significado de tudo isto no âmbito mais largo da cartografia europeia da Pérsia. Não é de todo clara a relação dos mapas de Lázaro Luís (nem do desenho ou relato que lhe serviu de base) com os mapas de Gastaldi e Ortelius (ou os desenhos ou relatos que ajudaram a compô-los). Até agora, não lográmos estabelecer nenhuma ligação directa, nem nenhuma relação de anterioridade ou posterioridade. É certamente interessante notar que, a despeito de estar disponível no mercado europeu muito mais informação sobre a Pérsia (nomeadamente nos mapas de Gastaldi, de 1548 e 1559),[37] Lázaro Luís não a incluiu – ou porque não a conhecia, ou porque decidiu ignorá-la.[38] Nem sempre descortinamos as lógicas subjacentes à selecção da informação geográfica no século XVI. O que sim parece indiscutível é que a informação de Lázaro Luís, por mais que nos comova no âmbito da história dos itinerários portugueses pelo Médio Oriente, é incomparavelmente mais lacónica do que aquilo que Gastaldi conseguiu produzir em Veneza combinando uma multitude de fontes. Isto quando, para o Golfo Pérsico, a relação é exactamente inversa. À falta de

35 Roberto Gulbenkian, "Les ambassades portugaises en Perse du début du XVI^{ème} à la fin du XVII^{ème} siècle", in *Estudos Históricos*, vol. II, p. 19.

36 Lara e Xiraz aparecem no Atlas de Fernão Vaz Dourado de 1568, que se conserva na Biblioteca dos Duques de Alba.

37 Reproduzidos em Alai, *General Maps*, pp. 40 e 57.

38 O mesmo se aplica a quaisquer mapas islâmicos eventualmente disponíveis. Se existiram, também é certo que os nossos cartógrafos os ignoraram rotundamente.

melhor, reteremos portanto um contraste profundo entre os modos de representar os espaços marítimos e terrestres da Ásia em meados do século XVI, em correspondência com duas áreas de produção cartográfica: a esfera portuguesa, por um lado, Veneza e Antuérpia, por outro.

Bastará no âmbito presente adicionar que este contraste se manteve ao longo das décadas seguintes, fazendo com que, se Figueroa tivesse querido consultar um mapa com informação sobre o interior da Pérsia, teria muito provavelmente de recorrer a algo impresso na Itália ou nos Países Baixos. Acima nos estendemos sobre Gastaldi porque, apesar de ter vivido meio século antes de Figueroa, os seus mapas ainda constituíam a base dos mapas impressos no início do século XVII. Gastaldi foi copiado extensamente – na sua totalidade ou por partes – nos Países Baixos, tanto na Flandres espanhola como nas províncias do Norte. Vemos a influência directa de Gastaldi em Gerard de Jode, cuja *Primae Partis Asiae acurata delineatio* (Antuérpia, 1577) constitui em larga medida uma cópia, embora feita em novas placas de cobre e com pequenas alterações face ao original, do mapa de Gastaldi de 1559.[39] A situação é semelhante no que toca ao mapa *Persici sive Sophorum Regni Typus* incluído no *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius (Antuérpia, 1ª edição em 1570 – Figura 28). No campo da topografia e toponímia do interior da Pérsia – como aliás do Golfo Pérsico – Ortelius é altamente devedor de Gastaldi. Não só traz pouco de novo, como simplifica a imagem do cartógrafo italiano, omitindo quase todos os símbolos que indiciam relevo (isto é, montanhas e serras) e comprimindo a Pérsia na sua extensão Este-Oeste.[40]

Outro mapa ao alcance de um viajante como Figueroa poderia ter sido o mapa regional incluído no Itinerário de Jan Huyghen van Linschoten, desenhado por Henricus Floris Langren e impresso em Amesterdão em 1596. No entanto, muito mais importante para o interior da Pérsia seria qualquer mapa saído da série Mercator-Hondius-Janssonius, inaugurada com o *Atlas* Mercator de 1595. Embora aqui se tratasse de uma produção mais marcadamente protestante (Hondius, por exemplo, fugiu de Gante para Londres depois da conquista da cidade pelo Duque de Parma em 1584), não é de crer que Figueroa pudesse ignorar a sua existência, vista a enorme divulgação da obra de Mercator nas versões de Hondius, Janssonius e outros ao longo das primeiras décadas do século XVII.

Existiam também mapas pequenos que poderiam caber em qualquer bolso: por exemplo o mapa *Persiae Regnum* incluído pelo impressor veneziano Giorgio Angelieri na edição de 1596 do *Delle Relationi Universali* de Giovanni Botero (originalmente impresso em Roma em 1591 sem mapas); ou ainda, com base neste, uma

39 Reproduzido em Alai, *General Maps*, p. 71.

40 Gastaldi coloca a foz do Eufrates em 84º E (84º E também em Ortelius) e o "Lago Burgian" em 116º (112º em Ortelius).

versão alemã impressa por Matthias Quad e Johannes Bussemacher em Colónia em 1600 (*Persiae Regnum sive Sophorum Imperium*).[41]

Figueroa e os mapas

Mas o que teria feito Figueroa com todos estes mapas? Por um lado, é plausível que tivesse olhado para alguns deles a fim de ganhar uma ideia geral das regiões que iria atravessar. A configuração geral dos continentes e das suas regiões seria parte de uma educação de base para alguém do seu estatuto. É também provável que Figueroa tivesse um interesse histórico em visualizar a informação veiculada pelos autores clássicos que consultava, desde Estrabão até Ptolomeu. Na obra do geógrafo alexandrino, o actual Irão[42] era objecto de uma listagem à parte – a conhecida *Quinta Asiae Tabula* – e, consequentemente, de um mapa particular: o mapa número cinco da Ásia.[43] É altamente provável que Figueroa consultasse esta fonte (isto é, o mapa em combinação com a respectiva tabela toponímica), vista a sua familiaridade com toda uma série de autores clássicos, exibida ao longo dos *Comentarios*. A discussão da geografia da região no início do livro sexto é disso o mais forte sinal. Neste sentido, o embaixador sabia que ia atravessar a *Persidis* e a *Media*, e possivelmente também a *Susiana* ou a *Parthia* dos Antigos – uma série de territórios cuja unificação no tempo de Xá Abbas se reflectiu na identificação de todo o território compreendido entre Golfo Pérsico e Mar Cáspio como *Pérsia* na cartografia ocidental.[44]

No entanto, com isto também alcançamos os limites do potencial "útil" da cartografia renascentista para alguém que procurasse mais do que uma imagem geral. Descendo aos espaços concretos que um viajante como Figueroa teria que atravessar, ao labor físico das jornadas que o levariam de um caravansarai ao seguinte e das etapas que ligariam as cidade umas às outras, um mapa como o de Gastaldi seria de pouca ou nenhuma utilidade. Este aspecto, aparentemente banal, é importante para o nosso propósito. Olhando para qualquer mapa da época, tentando focar o espaço entre qualquer par de lugares aí representados, e lendo depois o trecho correspondente dos *Comentarios*, constatamos um total desfasamento entre as escalas dos dois meios de representação do espaço. Embora sejam numerosas as instâncias em que Figueroa se abre a considerações de índole global (comparações, considerações sobre a geologia e história da humanidade, reflexões sobre o clima etc.), só raramente o texto se

41 Ambos reproduzidos em Alai, *General Maps*, pp. 60 e 135.

42 Cf. Cyrus Alai, "Persia or Iran? What do the maps say?", *The Map Collector*, 70 (1995), pp. 12-17.

43 Veja-se Alai, *General Maps*, p. 17, para um gráfico sobre os outros mapas regionais que cobrem partes do actual Irão.

44 Sendo o primeiro mapa regional que leva o título *Persia Nova Tabula* o de Giacomo Gastaldi, de 1548 (Alai, *General Maps*, p. 38).

move, no tocante às direcções concretas tomadas pelo viajante, por uma escala comparável à dos mapas que conhecemos.

Constata-se assim uma desconexão entre a linguagem dos *Comentarios* e a dos mapas da Pérsia da mesma época. Só muito excepcionalmente o texto de Figueroa parece estar a referir-se directamente a um mapa, e mesmo nesses casos a ligação pode ser ilusória. Veja-se a título de exemplo este trecho, talvez o mais explícito de toda a obra na sua referência ao que poderia ser um mapa:

> Desde que se salio del Bandel hasta legar á la çiudad de Lara se traia el mar á la mano izquierda al prinçipio, por espaçio de poco menos de media legua á la vista, caminandose, junto á la playa; mas despues, apartandose dél mas el camino, se uino á perder de vista [...] poco á poco los montes que inpedian poderse ver. De manera, que caminandose todo este camino hasta Lara derechamente al Oeste ó Occidente Equinoçial, y corriendo por la mayor parte este mar del seno Persico Les Sueste Oes Noroeste, pareçe que no solo nos auiamos de apartar del lleuando la vista al Oeste, mas que auiamos de dar en él inpidiendonos el camino. Pero este golpho desde su mas estrecha boca que haze el cabo de Moçandan y la costa frontera del Mogastan, çerca de Ormuz, corre á Oes Sudueste, haziendo una grande ensenada por espaçio de mas de çinquenta leguas hasta Niquilu, corriendo junto á la mesma costa la grande isla de Queyxome; despues rebuelue, como se ha dicho, lo mas del á Oes Noroeste hasta Baçora y la boca del rio Euphrates, quedando en medio de este seno, que es mucho mas largo que ancho, la fertil isla de Baharen, á quien Strabon y Plinio nonbran Tilos, famosa en todo el Oriente por la rriquissima pesqueria de sus perlas. Esta es la causa porque saliendo del Bandel con el mar á la mano izquierda, lo vamos despues perdiendo de vista, porque lleuando, como ya se a referido, el camino derechamente al Oeste, la costa de este golpho va corriendo á Oes Sudueste, de manera que en esta jornada que se va tratando nos iua el mar, aunque los montes inpedian su vista, á la mano izquierda poco mas ó menos de tres leguas apartado del camino.[45]

E no entanto, mesmo neste caso não é de todo claro a que mapa Figueroa estaria a referir-se. O lugar de "Niquilu" não aparece em nenhum dos mapas anteriores a 1650 que rastreámos para o Golfo Pérsico.[46] Aparece sim nalguns textos (a começar pelo próprio Figueroa, livro VII, capítulo 9), e mais comummente como etnónimo ("os niquillus"), por exemplo no texto do *Livro das fortalezas* de António Bocarro,

45 *Comentarios*, vol. I, pp. 280-281, no seguimento da saída de Ormuz a 19 de Outubro de 1617.

46 A primeira menção cartográfica que conhecemos encontra-se num mapa italiano impresso de 1679, o que remete provavelmente para um mapa manuscrito anterior (Giacomo Cantelli da Vignola e Giacomo de Rossi, *Regno di Persia...* [Roma, 1679]). No entanto, a mais antiga referência cartográfica manuscrita que encontrámos até agora é de 1688, numa carta anónima francesa, *Carte du Golphe de Perse*, aparentemente feita a bordo do navio *l'Oyseau*. O nome "Niquilu" deverá derivar da palavra árabe *nakhil* para "palmeiral" (agradecemos a Eric Vallet esta indicação).

outro autor que via com cepticismo os desenhos (neste caso topográficos), face à minúcia e precisão que a palavra escrita lhe permitia.[47] Ou Figueroa dispôs de um mapa do qual não existe nenhum exemplar nas colecções da actualidade, ou combinou dados provenientes de outras fontes, textuais e quiçá orais, procedendo depois a uma espécie de *cartografia escrita*, um conceito ao qual voltaremos mais adiante.

O que Figueroa fornecia era informação que não só nenhum mapa conhecido da região continha, como que nenhum mapa em geral podia conter. Um dos trechos que melhor ilustram a complexidade das fontes de Figueroa, a intensa interconexão entre saberes de origens várias transmitidos por via escrita e oral e impossíveis de pôr num desenho que não estivesse coberto de texto, vem no seguimento das considerações acima citadas:

> Aquella mañana, antes de llegar al caravasar, se llegó á la litera en que iua el Enbaxador considerando entonçes la dispusiçion de esta tierra, Jusepe Saluador, uno de los interpretes que uenian en su conpañia, de naçion armenio, pero muy pratico por auer estado muchas vezes en España y que auia andado en diuersos viages este camino, y sin ser preguntado de cosa alguna, sino como en otras ocasiones solía entretenerle contando le cosas de la Persia, le dixo como viniendo algunos años antes por aquel camino con el obispo de Çirene, auian llegado á ver una gran cortadura que se auia hecho en un monte de aquellos, una legua de alli hazia la mar, la qual obra, sigun la fama que entre los persianos auia, era antiquisima [...]. Y porque el armenio naturalmente era hablador y de buena gana dezia lo que sabia y auia oydo, pasó mas adelante con su cuento, diziendo que [se cortara] aquella sierra [...] por desalagar toda aquella tierra que estaua hecha un mar [...] y que ansi, por aquella boca que abrió en el monte toda el agua corrio al mar, dexando enxuto el suelo de muchas leguas. El Enbaxador que oyó cosa tan conforme á lo que venia considerando, aunque de persona tan vulgar, le preguntó á quien auia oido aquel cuento, y él respondio que en todo el reyno de Lara y de la Persia era cosa, aunque tan antigua, muy divulgada entre todos y muy sabida de tradiçion de padres á hijos [...].[48]

Eram muitos os indivíduos que iam contando ao embaixador as suas experiências, memórias, saberes e opiniões. Estas eram ouvidas e postas em relação com a informação contida na biblioteca do viajante. Figueroa perguntava às pessoas que ia encontrando

> los nonbres de las provinçias, ríos y çiudades de este imperio oriental, conforme a lo que sabía por la leçión de los autores antiguos y notiçia de relaçiones de estos tienpos [...].[49]

Mas nunca, ao ilustrar os seus modos de recolha de informação, Figueroa se refere a mapas. Estamos em crer que estas e muitas outras passagens reflectem uma atitude de desconfiança da parte de Figueroa face à cartografia *stricto sensu*, atitude essa que deixou marcas profundas no texto. A impressão que fica é a de que o nosso autor achou preferível discursar sobre as posições de cidades, serras, vales e desertos uns em relação aos outros, sobre a direcção dos caminhos e dos rios, sem referência a mapas que, de resto, não continham a maior parte dos elementos observados na viagem. Este uso do texto sem recurso ao desenho está patente em contextos espacialmente limitados como o seguinte:

> Y preguntando el Enbaxador á Jusepe Armenio, uno de los interpretes, si por alli corria alguna açequia de agua, respondio que era el rio Siuan que venia de muy lexos, y que desde tienpo inmemorial estaua hecha una gran mina que atrauesava un monte que se uia frontero, por donde se daua paso á aquel rio de manera que pudiese regar aquellos canpos, y desde alli hasta el mar Persico adonde entraua casi enfrente de la isla de Baharen, auiendo sienpre lugares y canpos cultiuados por toda su corriente.[50]

Mas é também visível, e de forma pujante, nos capítulos que compõem praticamente todo o livro sexto, onde se procede a uma complexa geografia histórica de toda a região hoje coberta pelo Irão, Iraque, e algumas zonas adjacentes. Aí, Figueroa convidaria o leitor a sobrevoar a Pérsia, a Ásia Central, a Arménia Maior e a Mesopotâmia até regressar ao Golfo Pérsico. O percurso, que cobre uma vasta área do globo numa lógica de macro-itinerário, permite uma viagem através do espaço, mas também do tempo. Não esqueçamos como esta última dimensão havia sido excluída da cartografia moderna, onde se verifica uma separação cada vez mais estrita entre mapas que mostram apenas o espaço no momento em que são feitos, e outros que incidem sobre momentos anteriores, mas em jeito de mero exercício de erudição.

É difícil imaginar que alguém pudesse estender-se por tantas páginas de descrição geográfica sem olhar para um ou vários mapas. Muitas passagens parecem sugerir que estamos perante uma composição que combina erudição histórica com uma transposição de um ou vários mapas para o texto escrito (curiosamente, a descrição do Mar Cáspio refere a mesma inclinação Noroeste-Sudeste que encontramos na tradição tardo-medieval acima referida, mas em nenhum dos mapas mais conhecidos da época moderna). No entanto, mesmo aqui Figueroa é implacável no seu calar da

[47] Bocarro refere em 1635 "os niquillus, vaçallos do Xá, árabes valentes, grandes homens do mar", provavelmente com base num outro relato escrito anterior, talvez da época de Figueroa (António Bocarro, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, ed. Isabel Cid [3 vols., Lisboa, 1992], vol. II, p. 61). Sobre estes "niquilus", etnónimo possivelmente derivado do topónimo no final do século XVI, ver Willem Floor, "Who were the Niquelus?", in Couto & Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz*, pp. 89-105.

[48] *Comentarios*, vol. I, pp. 281-282.

[49] *Comentarios*, vol. II, p. 47.

[50] *Comentarios*, vol. I, p. 320.

cartografia, ancorando o seu texto noutros textos (fontes clássicas, relatos orais) sem nunca referir nenhum mapa:

> Por auer sido esta çiudad de Casbin la ultima de las jornadas que el Embaxador hizo [...] es bien dar alguna notiçia de lo que alli se supo de las demas partes de este imperio que no se pudieron ver ni conoçer en el dicho viage, aunque sería muy ciega la tal notiçia com lo que solamente se pudo inquirir [...] de los hombres [...] si no nos aprouechasemos prinçipalmente de la lecçion de la antiguedad, que es la verdadera lunbre y conoçimiento de todo lo que se deue saber del mundo.[51]

Mas porquê tudo isto em Figueroa? É certo que o autor foi, no alto mar, um observador vivaz e interessado em acompanhar de perto as medições de latitude, as observações astronómicas e, de forma particularmente interessante, as discussões a bordo nos momentos em que ninguém sabia ao certo onde a embarcação se encontrava. No entanto, não é de todo claro como exactamente esta vontade de situar-se geograficamente se articulava, para Figueroa, com a consulta de mapas por oposição a outros dispositivos usados para a representação do espaço: roteiros, tabelas, outros textos, relatos orais. Figueroa era, é verdade, um observador crítico e perspicaz que dificilmente poderia não *conhecer* variados mapas disponíveis na sua época para o Atlântico, o Índico e algumas partes da Ásia. Tais mapas existiam em Madrid, em Lisboa, em Goa e provavelmente a bordo da sua nau. Porém, o que é crucial para o nosso efeito é que, vivendo numa época em que o conhecimento geográfico evoluía a passos largos, Figueroa olhava os mapas sem a fé incondicional que hoje tendemos a depositar neles. O seu cepticismo não era só o do letrado que confiava mais em descrições e tabelas do que em desenhos, como também do castelhano que via com reticências o saber dos cartógrafos (e pilotos) portugueses. Ao questionar-se sobre a relativa lentidão da progressão Oeste-Este da sua nau, por exemplo, Figueroa apontava a 12 de Agosto de 1614 que isto

> se puede atribuir á una de dos cosas, si no lo causan entranbas: ó que el mouimiento diurno del primer mobil retarde la nauegaçion, como contrario á ella, ó lo que podria ser mas çierto, que uuiese mas camino, estando la India mas al Oriente, de lo que los Pilotos portugueses la ponen en sus cartas.[52]

Se já ao referir "cartas" ou "cartas de marear" o tom de Figueroa é frequentemente crítico, quanto mais não o seria em relação aos mapas terrestres? É notável como, no capítulo I do livro sexto, o autor procede a uma crítica das (raras) medições de latitude efectuadas na Pérsia, explicando que a "pureza do ar" distorcia a leitura dos astros. São numerosas as passagens no texto de Dom Garcia que reflectem uma intensa preocupação com questões de geografia – aliás, muitos detalhes relativos a

[51] *Comentarios*, vol. II, p. 155.
[52] *Comentarios*, vol. I, p. 77.

outras áreas do conhecimento como a astronomia, a meteorologia, a fauna e a flora respondem directamente a preocupações de carácter geográfico. No entanto, está claro também que isto não acarretou um recurso sistemático a mapas nem a referências cartográficas *stricto sensu* nos *Comentarios*. Não é que Figueroa tenha sido um autor desinteressado das questões do espaço. Antes pelo contrário, tudo indica que considerava estas questões essenciais. Mas sentia que a escrita ultrapassava no seu alcance qualquer representação cartográfica tradicional para o interior da Ásia.

É assaz extraordinária a qualidade, a perspicácia e a abrangência da longa secção, acima referida, em que Figueroa procede, no livro sexto, a uma cartografia textual de vastas regiões da Ásia. Não podemos excluir que, ao preparar este capítulo, Figueroa tenha imaginado ou desenhado algum mapa no papel, ou que tenha consultado alguma obra como o *Theatrum* de Ortelius, onde se encontravam mapas contemporâneos ao lado de outros históricos. Mas o resultado, o produto acabado dos esforços de Figueroa, é um texto, não um desenho. E este texto, na forma como discute a geografia da Ásia, as latitudes da Pérsia e do Mar Cáspio, a posição de umas regiões ou reinos em relação a outros, as características geográficas de cada uma, e as referência que a tudo isto fazem outros autores, é mais completo do que qualquer mapa produzido nos séculos XVI ou XVII.

Escrever e descrever

Escrever era uma parte central da missão de Figueroa. Que essa tarefa lhe tenha sido imposta por ordem régia em adição ao labor diplomático, ou por si próprio em função das práticas discursivas do seu tempo e do seu contexto social, não o sabemos. Mas ao lermos as suas páginas, que as mais das vezes não se aventuram em grandes cartografias como a que acabamos de referir, o que vemos em primeiro lugar é o viajante preocupado com a documentação dos lugares vistos e com o seu próprio movimento através deles. Uma leitura cuidada dos *Comentarios*, e principalmente dos seus trechos relativos a cidades e paisagens, revela também rapidamente que este texto não é (ou não apenas) o produto de uma mente obcecada com a escrita *per se*, um grafomaníaco que não conseguia adormecer antes de colocar no papel as aventuras do dia que findava. O que Figueroa fazia enquanto percorria as ruas e capelas de Goa, as fortificações de Mascate, a ilha de Ormuz, os caminhos, as cidades e as cortes da Pérsia, era observar – observar minuciosa e sistematicamente aspectos que poderiam interessar não apenas ao leitor curioso, mas também a um aparelho administrativo profundamente interessado em conhecer os espaços que a Monarquia ocupava *através* da escrita. Embora a Pérsia fosse um império alheio, existia um interesse estratégico em conhecer os seus recursos tanto enquanto inimigo (com as tensões crescentes em torno de Ormuz) como aliado (na guerra contra os Otomanos). Importa portanto reformular a afirmação com que abrimos este parágrafo: Figueroa não tinha apenas como missão *escrever*, mas sim *descrever* o que via e pensava ser

de utilidade para os eruditos europeus *e* os burocratas da Espanha filipina. E fazia-o sem recurso a representações pictóricas ou cartográficas no sentido tradicional.

Não sabemos se Figueroa descrevia tudo o que via por ordens explícitas da Coroa, ou se apenas por considerar a tarefa útil e interessante, por querer ser lembrado como autor de uma obra-prima da literatura de viagens e da crítica das fontes clássicas (recorde-se como Pedro Barreto de Resende começou a trabalhar nas suas plantas de fortalezas antes mesmo de receber ordens para o fazer). Mas não há dúvida de que o ímpeto de descrever minuciosa e sistematicamente a face da terra, em correspondência com um espírito mais generalizado de relação geográfica, teve relevância para Figueroa. Só assim se explica a minúcia com que nos *Comentarios* nos surgem lugares como Mascate, Ormuz, Xiraz ou Isfaão. Se a descrição de Goa é já umas das melhores e mais extensas que possuímos, a entrada de Figueroa no espaço que constituía o cerne da sua missão diplomática – isto é, o Médio Oriente – parece ter despoletado uma atenção ainda redobrada aos detalhes da paisagem, da arquitectura civil e militar, das igrejas e dos conventos, das muralhas erguidas pelos portugueses e do seu potencial na defesa das posições ocupadas pelo império.

O que vem imediatamente à memória ao lermos a descrição das fortificações de Mascate no primeiro capítulo do livro III (entrada de 20 de Abril de 1617) não é nem mais nem menos do que o aparato visual-textual dos livros de fortalezas produzidos uma a duas décadas mais tarde. Importa porém, também, reconhecer algumas diferenças entre os textos de Figueroa e Bocarro, que poderão lançar mais luz sobre as práticas descritivas do nosso autor. Note-se como Figueroa descreve Mascate e as suas fortificações seguindo o seu próprio percurso enquanto viajante a partir de um surgidouro situado a Leste-Sudeste da povoação, distinto do porto grande que geralmente se tomava, situado a Norte. As observações de Figueroa, extremamente minuciosas, seguem os caminhos que o próprio viajante percorreu (ou diz ter percorrido), primeiro da praia até à parte portuguesa da povoação, e depois subindo de ali para a fortaleza. É evidente que a descrição seria mais fácil de ler, a topografia de Mascate mais inteligível para um leitor que dispusesse também de uma representação pictórica. Mas, mais uma vez, não é de todo claro se Figueroa contava com que a descrição textual viesse acompanhada de um desenho. O que sim se nota é a ambição de dar uma imagem precisa, altamente elaborada, através do texto escrito e sem recurso necessário a outros meios de representação.

Se compararmos esta estratégia com a de Bocarro, notamos semelhanças mas também algumas diferenças importantes. O que conecta as duas descrições é a sua minúcia. Também Bocarro pôs toda a sua arte ao serviço de uma escrita que superava as imagens com que o texto era acompanhado (imagens essas com que se mostrava aliás pouco satisfeito). Mas as imagens, neste caso, existiam incontornavelmente e eram parte integrante da obra: haviam sido produzidas por Pedro Barreto de Resende – curiosamente, um homem que se embarcara para a Índia na mesma armada que

Figueroa[53] – fazendo com que Bocarro se visse forçado a operar em conjunção com elas. Criticava a sua qualidade, é certo, mas acreditava na capacidade descritiva das imagens, e acabou por usar a vista de Mascate, por mais distorcida que fosse, para estruturar o seu texto. As descrições de Bocarro, por mais que o autor se queixasse da qualidade dos *debuxos*, dialogam com eles. E, embora a *Discripssão da Fortaleza de Mascate* também possa, em parte, ser vista como um texto-itinerário, escrito desde a perspectiva de um português que entrava na dita baía pelo caminho mais usual, a estratégia é distinta da de Figueroa. Bocarro abre a sua descrição com o posicionamento de Mascate (23º 40' N), uma referência à sua fundação em 1588[54] e uma espécie de vista topográfica geral:

> Está esta fortaleza sita dentro numa emçeada ou bahia, como de planta se vê, que jas entre duas grandissimas serras [...]. Tem esta bahia na entrada, que demora ao sueste [um erro crasso, provavelmente baseado na contemplação do desenho de Resende, o qual não dá as direcções cardinais], largura de pouco menos de tiro de espingarda [outro erro da mesma índole] e, dentro, vai alargando [terceiro erro], como de planta se vê [...].[55]

Nada disto se encontra em Figueroa. Embora também o seu texto permita ocasionalmente pequenos voos do olho imaginário do leitor, é quase sempre rápido em trazê-lo de volta à terra que pisam os pés do viajante. Assim acontece no caso de Mascate, e o mesmo esquema repete-se por toda a Pérsia. Por exemplo, no caso de Lara:

> Es la çiudad de Lara, cabeça de Carmania la desierta, antiquissima y de grande estimaçion entre todos estos arabes; su sitio es en el fin de un gran llano, auiendose apartado los montes que sienpre an venido continuandose, tanto unos de otros, que dexan la canpaña llana y abierta por espaçio de mas de tres leguas de ancho, boluiendose á juntar poco adelante la çiudad y dexando un angosto puerto ó garganta de entre sí por donde va el camino que se Ileua á Xiras. La grandeza de Lara es poco menos que la de Ormuz, aunque no de calles tan estrechas, ni de tan buena fábrica de casas, las quales son todas de tapia, enluzidas por de fuera de aquel barro y paja menuda, como se dixo de la fortaleza del Bandel; de manera, que á la vista exterior son pobremente fabricadas.[56]

---

53 Pedro Barreto de Resende também saiu para a Índia na armada de Manuel Coutinho, em 1614. No entanto, a sua nau (a *Conceição*) teve de arribar no Brasil e acabou por regressar ao reino, de onde Resende só voltou a sair para o Oriente na armada do Conde de Linhares, em 1629 – depois de passar largos anos nas praças marroquinas (Inácio Guerreiro, "Ciência náutica e cartografia", *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora*, coord. João Ruas [Lisboa, 2005]).

54 Mais correctamente, a fortaleza foi fundada em 1587.

55 Bocarro, *Livro das Plantas*, vol. II, p. 44.

56 *Comentarios*, vol. I, p. 290.

Ou aqui, no caso de Xiraz:

> La puerta por donde se entró en la çiudad, que en persiano se dize *Daruaza Pasa*, que es lo mesmo que puerta de Pasargadas, era pequeña, con unos pedaços de muralla de tapias, siendo las calles sin ningun lustre y con muy ruines casas, de manera que la çiudad, que antes auia toda junta dado de sí tan soberuia muestra, y de lexos hecho gran demostraçion, pareçio entonçes de una pobre y miserable figura, como lo son todas las çiudades del Oriente.[57]

É verdade que, muito ocasionalmente, encontramos trechos que abrangem espaços mais vastos do que aqueles que um viajante poderia ver na sua paisagem concreta. Um destes casos excepcionais é o seguinte, que se encontra já no final da descrição de Xiraz:

> está situada en un gran llano y vega hermosissima, çercada al derredor de altos montes [...] al Oriente, á catorçe ó quinze leguas de distançia, tiene la çiudad de Pasa, que es la antigua Pasargadas, y mas adelante la prouinçia de Cherman ó Carmania [...] al Occidente, las çiudades de Arabia, tan nonbradas en estos dias, de Oeza y Baçora; al Mediodia, parte de la mesma Arabia ó Carmania la desierta, hasta el seno Persico, y al Norte ó Septentrion, por el camino que se va á Spahan, la villa de Chilminara ó Margascan y rio Bradamiro. En su asiento, aunque sin tener rio notable çerca della, es muy semejante á la çiudad de Cordoua en la prouinçia del Andaluzia en España, y casi de su mesma grandeza [...].[58]

Mas as mais das vezes o autor dos *Comentarios* cinge-se a seguir no texto um percurso efectuado (ou pelo menos é essa a ilusão que cria) na realidade. Voltando a Mascate,

> a 20, quiso el Enbaxador salir en tierra y oir misa, y ansi lo hizo á las siete de la mañana, dozientos pasos de donde se auia surgido en una poca de playa llana, de menos de quarenta pasos, entre dos altissimas rrocas, no auiendo otra entrada sino aquella, desde la qual la mesma aspereza de peñas se iuan poco á poco ensanchando de anbas partes hasta dexar un poco de suelo por lo mas ancho, en que estaua fundado el lugar, de dozientos pasos y de quinientos ó seisçientos de largo, boluiendose al fin de esta distançia á juntar estas rocas en mucho mayor altura hasta dexar otra estrechura semejante á la del desenbarcadero, pero muy áspera, y por donde muchos pasos se iua subiendo hasta deçendir y entrar en la tierra llana de Arabia.[59]

[57] *Comentarios*, vol. I, p. 333.
[58] *Comentarios*, vol. I, p. 345.
[59] *Comentarios*, vol. I, pp. 231-232.

Não sabemos até que ponto Figueroa contava acompanhar o seu texto com desenhos para além daqueles, hoje conservados, de Persépolis – ou mapas, para além daquele de Goa.[60] Mas o que fica bem claro é que a sua própria escrita almejava – e, as mais das vezes, conseguia – suprir a necessidade de completar a informação textual com outra de índole visual, fornecendo descrições de grande qualidade. Tal constatação não se aplica apenas às fortificações, mas também a edifícios civis ou conjuntos urbanos, como por exemplo nesta breve, mas muito eficaz descrição de um caravansarai:

> Es el carauasar de Guichi, con todos los demas hasta Lara, de diferente forma que los de alli adelante, por que es de la manera de un cruzero de iglesia, con quatro puertas; en las quatro partes del cruzero y en el çentro del un çinborrio, que es la mejor estançia, por entrar aire por todas partes, siendo éste menester en la mayor parte del año. Por defuera es quadrado y leuantado del suelo dos ó tres pies, porque no puedan en él entrar camellos ni otras bestias, y por todo alderredor queda un poyo que sirue de pesebres, y por donde se entra en el carauasar y en siete ó ocho aposentillos pequeños cuyas puertas salen al dicho poyo, y estos estan en los quatro angulos del cruzero, que como se a dicho, hazen todo el edifiçio quadrado por de fuera. Dentro, á donde por la comodidad del aire se está mas á lo fresco, no ay parte que no sea muy publica á todos [...].[61]

Se este trecho viesse acompanhado de um desenho (uma vista, uma planta) este mais não faria do que confirmar aquilo que o leitor seiscentista – certamente mais habituado a tais manobras do que nós – já poderia imaginar com base no texto. Dificilmente uma descrição verbal poderia ser mais concisa e precisa, mais eficaz na economia das palavras e na transmissão da geometria de um lugar, do que estas poucas linhas.

Temos portanto, em Figueroa, um autor cuja missão é descrever com minúcia o espaço através da palavra, mas sem seguir exactamente a mesma lógica cartográfica que encontramos em Bocarro ou, por exemplo, em João de Barros[62] – embora aproximando-se de certos autores do Novo Mundo, nomeadamente Cortés ou Ercilla.[63] Na esmagadora maioria das instâncias, as referências que Figueroa faz ao espaço que

[60] Cf. Fernando Marías, "Don García de Silva y Figueroa y la percepción del Oriente: la 'Descripción de Goa'", *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte* (*UAM*), XIV (2002), pp. 137-149.
[61] *Comentarios*, vol. I, p. 276.
[62] Zoltán Biedermann, "De regresso ao Quarto Império: A China de João de Barros e o imaginário imperial joanino", in *D. João III e o Império: Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, ed. Roberto Carneiro & Artur Teodoro de Matos (Lisboa, 2004), pp. 103-120.
[63] Ricardo Padrón, *The Spacious Word: Cartography, literature, and empire in early modern Spain* (Chicago & Londres, 2004), p. 230.

atravessa com a sua comitiva na Pérsia são de índole topográfica, e poder-se-ia dizer que se trata de *topografias textuais*. Uma leitura atenta revela que, mais do que descrições no estilo das *vedute* renascentistas construídas a partir de um ponto de vista elevado e abstracto, as topografias de Figueroa correspondem a vistas tiradas destes pontos de observação baixos, como panoramas ancorados na experiência visual concreta do autor, que só ocasionalmente, como que numa lógica secundária, permitem ao leitor voos imaginários sobre os lugares descritos. Normalmente o texto descreve as paisagens que os viajantes atravessaram ao longo do dia como se nunca parassem de observar enquanto caminhavam, detendo-se logo com mais vagar sobre certos lugares de interesse: um caravansarai, uma aldeia, um lugar particularmente agradável onde a caravana pausou, uma vila ou uma cidade. É o que se vê, por exemplo, nos seguintes trechos relativos ao Sul da Pérsia:

> Traese el mar sienpre á la mano izquierda, no estando aun media legua distante deste caravasar; por el un lado y otro de este camino vienen grandes sierras peladas, sin ninguna señal de matas [...] y estas dexan un gran valle en medio, por donde se camina, siendo mas ancho ó menos sigun se açercan ó apartan las dichas sierras, hasta atrauesar alguna otra que corta el camino, deçindiendo luego á dar en otro valle, y esto es no solo en la distançia de este camino, pero en todo el reyno de Lara y la Persia. Es toda esta tierra sequisima, sin auer en ella yerua ni arbol, fuera [...] algunas muy pequeñas matas de espinos, menores que las abolagas de España, aunque mas pungentes, siruiendo por la penuria de yerua de pasto para los camellos. Luego, como se dexa el Bandel, á donde ay pozos de agua dulçe, falta del todo esta comodidad, no auiendo otra sino de la que se recoge llouediza en grandes çisternas que desde este carauasal de Guichi ay por todo el camino hasta Lara y Xiras [...]. De Guichi [...] salio la carauana poco despues de media noche con gran calor, hallando la mesma dispusiçion de las sierras, arbolillos y matas de espinos que el dia de atras, pero ponia mucha admiraçion ver en tierra tan esteril y seca la inumerable cantidad de perdizes que en ella auia [...].[64]

Depois desta caminhada, a comitiva chega a *Cabrestan*:

> Está asentado este pequeño lugar de Cabrestan en un gran llano que dexan las sierras, apartandose aqui mas de una legua, y por particular dispusiçion de la tierra se hallan aqui algunos pozos, aunque de agua medio salobre, pero que sacandose con norias basta á rregar y fertilizar mucha parte de aquel llano, teniendo los moradores sus sementeras de çeuada y otras legunbres [...]. Ay tanbien, con el benefiçio del agua, muchos de los arboles con espinas que se auian hallado antes por el camino, aunque con mas hoja y sonbra [...].[65]

[64] *Comentarios*, vol. I, pp. 274-277.
[65] *Comentarios*, vol. I, p. 278.

Conforme indicámos acima, um dos aspectos interessantes de tais passagens é que fornecem imagens muito densas de lugares concretos sem construir para o leitor-observador um ponto de vista imaginário outro que o olho do próprio autor. O segundo aspecto a reter é a ambiguidade inerente a tais trechos com vista à função do saber por eles veiculado. Por um lado, temos uma prosa que descreve os mais variados aspectos da topografia, geologia, hidrografia, flora, fauna e geografia humana das paisagens que o viajante atravessa, permitindo ao leitor acompanhar de perto a comitiva e efectuar uma viagem imaginária ao longo do percurso traçado por Figueroa, prestando atenção a tudo o que poderia parecer curioso e digno de uma atenção materialmente desinteressada. Por outro lado, porém, não deixa de ser notável como o autor nunca deixa de referir dados potencialmente úteis do ponto de vista militar, tanto com vista a uma hipotética – embora improvável – invasão dos territórios descritos, como para fornecer uma ideia do aspecto e do valor das terras safávidas: o mesmo caminho que uma expedição ibérica percorreria de Ormuz para Tabriz teria de ser percorrido por um exército persa no sentido inverso, para a conquista daquela praça. Neste sentido, tudo o que lemos não só sobre cidades e fortificações,[66] mas também sobre a qualidade dos caminhos, as encostas que os ladeiam, os poços e as noras de água, os pastos e a caça, a qualidade dos solos e o clima, surge como informação estratégica, e portanto informação que, em Madrid, seria lida com atenção não só por por gente interessada no lado pitoresco (e algumas raras vezes sublime) da realidade persa. Quiçá estas intenções do autor se coadunassem, dentro das práticas de escrita e de leitura do seu tempo, particularmente bem com as estratégias textuais que acabamos de descrever.

Conclusão

À questão formulada no título do presente ensaio, estamos inclinados a responder que Figueroa era, efectivamente, não só um viajante mas também um autor que evitava recorrer a mapas. À primeira vista, isso parece aproximá-los de muitos outros autores ibéricos dos séculos XVI e XVII que, por constrangimentos técnicos ou por apego às potencialidades da escrita, descreviam as paisagens e as regiões da Ásia sem recurso a desenhos, gravuras ou mapas. O que Figueroa almejava era um saber topográfico e geográfico que se exprimia melhor pela palavra do que pela imagem. Como tantos outros autores da sua época, Figueroa acreditava no poder da palavra escrita e na sua capacidade de representar sem outros recursos os fenómenos mais complexos da geografia do planeta. No entanto, dentro da categoria dos autores cujos textos não eram acompanhados de tais artefactos, devemos distinguir entre, por um lado, alguns que se referiam a mapas fisicamente anexados ao seu texto (como Bocarro) ou que invocavam mapas existentes noutros lugares, como que recriando as

[66] Veja-se por exemplo a entrada de 30 de Outubro de 1617, no livro IV, cap. ii (*Comentarios*, vol. I, pp. 295-298).

suas formas através da palavra (como Barros). E, por outro lado, os que ignoram essa tentação, movendo-se pelo mundo sem recurso ao novo tipo de mapas que iam surgindo, como que imunes ao *modus* cartográfico baseado no espaço euclideano que ia permeando a cultura ocidental.[67] Pode parecer um tanto surpreendente, talvez, constatar que Figueroa, emissário de uma coroa que tão veementemente investira na prática da cartografia como meio de consolidação imperial, se encontrasse nesta segunda categoria. Mas o texto que nos deixou indica claramente que era esta a sua inclinação, e é talvez possível argumentar, com Barbara Mundy, que a representação do espaço segundo a lógica do itinerário corresponde à importância que o acto de viajar tinha para oficiais da coroa mesmo em territórios conquistados como a Nova Espanha.[68] É importante adicionar que a escolha de Figueroa não constitui uma falha, uma ausência de método. Corresponde sim a uma forma de representar o espaço largamente praticada na sua época.[69]

É notável quão solidamente Figueroa assenta a sua Pérsia sobre esta noção concreta do espaço enquanto ambiente vivido e não abstracto. Mesmo quando chega a Isfaão por um caminho de montanha que poderia ter fornecido o pretexto perfeito para esboçar uma vista aérea da urbe em todo o seu esplendor, Figueroa optou por fazê-la surgir timidamente no horizonte, erguendo as suas torres atrás dos campos férteis que, em primeiro plano, ocuparam o campo de vista dos viajantes. O que vemos é um panorama reminescente de muitas pinturas neerlandesas de cidades, onde os objectos colocados em primeiro plano ultrapassam em tamanho os mais altos campanários:

> Acabadas de andar todas aquellas baxas collinas, se descubrio una anchissima vega que ocupaua muchas leguas alderredor, con grandissimo número de huertas y jardines, que aunque de parte eminente, ocupauan la vista á la çiudad, no pareçiendose más de alguna parte de los alcoranes de las mezquitas.[70]

O autor dos *Comentarios* não deixou que os seus olhos voassem. Preferiu fazê-los descer, e com eles os olhos imaginários dos seus leitores, à face da terra, aos desertos e às várzeas, ao calor dos vales e ao consolo de uma sombra, ao vento e à luz dos caminhos da Pérsia. Isto ao mesmo tempo que insistia na nobreza de toda a sua empresa, no significado universal das experiências que ia fazendo. Uma última passagem vem ilustrar a sua atitude à perfeição:

[67] Sobre esta questão complexa, uma das melhores reflexões é a de Ricardo Padrón, *The Spacious Word*, pp. 45-63.

[68] Barbara Mundy, *The Mapping of New Spain: Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas* (Chicago / Londres, 1996), pp. 35-38.

[69] Padrón, *The Spacious Word*, p. 79.

[70] *Comentarios*, vol. II, pp. 18-19.

> En medio de aqueste ameno bosque y pequeña poblaçion ay una mezquita, que aunque no es muy grande, pero de hermosa lauor, y que su mucha antiguedad no a podido acabarla, estando aun por muchas partes dorada, y el suelo della enlosado y por mas veneraçion cubierto de muy finas esteras. En medio della, que está muy clara con vedrieras por lo alto, ay vna sepultura leuantada tres pies del pauimento, de piedra, con muchas lauores, y ençima mucha cantidad de libros escritos en arabigo, algunos dellos viejissimos y desenquadernados, mas que se podian muy bien leer. Y preguntado á un deruis morador de aquella mezquita si sabia qué contenian aquellos libros, dixo que algunos eran exposiçiones sobre su Alcoran y los demas milagros y obras de aquel gran sancto que alli estaua enterrado mas auia de seisçientos años, siendo la mezquita mucho mas antigua. A su entrada auia un patio tanbien enlosado, con un estanque en medio, y á un lado dos ó tres grandissimos y gruesos çipreses, que fueron los primeros que vimos en Asia, y uno que estaua fuera junto á la puerta del patio, lo era tanto, que no alcançauan con los braços á rrodeallo dos honbres juntos. No se halla memoria de que en toda Africa ni en otra parte de Asia aya lugar con el nonbre da Çafhra, sino este, que por su mucha antiguedad y nobleza de la Persia, aunque pequeño, podemos tener por çierto saliese alguno de los que en España fundaron á Çafhra de Estremadura [...].[71]

Aqui temos um pequeno quadro pitoresco da Pérsia, um *locus amoenus* contendo um Islão domesticado e quase familiar, um edifício finamente lavrado situado entre ciprestes formosos, um homem sábio falando de livros que, não fosse o detalhe de estarem escritos num idioma que Figueroa não dominava, se lhe ofereciam abertos e sem rodeios como em tantas outras passagens dos *Comentarios* os figos, as tâmaras e os melões. Um lugar com o nome da terra do viajante, no qual este penetra serenamente com os pés firmemente assentes no chão, onde é acolhido sem hostilidade, e onde as páginas de livros abertos por séculos de uma história essencialmente comum à Hispania, à Pérsia e a toda a *oikoumene* se lhe apresentam quais espelhos interiores dos *Comentarios* que os viriam a albergar, exemplares de uma mesma coisa: uma escrita que era a chave do mundo, porque na infinita versatilidade que era a sua essência, fora criada para o conter.

[71] *Comentarios*, vol. I, p. 322.

The Encounter between Pietro Della Valle and García de Silva y Figueroa at the Safavid Court of Shah 'Abbas I

ELIO C. BRANCAFORTE *

On May 21, 1615, while in Istanbul, the Italian traveler Pietro Della Valle witnessed a military parade of some 25,000 Ottoman soldiers who were on their way to fight against the Persians. He observed that at the parade:

> [...] the First Vizier, Pasha Mohammed, the general of the army [...] and the Grand Signor [...] courteously acknowledge everyone, bowing their heads this way and that very solemnly, and sometimes with a little smile, according to the important people they see, such as ambassadors and suchlike: but even when smiling joyfully they retain their majesty, just exactly like haughty Spaniards.
>
> In this connection, I believe you will wonder, though I tell it truly, that there is no Spaniard on earth, however ridiculously portentous, whose pretentiousness and solemn prosopopeia surpasses that of a commonplace Turk. I know you will not have heard this much, or rather have perhaps believed the contrary, but learn it from me and believe it, as it is really true.[1]

Besides indicating what Della Valle thought about the loquaciousness of Turks, this quote also gives a good idea of the traveler's attitude toward the typical Spaniard, an attitude that he would find confirmed, when he met Philip III's ambassador to Persia, García de Silva y Figueroa some three years later in Qazvin. Although these two voyagers have relatively little to say about each other in their voluminous travel accounts, their texts do include some references to one another, some direct, others more oblique. While Silva y Figueroa barely takes note of the Italian, Della Valle does mention the movements and activities of the Spaniard, adding commentary about the ambassador's behavior at several court functions.

---

* Tulane University, New Orleans.

1 Cited in Pietro Della Valle, *The Pilgrim: The Travels of Pietro Della Valle*, trans. and ed. George Bull (London, 1990), pp. 33-34 [Letter from Constantinople, 13 June 1615]. The author refers to the Ottoman Grand Vizier Mehmed Pasha Öküz (1557?-1620), and the "Grand Signor" Ahmed I (1590-1617), the fourteenth Ottoman sultan (r. 1603-1617).

In this essay I shall examine the encounter in Iran between these two European travelers, one a Roman adventurer who was able to develop an amiable rapport with Shah 'Abbas I, the other, an official who represented the interests of the Spanish-Portuguese crown. In order to shed light on this specific encounter, I will examine some of their writings on topics relating to Persia, in particular their descriptions of Shah 'Abbas. Before turning to an analysis of their writings, it would be useful to provide some background on these two travelers, whose eyewitness accounts are so important as chronicles of Safavid Iran under Shah 'Abbas.

Pietro Della Valle and García de Silva y Figueroa: Background and travels

The intrepid adventurer Pietro Della Valle (see Figure 29) (1586-1652) was born into a noble Roman family that prided itself on having produced two cardinals from among its ranks. Della Valle received a thorough education in classics, law and Italian literature (especially Petrarch, Ariosto and Tasso), and became a member of the *Accademia degli Umoristi*. He was very passionate about his literary pursuits and about composing music as well.[2] He lived in Naples from 1609 to 1614, where he befriended the scholar and naturalist Mario Schipano, a physician who read Arabic and collected Oriental texts. Perhaps as a result of an unhappy love affair, Della Valle decided to journey to the Holy Land, and took on the title of *Il Pellegrino* (The Pilgrim). He promised his friend Schipano to purchase a long list of items – including dictionaries, books on grammar and medicine, as well as drugs, plants and minerals – and to write regularly about his travels. Della Valle set sail from Venice in June 1614, and spent one year in Istanbul (August 1614 – September 1615), where he promptly began learning Ottoman Turkish and exploring the city. He then traveled to Alexandria, Cairo and the Pyramids of Giza (acquiring two mummies); continued to Mount Sinai and Gaza, and took lessons in Arabic; before arriving in Jerusalem, where he spent Easter of 1616.

On his return journey in the summer of 1616, while in Aleppo, Della Valle decided to head toward Persia and India, and joined a caravan headed for Baghdad. There, the traveler met the great love of his life, the Nestorian Christian Sitti Ma'ani Joerida, whom he then married. Hoping to convince Shah 'Abbas I to fight against the

[2] On Della Valle's life see Giovanni Pietro Bellori, *Vita di Pietro della Valle il Pellegrino* (Roma, 1662); Ignazio Ciampi, *Della vita e delle opere di Pietro della Valle il Pellegrino: Monografia, illustrata con nuovi documenti* (Roma, 1880); and Rafaella Salvante, *Il 'Pellegrino' in Oriente. La Turchia di Pietro Della Valle (1614-1617)* (Florence, 1997). See also Pietro Della Valle, *Abbas re di Persia: Un patrizio romano alla corte dello scià nel primo '600*, ed. Antonio Invernizzi (Torino, 2004).

Ottomans, the newlyweds headed toward Isfahan, where they arrived in February of 1617. After spending almost one year in the capital, Della Valle decided to travel north on his own to meet Shah 'Abbas, arriving in Farahabad, on the shores of the Caspian Sea, on February 14, 1618. But it was not until the beginning of May, in Ashraf, that the Roman was finally granted an audience with the shah, which is described in great detail in the travel account. From there, the shah left unexpectedly for Qazvin on May 11, and Della Valle, along with the rest of the court followed suit, arriving at the former capital on June 10. It was there that García de Silva y Figueroa met Della Valle on June 15, 1618.

Della Valle remained in Iran, mainly in Isfahan, until October 1621. Then he left the capital for Hormuz, accompanied by Sitti Ma'ani, her brother, their servants, and a young Georgian orphan girl named Mariuccia whom his wife had befriended. Because of the preparations for war between the Portuguese and the Persian/English forces,[3] they were not able to find passage over to the island. They continued along the coast to the town of Minab, where the unhealthy climate and a miscarriage led to Ma'ani's death. Della Valle, who almost succumbed to fever as well, was so bereaved that he decided to embalm her body in camphor and then carried it with him hidden in a trunk during the rest of his travels. After spending several months in Lar (January to June 1622) to recover his spirits, he was able to travel to Hormuz and see the results of its conquest by the Persians with the help of the English (May 12, 1622).[4] In January of 1623 he set sail on board the British ship *Dolphin* for India, where he stayed for almost two years. From there he returned to Rome on March 28, 1626, after an absence of almost twelve years, where he married Mariuccia, had fourteen children with her, and began the process of transforming his letters into an epistolary travel narrative. When Della Valle died in 1652, he was buried next to Ma'ani in the Ara Coeli church in Rome.

Della Valle's extraordinary travel account, the *Viaggi*,[5] benefited from a number of factors: his unique background and personality; the fact that he studied Turkish,

[3] For background on the history of the Persian Gulf during the Safavid age, see Willem M. Floor, *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* (Washington, DC, 2006). See also C. R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf," in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, ed. Edgar Prestage (Watford, 1935), pp. 46-129.

[4] See Elio Brancaforte, "The Italian Connection: Pietro Della Valle's Account of the Fall of Hormuz (1622)", in Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period* (Wiesbaden, 2008), pp. 191-204.

[5] Pietro Della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle il Pellegrino Con minuto raguaglio Di tutte le cose notabili osservate in essi, Descritti da lui medesimo in 54 Lettere familiari, Da diversi luoghi della intrapresa peregrinatione, Mandate in Napoli All'erudito, e fra' più cari, di molti anni suo Amico Mario Schipano. Divisi in trè parti, Cioè, la Turchia, la Persia, e l'India* (4 vols., Rome, 1650-1663); and Pietro Della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle, il pellegrino, descritti da lui medesimo in lettere familiari all'erudito suo amico Mario Schipano, divisi in tre*

Persian and Arabic and spent almost six years in Iran; Sitti Ma'ani's knowledge of Armenian, Georgian, Arabic and Persian; as well as her ability to gain access to the lives of Safavid courtiers and their wives. The narrative of his published voyages is divided into three parts that contain his travels to Turkey, Persia and India.[6] Each of the three parts contains eighteen letters (addressed to his friend Signor Mario Schipano in Naples), however only the first part – on Turkey – was published during his lifetime. The other two parts were published posthumously by four of his sons. The *Viaggi* were very popular, and were soon translated into several foreign languages including French, German, English and Dutch.

It should be pointed out that the original letters sent by Della Valle to Schipano were based on his diaries,[7] and the traveler hoped that his learned friend Schipano would edit and publish the letters for him. Yet that did not happen. The published letters are thus a reworked version of the original letters, which in turn are based on his diary entries, which leads to questions about how much material was amended, cut out, and restructured from the "original" diary entries to the final, published product.[8]

There are over one million words in Della Valle's *Viaggi*, and there is no complete English translation of Della Valle's letters concerning Persia.[9] From this plethora I

parti cioè: la Turchia, la Persia, e l'India, colla vita e ritratto dell'autore (Brighton, 1843). In my essay, when I cite the original I use the latter edition of the *Viaggi*, which has modernized the seventeenth-century Italian. However, I will provide references to both of these editions, namely to the two volumes of the 1658 edition that relate to *La Persia*, and the two volumes of the 1843 edition (abbreviated as "Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton").

6 For a recent analysis of Della Valle's narrative strategies and engagement with Italian literary models in the *Viaggi*, see Nathalie Hester, *Literature and Identity in Italian Baroque Travel Writing* (Aldershot, 2008), chapter 2.

7 The diaries are located in the Vatican Library in two parts: one part in the *Codex Vaticano Ottoboniano latino* 3382; another part in the *Archivio Segreto Vaticano*, fasc. 186 of the *Archivio Della Valle-Del Bufalo*, 1627-1651.

8 For a brief description of this process, as well as some examples of censorship that occurred before publication of the letters, see the introduction to Pietro Della Valle, *I Viaggi ... Lettere Dalla Persia*, ed. Franco Gaeta & Laurence Lockhart (Roma, 1972), pp. xiv-xxi. See also Sonja Brentjes, "Immediacy, Mediation, and Media in Early Modern Catholic and Protestant Representations of Safavid Iran", *Journal of Early Modern History*, 13 (2009), pp. 173-207, in particular pp. 180-181 and pp. 196-201.

9 See Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, for a selection of the letters concerning Persia that have been translated into English. An English translation of his travels to India does exist: Pietro Della Valle, *The Travels of Pietro Della Valle in India: From the Old English Translation of 1664*, ed. Edward Grey, trans. G. Havers (London, 1892); Pietro Della Valle, *The Travels of Sig. Pietro Della Valle, a Noble Roman, into East-India and Arabia Deserta: In Which the Several Countries, Together with the Customs, Manners, Traffique, and Rites, Both Religious and Civil, of Those Oriental Princes and Nations Are Faithfully Described: In Familiar Letters to His Friend Signior Mario Schipano: Whereunto Is Added, a Relation of Sir Thomas Roe's Voyage into the East-Indies*, trans. G. Havers (London, 1665).

will select pertinent passages that relate to García de Silva y Figueroa and compare Della Valle's impressions of Persia with those of his Spanish counterpart.

Don García de Silva y Figueroa

The mission of the Spanish ambassador García de Silva y Figueroa (b. Zafra, 1550 – d. at sea, 1624) will be outlined only very briefly here (especially since the present volume is devoted to investigating various aspects of his journey to Iran). In April of 1614 Philip III, King of Spain and Portugal, sent Silva y Figueroa to the court of Shah 'Abbas, in response to the Persian monarch's desire to deal with a nobleman, instead of with a monk (such as Antonio de Gouvea, an Augustinian missionary, who served as an envoy to the shah three times between 1602 and 1613). Silva y Figueroa was supposed to discuss a range of issues with the Persian ruler, including Portuguese control over Hormuz, matters concerning the silk trade, as well as the Safavid-Ottoman conflict.[10] After arriving in Goa, and then experiencing a very long delay (among other issues, the governor felt that a Portuguese, not a Spaniard, should be sent as ambassador to the Persian court), Silva y Figueroa finally set sail for Hormuz in March of 1617. He then arrived on the Persian coast at Bandar 'Abbas in October of 1617, traveled to Lar and Shiraz, where he stayed for 4 months, until April 4, 1618. The ruins of Persepolis (*Chilminara*) were next on the agenda for the ambassador, who was extremely interested in antiquities and had a strong background in classics.[11] From there, via Kashan and Qom, he visited Isfahan, before finally arriving on June 15, 1618 in Qazvin, where he was received by Shah 'Abbas. During the following six weeks, Silva y Figueroa was able to meet with 'Abbas several times, but it soon became clear that their negotiations would lead nowhere. Having received word that an Ottoman army was on its way to Van, 'Abbas left for Ardabil to join his army, and sent Silva y Figueroa on July 27, 1618 to Isfahan to wait for him. It was not until June 1619 that the shah made his way to Isfahan, and during those ten months the frustrated ambassador had to bide his time, writing about the city, its inhabitants, and various religious festivals. When 'Abbas finally did arrive in the capital, the entry was marked by festivities in honor of the monarch and the five foreign ambassadors who all were in Isfahan at the time. The shah had a final meeting with Silva y Figueroa in the *maydan* (main square) on August 2, 1619, where nothing was resolved regarding the interests of Philip III, and

10 For background on the ambassador's mission, see Luís Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa: Epistolario diplomático* (Cáceres, 1989). A good overview of the journey is provided by Carlos Alonso, *La embajada a Persia de D. García de Silva y Figueroa (1612-1624)* (Badajoz, 1993).

11 In this context, see Juan Maria Córdoba, "Don García de Silva y Figueroa, y el redescubrimiento de Irán", in Joaquín María Córdoba & María Pérez Díe (eds.), *La aventura española en Oriente (1166-2006): viajeros, museos y estudiosos en la historia del redescubrimiento del Oriente Próximo Antiguo* (Madrid, 2006), pp. 89-97.

where the ambassador was given leave to return to Spain. He then headed south, following the same route as he had taken on his journey to Isfahan, and landed on the island of Hormuz on October 18, 1619, two years after his initial arrival. The inhabitants there were worried about the imminent Persian/English attack on the island. Silva y Figueroa spent the winter on the island and described the poor state of the defenses before leaving for Goa at the beginning of April 1620. From there he found passage on a ship bound for Spain on December 19, 1620, but because of contrary winds, the vessel had to return to Goa in March 1621.[12] It was not until January 28, 1624 that Silva y Figueroa was finally able to make another attempt to leave for Spain: he took passage on a ship bound for Spain, but died en route, on July 22, 1624, some 110 leagues from the Azores, supposedly from the *mal de Luanda*, namely scurvy. The memoir of his travels was translated into French in 1667, by Abraham de Wicquefort.[13] However, a Spanish edition of Silva y Figueroa's travels, the *Comentarios*,[14] did not appear until 1903-1905, thus his accomplishments and writings were not well known in his home country for several centuries.

A Comparison of the Two Accounts

A comparison of Silva y Figueroa's *Comentarios* with Della Valle's *Viaggi* offers a study in both similarity and contrast. Whereas both authors are learned, curious observers with broad interests, eager to report on what they see and experience during their travels in Safavid Iran and use common tropes in their descriptions, they often present their information about the new and exotic in different ways. The narrative strategy of the Spanish ambassador is one that emphasizes objectivity: he writes in the third person, like Caesar, and seems more circumspect, more distant from the facts that are related in his account. A description of a city usually includes information about its geographical location, its architectural highlights, its inhabitants and their customs, as well as its agricultural products. Della Valle employs similar techniques, and both authors make reference to their classical learning, by citing the works of authors such as Xenophon, Diodorus Siculus, Strabo, or Quintus

[12] On the ambassador's portrayal of the city, see Fernando Marías, "Don García de Silva y Figueroa y la percepción del oriente: la 'Descripción de Goa'", *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, 14 (2002), pp. 137-149.

[13] García de Silva y Figueroa, *L'ambassade de D. Garcias de Silva Figveroa en Perse: contenant la politiqve de ce grand empire, les moeurs du roy Schach Abbas, & vne relation exacte de tous les lieux de Perse & des Indes, où cét ambassadeur a esté l'espace de huit années qu'il y a demeuré*, trans. Abraham de Wicquefort (Paris, 1667).

[14] García de Silva y Figueroa, *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España Don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905). Quotes from Silva y Figueroa's travel account in the present essay will refer to this edition.

Curtius Rufus. One of the main differences between the two works lies in the way that Della Valle reports his findings, namely his choice of the epistolary form. As Nathalie Hester observes:

> [...] the *lettere familiari* genre provides a suitable paradigm because of the variety it allows in tone, linguistic register, and topic. This variety means that all facets of his letters, from irreverent remarks to lowbrow comic episodes to sophisticated political, cultural, and literary commentary, was acceptable.[15]

The Roman traveler's account is a first-person narrative, it includes more subjective, personal observations than that of Silva y Figueroa. As Della Valle himself admits, he is prolix at times, and repeats himself. He has a tendency toward restlessness and flamboyance, he often digresses and reports on gossip. On the other hand, because of his knowledge of Persian and Turkish, and his greater familiarity with the native customs, he is often able to get closer to the subject matter than Silva y Figueroa, who is at a disadvantage in certain situations, due to his official position as well as his reliance on an interpreter.

An example of Della Valle's informal style occurs at the very start of his journey to the Middle East, when he describes the journey from Venice to Istanbul:

> Let me just repeat that the whole journey so far has been delightful. Certainly there have been some bad experiences, but these have been willingly endured [...]. No one was sea-sick, as it was always calm, except the second day after we left Venice when I felt some discomfort [...]. It was a sea that troubled us all, even the sailors, though there was never any dangerous storm. So we vomited in unison, all laughing and making fun of each other.[16]

This kind of personal, practical information is not deemed to be inappropriate, and the text is interspersed with such moments that are supposed to reveal the intimate feelings of the author and bring the reader closer to the experience of travel. Della Valle is also very conscious of his role as narrator and prime mover of the text. Hester describes the "self-fashioning" of the author, and notes that "he dresses up for his readership in Europe; that is, he represents himself as a consummate role player".[17] When he and Sitti Ma'ani are about to cross into Iran, the traveler notes:

> I started to change my mode of dress from Syrian to Persian [...]. I found a country barber and very ceremoniously I had him remove, all in one piece and at a stroke, my long, renowned beard [...]. I wanted him to make me look entirely Persian:

[15] Hester, *Literature*, p. 66.

[16] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 4 (Letter from Constantinople, August 23, 1614).

[17] Hester, *Literature*, p. 61.

> namely, with my cheeks and chin clean-shaven, and with mustachios (with their broad growth covering half my cheeks) stretching to my ears. In short I so transformed myself that I believe no one who has seen me in Turkey, nor you who have seen me looking Italian, would ever have recognised me. [...] Enough. I adopted Persian style, and I shall not fail to have a little portrait done of how I look [...].[18]

In other words, Della Valle finds it necessary to adapt to the customs of the lands through which he travels, and makes a point of recording the changes to his persona for posterity. Another topic that relates to the hardships of travel has to do with the state of his health, describing symptoms to his friend, Schipano, the physician. He also comments on the food that he receives in Iran, and which is not at all to his liking:

> [...] I conclude that my leanness comes only from my not eating as usual and this is because I do not have ingredients, and someone to cook them, to my taste. Who can eat without salads, without citrus fruits, without fish, without broccoli, without green vegetables and a thousand other appetising things, which we are denied, not by the earth, but by the foolishness of these people? It is extraordinary that in all Asia I have not been able to find someone to recognise and bring me some endive, or who even knows its name in his own language.[19]

If it were not for pilau, grapes and other fruit, he fears that he could die from hunger – an exaggeration, certainly, but the passage does provide some insight into the concerns of early modern travelers and the author's tendency to dramatize certain situations.

Silva y Figueroa shares some of these same worries about obtaining provisions on the road. Four leagues south of Qazvin

> [...] llegó el Enbaxador á Monbara, otra aldea, adonde tanbien tuuo rrazonable posada, y aunque en ella auia malissima y pestilençial agua se halló el mejor carnero y de más sabroso y delicado gusto que se auia comido en otra ninguna parte hasta aqui, y que se podia igualar con el mejor que ay en España.
>
> [...] the ambassador arrived in Monbara, another village where there was a nice inn, and even though it had the most horrible and pestilential water, we discovered the best mutton which had the tastiest and most delicate flavor that we had eaten anywhere until now, and which could be compared to the best that can be found in Spain.[20]

[18] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 121 (Letter from Isfahan, March 17, 1617).
[19] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 139 (Letter from Isfahan, December 18, 1617).
[20] *Comentarios*, vol. II, pp. 78-79.

The 67-year-old ambassador often remarked on the fact that he became quite tired at the various official banquets and festivities that he had to attend in his capacity as ambassador and that often lasted well into the night. He found himself especially ill at ease when he had to sit cross-legged for a long time on cushions, as was the Persian custom. At a four-hour banquet given in his honor at the fort of Isfahan, Silva y Figueroa noted the different foods (large platters filled with chicken, mutton and multicolored rice), followed by fruit (plums, green apricots and sour grapes), the women and effeminate youths who danced for him, but what he really wanted was a decent chair to sit in:

> [...] y ansi pidio le traxesen alguna cosa leuantada en que sentarse, por estar muy cansado y fatigado en el suelo, sobre las alhonbras. Vinose á hallar acaso en la mesma fortaleza una silla alta, sigun nuestra costunbre, despojos del fuerte de Comoran, y un poco apartado de la conversaçion estuuo en ella descansando hasta que toda la fiesta fue acabada.
>
> [...] and thus he requested that they bring him something elevated which he could sit on, since he was very weary and tired from sitting on the floor, on cushions. By chance they were able to find in that same fortress a high chair, made in our fashion, spoils from the fort of the Gombroon, and he relaxed in it, rather removed from the conversation, until the feast was over.[21]

This episode leads Silva y Figueroa to remark that the Persians believed that he was quite ancient, approximately 120 years old. This idea came about in the following manner: When the ambassador had been in a village near Shiraz, the local officials had offered him some women, according to the laws of hospitality. The Spaniard, who had white hair and a white beard, refused their offer, stating that he was too old for such amusements. The Persians were amazed at his refusal. Afterwards, when he went to Shiraz, he met several physicians and other learned men, and asked them about the geography of their country, and it turned out that from his study of ancient and contemporary authors, he knew even more about the history of Sheikh Haydar, Shah Ismael I (r. 1488-1524) and Shah Tahmasp (r. 1524-1576) than they did. The Persians deduced that since he knew so much about the reign of Shah Tahmasp, he must have been an ambassador at that time, which would make him at least 120 years old. On the other hand, since Silva y Figueroa was quite nimble and was able to travel on foot and on horse, the superstitious Persians were convinced that supernatural forces and magic must have been at work.[22]

[21] *Comentarios*, vol. II, p. 46.
[22] See *Comentarios*, vol. II, pp. 46-49.

Both Della Valle and Silva y Figueroa make use of familiar examples from their home countries to describe unknown cities or geographical features for their readers, a common strategy in travel accounts. In his portrayal of Isfahan, the Italian traveler notes that the city is "little or no smaller than Naples";[23] he is so impressed by the *maydan* that he remarks: "I dare to place it before the Piazza Navona";[24] the *Chahar Bagh* avenue is a "road [...] two or three miles long, and perhaps twice as broad as that of the Ponte Molle in Rome".[25] On his journey to visit Shah 'Abbas near the Caspian Sea, he stops "at a Turcoman village called Ciarman, situated by another very small stream, like the Marana in Rome".[26] Silva y Figueroa does the same. When describing the symbolically important folds on Shah 'Abbas's *mandil* (turban), he refers to equivalents in Spain: "[...] como las caperuças de luto que traen en España, ó como las que vsan como trage ordinario la gente comun de la Mancha ó Castilla." [... like the hoods of mourning that are worn in Spain, or like those that common folk usually wear in la Mancha or Castile].[27] The game of polo is also compared to similar Spanish contests: "Y de la manera que los labradores en las aldeas de España juegan este juego á pie, lo jugauan á cauallo y con la mesma contençion y porfia..." [And in the same way that peasants in the villages of Spain play this game on foot, they play it on horseback and with the same sense of rivalry and stubbornness].[28] Della Valle compares polo to Florentine *calcio*:

> The only difference between the Persians' game and the Florentines' *calcio* is that the Florentines play with many people on foot in smaller piazzas, knocking the ball through the air, and very often try to grab it from each other, or to impede or vex one another, they punch each other madly on the nose, thumping each other on the face, and bruising themselves more than gentlemen rightly should. But the Persians play the game in nobler fashion on horseback, with few in number (only five or six each side: I do not know why but it must needs be so, and the experts know this), and without punching or striking each other. They only strike the ball [...].[29]

There are many other such examples which illustrate how these authors try to make the foreign intelligible for their readers.

[23] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 122 (Letter from Isfahan, March 17, 1617).
[24] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 123 (Letter from Isfahan, March 17, 1617).
[25] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 124 (Letter from Isfahan, March 17, 1617).
[26] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 149 (Letter from Farahabad the first days of May and from Qazvin, July 25, 1618).
[27] *Comentarios*, vol. II, pp. 46-49.
[28] *Comentarios*, vol. II, p. 113.
[29] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 175 (Letter from Farahabad the first days of May and from Qazvin, July 25, 1618).

Impressions of the other: Della Valle and Silva y Figueroa

As mentioned previously, Pietro Della Valle pays much more attention to the movements of Silva y Figueroa than the other way around. At the beginning of May 1618, while at Shah 'Abbas's palace of Ashraf (see Figure 30), Della Valle recounts how the monarch receives a letter stating that Silva y Figueroa has arrived in Isfahan.

> The King asked me if this ambassador was a great man, as they said. I replied that he was, and that although I did not know him by sight, I knew nonetheless that his house and kinship were of the most noble of Spain. He turned to ask me whether he was Spanish, namely from the kingdom of Castile, or Portuguese. I replied that I had heard that he had relationships with both parts, but that by inclination and profession he was Spanish.[30]

The next account of the Spanish ambassador in Della Valle's work occurs at the end of May, when he hears from the Shah's secretary, Agamir, that Silva y Figueroa was not on good terms with the Portuguese Augustinian friars of Isfahan, especially with Father "Melchior degli Angeli", assistant to the King of Spain. Agamir considers the ambassador to be a "uomo stravagante"[31] (strange fellow), since Father Melchior had served the king well for many years. In short, Della Valle sets the stage for Silva y Figueroa's arrival in Qazvin on June 15, 1618. The Roman devotes several pages to this first encounter between the two outside the city. Della Valle explains how he rode ahead of all the others, meeting the ambassador one mile outside the city, showing him all manner of courtesy, even indicating that he would dismount from his horse.[32] The ambassador is described in the following manner:

> Ma, tornando al mio filo, questo ambasciador di Spagna, si chiama don Garcia de Silva y Figueroa: è vecchio assai, non solo con barba bianca, ma anco senza denti: è robusto con tutto ciò, e nella città entrò a cavallo, quantunque per viaggio soglia andare in lettiga. Venne molto ben vestito, con tutti i suoi, alla spagunuola; tesi, con collari a lattughe ed altre galanterie che quì sono strane; ed avrebbero fatto assai bella vista, se avesse avuto più gente: ma, vestite alla franca, non aveva più che venti ò venticinque persone.

[30] Della Valle, *The Pilgrim*, ed. Bull, p. 162 (Letter from Farahabad the first days of May and from Qazvin, July 25, 1618). See also Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, pp. 652-653 and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, pp. 250-251.
[31] Della Valle. *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, p. 696, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, p. 298 (Letter from Farahabad, the first days of May, and from Qazvin, July 25, 1618).
[32] Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, p. 718, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, p. 323 (Letter from Isfahan, April 22 – May 8, 1619).

> But returning to my train of thought, this ambassador from Spain is called Don García de Silva y Figueroa: he is quite old, not only does he have a white beard, but he is also toothless: nonetheless, he is quite robust and he entered the city on horseback, although when traveling he normally is carried in a litter. He was quite well dressed, along with his retinue, in the Spanish fashion; erect, with stiff posture and wearing ruffs and other trifles that seem strange here; and it would have been a rather nice spectacle if he had had more followers: however he had no more than twenty or twenty-five people dressed in European fashion.[33]

Della Valle goes on to say that he accompanied the ambassador to his lodgings. "As a countryman (because that is how all Christians from Europe are considered in these parts)" ["come paesano (che per tali ci trattano, in queste parti, tutti i cristiani di Europa)"],[34] the Roman stayed with Silva y Figueroa for more than an hour in his room, where they discussed matters concerning Iran. He also explains in detail how he convinced all the Christians to call the ambassador "excellency" instead of "your lordship". This passage indicates how far Della Valle went out of his way to be kind and courteous to the Spanish visitor. It should be emphasized that Silva y Figueroa makes no mention of Della Valle before his audience with the shah.

On June 17, Silva y Figueroa was invited to meet Shah 'Abbas at the "Garden of Paradise". Della Valle recounts how, early in the morning, the ambassador made himself ready, how each present from King Philip had to be carried individually by a different Persian youth – there were about 500 or more – and then the entire procession set out to meet the shah. The Italian then confides in the reader that, knowing that the audience would last well into the night, and in no hurry to sit cross-legged for many hours, he had decided to wait until later to join the festivities. Silva y Figueroa, however, was forced to wait for about two hours before the shah was ready to see him in the garden. Della Valle notes that the "povero vecchio" [poor old man][35] must have suffered in both body and spirit: in spirit, since people of his rank normally did not have to wait so long in the street; and in body, since he had to wait in the heat, out in the open, dressed in his finery and wearing his ruff.

Silva y Figueroa, as can be expected, had a slightly different perception of the events. According to the Spaniard's version, he had to wait "mas de media ora" [more than half an hour],[36] and he admits that he was very tired and uncomfortable

33 Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, p. 719, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, p. 324 (Letter from Isfahan, April 22 – May 8, 1619).
34 Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, p. 720, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, pp. 324-325 (Letter from Isfahan, April 22 – May 8, 1619).
35 Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, p. 722, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, p. 328 (Letter from Isfahan, April 22 – May 8, 1619).
36 *Comentarios*, vol. II, p. 84.

in his "vestido de gala" [gala dress].[37] He finally complains and asks one of the court officials whether the shah can receive him – and is given leave to enter into the garden. At that point the ambassador was "bien enfadado, porque no sentia tanto el cansançio como la fastuosa y arrogante costunbre de estos barbaros orientales de hazer detener y aguardar los Enbaxadores" [very angry, not so much because of fatigue, but by the ostentatious and arrogant custom of these oriental barbarians to cause delays and obstructions for the ambassadors].[38] Once he meets the shah, he provides a candid description of the ruler, whose modest dress and comportment do not conform to the fame of a great monarch. Silva y Figueroa also points out the hands of 'Abbas, "que eran notablemente cortas, gruesas y negras, como las podria tener un muy rrustico y grosero pastor" [which were notably short, thick and black, and could have been those of a very rustic and coarse shepherd].[39] At another audience, Silva y Figueroa criticizes the shah's "animo lleno de engaño y maligna simulaçion" [spirit full of deception and malevolent dissimulation].[40] The monarch is given a new translation into Persian of the Psalms and the New Testament by the discalced Carmelite John Thaddeus, and he proceeds to open the work and kiss it in feigned devotion, as Silva y Figueroa notes.[41] Della Valle, who hears of this encounter, also provides a description, but omits any criticism of the shah.[42]

The Italian traveler is also quick to point out the problems that the Spanish ambassador causes while at court: "L'ambasciador di Spagna in questo mentre, saputo che il re doveva partir presto da Cazuin, fece gran fracasso per aver un'udienza secreta, cosa che in Persia di rado si usa..." [The Spanish ambassador in the meantime, after finding out that the king was going to quit Qazvin soon, caused a great uproar in order to have a secret audience, something that is seldom done in Persia...].[43] Silva y Figueroa, must have been disconcerted by the strange behavior of the monarch, who showed up unannounced at the ambassador's lodgings in Isfahan,[44] or who met him in the *maydan* to discuss politics, instead of in a more private setting.[45] However, it seems that eventually the monarch's familiarity grew on the ambassador, so that by the time of their final meeting in August 1619 the farewell was quite friendly:

37 *Comentarios*, vol. II, p. 84.
38 *Comentarios*, vol. II, p. 84.
39 *Comentarios*, vol. II, p. 89.
40 *Comentarios*, vol. II, p. 102.
41 This episode is mentioned in *A Chronicle of the Carmelites in Persia and the Papal Mission of the XVIIth and XVIIIth Centuries* (2 vols., London, 1939), vol. I, pp. 240-241.
42 Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, pp. 737-738, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, pp. 344-345 (Letter from Isfahan, April 22 – May 8, 1619).
43 Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. I, p. 737, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. I, p. 344 (Letter from Isfahan, April 22 – May 8, 1619).
44 See *Comentarios*, vol. II, p. 363.
45 See *Comentarios*, vol. II, p. 97.

> [...] el rey [...] le leuantó y abraçó, llamandole padre y diziendo que sienpre seria grande amigo. El Enbaxador, por este fauor que particularmente le hazia á su persona, se baxó y le besó la mano, cosa que nunca hasta entonçes auia hecho [...].
>
> [...] the shah helped him rise and embraced him, he called him father, saying that he would always be a great friend. The Ambassador, because of this favor which was done especially toward him, bent down and kissed his hand, something which he had never done before [...].[46]

* * * * *

While a certain rapprochement can be seen on the personal level between Silva y Figueroa and the shah, there was no such tender scene between Della Valle and the ambassador when the latter left Isfahan. In fact, Della Valle makes a point of mentioning the fact that he alone was absent from the departure ceremony:

> Vi fu accompagnato da molta gente e da tutti i Franchi che si trovavano qui: io solo non vi andai, per la poca corrispondenza che era passata in questa corte fra di noi.
>
> He was accompanied by many people and by all the Europeans who were here: I alone did not go along, because of the lack of understanding between us at this court.[47]

The question arises as to why the two could not get along, for they seemed to have the prerequisites for a beneficial relationship: they were both Catholic, aristocrats, and very cultured, with strong backgrounds in classics, interested in describing Safavid Iran, its peoples, cities, architecture, agriculture, economy, politics, history and natural wonders. They could have had much to say to each other, whether on a scholarly level, or in trying to understand the intricacies of the court. Della Valle's contacts among the Safavid administration and insight into the social fabric could have been of use to the ambassador, who is depicted as rather aloof from day-to-day activities that were not related to his embassy. Della Valle would no doubt have been interested in hearing about the ambassador's experiences in Goa, in Hormuz, and at the ruins of Persepolis. But they likely did not have those kinds of exchanges of information. Silva y Figueroa devotes only twenty-two lines to his description of the Roman nobleman, whom he calls "Pedro de la Val":

[46] *Comentarios*, vol. II, p. 411.

[47] Della Valle, *Viaggi*, ed. Brighton, vol. II, p. 54, and Della Valle, *Viaggi*, ed. 1658, vol. II, p. 61 (Letter from Isfahan, October 21, 1619).

> Este, por curiosidad y natural inclinaçion, como otros muchos tienen de andar vagando y peregrinando por el mundo [...] [en] Bagadad [...] se casó con una muger pobre, de profesión cristiana nestoriana [...] despues de llegado con ella y una su ermana, á Span [...]. Pero vsando, ansi él como ellas, el habito persiano, no se sabe por que fin este honbre seguia la corte del rey de Persia cargado de estas dos mugeres, no obstante que algunas vezes le uviesen dicho que si no tenia cosa que tratar particularmente con el rey, se boluiese ó quedase en Casbin [...].
>
> That one, due to his curiosity and natural inclination, like many other people, who need to wander and travel the world [...] in Baghdad [...] married a poor woman, of the Nestorian Christian faith [...] after which he arrived with her and one of her sisters in Isfahan ... However, he, as well as the two women, wore Persian clothes, and nobody knows why this man followed the court of the Persian king, burdened by those two women, notwithstanding the fact that he had been told several times that if he did not have any particular business with the king, that he should either return or remain in Qazvin [...].[48]

Silva y Figueroa may have been a good ambassador and excellent bureaucrat, who did not appreciate a "free spirit" such as Della Valle, the flamboyant adventurer. A Roman nobleman who tried to pass as a Persian by wearing native clothes, who followed the shah's court for no apparent good reason, did not fit into the general order of things. However, by confronting these two travelers, and examining their very personal and detailed travel writings we can gain new insight into the workings of the Safavid court as well as into the character of Shah 'Abbas I. Ultimately, the accounts, which are written in different styles, mirror the individual backgrounds and literary intentions of their authors in their representations of Safavid Iran.

[48] *Comentarios*, vol. II, p. 121.

D. García de Silva y D. Vicente Nogueira [+]

JUAN GIL [*]

Me propongo abordar en este trabajo una faceta mal conocida de D. García: su prolongada afición a la historia y sus no despreciables dotes como humanista. Todo ello nos permitirá apreciar mejor algunos pasajes de los *Comentarios*[1] y, además, nos llevará de la mano a conocer la estrecha relación del extremeño con una familia portuguesa, los Nogueira, y más concretamente con D. Vicente Nogueira, el mecenas que editó su *Breviarium*.

Una obra latina de D. García de Silva y Figueroa

En 1628 salió a la luz en Lisboa, en la imprenta de Manuel da Silva, el *Hispanicae historiae breviarium autore Illustrissimo et Generosissimo D(omino) D. Gracia de Silva et Figueróa, Philippi III. Hispaniarum Monarchae Consiliario ejusque ad Xaa Abbas Persarum Regem Legato*.[2] La obra – un tomito de 60 páginas – fue escrita a

---

[+] No hubiese podido realizar este trabajo sin el apoyo y los datos que me proporcionó mi buen amigo el Prof. Rui M. Loureiro: a él debo nada menos que el conocimiento del *Breuiarium* y del juicio de Vicente Nogueira por sodomía. Una vez más rindo tributo a su saber y a su amistad.

[*] Universidad de Sevilla.

[1] Los cito siempre por la edición *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España Don Felipe III hizo al rey Xa Abbas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905).

[2] En el ejemplar que manejo (Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados 187) faltan por un error tipográfico las páginas 29 y 31; en la primera continúa el texto sin solución de continuidad; en la segunda, en cambio, falta todo el parágrafo 40. El parágrafo 37 está repetido, y ello por fallo de D. García, el autor de tal división. Otro ejemplar de la obra (Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados 188[2] P) tiene una portada diferente (*Hispanicae historiae breviarium. ad illustrem, et generosum D. Don Vincentium Noguéram R. Pp. utriusque Signaturae Referendarium, Sacrarum Majestatum Caesareae et Catholicae Consiliarium, Leopoldi Austriae Archiducis Cubicularium. autore illustrissimo et generosissimo D. Don Garcia de Silva, et Figueróa Philippi III Hispaniarum Monarchae Consiliario, eiusque ad Xaà Abbàs Persarum Regem Legato. Ex Bibliotheca Noguerica nunc primùm edit Antonius Furtado da Rocha presbyter, eidem D. don Vincentio a sacris; Philosophus, et sacrae Theologiae initiatus; in Collegiali S. Petri Pontadelgadensis Ecclesiae, Philippi IIII nominatione, designatus beneficiarius*) y una página sin

petición de un amigo suyo portugués, D. Vicente Nogueira, quien lo instaba acuciantemente, hasta con impertinencia, a que compusiera un compendio de la historia patria, un tema al que D. García había dedicado ya muchas horas de su tiempo. Según se desprende del prefacio, antes de su partida de Lisboa Nogueira regaló al embajador, entre otros libros de su espléndida biblioteca, los historiadores de España reunidos como en un manojo[3] y publicados en Francfurt. Se trata, evidentemente, de la magna obra *Hispaniae illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae, Lusitaniae, Aethiopiae et Indiae scriptores varii partim editi nunc primum, partim aucti atque emendatii, Francfurt, apud Claudium Marnium et Haeredes Iohannis Aubrij* del jesuita flamenco Andrés Schott (4 vols., Francfurt, 1603-1608).[4] La lectura de esta

numerar en la que se insertan las licencias de la Inquisición y de los demás censores. Para M. de Albuquerque, *"Biblos" e "Polis": Bibliografia e ciência política em D. Vicente Nogueira (Lisboa, 1586 – Roma, 1654)* (Lisboa, 2005), p. 24 n. 51, Reservados 187 es una contrahechura de Reservados 188[2] P. Mas bien creo lo contrario: salta a la vista que la omisión de Nogueira – el mecenas – en el frontispicio fue un error garrafal que el impresor, de grado o por fuerza, tuvo que subsanar de inmediato.

3 Es expresión de D. García (*scriptores [...] in unum veluti fascem collectos*) tomada del prefacio del hermano de Andrés, Francisco Schott, al volumen cuarto de las *Hispaniae illustratae*: *sic hoc egit frater ut Hispanicarum rerum scriptores latinos colligeret atque uno veluti fasce colligaret*. Como escribió su hermano Francisco, Andrés Schott vivió veinte años en Italia y en España, donde trató a los grandes humanistas: Antonio Agustín, Antonio de Covarrubias, García de Loaísa, Álvar Gómez de Castro y Pedro Juan Núñez. Allí también conoció y se hizo muy amigo de los jesuitas Juan de Mariana y de Pedro de Ribadeneyra, que lo convencieron a entrar en la Compañía. Pero Schott hizo amistad en España con otros miembros ilustres de la Compañía. Puedo dar un ejemplo muy curioso: en el volumen *Itinerarii Italiae, Germaniaeque libri IIII* (Colonia, 1620), publicado por su hermano, el citado Francisco Schott, y conservado hoy en la Biblioteca Universitaria de Sevilla (88/237), se lee la siguiente dedicatoria autógrafa del jesuita flamenco al jesuita sevillano Juan de Pineda *R.P. Ioanni de Pineda, Societ. Jesu, A. Schottus amici manu dono misit*. Y al final del volumen se añade un pentámetro *Exiguum, at magni pignus amoris habe*.

4 Juzgo conveniente dar una somera idea del contenido de los dos primeros tomos de las *Hispaniae illustratae*, los publicados en 1603, prescindiendo de los *Lusitanica, Aethiopica et Indica* (vol. II, pp. 878ss.). Son, en efecto, los tratados que más consultó D. García. Primer volumen: M. Aretius (*Hispaniae Chorographia*), Abraham Ortelius (dos mapas, uno de la Hispania antigua y otro de la moderna), J. Margarit (*Paralipomenon*), Rodrigo Sánchez de Arévalo (*Historiae Hispanicae partes IV*), Alfonso de Cartagena (*Anacephalaeosis*), Marineo Sículo (*De rebus Hispaniae memorabilibus*), F. Tarafa (*De origine ac rebus gestis regum Hispaniae*), *Brevis rerum a Philippo II Hispaniae rege gestarum descriptio*, J. Vaseus (*Hispaniae Chronicon*), L. Valla (*De rebus a Ferdinando Aragoniae rege gestis libri III*), Antonio de Lebrija (*Rerum a Ferdinando V et Elisabe Hispaniarum regibus gestarum decades II; De bello Navariensi libri II*), Álvar Gómez (*De rebus gestis Francisci Ximenii Archiepiscopi Toletani libri VIII*), Inscripciones de Tarragona, Damián de Gois (*Hispania*), Michael Ritius (*De regibus Hispaniae libri III*) y la Genealogía de los reyes de España. Segundo volumen: San Isidoro y San Ildefonso (*De viris illustribus*), Rodrigo Jiménez de Rada (*De rebus Hispaniae libri IX; Arabum, Romanorum, Ostrogothorum, Hunnorum et Vandalorum historia*), Petrus Pantinus Tiletanus (*De dignitatibus atque officiis Gothorum commentarius*), Juan de Mariana (*De rebus Hispanicis libri XX*), Alfonso García Matamoros (*De Academiis et claris Hispaniae scriptoribus*), Damián de Gois (*Vita, Epistula ad Io. Iacobum Fuggerum*), Andrés de Resende (*Epistula historica de Aera*

obra, que alivió el tedio del larguísimo viaje, sirvió tanto de distracción como de ejercicio literario, pues D. García fue apuntando los hechos más notables de la historia patria a fin de enviárselos a Nogueira para su publicación, si éste así lo consideraba oportuno. Llegado a Goa el 6 de noviembre de 1614, don García, una vez que se repuso del largo viaje en el Colegio de Santo Tomás,[5] en vista de que no se le daba despacho para hacer su embajada, reunió sus notas y, en las nonas (5) de julio de 1615,[6] terminó de redactar este epítome de la historia de España, que abarca desde los fenicios hasta los Reyes Católicos, terminando en 1492. Mariana había puesto punto y final a la suya con la muerte de Fernando el Católico (1516), aunque por un momento pensó en detenerse en la toma de Granada:[7] la decisión que sabiamente tomó, como se ve, D. García.

1. Contenido

La obra, muy breve, versa exclusivamente sobre la historia de Castilla, según el modelo de las crónicas medievales. De Portugal sólo se habla cuando así lo requiere la materia, y siempre en relación con sucesos bélicos (batallas de Santarén, Aljubarrota, Toro). Lo mismo cabe decir de Cataluña y de Navarra; este último reino sólo es traído a colación por haber participado en los combates de Valdejunquera y las Navas de Tolosa. El contenido, dividido en parágrafos, está distribuido de la siguiente manera:

I. Dedicatoria de D. García a D. Vicente Nogueira (1).
II. Cartagineses. Dominio de casi toda Hispania. Guerras púnicas (2-3).
III. Romanos. Pacificación de Hispania por Augusto (4).
IV. Bárbaros. Invasión de Hispania por suevos, vándalos y alanos (5). Origen e historia de los godos hasta la batalla de Hadrianópolis (6-8). Paz con Teodosio (9). Alarico toma Roma (10). Ataulfo se casa con Gala Placidia, la hermana de Honorio; concesión de Hispania a los godos (11). De Valia a Eurico (12-13). Oscuridad de la historia de estos siglos (14). Pugna entre arrianismo y catolicismo: Leovigildo, Hermenegildo y Recaredo (15-16). Don Rodrigo (17).

Hispanorum), Jerónimo Pau (*De fluminibus et montibus Hispaniae, Vrbis Barcinonensis descriptio*), Jerónimo Blanca (*Regum Aragoniae Catalogus*), Ambrosio de Morales (*Corduba*) y Carlos Berardo (*Expugnatio regni Granatae*).En el volumen III, publicado por Juan Pistorius y dedicado a Guillermo de San Clemente, embajador en Praga, se insertaron las obras de Bernardino Gómez Miedes (*De vita et rebus gestis Iacobi I*) y de Jerónimo Blanca (*Commentarii rerum Aragonensium*) y en el IV, editado por su hermano Francisco Schott y dedicado al obispo de Amberes Juan Mireo, el *Chronicon* de Lucas de Túy, las obras de San Eulogio y los últimos libros de la *Historia* de Mariana (XXI-XXX).

5 Cf. *Comentarios,* vol. I, pp. 220 y 222.

6 Recuérdese que el 4 de las calendas de febrero (29 de enero) puso fin D. García a la narración de su viaje (*Comentarios,* vol. I, p. 126).

7 *Historia*, XXVI 1 (*Hispaniae illustratae*, vol. IV, p. 142).

V. Árabes. Descripción de Arabia y sus habitantes (18). Cosroes lucha contra Focas y Heraclio. Triunfo de este último y fin del imperio persa (19-20). Los árabes, aliados unas veces de los romanos y otras de los persas (22). Mahoma y sus conquistas (23-24). El imperio de sus sucesores (25). Conquista de Hispania y de las islas del mar Mediterráneo, asedio de Constantinopla, victoria de Carlos Martel (26-27).

VI. Los reinos cristianos y su lucha contra el Islam. D. Pelayo (28). Ramiro I, vencedor en Clavijo; Ordoño I y Alfonso I (29). Dos reyes cristianos, Ordoño de León y García de Navarra, vencidos por Abderramán III en Valdejunquera (30). Reacción del conde Fernán González; luchas entre León y Castilla (31). Victorias de Almanzor (32-33) y su derrota en Calatañazor (34-35). Muerte de Hixem II (36). Almorávides (37). Su persecución a los cristianos frente a la anterior tolerancia religiosa de los emires (37bis). Martirio de las vírgenes Nunilón y Alodia (38). Reputación universal de la academia de Córdoba por sus conocimientos de Astronomía; Averroes transmite la filosofía de Aristóteles a la Europa cristiana (39). LAGUNA EN EL TEXTO. Conquista de Toledo por Alfonso VI. El socorro de África (41). Entrada de los almorávides: derrota del rey de Sevilla y batallas de <Sagrajas> y de Uclés (42). Luchas entre la reina Dª Urraca y su marido Alfonso el Batallador (43). Sube al trono su hijo, Alfonso VII; toma de Baeza (44). División de los reinos de León y Castilla. Alfonso VIII (45). Entrada de los almohades. Batalla de Santarén (46). Derrota de Alarcos (47) y victoria de Las Navas de Tolosa (49). Triunfos de Fernando III en Andalucía: toma de Córdoba, Jaén, Écija y Sevilla (50). Descripción del reino de Granada (51). Victorias de los almohades [en realidad, de los benimerines]: derrotas del conde Nuño de Lara (52) y del arzobispo toledano D. Sancho de Aragón; batalla indecisa con Lope Díaz de Haro (53). Alfonso X el Sabio. Matrimonio de Dª Mencía de Castro con Sancho II de Portugal (54). Sancho IV (55). Fernando IV y Alfonso XI (56). Entrada de los benimerines y batalla del Salado (57). Conquista de Algeciras (58). Uso de las lombardas por los musulmanes (59). Muerte de Alfonso XI por la peste negra en el asedio de Gibraltar (60). Los crímenes de Pedro el Cruel (61). Enrique II. Sus mercedes a los nobles debilitan el reino (62). Juan I: desastre de Aljubarrota (63). Enrique III (64). El infante Fernando, regente de Juan II. Toma de Antequera (65). Juan II y su valido Álvaro de Luna (65-66). Enrique IV; sospechas sobre la castidad de su mujer, doña Juana (67). Los Reyes Católicos. Pacificación del reino. Guerras de Portugal y de Granada (68-69). Grandeza del imperio de los monarcas españoles (70).

2. *Modelos*

El paradigma de D. García no son los tres grandes historiadores latinos (Salustio, Livio y Tácito): esa meta sería demasiado ambiciosa. D. García aspira a parecerse a un escritor menor, Veleyo Patérculo, pero no por ello exento de retórica y muy aficionado a los claroscuros: el estilo ideal para un hombre del barroco.

El título está tomado, sin embargo, del librito de Eutropio (finales del siglo IV): *Breuiarium historiae Romanae*, un resumen de la historia de Roma desde la fundación de la ciudad hasta la muerte del emperador Joviano: en total, 1.118 años. La literatura latina le dio asimismo la pauta para rotular su obra mayor, los *Comentarios*, sobre el modelo de Julio César.

3. *Crítica de las fuentes históricas*

Un resumen tan breve como éste no puede aportar grandes innovaciones ni en el método ni en las fuentes, que son las crónicas editadas por Schott, sobre todo el *De rebus Hispaniae* de Rodrigo Jiménez de Rada y el *Chronicon* de Lucas de Túy, las dos grandes crónicas del siglo XIII, para los inicios, y Juan de Mariana para el resto. Así y todo, siempre hay puntos que conviene resaltar.

Una innovación importante es que se excluye expresamente de la historia, con toda intención, las fábulas y las monarquías fantásticas, tachadas de *ficti et ridiculi reges*, con las que un insidioso dominico, fray Juan Annio de Viterbo, había desfigurado la prehistoria hispana bajo el reinado de los Reyes Católicos. También rechaza D. García las leyendas que corrían sobre los primeros tiempos de la Península Ibérica (sin duda los mitos de Hércules y Gerión, el viaje de Baco a Hispania, los hechos de Hispán e Híspalis), leyendas que califica de *nugas canoras* (1), 'inepcias cantarinas'. Eran temas que habían sido tratados con todo pormenor por Alfonso X el Sabio y los primeros humanistas catalanes;[8] pero el embajador vivía en tiempos más críticos: ya Goropio Becano y otros eruditos de Amberes[9] habían puesto en solfa tales engendros. Curiosamente, sobre los orígenes históricos se corre asimismo un tupido velo: no se hace mención ni de Numancia ni de Viriato, los dos máximos ejemplos de la lucha contra Roma. Quizá esta omisión se deba a que D. García, que vivió en el momento cumbre del señorío de los Austrias, no simpatizaba con los movimientos de independencia nacional contra la fuerza agresiva pero integradora de un imperio.

Otro ejemplo de sana crítica lo constituye el rechazo de las supercherías de los falsos cronicones que habían puesto de moda el jesuita Jerónimo Román de la Higuera y sus continuadores. Esta poda de la hojarasca falsaria constituye, realmente, un triunfo de la razón sobre el fanatismo contemporáneo. Y así, p.e., el martirio de Nunilón y Alodia (38) se sitúa, como dice la pasión, en la Huesca aragonesa y no en la anda-

8 Cf. sobre los primordios míticos las elucubraciones de Margarit (*Hispaniae illustratae*, vol. I, pp. 15ss.; vol. II, pp. 35ss.) y de Tarafa (*Hispaniae illustratae*, vol. I, pp. 518ss.).

9 *Fabulosi reges* los llamó ya el médico de Amberes Luis Núñez en su *Hispania* (3 [*Hispaniae illustratae*, vol. IV, p. 210]). Por cierto que hizo mención a Pedro Nunes en 24 (p. 415), quizá por ser pariente suyo.

luza Huéscar, como querían algunos y sancionó más tarde el falso *Chronicon* de Liutprando.[10]

La tercera característica de D. García, la más notable de todas, es que excluye asimismo de su historia todo elemento sobrenatural. La gran victoria de D. Pelayo tiene lugar en Ausea, es decir, el río Auseva de las primeras crónicas asturianas (28).[11] Con ello se obvia cualquier mención a la Virgen y al santuario de Covadonga, aunque se reconoce que los enemigos "fueron vencidos más por intervención de Dios que de los hombres" (*divina potiùs quàm humana ope profligatos* [28]). No es una omisión aislada. En vano esperaríamos en el *Breviarium* una mención al apóstol Santiago,[12] el patrono de España: Compostela sólo aparece para ser víctima de las asoladoras campañas de Almanzor (33). En las grandes batallas libradas contra los musulmanes no acude el apóstol Matamoros en ayuda de los cristianos: es el esfuerzo y la valentía de los combatientes lo que decide la batalla. Se cita, sí, el legendario tributo de las cien doncellas que estaban obligados a pagar los reyes asturleoneses al emir, si bien esa exacción onerosísima se debió – precisa D. García inesperadamente – no a la lujuria de los árabes, sino a la necesidad de propagar su estirpe, dada la carencia de mujeres musulmanas (37); pero la decisiva victoria de Clavijo se logra sin aparición celestial. De San Fernando se dice que mereció el título de santo por sus virtudes y su aplicación a la Cruzada (50); nada más. Estas muestras valen para dar fe de la enconada resistencia que opuso D. García a aceptar crédulamente milagrerías, vinieran de donde viniesen.[13]

Ahora se comprende mejor su rechazo a aquel gran embaucador llamado Luis de Fonseca, que se jactó ante la Corte de haber descubierto el punto fijo, un "secreto" que "avía alcançado por particular y oculta revelación de Dios": a su juicio, "bastava esta tan desvergonçada e ignorante confesión suya para no admitir ni escuchar tal embuste y engaño".[14] Siempre en su obra mayor las creencias infundadas son sepultadas en el desprecio. Durante mucho tiempo se pensó en Goa que la pestilencia de un lugar provenía de la podredumbre causada por un elefante mal enterrado. "Fue vana esta persuasión, como lo suelen ser otras muchas entre la gente vulgar".[15]

[10] *Luitprandi siue Eutprandi e Subdiacono Toletano, et Ticinensi Diacono Episcopi Cremonensis... Chronicon ad Tractemundum Illiberritanum in Hispania Episcopum* (Madrid, 1635), p. 78; cf. los comentarios de Tomás Tamayo de Vargas (pp. 235ss.) y J. Gil, "En torno a las santas Nunilón y Alodia", *Revista de la Universidad de Madrid*, 19, 4 (1971), pp. 103-140.

[11] El nombre del Auseva lo halló D. García en la crónica de D. Rodrigo Jiménez de Rada (*De rebus Hispaniae*, II 2 [*Hispaniae illustratae*, vol. II, p. 69]).

[12] Según dice en los *Comentarios*, vol. II, p. 113, los persas creían que Santiago era Alí.

[13] El mismo criterio tuvo Mariana: al descartar como fabulosa la consulta que había hecho supuestamente Álvaro de Luna a una hechicera – aun consagrada por Juan de Mena –, añadió: *Nos haec, ut vana, parum curanda putabamus* (XXII 13 [*Hispaniae illustratae*, vol. IV, p. 48]).

[14] *Comentarios,* vol. I, p. 93.

[15] *Comentarios,* vol. I, p. 169.

La misma idea se repite en otros pasajes: "Tanto puede, aunque falsa, la persuasión en los hombres";[16] "Para ayudar esta falsa persuasión y engaño jamás an faltado onbres charlatanes y noveleros".[17] Así cuadraba que se comportase un hidalgo culto, heredero de la tradición historiográfica antigua, un hombre cuyo objetivo fue averiguar todo "por çierto e conforme a razón natural".[18] Por ello se burló de la superstición de la marinería que, asombrada de que no levantara el vuelo un pájaro al que se habían disparado algunos tiros, pensaba que era algún demonio;[19] y aunque le causó gran admiración un cometa que contempló en Ispahán el 18 de noviembre de 1618 – el cometa Halley[20] –, su aparición no lo llevó a predecir desastres ni calamidades.[21] Mas volvamos ya al *Breviarium*.

Las invasiones de suevos, vándalos y alanos sumieron a la Península Ibérica en la barbarie más absoluta. Entre tantos desastres una virtud egregia tuvo Hispania, a juicio de D. García: que en ella, dechado de la antigua civilización, se mantuvieron las costumbres romanas y el idioma mejor que en ninguna otra parte del imperio de Occidente: *nec usquam aliubi Romani mores cum Latino idiomate, vetusta illa antiquitate retenta, integriores permansere* (15). Esta observación nos trae a la mente otro pasaje de los *Comentarios*: aquél en que, tras comparar las invasiones de Persia por los árabes y los mongoles a las que experimentó la Península Ibérica en la época de los bárbaros, concluyó asimismo D. García: "en la parte más oriental de Persia y en la provincia de Querman [...] quedaron muchos de sus antiguos y verdaderos persianos, los quales, aunque los demás se mezclaron y entrebevieron, uniéndose con los vencedores, constantíssimamente an retenido sus antiguas costunbres, hábitos y religión";[22] por tanto, fueron ellos los que retuvieron con más apego la vieja tradición de los persas al igual que fueron los hispanos los que mejor conservaron la herencia latina.

El período que corresponde a la historia de los visigodos son *saecula [...] Cimmeriis tenebris involuta barbaricaque prorsus caligine immersa*, 'siglos envueltos en tinieblas hiperbóreas y sumergidos totalmente en una oscuridad bárbara' (14). En una monótona sucesión de reyes apenas hay hechos que contar a la posteridad; y cuando la historia se amplía, de inmediato resulta sospechosa de falsedad. Es lo que ocurre

[16] *Comentarios*, vol. I, p. 299.

[17] *Comentarios*, vol. II, p. 190.

[18] *Comentarios,* vol. I, p. 266. D. García procuró ajustar las noticias a la razón natural: "El enbaxador, que oyó cosa tan conforme a lo que venía considerando, aunque de persona tan vulgar, le preguntó a quién avía oído aquel cuento" (*Comentarios*, vol. I, p. 282); "muy conforme y verisímil a lo que el enbaxador venía discurriendo" (*Comentarios*, vol. I, p. 286).

[19] *Comentarios,* vol. I, pp. 101-102.

[20] *Comentarios*, vol. II, pp. 341-342.

[21] Esa fue la creencia que tuvo la Antigüedad clásica. Valga por todos los ejemplos Tácito, *Anales*, XIV 22, 1.

[22] *Comentarios*, vol. II, pp. 21-22.

con las tradiciones que corrían sobre la pérdida de España: la traición de Sisberto y del conde don Julián le parece a D. García poco fidedigna en medio de tamaña oscuridad historiográfica, y por ello es omitida: "*ea quae de proditione Sigiberti Iulianique Comitis ab autoribus nostris in tanta literarum caligine prodita sunt parùm fidei habere videntur, ideoque praetermittenda existimo*" (25). De nuevo se emplea la misma palabra, *caligo*, para designar las densas tinieblas que rodean lo acontecido en aquellos tiempos. Es preferible callar a referir falsedades.

A pesar de su pretensión de imparcialidad, hay en el *Breviarium* omisiones clamorosas. Brilla por su ausencia el Cid. Así se da el caso extravagante de que se haya escrito una historia de Castilla sin mencionar al mayor de los héroes castellanos. A Fernán González se le rinde el debido tributo de admiración, pero se lo priva de la batalla de Hacinas, celebrada por la épica juglaresca. Bien se ve que D. García, hombre de raíces extremeñas, no había sido educado en las tradiciones antañonas de Castilla la Vieja, ni siquiera en las recordadas en el romancero oral y escrito, a no ser que desdeñase adrede los romances por creerlos cuentos de viejas.

Otras veces la atención a un detalle deforma la realidad histórica. Un ejemplo muy llamativo lo constituye el ya citado martirio de Nunilón y Alodia. D. García no basó su relato en el *Memoriale sanctorum* de San Eulogio, publicado por el mismo Morales.[23] Así lo demuestra el hecho de que en él se recoja un pormenor omitido por San Eulogio, pero narrado en los santorales:[24] al caer degollada Nunilón, dejó al descubierto sus piernas; pero Alodia veló por la honestidad de su hermana cubriéndolas recatadamente con el vestido antes de morir ella misma. Este tierno gesto, mezcla de pudor y de amor fraternal, prendió en el recuerdo del viejo embajador y, de resultas, le hizo conceder excesiva importancia a la pasión de las niñas en detrimento de la muy importante saga martirial que tuvo lugar en Córdoba bajo el emirato de Abderramán II y Muhammad I. Preciso es decir, en honor de D. García, que después, con más calma, debió de leer el *Memoriale* del santo en Goa, pues lo citó en los *Comentarios*, llamando a su autor "única y verdadera luz de la historia de aquellos tienpos".[25] Le faltó tiempo y reposo, sin embargo, para dar la última mano al *Breviarium* y corregir esa pequeño desenfoque en la perspectiva histórica.

[23] II 7 (reproducido asimismo en *Hispaniae illustratae*, vol. IV, pp. 263-264). D. García no manejó, al parecer, la historia en castellano de Ambrosio de Morales.

[24] Editado también por Morales en sus escolios a las obras de San Eulogio (*Hispaniae illustratae*, vol. IV, p. 286).

[25] *Comentarios*, vol. II, p. 234. La cita es a la fuerza mercenaria cristiana que servía a las órdenes de los emires cordobeses: a ella pertenecía el mártir Sancho (*Memoriale*, II 3).

4. Juicio sobre los musulmanes

D. García no siente simpatía, pero tampoco odio por el Islam. La figura de Mahoma le resulta condenable, mas no sin señalar que fue "un varón sagacísimo y un portento del mundo entero" (*vir sagacissimus totiusque Orbis portentum* [23]). Eso sí: de África le vinieron a España todas las calamidades derivadas de la expansión musulmana: primero la invasión de los árabes y después las entradas, en sucesivas oleadas, de almorávides, almohades y benimerines: *Africa, praecipua nostrorum malorum causa, abundè hostem suppeditante* 'África, principal causa de nuestros males, nos procura enemigos en abundancia' (32).[26] En efecto, 'nuestros españoles nunca sufrieron antaño una derrota famosa en la que no intervinieran las fuerzas de los árabes de África' (*nulla insigni clade quondam nostri Hispani affecti fuere sine Arabum Africanorum robore* [41]). La idea es muy propia de un humanista olvidado de las invasiones bárbaras. Cartago había sido la enemiga capital de los romanos, que sólo pudieron vencerla después de tres sangrientas guerras. Cicerón expresó el sentir común al decir, generalizando, que "Africa [...] había nacido para hacer la guerra contra esta ciudad [Roma]".[27] Ahora el imperio español (en este caso, el imperio ibérico) era el heredero del imperio romano: y tanto el uno como el otro coincidían en que, antes de alcanzar la hegemonía, tuvieron que domeñar al invasor venido del Mediodía.

Bien es verdad que D. García, dentro de su rechazo general a lo musulmán, reconoce sin ambages la grandeza de al-Ándalus. En no pocas páginas de este sucinto resumen se aprecia el orgullo por los logros de lo que se pudiera llamar "musulmán hispánico": el *imperium Sarracenorum Hispaniensium* (40, cf. 41 *Hispanienses Sarraceni, Hispanici Agareni*) de que se enorgullece el autor. Pocos años antes se había puesto de moda en España la literatura ambientada en el Islam granadino gracias a novelas, romances o historias como la de Ginés Pérez de Hita; pero también pocos años antes, en 1609, se había dictado el decreto de expulsión de los moriscos. Entre estos dos extremos, islamofilia e islamofobia, el *Breviarium* mantiene un justo término medio, aun inclinándose por encomiar, con magnanimidad, la civilización de los enemigos. De ello hay pruebas abundantes.

Frente a la persecución desatada por los fanáticos almorávides, el *Breviarium* alaba la tolerancia religiosa de los emires cordobeses que, 'con admirable prudencia y una congénita humanidad' (*mirabili prudentia et insita quadam animi humanitate* [37]),

[26] Sin duda se acordaba don García, al hacer esta afirmación, del antiguo proverbio griego: "Libia [i.e., África] produce siempre un mal nuevo" (Zenobio, *Centuria* II 51, en E. L. von Leutsch & F. G. Schneidewin, *Corpus paroemiographorum Graecorum* [2 vols., Göttingen, 1839-1851], vol. I, p. 45).

[27] *Africam, arcem omnium prouinciarum natam ad bellum contra hanc urbem gerundum* (*Pro Lig.* 22).

permitieron a los cristianos observar su culto y seguir manteniendo sus iglesias y monasterios. Es como si los musulmanes de al-Ándalus, como fruto del mestizaje, muy puesto de relieve por D. García (cf. 37), se hubiesen hecho al fin y a la postre españoles, y gracias a estos matrimonios mixtos se hubiese mejorado su raza, llegando a producir un "musulmán hispánico".[28] Con toda razón se encomia más tarde la protección que dispensaron los emires a las ciencias: *cum non solùm bellica rerum militarium gloria, sed omnium scientiarum disciplinarumque amore toto Orbe apprimè claruissent*, 'no sólo fueron famosísimos en el mundo entero por la gloria militar de sus victorias bélicas, sino por el amor a todas las ciencias y disciplinas' (40). El más alto elogio se tributa a Averroes: gracias a él revivió en Europa la filosofía de Aristóteles, *cum caeteris disciplinis Septentrionalium barbarorum odio sepulta*, 'sepultada con las demás ciencias por el odio que le profesaban los bárbaros del Norte' (40). En estos 'bárbaros del Norte' no es difícil reconocer una puntada de D. García a algunos de sus contemporáneos: el español católico ha extrapolado la situación de la Alta Edad Media a su tiempo, aplicando ese calificativo de desprecio a los alemanes protestantes de su época, igual que hizo siglos más tarde Menéndez y Pelayo cuando se refirió a las "brumas hiperbóreas".

En este punto siguió nuestro historiador una vieja pauta hispana: la de incluir a moros y judíos entre las glorias antañonas para disimular las carencias intelectuales del pasado. Otro tanto hizo Damián de Góis, al contar entre los *viri doctrina praeclari* de Hispania tanto a Abenezra, Maimónides y Chimhi como a Avicena, Averroes y Rasis.[29]

También lo admira la diligencia de los granadinos en labrar y cultivar la tierra. El cambio operado es patente: *inopi et arido solo per Agarenicae plebis hominum singularem industriam et laborem ad summam ubertatem redacto* (57), 'un suelo pobre y árido convertido en sumamente productivo por el singular esmero y esfuerzo de los hombres del pueblo musulmán'.

El orgullo por lo "musulmán hispánico" se pone de manifiesto una vez más cuando se relata el sitio de Algeciras. Durante el asedio los benimerines emplearon por primera vez el fuego de lombardas,[30] mucho antes de que la artillería fuera usada en el

[28] De la misma manera, Emancoli Mirza, el hijo del Shah Abbas, tenía "buen natural y una çierta blandura y generosa índole", como hijo que era de una georgiana (*Comentarios*, vol. II, p. 114).

[29] *Hispania* en *Damiani a Goes opuscula* (Coimbra, 1791), pp. 74-75.

[30] *Huius tormenti mentionem nunc primum in historia factam invenio*, comentó Mariana (*Hispaniae illustratae*, vol. II, p. 681). En realidad, las lombardas se habían usado antes, en el asedio de Niebla (1262). D. García se hubiera llevado otro soponcio de haber visto que todavía desconocía estos precedentes andalusíes el artículo "Artillery" de la *Encyclopaedia Britannica*, 13ª edición, vol. II, p. 685 b, debido a Ch. F. Atkinson. El contacto con el Lejano Oriente abrió otra perspectiva a los europeos. Así, ya Bernardino de Escalante escribió que admiró mucho a los portugueses "ver que [los chinos] usavan de artillería, de que vinieron a entender que la avía

resto de Europa: *biennio toto ante quàm Angli ad Cresciacum ignobile Veromanduorum vicum anno M.CCCXLVI. illo primùm uterentur in memorabili pugna, qua profligatus Philippus Valaesius Francorum rex, et triginta et sex annis antequàm apud Clodiam Fossam anno M.CCCLXXX Veneti etiam primùm usi a Genuensibus cruentam victoriam obtinuissent. Quod animadvertisse oportuit viros doctos, ne Italis, Gallis Germanisve perperàm tribuerent, quod apud Hispanienses Arabes indubitanter ortum habuit* (59), 'dos años antes de que los ingleses las usaran en el año 1346 junto a Crecy, lugarejo poco conocido del Vermandois, en la memorable batalla en la que fue vencido Felipe de Valois, rey de los franceses, y treinta y seis años antes de que en el año 1380 los venecianos, empleándolas también ellos por primera vez, obtuviesen una sangrienta victoria sobre los genoveses en Clodia Fossa [una de las bocas del Po]. Punto este que hubieran debido advertir los hombres eruditos, para no atribuir sin razón a los italianos, franceses o alemanes lo que sin duda tuvo origen entre los árabes de España'. Como bien puede verse, a D. García le sulfura que se les hubiera robado la gloria a sus "musulmanes hispánicos"; infieles, sí, pero muy nuestros.

Los generales del Islam, incluso los más combativos contra la Cristiandad, merecen elogios sin reparos. No deja de sorprender que casi las mismas palabras de alabanza se dediquen a Almanzor (*ingentis planèque heroici animi* 'hombre de espíritu inmenso y ciertamente heroico' [32]), al almohade Aben Yúsuf (*magno et heroico animo* 'hombre de espíritu grande y heroico' [47]) y a Alfonso XI (*heroico animo praeclaraque indole* 'de espíritu heroico y excelente condición' [56]). El *Breviarium* narra con cierta extensión cuatro grandes batallas y dos escaramuzas. No es ningún azar que vayan a pares: a dos victorias de los musulmanes suceden dos triunfos de los cristianos, de suerte que a Valdejunquera corresponde Calatañazor (en las que se exalta el valiente comportamiento de Abderramán III y Almanzor respectivamente) y Alarcos se empareja con las Navas de Tolosa (con la consiguiente glorificación de Alfonso VIII). Este gusto por el equilibrio se revela nuevamente en la descripción de dos combates: la muerte del arzobispo D. Sancho de Aragón a manos de los almohades (esto es, de los benimerines) cerca de Linares y la revancha imperfecta de ese desastre por parte de D. Lope Díaz de Haro (1275),[31] sucesos que, estrechamente

avido entre ellos muchos años antes que en Europa" (*Discurso de la navegación que los portugueses hazen a los reinos y provincias del Oriente y de la noticia que se tiene de las grandezas del reino de la China* [Sevilla, 1577], f. 86v). La misma opinión expresó Lope de Vega, cuando puso en boca de los japoneses que querían disuadir a Jorge del martirio las siguientes palabras: "Discretos y sabios fueron nuestros passados, no bárbaros, como otras naciones: nosotros y los chinos fuymos los primeros inventores de la impressión y de la artillería, mucho antes que los alemanes, de quien la han tomado los franceses y españoles" (*Triunfo de la fee en los reynos del Iapon por los años de 1614 y 1615* [Madrid, 1618], f. 54v). Que la artillería fue conocida en Sumatra mucho antes de que llegasen los portugueses lo atestigua asimismo B. L. de Argensola (*Conquista de las islas Malucas*, s. ed. [Madrid, 1992], lib. IV, pp. 134-135).

[31] Leyó D. García las batallas en Juan de Mariana (*Hispaniae illustratae*, vol. II, p. 614). Rodrigo

asociados, forman el capítulo más largo de todo el libro (53). Por esta razón, muy probablemente, la victoria del Salado, que no tiene un previo contrapeso islámico, recibe un tratamiento mucho más liviano, por más que, a juicio de D. García, ese hecho de armas fuera equiparable y aun preferible a cualquiera de los grandes triunfos anteriores de la Cristiandad (57); pero estilísticamente, y quizá también anímicamente, le quedaba a nuestro historiador más lejos.

La equiparación de los caudillos musulmanes y cristianos se hace patente en el tratamiento dado a dos derrotas: la de Almanzor en Calatañazor y la de Alfonso VIII en Alarcos. Salta a la vista el parangón que se establece entre ambos:

> *Mahometes nihil quod ad egregii imperatoris strenuique militis munus pertineret hac pugna praetermittens [...] in confertissimam Hispanorum aciem, ne tantae stragi superesset,equum immisit* (34), 'Almanzor, sin dejar nada por hacer que cumpliese a la obligación de un buen general y de un esforzado caballero, para no sobrevivir a tamaño desastre espoleó su caballo hacia lo más cerrado de las filas de los españoles'.
>
> *Rex autem Alfonsus, egregii ducis et militis strenui officium fortiter functus, cum tantae suorum cladi supervivere nollet, in confertissimos hostes infesto telo prorupit* (47), 'El rey Alfonso, habiendo desempeñado valerosamente el deber de un buen general y de un esforzado caballero, como no quería sobrevivir a tamaño desastre de los suyos, se precipitó blandiendo el arma en lo más cerrado de las filas del enemigo'.

Nunca, probablemente, ha tributado un historiador cristiano un mayor elogio a Almanzor que esta comparación de su figura con la de Alfonso VIII, el héroe de las Navas de Tolosa.

La misma ecuanimidad se observa en los *Comentarios*. Tanto es así que, en un pasaje muy notable, D. García se atrevió a equiparar a los alfaquíes con los predicadores cristianos. El sermón que se pronunciaba en los aniversarios de la muerte de Hussein, el hijo de Alí y de Fátima, tocaba decirlo a "los *mulas* o alfaquís más graves de Spahán, los quales, sentados en una sillas como las que ay en los coros de iglesias catredales, a que se subía por seis o siete gradas, predicavan con gran vehemencia, ademanes y movimiento como nuestros predicadores de Europa".[32] Quizá el embajador, temeroso de decir "España", quiso encubrir la semejanza bajo un manto geográfico más amplio.

Sánchez de Arévalo se limitó a referir lacónicamente la muerte de D. Sancho (*Hispaniae illustratae*, vol. I, p. 197).

[32] *Comentarios*, vol. II, p. 346.

5. Juicio sobre los reyes cristianos

Conforme la historia se acerca a su propio tiempo, la crítica de D. García se torna más acerada. Los crímenes de Pedro el Cruel, perpetrados con 'una rabia casi salvaje' (*ferina propè rabie*), le inspiran la más encendida repulsa: *De Petro I Alfonsi XI filio aliquid memorare vix per pudorem licet* (61), 'decir algo de Pedro I, hijo de Alfonso XI, apenas lo permite la vergüenza'. Bajo el reinado de Juan I no aconteció nada memorable salvo la batalla de Aljubarrota, mientras que la mala salud y la muerte prematura impidieron a Enrique III llevar a cabo las hazañas que hacían presagiar su buen natural (63). De Juan II, un hombre que "más carecía de vicios que tenía virtudes", sólo se recuerda que, por primera vez, se ocupó de procurar dignidad, aparato y vistosidad a la Corte, aparato necesario del que se habían desentendido los reyes anteriores, atentos sólo a la guerra (65). Y este lujo de la Corte lo engrandeció aún más Enrique IV manteniendo a su servicio un sinfín de criados y de hombres de guardia (67).[33]

La guerra con Portugal, que llevó al desastre de Aljubarrota, le parece a D. García injustificada, dado que el enemigo natural era el musulmán: *insperatam in Lusitania cladem, ob imperitiam Regis, cum hostes essent et numero et viribus longè inferiores, maxima ignominia acceptam, quia interim Agareni [...] minime Baeticam lacessebant, nec, sicut par erat, iusto bello a nostris petebantur* (63), 'la inesperada derrota en Portugal, ya que los enemigos eran muy inferiores en número y en fuerzas, recibida con máxima deshonra por la impericia del rey, pues entretanto los musulmanes no hostigaban a Andalucía ni eran atacados por los nuestros en una guerra justa, como hubiese sido de esperar'.

La batalla de Toro arranca de su pluma un comentario irónico, propio casi de Maquiavelo: *tanta Regum lis jure armorum tunc et in posterum dirempta fuit, Isabella et Ferdinando potiorem causam obtinentibus; quia in summa potentium fortuna id erit semper aequius quod validius* (68), 'tan gran litigio fue dirimido entonces y en lo venidero por el derecho de las armas, al tener Isabel y Fernando mejor causa; ya que en la fortuna cimera de los poderosos siempre será más justo lo que es más fuerte'.

Del reinado de los Reyes Católicos, inmensamente venerados, se omiten dos sucesos de la mayor importancia: la implantación de la Inquisición y la expulsión de los judíos. Parece como si D. García no estuviera muy conforme con esas medidas, precisamente las que más encomiaron los historiadores áulicos.

[33] Sin embargo, de él dijo Fernando del Pulgar que "ni quería vestir paños muy preciosos, ni curava de la cirimonia que es devida a persona real" (*Claros varones de Castilla*, ed. J. Domínguez Bordona [Madrid, 1923], título I, p. 10, 9).

Y así, con la anexión de Bélgica, Nápoles, el Nuevo Mundo y las plazas del Norte de África a la Corona de los Austrias, termina la historia. Curiosamente, también se calla la anexión de Portugal. El *Breviarium* es en verdad notable más por sus silencios que por lo que cuenta.

6. La lengua

Si los *Comentarios* permiten medir la talla de D. García como escritor, el *Breviarium* da la prueba de su pericia como latinista. Su soltura en la lengua del Lacio indica muchas horas de estudio y una verdadera afición a la lectura de los clásicos. Así lo reconoció el censor fray Tomás de Santo Domingo el 13 de junio de 1627, al dictaminar que la obra 'tiene elegancia, énfasis, empaque, estilo y pureza en la lengua latina' (*Habet enim elegantiam, emphasim, pondus, stylum, latinaeque linguae puritatem*). De hecho, raras veces se encuentra en el *Breviarium* una construcción que atente contra las leyes de la Gramática. No faltan, sin embargo, algunos gazapos. Así ocurre en 63 *Agareni, vel nostrorum regum vectigales vel retinendi sua contenti*, donde el sentido es claro ('los musulmanes, que o bien eran tributarios de nuestros reyes o se contentaban con retener su territorio'), pero el gerundio es incorrecto. En 62 *ex quo magnatum vires, contemptis regibus, deinde incrementum sumpsere* ('por lo que las fuerzas de los grandes, despreciando a los reyes, tomaron auge') parece redundante *deinde*; lo mismo cabe decir de *pedibus* en 30 *pedibus equo desiluit* ('se apeó del caballo').

Otros pasajes necesitan enmienda. En 34 *a fortissima militum suorum manu e praesenti discrimine ereptus, obtendentibus opportunè fugientibus noctis tenebris, evasit* ('arrancado del peligro inminente por la flor y nata de sus caballeros, se salvó, protegiéndolo oportunamente en su huida las tinieblas de la noche') hay que corregir *obtentis* o añadir *velum*. Otra falta semejante ocurre en 44 *captaque Betulone, volgò Baèza, et aliquam multis minoribus oppidis vi ex hostium manu ablatis, aliis deditione acceptis, hostile solum liberè pervatatus est* ('tras conquistar Betulón, en romance Baeza, y habiendo tomado del poder del enemigo muchas plazas menores por la fuerza, y recibido otras en rendición, se paseó sin contradicción por el territorio enemigo'); *aliquam* está estragado, siendo la enmienda más fácil *aliis quam*.

El vocabulario de D. García, ajustado a las normas clásicas, acepta pocos neologismos árábigos. Aparte de los ya esperados (*Almoravides* [37, 46], *Almohades* [48 ter, 49, 52 bis, 53 bis, 57], *Merines* [53] o *Benimerini* [57]) sólo encuentro estos tres arabismos:

Tulipas. *Detractum capite tulipantem, multiplicibus linteorum spiris Arabico more turbinatum [...] projecit ad solumque turpiter allisit* 'quitándose de la cabeza el turbante, enrrollado al modo musulmán con muchas vendas de lienzo, se lo quitó y lo tiró ignominiosamente al suelo' (30).[34]

Muzmitae. *In fronte omnes Muzmitas, veteranos equites, cum pugnacissimis Almohadibus collocarunt*, 'en la vanguardia pusieron a todos los muzmutos, jinetes veteranos, con los más aguerridos de los almohades' (48). La palabra aparece asimismo en la *Chronica Adefonsi imperatoris*, referida siempre a los almohades.

Morabuti. *Morabutorum concionibus*, 'las arengas de los morabitos' (52). D. García comparó a los morabitos con los *mulas* de Persia.

Los musulmanes reciben diversos nombres (*Arabes*, *Agareni*, *Sarraceni*), aunque D. García admite la existencia de unos 'musulmanes hispánicos', como hemos visto. Normalmente se reserva para estos andalusíes el adjetivo *Hispaniensis*, mientras que los cristianos son llamados *Hispani*, 'españoles' con todo derecho (o también, más enfáticamente, *nostri*, 'los nuestros'). Existe, en consecuencia, una diferencia de grado entre unos y otros. Este uso lingüístico nos ayuda a interpretar de manera correcta un pasaje aparentemente ambiguo del *Breviarium* (34 *pudebat tam Hispanienses quam Africanos veteranos Agarenorum milites quod a toties devictis fugatisque [...] premerentur*), que se ha de traducir: 'avergonzaba a los soldados veteranos de los musulmanes, tanto hispánicos como africanos, que los apretasen unos enemigos tantas veces vencidos y puestos en fuga'.

Grandes dificultades causa siempre a todo historiador que escriba en latín el dar nombre a los pueblos de España. En esta aporía D. García hace las sustituciones que puede. Obvio es sustituir *Astures* por 'asturianos' (28, 30, 33), *Calaecia* por 'Galicia' (33), *Granatenses* (53, 57 ter, 58, 64) o *Eliberitanus* (57) por 'granadino', *Legionenses* (30, 31, 34, 45) por 'leoneses' y *Lusitani* (46) y *Lusitania* (33, 54, 57, 66) por 'portugueses', 'Portugal'. Menos claro es el uso de *Barduli* (31 ter, 47) por 'castellanos', aunque todavía Berceo llamó Bardulias a una región. En cambio, parece injustificado llamar *Tarraconenses* a los 'catalanes' (43, 45, 48 ter, 46, 49, 56, 58), por recuerdo de la vieja provincia romana (por ello Nunilón y Alodia, nacidas en Alquézar, en Huesca, son adscritas a la *Tarraconensis provincia* [38]), y más disparatado aún es denominar *Cantabri* a los 'navarros' (28, 30, 33, 48 ter, 49).[35]

Más claros son los topónimos: *Astigis* (52) y *Astigitana (urbs)* 'ciudad de Écija' (50), *Baetica* 'Andalucía' (*passim*), *Caesaraugustanus praeses* 'gobernador de Zaragoza' (35), *Carpentania* (48), 'tierra de Toledo', *Corduba* 'Córdoba' (35, 39, 50,

[34] Cf. la descripción de un turbante en *Comentarios*, vol. II, p. 88.

[35] Siguiendo la doctrina común en aquellos tiempos, Luis Núñez puso la Cantabria en el País Vasco: *Cantabria [...] in Biscaiam et Guipúscoa diuisa est* (*Hispania*, 44 [*Hispaniae illustratae*, vol. IV, p. 425]).

51) y *Cordubensis* (39, 44), *Hispalis, Hispalensis urbs* 'Sevilla' (50, 51; cf. *Hispalensis rex* [42]), *Gaditanum* (2, 27, 58) o *Herculeum fretum* (46, 51) 'estrecho de Gibraltar', *Legio* (50) y *Legionensis urbs* (32) 'León', *Lutetia Parisiorum* 'París' (27), *Sacrum* 'Sagres' (2), *saltus Marianus* 'Sierra Morena' (48, 52), *Tagus* 'Tajo' (29, 46, 47), *Toletum* 'Toledo' (42), *Turonum* 'Tours' (27); y los orónimos: *Anas* 'Guadiana' (42), *Baetis* 'Guadalquivir' (35, 41, 44) y *Durius* 'Duero' (68). En una ocasión da D. García el topónimo latino y el romance (*Betulone vulgò Baèza* [44]), otras veces traduce el término al latín: *flumen Salsum* es el 'río Salado' (57), *Turris Campi* y *Turris Ximenae* (53), 'Torre del Campo' y 'Torredonjimeno', *Sancta Irene* 'Santarén' (46).[36] Pero en un número pequeño de casos, irreductibles, se impone la forma romance: *Alarcensis pugna* 'batalla de Alarcos' (48), *Algezirae cum Gibraltaro [...], munitissimae urbes* 'Algeciras y Gibraltar, ciudades fortísimas' (57, 58, 59, 60), *Clavijiana pugna* 'batalla de Clavijo' (29), *Gibraltaràm artissima cinxit obsidione* 'puso asedio estrechísimo a Gibraltar' (60 bis), *Gienensis urbs* 'ciudad de Jaén' (50, 56), *Granatense regnum* (51, cf. *Granatensem planiciem* [65]) 'reino de Granada' o *Granata* (69; pero *Eliberitana provincia* [51]), *Vclesium* 'Uclés' (42) en la Península Ibérica; *Fessa* 'Fez' (57), *Marrochi urbs* 'Marraqués' (57), en África.

Muy pocos términos técnicos utiliza D. García, y siempre en su equivalencia latina: así se dice *sacrum bellum* (69) por 'cruzada'.[37] Una singularidad de su Morfología es *dumu* por *dumo* (*loco arduo et multiplici dumu ferè inaccessibili* 'un lugar escarpado y casi inaccesible por la proliferación de matorrales' [48]), quizá por influjo de *domu*. En no pocas expresiones se aprecia un fuerte influjo de Virgilio: *senectam viridem* (55; cf. *Aen.* VI 304 *cruda [...] uiridisque senectus*, verso imitado ya por Tácito, *Agr.* 29, 4 *cruda ac uiridis senectus*), *post varios belli casus* (61, cf. Verg. *Aen.* I 204 *per uarios casus*), *victricia arma* (30; cf. *Aen.* III 54). No faltan otras reminiscencias poéticas: la expresión *nugas canoras* (1) está tomada de Horacio (*Ars* 322 *nugaeque canorae*) y ritmo hexamétrico tiene también la frase *vastoque pondere nixum* (70).

El destinatario de la obra: Vicente Nogueira

El Vicente Nogueira a quien está dedicado el *Breviarium*, natural y vecino de Lisboa,[38] nació el 15 de setiembre de 1586[39] "junto ao Castello, a S. André",[40] de familia ilustre. Fueron sus padres Francisco Nogueira (+ 1612),[41] del Consejo de Estado de Felipe II y Felipe III (y residente, por tanto, durante muchos años en la Corte: de 1586 a 1612),[42] y Dª María de Alcasseva (i.e., Alcáçova).[43] D. Vicente fue bautizado por Mateo Bernardes en la iglesia lisboeta de Santa Marinha y apadrinado por Sebastián Barbosa, desembargador do Paço. Le dio la confirmación en Oporto el obispo D. Jerónimo de Meneses, siendo su padrino Gaspar Gomes. Desde muy joven destacó su amor al estudio, como confesó él mismo el 22 de noviembre de 1649:

> Eu pois, conhecendo que, na repartição das fortunas, me deu Deos hua tão limitada como a de bacharel, filho e netto de bachareis[44] [...], me determinei a queimar as pestanas em saber mais que quantos homẽs conheço ou por vista ou por historia, sendo inda hoje o meu estudar dez horas cada dia, como a outros meya; e vendo ser pera isso necessario livros, desde idade de 14., quando apenas sabia latim, comecei a manejallos [...] e procurei vellos, lellos e examinallos, precedendo muito tempo e dinheiro gastado (mas a Deus graças não perdido) em perfeito conhecimento das tres linguas do titulo da Crus, mães de todas as mães. E posso asegurar [...] que não ha homem que nestes cincuenta annos tanto aja lido.[45]

Como bien puede apreciarse, no fue la modestia la mayor virtud de D. Vicente, que se jactó de ser el primero en muchas cosas: "taõ bom latino como o melhor",[46] "sou grande doutor da materia [cura medicinal]",[47] "sendo eu na theorica quiça o mayor

36 Esta latinización de Santarén en Sancta Irene la pudo leer D. García en Luis Núñez (*Hispania*, 36 [*Hispaniae illustratae*, vol. IV, p. 418]).

37 *Bellum sacrum* es la expresión utilizada por Mariana (*Hispaniae illustratae*, vol. II, pp. 574, 607).

38 Sobre Nogueira son fundamentales la edición de sus cartas (A.J. Lopes de Silva, *Cartas de D. Vicente Nogueira* [Coimbra, 1929]) y el estudio citado de Martim de Albuquerque (*"Biblos" e "Polis"*). En el *Apêndice documental* de este segundo libro están reproducidas en facsímil la carta a Jacobo Augusto de Thou y las dedicatorias de los volumenes dedicados a Nogueira. A él remito cuando me refiero a Carta y a Dedicatorias.

39 El día de su cumpleaños lo dio el propio Nogueira (*Cartas*, p. 250 [19 de septiembre de 1650], con errata de 25 por 15: cf. Albuquerque, *"Biblos" e "Polis"*, p. 12, n. 1).

40 Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Tribunal do Santo Ofício [TSO], Conselho Geral [CG], Habilitações [H], Vicente [V], maço 1, doc. 4, f. 7v (testimonio de Melchor Rabelo).

41 Como apuntó Tribaldos de Toledo en su dedicatoria de la *Guerra de Granada*, Francisco Nogueira fue uno de los "quatro padres de la patria" que ayudaron a gobernar a Portugal durante el reinado de Felipe II (fueron los otros tres el obispo de Viseo D. Jorge de Ataíde, D. Cristóbal de Moura, conde de Castel Rodrigo, y Pedro Barbosa). Fue hijo del desembargador do Paço Francisco Afonso Nogueira y de Inês Álvares da Silva, que estaban sepultados en Rios Frios de Oleiros, a legua y media de Coimbra, en la capilla de San Francisco de la iglesia de Santa Ana (ANTT, TSO, CG, H, V, maço 1, doc. 4, f. 17r).

42 Este detalle lo facilitó el propio Nogueira en la carta a Jacobo Augusto de Thou (Lisboa, 28 de setiembre de 1615).

43 ANTT, TSO, Inquisição de Lisboa [IL], processo 4241, f. 78v. Al hacer su genealogía se dice que no conoció a sus abuelos y que no tenía más tíos que Sebastião de Alcáçova, hermano de su madre (f. 78v). Como D. Vicente escribió al marqués almirante el 7 de diciembre de 1648, "Deus me fez taõ solitario que me naõ deixou neste mundo parente algum" (*Cartas*, p. 81).

44 La misma expresión usó D. Vicente en *Cartas*, p. 249, quizás imitando el *libertino patre natum* de Horacio.

45 *Cartas*, p. 182.

46 *Cartas*, p. 48.

47 *Cartas*, p. 198.

arithmetico de Portugal",[48] "de historia es increíble quánto he leýdo de generales, particulares, Chrónicas, Geografías, etc.".[49] Tal fue su pasión por el saber que hizo venir de Roma a Constantino Sofía y lo tuvo en su casa cinco años para que le enseñara el griego.[50] Lo único seguro dentro de tanto orgullo y engreimiento es que sintió una intensísima pasión por los libros, afición quizá heredada de su padre. Al menos, hablando una vez de la Biblia regia, comentó Nogueira que "a ultima que se comprou costou a meu pay cento e cincoenta escudos da mão do mesmo Plantino polla de André Ximenez".[51] De la bibliofilia del hijo quedan abundantes testimonios, tanto en Portugal como más tarde en Roma: a la muerte de fray Luis de Sotomayor, Nogueira ofreció 4.000 reales por un ejemplar de la Biblia de Ferrara a los dominicos de Coimbra.[52]

Creció, pues, el joven en un ambiente muy propicio al cultivo de la inteligencia. Cuando apareció la *Política* del secretario Navarrete, D. Vicente hizo ver a su autor lo sensible que era la omisión de un documento, omisión que fue subsanada en la segunda edición de la obra.[53] Nogueira, un verdadero ratón de biblioteca, curioseó no sólo libros raros, sino que asimismo manejó manuscritos: en Madrid vio en algún lugar las profecías de Merlín, aunque no las de Rupescissa,[54] y en 1622 se admiró de la riqueza de la biblioteca de D. Juan de Zaldierna, que constaba ya de 5.000 volúmenes.[55] De todas formas, su formación fue más profunda en literatura clásica que en la romance: a su juicio, *Menina e moça* era "leitura portuguesa e de pouca sustancia",[56] y si alguna vez le interesó el *Abecedario espiritual* de fray Francisco de Osuna fue por su rareza y por haber sido un autor muy leído por Santa Teresa.[57]

48 *Cartas*, p. 266.

49 Carta a Jacobo Augusto de Thou (Lisboa, 28 de setiembre de 1615).

50 Carta a Jacobo Augusto de Thou.

51 *Cartas*, p. 111 (8 de febrero de 1649). Alabó mucho la impresión D. Vicente: no había encontrado erratas en el texto, y eso que él había leído muchos tomos, aunque el Apparatus de Montano había hecho inútiles los demás volúmenes. En otra carta confesó que no podía estar una hora sin el Antiguo Testamento de Pagnino y Montano (p. 51 [30 de marzo de 1648]; cf. p. 101).

52 *Cartas*, p. 38 (19 de febrero de 1648).

53 "Tenho achado a politica do secretario Navarrete e não a primeira impressão, que he desventurada, mas a segunda, com a consulta inteira do Conselho real al Rey sobre o remedio da monarchia de Espanha, como eu desejava e o estranhei ao autor" (*Cartas*, p. 119 [8 de marzo de 1649]).

54 Que él llamó con otro nombre, Rocascelsa: "As profecias de Rocascelsa ["Roque celsa" en p. 92] não me lembra haver visto; as de Merlym si, manuscriptas, em Castella, que vem a ser quasi o nosso Bandarra" (*Cartas*, p. 53 [4 de mayo de 1648]).

55 *Cartas*, p. 219.

56 *Cartas*, p. 128 (15 de mayo de 1649); se trata de la edición de Lisboa, 1559 (cf. p. 104 y 129). En el mismo juicio incluyó Nogueira, al parecer, el libro de *Menina e Moça* y el folleto de António de Castilho sobre el cerco de Goa y Chaul.

57 *Cartas*, pp. 161-162 (5 de setiembre de 1649), p. 183 (22 de noviembre de 1649), p. 210 (29 de enero de 1650) y p. 218 (5 de marzo de 1650).

Como correspondía al segundón de la familia, Vicente cursó la licenciatura en Cánones en la Universidad de Coimbra y fue ordenado clérigo de misa a los 24 años (hacia 1611).[58] Adornaban al sacerdote excelentes cualidades para prosperar en la vida (inteligencia, sabiduría, buena familia).[59] No extraña, por tanto, que muy pronto, a los 25 años, ocupara un puesto de importancia: el de desembargador de la Casa de Suplicação (13 de marzo de 1613).[60] Su carrera triunfal era comprensible: "Hei tido, pera saber bom servir, vinte annos da escola da Madrid, onde em bom habito e foro me conheciaõ os reis e me conversavaõ todos os grandes".[61] En la carta a De Thou no tuvo empacho nuestro sacerdote en dar los nombres de esos aristócratas con los que se codeaba: el condestable de Castilla (D. Juan Fernández de Velasco), los condes de Miranda y de Chinchón, D. Bernardino de Mendoza y el duque de Feria (un pariente de D. García de Silva). De anécdotas de su trato con los nobles castellanos están plagadas sus cartas.[62] D. Alonso de la Cueva, marqués de Bedmar, fue "o mais intimo amigo que em Espanha tive e aquelle que em annos inteiros todos os dias vinha a minha caza".[63] Pero también admiró a nuestro portugués la estoica resignación con que su paisano, el conde de Castel Rodrigo, soportó la persecución a que le sometió el duque de Lerma durante los primeros tiempos de su privanza.[64] En

58 "Avera vinte annos que se ordenou de sacerdote" (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 79r).

59 D. Vicente tuvo varias residencias, algunas temporales: "pousava junto ao mosteiro da Trindade" (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 3v); "nas casas em que vive junto a See" (f. 4r); "pousado na rua dos conegos" (f. 7r); "na Cartuxa" (f. 7v); "no bairo de Santa Anna" (f. 54v). Cuando lo prendieron vivía en la Ribeira, "nas casas dos Diamantes" (f. 1r), es decir, la casa dos Bicos (f. 15v).

60 En 1612 según Tribaldos de Toledo (en la dedicatoria de las *Obras de Francisco de Figueroa* [Lisboa, 1625]).

61 *Cartas*, p. 29 (2 de diciembre de 1647).

62 "Eu não cria ao Duque de Feria [ha de ser D. Gómez, de quien refiere el mismo aforismo en p. 221] quando me dizia que lhe ficava melhor na cabeça o que ouvia ler que o que lia [...]. Dizia a tudos o duque de Alva que elle daria muito porque cada criado seu tivesse seis meses de noviciado em servirme [...]. Esta regra me deu o grande jesuita Martin del Rio, autor famoso de tantos livros, aconselhandome que de dia lesse, que de noite rezasse, charlasse, discorresse" (*Cartas*, pp. 198-199). "Se eu contara a V. S. os longos discursos que comigo fazia seu vizavo, o grande condestable de Castilla, contra o duque de Alcala, seu parente, estudar theologia e disputar nas conclusoens della, deixaria estudos tam improprios e impertinentes" (p. 240); "me lembra do santo Conde de Oropesa, sogro de D. Duarte de Bragança, louvarse de aver no meio de Estremadura composto e feito to mimoza habitação que nada tivesse que inveiar ã de Madrid" (p. 264).

63 *Cartas*, p. 282.

64 "Elle, como homem de bom entendimento natural (que de Letras nada tinha e apenas sabía bem escrever), se fortificou tanto de paciencia que fazerlhe injurias era fazellas a hũa estatua; e pera que rebentassem seus contrarios, deu em vestirse de galas, que nunca usara senão em occasioens de palacio, e a encher as mãos de anneis, como huas botinhas brancas muito atacadas (pareceme que o estou vendo); e em fazendo dia sereno ia á Casa de Campo a pescar á cana naqueles tanques tão alegre e contente como se soo então vivesse" (*Cartas*, p. 157 [8 de agosto de 1619]).

un momento complicado de su vida, en el proceso del que muy pronto habremos de hablar,[65] expuso D. Vicente sus méritos de la siguiente manera:

> Naõ disse como de idade de 12 anos entrei no palacio de Philippe 3º a servir de moço fidalgo em Madrid e Valladolid,[66] nem a ser hoje seu fidalgo capellaõ e desembargador da Casa da Supplicaçaõ, onde servi seis anos com a satisfação de enteireza e letras que he notoria pollas muitas diligençias que ElRey fez comigo para nao largar o lugar actual, porque hoje soo retenho o titulo e privilegios, nem o ser conego, que estimo por grande honra, nem o ser conselheiro do emperador no banco dos fidalgos, nem o ser da chave dourada do archiduque de Austria Leopoldo, irmaõ do emperador. Mas de huã soo naõ posso deixar de fazer a V. S. lembrança, e he da de referendario de ambas as signaturas de Sua Santidade[67] [...], prelacia com honras de bispo.[68]

Por desgracia para él, había en D. Vicente una parte oscura, fatal en aquellos tiempos: era decididamente homosexual y cortejaba a cuanto mozo se le pusiera por delante. Los rumores sobre su inclinación sexual debieron de hacerse públicos en Lisboa, y Nogueira se alarmó. Así, en previsión de males mayores, el 15 de noviembre de 1614, a los veintiocho años de edad, se presentó voluntariamente ante el Santo Oficio lisboeta para hacer su primera confesión ante el inquisidor D. Rodrigo da Cunha, deseoso – así dijo ante el tribunal – de descargar su conciencia y descubrir a sus cómplices.[69] A la justicia inquisitorial, que en definitiva tenía mentalidad de contable, como si se pudiera cuantificar el mal, lo que le interesaba era clasificar y hacer recuento de pecados: saber si había habido cópula sodomítica, si se había consumado el acto o se había quedado en conato, el número de las penetraciones, si se había derramado semen dentro o fuera, si se había sido agente o paciente, el nombre de los amantes. La relación, por tanto, es tan humillante y nauseabunda como sórdida y reiterativa.

La lista de sus culpas, recordadas a trompicones, comienza en 1607, en la ciudad de Coimbra, con un hidalgo extranjero, un tal Abtor [Héctor] Brancaleão, natural de Bois-le-Duc en Flandes, "alto de corpo e alvo de rosto", y continúa en la misma ciudad con el estudiante Tomé Vieira, natural de Castanhede, y Manuel Roiz, otro estudiante de Latín. Más tarde don Vicente siguió acumulando lances amorosos en Madrid:

65 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 152v.

66 No aparece su nombre, empero, en las listas de los servidores de Felipe II que se dan en el tomo II de *La monarquía de Felipe III: la Casa del Rey* (Madrid, 2008), publicada bajo la dirección de J. Martínez Millán & Mª Antonieta Visceglia.

67 Le concedió esta dignidad Paulo V (dedicatoria del *Directorium advocatorum*).

68 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 152v.

69 La primera confesión se halla ANTT, TSO, IL, proc. 4241, ff. 44r-53r. Hizo un breve resumen del proceso inquisitorial Antonio Baião, *Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa* (3 vols., Lisboa, 1936-1938), vol. I, pp. 191-202.

> Disse mais que na villa de Madrid, estando elle declarante nella o anno de seycentos e noue pouco mais ou menos, nas cazas em que elle declarante entaõ pouzaua a S. Martinho, cometteo o peccado nefando com Dom Bertholameu de la Penha,[70] fidalgo castelhano, residente entaõ na Corte, e sería entaõ de dezoito ou vinte annos, e não sabe agora onde o ditto Dom Bertholameu esteja, o que foy por quatro ou cinco vezes, sendo elle declarante em todas ellas el agente e mettendo o seu membro genital dentro no trazeiro do ditto Dom Bertholameu, derramando em todas ellas semente dentro delle.

También en Madrid y en 1609 tuvo contactos sexuales con un lisboeta, Juan Bautista Toalha, paje del futuro cardenal Caraffa. No llama ya la atención que asimismo cometiera el pecando nefando con Juan Bautista, "romano de nação, pagem que então era do duque de Feria", sino que lo hiciera "em hũas cazas que tinha allugadas dom Joaõ de Tarcis, correo mor de Castella e conde de Villamediana", un personaje también sospechoso de homosexualidad.[71] Pero sus prohibidos amoríos tuvieron también por escenario la ciudad de Valladolid, donde estaba a la sazón la Corte, y ello en 1605, antes de residir en Madrid.

Esta confesión no llegó a traspasar las paredes del Santo Oficio. La influencia de la familia logró echar tierra sobre el asunto y D. Vicente llegó a ser, andando el tiempo, canónigo de la catedral de Lisboa (1629).[72] Pero hay un punto de su biografía que puede recibir explicación a partir de este incidente. El 28 de setiembre de 1615 Nogueira escribió una carta en castellano a Jacobo Augusto de Thou para alabar su historia y, de paso, para hacer un desmedido encomio de sí mismo. Era normal entonces que los humanistas famosos recibieran cartas de quienes lo eran menos: así, por ejemplo, se carteó el joven Quevedo con el reverenciado Justo Lipsio. Pero también pudiera ser que Nogueira quisiera ponerse en contacto con sabios eminentes para cubrir sus espaldas ante la Inquisición, de la misma manera que en los duros tiempos de la dictadura franquista los intelectuales en peligro apelaron a sus conocidos en el extranjero para salvar su pellejo: por desgracia, no siempre con éxito.

70 Con un trinitario, Diogo da Penha, estudiante en un colegio de Salamanca, tuvo asimismo relación D. Vicente (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 90r). ¿Sería de la misma familia?

71 Tuvo otros amantes en Madrid (Rodrigo da Costa, natural de Condeixa [ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 49r]; D. Cristóbal ¿de Zárate?, "fidalgo bisquainho, gentilomem do conde de Miranda, duque de Pinheranda"; un paje de Payo Ruiz de Paz, mercader portugués; "dom Martím de Barrute, biscainho, pagem do duque d'Alva"; D. Luis Ochoa, "natural de Baessa em Castella [...], pagem do conde de Vilhalonso"; Jacinto Cardozo, "cristaõ novo, portugués" [ff. 69r-70r]; Pero Suárez, natural de Madrid [f. 98r]) y en Móstoles (D. Francisco Pereira [f. 50r]). Cuando los inquisidores le preguntaron si había salido de Portugal, respondió que había estado varias veces en Castilla, pero que no había viajado fuera de la Península Ibérica (f. 79r); y lo mismo se asegura en la dedicatoria del *Directorium advocatorum* (*numquam tibi Hispania egresso*) de Benito Gil (Lisboa, 1630).

72 En 1628 fechan la toma de posesión de la canonjía Barbosa Machado y M. de Albuquerque (*"Biblos" e "Polis"*, p. 21). Pero el texto de Nogueira que cito abajo es terminante.

En 1617 a nuestro hombre se le ocurrió una malhadada idea: entrar al servicio de la Inquisición. Cómo entró en su cabeza pretensión tan peregrina es un misterio. Quizá se sintiera más protegido estando dentro de la maquinaria del Santo Oficio: así al menos – hubo de decirse – podría controlar de alguna manera los movimientos de sus posibles adversarios. Fuera como fuese, el caso es que Nogueira elevó al Inquisidor General la siguiente instancia:

> Illustrissimo e Reverendissimo Senhor:
> Dis Vicente Nogueyra, fidalgo da Casa de Sua Magestade e do seu Desembargo em a Corte e Casa da supplicaçaõ, que elle tem muyta deuação e desejos de seruir no Sancto Officio, e lhe pareçe que tem as partes necessarias para isto. Pello qual
> Pide a V. S. Illustrissima o queyra admittir ao dito seruiçio, e para isto lhe mande nesta çidade fazer as informaçoens de seus auòs maternos, por quanto dona Maria d'Alcaçoua, sua may, he filha de Ambrogio Luis de Bulhaõ e de Antonia d'Alcaçoua, sua molher, natural d'esta çidade.

Leída la petición, el obispo inquisidor general encargó a Pero da Costa, que hiciese las diligencias oportunas "na forma costumada do Santo Officio". El "Interrogatorio sobre a geração de Vicente Nogueira", que constaba de diez preguntas, empezó en Coimbra el 4 de setiembre de 1617 y discurrió plácidamente: todos estuvieron de acuerdo en cantar las alabanzas de la familia paterna. El problema surgió cuando el 6 de junio de 1618, en la Casa del Oratorio del Santo Oficio de Lisboa, dio comienzo la pesquisa sobre los ascendientes maternos. Ya el primer testigo, Pero Lopes, natural de Lisboa, sembró dudas sobre la legitimidad de doña María de Alcázova, que estuvo recogida en el "Mosteiro das orfans", en el Castello, a la muerte de su padre:

> em algum tempo esteue reputada por filha legitima dos sobredittos, mas que depois se disera e desia que era filha do doutor Paulo Alfonso; e que isto se desia pello muito que o ditto Paulo Afonso por ella fes assim em a casar como em todas as mais cousas, e juntamente porque a may da ditta dona Maria Alcaçoua estaua em casa do ditto Paulo Afonso e ueuia das suas portas adentro.[73]

Otro tanto atestiguó don Fernán Álvares de Castro, también natural de Lisboa, pero añadiendo un dato poco tranquilizador sobre la ascendencia de la abuela materna:

> por parte de sua may ouuira diser a alguas pessoas, de que agora se naõ lembra, que naõ era limpa de raça de christam noua, atribuindo esta falha, segundo sua lembrança, a may da ditta dona Maria d'Alcasoua; e posto que tem fraca memoria, lhe pareçe que algua

[73] ANTT, TSO, CG, H, V, maço 1, doc. 4, f. 3v. La Doctora Dª Ana Cristina da Costa Gomes me ha facilitado una fotocopia del documento. Quede aquí constancia de mi profundo agradecimiento.

> cousa d'estas ouuio ao bispo cappelaõ mor dom Jorge de Taide, seu tio, que Deus tem, e tambem he lenbrado elle testemunha que por alguas veses tratou com elle o ditto Francisco Nogeira {e} de Vicente Nogueira, seu filho, entrar por colegial no collegio de S. Pedro da Huniuersidade de Coimbra, para que elle testemunha o tratase como o reitor da ditta Huniuersidade, que entaõ hera dom Françisco de Castro, seu irmaõ; e per ocasiam d'esta pretençaõ ouuio elle testemunha falar mais descubertamente nesta falha do ditto Vicente Nogeira, e que por esta causa desestiraõ elle e seu pay da ditta pretençaõ por huã carta que elle testemunha ouuio diser que se dera ao ditto Francisco Nogueira sem sinal, em que o aduertia que naõ conuinha a sua honrra tratar de tal pretençaõ; e foçe por este ou outro respeito qualquer, se naõ tratou mais d'ella.[74]

A la misma culpa apuntó Manuel Álvares de Carvalho, natural de Lisboa:

> Da limpeza e geraçaõ de Vicente Nogeira naõ sabia cousa alguã de certo: soomente que, pretendendo ser oppositor ao Collegio de S. Pedro da Uniuersidade de Coinbra no tempo que elle testemunha estaua no collegio, se tratou de o desuiarem de ser collegial, digo oppositor, por se recear que naõ era habil.[75]

La imprudencia fatal de Nogueira no logró sino abrir viejas heridas, pues de nuevo se le refregaron en la cara dos tachas infamantes: la dudosa legitimidad de su madre y, sobre todo, su fracaso al no ser aceptado en el Colegio conimbrigense de San Pedro donde había estudiado su padre, rechazo que lo convertía inmediatamente en sospechoso de tener sangre judía. Ya tenemos al pobre D. Vicente, triste y mohíno, enfrentado a las dos más graves acusaciones que se podían hacer a un hombre de aquella época: la de ser "puto" y, encima, "judío".[76] Algún poso dejaron, sin duda, en la trayectoria vital del incriminado.

Así tal vez quepa explicar una dimisión inexplicable: en 1619, ante la sorpresa general, Nogueira acudió a Madrid y renunció a su cargo en la Casa da Suplicação. El motivo alegado fue que deseaba poderse dedicar de lleno a las letras. No faltó entonces quien dijera, bien aleccionado, que el joven estaba llamado a ocupar "lugares mayores que el que dexó".[77] Que tal idea procedía del magín del propio D. Vicente lo corrobora el hecho de que éste afirmara más tarde que en 1619 había estado a punto de convertirse en secretario de Estado.[78] Pero esta presunción no pasa de ser

[74] ANTT, TSO, CG, H, V, maço 1, doc. 4, ff. 4v-5r. Cf. Baião, *Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa*, vol. I, p. 200.

[75] ANTT, TSO, CG, H, V, maço 1, doc. 4, f. 10r.

[76] La unión de estos dos insultos, tan común en los siglos XVI y XVII, es muy antigua: ya aparece, p.e., en un zéjel de Ibn Quzmán: "herniado marica, judío" (nº 9, 10 en E. García Gómez, *Todo Ben Quzmán* [Madrid, 1972], I, p. 45).

[77] Así dijo Tribaldos de Toledo en la dedicatoria de las *Obras de Francisco de Figueroa.*

[78] "Vai em trinta annos que os castelhanos, e tal como dom Baltazar [¿de Zúñiga?], me andava enculcando pera secretario d'Estado em lugar de João de Ciriza" (*Cartas*, p. 106 [8 de febrero

una más de sus baladronadas.[79] La dimisión del cargo parece haber sido forzada de alguna manera u otra, quizá por la repulsa, quizás por los cambios que hubo al subir al trono Felipe IV.

Sus dos "falhas" no amilanaron a nuestro personaje, que intentó superarlas con arrojo y denuedo, haciéndose el importante y alardeando de su peregrina erudición. Y así D. Vicente volvió a montar su propia propaganda, ahora a mayor escala y cada vez con más megalomanía, utilizando como plataforma de difusión las dedicatorias que le hicieron sus amigos – principalmente españoles – en los libros que sin duda hizo imprimir a sus expensas en Lisboa. Fueron éstos las obras de Garcilaso de la Vega, cuidadas por Luis Brizeño de Córdoba (Pedro Craesbeeck, 1626); dos libros preparados por el cronista regio Luis Tribaldos de Toledo: las *Obras de Francisco de Figueroa, laureado Píndaro español* (Pedro Craesbeeck, 1626) y la *Guerra de Granada* de Diego Hurtado de Mendoza (Giraldo de la Viña, 1627),[80] y el *Directorium advocatorum* de Benito Gil (Giraldo de la Viña, 1630). En recuerdo y glorificación del mecenas todas estas impresiones (salvo el *Directorium*) llevaron el escudo de armas de los Nogueira. Esta pasión por el autoencomio abarca una amplia horquilla cronológica: desde 1615 (la carta a De Thou) hasta 1630 (la dedicatoria del *Directo-*

de 1649]). Parece referirse Nogueira a D. Baltasar de Zúñiga, el famoso diplomático, que fue asimismo un hombre de letras. Andrés Schott le dedicó el primer tomo de sus *Hispaniae illustratae* cuando Zúñiga desempeñaba el puesto de embajador en Bélgica y entre las razones que dio para justificar tal honor se encuentra la afición del español no sólo a la historia patria, sino también a la obra de Plutarco, que al parecer leía en griego (*quod Historicos assidue tractes, cum patrios, tum Plutarchum in primis summumque Philosophum et Historicum libenter et quidem Graece legas*). Pero Zúñiga avaló con su autoridad la superchería de los falsos cronicones, como se desprende de las palabras que escribió Rodrigo Caro en la Praefatio de su edición del *Crónicon* de Dextro: *institutaque diligenti inquisitione fidem fecit D. Ludovicus Lassus Comes Annoverensis, et Illustrissimus D. Balthasarius Estunica ex equestri sancti Iacobi ordine maximus Legionis Commendatarius, legatus tunc apud Imperatorem Regis Catholici* (*Flavi Luci Dextri V. C. omnimodae historiae quae extant fragmenta cum chronico M. Maximi et Helecae et S. Braulionis Caesaraugustanorum episcoporum* [Sevilla, 1627]).

79 En otra ocasión dijo sobre sí mismo: "Eu, Senhor, inda que me conheço em mi maiores males que em todos os outros, seria mais que cego e inda ingrato a quantas merces e dottes de Deos he recibido, se no conhecesse tambem muitas e grandes partes, quaes não vejo mayores em muitos, ja seja nos estudos e grande literatura, ja na politica theorica e prattica e nũa noticia meudissima e individua de toda a terra em que he estado" (*Cartas*, p. 105 [8 de febrero de 1649]).

80 Así lo confesó el propio Nogueira: "ambos dedicadosme de Luis Tribaldos de Toledo, cronista mor das Indias e doutissimo castelhano" (*Cartas*, p. 92 [11 de enero de 1649]). Se trata de las ediciones impresas en Lisboa (1627 y 1625 respectivamente), cf. *Cartas*, p. 104 y sobre todo p. 130. Efectivamente, en el prólogo que puso a la edición príncipe de la *Guerra de Granada*, confesó Luis Tribaldos que la había editado según un códice en cuarto perteneciente al duque de Aveiro y copiado por Juan Bautista Lavanha. "Dávame pesadumbre que fuesse esta gran obra tan desnuda que ni unos sumarios llevasse, hasta que se me acordó de los que leí en un manuscripto d'esta Historia que ha tres años me prestó aquí un cavallero que agora está en Lisboa, adonde al amigo que attiende a la edición encargué buscarlos i ponerlos".

rium advocatorum). Que D. Vicente fue el inspirador último de estas dedicatorias – en realidad rendidas alabanzas – lo atestigua el pasaje en que se hace exhibición y alarde de sus dotes poliglotas en los dos escritos que acabo de citar (el primero y el último de la serie):

> Para sólo la lengua Griega truxe de Roma à Constantino Sophia Smyrnes [...]. La Hebrea sé con la misma suficiencia que la materna; la Chaldea y Arábica medianamente, Italiana y Francesa bien; menos bien la Thudesca (carta a De Thou).

> Hebraeorum siquidem doctissimi te tantum Hebraicam Chaldaicamque callere existimant; [...] idem Graeci de sua, idem Arabes; vulgarium Italicae Gallicaeque prout ipsimet indigenae: Germanicae utcumque peritus, Turcicae Persicaeque non omninò es rudis[81] (*Directorium advocatorum*).

Los dos textos obedecen a idéntica falsilla, escrita evidentemente por Nogueira. La dependencia del mismo modelo salta a la vista por la omisión común a ambos del latín, lengua que también dominaba nuestro autor. La omisión está justificada en la carta a De Thou, pues antes había escrito en ella D. Vicente: "de doze años supe bien Latín", pero es de todo punto inexplicable en la dedicatoria del *Directorium*, que copia maquinalmente el modelo añadiendo, eso sí, dos lenguas más.[82] Más listo anduvo Tribaldos de Toledo, que siguió la misma pauta sin incurrir en olvidos e incrementó todavía en un idioma más los conocimientos de su amigo:

> Possee como maternas las lenguas Hebrea, Chaldea, Griega, Latina, Italiana, Francesa sin la nuestra natural, i el más que mediano conocimiento de la Syriaca, Arábiga, Tudesca i el mediano de la Turquesca, Persiana i Aethiópica.

Con estos elogios cuadra a la perfección la semblanza que de D. Vicente hizo Lope de Vega en el *Laurel de Apolo*, terminado precisamente en 1629:

> De aquella fuente que, al nacer la Aurora
> En sus ondas, de plata reverbera,
> Don Vicente Noguera
> Tuviera asiento entre latinos grave,
> Laurel entre toscanos,

81 "Los hebreos más doctos piensan que tú eres el único que conoces el hebreo y el siríaco; lo mismo dicen los griegos de su lengua, lo mismo los árabes. Hablas el italiano y el francés como los propios naturales; conoces el alemán y posees algún rudimento del turco y del persa".

82 Queda otra posibilidad de explicación: que en la Dedicatoria no se considerara necesario añadir la lengua latina a los conocimientos de D. Vicente por el hecho de que la propia Dedicatoria estaba escrita en latín, suficiente prueba de su dominio; pero entonces resultaría que el autor de la Dedicatoria sería el mismo Nogueira. Todos los indicios apuntan a su intervención en esos textos.

Palma entre castellanos
Por la dulzura del hablar suave,
Y entre franceses y alemanes fuera
Florida primavera,
Que como ella de tantas diferencias
De alegres flores se compone y viste,
Así de varias lenguas y de ciencias,
En que la docta erudición consiste.
¿Qué libro se escribió que no le viese?
¿Qué ingenio floreció que no le honrase?
¿En qué lengua se habló que no supiese?
¿Qué ciencia se inventó que no alcanzase?
Oh Musas castellanas y latinas,
Francesas, alemanas y toscanas,
Coronad las riberas lusitanas
De lirios, arrayanes y boninas:
No quede en vuestras fuentes cristalinas
Laurel que en ellas su hermosura mire,
Donde Dafne amorosa no suspire,
Por no bajar a coronar la frente
D'este, vencedor de todos, Vicente.[83]

Estas alabanzas que le propinó Lope fueron pagadas en la misma moneda. D. Vicente sabía ser agradecido. A su juicio, Lope "era o mayor poeta que teve nem terá Espanha, mas inda melhor homem que poeta".[84] Por tanto, le pareció y no sin razón un sinsentido que la Inquisición prohibiese algunas obras del vate español, "melhor christão e melhor homem que os que o prohibirão".[85] Pero volvamos a las Dedicatorias.

Quien las dicta es, evidentemente, Nogueira. Los autores de las mismas se limitan a suscribirlas o, en el mejor de los casos, a ampliarlas con datos de su cosecha. Es D. Vicente, y no Tribaldos de Toledo, quien proporciona el material para hacer la genealogía de la familia, desde el Mem Paez Noguera de los brumosos tiempos de D. Sancho I (1211) hasta su propio hermano Pablo Alfonso, el último de la estirpe (Dedicatoria de la *Guerra de Granada*).

[83] Silva III. Cito por la edición de la *Biblioteca de autores españoles*, vol. XVI (Madrid, 1856), p. 197.
[84] *Cartas*, p. 48.
[85] *Cartas*, p. 65.

Es D. Vicente, y no Brizeño de Córdoba o las hermanas de Benito Gil, quien indica a qué escritor y a qué obra se debe citar al trazar su semblanza como mecenas. Así lo demuestra una repetición tan extraña como significativa:

> Tanto [puede] el haver V.m. cultivado su buen natural con una profunda leción Theórica i un continuo exercicio práctico de los quasi divinos libros de Beneficijs de nuestro gran Cordovés (Dedicatoria de Brizeño).

> Liberalitatem tuam [...] experiuntur quotquot illa indigent [...], aptam et eruditam ex mente Philosophorum, et in primis Senecae, cujus de beneficijs doctrinam mire genio quadrantem tuo[...] imbibisti (Dedicatoria del *Directorium advocatorum*).[86]

Y es finalmente Nogueira, y no Tribaldos de Toledo, quien se alegra de que "no fueron bastantes la emulación i embidia para desacreditarle", sin que él hubiera pronunciado palabra alguna "en detracción de los inventores y architectos de tantas chimeras". De esta suerte, "sólo el curso del tiempo, padre al fin de la verdad, vino ella a entenderse y aclararse, por más que algunos mēses i aun años la tuvieron eclipsada el odio i la mentira" (Dedicatoria de las *Obras de Francisco de Figueroa*). En estas jubilosas palabras suena, evidentemente, no la voz del cronista, sino la del sacerdote, consciente de haber triunfado sobre las acusaciones a las que había tenido que hacer frente: las culpas que le llevaron a hacer su primera confesión en 1614.

En cuanto a la tacha de tener sangre judía, Nogueira la negó siempre, considerándose con racial orgullo cristiano viejo.[87] Sus cartas rezuman desprecio hacia los conversos de Roma, a los que aplica un viejo refrán: "os achais quando pitos flautas, e quando flautas pitos, quero dizer: se os buscais como mercadores, os achaes fidalgos, e quando fidalgos, os achais mercadores".[88] Otros cristianos nuevos, como el Doctor Arroyo o Gaspar de França, son objeto de burla desabrida:[89] jamás reciben una palabra de compasión. El judaísmo es la "lei cansada";[90] pero los prestamistas de D. Vicente fueron judíos ("e entretanto os meus trapos no ghetto dos hebreos, pagando cada trinta dias escudo e meyo per cento")[91] o cristianos nuevos: Francisco Núñez Sánchez, Fernando Brandão (los llamados irónicamente "christaons de Ro-

[86] "Todos cuantos la necesitan reciben tu liberalidad [...], adecuada y formada según los preceptos de los filósofos, en especial de Séneca, cuya doctrina *Sobre los beneficios*, que se adecua maravillosamente a tu natural, has apurado hasta el final".
[87] "Se nos, os christaons velhos, foramos tão zelantes do serviço del Rey e do bem publico como o são os christaons novos do bem particular seu" (*Cartas*, p. 232 [30 de abril de 1650]).
[88] *Cartas*, p. 185 (22 de noviembre de 1649). La misma expresión en p. 197 (19 de febrero de 1649).
[89] *Cartas*, pp. 270 y 271 (12 de octubre de 1652); p. 278 (30 de noviembre de 1652).
[90] *Cartas*, p. 187 (29 de noviembre de 1649).
[91] *Cartas*, p. 154 (17 de julio de 1649). Cf. p. 215 (5 de marzo de 1650).

ma"[92] o genéricamente "mercantes").[93] Los judíos – Menassé ben Israel – le envían libros de Holanda: "caros mais quatro vezes que em Roma, muitos dupplicados, alguns faltos; em fim, cousa de Judeos".[94] Sus prejuicios de hombre nacido en el Reino se extienden a los portugueses ultramarinos; de un Carrillo dice: "como nacido nos ares de Brasil, não tenho delle inteira confianza".[95] Bien es verdad que luego tuvo que modificar su criterio al conocer al padre Antonio Vieira; pero una golondrina no hace verano.

Naturam expellas furca, tamen usque recurret.[96] Cuando la tormenta parecía conjurada para siempre, volvió a tornar con más fuerza el fantasma de un pasado turbulento y licencioso, al que se añadieron las culpas de un no menos alegre presente: la vida del canónigo – ay – no había tenido enmienda. Las fechas de las declaraciones de los testigos,[97] todos ellos "cómplices" de D. Vicente menos los dos señalados oportunamente más abajo, indican cómo el Santo Oficio fue tejiendo poco a poco una tela de araña en torno a su presa, hasta tenerla bien prendida en sus redes:

Clemente de Oliveira, "christão velho", soltero, natural de Castanhede, de 21 años: 20 de noviembre de 1614 (f. 3r).

Francisco Botelho, huésped de Cristóvão de Almada, "amo delle confitente Dom Vicente Nogueira": 25 de setiembre de 1620 (f. 5r).

Pedro Teixeira, natural de Portalegre, casado, de 26 a 27 años: 15 de octubre de 1620 (f. 6r).

António Moniz Barreto, residente en Leiría, casado, de 27 años: 12 de noviembre de 1620 (f. 6v).

João Ribeiro, natural de Bucelas, residente en Oeiras, casado, de 19 a 20 años: 3 de diciembre de 1630. "Vivia com sua mulher na caza dos Biquos aqui encima do apozento onde dormia Vicente Nogeira" (f. 7v).

Francisco Correia da Silva, natural de Setúbal, de 19 años, criado de D. Vicente: 28 de noviembre de 1630. "Os dias pasados foi recolhido no carcere da penitencia" (f. 8v).

92 *Cartas*, p. 206 (15 de enero de 1650).
93 *Cartas*, p. 210 (29 de enero de 1650).
94 *Cartas*, p. 209 (29 de junio de 1650).
95 *Cartas*, p. 142 (28 de junio de 1649).
96 "Puedes expulsar la naturaleza con una horca; a pesar de todo, volverá" (Horacio, *Cartas*, I 10, 24).
97 Reseño sólo los nombres de los testigos que depusieron antes de la prisión de D. Vicente.

Vicente Ferreira, natural de Lisboa, de 21 años, "moço do coro" de la catedral de Lisboa: 28 de noviembre de 1630 (f. 9v).

António Dias do Rio, natural de Lisboa, de 15 a 16 años, criado del canónigo Manuel da Silva: 28 de noviembre de 1630 (f. 11r).

Manuel Pereira, natural de Castelo Branco, de 17 o 18 años, "moço do coro" de la catedral de Lisboa: 4 de diciembre de 1630 (f. 12r).

Marcos Vieira, de 18 o 19 años, "moço do coro" de la catedral de Lisboa: 5 de diciembre de 1630. "Nao tem um brasso e o perdeu pelejiando com os inimigos vindo do Brasil" (f. 14r).

Abraham Hugo, holandés (se pasó en la toma de Bahía a los portugueses: "aceitandoo em seo seruiço dom Affonso de Noronha se chamou Antonio do Rosario, e que morrendo o ditto dom Affonso em Madrid entrai no seruiço de Antonio Correa nesta ciudade, onde se pus nome Antonio de Torres"): 6 de diciembre de 1630 (f. 15r).

João Garcês (escrito "Graces"), natural de Lourinhã, soltero, paje de D. Vicente, de 22 años. Estudiaba latín en la Casa de los padres de la Compañía: 5 de diciembre de 1630 (f. 16r).

Jacinto Lopes Ferreira, natural de Beja, casado "de dous annos a esta parte", de 21 o 22 años: 31 de diciembre de 1630 (17r).

Simão Monteiro, natural de Lisboa, de 16 años: 16 de enero de 1631 (17v).

Manuel da Fonseca, natural de Lisboa, paje del canónigo João de Montezinhos, de 15 años: 28 de noviembre de 1630 (f. 18v).

Francisco Peres Godinho, portero de maza del cabildo, notario apostólico, de 40 años: 6 de diciembre de 1630. Acusó a don Vicente de haber seducido a un sobrino suyo, Manuel Pereira, "moço de coro" de la catedral de Lisboa: "achou que esta infamado geralmente entre as pessoas da See de Lisboa de cometer o peccado nefando com hums e com outros" (f. 21r).

António de Almeida, capellán de la catedral de Lisboa, de 29 años: 10 de diciembre de 1630. D. Vicente intentó seducirlo, infructuosamente (f. 23r).

Francisco Sanches, religioso de la Trinidad, de 34 años: 25 de junio de 1631 (f. 28r).

Precipitó las cosas la prisión de Francisco Correia da Silva, un criado del canónigo, que confesó haber tenido relación sexual con éste pocos días antes de haber sido

encarcelado, el 13 de noviembre de 1630. Creyó confiadamente D. Vicente que podría salir del apuro utilizando la misma artimaña legal a la que con tanto éxito había recurrido en 1614. Pero esta vez de nada le valió la segunda confesión, que tuvo lugar en Lisboa el 27 de noviembre de 1630, cuando tenía 44 años;[98] confesión a la que siguieron otras muchas, pues Nogueira tuvo que ir rememorando una y otra vez, en la soledad primero de su casa y después de la prisión, sus muchas actividades sexuales – el "horrendo e abominavel peccado de sodomia contra naturam"[99] – para ponerlas de inmediato en conocimiento del tribunal, presidido por D. Pero da Silva de Sampaio, obispo electo del Brasil, aportando siempre nuevos datos y nuevas precisiones, descritas a veces con pormenores rayanos en lo pornográfico. El propio reo se dio cuenta de lo degradante que era aquella situación no sólo para él, sino también para sus jueces, y no sin ironía les escribió el 4 de diciembre de 1630: "Se eu por meus grandes pecados tenho asco de mi, e me aborreço a mi proprio, que muito he que enfastiem, cansem e enfadem às muito castas orelhas de v. m. e dos senhores dous companheiros?"[100]

Los inquisidores, oída la confesión, se limitaron por el momento a prohibir a Nogueira salir de Lisboa y de su término. Pensó el canónigo que le iba a caer una amonestación o, como mucho, una pena pecuniaria secreta. En ese convencimiento, y teniendo que ir a Roma para entender en unos asuntos de la Iglesia portuguesa, consultó por la Cuaresma de 1531 a fray António de Sousa sobre el alcance de sus culpas, confesiones y prohibición, recibiendo por respuesta que el Santo Oficio no pondría impedimento a su viaje: si no le daba licencia la mesa de la Inquisición, se la daría el Consejo General. Cursó la correspondiente petición alegre y satisfecho Nogueira. El obispo de Brasil contestó a su solicitud que la concesión de ese permiso no entraba en sus atribuciones, sino en las del Inquisidor General. Elevó entonces Nogueira la instancia al tribunal supremo. Le dio ánimos y esperanzas hipócritamente fray António el sábado 14 de junio de 1531, asegurándole que el martes siguiente, que era día de Consejo, se acabaría de despachar su asunto y se le mandarían los papeles a su casa. Replicó D. Vicente que mejor iría él a su convento a recogerlos, sin recelar traición alguna. Por desgracia para el canónigo, la reunión del Consejo transcurrió de manera muy diferente a como le había anunciado fray António, que también estuvo presente en el acto. En los cargos contra el reo el promotor fiscal hizo constar que el acusado

> cometeu as dittas colpas nos annos 1605 – 1607 – 1608 – 1609 – 1610 – 1611 – 1612 – 1613 – 1614 – 1615 – 1617 – 1621 – 1622 – 1626 – 1627 – 1628 – 1629 e 1630 per muytas vezes e cum muytas pessoas diversas; e [...] em pessoa tam inveterada neste vicio abominavel por tanto tempo, sem se apartar delle, cometendoo assi neste reino em

98 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, ff. 54r-62r.
99 Así lo calificaron los inquisidores en su sentencia (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 162r).
100 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 72r.

> todos os lugares onde esteue como no de Castella, asi com gente de fora como com seus proprios criados, naõ se pode esperar emenda; e em culpas tam qualificadas naõ tem lugar, conforme a direyto, a graça geral e perdaõ conçedido aos que vierem descobrir os compliçes, prinçipalmente quando se presume queste veo confessar por estar preso por este Sancto Offiçio Françisco Correa da Silva, seu criado, alem do que tam fora estava de dar os compliçes a prisaõ que elle mesmo se apresentava em seu nome, como se ve de seus escritos, e avisava a outros que se viessem apresentar.[101]

Obrando en consecuencia, el Consejo dio por conclusos los autos el 17 de junio y ordenó el secuestro de bienes de D. Vicente y su ingreso inmediato en la cárcel de la Inquisición.[102] Por tanto, a las 7 de la tarde de ese fatídico día, cuando el canónigo se disponía a entrar en el convento de Santo Domingo para hablar con fray António, un familiar del Santo Oficio se lo llevó consigo y lo entregó a António Nunes, "alcayde dos cárceres secretos", que de inmediato lo puso en prisión bajo llave. Transcurrieron trece meses sin que al reo, pudriéndose en la mazmorra, se le notificase la causa de su encarcelamiento ni tampoco él lo preguntase – aunque bastante sabía él de qué pie cojeaba –, hasta que el obispo de Brasil ordenó que se lo amonestara por sodomía.[103]

El 16 de agosto de 1632 le fue entregado al preso el libelo acusatorio. Pidió una y otra vez perdón a los inquisidores el abogado defensor, Luís Pereira de Castro,[104] insistiendo en que el reo estaba penitente y arrepentido de sus pecados y había dado el nombre de sus cómplices. A su vez Nogueira, en un largo y erudito alegato, escrito el 17 de noviembre de 1632, negó ser relapso ni incorregible, ya que no había sido condenado tras la primera confesión, y ésta le concedía impunidad.[105] La infamia le venía por la prisión, no de antes. La desconocía, desde luego, quien le había traspasado su canonjía: en efecto, un prebendado cuyo nombre calla, pero que debía de ser uno de los más ilustres del reino, "achando muito aventajados partidos e de mais interesse seu para passar a conezia de Lysboa, quis antes darma com muito grande perda de sua fazenda, e isto sem quiça me conhecer de vista nem sei se de barrete, dizendome que soo pello bem que de mi ouvia e boas informaçõens: sinal he logo evidente que no anno de 29 em que isto foi, naõ avia nao digo infamia, mas nem sombra de rumor, porque naõ chegar noticia delle a quem andava na praça e tanto nas palmas de todos, demostração he da verdade dita. Acrescento que desde que entrei na See ate que fui preso naõ ouviraõ nada de mi as mais graves dignidades".[106] En atención a la calidad de su persona solicitó D. Vicente que la sentencia

101 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, ff. 24r-25v.
102 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, ff. 26r y 27r.
103 Constan estos detalles por el alegato de D. Vicente (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 153r).
104 Lo aceptó D. Vicente como procurador el 16 de agosto de 1632 (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 94v).
105 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, ff. 138r-154r.
106 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 152r.

no se pregonara más que ante el tribunal del Santo Oficio, "sem padeçer inda mais vergonhas na publicaçaõ"; era una solicitud razonable que fue atendida por los jueces.

La pena por sodomía en la justicia civil era la hoguera.[107] No se podía dar ese escándalo con D. Vicente, sacerdote y persona de nota, y los inquisidores, por decirlo en su jerga, prefirieron abandonar el rigor de la ley y usar de la clemencia. Sus votos se repartieron el 22 de noviembre de 1632 de la manera siguiente:

> Pareceo a todos os votos que, vista a graveza do delito e a qualidade delle e a prova que tinha depois de sua primeira confisaõ, que o reo Vicente Nogueira ouça sua sentença na sala do Santo Officio ante os inquisidores deputados e officiaes e presentes algũs capitulares da See, religiosos e sacerdotes. E aõ Inquisidor Pero da Silva de Sampaio e ao deputado Luis Alvarez da Rocha pareceo outrosi que o reo va degradado por 6 annos para Angola, e que naõ entre pera sempre em Lisboa e seu termo, e seja suspenso de officio e beneficio pelo dito tempo, acrecentando mais o dito Luis Alvarez da Rocha que a esta supensaõ seja pera sempre. E ao inquisidor Diogo Osorio de Castro pareceo que, vista a perseverança do reo no pecado nefando, que inclue 27 anos, como se mostra de suas confisões e prova da justiça e a grande devasedam e facilidade com que em todo lugar e parte o cometia, e ser ainda mor a frequencia dos actos quando a idade prometia ter algũa moderação, e conforme aos breves e provisaõ do S. Cardeal Rey [D. Enrique] ser a pena deste delito arbitraria neste tribunal contra os convictos aut confessos, como se mostra das clausulas dos ditos breves, e poder este arbitrio chegar atte pena ordinaria, con tudo o relevava da relaxação avendo respeito aõ que em semelhantes casos se assentou no Conselho General, por se terem os reos apresentado voluntariamente, e que o reo fosse degradado pera sempre pera a ilha do Principe e lhe fossem confiscados todos seus bens pera quem de direito pertencesem e suspenso perpetuamente de suas ordens. E ao chantre Joan Bezerra Jacome, que assistiu pelo ordinario com sua commisaõ, pareceo que, visto ter o reo satisfeito com suas confissoẽs e naõ ficar diminuto, e a dysposisaõ da ordenaçaõ, que deve aver lugar tambem em segunda confissaõ, que con tudo, atento suas culpas, o reo devera ser recluso por 6 annos em hum mosteiro de descalsos e suspenso de oficio e beneficio pelos ditos seis annos pera sempre. E ao deputado Antonio Correa pareceo que fosse recluso em mosteiro de descalsos fora de Lisboa por dez annos e suspenso de oficio e beneficio pelo mesmo tempo. E ao deputado D. Bernardo de Ataide pareceo que [...] tenha perpetua reclusã no carsere de penitencia, que he so onde le parece que podera estar mais fora da ocasiaõ de tornar a reincidir, e sejam seus bens confiscados pera quem direito for, e suspenso ab officio por seis annos. E ao deputado Felipe de Mezquita pareceo que a reclusã fosse perpetua no dito carsere de penitencia, e que seja suspenso pera sempre de oficio e beneficio por algũas das reçoẽs referidas. E ao deputado Diogo de Brito pareceo que em este caso, por ser o reo clerigo isento da jurisidiçam secular [...], he do parecer, quanto a pena que merece, do inquisidor Diogo Osorio de Castro, excepto que naõ tenha a de degrado e seja recluso perpetuamente no carsere de penitencia.[108]

Oídos estos pareceres, el Consejo dictó sentencia el 4 de diciembre de 1632, condenando a Nogueira a destierro perpetuo a la isla de Príncipe, a suspensión de sus órdenes hasta merced del inquisidor general y a confiscación de bienes,[109] sentencia que fue leída al reo en la sala del Santo Oficio la mañana del 8 de enero de 1633.[110] Solicitó Nogueira conmutación de la isla de Príncipe por Angola. Cuando creía haberla conseguido, el 30 de mayo el alcaide de la prisión le comunicó que se preparase a embarcar en un patache dentro de tres días a cumplir su condena en dicha isla.[111] La última apelación del deportado, hecha a la desesperada, fue desoída: "que va embarquado neste navio", decretó el tribunal el 3 de junio. El 14 de julio Francisco Dias Ramalho entregó la persona del canónigo al maestre de la nave *Nossa Senhora dos Remédios*, Agostim Freire, que se comprometió a depositarlo en manos de las justicias de Santo Tomé y, en caso de que muriera durante el viaje, a dar fe de su muerte ante escribano.[112] El 29 de agosto la nave largó amarras de Lisboa.

Mas ahí no acabó ni mucho menos la historia. A la Inquisición de Lisboa llegaron denuncias de que el reo, en vez de a Santo Tomé, había llegado a Brasil,[113] a donde el soborno o los vientos y las corrientes habían llevado la *Nossa Senhora dos Remédios*. En Paraiba Nogueira, vestido como sacerdote, pero con barba crecida y bigote, "a modo de clerigo castelhano",[114] adoptó el falso nombre de Domingo Pereira y se ganó la vida como abogado: para algo le sirvieron los estudios canónicos. Después permaneció cierto tiempo en un ingenio que pertenecía a Jorge Lopes Brandão, un hombre acaudalado de la misma capitanía que acabó expulsándolo de su hacienda "por seus maos costumes".[115] También en Paraiba, al parecer, se lió con "hũ moço desbarbado gentilhomẽ e com grandes guedelhas", llamado Nunes.[116] Las redes

[107] Así murió el sevillano Cristóbal Salado en México en 1615 (cf. Diego Aduarte, *Historia de la provincia del Santo Rosario de la Orden de Predicadores en Filipinas, Japón y China* [2 vols., Manila, 1640], vol. II, 1 [ed. Manuel Ferrero, 2 vols., Madrid, 1963, vol. II, pp. 36-37]).

[108] ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 158r ss.

[109] ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 161r. El tribunal estaba constituido por D. João da Silva, Francisco Barreto, Manuel da Cunha y Gaspar Pereira.

[110] Un dato curioso: el pleito costó 4.400 escudos.

[111] ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 165r.

[112] ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 171r. El 28 de agosto siguiente se comprometió Freire a traer certificación de la entrega de Nogueira a las justicias de Santo Tomé (f. 166r).

[113] Dieron testimonio las siguientes personas: el 1° de febrero de 1635 fray Bento Pais, natural de Lisboa pero residente en Castilla (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 173r); el 7 de febrero el capitán Lorenzo de Brito Correa (f. 176v) y el 9 de febrero Vicente de Brito, criado del capitán Correia (f. 180v).

[114] Así dijo Vicente de Brito (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 181r).

[115] Confesión de fray Bento Pais (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 173v).

[116] Así lo declaró el capitán Lorenzo de Brito Correa (ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 176v). Según fray Bento Pais, que lo vio después dos veces en San Esteban de Alfama, era "alto do corpo,

clientelares o el dinero siguieron funcionando a la perfección, pues fue el propio capitán de Paraiba, António de Albuquerque, quien dio orden al capitán Lorenço de Brito Correia de que dejase embarcar a Nogueira en su carabela, que volvía derechamente a Portugal desde el puerto de Manguanguape. Así lo hizo don Vicente, acompañado por el tal Nunes.

La nave, que partió el 7 de setiembre de 1634, aportó el 24 de octubre a Camariñas, en la ría de Munguía. Durante la travesía los requiebros dirigidos por el canónigo a todos los mozos, grumetes y pajes causaron gran escándalo en los pasajeros, que propusieron al capitán echarlo al agua.[117] Un monje benedictino, fray Ildefonso das Chagas, que en medio de una gran tormenta se metió a confesar a nuestro hombre en su camarote, salió espantado diciendo a Correia que no sabía cómo Dios los sustentaba y gritando que lanzasen el camarote al mar con Nogueira dentro.[118] En Camariñas se hizo buen recibimiento a Nogueira y a Nunes, aunque al parecer el canónigo no dejó salir de la nave al mozo. La última noticia que se tuvo de Nogueira en el Santo Oficio de Lisboa fue que el capitán Correia se había encontrado con él, siempre en compañía de Nunes, cerca de Compostela, y que don Vicente le había dicho que esperaba mulas para irse a Madrid, pues tenía la intención de meterse monje en San Lorenzo el Real: una excusa tan buena como cualquier otra para ocultar su rastro. Más creíble parece la versión de fray Bento Pais: "dizia que se avía de ir direito a Madrid, onde tinha hum irmaõ":[119] se trataba de D. Paulo Afonso Nogueira que vivía, soltero y sin compromiso, en Madrid.[120] Ahí al menos terminó el proceso, que tuvo final feliz para D. Vicente.

rosto meudo [...] tem hum sinal como de ferida sobre a parte direita do beiço" (f. 175r).

117 "Trazendo hũ camarotte levadisso, donde se saya pera outro, e desse pellas aberturas que tinha intendia com os moços que vinhaõ ao leme e lhes mettia os dedos por junto ao traseiro e lhes dava dinheiro" (confesión del capitán Lorenço de Brito Correia [ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 178r]). El capitán Correia confesó que "no mar tevera razões com o dito Vicente Nogueira por elle se querer meter na companhia e conversaçaõ, remoqueandolhe o seu peccado, mas depois se reconciliaraõ" (f. 179v). Sin duda corrió dinero por medio.

118 Sus palabras fueron: "'Botem aquele camarote ao mar'. E dizendo hũ homem que ally vinha que se chamava Joaõ Nunes da Fonseca: 'Com tudo o que nelle esta?', o frade disse: 'Com tudo', estando ainda dentro o dito Vicente Nogueira" (confesión de fray Bento Pais [ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 175r]).

119 ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 175v.

120 Debió de quedarse allí con sus padres. Este hermano de D. Vicente, Paulo Afonso, siguió residiendo en Madrid (allí estaba cuando se hizo, en 1631, la genealogía de D. Vicente [ANTT, TSO, IL, proc. 4241, f. 78v]) y conservó, a lo que parece, la lealtad a Felipe IV. "Con ánimo philosóphico" resolvió no casarse (así dijo Tribaldos de Toledo en la introducción a la *Guerra de Granada*). Murió en 1647 sin hacer testamento ni dejar descendencia. D. Vicente pidió entonces al marqués almirante que encargara a un criado suyo la tarea de reclamar en su nombre la herencia que le pudiera corresponder: así se lo comunicó a D. Juan IV el 25 de noviembre de 1647 (*Cartas*, p. 28).

En Madrid no halló el fugitivo el amparo que esperaba. Y, así, a finales de 1634 o principios de 1635 pasó a Italia, donde encontró cobijo como criado del cardenal Julio Sacchetti,[121] "hum anjo em carne humana",[122] a quien dejó tras nueve años para ponerse al servicio de de un "homem despropositado [...] e sem fundamento" pero igualmente poderoso: el cardenal Francisco Barberini.[123] Roma le ofreció el trato con eruditos y el acceso a buenas bibliotecas y excelentes librerías, así como algunas novedades (las naranjas de la China, el tabaco). La restauración portuguesa, que desgarró a la familia Nogueira, le hizo concebir ilusiones de volver a su patria. Si en 1615 había escrito a De Thou en castellano y jactándose de que "mis padres y abuelos fueron unos de Castilla, otros de Portugal", y si en 1626-1629 se había valido de sus amigos castellanos para asentar su fama, en 1640 la ocasión de vengarse de su agravio y la esperanza de obtener perdón le hicieron olvidar sus estrechos vínculos con España y lo convirtieron en fervorosísimo partidario de D. Juan IV.

Gracias a su epistolario (1646-1652) con el marqués de Niza, D. Vasco Luís da Gama, un noble a quien ni siquiera llegó a conocer de vista,[124] nos fue informando D. Vicente de sus sueños, todos acariciados, todos incumplidos: primero alcanzar un obispado,[125] más tarde convertirse en guarda mayor de la Torre do Tombo o ser elegido bibliotecario regio.[126] Sus últimas ilusiones se desvanecieron con el nombramiento de António Carvalho de Perada, prior de Bucelas, como bibliotecario de D. Juan IV.[127] Nogueira tuvo que contentarse con ser el bibliotecario virtual del marqués de Niza,[128] aunque, a pesar de sus muchas y lastimeras quejas, no le faltó dinero para vivir holgadamente en Roma y alimentar su bibliofilia en las ricas librerías de la Ciudad Eterna.[129] Y en la Ciudad Eterna murió poco después, en 1654.

121 En una ocasión (*Cartas*, p. 160 [5 de septiembre de 1649], se enorgulleció del servicio que había prestado a Sacchetti en Venecia.

122 *Cartas*, p. 69 (23 de noviembre de 1648).

123 *Cartas*, pp. 57, 67, 107. Los dos prelados fueron muy validos del Papa (p. 179).

124 *Cartas*, p. 196.

125 *Cartas*, p. 151.

126 *Cartas*, pp. 110, 184, 209, 231, 237, 246.

127 *Cartas*, p. 257. Lo había conocido Nogueira en Lisboa cuando era arcipreste de Lisboa, "mas não lhe sabia" – apostilló mordaz – "habilidade de compor livros, nem via nelle sciençia ou peritia que promettesse".

128 *Cartas*, pp. 139, 150, 186, 257.

129 Según atestigua su epistolario, D. Vicente disponía cuando menos de las siguientes rentas: 1) Tres beneficios: uno en Arraiolos y dos en Beja (San João y Santa María), que cobraba el hermano (António Ruiz da Veiga) y administraba el cuñado (Diogo Duarte de Sousa) de Tomás de Veiga, en quien los renunció el 22 de abril de 1648 (*Cartas*, pp. 46, 114; 170-71; 180; 189; 197; 206, 208, 216, 246, 266). 2) El beneficio de Sardoal (pp. 214, 272). 3) Un jurete de 18 reales (pp. 153). 4) Juros del Papa en salinas: "não tem o mundo fazenda mais cobiçavel que juros na fazenda do Papa, principalmente se são, como os meus, no sal" (p. 175). 5) Una "pensioncilla" de cien escudos del arcedianazgo (p. 242, cf. asimismo el testamento [p. 249]).

El miedo y la humillación sufridos en las mazmorras de la Inquisición no se borraron jamás de la memoria de D. Vicente: "Eu choro lagrimas de sangue quando me lembra o que vi naquelles horrendos carceres".[130] Como era de esperar, su corazón no perdonó tampoco a los inquisidores que lo juzgaron, al menos a uno de ellos: "Manuel da Cunha, alem de ser meu enemigo gratis, e soomente por respeito do Conde Duque, do qual alcançou o bispado de Elvas, por quanto fez por porme na fogueyra não tera gosto nenhum de verme no Reyno, ignorando qual animo me tem Deos dado em seu respeito e do inquisidor geral e semelhantes".[131] Así se comprenden también las frecuentes y merecidas críticas que dedicó al Santo Oficio en su correspondencia con el marqués de Niza;[132] y eso que, como el mismo recordó, "en cosas de Inquisición, chitón".[133]

Volvamos ahora otra vez a D. García. Es evidente que el embajador conocía bien a la familia Nogueira de su estancia en la Corte. Sólo así se explican, por un lado, el caluroso recibimiento que le hizo el joven D. Vicente en Lisboa y, por otro, la cariñosa deferencia de D. García hacia el hijo de un viejo amigo. Quizás la misión encomendada al castellano avivara el interés del portugués si, como alardeó, éste sabía algo de persa.[134] En cambio, no me parece que haya motivos para sospechar que entre el viejo solterón y el sempiterno conquistador de jovencitos hubiese habido alguna relación más íntima. Bien es verdad que D. García no mostró gran interés en tener trato carnal con el sexo femenino durante su estancia en Persia: en Shiraz se excusó de aceptar unas mujeres que le ofrecieron los lugareños alegando que "él era tan viejo que no tenía ya neçesidad de entretenimiento semejante", abstinencia que los persas achacaron no a virtud, sino a "la inpotencia de la mucha edad".[135] Pero nada en sus *Comentarios* indica una inclinación homosexual. Sea como fuere, el embajador no llegó a enterarse jamás de la infamia de su amigo, pues partió para Persia el 8 de abril de 1614, poco antes de que Nogueira hiciese su primera confesión, evidentemente mantenida en secreto.

Un detalle interesante es que D. García y D. Vicente se movieron en el mismo círculo de amistades. Un amigo común fue D. Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar (1567-1626), el famoso embajador en Inglaterra a partir de 1613 y otro bibliófilo empedernido. Según refería Sarmiento, Jacobo I apreciaba mucho las dotes

130 *Cartas*, p. 201 (19 de noviembre de 1649).
131 *Cartas*, p. 106 (8 febrero 1649).
132 Cf. *Cartas*, pp. 213, 237.
133 *Cartas*, p. 201 (19 de diciembre de 1649).
134 En la dedicatoria del *Directorium advocatorum* se hace enumeración de las lenguas que conocía Nogueira, un portentoso políglota: sabía hebreo, sirio, griego, árabe, italiano y francés a la perfección (es curioso que se omita aquí el latín); conocía el alemán y tenía algunos rudimentos de persa y de turco.
135 *Comentarios*, vol. II, pp. 47-48. Así se lo espetó Shah Abbás al embajador en sus barbas (vol. II, p. 388). Hay, sí, descripciones de mujeres: vol. II, pp. 57, 90.

de Nogueira;[136] es un misterio, sin embargo, cómo éstas llegaron a conocimiento del monarca, pues el canónigo, como tantos otros hombres de dotes lingüísticas sorprendentes (ejemplo máximo fue el famoso cardenal José Mezzofanti), no llegó a escribir un libro. En el extenso epistolario de Gondomar sólo se conserva una carta de Nogueira,[137] sin lugar ni data, anterior en todo caso a la muerte del español (2 de octubre de 1626). Está escrita en su casa (probablemente de Madrid) y parece referirse a un envío de libros bien encuadernados y bien dorados: la pasión tanto de Sarmiento como de Nogueira.

D. Alonso de la Cueva, su más íntimo amigo en España (1572-1655), desempeñó la embajada ante la Señoría de Venecia (1606-1618). La famosa "conjura de Venecia" puso fin a su misión en el Adriático, siendo nombrado a continuación embajador en Flandes. Por tanto, D. Alonso y D. Vicente hubieron de conocerse muy jóvenes.

Otro diplomático con quien nuestro sacerdote tuvo relación fue D. Baltasar de Zúñiga († 1622), embajador en Flandes y en Francia, si es cierta mi conjetura sobre la identidad del "D. Baltasar" citado en el epistolario al marqués de Niza. Otros humanistas foráneos cortejaron al poderoso noble: Julio César Stella, el autor de la *Columbeis*, le dedicó su poema *De statu Italiae* (Roma, 1622).

Por el muy interesante *Discorso del Signore Vincente Nogueira sopra la lengua e li autori di Spagna*, escrito para el cardenal Francisco Barberini el 5 de enero de 1637, consta asimismo la estrecha amistad del canónigo con el historiador y genealogista D. Tomás Tamayo de Vargas, un hombre de erudición tan peregrina como fabuladora. Tamayo, nos dice Nogueira, "era grandissimo amico mio", tanto que quiso dedicarle la edición del *Viage Santo* de Ambrosio de Morales e incluso le dio cuenta en abril de 1631 de que ya se había concertado con el impresor para comenzar la obra en julio. Mas la entrada en prisión de D. Vicente el 17 de junio puso fin inespe-

136 Este detalle se encuentra en la Dedicatoria del *Directorium advocatorum* (*Iacobus I, magnae Británniae rex, pro suo in literas literatosque ardenti amore vehementer te sibi adstare peroptavit, referente summae fidei teste (quicùm de hoc saepè familiariter egit) illustrissimo comite de Gondomar D. Didaco sarmiento de Acugna Hispanico legato, intimae admissionis amico*).
137 "A este criado puede v. m. mandar dar la carta para Carrança de que me hace merced, asegurándome yo de que, corriendo este negocio por mano de v. m., ha de tener el sucesso que deseamos. Y sírvasse v. m. de cargalle la mano en contentarse con vellos y no desenbolvellos, porque van los dorados muy bien acomodados con papeles y aldogones, de manera que recibirían muy notable daño del desconponerse. Y ansí se lo encargo mucho al conde de Alva, pero en v. m. está el remedio. Y qual le da v. m. a los menesterosos, tal se le dé Dios en todas sus pretensiones. Nuestro Señor guarde a v. m. En casa, el biernes. Vicente Noguera" (Real Biblioteca, ms. II/2115 doc. 268). No sé qué papel desempeñó en este negocio el conde de Alba de Liste. Quiero expresar mi más profundo agradecimiento a la Directora de la Real Biblioteca, Mª Luisa Vidriero, por su eficacísima ayuda y colaboración en la búsqueda de esta carta.

rado al proyecto del madrileño: "fu tanto il suo disgusto che affatto lo lasciò".[138] Así, el *Viage santo* tuvo que esperar hasta 1765 para ser editado por el padre Flórez.

Amigo del portugués fue también, a lo que parece, el doctor Francisco Barrientos de la Torre, pariente probablemente – ¿nieto? – del catedrático de la Universidad de Salamanca Bartolomé de Barrientos (†1580). El español, más joven que Nogueira, pues nació en 1602 ó 1603, fue colegial del Colegio de Cuenca en Salamanca, Universidad por la que se doctoró (¿1622?), residió en Valencia en 1624 y, tras fracasar en algunas oposiciones a prebendas de las catedrales de Granada (1624) y de Ciudad Rodrigo (1626), logró obtener una canonjía en su tierra chica, Granada. Fue Barrientos un hombre culto y curioso que, además de adoptar las reglas ortográficas de su maestro Gonzalo Correas (aceptando, por ejemplo, la letra *k* para expresar la oclusiva gutural sorda en castellano: *collegium Konkense*), escribió en un latín muy aceptable algunos breves discursos académicos y pergeñó pequeños comentarios a la Sagrada Escritura (sobre todo a pasajes de los profetas mayores y de los Salmos).[139]

Pues bien, en los ff. 225r-232r del ms. 157 de la Biblioteca Nacional de Madrid, un códice facticio que fue propiedad suya, se encuentra un tratadito teológico de nuestro Nogueira, probablemente autógrafo: *Proponitur dubium circa articulum 5 q. 71 pe 2 Divi Thome a Rmo. P. Vincencio Noguera Doctore Spº*. Como es la única prueba, a lo que sé, de la ciencia tomística de nuestro autor, transcribo sus primeros párrafos:

> Articulus 5. utrum in quolibet peccato sit aliquis actus.
> Dubitatur primo utrum peccatum omisionis possit esse absque omni actu.
> Pro huius inteligentia sciendum est primo omisionem esse priuationem actus quem quis operari debebat ex precepto, ut non audire misam cum audire debebat, non penitere cum

[138] A. Morel-Fatio, "Vicente Noguera et son Discours sur la langue et les auteurs d'Espagne", *Zeitschrift für romanische Philologie*, 3, 1 (1879), p. 34.

[139] Por juzgarlas de interés, presento ordenadas las noticias cronológicas que dio Barrientos sobre sí mismo en los diversos códices de él conservados en la Biblioteca Nacional de Madrid: Ms. 157] 1619, cuando era bachiller (f. 1r, 153r). 1624, cuando era doctor, en Valencia (f. 152v). 1625, cuando transcribió en Granada las instituciones de Azor (f. 119r). Ms. 160] Lecciones del doctor Alzamora, profesor de Hebreo en Valencia, en 1624 (f. 12v). Sermón que dio Barrientos, cuando tenía 21 años, en Granada en octubre de 1624 (f. 152r). Sermón que dio en la primera oposición que hizo a la canonjía de Escritura de Granada en noviembre de 1624 (f. 167v). Ms. 161] Oratio habita a Francisco Barrientos... ad illustrissimos Collegas eximij Colegij Conkensis pro petitione eiusdem Collegij anno salutis nostrae .1625. die trigesima septembris (f. 115r). Distinctio .3ª quarti libri Mag. Sent. Exponitur a Francisco Barrientos... illustrissimis Collegis Collegij Maioris Konkensis Salmanticę anno domini 1625 secunda die mensis Nouembris (f. 125r). Distinctio 24 2 Lib. Sent. Oposición de Ciudad Rodrigo 24 de agosto del año 1626 (f. 159r). Varia sacrae scripturae capita 1629 (f. 64r). Ad cap. 10 Ezechielis Granada 6 de junio de 1631 (f. 93r). Esaię c. 35 Granada 25 de junio de 1631 (f. 62v). Ms. 163] Isagogicę disputationes ad Sacrę Scripturę intelligentiam Granada 1632 (f. 1r). Ad cap. 66 Esaię 1637 (f. 197r). Ad cap. 60 Esaię 1641 (f. 81r). Explanatio Esaię 1642 (f. 39r). Ad Psalterium 1642 (f. 53r). Ad Psalmum 131 1644 (f. 94r).

> penitere debebat, et sic de aliis omisionibus tam externę quam internę operationis. 2º sciendum est neminem aserere ita posse esse puram omisionem ut non interueniat actus intelectus proponentis obiectum et obligationem precepti iuxta quod per omisionem peccatur, siue iste actus sit explicitus, quo aduerte et explicite proponatur, siue sit uirtualis et inplicitus, quo proponatur aliud obiectum in quo potuit et debuit aduerti talis obligatio et preceptum, iuxta ea quae dicentur infra q. 74 a 7 et 8 et q. 76 de ignorantia et inaduertentia culpabili; esse autem nescerarium talem actum fatentur omnes, quia alias non esset libera omisio: nihil enim est uolitum quin sit precognitum. 3º sciendum est nescesario requiri omisionem esse uoluntariam et liberam ut sit peccatum.

Baste a nuestro propósito con esta pequeña muestra de sus escarceos escolásticos. Cómo esta obrita llegó a parar a manos de Barrientos lo ignoro. Todos los demás tratados que copió o insertó entre sus papeles se deben a la pluma de sus maestros o de sus conocidos, de suerte que es probable que los dos sacerdotes trabaran relación bien en la Corte (Valladolid o Madrid), bien en Salamanca. El abuelo – el granadino Bartolomé de Barrientos – había alcanzado cierta notoriedad con sus varias obras impresas, lo que pudo dar pie al comienzo de una amistad o, cuando menos, al intercambio de opúsculos. Una única cosa cabe afirmar con certeza: no figura el español entre las conquistas amorosas reseñadas por el portugués ante el Santo Oficio lisboeta.

Otra curiosidad más: al aventurero Pietro della Valle que D. García[140] conoció en Kasbín lo trató D. Vicente[141] en Roma. Y hay que decir que ambos coincidieron en su apreciación: ni el uno ni el otro tuvieron buen concepto del personaje de marras. No es ésta la única cuestión en la que concordaron sus juicios negativos: Nogueira se mostró muy crítico con los "tabaquistas" o consumidores de tabaco,[142] al igual que su amigo D. García de Silva, para quien "solos los indios y los negros tenían y usavan aquella medicina".[143]

¿Cómo salió a la luz el *Breviarium* de D. García? En el prólogo latino nos cuenta su descubrimiento el presbítero António Furtado da Rocha, beneficiado de Punta Delgada y bibliotecario de D. Vicente. Estaba el sacerdote haciendo el inventario de la bien nutrida biblioteca del canónigo, su mecenas, cuando se encontró entre otros muchos papeles el *Breviarium*, que editó sin más alteración que añadir al margen una cronología tomada de la *Historia de España* de Juan de Mariana. Tan corto fue el margen de acción que le impusieron la magnanimidad y la *pietas* filial de D. Vi-

[140] *Comentarios*, vol. II, p. 121.

[141] Lo llamó "romanesco" (*Cartas*, p. 145 [4 de julio de 1649]) y "romanesco cristiano nuevo" (p. 179 nota; cf. pp. 250, 254).

[142] *Cartas*, p. 231.

[143] *Comentarios*, vol. II, p. 404. A un fumador se debió el incendio del polvorín de Goa (*Comentarios*, vol. II, pp. 560-561).

cente hacia el embajador. Pero hay un punto más en este prefacio que merece la pena destacar: todavía en 1628 no se habían perdido las esperanzas de recuperar los demás escritos de D. García; por tanto, el *Breviarium* salía como en prenda de los restantes inéditos que muy pronto habían de correr impresos. La prisión y la condena de Nogueira pusieron un desastrado final a estos proyectos: tanto al prometido Catálogo de la biblioteca ("en breve lo verás", advirtió António Furtado al lector) como a esa futura edición de las obras completas del español, buen índice, en todo caso, del hondo aprecio en que fue tenido.

A manos de Nogueira, por tanto, llegaron manuscritos de D. García, que éste probablemente le encomendó al sentirse enfermo de muerte en el Océano (1624). Es necesario, pues, seguir la pista a la biblioteca del canónigo, que fue confiscada por la Inquisición en 1632.[144] Según Graça Barreto,[145] sus libros fueron a parar a El Escorial. De ser así, convendría investigar si todavía se encuentra allí algún inédito de D. García traspapelado o atribuido a otro autor.

[144] Quedaban entonces todavía muchos ejemplares por vender de las ediciones costeadas por Nogueira: 123 volúmenes del *Compendium*, 639 de Figueroa, 364 de las *Guerras de Granada* y 96 de Garcilaso (cf. Morel-Fatio, "Vicente Noguera", p. 14).

[145] Cf. Albuquerque, *"Biblos" e "Polis"*, p. 14 y n. 6.

Os portugueses e o negócio da seda persa: A participação lusitana no comércio da seda no início do século XVII

MARIA JOÃO PACHECO FERREIRA *

Introdução

Quando D. García de Silva y Figueroa (1550-1624) parte para a Pérsia em 1614 como emissário do rei das duas coroas ibéricas, Filipe III de Espanha e II de Portugal, um dos assuntos constantes da agenda da sua missão diplomática ao xá Abbas I (r. 1587-1629) incide no assentamento do negócio da seda iraniana, o qual já se arrastava desde 1608.

Muito embora o tema se revestisse da maior importância para o relacionamento entre ambas as nações (uma vez consideradas as potenciais repercussões nas suas estratégias geo-políticas e económicas), do que nos é dado aperceber através da leitura de alguns textos integráveis na denominada literatura de viagens, datáveis da segunda metade de Quinhentos e da primeira metade de Seiscentos, o sirgo persa e o seu universo não parecem cativar grandemente os autores nacionais. Como Vasco Resende sublinha, o conteúdo destas obras – no caso concreto, com informação concernente aos territórios do Médio Oriente –, interessava sobremaneira ao Estado português, na medida em que colocava à sua disposição um conhecimento e uma experiência prática relativa ao Oriente islâmico, de suma importância à manutenção do Estado da Índia.[1] Tanto mais quando a sobrevivência de Ormuz, desde 1515 nas mãos dos portugueses e riquíssima escala no xadrez comercial do Oriente, parecia depender do sucesso desta contratação.

Ainda assim, e no que se refere aos *Comentários*, relação da viagem daquele embaixador à Pérsia, nem por isso o tema ganhou maior fôlego entre os diversos assuntos

* Centro de História de Além-Mar, Lisboa. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

[1] Vasco Resende, "L'Image de l'Islam dans la Litérature Portugaise des Voyages du XVIème Siècle: Les itinéraires terrestres au Moyen Orient", *Anais de História de Além-Mar*, 7 (2006), p. 129.

abordados ao longo da extensa obra, alguns deles com uma impressionante minúcia. Com efeito, o discurso revela-se parcimonioso nas informações que dele emanam acerca da seda na Pérsia, limitando-se pouco mais do que a enunciar a sua produção nalgumas regiões – não facultando praticamente elementos sobre o seu cultivo e processamento, os tipos de manufactura e seus destinatários ou os respectivos preços, por exemplo. Esta constatação é tão mais evidente quando, ao longo do texto, se assiste a uma verdadeira exposição do saber amplo e prolífero do autor, na qual se alternam os tradicionais e eruditos domínios em que se alicerçava o conhecimento do homem moderno europeu com outros de carácter mais prosaico ou até mesmo na esfera da curiosidade, levando-nos a equacionar as hipóteses de D. García não possuir formação neste domínio ou o assunto não lhe interessar minimamente.

Também as notícias que pela mesma altura ecoam em torno do Celeste Império e dos seus artigos luxuosos, dos quais a seda era incontornável representante,[2] reforçam esta percepção de um aparente desinteresse pela congénere persa. Afinal, muito embora se possa justificar a opção do autor com base na importância de que se revestia o negócio em apreço, e, consequentemente, da necessidade de algum secretismo em seu redor, a verdade é que as mesmas questões se impunham em relação à seda chinesa a qual depressa se afirmou como artigo de primeira importância nos negócios portugueses na Ásia.

Ora, a seda persa não só não foi eleita como tópico de abordagem na relação da embaixada de D. García de Figueroa à corte safávida – com a qual se esperava que o negócio ficasse fechado –, como a questão do eventual desvio deste produto do circuito de Alepo para Ormuz e a sua contratação pelos portugueses parece ter permanecido um assunto, de certo modo, latente da historiografia da Expansão portuguesa – sendo que, curiosamente, o mesmo sucede no contexto das crónicas persas, nas quais o comércio da seda não parece ser um assunto proeminente.[3] É pelo menos o que se infere, uma vez reconhecida a genérica inexistência de estudos estritamente consignados ao assunto em causa, decorrente de uma proposta do rei de Espanha a Abbas I. No contexto nacional somente Francisco Mendes da Luz analisa a questão do negócio da seda de forma aturada e autónoma, porquanto as remanescentes incursões ao tema, apenas parecem decorrer no âmbito das implicações que o mesmo teve na manutenção de Ormuz. E se no quadro das investigações sobre o comércio da seda persa levadas a cabo por estrangeiros, os títulos são mais numerosos, salvo raras excepções nem por isso atentam no episódio português de forma muito diferente; antes incidem na documentação e na análise dos relacionamentos entretanto iniciados por Inglaterra e Holanda, com quem a Pérsia viria a validar este caminho alternativo à tradicional rota levantina de comércio – uma opção a que não foi indiferente a falta de dados (e a respectiva sistematização) no que se refere ao contexto comercial português.

[2] Sobre este assunto veja-se Maria João Pacheco Ferreira, "Notícias da Seda: Referências à seda chinesa na documentação impressa dos séculos XVI a XVIII e seu impacte na sociedade europeia", *Revista de Cultura*, 16 (2006), pp. 119-139.

[3] Quem o constata é Linda Steinmann, facultando vários exemplos nesse sentido. Cf. Linda Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade, 1599-1629", dissertação de doutoramento policopiada (University of New York, 1986), p. 34.

No presente texto, intenta-se aflorar este processo complexo e pouco linear desencadeado mais como uma manobra diplomática do que pelo interesse genuíno que a referida comercialização da seda significava para os reinos persa e ibérico ao tempo de D. García, ainda que o primeiro dispusesse de uma das maiores indústrias de sericultura do mundo e o segundo de uma ampla e eficaz rede de distribuição de mercadorias ultramarinas no Estado da Índia e entre este e a Europa, fulcral ao sucesso de um empreendimento desta natureza. Assim, e recorrendo sempre que possível aos *Comentários* de D. García (e a outras obras que lhe são cronologicamente próximas), propõe-se uma caracterização da produção e utilização da seda na Pérsia, bem como a análise não tanto dos motivos conducentes à formulação da proposta em discussão mas antes daqueles que inviabilizaram a sua consumação, em concreto, das alternativas que se ofereciam a Portugal neste domínio, como era o caso da seda chinesa, à qual também os portugueses tinham acesso directo, participando activamente na sua comercialização na região do Índico.

A seda na Pérsia. Principais centros produtores

Muito embora a seda seja tradicionalmente associada à China, de onde a sericultura é originária, não se pode ignorar a relevância do Irão, desde muito cedo, tanto no cultivo do sirgo como no fabrico de tecidos e tapetes, a partir desta matéria-prima. Durante muitos séculos, o Irão foi não só incontornável plataforma de passagem da seda proveniente do Celeste Império, integrando a denominada Rota da Seda,[4] mas também ele próprio um importante produtor e fabricante. Com efeito, no tempo do reinado sassânida de Shapur (310-379), já o Irão se havia tornado conhecido como destacado centro de comércio de seda em rama e de tecidos laborados com esta fibra, sendo de crer que uma primeira indústria incipiente de tecelagem ali se tenha desenvolvido com o contributo da chegada, no século IV, de tecelões sírios oriundos da Antioquia.[5]

[4] No século II, graças ao insaciável desejo dos romanos pela seda chinesa, o qual atinge então o apogeu, os persas acumulam grandes lucros com as portagens cobradas pela passagem desta carga pelos seus caminhos, uma realidade que permanece mesmo após o desenvolvimento da sericultura no império bizantino no final do século V.

[5] Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", p. 48.

No que se refere à história desta fibra animal no Irão, Heródoto dá a entender que em tempos remotos um tipo de seda selvagem era cultivada na região nordeste do país.[6] De acordo com a tradição, a introdução da seda na antiga Pérsia terá resultado da chegada de monges budistas da China transportando casulos de bichos-da-seda. Contudo, e segundo Linda Steinmann, será mais provável que o conhecimento do processo do cultivo da seda se tenha difundido lentamente através da Ásia ocidental (em concreto de Yargand e Farghana),[7] acompanhando a rota da seda, ainda que considere plausível a chegada de ovos de bichos-da-seda ao Irão através de Bizâncio, para onde foram levados por marinheiros gregos.[8] Não obstante estas possibilidades – às quais acresce uma outra, defendida por alguns investigadores, de que a sericultura se teria implementado de forma autónoma no Irão, uma vez que o bicho-da-seda chinês e iraniano diferem, produzindo casulos brancos e amarelos, respectivamente[9] – o segredo da sericultura terá alcançado o Irão no século V (em teoria, pouco depois de 419), sendo que a seda, desde então ali produzida, foi ela própria exportada para o Império do Meio por volta do século VII.[10]

Até ao período mongol os testemunhos relativos à produção de seda centram-se na província de Khurasan, no nordeste do país, em concreto, nas proximidades de Khak, Sabzavar e Nishapur.[11] Só no século XIII, e após a invasão mongol, é que as províncias de Gilan e Mazandaran se demarcam como principais fontes de abastecimento da seda persa, datando também deste período a afirmação do país enquanto fornecedor de sirgo de excelsa qualidade ao circuito comercial estabelecido entre o Oriente e o Ocidente, em alternativa à seda chinesa, a qual começa a escassear acabando, mesmo, por deixar de circular e de chegar à Europa no decurso de Trezentos.[12]

É a partir de então que, no contexto da franca expansão que as indústrias manufactureiras conhecem na Península Itálica no decurso da Idade Média,[13] os mercadores

6 Rudolph P. Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600-1730* (Cambridge, 1999), p. 15.

7 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 15.

8 Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", p. 47.

9 Ina Baghdiantz McCabe, *The Shah's Silk for Europe's Silver: The Eurasion Trade of the Julfa Armenians in Safavid Iran and India (1530-1750)* (Atlanta, 1999), p. 16.

10 *The Cambridge History of Iran* (7 vols., Cambridge, 1968-2000), vol. 3 (ed. Ehsan Yarshater), tm. I, p. LXIII. Sobre as relações encetadas entre o Irão e a China neste período veja-se o capítulo no mesmo volume intitulado "Iran and China", pp. 545-558.

11 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 15.

12 McCabe, *The Shah's Silk for Europe's Silver*. Sobre o comércio da seda iraniana, veja-se o capítulo da mesma obra "The Iranian Silk Trade 1350-1600", pp. 29-34.

13 Esta procura pela seda que se desencadeia na Europa beneficia igualmente do fim da hegemonia italiana neste domínio e da ascensão, no final do século XV, tanto de Provence (França) enquanto região produtora de seda, como de Tours (primeiro) e Lyon como centros de manufactura sob patronato real de Luís XI (r. 1461-1483).

italianos, ávidos por satisfazer a procura dos seus artigos, empreendem esforços no sentido de angariar a cobiçada seda oriunda daquelas regiões. A necessidade de importação desta fibra justificava-se pelo volume da procura mas também porque os fios de seda protagonizavam diferentes funções de acordo com as suas características e proveniência, sendo que no caso da seda persa a mesma se destinava a ser usada em tramas de superior qualidade e nas almas dos fios metálicos, pois embora menos brilhante do que a seda espanhola era, porém, mais flexível e arredondada.[14] Com esse objectivo, se alguns a adquiriam nos portos mediterrânicos do império otomano, para onde era transportada por mercadores arménios e iranianos, já outros se deslocavam directamente às zonas produtoras do Cáspio: entre o final do século XIII e o início da centúria seguinte, embaixadores e comerciantes genoveses e (mais tarde) venezianos empreendem viagens a Gilan, por Trabzon e Tabriz, à época, os principais eixos de comércio da seda com o Ocidente, com o objectivo de desviar a distribuição deste artigo por uma outra rota através do Mar Negro.[15] Contudo, não só a rota do Levante se manteve, como as transações entre o Irão e o Mediterrâneo cessaram na era de Quatrocentos, no seguimento dos tumultos políticos e da pandemia de peste negra que então se desencadearam na região.[16] Em alternativa, uma grande parte desta seda é redireccionada para Bursa (entretanto elevada a capital do império otomano em 1326), alimentando não só as intensas manufacturas têxteis que ali se desenvolvem e que atingem o seu auge no final do século XIV (ainda que perdurem para além deste período), com mais de 1000 teares em funcionamento, como ainda o comércio desta matéria-prima em bruto na cidade, assegurando assim o seu estatuto de importante centro negocial, pelos séculos seguintes.

No entanto, vários factores contribuem para que as exportações da seda persa para o Mediterrâneo decaiam, chegando ao ponto de serem embargadas pelo governo otomano após a ascensão da dinastia safávida (1501-1722), fundada pelo xá Ismail (r. 1502-1524). As guerras contínuas com os turcos, o implemento da política da terra queimada pelas tropas militares safávidas, as pilhagens às caravanas, ou os surtos de peste no Azerbeijão foram factores que muito dificultaram o comércio caravaneiro pela Anatólia e Mesopotâmia, já para não referir a quantidade de mercadores, artífices e seda que os turcos levaram após a tomada de Tabriz (em 1514), primeira capital da referida dinastia persa, ou o controle que estes, desde esse momento, assumiram sobre os mercados e as regiões produtoras da seda na região persa. Mesmo após a ascensão do sultão Sulimão I (1494-1566) e o afrouxar do boicote estabelecido pelo seu antecessor, o fornecimento da seda iraniana àquela região continuaria a ressentir-se das guerras intermitentes entre persas e turcos, obrigando os primeiros a

14 Lisa Monnas, *Merchants, Princes and Painters: Silk Fabrics in Italian and Northern Paintings 1300-1550* (New Haven, 2008), p. 7.

15 Linda Steinmann, "Shah Abbas and the Royal Silk Trade", *Bulletin (British Society for Middle Eastern Studies)*, 14, 1 (1987), p. 70.

16 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 16.

encontrar alternativas viáveis e menos dispendiosas para os seus artigos, como era o caso da seda, elementar à economia do reino, como bem sintetiza Frei António de Gouveia, algumas décadas mais tarde: "Nam he o Reyno da Persia rico, porque em si nam tem ouro, nem prata, nem pedras preciosas [...], a principal renda dos Reys da Persia consiste na Seda, de que em quasi todos seus Reynos se colhe abundantissimamente, & nos direytos que os mercadores pagam, nam porque paguem muyto, mas porque sam muytos os que pagam [...]".[17]

Além da rota continental a Oeste com destino aos portos do Levante, mais demorada e com várias alternativas de caminho entre Tabriz e Alepo, um dos eixos de circulação que então se procura (sem grande sucesso até 1700) fortalecer, com vista ao escoamento da seda, passa pela Rússia a partir das províncias do Cáspio (nem por isso melhor sucedido, uma vez considerada a instabilidade reinante nas estepes). A outra grande possibilidade é a Índia, a qual se torna no principal destino de exportação da seda persa, em troca de artigos indianos, nomeadamente dos célebres e variados têxteis em algodão,[18] seja por via terrestre, através de Qandahar – ainda que *grosso modo* se desconheça em que moldes e em que quantidades, levando Steensgaard a descrever este trajecto como o mais obscuro dos canais de distribuição –, ou por via marítima. Com efeito, assiste-se à afirmação de um novo circuito, também

17 Fr. António de Gouveia, *Relaçam, em qve se tratam as Gverras e Grandes Victorias qve alcançou o grãde Rey da Persia Xá abbas do grão Turco Mahometto, & seu filho Amethe: as quais resultarão das Embaixadas, que por mandado da Catholica, & Real magestade delRey D. Felippe segundo de Portugal fizerão algũs Religiosos da ordem dos Eremitas de S. Augustinho a Persia* (Lisboa, 1610), fl. 45v.

18 Niels Steensgaard refere que em 1639 as chegadas anuais a Isfahan são estimadas em 20 a 25 mil camelos, na sua maioria portadores de algodão da Índia, proveniente de Awadh, Bengala e provavelmente Punjab. O impacte destes artigos terá sido tal, que influiu nos hábitos e padrões de consumo persas, ao ponto de justificar a mudança do vestuário de tecidos em lã pelos de algodão, segundo testemunha o consul veneziano em Alepo em 1613, a respeito do declínio do comércio de têxteis naquela localidade, em cerca de um quarto; cf. Niels Steensgaard, "The Route Through Quandahar: The significance of the overland trade from India to the West in the seventeenth century", in Sushil Chaudhury & Michel Morineau (eds.), *Merchants, Companies and Trade: Europe and Asia in the Early Modern Era* (Cambridge, 1999), pp. 62, 69. Sensivelmente pela mesma altura, o frade agostinho Sebastião Manrique dá conta de dois tipos de artigos em algodão provenientes da Índia, em concreto: de Bengala, onde se produzem "finissimas, y riquissimas cassas de cinquenta, y sesenta varas de largo, y siete, y ocho palmos de ancho, con los remates floreados de oro, plata, y colorificas sedas: estas tales cassas por tan finissimas las lleuan los mercadores metidas en cañudos de bambus de dos palmos ordinarios de largo, y ansì las lleuan por todo el Corazane, Persia, Turquia, y otras muchas partes"; e de Banaros, de onde provêm "riquas tocas, o turbantes; que con sus matizados remates de oro, plata, y seda de varios colores, representan en candidissimos campos vna agradable, y continua primauera", os quais são também levados, segundo o mesmo religioso, para a Turquia, Pérsia e outros reinos, confirmando a noção de que grande parte dos têxteis oriundos da Índia não se destinam exclusivamente ao mercado iraniano funcionando, ao invés, como mercadoria em trânsito para a região do Levante. Cf. Sebastião Manrique, *Itinerario de las Missiones que hizo el Padre F. Sebastian Manrique Religioso Eremita de S. Agustin* (Roma, 1649), pp. 22, 341-342.

no sentido longitudinal mas orientado a Sul, o qual integra uma componente que percorre as províncias do Cáspio, de Isfahan até ao Golfo Pérsico, passando por Shiraz, e conta com a colaboração dos portugueses, através de Ormuz (até 1622) e da rota marítima da Índia.[19]

Durante a centúria de Seiscentos (e *grosso modo* a dinastia safávida) a seda iraniana apresentava-se muito diversificada e classificável em diferentes categorias, em função da qualidade, do preço praticado no mercado e do gosto de quem a adquiria, devendo-se notar que a nomenclatura que a designava diferia entre os iranianos, os ingleses, os holandeses e os otomanos.[20] Ainda que a sericultura tivesse lugar praticamente por todo o território persa, a principal zona de produção concentrava-se nas províncias de Gilan, Mazandaran e do Cáucaso, sendo que a melhor e mais dispendiosa provinha de Gilan e era na sua maior parte processada no Irão, em Yazd, Kashan e Isfahan, onde era utilizada na produção de roupas preciosas, contanto que também no Khurasan se produzisse seda de excelente qualidade. Esta seda lustrosa, designada *sha'rbafi* (de tecer) – a qual se podia apresentar branca ou amarela, sendo que a primeira variedade era a mais bonita – destinava-se maioritariamente ao consumo interno, embora alguma (daquela criada em Gilan) fosse exportada para a Índia e para o Levante, tal como um outro tipo de seda de categoria ligeiramente inferior, a seda *ardassin*, de cor e finura semelhantes.

Uma segunda classe integrava a seda *Kadkhuda pasand*, exportada em grande quantidade para o Levante pela comunidade arménia de Julfa e pelos mercadores otomanos, assim como a seda *kharvari* ou *laji*, proveniente de Lahijan e denominada *legia* pelos negociantes europeus. A menos apreciada de todas as sedas desta categoria era a *shirvani* ou *ardas* (segundo os europeus), cultivada em Mazandaran a qual, ainda

19 No que se refere à discussão dos trajectos utilizados na distribuição da seda persa *vide* Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 51-55 e cap. VI. "Foreign Trade: Its Direction" da obra de Willem Floor, *The Economy of Safavid Persia* (Wiesbaden, 2000), pp. 197-245, cujo acesso nos foi facultado pelo autor, que generosamente nos disponibilizou uma cópia electrónica do referido capítulo e por isso lhe expressamos o nosso agradecimento. Acompanhando o discurso de Floor em relação ao circuito marítimo, cumpre ainda advertir que muito antes da chegada e controle dos portugueses sobre esta rota já existia um intenso comércio entre os portos do Golfo Pérsico, da Índia ocidental e do Mar Vermelho, nomeadamente com os portos do Decão, dos sultanatos de Bijapur, Golconda e Ahmadnagar, o qual era sobretudo assegurado pelas populações costeiras árabes e baluches da região do Golfo, bem como por indianos. Da mesma forma importa salientar que além de Ormuz, principal canal de distribuição do Sino Pérsico – o qual havia estabelecido tráfico regular com diversos portos indianos como Sinde, Cambaia, Chaul e Malabar –, outros portos assumiam importância nos circuitos locais de distribuição como era o caso de Baçora, Bandar 'Abbas (Comorão), Mascate, al-Ahsa e Rishar.

20 *Vide* cap. VII. "The Agricultural Sector" da obra de Floor, *The Economy of Safavid Persia*, pp. 247-301; Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 36-37; Willem Floor, *The Persian Textile Industry in Historical Perspective, 1500-1925* (Paris, 1999), pp. 14-15. A informação que seguidamente se apresenta em relação aos principais tipos de seda persa e respectivas nomenclaturas corresponde ao entendimento e termos usados pelos holandeses a partir de 1638.

que fosse mais grosseira, nem por isso era impopular na Europa. Por último, reconhece-se a seda *las*, conhecida na Europa como *salvatica*, de aspecto grosseiro e irregular, e sobretudo produzida em Mazandaran, Farahabad e provavelmente também em Astarabad, onde a misturavam com algodão e utilizavam estritamente no fabrico de vestuário.

Em termos gerais, a seda de Gilan era considerada a melhor, logo seguida da de Mazandaran, sendo que aquela proveniente das províncias da Georgia, Qarabagh e Ganja era de pior qualidade e na sua maioria exportada para o Levante otomano. Também Kirman e Yazd, produziam seda mas em pequenas quantidades, de qualidade incerta e destinada à manufactura local.

Dispersa pelo território persa, a seda crua era sobretudo encaminhada para Isfahan – ponto de convergência daquela destinada às companhias europeias, a qual era dali encaminhada para o Golfo Pérsico –, ainda que primeiro fosse transportada em caravanas de mulas até Qazvin, importante centro de recolha e armazenamento real, a par de alguns armazéns privados que ali se foram concentrando. Uma vez concluído o processo de cultivo, o transporte da seda disponível nas províncias do Norte ocorria no final de Março, a qual permanecia em Qazvin até ao início de Maio, altura em que era então levada para Isfahan, onde se concentrava (presumimos que, pelo menos uma parte) em redor da praça ou *Maidam*: "estâ em torno rodeada de arcos, debaixo dos quaes estam as tendas dos mercadores, prouidas de todo o genero de mercadorias do mundo, principalmente de Sedas, de que a Persia he riquissima".[21] Ali era pesada na presença de um conjunto de oficiais, entre eles, o vizir e o prefeito da cidade, sendo que a medida-padrão usada pelos iranianos era o *mann-i Tabriz*, equivalente a cerca de 3kg.[22] A seda era então atada com cordas[23] e embalada em fardos de cerca de 70 a 90 kg cada, uma tarefa que se afigurava morosa e alvo de atento controle pelos europeus, uma vez relevados os hábitos dos iranianos em misturar sedas de diferentes categorias nos mesmos fardos, ou de furar e incluir pedras e trapos nos pacotes originais (os quais eram depois cuidadosamente cosidos).[24] Após o acerto do peso e do preço, o contrato era estabelecido e assinado e a seda podia então ser expedida em caravanas de camelos, por norma os animais mais usados,

21 Gouveia, *Relaçam*, fl. 61v.

22 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 48. Segundo o que pudemos apurar, 1 fardo equivalia a 18 *mann-i shah*, sendo que 1 *mann-i shah* eram 12,5 libras e 1 fardo 225 libras de peso; cf. Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", p. 69.

23 Este procedimento sofre alterações em 1642, após protestos dos holandeses que se queixam do seu elevado peso, motivando a sua substituição por cintas de seda; Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 49.

24 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 49. Este aspecto é muito interessante porquanto denota um comportamento análogo àquele praticado pelos chineses nas mesmas circunstâncias. Sobre o procedimento chinês de venda da seda, leia-se Ferreira, "Notícias da Seda", p. 127.

burros ou mulas, sendo que os primeiros eram carregados com dois fardos (cujo peso podia oscilar entre um total de cerca de 300 e 580 kg, em função do tipo de camelo),[25] os segundos apenas com um (pela incapacidade de susterem mais do que 100kg), e os terceiros, com dois fardos pequenos, num total equivalente a 150/180 kg.[26]

As despesas de envio da seda das áreas de produção para os locais de venda dependiam dos custos de transporte (por sua vez dependentes dos circuitos implicados e da estação do ano em que tinham lugar), das portagens e taxas cobradas sobre as encomendas,[27] devendo-se notar que as mesmas tinham efeitos marginais sobre o preço de venda total face ao elevado estatuto deste tipo de mercadoria o qual, uma vez na Europa, alcançava preços exorbitantes.

Tal como várias fontes coevas aludem, além da seda crua, que era maioritariamente transaccionada entre a Pérsia e os seus pares europeus, também os artigos têxteis realizados com esta matéria-prima sofisticada constavam da mercadoria exportada por este país, muito em particular daqueles de melhor qualidade. Na verdade, a reputação deste país no domínio do sirgo alargava-se à própria produção têxtil, tanto de magníficos tecidos, de que são exemplo os brocados e os veludos figurativos, como de tapetes, sendo de assinalar que se uma parte se destinava ao comércio exterior outra era intensamente consumida a nível interno – ao ponto da tecelagem ser praticada em quase todo o país pelas populações locais, de forma complementar à sua profissão principal, e por ambos os sexos, como se infere da leitura de breves passagens dos *Comentários* de Figueroa.[28] A adesão colectiva (ainda que em diferentes contextos e intensidade) à prática da tecelagem e a existência de uma miríade de ofícios que lhe eram complementares[29] contribuíam assim para a imagem da

25 Floor, *The Economy of Safavid Persia*.

26 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 49.

27 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 55.

28 Veja-se o caso do excerto em que, a propósito da dona da casa que alberga o embaixador em Cum, se observa: "Era esta muger biuda, de mediana edad, cuyo prinçipal offiçio, demas de tener en su casa dos telares de alhonbras, era conponer y afeytar las nouias quando las querian casar [...]", ou um outro em que iniciando o relato de um determinado episódio ocorrido em Isfahan refere "un persiano texedor, su muger, que tanbien vsaua el mesmo offiçio [...]"; D. García de Silva y Figueroa, *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. II, pp. 70, 399. Este aspecto é corroborado por outros viajantes contemporâneos e justificado à luz de uma sociedade eminentemente agrícola, sendo que as matérias-primas têxteis eram genericamente cultivadas em todo o país e por isso acessíveis à maioria da população rural, a qual se via forçada a fiar e a tecer os seus próprios artigos uma vez considerada a sua pobreza e a dificuldade em aceder aos centros urbanos.

29 No estudo que Willem Floor dedica à indústria têxtil persa, o autor destaca a importância destas actividades e procede ao seu levantamento, dando conta que, entre 1500 e 1925, se podia reconhecer um total de 90 ofícios têxteis praticados na Pérsia. Cf. Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 30.

Pérsia como uma grande manufactura correspondente, não por acaso, à sua mais importante indústria.[30]

Naturalmente que nem todos os centros se destacavam pela sua produção em termos quantitativos, qualitativos ou artísticos. Não obstante, a tecelagem em seda apresentava-se como uma manifestação artística muito elaborada e requintada no mundo islâmico, para a qual se recorria a matérias-primas de excelência, a técnicas variadas e complexas e a desenhos de grande beleza e sofisticação, uma realidade a que não foi indiferente o estatuto e desempenho dos têxteis naquela sociedade, como bem testemunham os conhecimentos e a habilidade do próprio xá no domínio da tecelagem de tapetes.[31] Os têxteis não só marcavam importante presença nos diversos contextos da vivência iraniana – no campo de batalha, no vestuário, nas construção das estruturas de habitação de carácter nómada, na decoração dos espaços interiores das edificações, nas celebrações, na vida religiosa e basicamente em todos os pequenos aspectos que caracterizavam o quotidiano (por exemplo no embrulho de ofertas ou da correspondência) – como comportavam um importante papel simbólico aludindo à autoridade, prosperidade e prestígio do regime, sendo ainda adoptados como presentes diplomáticos particularmente desejáveis entre governantes.

Atendendo à extraordinária onerosidade dos artigos de qualidade, apenas acessíveis a uma estreita faixa da sociedade, a maioria da melhor seda destinava-se às oficinas reais (com vista à produção de peças que satisfizessem as necessidades e exigências do xá, dos seus familiares directos e da corte, embora os excedentes fossem vendidos e encarados como uma fonte de rendimento do próprio tesouro real) – mas também a algumas oficinas controladas pelos governadores provinciais – e à produção de tecidos luxuosos como os *zarbaft*.[32] Neste domínio da manufactura de têxteis em seda da melhor qualidade, Kashan, Yazd, Tabriz, Isfahan, Mashhad e Kirman destacam-se, no final do século XV, como importantes e tradicionais centros de excelência, cuja reputação perdura ao longo do século XVII, não só pela quantidade mas ainda pela superioridade técnica e estética da sua produção.[33] Assim o confirmam os *Comentários* de Figueroa bem como as obras de Pedro Teixeira e do Padre Fr. António de Gouveia, ambas da primeira década de Seiscentos, em cujos textos os autores

30 Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 19 e 23.

31 Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 17 e 19; e Jessica Hallett & Teresa Pacheco Pereira (eds.), *O Tapete Oriental em Portugal: Tapete e Pintura, séculos XV-XVIII* (Lisboa, 2007), p. 45.

32 Brocado de ouro cuja manufactura, compararativamente à de um tecido normal, implicava a presença em simultâneo no tear de seis homens usando entre vinte e quatro e trinta navetas em vez das duas tradicionalmente usadas na obtenção de padrões complexos. Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 203.

33 Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 34. Para o tipo de artigos produzidos nestes centros durante este período veja-se o cap. II da mesma obra, "Historical Development of the Textile Industry", pp. 33-44 e 51-58.

destacam o protagonismo de algumas destas cidades como centros de tecelagem de tecidos e tapetes – por exemplo, ao assinalarem a fama de *Kaxon* (Kashan)[34] "por la gran copia de sedas de toda suerte que en ella se labra", ou informarem quanto à localização destas oficinas em *Aspam* (Isfahan), em redor da praça principal ou *maidam*, por trás das fábricas de armaria do Xá Abbas I: "Tras estes estauaõ as casas da Seda, em as quaes se tira, em outras se tecem Brocados, Milecas,[35] Veludos, Tafetas, Cotonias".[36]

Pedro Teixeira acrescenta ainda a relevância de Shiraz "ciudad grande y noble [...] Lábranse en ella algunas sedas de la que se cría en sus contornos" e dos tapetes de *Kermon* (Kirman), acerca dos quais também Figueroa se refere explicitamente no contexto da descrição da residência do sultão de Xiras, Emancolicam, que conhece no âmbito de uma visita de cortesia, quando da sua estada naquela localidade entre 24 de Novembro de 1617 e 4 da Abril do ano seguinte: "[...] pasando luego por dos aposentos pequeños, estucados y pintados y cubiertos por el suelo de alhonbras, hasta dar en una quadra de mediana grandeza, toda dorada y pintada, con hermosas vedrieras labradas con oro, azul y otras colores, y en el suelo hermosas alhombras de Cherman".[37] Ainda no contexto dos centros de produção de tapetes o mesmo embaixador destaca os finíssimos tapetes de Kashan, na sua opinião, os melhores de todo o Levante a par daqueles provenientes de Isfahan.[38]

Contudo, mais importantes ainda que os tapetes de Kirman, de Kashan ou de Khurasan – onde se produzia o maior número daqueles animados por aves, motivos vegetalistas e florais – parecem ser os de Yazd, segundo Pedro Teixeira, "nombrada no por muy grande mas por deleitosa, y por las muchas y ricas Alhombras que en ella se hacen que son las mejores de todo el mundo, y muchas sedas [...]".[39] Trata-se de

34 Tavernier é peremptório ao assinalar que naquele centro se produzem alguns dos melhores brocados de ouro e prata destinados à exportação. Cf. Jean Baptiste Tavernier, *Les Six Voyages de Jean Baptiste Tavernier, Ecuyer Baron d'Aubonne, qu'il a fait en Turquie, en Perse et aux Indes, Pendant l'espace de quarante ans, & par toutes les routes que l'on peut tenir: accompagnez d'observations particuliers sur la qualité, la religion, le gouvernement, les coûtumes & le commerce de chaque païs, avec les figures, les poids, & la valeur des monnoyes qui y ont cours* (3 vols., Paris, 1679-1682), vol. I, p. 80.

35 Milecas, ou melequas, um tipo de tecido, segundo Figueroa, correspondente a "una tela de oro y seda"; cf. *Comentarios*, vol. II, p. 103.

36 Pedro Teixeira, *Relaciones de Pedro Teixeira del Origen, Descendencia y Svccession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de vn Viage Hecho por el Mismo Avtor dende la India Oriental hasta Italia por Tierra*, ed. Eduardo Barajas Salas (Madrid, 1994) [1ª ed. 1610], p. 350, e Gouveia, *Relaçam*, fl. 61v. Como Floor salienta, a importância da indústria da tecelagem na Pérsia é também atestada pela sua preponderância em certas zonas da cidade como o *maidam* e os bazares. Cf. Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 24-25.

37 *Comentarios*, vol. I, p. 365.

38 *Comentarios*, vol. II, p. 65.

39 Teixeira, *Relaciones*, pp. 349-352.

uma afirmação consentânea com a opinião de Fr. António Gouveia acerca dos tapetes ali manufacturados quando, a propósito da sua passagem por aquela localidade, o religioso refere que "O pavuimẽto da casa cobrìa hũa alcatifa de muyto preço (& sam as que em Iesda [Yazd] se tecem as melhores do mundo)".[40] No entanto, Yazd não se destacava apenas pela sua indústria de tapetes. Também os tecidos daquela localidade, produzidos em grande variedade, gozavam de ampla reputação como era o caso dos cetins figurativos, ao ponto de estimular o desenvolvimento de uma nova classe de artistas, os desenhadores-tecelões, com importância suficiente para assinarem o seu trabalho (sendo conhecidos pelo menos o nome de três).[41]

De acordo com o padre agostinho Fr. António de Gouveia, "Ha nella [Yazd] muytos teares de Sedas, Brocados, & melequas de todo genero de cores & nam poderaõ deixar de nos parecer bem, porque em hum dos teares vimos estarse tecendo hũa peça de Brocado cramisim, na qual estauam as imagẽs da Virgem nossa Senhora com seu bendictissimo filho nos braços, tecidas assi por mandado particular do mesmo Rey, & eu o vi vestido em hum roupam com estas mesmas imagẽs, ou outras semelhantes [...]".[42] Esta observação, a única deste teor identificada entre as diversas relações consultadas, a julgar-se credível afigura-se-nos da maior relevância, porquanto aponta para a existência de uma produção safávida de temática figurativa sacra cristã porventura direccionada para o mercado de exportação católico, no qual Portugal naturalmente se enquadrava; a mesma observação reforça de igual forma a maior abertura do Irão em relação à figuração humana (e religiosa neste caso), em comparação com as outras nações que integram o mundo islâmico – já atestada pelos programas decorativos que animam alguns dos mais importantes testemunhos remanescentes da produção têxtil safávida, em concreto, os veludos figurativos e os tapetes com animais em combate e enrolamentos de gavinhas.

Além destes centros de produção de têxteis em seda outros se contam, nomeadamente no Norte do país, em Shamakhi, Baku e Lar,[43] sendo que nesta última localidade a respectiva laboração é em grande medida assegurada por judeus, como forma de contornar algumas das reservas do Islão em relação ao sirgo. Com efeito, cumpre aos judeus o desempenho de muitas das tarefas associadas ao processamento dos têxteis, como a fiação da seda, em Yazd, o controle, selecção e distribuição do fio da seda, em Isfahan ou até mesmo a tintagem, na região do Kurdistão.[44] Na verdade, e embora esta fibra fosse muito apreciada, a mesma despertava algumas ressalvas no que respeitava à sua manipulação no mundo islâmico: à luz da lei islâmica, os fiadores e tecelões da seda eram equiparados aos ourives, prateiros e cambistas, e incluídos no mesmo grupo dos curtidores, cantoras, dançarinas e prostitutas, por nas suas profissões terem que lidar com certos materiais considerados impuros, ou colocarem em causa certos aspectos de ordem ética.[45] Também algumas cláusulas se impunham entre as quatro escolas de interpretação legal em relação ao uso da seda ou à sua proximidade com o corpo, uma vez considerada contrária aos hábitos islâmicos de simplicidade, piedade e austeridade pessoal advogados pelo Corão.[46]

Finalmente, e contanto que pouco se possa adiantar a partir da leitura da obra de D. García, também a produção de espécimes bordados na Pérsia se distinguia como modalidade regular comportando uma qualidade e reputação elevada, pelo menos nalguns domínios, como o fabrico de arreios de cavalos, conhecidos e muito apreciados fora do país. De outra forma não se nos afigura plausível que artigos com estas características fossem contemplados como saguates do próprio xá aos emissários que o visitavam, como foi o caso de D. García e do seu séquito, a quem ofereceu além das peças de melecas e de veludos duas outras de brocado bordadas, também elas com figuração humana: "Salio el rey de Spahan en aquellos primeros dias, enbiando primero al Enbaxador dos pieças de brocado, bordadas en ellas algunas figuras de persianos, georgianos, y francos, y algunas otras pieças de mileques de oro y plata y de terçiopelo, hasta el número de nueue, que y a sido entre los asianos de dignidad y perfeçion. A sus criados enbió veinte y siete pieças de mileques de plata, y otras de terçiopelo".[47]

Ainda que o autor nada refira sobre o tipo de bordado em causa, pondera-se a hipótese de que o mesmo pudesse ter sido feito com recurso a fios metálicos, designadamente, de ouro e prata (dourada). Desde sempre muito apreciado no mundo islâmico, o uso abundante deste tipo de matérias – em chapa, fio, ou em folha para douramento/prateamento –, muito em particular do fio de ouro,[48] conheceu na Pérsia um impulso ainda maior após as invasões mongóis, tornando-se presença assídua nas produções têxteis nacionais, como forma de enriquecimento, simbólico e material, tanto dos tecidos como dos tapetes. A tal ponto, que este tipo de manufacturas se revela responsável pelo desvio de uma parte considerável de metais preciosos do mercado interno, necessariamente importados, perante a inexistência de minas no

40 Gouveia, *Relaçam*, fl. 33v.
41 Arthur Upham Pope & Phyllis Ackerman, *A Survey of Persian Art, from Prehistoric Times to the Present* (6 vols., Londres, 1938-1939), vol. III, p. 2096.
42 Gouveia, *Relaçam*, fl. 34v.
43 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 42.
44 Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 26.
45 Patricia L. Baker, *Islamic Textiles* (Londres, 1995), p. 20.
46 Jon Thompson, *Silk 13th to 18th Centuries: Treasures from the Museum of Islamic Art* (Qatar, 2004), p. 10.
47 *Comentarios*, vol. II, p. 412.
48 O fio à base de membrana animal que havia sido tão importante no decurso do século XIV desapareceu na dinastia safávida cedendo o lugar ao próprio fio metálico. Todavia, e de acordo com Phyllis Ackerman, em vez do ouro puro usado em tempos remotos adoptavam-se agora tiras metálicas douradas a ouro, sendo que nos melhores momentos estas correspondiam a prata dourada e, mais tarde, a cobre dourado. Pope & Ackerman, *A Survey of Persian Art*, vol. III, p. 2219.

reinado safávida. No entanto, esta realidade nem por isso inibia o fabrico deste tipo de artigos luxuosos no país, ao contrário do que sucedia com os seus rivais otomanos os quais, por vezes, interditavam ou limitavam o seu uso.[49] Neste contexto, é ainda de notar a resistência do ouro usado nos brocados persas em relação àqueles de feitura europeia, graças ao cumprimento de instruções muito rigorosas, que determinam as quantidades precisas a usar, e ao controle dispensado tanto aos locais de fabrico do fio metálico (para prevenir fundições ilícitas ou roubo) como aos tecidos, obrigando à pesagem dos suportes antes e depois de terminados perante o cliente.[50]

Pese embora o nosso desconhecimento em relação ao número de artífices envolvidos na produção de fio de ouro,[51] o mesmo teria de ser forçosamente considerável, ao ponto de justificar a formação de guildas nalguns dos principais centros manufactureiros, como era o caso de Isfahan.[52] Da mesma forma nos apercebemos da diversidade de tipologias de bordado assim como da existência de bazares próprios com vista à sua comercialização,[53] sendo que esta produção contava com o apoio dos soberanos, como o xá Tahmasp I (1514-1576), que empregou escravos especificamente comprados para realizarem bordados em ouro (*zarduz*), concentrando-os no *zarduzan* de Tabriz, como artesãos livres e independentes.[54] Por exemplo, Tavernier dá conta, no seu périplo de quarenta anos de viagens publicado em 1676 (e alvo de algumas reedições), de um tipo de artesãos especializados na aplicação de flores em ouro e prata com água gomada sobre tafetás depois usados no fabrico de camisas e calças.[55] Presume-se, pois, que, pelo menos, o acesso a estes filamentos metálicos não constituía qualquer entrave à sua utilização no contexto da produção bordada persa.

49 Willem Floor & Patrick Clawson, "Safavid Iran's Search for Silver and Gold", *International Journal of Middle East Studies*, 32, 3 (2000), p. 354.

50 Baker, *Islamic Textiles*, p. 26. Tavernier é um dos autores que não deixa escapar este aspecto referindo-se precisamente ao ouro e à prata utilizados no fabrico de tapetes e belos brocados, os quais nunca escureciam (oxidavam) nem perdiam o seu brilho com o passar do tempo. Tavernier, *Les Six Voyages*, vol. I, p. 673.

51 O ofício de tirador de fio de ouro e de prata (*zarkesh, nakh-kuk*) constituía-se como um dos mais importantes na arte dos metais e era exercido em quase todas as grandes cidades do país. Na extensa lista de artigos têxteis elencados por Floor reconhecem-se alguns tipos de fio de ouro, como o *dah-yekduzi* ou o *golabtun*; Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 149, 155.

52 Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 149.

53 Como Fryer relata a respeito dos bazares de Kashan. John Fryer, *A New Account of East India and Persia: Being Nine Years' Travels, 1672-1681*, ed. William Crooke (3 vols., Londres, 1909-1915), vol. II, p. 248, *apud* Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 88.

54 Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 85.

55 Tavernier, *Les Six Voyages*, vol. I, p. 673.

Perante a diversidade e qualidade da manufactura têxtil safávida,[56] não será de estranhar que, após a chegada dos portugueses à Pérsia no início de Quinhentos, a seda, crua ou já transformada em artigos têxteis, se tenha afirmado, desde a primeira hora, como um dos principais produtos exportados para a Índia, através do importante entreposto comercial português que era Ormuz. Assim o confirma Brás Afonso de Albuquerque – acrescentando ainda que a mesma era para ali canalizada em grandes quantidades pelos portos da região, como o de Bagdad e Baçorá[57] –, e outros autores coevos, que logo dão conta dos cabedais transaccionados pelos portugueses naquele local: é o caso de Duarte Barbosa ao informar que "da cidade de Adem trazem a Ormuz [...] muitos panos de brocados, tafetás e chamalotes comuns. Assim mesmo vem aqui das terras do xeque Ismael muita quantidade de seda [...]".[58] Michele Membré, que visita aquela localidade em 1540, faculta informes acerca das outras proveniências da seda que para ali era canalizada referindo que muita vinha de Kashan, entreposto persa de ligação ao comércio encetado no Sul do país para onde convergia seda de Gilan, Varamin, Shirvan, e Mazandaran.[59]

Os mesmos centros de produção acima assinalados mantêm a sua actividade no domínio da sericultura pois, no início do século XVII, a obra que relata a viagem de D. García à Pérsia de igual modo nos confirma a sua relevância. Nela se dá conta dos pólos localizados na província de Hircania, como é o caso de Mazandaran e Starabat, "una gran çiudad que tiene de su proprio nonbre, en que se cria y labra gran cantidad de seda"[60] e que segundo o religioso agostinho Frei António de Gouveia "somente do Reyno de Hyrcania, ou Estraua, por onde a Persia confina com o mar Caspio, pagam ao Xà trezentas cargas de Seda, em cada hum anno, & em quasi todos os Reynos, & cidades da Persia, ha muyta, & muyto boa".[61] Também acerca da província de Gilan, a mais produtiva de todas as regiões,[62] Figueroa faculta notícias, ainda que primeiro se reporte ao cultivo de arroz, à produção de azeite, e à pesca e

56 Relativamente à diversidade dos têxteis persas, às suas características intrínsecas e à nomenclatura autóctone veja-se o importante trabalho de recolha de informação realizado por Floor e sistematizado no capítulo III. "Nomenclature of Persian textile Products and Crafts" da obra que nos vem guiando *The Persian Textile Industry*, pp. 129-206, assim como o volume VIII da incontornável obra de Pope & Ackerman, *A Survey of Persian Art*, já algumas vezes citada.

57 Brás Afonso de Albuquerque, *Commentarios de Afonso Dalboquerque capitão geral e gouernador da India, collegidos por seu filho Afonso Dalboquerque das proprias cartas que elle escreuia ao muyto poderoso Rey dõ Manuel o primeyro deste nome, em cujo tempo gouernou a India* (Lisboa, 1557), parte IV, fl. ccxcix.

58 Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*, ed. Neves Águas (Mem Martins, s.d.) [1518], p. 49.

59 Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 28.

60 *Comentarios*, vol. II, p. 205.

61 Gouveia, *Relaçam*, fls. 61v-62.

62 Curiosamente, no capítulo que Pedro Teixeira dedica às províncias mais notáveis da Pérsia, das quais consta naturalmente Gilan, o autor nem por isso refere a sua produção de seda; cf. Teixeira, *Relaciones*, p. 351.

seca de peixe na sua costa marítima e só depois refira haver "en toda esta prouinçia, ansimesmo, gran cosecha y cria de seda, igual ó mayor que en Masandaran y Starabat, de que sacan mucho provecho todos sus moradores".[63] A esta informação de carácter geral reconhecem-se nos *Comentários* duas outras notícias mais detalhadas relativas a "*Siruan* [Shirvan, na zona setentrional daquela província], tierra fertilissima y llena de muchos bosques y adonde se coge y benefiçia gran cantidad de seda"[64] e à sua capital, a cidade de *Sumachia*, "lugar grande y populoso, adonde, sin la mucha abundançia de su fertil comarca, se cria grand cantidad de seda que los mercaderes armenyos y persianos en sus caravanas lleuan á las ciudades de Amasia, Natolia y Suria".[65] Finalmente, é ainda mencionada a província de *Gurgistan ou Georgiania* (Geórgia), na qual "se cria en ella mucha seda, de que comunmente se viste la gente noble y de mas posibilidad, vendiendo mucha cantidad tanbien della á mercaderes armenios, persianos y turcos, á trueco de moneda y paños de Alepo, ó lienços y otras telas de la India de que la gente mas pobre se viste".[66]

No que se refere aos artigos em seda comercializados pelos portugueses merecem destaque os tecidos e os tapetes os quais, entretanto, suplantam os famosos cavalos persas até então levados para a Índia, graças ao seu fácil transporte e, segundo Luciano Cordeiro, de sedutora valorização exportativa.[67] Num extenso manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid, cujo conteúdo mais tardio data de 1629, é possível ler-se: "O comercio de Ormus he o mayor de toda a India, porque ali vem todos os annos muitos ginetes de Persia e Arabia, dos quais se prove toda a India assi christãos como gentio, e mouros. [...] Muitas sedas e veludos da Persia, e alcatifas [...]", sendo que mais adiante se volta a reforçar este aspecto, dando conta que "Vem tambem da Persia muita cantidade de seda cruda a Ormus, e dahi se espalha por toda a India, e toda a sorte de seda, e brocados".[68]

De acordo com alguns investigadores, a maior parte desta mercadoria, em fio ou tecida, era, de facto, transaccionada pelos portugueses mas no âmbito dos circuitos locais, entre os portos da Pérsia e da Índia e em articulação com outros produtos, sendo também de assinalar que os mesmos não se interessaram em aceder directamente ao produtor, preferindo antes estabelecer-se ou deslocar-se aos portos para onde a produção era escoada e consequentemente comercializada.[69] Segundo João

63 *Comentarios*, vol. II, p. 207.
64 *Comentarios*, vol. II, p. 218.
65 *Comentarios*, vol. II, p. 220.
66 *Comentarios*, vol. II, pp. 225-226.
67 Luciano Cordeiro, *Batalhas da India: Como se perdeu Ormuz: Processo inedito do século XVII* (Lisboa, 1896), p. 12.
68 Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. 3015, fls. 83-83v, 98v. O mesmo manuscrito foi publicado in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. António da Silva Rego (5 vols., Lisboa, 1960-1975), vol. II.
69 João Manuel de Almeida Teles e Cunha, "Economia de um Império: Economia política do

Teles e Cunha, "Os comerciantes de Ormuz escoavam a seda para o Levante na sua ligação com Baçorá, ou transportavam-na para o Sinde em rama, onde era transformada. Os mercadores portugueses baseados em portos da costa ocidental indiana transportavam a seda para o Guzerate e para os sultanatos do Decão, nomeadamente Bijapur. A carga das viagens nestas duas rotas era completada com o comércio de outros produtos. Por exemplo os mercadores de Ormuz não estavam interessados em perder acesso ao fluxo de prata que desaguava em Baçorá. Os 40 a 50% realizados em cada viagem, a uma média de duas a três viagens anuais, constituía um valor seguro e atractivo".[70] O mesmo autor acrescenta ainda que Goa não estava incluída neste negócio pois os seus mercadores "só se interessavam no comércio da seda chinesa, mais apetecida tanto pelo mercado indiano como pelo europeu",[71] justificando assim a não inclusão (pelo menos em termos expressivos) da seda iraniana entre os artigos transportados da Índia para Portugal.

É, todavia, certo que uma parte de artigos em seda provenientes da Pérsia era depois remetida para Portugal, nomeadamente os tapetes,[72] os quais parecem ter sido os melhores representantes entre nós da arte têxtil safávida, uma vez consideradas: as diversas notícias consigo relacionadas; o número de exemplares ainda sobreviventes em Portugal; a quantidade de pintura portuguesa na qual se pode observar este tipo de espécimes, sobretudo naquela datável de inícios de Seiscentos, momento coincidente com a deslocação de D. García à corte safávida, na qualidade de emissário das

Estado da Índia em torno do mar arábico e golfo Pérsico: Elementos conjunturais, 1595-1635", dissertação de mestrado policopiada (Universidade Nova de Lisboa, 1995), p. 491.
70 Mais adiante, o autor volta a abordar o assunto acrescentando que "enquanto o fio era exportado para o Sinde e Guzerate onde era transformado, a seda tecida era escoada em direcção a Baçorá, encaminhando-se a partir daí por rotas caravaneiras para o Mediterrâneo. Os portugueses adquiriam a seda no entreposto do Bandel do Comorão, em frente de Ormuz, onde chegava dos seus centros produtores, situados perto do mar Cáspio, pelas caravanas de camelos". No entanto, "Depois dos mercadores portugueses terem perdido o acesso ao terminal das caravanas de seda no Bandel do Comorão, restou-lhes abastecerem-se de seda persa através de portos não portugueses, como Lahari Bandar no Sinde, abastecido por via terrestre e posteriormente por via marítima a partir do porto neutro de Guadel no Macarão; ou ainda pelas cáfilas portuguesas destinadas a Baçorá, que mercadejavam informalmente nas ilhas do golfo Pérsico com mercadores persas e arménios, que as usavam como escalas para mudanças de rotas. Só com a concessão de uma alfândega conjunta luso-persa em Conho, c. 1628, os mercadores portugueses retomaram o acesso directo ao mercado têxtil persa, embora pudessem adquirir tecidos persas por intermédio de portos neutros ou de comunidades mercantis instaladas no porto distribuidor de seda Bandar 'Abbas, nomeadamente os banianes". Cunha, "Economia de um Império", pp. 38, 484, 492.
71 Cunha, "Economia de um Império", p. 38. Também Willem Floor partilha desta opinião, defendendo que independentemente da quantidade de seda transportada pelos portugueses para a Índia, a mesma não se destinava, de todo, a Goa, excepto quando integrada em embaixadas oficiais.
72 Sobre o estudo dos tapetes orientais em Portugal, mormente daqueles de origem persa, veja-se o catálogo já citado da exposição realizada no Museu Nacional e Arte Antiga: Hallett & Pereira, *O Tapete Oriental em Portugal*.

coroas ibéricas;[73] e, não menos importante, a influência que esta manufactura exerceu na produção têxtil nacional como tão bem o demonstram os tapetes realizados em Arraiolos desde o século XVII, a partir das matrizes compositivas e ornamentais safávidas.[74]

Não menos importante, é ainda o facto de entre as tipologias de tapetes importados se incluir um conjunto de exemplares (composto por 12 espécimes dispersos por colecções nacionais e internacionais), ainda na actualidade denominados tapetes portugueses, nos quais se reconhece a figuração, presume-se pelos trajes envergados, de portugueses em embarcações. Muito embora ao longo dos anos se tenha atribuído a feitura destes tapetes a diversos locais do Irão ou da Índia, como foi o caso de Charles Grant Ellis, defensor da sua realização nos ateliers de Ahmedabad, no Gujarat[75] durante os séculos XVII e XVIII, estudos mais recentes, nomeadamente aqueles da autoria de Steven Cohen ou Daniel Walker, contrapõem argumentando que os mesmos tapetes apresentam características técnicas compatíveis com a produção de Khurasan desenvolvida no decurso do século XVI.[76] Pese embora a falta de estudos mais aprofundados neste domínio, julgamos que também o reconhecimento deste tipo de tapetes reforça a relevância de Portugal na exportação dos têxteis persas, ao ponto de justificar o desenvolvimento de produções direccionadas para o mercado luso, como já a referência a tecidos com representações marianas parece sugerir.

A participação portuguesa no negócio da seda

No início do século XVII, a seda assume uma relevância incontestada na Europa, enquanto insígnia de poder social e a mais cobiçada de todas as mercadorias transacionadas naquele tempo. Com efeito, e ainda que a seda tenha sido desde sempre muito requisitada, na transição do século XVI para o seguinte torna-se no principal artigo a ser importado pela Europa, fazendo deste período um ponto de viragem no que respeita ao seu consumo no Velho Continente: até então reservada às elites, a seda afirma-se agora como um símbolo de riqueza da burguesia europeia emergente.

Por outro lado, quando Abbas I se decide a exportar seda directamente para a Europa, a Pérsia entra num mercado no qual havia desempenhado um diminuto papel desde o século X, sendo que só então alcança um volume de exportações sem precedentes.[77] Para a efectivação desta parceria contribuem dois importantes factores: a fase de expansão que a sericultura conhece na Pérsia, após a conquista empreendida por Abbas I, no início de Seiscentos, das mais importantes regiões produtoras da região do Cáspio – como Gilan, Mazandaran, Qarabagh e mais tarde Shirvan –, até então sob controle otomano, e a ulterior centralização da produção e comercialização da seda nas mãos do xá, no âmbito da sua estratégia governativa;[78] a colaboração de um grupo organizado e experiente na comercialização da seda, a dos arménios en-

[73] Como Jessica Hallet nota, devido ao seu preço proibitivo, os tapetes safávidas do século XVI teriam provavelmente pouca procura entre as classes médias da Pérsia, Índia ou Europa, destinando-se essencialmente a um mercado de luxo. E acrescenta que "esta noção é comprovada pela arte portuguesa, na qual os tapetes persas apenas começam a surgir em números significativos, comparáveis às representações de tapetes turcos, cerca de cinquenta anos depois dos retratos de D. João III e D. Catarina, no início do século XVII". Hallett & Pereira, *O Tapete Oriental em Portugal*, p. 45.

[74] Sobre os tapetes de Arraiolos vejam-se apenas a título de exemplo: Teresa Pacheco Pereira, *Tapetes de Arraiolos* (s.l., s.d.); Jorge Fonseca, "Tapetes de Arraiolos: Novos elementos para a sua história", *Almansor: Revista de Cultura*, 13 (1995-1996), pp. 113-125; Maria José de Mendonça, "Tapetes de Arraiolos", in João Barreira (ed.), *Arte Portuguesa: As artes Decorativas* (Lisboa, s.d.).

[75] Cf. Maria Helena Mendes Pinto, "Tapis Portugais", in *Via Orientalis*, Catálogo da exposição (Bruxelas, 1991), p. 148.

[76] Steven Cohen, "Safavid and Mughal Carpets in the Gulbenkian Museum, Lisbon", *Hali: International Magazine of Antique Carpet and Textile Art*, 114 (2001), pp. 75-77; Daniel Walker, "Carpets of Khorasan", *Hali: International Magazine of Antique Carpet and Textile Art*, 149 (2006), p. 74.

[77] De acordo com McCabe, no início da era Moderna, a seda safávida correspondia a 86% do total da seda em rama então consumida na Europa, cerca de 200 000 a 250 000 kg; Cf. McCabe, *The Shah's Silk for Europe's Silver*, p. 1.

[78] O controle real que Abbas assume sobre o mais importante artigo persa de exportação que é a seda, após a subjugação das províncias do Cáspio e a sua integração no *khassa* (ou rendimentos da coroa), inscreve-se na estratégia económica e política que este empreende, de centralização do poder do estado sob a sua autoridade pessoal, a qual não se limita a um mero redireccionamento da comercialização desta matéria para outros destinatários; é um processo bem mais amplo e complexo que, apenas a título de exemplo, afecta a mudança da capital, de Tabriz para Isfahan (mais próxima do Golfo Pérsico) ou a deslocação forçada, em 1603, de grande parte da população da Geórgia e Arménia para Mazandaran, no âmbito da promoção da sericultura na região, uma vez presente a quantidade de pessoas necessárias neste moroso e complexo processo. Embora se desconheça o momento em que este monopólio real foi implementado, depreende-se que Abbas o tivesse em mente desde 1600, altura em que se encontrava em curso a pacificação da região do Cáspio, uma zona isolada, do ponto de vista geográfico, por extensas cadeias de montanhas, caracterizada pela diversidade política e religiosa e, consequentemente, por permanentes disputas territoriais. Com vista ao incentivo da sericultura, o xá toma um importante conjunto de iniciativas que contemplam: a organização da produção e colheita da seda em províncias sob a sua tutela administrativa; a garantia da compra, armazenamento, recolha e venda da seda tudo no mesmo sistema, supervisionado pelos seus agentes, sendo que os mais proeminentes terão sido Lalah Beg e Mulayim Beg; o alargamento do mercado para a seda angariando, com esse objectivo, novos parceiros comerciais, os quais são entendidos como adicionais relativamente aos circuitos indígenas e não como substitutos. Em retorno, os rendimentos obtidos a partir da seda não só são aplicados no financiamento das funções vitais do Estado – garantindo a capacidade de desencadear guerra aos inimigos, de manter o controle da ordem pública e de assegurar a reprodução do poder – como ainda contribuem para o aumento do poder e rendimentos pessoais do xá. Relativamente a este assunto *vide* a tese de doutoramento de Linda Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", e o capítulo intitulado "Shah 'Abbas and the Safavid Political Economy: territorial expansion, anti-Ottoman diplomacy, and the politics of silk" na obra de Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 61-90.

tretanto instalados no subúrbio de Nova Julfa da recente capital do país, Isfahan (criada em 1590).[79]

Estavam, portanto, criadas as condições para uma conjuntura favorável no que se refere à disponibilidade de oferta desta matéria-prima, por parte da Pérsia, e a uma procura equivalente por parte da Europa. Em troca de metais preciosos (ouro e prata) – os quais funcionam como a base do fornecimento de moeda ao sistema financeiro safávida e de financiamento das importações de bens destinados ao consumo interno, como aqueles de proveniência indiana, ao mesmo tempo que são usados na produção artística (nas indústrias têxteis e na produção de ourivesaria, por exemplo) ou no entesouramento real[80] –, os europeus obtêm a tão necessária matéria-prima para as indústrias de tecelagem europeias, designadamente das francesas, holandesas[81] e inglesas, então em franca laboração.

Com o objectivo de consumar os seus interesses, Abbas desencadeia um conjunto de actividades diplomáticas, sendo que uma das principais consiste no envio de emissários portadores de fardos com amostras de diferentes categorias de seda a diversos reinos não-islâmicos, com o intuito de encontrar um parceiro que lhe garanta uma rota alternativa de escoamento da seda sem passar pelo império otomano. Entre estes

79 Muito antes da produção de seda ter sido iniciada na Pérsia, já os mercadores arménios transportavam seda entre a Ásia Central e a China através das rotas da seda. Abbas não só tem consciência do seu protagonismo neste circuito (são de referir não só a importante rede de contactos que dispõem ao longo destes eixos de comercialização, como o facto da sua passagem, enquanto minoria protegida, ser tolerada no reino Otomano, o que muito favorece a sua circulação, até mesmo na qualidade de agentes diplomatas do próprio Abbas), como da necessidade dos seus préstimos na concretização das suas ambições económicas para o país. Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", p. 71 e sgs. Sobre a relevância e desempenho dos arménios no comércio, designadamente, da seda veja-se a já citada obra de Ina Baghdiantz McCabe; o artigo de Michel Aghassian & Kéram Kévonian, "The Armenian Merchant Network: overall autonomy and local integration", in Chaudhury e Morineau, *Merchants, Companies and Trade*, pp. 74-94; ou Vahé Baladouni & Margaret Makepeace (eds.), *Armenian Merchants of the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries: English East India Company Sources* (Filadélfia, 1998).

80 Como alguns autores sublinham, a necessidade de angariar metais preciosos, como o ouro e a prata, constitui-se como a grande motivação subjacente ao negócio da seda iraniana. Sobre este assunto veja-se o já citado artigo de Floor & Clawson, "Safavid Iran's Search for Silver and Gold", pp. 345-368.

81 No caso concreto dos Países Baixos, até 1580 não existia qualquer indústria importante de manufactura de artigos em seda nem os neerlandeses comercializavam esta fibra, uma realidade que apenas se altera com o influxo de artesãos e mercadores marranos refugiados da zona Sul do país. Ironicamente, não menos importante ao rápido desenvolvimento e afirmação de Amesterdão como eminente centro de produção têxtil em seda foi o leilão ali realizado, em 1604, de 1200 fardos de seda chinesa constantes da carga da carraca portuguesa Santa Catarina entretanto apresada pelos holandeses na costa de Singapura. Willem Floor, "The Dutch and the Persian Silk Trade", in Charles Melville (ed.), *Safavid Persia: The History and Politics of an Islamic Society* (Londres, 1996), pp. 325-326.

potenciais parceiros[82] encontrava-se naturalmente Portugal, detentor de um já instalado e bem oleado canal de distribuição no país, como era Ormuz e, tal como a Pérsia, figadal inimigo dos turcos, circunstância que cedo se assumiu como pretexto de aproximação entre ambos os Estados, como o comprovam as cartas e missões diplomáticas, trocadas regularmente, reiterando amizades e apoios mútuos contra aqueles "infiéis".[83]

Do que nos é dado compreender,[84] a iniciativa da proposta de fazer desviar a rota da seda que passava pelo império otomano para a rota marítima de Ormuz com destino a Lisboa, de onde então seria distribuída "polla Christandade com muyta vtilidade sua, & dano do Turco" terá, no entanto, partido de Anthony Sherley (1565-1635), que assim a sugere ao 8º conde de Benavente, D. Juan Alfonso Pimentel (1576-1621), vice-rei de Nápoles, de quem se tornara recentemente adjunto ou conselheiro.[85] Com o assentimento da coroa de Espanha, a mesma proposta foi apresentada,

82 Como Rudolph Mathee destaca, os primeiros contactos de xá Abbas foram não com nações da Europa ocidental mas com a Rússia, um país cujo sentimento anti-otomano revelava um historial paralelo ao do Irão. Só depois reorientou os seus contactos para as poderosas nações ocidentais, entre as quais, além de Portugal, se incluíam os reinos de Inglaterra, Holanda, Polónia, Suécia e os grão-ducados da Toscânia e de Veneza. Entre os factores que muito contribuíram para que no futuro a maior parte das companhias comerciais, entretanto criadas na Europa, enjeitassem relações com a Pérsia contam-se a limitada atracção económica que este país despertava assim como as suas características geográficas e políticas: além da seda pouco mais tinha que justificasse o investimento logístico e financeiro no país, ao mesmo tempo que se revelava de difícil acesso, através de portos localizados a Sul do país, a mais de mil quilómetros de distância da capital e das regiões mais produtivas e com extensas zonas semi-desérticas e montanhosas pelo meio.

83 Relativamente à história diplomática entre os dois países sugere-se a consulta do texto introdutório e sintético de Luís de Matos da obra *Das Relações entre Portugal e a Pérsia, 1500-1758: Catálogo Bibliográfico da Exposição comemorativa do XXV centenário da Monarquia no Irão organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian* (Lisboa, 1972), e o texto de Roberto Gulbenkian, "As Embaixadas e as Missões Diplomáticas Portuguesas na Pérsia", *Anais da Academia Portuguesa de História*, s. 2, 31 (1986), pp. 485-506. Já numa perspectiva ibérica, sobre o estudo deste relacionamento após a união das duas coroas, leia-se também o capítulo "Las relaciones hispano-persas" publicado por Luis Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa: Epistolario Diplomatico* (Cáceres, 1989), pp. 33- 165.

84 A partir da leitura de alguns textos publicados que abordam o negócio da seda entre Portugal e a Pérsia como: os capítulos XIII e XIIII da obra do agostinho Fr. António de Gouveia, *Relaçam*; Gulbenkian, "As Embaixadas e as Missões Diplomáticas Portuguesas na Pérsia"; Francisco Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: Contributo ao Estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos Princípios do Século XVII* (Lisboa, 1952), pp. 303-356; Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*; e Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 79-84.

85 Assim o relata Fr. António de Gouveia no capítulo XIII do livro terceiro da sua obra, "Da occasiam que o Xâ teue pera mudar o trato da seda de Alepo pera Ormuz, & das vtilidades que desta embaixada se podem seguir", *Relaçam*, fls. 183-186v. De acordo com Francisco Mendes da Luz este projecto de mudar o tráfico da seda de Alepo para Ormuz era já antigo na mente do inglês ao serviço de Abbas, uma vez que logo em 1604 insistira ele em obter licença para ir à

em 1608, por um enviado do designado conde (um negociante natural de Ormuz de nome Domenico Stropene) ao rei safávida.

Importa, contudo, assinalar que a referida proposta sobre a seda persa é formulada num momento particularmente crítico do relacionamento hispano-persa, quando Abbas I se ressente da falta de apoio que contava receber do rei católico na luta contra os seus vizinhos – e que o impele a declarar guerra aos turcos em 1603[86] – ao mesmo tempo que toma conhecimento da aliança de Rudolfo II da Alemanha com o sultão da Turquia (a 11 de novembro de 1606), um acontecimento que contradiz as promessas dos príncipes europeus de se aliarem ao xá contra Ahmad I. Ponderadas as presumíveis vantagens económicas para ambas as coroas, o negócio da seda deveria aplacar a ira do monarca persa que, irritado, ameaçava a sobrevivência da comunidade cristã no território, essencialmente assistida pelos religiosos Agostinhos, assim como dos entrepostos sob controle português, como era o caso da ilha de Barém e, sobretudo, de Ormuz.

De acordo com o testemunho do religioso Fr. António Gouveia, que então ali se encontrava (conjuntamente com Fr. Guilherme de Santo Agostinho) como portador de correspondência e de um saguate de Filipe III de Espanha ao Xá – a quem, segundo o próprio, o rei persa mandou chamar para discutir a questão – mudar este trato para Ormuz afigurava-se uma opção atractiva para Abbas "pois era scala mais segura [...]. No que nem elle nem seus vassalos perderiaõ nada, antes interessarião muito, pois o caminho de Ormuz era mais breue, mais frequentado dos Persas, & Armenios, & de menos risco pera as Cafilas que por terra de Turcos, & Arabios não podiam caminhar tam seguras, como pollas suas proprias. Pois as que auia de pesar, todas eram suas, & de seus vassalos, & que quando se nam interessasse mais que o proueito que se tiraua ao Turco, este sô respeito deueria mouer a sua Alteza a fazer esta mudança".[87] Por outro lado, e em resposta aos receios manifestados pelo rei safávida em relação ao risco em que os seus vassalos incorriam ao optar por esta alternativa, o vice-rei de Nápoles comprometia-se a "mandar pella via da India contratadores à Ormuz pera que ali comprassem, & pagassem a seda, & que nam esperaua mais que a resposta de suas cartas para o effeituar", sendo que também os seus mercadores parsis e arménios se podiam deslocar a Goa e, até eventualmente, a Espanha.[88] Neste contexto, deveriam ser enviados barcos de Goa a Ormuz duas vezes por ano, para recolher os mercadores e a seda da Pérsia, e aplicar-se taxas muito baixas sobre os artigos exportados: segundo Luciano Cordeiro "Pagariam por cada

corte espanhola, apresentar as vantagens de tal negócio para a coroa daquele Rei católico. No entanto, e perante a fria recepção com que a ideia parece ter sido recebida em Espanha, Anthony recorre ao conde de Benavente como interlocutor. Cf. Luz, *O Conselho da Índia*, pp. 325-326; Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 80.

86 Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 59.

87 Gouveia, *Relaçam*, fl. 184v.

88 Gouveia, *Relaçam*, fl. 185.

carga de duas balas cinco larins, apenas, uma insignificancia – «de registo» – em Ormuz. No Reino, tambem não parecia que pagassem muito ficando obrigadas a 7 por cento de direito geral mais 3 por cento para o Consulado, ou 10 por cento de entrada – de importação, como hoje diriamos. As sedas – «assim da fina como da longa» – eram avaliadas, para o effeito do fisco, em – «20 reales» – a libra, cousa de 900 réis nossos; o frete de Ormuz a Lisboa carregal-as-ía com – «100 reales» – por cada bala, sendo esse frete, para as mais mercadorias, de – «600 reales»".[89] Em alternativa a este percurso com escala na Índia uma outra hipótese se ponderava, a de que os barcos rumassem directamente de Ormuz para Lisboa, como forma de evitar afectar o negócio da seda chinesa que na Índia era a principal mercadoria a alimentar a contratação da China, como adiante se exporá.

Como demonstração da sua aparente boa vontade em relação à efectivação do negócio da seda, além de o expressar na missiva que envia ao rei católico – "como do theor da sua carta se pode ver que, o que lhe encomenda acerca da seda he muito de seu gosto, & o que o terà particular de tirar este proueito o Turco, & dalo aos vassalos de sua Magestade [...]"[90] – Abbas determina que toda a seda que lhe pertence e se encontra disponível em Isfahan seja reunida e enviada à corte de Filipe III, "pera que seja a primeira que se arrisque, & tire o receo aos mercadores, abrindolhe o caminho pera leuarẽ a sua".[91] Com efeito, em 1608, Abbas envia à corte de Espanha uma embaixada liderada por Dengiz Beg – o qual se faz acompanhar pelo comerciante persa, Coge Rajabo, por Fr. António Gouveia e pela referida seda, cerca de "mil, & seiscẽtas mãos, pello peso da India das quaes tem cada hũa vinte & cinco arratens", correspondentes a vinte e cinco fardos de seda de Gilan e a outros sessenta e um de Khurasan,[92] das quais uma parte foi vendida em Goa, com vista ao financiamento da missão.[93]

Muito embora o religioso saliente que perante o embaraço do Xá, face a tão diminuta quantidade angariada no seu tesouro, o mesmo tenha determinado que a dita cuja seda fosse oferecida como "sinal da muyta que seus vassallos hauiam de trazer a Hespanha",[94] aparentemente o objectivo que enformava este envio era outro: segundo della Valle, Abbas desejoso de apurar informações concretas sobre a viabilidade do comércio da seda pela nova via ordena a sua venda, o que não só não se

89 Cordeiro, *Batalhas da India*, pp. 12-13; Manuela Sobral Blanco Velez, "As Linhas Marítimo-comerciais Portuguesas no Oriente", in Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: Actas* (Lisboa, 1985), p. 87.

90 Gouveia, *Relaçam*, fls. 183-183v.

91 Gouveia, *Relaçam*, fl. 185.

92 Gouveia, *Relaçam*, fl. 185v, e Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 70.

93 Segundo João Teles e Cunha, das 1641 mãos de seda que acompanhavam a missão, 309 mãos e 17 arráteis foram vendidas em Goa, e as remanescentes 1.351 mãos e 20 arráteis seguiram para Espanha. Cunha, "Economia de um Império", p. 31.

94 Gouveia, *Relaçam*, fl. 185v.

concretiza, como conduz à morte do emissário Dengiz Beg por decisão do rei safávida quando, após o seu regresso à Pérsia em 1613, toma conhecimento que este a havia oferecido em seu nome ao rei católico. A este desígnio escapou Fr. António Gouveia, entretanto designado Bispo de Sirene e Visitador Apostólico, quando, confrontado pelo xá sobre o produto da venda da seda, lhe apresentou um atestado da alfândega de Ormuz, no qual os seus dois companheiros da missão declaravam que o carregamento da seda não era uma mercadoria, mas um presente do rei da Pérsia para o rei de Portugal[95] – uma iniciativa aparentemente resultante da sugestão do próprio religioso nesse sentido, como forma de contornar as despesas com taxas e transporte a que a seda estaria sujeita; contrapunha ainda Gouveia que o rei de Espanha não era um comerciante e que o mesmo tinha enviado artigos, os quais podiam ser considerados como um presente ou como forma de pagamento pela seda persa. Ao que tudo aponta, o religioso não estaria completamente inocente uma vez que, quando feitas as contas e intimado pelo Xá a reembolsá-lo da diferença entre o valor estimado para a seda e aquele para o presente (de importância inferior), o frade depressa abandonou o Irão.[96]

Muito embora a questão do negócio da seda persa não tenha ficado encerrada após as assinaladas atribulações, a verdade é que o final desastroso que coube a esta missão apenas fez emergir toda uma série de questões pendentes que já há algum tempo vinham determinando a implementação de verdadeiras estratégias geo-político-diplomáticas por parte de Portugal e da Pérsia. Se Filipe II de Espanha intentou, até aos últimos anos do seu reinado, a manutenção de relações cordiais com o Irão, assumindo a iniciativa dos contactos – nomeadamente, através do envio de cartas em cujos conteúdos manifestava a sua amizade e exortava o jovem monarca iraniano a debelar o Turco –, já o seu sucessor teve bem mais dificuldade em gerir esse relacionamento perante a declarada ambição de Abbas I,[97] figura que Luciano Cordeiro descreve nos seguintes moldes: "Intelligente e perfido, o moço Sophi, vencidos os turcos ao norte, mas tendo de assegurar a leste e ao sul a sua obra intrepida de consolidação e de unidade política, acautelava a rectaguarda, obtemperando ás importunações europêas, procurando desarmar suspeitas e illudir apprehensões que poderiam incommoda-lo seriamente, em meio d'essa obra".[98]

Com efeito, e como lucidamente Francisco Mendes da Luz observa, "o poderoso Xá Abbás, durante o seu longo governo, nunca perdeu de vista a famosa Ormuz e demais ilhas do Golfo Pérsico delas tributárias – como Barém e Queixome – e para

95 Gulbenkian, "As Embaixadas e as Missões Diplomáticas Portuguesas na Pérsia", p. 496.

96 O religioso, receando pela sua vida, fugiu para Shiraz, onde foi detido por Emancolicam, governador-geral de Fars, o qual, por falta de instruções acerca do que fazer (as quais chegaram tarde demais), autorizou a sua partida para Ormuz.

97 Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 39-40.

98 Cordeiro, *Batalhas da India*, p. 9.

conseguir tal intento, vai usar de toda a sua fina habilidade, de todo o seu tacto diplomático e força militar também tendo sido, por sorte favorecido, nestes seus desígnios, pelos Ingleses, que acabavam de travar contacto com a sua corte [...]. Será, pois, a esta luz que nós teremos que apreciar todas as relações aparentemente amistosas de enviados e embaixadores, naturais ou estrangeiros, que o Persa mandou ao Rei de Portugal. Os grandes, os fabulosos presentes de toneladas de seda não serviam senão para encobrir reservadas intenções, que aliás não passaram desapercebidas aos dirigentes portugueses mas, contra as quais, umas vezes dificilmente se podia opor resistência eficaz e, outras ainda, se não actuou com a oportunidade requerida, além de que o procedimento de alguns capitães portugueses em Ormuz na sua deficiente administração também foi de molde a favorecer os intentos do Xá".[99]

Foi, assim, com estas motivações latentes que Abbas I se foi relacionando com a coroa ibérica, ao longo das duas primeiras décadas do século XVII revelando-se um verdadeiro estratega. Dotado de um grande jogo de cintura, o rei safávida permitiu-se manifestar publicamente a sua amizade a Filipe III e o interesse pela venda directa da seda aos seus súbditos, ao mesmo tempo que ordenava o ataque e a conquista de entrepostos portugueses no Golfo Pérsico, entabulava negociações de paz com os turcos, e ainda cativava os ingleses a comerciarem no seu país, desejosos que estavam daquele cabedal e de encontrarem um mercado para onde canalizar os excedentes da sua produção têxtil. Trata-se de um conjunto de iniciativas que, como Rudolph Matthee observa, materializam o entendimento de Steensgaard em relação à táctica do rei Abbas: basicamente concebida no sentido de intimidar os otomanos e de manipular os europeus.[100]

De facto, muito embora a proposta em discussão, de redireccionamento do sirgo, se pudesse afigurar interessante e apelativa a ambas as partes, a verdade é que os dois intervenientes directos parecem tê-la assumido essencialmente como uma manobra

99 Luz, *O Conselho da Índia*, pp 307-308.

100 Cf. Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 82. Como se assiste a determinado momento, quando o Xá em forma de ultimato (levado por Fr. Belchior dos Anjos) ao rei de Espanha para que se despachasse no apoio contra o Turco e no negócio da seda, o adverte da insistência dos ingleses em obter um porto nas suas terras junto a Ormuz para ali construirem uma fortaleza e poderem começar a negociar, designadamente, a seda que costumava ir a Alepo. Uma vez consideradas as implicações subjacentes a cada uma destas acções, desencadeadas em simultâneo, depreende-se que a sua articulação não era seguramente fácil para o xá; veja-se o que sucedeu quando, dois anos após a assinatura do tratado de paz, em 1613, entre safávidas e otomanos, Abbas I não cumpriu com o estipulado de fornecer 200 *yük* de seda anualmente, apenas autorizando o transporte para a Turquia de metade do valor e optou antes por negociar com os portugueses, que canalizaram a seda remancescente para Portugal: como consequência deste incumprimento, os otomanos reiniciaram as hostilidades em 1617. Cf. Samuel Purchas, *Hakluytus posthumus or Purchas his pilgrimes: Contayning a history of the world, in sea voyages and lande travells by Englishmen and others* (20 vols., Glasgow, 1905-1907), vol. IV, pp. 275-276, *apud* Floor, *The Economy of Safavid Persia*, p. 222.

diplomática concebida mais como um exercício de retórica, com vista ao desvio da atenção dos seus verdadeiros intentos, do que como uma opção a empreender – chegando ao ponto de, no seguimento da vinda de Robert Sherley a Madrid em 1610, acordarem um tratado de paz e aliança de tripla vertente militar, comercial e diplomática cujas medidas discutidas e aprovadas se afiguram, como Luis Gil Fernandez observa, utópicas.[101]

É verdade, como Mendes da Luz assinala, que o plano gizado por Espanha de desviar o trato da seda de Alepo para Ormuz não deixaria de seduzir o Xá,[102] perante a necessidade com que o mesmo se debatia de encontrar alternativas viáveis e eficazes ao velho caminho do Levante, no qual a seda era assiduamente impedida de passar; e se algumas alternativas de mercado surgiam a Oriente (por exemplo, na corte mogol), as mesmas nem por isso cobriam as perdas sentidas no contexto ocidental uma vez que ali esta mercadoria entrava em competição com a seda chinesa,[103] a qual circulava por todo o Estado da Índia, como importante moeda de troca na aquisição de outros produtos asiáticos.

Caso o desvio da seda por Ormuz se concretizasse, o monarca persa deixava de ter de pagar direitos alfandegários sobre a sua principal mercadoria de exportação e motor da economia safávida, ao mesmo tempo que privava o seu rival dos devidos rendimentos. Também a Portugal o negócio se apresentava, *a priori*, apelativo uma vez detentor da praça de Ormuz, por cuja alfândega passava grande parte do comércio do Sino Pérsico, no âmbito de um intenso tráfego regional estabelecido entre a Arábia, a Pérsia e a Índia, com a acrescida benesse de, presumivelmente, o xá desistir da sua conquista, uma vez relevada a rentabilidade gerada pelo negócio. Não menos apelativo deveria ser para o rei de Espanha "porque se este negocio se effeituar parece que fica elle sendo senhor de toda a seda do mundo, pois em Europa nam sabemos que aja noutra parte se nam em Granada metida nas entranhas de Hespanha: a da China que he muita, & muito boa sò os vassalos de sua Magestade a compram, & vendem [...]".[104]

No entanto, vários factores inviabilizaram um negócio que podia ser, de facto, promissor. Em jeito de síntese, da parte persa, o contrato em causa apresentava-se como o preço a pagar pelo auxílio da armada espanhola contra os Turcos, como um álibi para, no decurso das negociações em curso, aceder aos entrepostos portugueses e, em desespero de causa, como a última alternativa de escoamento da seda nacional, caso todas as outras possibilidades falhassem rotundamente. Abbas cobiçou desde

[101] Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 95.
[102] Luz, *O Conselho da Índia*, p. 325.
[103] Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", pp. 79-80.
[104] Gouveia, *Relaçam*, fl. 185v.

cedo Ormuz e tendo contas a acertar com os portugueses,[105] não estava decerto interessado em sociedades desta envergadura consigo, tanto mais quando outros parceiros lhe surgiam bem mais disponíveis a aceder aos seus interesses, em troca da sua colaboração (forçada) na conquista daquele precioso entreposto.[106]

Por outro lado, o desvio do sirgo produzido no reino safávida pela rota oceânica não interessava, de todo, nem à corte nem aos mercadores nativos, muito em particular, aos arménios que se viam, assim, obrigados a partilhar aquele comércio perdendo a sua hegemonia no sector. E mesmo quando a East India Company se assumiu como parceira da Pérsia neste comércio, em 1617 – após a obtenção do seu primeiro *farman* (o decreto real que lhes permitiu negociar no território persa) e do seu assentamento nos portos de Jasques (Pérsia) e Surate (Índia) –, a quantidade de seda que adquiria era dispicienda,[107] por não disporem de dinheiro ou artigos suficientes e apelativos para comerciar – uma realidade que apenas se altera após a chegada e participação da Companhia holandesa, em 1623, capaz de obter preços mais competitivos, graças à maior procura das mercadorias que ofereciam em troca pela seda, em comparação com aquelas levadas pelos ingleses.[108] Sobre este assunto, o relato

[105] Como bem o demonstra a decisão de, após a tomada do Bandel do Comorão (a 21 de Dezembro 1614), levar através da Pérsia, e expor nas suas principais cidades, um grupo de 45 prisioneiros portugueses, como observa Mendes da Luz, para que todos os seus vassalos pudessem certificar-se de como as suas forças eram capazes de quebrar as dos até então invencíveis portugueses. Segundo carta de Frei Belchior dos Anjos, o Xá fê-los marchar durante dois meses "no sólo cargados de prisiones, pero vestidos con ávito vergonçoso y para mouer a rriza y menosprecio a mucha turba de ynfieles que los mirauan", para depois serem libertados pelo mesmo Abbas, como gesto de boa vontade, uma vez informado da chegada (a todo o momento) de D. García de Figueroa. Luz, *O Conselho da Índia*, p. 339, e Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 141-142.
[106] Linda Steinmann recorda a ameaça do xá aos ingleses no sentido em que ou estes providenciavam o necessário apoio no ataque a realizar a Ormuz ou então que esquecessem o comércio da seda; cf. Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", p. 19.
[107] O mesmo se reconhece em relação aos artigos têxteis persas adquiridos pela East India Company (EIC): no caso dos tecidos, apenas os tafetás manufacturados em Yazd e Kashan pareciam ser do interesse dos ingleses; se por um lado argumentavam que os veludos e cetins iranianos eram lixo quando comparados com aqueles de manufactura europeia e os veludos figurativos não se enquadravam no gosto e mercado inglês, também os persas não se manifestaram empenhados em alterar a sua produção com vista a agradar os novos destinatários. Em relação aos tapetes, a EIC preferiu desde logo não os comerciar, uma vez considerado o seu preço oneroso, sobretudo quando comparado com os seus congéneres indianos, e a pouca estima que despertavam em Inglaterra, uma opção que acabaria por limitar as aquisições destes espécimes aos negociantes particulares. Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 72-76.
[108] Ainda assim, e não obstante o reconhecimento da sua qualidade artística, o volume de tecidos e tapetes transaccionado pela *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC) era também de pouca expressão, sendo que a maior parte dos tecidos comprados pelos holandeses de destinava aos princípes asiáticos enquanto presentes diplomáticos e os tapetes, cerca de 25 a 100 por ano, eram essencialmente de lã e pequenos (sendo alguns em seda, por vezes enriquecidos com fio de ouro e de prata). Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 74-77. Sobre o comércio da seda

da viagem de D. García é deveras interessante porquanto não só revela as fragilidades deste comércio anglo-persa como confirma a sua vigência à luz dos verdadeiros interesses de Abbas, os mesmos já antes considerados nas negociações levadas a cabo com Portugal. Basicamente são três os aspectos abordados nos *Comentários*, a saber: a irregularidade e a incerteza da chegada dos barcos a Jasques, no final de Dezembro, em função das monções; o facto da seda (proveniente das mais importantes regiões produtoras como Gilan, Mazandaran e Shirvan) levada a Alepo sair mais barata do que aquela transportada para Jasques, tendo em conta a maior brevidade da viagem, da facilidade e segurança do caminho – sendo que também a viagem de Alepo para Inglaterra e outras partes da Europa "ni en el tienpo, ni en el peligro, no es en ninguna manera conparable con el que se haze por el Occeano, siendo por el Mediterraneo tanto más corto, siguro y prouechoso"; e dos panos que constituíam a maior parte da mercadoria levada pelos ingleses serem pouco consumidos pelos persas e mais caros do que aqueles adquiridos em Isfahan provenientes de Alepo, via Bagdad. Em resumo, "Y ansi, la contrataçion y comercio en Jasques, ni á los persianos, ni á los ingleses podia ser de tanto prouecho que correspondiese á las muchas demostraçiones que el rey de Persia hazia con la amistad de estos mercaderes, si no fuese, como claramente se echaua de ver, para debaxo della tratar cosas más importantes, como se a dicho, siendo estas hazerse señor del reyno de Ormuz, en que mucho tienpo podrian interesar ayudando este designo del rey".[109] Nesta conformidade e não obstante a importância dos negócios marítimos, os arménios e o comércio terrestre mantiveram-se como opção fiável mantendo-se, até 1629, como os melhores clientes de Abbas.[110]

Também do lado ibérico há diversos aspectos a assinalar, sendo que alguns podiam afectar mais os interesses de Espanha, outros os de Portugal, e outros ainda dir-se-iam os de ambos, como sucessivos pareceres coevos (da autoria de Antony Sherley, de Frei António Gouveia, de Fr. Belchior dos Anjos ou de Duarte Gomes de Solis, por exemplo) advertem: importa, desde logo, realçar o facto da proposta de Anthony Sherley nunca ter sido verdadeiramente acolhida pela coroa espanhola e pelos seus subsidiários directos, como o atestam as atitudes do Conselho de Estado espanhol e do Conselho da Fazenda do Estado da Índia – a chegada a Madrid de Robert Sherley, seu irmão (em Janeiro de 1610) vestido à persa, também em nada contribuíu para o reforço da credibilidade do negócio a discutir. Céptico em relação ao assunto, o Conselho revela-se moroso e indeciso na tomada de decisões, protelando o assunto por demasiado tempo, tanto através do envio de correspondência, de conteúdos sistematicamente repetitivos e pouco ou nada decisivos, como de uma embaixada ofi-

persa pelos neerlandeses veja-se o artigo do mesmo autor, "The Dutch and the Persian Silk Trade", pp. 323-368.

109 *Comentarios*, vol. II, p. 148. Esta observação coeva revela desde logo o que muitos autores actuais vêm tentando demonstrar em relação à manipulação de Abbas.

110 Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", pp. 80; 100.

cial à Pérsia, liderada por D. García de Silva y Figueroa, a qual deveria retribuir aquela de Dengiz Beg e o bispo de Cirene a Madrid e que, como Luis Gil declara, "se preparaba en España con exasperante lentitud"[111] – atente-se no período que medeia entre a apresentação da proposta em 1608 e a aceitação definitiva dos termos do negócio, por parte de Espanha, em 1619, quando já D. García regressava da sua missão. Esta dilação pagá-la-iam muito cara ambas as coroas ibéricas, perante os acontecimentos que entretanto sucediam à luz da entrada em cena dos ingleses como novos interlocutores do xá e a paz por fim alcançada com os turcos, os quais conduziram a embaixada de Figueroa ao reino safávida ao absoluto fracasso.

Por outro lado, a produção de seda em Espanha nas províncias de Granada e de Valência não justificava, como argumentava o conde de Salinas em 1613, o recurso àquela de proveniência iraniana. Tanto mais quando em troca teriam de facultar a prata da Nova Espanha e se viam já em dificuldades em lidar com a seda chinesa que ali chegava muito mais barata, através dos galeões de Manila, conduzindo à decadência da sericultura local e dificultando a exportação dos artigos da metrópole a partir de Sevilha para a América do Sul (ao ponto de forçar a proibição do tráfego comercial entre o Peru e as Filipinas em 1579).[112]

Contudo e segundo Anthony Sherley, dois anos antes, a importação da seda persa em abundância não só contribuiria para a melhoria da indústria têxtil espanhola como para a navegação e comércio, ocupados em exportar os excedentes de produção por todo o mundo. Com este objectivo, o inglês aconselhava ainda a Espanha a seguir o exemplo da Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e Itália e esforçar-se por fabricar as manufacturas de panos necessárias na Pérsia os quais se podiam enviar em retorno das sedas, sendo que para isso se podiam contratar oficiais estrangeiros para ensinar os espanhóis[113] – ainda que reconheça como senão, o facto da coroa espanhola nada ganhar de taxas nem em Ormuz, nem em Goa, e que até em Lisboa as mesmas se limitariam a um terço do que os restantes súbditos pagavam.[114] Alguns anos mais tarde (em 1619) também Fr. Belchior dos Anjos intenta contrapor ao argumento do conde de Salinas a oportunidade de, em troca da seda persa, a Coroa

111 Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 153. Sobre os preparativos da viagem de D. García leia-se do mesmo autor o ponto 16 desta obra, "La Larga Gestación de una Embajada: Don García de Silva y Figueroa", pp. 153-164.

112 A esta determinação acresce a pragmática emitida por Filipe II em 1590 determinando a unificação do número de fios por superfície. Embora concebida com o objectivo de garantir a qualidade dos tecidos, a mesma, segundo Maria Dolores Tejero, teve consequências demolidoras na indústria têxtil espanhola ao anular a possibilidade de competição entre esta e as sedas orientais, aumentando, inclusivamente a partir de então, a procura pelas sedas e bordados chineses. Cf. Maria Dolores Vila Tejero, "La Universalidad del Bordado Através de los Bordados de Castelo Branco: Origenes, diferencias e semejanzas de los bordados peninsulares", in *Colchas de Castelo Branco: Percursos por Terra e Mar* (s.l., 2008), p. 196.

113 Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 113.

114 Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 114.

ibérica poder expandir o seu comércio das drogas e especiarias, negociando aquele artigo em troca de pimenta e canela, inexistentes na Pérsia – o que também não se adequava às directrizes estabelecidas no sentido de canalizar toda a pimenta para Lisboa. Com efeito, e ao contrário dos ingleses que pouco tinham para oferecer, à excepção dos panos de Cambaia, adquiridos no porto de Surate, e pouco mais, os portugueses tinham a seu favor a possibilidade de dispor de artigos apreciados pelos persas, o que decerto os beneficiaria no contrato da seda, como se veio a verificar, mais tarde, com os holandeses em idênticas circunstâncias.

Ainda em 1628 Duarte Gomes Solis defendia o investimento dos portugueses no comércio dos têxteis indianos e chineses e a vinda de artífices especializados neste domínio para Portugal. Segundo Solis, a entrada destes artigos no mercado nacional podia concorrer para a supressão das carências, assim como para a diminuição das importações de têxteis franceses e holandeses com maiores custos para o reino.[115]

No entanto, a possibilidade de centralizar o monopólio da seda persa nas mãos dos portugueses impunha-lhes algumas questões: desde logo, a eventual colaboração de outros súbditos do rei espanhol, de diferente nacionalidade, a qual forçosamente afectaria a até então exclusividade lusitana na região, de que não estavam de modo algum interessados em perder, mesmo que tal implicasse o aumento do seu próprio poder.[116]

Da mesma forma se equacionava a capacidade de gestão e a disponibilidade de mercadores interessados num negócio de tal envergadura, tanto no Estado da Índia como na metrópole. Sobre estas condições e no que se refere ao primeiro contexto geográfico, João Cunha Teles defende que "Do ponto de vista económico nenhum mercador dentro do Estado estava interessado no desvio da seda pela Rota do Cabo. [...] A oferta, marcadamente política, da venda da seda persa nos anos de 1615 a 1618 não interessava a ninguém dentro do Estado da Índia".[117] Com efeito, o religioso Fr. Belchior é peremptório acerca do assunto, declarando que nem em Goa nem em Ormuz se encontrariam homens de negócio atraídos por aquele trato, uma vez que a seda (crua e transformada em artigos) proveniente da China era suficiente em relação às necessidades dos mercadores locais, e caso a seda da Pérsia (crua ou lavrada) chegasse massivamente à Índia esgotaria o capital disponível para adquirir a primeira, inviabilizando o contrato da China, gerador da maior parte das transações comerciais realizadas na Índia e no Sudeste Asiático.[118]

[115] Duarte Gomes Solis, *Alegacion en Favor de la Compañia de la India Oriental, Comercios ultramarinos que de nuevo se instituyó en el reyno de Portugal*, ed. Moses Bansabat Amzalak (Lisboa, 1955) [1ª edição 1628], pp. 29-34.

[116] Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 92, 102.

[117] Cunha, "Economia de um Império", p. 38.

[118] Sobre a importância dos artigos têxteis chineses na Índia veja-se o nosso artigo "Os têxteis chineses na Índia (séculos XVI-XVII): A sua circulação e possível feitura no contexto indiano", in Lotika Varadarajan & Teresa Pacheco Pereira (eds.), *Indo Portuguese Embroideries: Context Art History* (Nova Delhi, [no prelo]).

Ainda neste contexto, importa notar que as principais receitas do Estado Português da Índia advinham não do comércio, propriamente dito, mas dos tributos pagos pelos mercadores asiáticos nas suas passagens marítimas, pelo que mais do que lucrar com a transacção das mercadorias interessava-lhes sobremaneira as taxas que obtinham pela sua circulação. Trata-se de uma estratégia que claramente favorecia a preferência pela seda chinesa ao invés daquela persa (para a qual ainda tinham de angariar destinatários), com repercussões também visíveis na metrópole onde, de acordo com a opinião consensual de estrangeiros que visitaram Portugal entre o século XVII e a centúria seguinte, os portugueses manifestavam pouca apetência para o comércio, como se pode ler numa memória francesa do final de Seiscentos: "les Portugais ont peu d'intelligence sur cette matiere; ils ne sont pas laborieux et par vanité ils se retirent du comerce dès qu'ils peuvent s'en passer; d'ailleurs ils trouvent moins de profit que les autres dans le négoce parce qu'ils ne se donnent pas la peine de faire venir de la première main les choses nécessaires pour les envois qu'ils font, ils achètent en Portugal des autres nations qui en ont fait des frais et qui profitent sur eux".[119] Por este motivo, e contanto que Fr. Belchior sugerisse que, graças à sua localização, Lisboa poderia suplantar Alepo no fornecimento desta matéria-prima aos centros de tecelagem europeus, "siendo hazienda tan requestada y que se gasta ordinariamente en toda Europa", mais uma vez se aventava da capacidade dos portugueses em escoar a seda persa a preços competitivos nos mercados europeus. Esta questão apresentava-se, de facto, como um grande entrave, na medida em que Portugal não só não dispunha de centros manufactureiros têxteis próprios, capazes de absorver a seda comprada (forçando o seu escoamento para outras regiões da Europa), como também não manifestava qualquer interesse em investir neste sector da indústria portuguesa – que apenas merece maior atenção com D. Luís de Meneses (1632-1690), conde da Ericeira e vedor da Fazenda Real de D. Pedro II, que intenta viabilizar e incentivar a manufactura interna promovendo a sericultura e a criação de unidades fabris no país, como veio a ser o caso da Real Fábrica das Sedas do Rato, já fundada em 1734.[120]

De todos os aspectos assinalados julgamos que o que mais afectou (directa e indirectamente) o rumo dos acontecimentos, foi o envolvimento de Portugal no importantíssimo trato da seda chinesa, sobre o qual assentava grande parte do comércio

[119] Julião Soares de Azevedo, "Uma memória francesa sobre o comércio de Portugal no final do séc. XVII", *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª s., 17, 3 (1950), p. 19.

[120] Sobre este assunto leia-se, apenas a título de exemplo, a obra de Acúrsio das Neves, *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufactura das Sedas em Portugal e Particularmente sobre a Real Fábrica do Rato e suas Anexas* (Lisboa, 1827) bem como o artigo de Alzira Teixeira Leite Moreira, "O Regimento Secretíssimo da Real Fábrica das Sedas – 1757: Subsídios para a História da Sericultura em Portugal", *Revista da Biblioteca Nacional*, 3, 1-2 (1983), pp. 75-104.

estabelecido no antigo Estado da Índia. Trata-se de uma conjuntura para a qual foram determinantes alguns factores, em concreto: a reputação dos têxteis chineses desde o Índico ao Japão; a possibilidade dos portugueses poderem aceder de forma directa à seda chinesa, através de Cantão, e participar, via Macau, na sua comercialização e distribuição pelas regiões adjacentes ao Celeste Império, logo no decurso de Quinhentos, com o estatuto de parceiro europeu exclusivo da China (até à década de oitenta de Seiscentos, altura em que Kangxi autoriza a abertura de Cantão a outros estrangeiros); e, não menos importante, a ampla e eficaz rede de distribuição de mercadorias ultramarinas que, entretanto, os lusitanos estabelecem tanto naquela zona da Ásia como entre esta e a Europa.

Com efeito, e ao contrário do que alguns autores tendem a declarar, de que a pouca seda exportada pelo Celeste Império era monopolizada pelos portugueses e destinava-se ao mercado japonês,[121] o sirgo chinês foi também levado pelos lusitanos (e pelos próprios chineses do Fujian) para a Índia, atingindo um volume dir-se-ia equiparável àquele que seguia para o país do Sol Nascente. Contanto que o assunto não tenha sido ainda plenamente aprofundado na historiografia dedicada à Expansão portuguesa, os informes que temos vindo a recolher em documentação coeva assim o sugerem, pelo menos no que se refere à segunda metade do século XVI: por exemplo, segundo a obra de Garcia de Orta (1499-1568), *Colóquio dos Simples e Drogas* publicada em 1563, "ey por vergonha de vos dizer quanta quantidade entrou de seda [da China] nas cidades de Goa e Cochim hum ano destes passados [...] setecentos bares e cada bar tem tres quintaes e dezaseis arratês, se por aqui vereis a riqueza e a grossura desta terra que em Goa quando outra monção vem, já he gastada toda a seda",[122] um valor que parece ser confirmado por Juan González de Mendoza em 1586, ao notar que "salen de la ciudad de Canton, para la India de Portugal cada año, mas de tres mil quintales [...]", isto é cerca de 300 toneladas[123] – sendo que no final do século XVI, uma das regiões do sub-continente indiano mais beneficiadas pela chegada da seda chinesa parece ter sido a do Gujarat, para onde as embarcações portuguesas transportavam cerca de 400.000 libras de seda (c. de 181 toneladas) todos os anos.[124] Também o já mencionado manuscrito da Biblioteca de Madrid é deveras esclarecedor a este respeito, dando conta que "Segundo a mais comun opinião sae da cidade de cantão na China huns annos por outros pera o nosso porto de

[121] Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", p. 68.

[122] Garcia de Orta, *Coloquios dos simples e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a mediçina, pratica, e outras cousas boas* (Goa, 1563), fls. 43v-44.

[123] Juan González de Mendoza, *Itinerario y Compendio de las Cosas Notables que ay desde España hasta el Reyno de la China à España volviendo por la India Oriental* (Lisboa, 1586), fl. 84v.

[124] W. H. Moreland, *India at the Death of Akbar* (Londres, 1920), pp. 171-175, *apud* Louis Dermigny, *La Chine et l'Occident: Le commerce à Canton au XVIII^e Siècle, 1719-1833* (4 vols., Paris, 1964), vol. I, p. 393.

Machao quatro mil quintaes de seda branca em fio, de que levão cada anno pera outro porto de Japão, dous mil e duzentos quintaes, e os mais vem a Malaca, e dahi a India [...] e he este trato de seda tao grosso, que tambem se comunica por grosso pezo, a que na China chamão picos, de que tres fazem hum bar da India, que tem tres quintaes, e dahi se vende por mais de 24 arrateis de que vem dezaseis maõs a obrar, que responde a autocentos pardais o bar, a rezão de cincoenta a mão, e as vezes chega ella a valer a cento [...]".[125]

E se no que se refere à seda chinesa não trabalhada transportada para Portugal, Fr. Belchior é parco em informações, apenas referindo a vinda do que sobra do trato da Índia, então, a julgar pelos números facultados por Rui Lourido, – de que de Macau para Goa e desta para Lisboa "Entre 1580 a 1590 foram levados três milhares de picos (cerca de 180 toneladas) de seda não trabalhada em cada ano"[126] – o mesmo era, de facto, de assinalável envergadura. Tanto mais se a estes números se associar a quantidade de peças têxteis chinesas que vieram para Portugal, destinadas ao uso civil e religioso, como bem o confirmam as notícias recolhidas, os inventários de bens estudados e, muito em particular, os testemunhos ainda sobreviventes entre nós, sendo que só de artigos da paramentaria usados no domínio sacro tivemos oportunidade de elencar cerca de 150 espécimes, datáveis de entre os séculos XVI e XVIII.[127]

A chegada a Lisboa, desde o início de Quinhentos, de artigos têxteis chineses – sob a forma de matéria-prima e de peças acabadas – em avultadas quantidades cedo despertou a atenção dos portugueses para o potencial de um negócio que, lidando com a importação de bens exóticos muito apreciados e, por esse motivo, de venda garantida, se revelava pouco exigente e altamente rentável. Ora, a entrada da seda persa no mercado nacional implicava, forçosamente, novos investimentos e reajustes no contexto comercial português então vigente que, pese embora o potencial económico subjacente ao novo negócio, se afiguravam demasiado trabalhosos e até arriscados aos olhos dos mercadores lusitanos, com a agravante de poderem colocar em risco a engrenagem já montada em torno da seda chinesa, ao que tudo aponta, ajustada às suas ambições e capacidades negociais.

Infelizmente, o presente estado dos estudos sobre a circulação e comercialização da seda chinesa no contexto da Expansão ultramarina portuguesa não tem conhecido

[125] Biblioteca Nacional, Madrid, ms. 3015, fls. 98v-99.

[126] Rui d'Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das origens a 1640*, dissertação de mestrado policopiada (Universidade Nova de Lisboa, 1995), pp. 22-23.

[127] Tema que nos tem merecido atenção no contexto das investigações em História da Arte que temos desenvolvido tanto no âmbito da dissertação de mestrado de 2002 publicada como *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)* (Lisboa, 2007), como da dissertação de doutoramento já concluída, na qualidade de bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, *Os têxteis chineses em Portugal nas ópções decorativas sacras de aparato (séculos XVI-XVII)*, dissertação de doutoramento policopiada (Universidade do Porto, 2011).

um desenvolvimento significativo do ponto de vista do seu impacte económico, das implicações na indústria têxtil nacional ou do protagonismo que Portugal terá assumido no decurso dos séculos XVI e XVII neste domínio, nomeadamente, na distribuição desta matéria-prima pela Europa. Julgamos que a maior disponibilidade de elementos neste contexto, no que se refere aos valores e volumes de seda chinesa, de facto, transaccionados pelos portugueses ou ao seu destino efectivo (em termos geográficos e da cultura material), poderão contribuir para o melhor esclarecimento da participação portuguesa nos tratos da seda chinesa e persa e, consequentemente, para o devido enquadramento de Portugal no panorama europeu enquanto fornecedor de seda ao Velho Continente, a par da Inglaterra e da Holanda, nações em torno das quais se reconhece um maior número de estudos realizados neste domínio.

Index

'Abbas I, Xá (Shah) – 3-6, 22, 38, 45-47, 51, 54, 55, 61, 70, 74-76, 86, 86-89, 96, 97, 100, 107, 125, 126, 129-131, 135-138, 142, 143, 148, 149, 152, 153, 161, 164-170, 175, 220, 228, 229, 239, 245-278, 279-298, 305, 313, 316, 319-333, 336-338, 345, 380, 395-409, 451-458, 469-478
'Abbasabad (Abasabat) – 324-325
'Abd al-Rahman III, emir de Córdova – 414, 421
Abraão, profeta – 361
Acapulco – 271
Acenheiro, Cristóvão Rodrigues – 308
Açores – 6, 181, 400
Actamar – 374, 377
Acuña, Pedro de – 93
Adem – 465
Adiljevis – 375
Afonso, Mestre – 301, 304-307, 310, 311, 377
Afonso VIII, rei de Castela – 414, 421,422
Afonso X *o Sábio*, rei de Castela – 414, 415
Afonso XI, rei de Castela – 414, 421, 423
África – 166, 200, 202, 270, 372, 376, 414, 419
Agnese, Giovanni Battista – 369
Agostinhos – 86, 107, 108, 129, 130, 138, 139, 144, 148, 158, 161, 164, 172, 247, 249-252, 255-258, 262, 269, 472
Al-Ahsa (Lahsa) – 457
Ahmadnagar – 457
Ahmed I, sultão otomano – 395, 472, v. Turco (Grão Turco)
Ahmedabad – 468
Álamos de Barrientos, Baltasar – 99
Alba, duque de – 89, 100
Alberto, arquiduque de Áustria – 102, 115, 118
Albuquerque, Afonso de – 209, 227
Albuquerque, Brás Afonso de – 209, 465
Albuquerque, Fernão de – 126, 170, 220
Alcáçova, Francisco Carneiro de – 231
Alcázar, Joseph de – 41, 49
Alemanha – 472, 479
Alepo – 33, 36, 56, 75, 132, 136, 144, 148, 171, 312, 377, 396, 452, 456, 466, 471, 475, 476, 478, 480
Alexandre Magno – 73, 81, 209, 347, 349, 353, 355, 363-365, 374, 375
Alexandria – 360, 374, 375, 396
'Ali Beg – 317
Aliaga, Luis de – 95, 104
Allah-Verdi Khan – 87, 130, 285, 304, 310
Almançor (Al-Mansur Billah, Ibn Abi 'Amir) – 414, 416, 421-422
Amato Lusitano (João Rodrigues de Castelo Branco) – 307
Amazonas – 373
Amboíno, Ambon – 116, 145, 155, 220
América – 17-18, 94, 270-272, 373, 479
Amesterdão – 379, 470
Amiano Marcelino – 64, 347
Anatólia – 371, 455, 466
Andrade, Rui Freire de – 47, 125, 126, 130, 170, 220, 239
Angelieri, Giorgio – 379
Angola – 442, 443
Annius de Viterbo, Joannes (Giovanni Nanni) – 308-309, 415
Antioquia – 360, 453
António, dom (Prior do Crato) – 89
Antonio, Nicolás – 4-5, 61
Antuérpia – 371, 379, 415
Aq-Qoyunlu – 281, 299
Árabes – 71, 142, 152, 198, 221, 387, 414, 416, 417, 419, 421, 425, 435
Arábia – 150, 165, 167, 198, 376, 388, 414, 466
Arakan – 146
Araxes, rio – v. *Bradamiro*, rio
Ardabil – 64, 75, 76, 82, 283, 400, 374
Arias Montano, Benito – 96, 255
Ariosto – 396

Aristóteles – 414, 420
Arménia – 55, 71, 80, 166, 167, 250, 257, 305, 355, 377, 378, 383, 469
Arménios – 51, 76, 147, 168, 227, 258, 282, 288, 297, 311, 466, 472
Aróstegui, don Antonio de – 9, 39, 30, 38, 40
Arraiolos – 468
Arriano – 64, 73, 81, 349, 353, 359
Artaxerxes – 74
Ashraf – 279, 298, 319, 328, 397, 405
Ásia – 72, 80, 88, 113-125, 127, 132, 133, 207, 219, 220, 222, 232, 245, 246, 254, 256, 259, 270, 306, 309, 350, 356, 371-374, 379, 383-385, 391, 452, 454, 470, 482
Assíria – 362
Astarabad, Starabat – 458, 465-466
Astracan – 65, 76, 82
Atenas – 349
Atlântico, oceano – 117, 132, 186, 191, 384
Aurangzeb, imperador mogol – 246
Avalos, frei Francisco de – 231
Averróis (Ibn Rushd) – 414, 420
Avicena (Ibn Sina) – 420
Awadh – 456
Azevedo, frei Bernardo de – 135, 165
Azevedo, dom Jerónimo de – 42-45, 95, 108, 121, 125-127, 129, 136, 139, 141, 143, 145, 148, 220-222, 266
Azerbaijão – 87, 301, 305, 455

Babel – 362-363
Babilónia – 171, 350, 353, 358-365, v. *Bagdade*
Baçaim – 157, 184, 197
Bacon, Francis – 219
Baçorá, Basra – 137, 153, 167, 305, 350, 369, 381, 388, 457, 465, 467
Badajoz – 9, 15, 17, 18, 20, 48, 219
Bafq – 281
Bagdade – 75, 128, 135-137, 144, 148, 161-164, 167, 168, 362, 376, 396, 409, 465, 478
Bahrayn – 46, 47, 87, 130, 136, 152, 251, 368, 369, 381, 383, 472, 475
Baku – 373, 374, 376, 462
Balcãs – 168
Banda, ilha de – 145, 155
Bandar Abbas – 320, 399, 457, 467, v. *Comorão*
Bandel – v. *Comorão*
Baneanes (Vaishya) – 212, 228, 347, 348, 350, 467
Barbaro, Giosafat – 299
Barberini, cardeal Francisco – 445, 447
Bardez – 218, 225, 232, 233, 236, 240
Barbosa, Duarte – 465
Baronio, Cesare – 309
Barreiros, Gaspar – 309
Barrientos de la Torre, doutor Francisco – 448-449
Barros, João de – 219, 247, 309, 389, 392
Bedmar, marquês de – v. Cueva, don Alonso de la
Belchior dos Anjos, frei – 22, 24, 41, 52, 56, 70, 76, 77, 86, 138, 139, 148, 157, 161, 164, 250, 257, 258, 405, 475, 477, 478, 480, 481, 483
Bélgica – 424, 434, v. *Flandres*
Bell, John – 320-321
Bengala – 456
Berberia – 28, 234
Bernier, François – 246
Best, Thomas – 125
Bíblia – 255, 348, 353, 358, 360, 362, 364, 365, 428
Bihbahan – 305
Bijapur – 224, 226, 234, 457, 467
Bitlis – 375
Bluteau, Raphael – 216, 217
Boa-Esperança, cabo da – 86, 184, 186, 187, 189, 191, 193, 199, 202, 203, 271, 316, 480
Bocarro, António – 122, 126, 143, 174, 219, 220, 224-225, 229, 241, 247-248, 258, 381, 382, 386, 387, 389, 391
Bodin, Jean – 100
Bombaim – 201, 335
Boris Godunov, czar da Rússia – 76
Borja, don Carlos de – 99, 104
Borja, don Juan de – 99, 103-105
Borri, Christoforo – 241, v. Cristóvão Bruno
Botero, Giovanni – 226, 308, 379
Bourdieu, Pierre – 213
Bradamiro, Bramiro, Araxes, Kor, rio – 71, 74, 80, 81, 355, 388
Braga – 251, 252
Brâmanes – 228, 233-235, 348-350
Brasil – 186, 377, 387, 438, 443
Brentjes, Sonja – 371
Brito, Luís de – 126
Brizeño de Córdoba, Luis – 434, 437

Bruno, padre Cristóvão – 203, 204
Bruno, Giordano – 219
Bursa – 455
Burton, Robert – 217
Bussemacher, Johannes – 380

Cabo – v. *Boa-Esperança*, cabo da
Cabo Verde – 186, 189
Cabral, Jorge – 378
Cabrera de Córdoba, Luis – 30, 41
Cabrestan – 315, 338, 390
Cádiz – 210
Cairo – 353, 396
Calatañazor, batalha de – 414, 421, 422
Calecute – 246
Camariñas – 444
Cambaia – 457, 480, v. *Guzerate*
Cambini, Andrea – 308
Camões, Luís de – 93
Cananor – 196
Canárias, ilhas – 189
Cantão – 482, 483
Carletti, Francesco – 129
Carlos I, rei de Inglaterra – 120, 131, 298
Carlos V, imperador e rei de Espanha – 9, 10, 90, 91, 94
Carmelitas – 70, 86, 129, 138, 142, 143, 144, 147, 153, 246, 257, 286, 296
Carneiro, António de Mariz – 194, 195, 204
Carré, abade Barthélemy – 300
Carreira da Índia – 120-124, 173, 184-188, 191, 195, 202-204, 301
Cáspio, mar – 75, 76, 82, 164, 372-378, 380, 383, 385, 397, 404, 455-457, 465, 467, 469
Castel Rodrigo, marquês de – v. Moura, don Cristóbal de
Castiglione, Baldassare – 210
Castilho, António de – 428
Castilho, dom Pedro de – 176
Castro, dom frei Agostinho de – 249, 250
Castro, Diogo Osório de – 442-443
Castro, dom João de – 218
Castro, Luís Pereira de – 441
Castro, dom Miguel de – 176
Castro, don Pedro Fernández de – v. Lemos, conde de
Cáucaso – 457
Cecil, Sir Robert – 117
Ceilão – 108, 126, 269
Celeste Império – 452, 453, 482, v. *China*
Cervantes, Miguel de – 217, 219, 230
César, Júlio – 4, 208-210, 214, 215, 400, 415
Ceuta – 39
Chardin, Jean – 5, 300
Chaldiran – 75
Chaul – 457
Chilminara (Chihil Minar) – 46, 71, 80, 354, 388, 399 v. *Persépolis*
China – 13, 88, 90, 144, 235, 253, 254, 260, 270, 453, 454, 470, 473, 476, 480-483
Chipre – 87
Cícero – 308
Circassianos – 282, 288
Ciriza, Juan de – 32, 51, 433
Ciro I – 313, 354, 364
Ciro II – 353, 364, 365
Cirópolis – 353-354
Clemente VIII, papa – 86
Cocha Sefer (Kwaja Safar) – 22, 27, 28, 45
Cochim – 155, 220, 240, 247, 482
Coeurdoux, Gaston – 351
Cohen, Steven – 468
Coimbra – 428-430, 432, 433
Colbert, Jean-Baptiste – 246
Colombo – 269
Colombo, Cristóvão – 214, 216
Comorão, Gombroon, Bandel – 45-47, 52, 70, 75, 130, 136, 141, 143, 146-149, 151-153, 158, 251, 304, 314, 317, 318, 403, 457, 467, 477
Compagnie des Indes Orientales – 246
Companhia das Índias Orientais – v. Compagnie des Indes Orientales, East India Company, Vereenigde Oost-Indische
Constantinopla – v. *Istambul*
Contarini, Ambrogio – 299
Copérnico – 219
Cordeiro, Luciano – 466, 473, 474
Córdova – 414, 418, 425
Coromandel – 116
Corray, Michelangelo – 51, 147
Correia, Lourenço de Brito – 443-444
Corte-Real, João Pereira – 123
Cortesão, Armando – 373
Costa, dom Álvaro da – 304-305, 310-312
Costa, Cristóvão da – 307
Cotton, Sir Dodmore – 294, 296, 298, 315, 317, 322
Coutinho, Fernão – 377
Coutinho, dom João – v. Redondo, conde de

Coutinho, dom Manuel – 173, 188, 387
Couto, Diogo do – 126, 156, 219, 241, 309
Crasbeeck, Pedro – 302
Cristóvão do Espírito Santo, frei – 251
Crivelli, Nicolás – 33-35, 158-159
Cueva, don Alonso de la (marquês de Bedmar), 12, 26, 32, 50, 51, 55, 63, 65, 69, 79, 429, 447
Cunha, João Teles e – 466-467, 473, 480
Cunha, Manuel da – 443, 446
Cunha, Nuno da – 125
Cunha, dom Rodrigo da – 430
Curdistão – 305, 462
Curdos – 330, 331
Cúria Múria, ilhas de – 197
Czar – 246, 256

Dabul, Dabhol – 142, 157
Damasco – 360
Dangis Beg – 12, 22, 28, 33, 51, 147, 473-474, 479
Daniel – 362-364
Darband – 374
Dario I *o Grande*, imperador aqueménida – 71, 74, 209, 357, 365
Davud Khan – 293
Dawlatabad, Daulatabat – 321, 329
De Coutre, Jacques – 303
Decão – 457, 467
Delfos – 352
Della Valle, Andrea – 64, 70
Della Valle, Pietro – 3, 4, 22, 71, 77, 129, 131, 136, 150, 152, 159-161, 165, 168, 170, 217, 222, 237, 240, 241, 264, 267-268, 288, 292, 296, 322-330, 335, 337, 345, 346, 374, 395-409, 449, 473
Di Conestaggio, Girolamo – 95
Di Nobili, Roberto – 235
Dicearco de Messina – 212, 348
Diodoro Sículo – 64, 71, 74, 80, 81, 347, 355, 358-359, 364, 400
Diogo Rodrigues, ilha de – 202, 203
Diu – 201
Diyarbakir, Caramit, Qara-Amid – 75, 377, 378, 383
Dombi – 322
Dominicanos – 250, 428
Dourado, Fernão Vaz – 369, 375, 378
Downton, Nicholas – 125
Drake, Francis – 43

East India Company (EIC) – 88, 111, 120, 128-131, 143, 148, 152, 317, 328, 338, 477
Ecbátana – 360-361
Edessa – 361
Egipto – 212, 347, 351
Equador – 186, 189
Erciş – 374
Erivan – 167, 281, 375
Escalante, Bernardino de – 420-421
Escobar, António de – 107
Eskander Beg Monshi – 283, 321, 324, 330
Estado da Índia – 85, 88, 90, 104, 106, 107, 110-112, 119-123, 126, 128, 132, 133, 141, 142, 151, 158, 159, 174, 209, 221, 235, 241, 249, 250, 259, 262, 301, 302, 345, 451, 453, 476, 480, 482
Estrabão – 178, 347-349, 352-353, 355, 363, 380, 400
Eufrates, rio – 359, 361, 362, 368, 377, 379, 381
Eurípides – 234
Europa – 13, 25, 29, 32, 47, 76, 79, 86, 161, 167, 168, 199, 178, 180, 181, 209, 213, 218, 219, 226, 227, 232, 233, 239, 242, 248, 250, 254, 255, 259, 261, 270, 272, 292, 301, 303, 345, 350, 360, 372, 375, 401, 406, 414, 420-421, 453, 454, 458, 459, 468-471, 476, 481, 482, 484
Eutrópio – 415

Farahabad, Farabat – 65, 75, 76, 157, 159, 164, 279, 319, 337, 397, 458
Farghana – 454
Federici, Cesare – 363
Félix de Jesus, frei – 250
Feodor I, czar da Rússia – 76
Fernandes, Simão – 311, 377
Fernández de Córdoba, D. Pedro (conde de Feria) – 8
Fernando II, rei de Aragão – 92, 413
Ferreira, doutor Inácio – 179
Figueiredo, Manuel de – 194
Filipe II, rei de Espanha (I de Portugal) – 85, 86, 85, 86, 89-99, 102, 103, 113, 115, 176, 177, 180, 427, 430
Filipe III, rei de Espanha (II de Portugal) – 3, 6, 10, 13, 22, 29, 35, 37, 43, 47, 50, 61, 63, 85-87, 90, 91, 93, 96, 99, 101, 102, 110, 111, 115-119, 127, 129, 131-133, 141, 147, 148, 170, 174-177, 180, 220, 245, 248, 253, 254, 259, 261, 265, 266, 269, 272, 302, 399, 406, 427, 430, 451, 473, 475
Filipe IV, rei de Espanha (III de Portugal) – 12, 85, 179, 219-220, 434, 444
Filipinas – 11, 13, 17, 76, 88, 91, 124, 125, 132, 136, 144, 145, 155, 479
Finch, Ralph – 306
Flandres – 11, 13, 15, 23, 33, 34, 41, 56, 63, 76, 89-91, 99, 101, 122, 379, 430, 447
Floor, Willem – 314, 320, 457, 459, 461, 464, 465, 467
Fonseca, Luís da – 194-195, 204
França – 91, 113, 115, 116, 118, 447, 454, 479
Franciscanos – 225, 226, 233
Frankfurt – 412
Franqueza, Pedro – 103, 108
Freitas, Serafim de – 117

Galileu – 219
Gama, dom Francisco da – 48, 106, 108, 109, 114, 164, 170, 220
Gama, dom Luís da – 46, 51, 56, 97, 129, 130, 136, 141-145, 148, 151, 163, 164, 221, 236, 238, 239, 262
Gama, Vasco da – 216, 246
Ganja – 458
García de Toreno, Nuño – 369
Garcilaso de la Vega – 434
Gaspar de São Bernardino, frei – 303-312
Gastaldi, Giacomo – 371, 374, 375, 378-380
Gaube, Heinz – 314, 320
Gayangos y Arce, Pascual – 6
Gaza – 396
Geórgia – 167-168, 250, 255, 257, 458, 469
Georgianos – 76, 282, 283, 330, 463
Ghulams – 167, 168, 282, 288
Gil, Benito – 434, 437
Gil Fernandez, Luis – 476, 479
Gilabert, don Francisco – 95, 110
Gilan – 374, 454, 455, 457, 458, 465, 469, 473, 478
Ginzburg, Carlo – 231
Giza – 396
Goa – 4, 6, 7, 11, 13, 14, 18, 36, 40, 43, 45, 47-50, 56, 76, 86, 86, 87, 95, 98, 106-108, 121-128, 132, 133, 135-138, 141, 143, 148, 149, 156, 158, 162, 164, 184-186, 193, 196-197, 199, 201-204, 207-243, 247-250, 253, 254, 257, 259, 260, 262, 267, 269, 272, 301, 373, 375, 377, 384-386, 389, 399, 400, 408, 413, 416, 418, 428, 467, 472, 473, 479, 480, 482, 483
Góis, Damião de – 92, 93, 412, 420
Golconda – 457
Golfo – v. *Pérsico*, golfo
Gondomar, conde de (don Diego Sarmiento de Acuña) – 96, 97, 124, 131, 446-447
González de Clavijo, Ruy – 86
González de Mendoza, Juan – 482
Gouveia, frei António de (bispo de Cirene) – 12, 22, 27, 28, 45, 51, 86, 87, 107, 114, 120, 127, 129, 138, 141, 142, 147, 148, 159, 175, 245, 250-256, 259-261, 270, 271, 302, 305, 308, 311, 319, 399, 456, 460, 462, 465, 471-474, 478
Granada – 413, 414, 426, 448, 476, 479
Grécia – 212, 347, 348
Grócio, Hugo – 116, 117, 120
Guardafui, cabo – 376
Guilherme de Santo Agostinho (ou de Jesus), frei – 257-260, 472
Guichi – 389, 390
Guiné – 189
Gul Cana – 336, 338
Gulbenkian, Roberto – 257
Gurmendi, Francisco – 34-35
Guzerate, Gujarat – 467, 468, 482

Hakluyt, Richard – 306
Hallet, Jessica – 468
Halley, cometa – 63-64, 77, 82, 417
Harran – 361-362
Harrigan, Michael – 223, 243
Hasan, Uzun – 299
Hasan Beg (Cassen Beg) – 331, 333
Hatem Beg – 285, 324
Haydar, Shaykh – 403
Hazard, Paul – 217
Henrique IV, rei de França – 115, 118
Heracleópolis – 347
Herbert, Sir Thomas – 315, 319
Heredia, Bernardo de – 18, 49-51
Heródoto – 64, 351, 363, 364, 454
Herrera y Tordesillas, Antonio de – 94-97
Hester, Nathalie – 401
Higuera, Jerónimo Román de la – 415
Himalaias – 235
Hircânia – 75, 82, 465

Horácio – 64, 426
Holanda (Províncias Unidas) – 85, 100, 112, 113, 115, 118, 119, 127, 220, 227, 368, 370, 371, 379, 438, 453, 470, 471, 479, 484
Holandeses – 102, 111, 115-132, 136, 145-146, 154, 220, 222, 240, 257, 259, 457, 458, 470, 477, 480
Homem, André – 369
Homem, Diogo – 369
Homero – 358
Hondius, Jodocus – 379
Houtum-Schindler, Albert – 329
Hurtado de Mendoza, Diego – 434
Huesca – 415, 425
Hungria – 87
Husayn 'Ali Beg – 86, 106
Huvayza, Oeza – 303, 305, 388
Idiáquez, Juan de – 96
Idrisi – 375
Imam-Quli Khan – 51, 130, 317, 336, 461, 474
Imamzada, Imamsade – 325
Índia – 7, 9, 11, 13, 25-28, 36, 38, 39, 41, 42, 45-48, 53, 56, 86, 87, 96, 97, 104-106, 109, 111, 112, 114, 116-119, 121, 122, 125, 126, 128, 129, 131, 137, 141, 143-145, 148, 153, 154-157, 165, 167, 169, 170, 174, 175, 187, 188, 201, 203, 212, 214, 218, 220, 221, 230, 231, 235, 236, 242, 246, 250, 262, 266, 267, 270, 293, 345, 347, 348, 351, 367, 372, 384, 386, 387, 396-398, 456-457, 465-468, 473, 476, 480-483
Indias ocidentais – 17, 18, 33, 88-90, 96, 102, 106, 113, 132, 99
Índico, oceano – 113, 184, 186, 187, 193-197, 198, 204, 207, 209, 221, 249, 250, 301, 305, 368, 378, 384, 453, 482
Inglaterra – 8, 35, 85, 91, 96, 102, 112, 115, 116, 124, 229, 243, 453, 471, 477, 478, 479, 484
Ingleses – 36, 87, 89, 111-132, 136, 143, 148, 152, 210, 220, 239, 240, 246, 257
Iraque – 305
Isabel Clara Eugenia, Infanta – 63, 69, 112, 115
Isabel I, rainha de Castela – 92
Isabel I, rainha de Inglaterra – 115
Isfahan, Ispahan, Ispaão – 4, 11, 21, 44, 46, 47, 50, 51, 53, 63, 65, 70, 71, 74-76, 79, 136-138, 143, 152, 158-162, 164, 169, 222, 255, 257, 259, 260, 272, 279, 289, 291-293, 296, 305, 312, 313, 314, 316, 319-322, 324, 328, 330, 332, 333, 336-338, 373, 376, 378, 386, 388, 392, 397, 399, 400, 403-409, 456, 458, 460-464, 470, 473, 478
Isma'il I, xá da Pérsia – 282, 288, 301, 403, 455
Istambul – 75, 167, 170, 395, 396, 414
Itália – 11, 26, 41, 89, 91, 99, 101, 116, 209, 219, 209, 219, 227, 265, 267, 370, 371, 379, 412, 445, 447, 454, 479
Ivan IV *o Terrível*, czar da Rússia – 76

Jaén – 9, 15, 16, 18, 20
Jahangir (Salim), imperador mogol – 75, 21, 273
Jaime I de Inglaterra – 115, 120, 131, 148
Janízaros – 167, 168
Janssonius, Jan – 379
Japão – 13, 88, 90, 116, 220, 255, 260, 270, 482, 483
Jask, Jasques – 126, 153, 477, 478
Java – 88, 145, 146
Jenkinson, Anthony – 306
Jeremias, profeta – 364
Jerónimo da Cruz, frei – 86, 245, 250
Jerusalém – 396
Jesuítas – 145, 146, 226, 235, 239, 240, 250, 251, 257
Jiménez de Rada, Rodrigo – 412, 415
João IV, rei de Portugal – 445
João de São Matias, frei – 233
Jorge, Simão – 312
Juan de Persia, don – 302,
Juan de San Joseph, frei – 22-23, 41
Juan de Santa María, frei – 95,
Juan Tadeo de San Eliseo, frei – 4, 46, 55, 70, 129, 135, 137, 138, 160-162, 165, 170, 407
Judite – 348
Julfa – 457
Justino – 64, 73, 81

Kaempfer, Engelbert – 328
Kanara – 218
Kashan – 255, 304, 313, 315, 319-320, 324, 326, 337, 338, 399, 457, 460, 461, 464, 465, 477
Kepler, Johannes – 219

Khak – 454
Khalil Pasha – 75
Khan 'Alam – 273, 316
Khurasan – 329, 454, 456, 457, 461, 468, 473
Kirman, Cherman, Carmania – 137, 372, 387, 388, 372, 387, 388, 417, 458, 460, 461
Kleiss, Wolfram – 323-325, 338

Lacadivas (ilhas de Mamale) – 196, 204
Lacerda, Luís Pereira de – 21, 24, 86, 87, 107, 256-259, 300
La Laguna, marquês de (don Sancho de Lacerda) – 23, 26-29, 31, 39
La Oroyola ou Carroyola, frei Nicolás – 135, 136, 170-171
Lagoa, visconde de – 199
Lahari Bandar – 467
Lahijan – 457
Lalah Beg – 469
Langren, Henricus Floris – 379
Lar – 28, 46, 70, 87, 130, 137, 142, 152, 157, 305, 309-310, 312, 315, 317-319, 328, 335, 337, 338, 350, 378, 381, 382, 387, 389, 390, 397, 399, 462
Lavanha, João Baptista – 90, 194, 179, 180, 434
Lemos, Luís Álvares de – 312
Lemos, conde de (don Pedro Fernández de Castro) – 94-97, 102
Lemos, Fernão Gomes de – 296, 300
Leonardo de Argensola, Bartolomé – 93-96
Lepanto, batalha de – 86
Lerma, duque de (don Francisco Gómez de Sandoval y Rojas) – 10, 12, 31-33, 36, 38, 43, 85, 94-105, 107, 108, 116, 119, 122, 123, 127, 128, 132, 429
Levante – 301, 305, 455-458, 461, 467, 478
Lima, Miguel Abreu de – 86
Linhares, conde de – 128, 247, 387
Linschoten, Jan Huyghen van – 129, 197, 217, 218, 222, 223, 227, 379
Lisboa – 6, 14, 20, 21, 26-28, 33, 35-38, 40-45, 48, 58, 61, 62, 70, 76, 86, 89, 91, 98, 99, 101-112, 119, 121, 123, 125-128, 131, 132, 144, 147, 164, 170, 173-181, 184-186, 194-196, 201, 204, 247, 249, 261, 262, 272, 302, 384, 411, 412, 430, 431, 439, 440, 442, 443, 445, 446, 471, 473, 479-481, 483
Lisboa, dom frei Cristóvão de – 223, 262
Lisboa, João de – 198, 375
Lívio, Tito – 215, 414
Llaguno, Eugenio – 5, 7
Lobo, Diogo – 230
Lobo, Francisco Rodrigues – 219, 232
Lobo, Luís – 197
Lopes, Sebastião – 369
Lourido, Rui – 483
Lovaina – 371
Lucano, Marco Aneu – 347
Luís XIV, rei de França – 302
Luís, Lázaro – 369, 372, 378
Luz, Francisco Mendes da – 452, 471, 474, 476, 477
Lyon – 454

Ma'ani, Sitti – 323, 335, 396-398, 401
Macau – 88, 482, 483
Macedo, Henrique – 378
Madagáscar – 187, 193
Madrid – 14, 19, 22, 29, 33, 43, 44, 55, 98, 100-112, 115, 118, 123-126, 130-132, 135, 141, 149, 153, 161, 163, 164, 169, 175-177, 194, 195, 248, 249, 257, 261, 262, 384, 391, 428-431, 433, 444-445, 447, 449
Maggiolo, Visconte – 373
Magnonet, Antoine – 180
Malabar – 130, 223, 457
Malaca – 88, 120, 125, 136, 145, 146, 483
Maldivas, ilhas – 196, 367
Mandeville, Jean de – 216
Mandovi, rio – 248, 252, 269
Manila – 94, 119, 121, 124, 128, 145, 146, 199, 231, 479
Mântua – 116
Maomé, profeta do islão – 414, 419
Maqsud Beg – 281
Mar Joseph, bispo – 377
Margascan –46, 71, 74, 388, v. *Persépolis*
Margarit, Joan – 92, 412, 415
Mariana, Juan de – 93, 95, 412, 413, 415, 416, 449
Mariuccia – 397
Marselha – 56, 76
Martines, Joan – 369
Mascarenhas, dom Francisco de – 252
Mascate – 185, 252, 385-388, 457
Mashhad – 253, 305, 320, 321, 460
Masulipatão – 116

Matos, Fernão de – 104, 108, 109
Matthee, Rudi – 475
Mazandaran – 279, 323, 337, 338, 374, 454, 457, 458, 465, 469, 478
Média – 71, 360, 361, 380
Médio Oriente – 245, 256, 304, 305, 370, 377, 378, 386, 401, 451
Mediterrâneo – 87, 107, 131, 166, 311, 345, 414, 455, 467, 478
Mehmed Pasha Öküz – 395
Melchor de los Ángeles, frei – v. Belchior dos Anjos
Melo, frei Nicolau de – 252
Melville, Charles – 325, 329, 337
Membré, Michele – 465
Memoria, don Juan de la – 34-35
Meneses, dom Aleixo de – 249
Meneses, dom frei Aleixo de – 86, 104, 106, 108, 109, 147, 175, 176, 247-262, 270
Meneses, dom Luís de – 481
Mênfis – 348, 359
Mercator, Gerard – 368, 371, 375
Mesopotâmia – 167, 168, 345, 351, 361, 366, 377
Messía, don Agustín – 23, 26-28, 31, 39
México – 88, 199, 373
Milão – 51, 266, 272, 310
Minab – 397
Mirkhwand – 303
Moçambique – 27, 47, 48, 170, 184, 187, 200-201, 237
Mogol (Grão Mogol) – 62, 75
Mogóis (Mogores) – 114, 125, 207, 235
Mogostão, Mogestan – 46, 197, 198, 304, 317, 372, 381
Molucas – 13, 88, 94, 132, 155
Mombaça – 170
Monnox, Edward – 152
Monroy, Gutierre de – 48, 140, 159
Moraga, frei Hernando de – 49, 54, 55, 76, 97, 136, 140, 263-264, 267-268, 271
Morais, frei Simão de – 252
Morales, Ambrosio de – 92, 93, 413, 418, 447
Moscovia – 55-56, 76, 82, 165, 293
Mota, Mendo da – 109, 112, 114, 120, 130, 220
Moura, don Cristóbal de (marquês de Castel Rodrigo) – 22, 27-30, 33, 38, 39, 89, 90, 92, 98, 103-109, 176, 427, 429
Mulayim Beg – 469
Mundy, Barbara – 392
Münster, Sebastian – 93
Muratowicz, Sefer – 321
Musandam, cabo – 381

Nabucodonosor – 364
Nadal, Jerónimo – 255
Nápoles – 31, 34, 91, 101, 396, 398, 404, 424, 471, 472
Natal – 203
Natanz – 324, 326, 331-333, 337
Navarro, Doutor (Martín de Azpilcueta) – 70, 79
Negro, mar – 373, 455
Newbery, John – 306
Nicote, Filipe de Brito – 146
Nimerod – 361-362
Nilo, rio – 346, 347
Nínive – 358-359
Niquilu – 381-382
Nishapur – 454
Niza, marquês de (dom Vasco Luís da Gama) – 445-447
Nogueira, Paulo Afonso de – 436, 444
Nogueira, dom Vicente de – 13, 49, 62, 214, 411-450
Noruega – 56, 76
Nova Espanha – 88, 97, 132, 376, 377, 392, 479
Nunes, Pedro – 415

Olearius, Adam – 316, 319, 322, 334, 376, 377
Olivares, conde-duque de (don Gaspar de Guzmán) – 85, 94, 95, 98-100, 103, 104, 109, 111, 123, 128, 130, 131
Oliveira, frei Nicolau de – 179-180
Ormuz – 21, 22, 25-28, 31, 33, 36, 37, 40, 42, 46, 47, 49, 51, 56, 65, 74-76, 79, 81, 82, 86, 95-98, 106, 107, 111-114, 120-132, 135-171, 175, 184, 185, 197-199, 204, 209, 218, 220-222, 236, 238, 239, 250, 252, 257, 260, 262, 263, 301, 303, 304, 305, 308, 310, 312, 368, 369, 378, 381, 385-387, 391, 397, 399, 400, 408, 451, 452, 457, 465, 467, 471-480
Orta, Garcia da – 307, 482
Ortelius, Abraham – 368, 371, 372, 374, 375, 378, 379, 385, 412
Orumiye – 375
Osman Agha – 75

Otomanos – 75, 80, 87, 107, 130, 131, 132, 166-169, 175, 256, 258, 261, 288, 292, 293, 385, 395, 457, 464, 475, 455, 460, 471-476, 478
Ouseley, Lady – 335
Ozaeta, Juan de – 43, 48-50, 52, 53, 138

Pacífico, oceano – 88, 112, 221
Pacifique de Provins, frei – 296
Padroado – 221, 251
Pais, frei Bento – 443-444
Países Baixos – v. *Holanda*, *Flandres*
Palestina – 212, 307, 347
Pangim – 236, 240
Papado – 221
Paraíba – 443-444
Patanes, Pathans – 235
Pegu – 146
Pereira, Nuno Álvares – 108
Pérez, Antonio – 99
Persépolis – 5, 46, 64, 71, 80, 81, 346, 353-360, 372, 389, 399
Pérsico, golfo – 130, 271, 305, 313, 314, 337, 368, 369, 372, 373, 375, 376, 378-381, 383, 397, 457, 458, 467, 469, 475
Peru – 88, 479
Petrarca – 396
Pettus, Edward – 317, 328, 337
Piccolomini, Enea Silvio (papa Pio II) – 308
Pimentel, don Juan Alfonso – 471
Pineda, Juan de – 308, 412
Pinto, Fernão Mendes – 180-181, 219
Pires, André – 198
Pitágoras – 233, 351
Plantino – 63
Platão – 351
Plínio, o Velho – 64, 230, 231, 242, 308, 346-347, 381
Plutarco – 64, 71, 80, 210, 308, 347, 352, 359, 360, 434
Polaco, Juan – 303
Polacos – 256
Pol-e Chakate – 75
Polo, Marco – 216, 300
Polo Norte – 13, 79
Polo Sul – 192
Polónia – 76, 321, 471
Pomian, Krysztof – 215
Porto, bispo do – 44-45
Porto Santo – 196
Portugal, dom Nuno Álvares de – 175, 177
Potosí – 271
Praga – 220
Pratt, Marie-Louise – 242
Provença – 454
Ptolomeu – 371, 380
Punjab – 456
Purchas, Samuel – 306
Pyrard de Laval, François – 129, 197, 217, 222

Qandahar – 456
Qarabagh – 458, 469
Qazvin, Casbin – 46, 47, 49, 65, 70, 74, 75, 81, 82, 135-137, 159, 160-162, 258, 279, 294, 313, 316, 319, 326, 327, 330-332, 334, 338, 384, 395, 397, 399, 402-409, 449, 458
Qishm, Queixome – 46, 47, 126, 136, 146, 147, 149, 151, 152, 381, 475
Qizilbash – 282, 283, 288
Quirimbas, ilhas – 200, 201
Quad, Matthias – 380
Quevedo, Francisco de – 230, 431
Quinto Cúrcio Rufo – 64, 71, 80, 233, 348, 349, 355, 359, 400
Quixote, Don – 211, 217, 219
Qum – 283, 316, 327, 399, 459

Rachol – 218, 226
Rama – 233, 351
Ramírez de Prado, Alonso – 105, 108
Ramhurmuz – 305
Ramusio, Giovanni Battista – 299
Raphael du Mans, Pe. – 297
Rasis (al-Razi) – 420
Rebelo, Gabriel – 308
Rebelo, Nicolau de Orta – 303-305, 311, 312, 345, 353, 354
Redempto de la Cruz, frei – 148, 164, 238
Redondo, conde de (dom João Coutinho) – 127, 163, 170, 220
Reimão, Gaspar Ferreira – 173, 184-191, 204
Reinel, Jorge – 369
Reinel, Pedro – 369
Relaño, Francesc – 369
Resende, André de – 412
Resende, Pedro Barreto de – 218, 225, 386-387
Resende, Vasco – 451

Ribeiro, Barnabé – 232
Ribeiro, Diogo – 369, 372
Ribera, Juan de – 124-125
Ricoeur, Paul – 210
Ripa, Cesare – 216, 217
Rishahr – 457
Robat-e Sang – 323
Roçalgate, cabo – 198
Rocca, Vicente – 307, 309
Rocha, António Furtado da – 449-450
Rocha, Luís Álvares da – 442
Rodrigues, Francisco – 369
Rodrigues, Simão – 180
Rodrigues, Vicente – 187
Rodriguez, Domingo – 165
Rodríguez de Padrón, Juan – 230
Roe, Sir Thomas – 121, 129, 218
Roma – 14, 69, 86, 129, 138, 144, 147, 168, 219, 221, 397, 404, 415, 419, 428, 435, 437, 438, 440, 445, 449,
Rota da Seda – 458, 454, 471
Rudolfo II, imperador do Sacro Império Romano-Germânico – 86, 87, 115, 472
Rússia – 456, 471, v. *Moscovia*

Sá, Constantino de – 220
Sabzavar – 454
Sacchetti, cardeal Julio – 445
Sadeqi Beg – 281
Salamanca – 208, 219, 431, 448, 449
Salcete – 225, 226, 236
Said, Edward – 243
Saldanha, Aires de – 249, 253, 254, 257
Salinas, conde de (don Diego de Silva y Mendoza) – 99, 100, 103, 104, 108, 109, 176, 177
Salústio – 215, 414
Salvador, Jusepe ou Joseph – 50-52, 158-159, 311, 382, 383
Samatra, Sumatra – 88, 421
Samorim – 246
Sampaio, dom Pero da Silva (bispo do Porto) – 440-442
San Sebastián – 4
São Jerónimo – 64
São Lourenço, ilha – v. *Madagáscar*
São Tomé e Príncipe, ilhas de – 442-443
Santos, frei João dos – 308
Sardahan – 322-323
Sarmiento de Acuña, don Diego – v. Gondomar, conde de
Saulisante – 49, 50, 97, 125, 128, 129, 135-172
Schipano, Mario – 396, 398, 402
Schorken, Hans – 180
Schott, Andreas – 412, 415, 434
Schott, Franciscus – 412-413
Sebastião, rei de Portugal – 86, 92, 249, 250
Segóvia – 271
Serrano y Sanz, Manuel – 6-8, 10, 13
Serrão, Domingos Vieira – 180
Servet, Miguel (Vilanovanus) – 93
Sevilha – 210, 479
Shakespeare, William – 217
Shamakhi – 460, 462
Sherley, Anthony – 86, 87, 112, 114, 286-287, 306, 345-346, 471, 478, 479
Sherley, Robert – 20, 22, 47, 87, 107, 129, 135, 138, 144, 148, 149, 152, 153, 164, 169, 228, 229, 238, 241, 253, 263, 345-346, 476, 478
Shiraz, Xiraz – 46, 51, 52, 65, 70, 87, 130, 135-137, 142, 152, 157-159, 162, 163, 135-138, 142, 152, 157-159, 162, 163, 253, 262, 271, 303, 305, 306, 311, 313-315, 317, 318, 328, 329, 332, 353-354, 378, 386-388, 390399, 403, 457, 461, 474
Shirvan – 375, 465, 466, 469, 478
Silva, Francisco Correia da – 438, 439, 441
Silva, don Hernando de – 41, 43, 48-50
Silva, don Jerónimo de – 155
Silva, Juan de – 11, 20
Silva, Juan de – 125, 126, 129, 136, 145-146, 154-155
Silva, don Lorenzo de – 11, 34, 41
Silvestre de Sacy, Antoine-Isaac – 303
Sinai – 396
Sind – 157, 378, 457, 467
Singapura – 117, 470
Síria – 135, 137, 171, 212, 301, 345, 347
Siroux, Maxime – 314, 317, 322, 323
Soares, frei António – 307
Soares, Pero Roiz – 176, 308
Socotorá – 201
Sofia, Constantino – 428, 435
Sófocles – 234
Sogdiana – 353
Solimão *o Magnífico*, sultão otomano – 455, 479, 480
Solis, Duarte Gomes – 114, 123, 478, 480
Solor – 146, 155
Sousa, frei António de – 440-441

Sousa, dom Francisco de – 236, 239
Sousa, Luís de – 145, 163
Spínola, Ambrosio – 115
Sri Lanka – v. *Ceilão*
Steensgaard, Niels – 111, 112, 121, 456, 475
Steinmann, Linda – 452, 454, 477
Stodart, Robert – 322
Stropene, Domenico – 472
Suárez de Figueroa, don Gómez (duque de Feria) – 8-10, 96
Suárez de Figueroa, don Lorenzo – 8-10, 20
Suécia – 76, 471
Sufiyan – 167
Sultaniya – 47, 70, 75, 82, 159, 162, 304, 361
Surate – 114, 125, 126, 141, 143, 153, 477, 480
Syriam – 146

Tabriz, Tauris – 65, 75, 82, 164, 167, 279-281, 304, 360, 361, 375, 378, 391, 455, 456, 460, 464, 469
Tácito – 64, 99, 215, 239, 414, 417
Tahmasp I, xá da Pérsia – 86, 282, 378, 403, 464
Tajabad, Tajurabat – 323-324
Tajiks – 282, 283
Takhteh Beg – 285
Tamayo de Vargas, don Tomás – 416, 447
Tamerlão (Timur Lang) – 5, 86, 309, 311
Tânger – 39
Tangotalan – 319
Tártaros – 76, 82, 164, 309
Tasso – 396
Tavernier, Jean-Baptiste – 300, 318, 328, 461, 464
Teerão – 283, 361, 373, 374
Teixeira, João – 199
Teixeira, Pedro – 65, 302-303, 305, 310, 345, 460-461, 465
Tejo, rio – 173, 178
Tenreiro, António – 280, 301, 304-307, 309-311
Teodósio, duque de Bragança – 102
Ternate – 88, 93, 116, 145, 155
Thévenot, Jean de – 300
Thou, Jacques Auguste de – 426-428, 431, 434, 435, 445
Ticiano – 234
Tidore – 145, 155
Tigre, rio – 167, 359, 362, 375, 376, 378
Todorov, Tzvetan – 242
Tomar, cortes de – 89, 90, 94, 98, 100-110
Tomás de Santo Domingo, frei – 424
Tordesilhas, tratado de – 90, 91, 94
Toro – 9, 15, 18-20
Totan Beg – 319
Tovar, Alonso de – 86
Trancoso, Pe. Gonçalo Fernandes – 235
Trebizonda, Trabzon – 455
Tribaldos de Toledo, Luis de – 427, 429, 433-437, 444
Tristão da Cunha, ilhas – 191, 192
Trogo Pompeu – 364
Tróia – 358
Tuqchi – 320
Turco (Grão Turco) – 26, 28, 30-32, 39, 41, 47, 55, 76, 159, 162, 165-170, 302, 472, 473, 475
Turcos – v. Otomanos
Turquia – 167, 361, 398, 402, 456, 472, 475
Túy, Lucas de – 412, 415

Uceda, duque de (Cristóbal Gómez de Sandoval y Rojas) – 95, 104
Ur – 361
Urfa – 361
Uzbeques – 62, 164, 305, v. Tártaros

Valência – 448, 479
Valencia, Pedro de – 8, 13, 19, 95-97
Valladolid – 86, 101, 106, 144, 302, 430, 431, 449
Van – 75, 399, 374-378
Van Linschoten, Jan Huyghen – v. Linschoten, Jan Huyghen van
Varamin – 465
Vasari, Giorgio – 234
Vasconcelos, Luís Mendes de – 177-178
Vázquez de Neira, Baltasar – 18, 48-51
Vega, Lope de – 230, 421, 435-436
Velho, Bartolomeu – 369
Veneza – 12, 26, 32, 36, 50, 51, 63, 76, 80, 258, 357, 370, 371, 378, 379, 396, 401, 445, 447, 471
Vereenigde Oost-Indische Compagnie (VOC) – 88, 111, 114, 116-122, 124, 338, 477
Vermelho, mar – 169, 170, 347, 373, 375, 457
Vervins, tratado de – 115, 116

Vespucci, Juan – 369
Vicente de São Francisco, frei – 246, 273
Viegas, Gaspar – 369
Vieira, Pe. António – 438
Vijayanagara – 228
Virgílio – 426
Vitoria, Francisco de – 117
Volga, rio – 76, 373

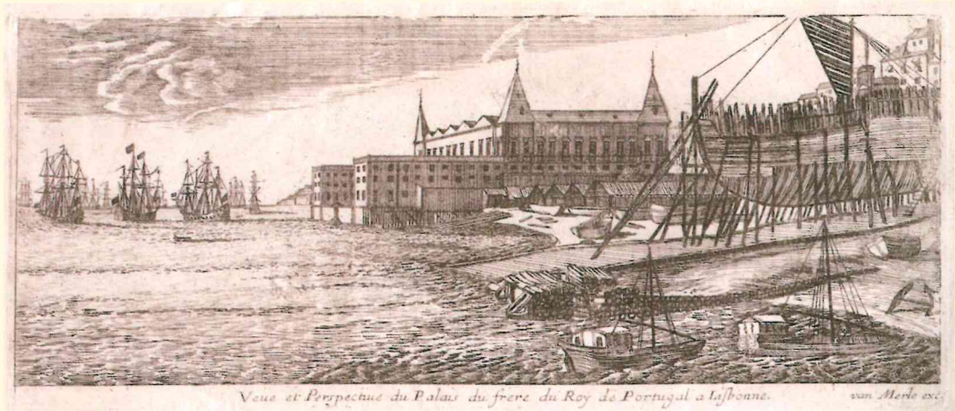
Walker, Daniel – 468
Wesdin, Johann Philipp – 351
Wicquefort, Abraham de – 3-5, 137, 400

Xenofonte – 350, 365, 400
Xerxes – 73, 74, 357, 363, 357, 363

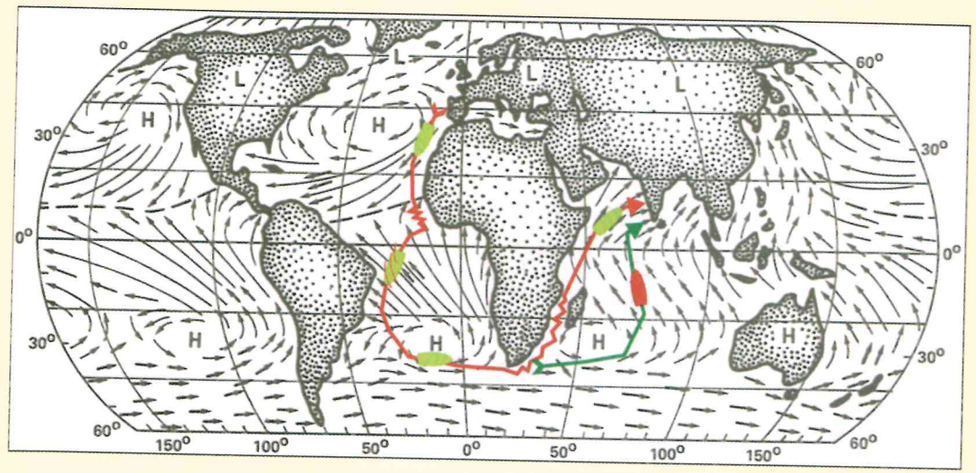
Yargand – 454
Yazd – 253, 305, 329, 457, 458, 460-462, 477

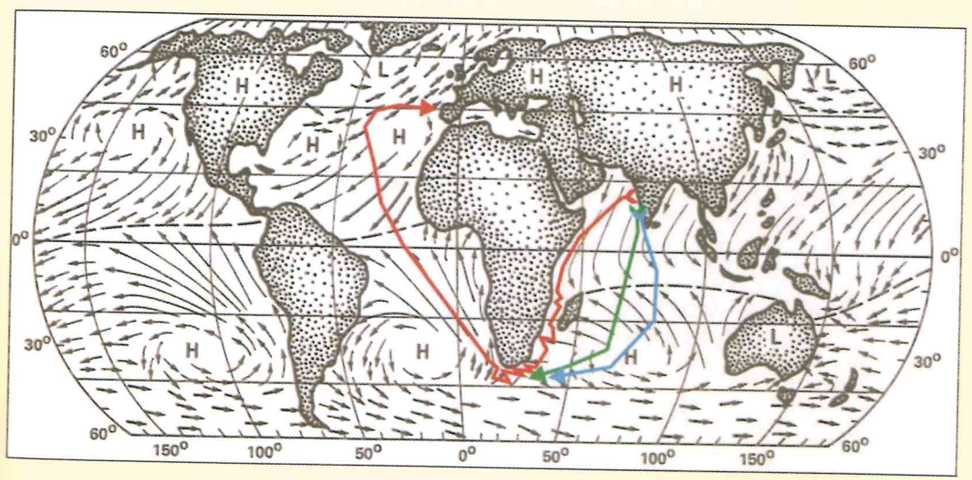
Zafra – 6, 9, 10, 13, 56, 96, 105, 219, 226, 393, 399
Zaldierna, don Juan de – 428
Zeno, Caterino – 299
Zúñiga, don Baltasar de – 94, 99, 107, 433-434

1. Vista de Lisboa, 1619
2. Vista de Lisboa, 1620

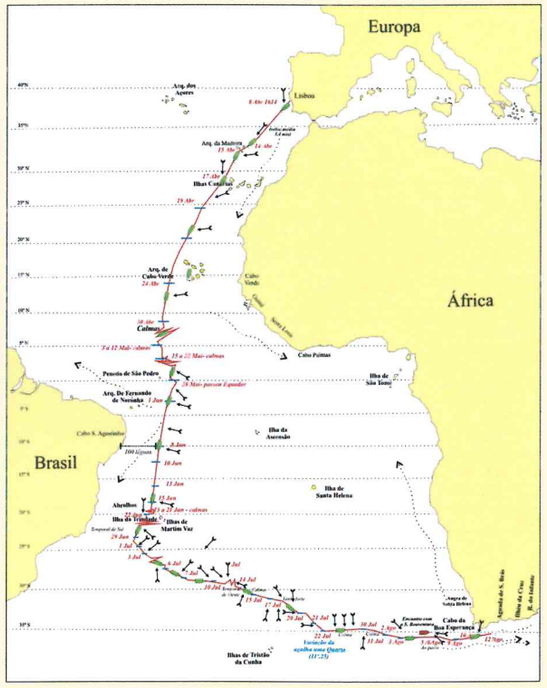


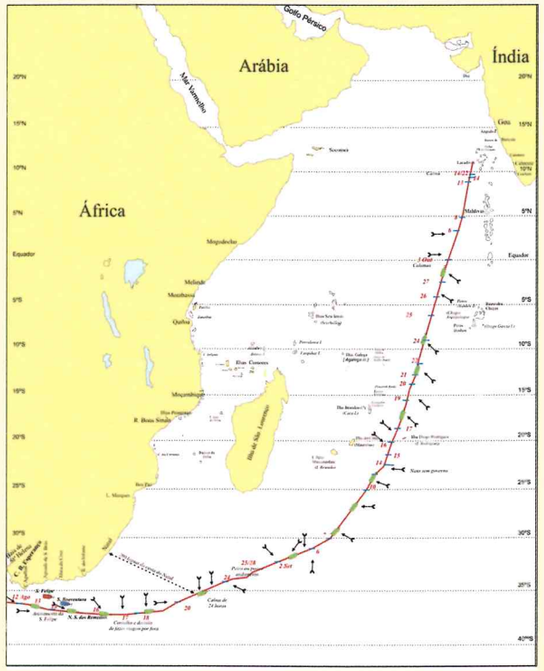
3. Vista da Ribeira das Naus, c.1667
4. Torreão do Paço da Ribeira, c.1700

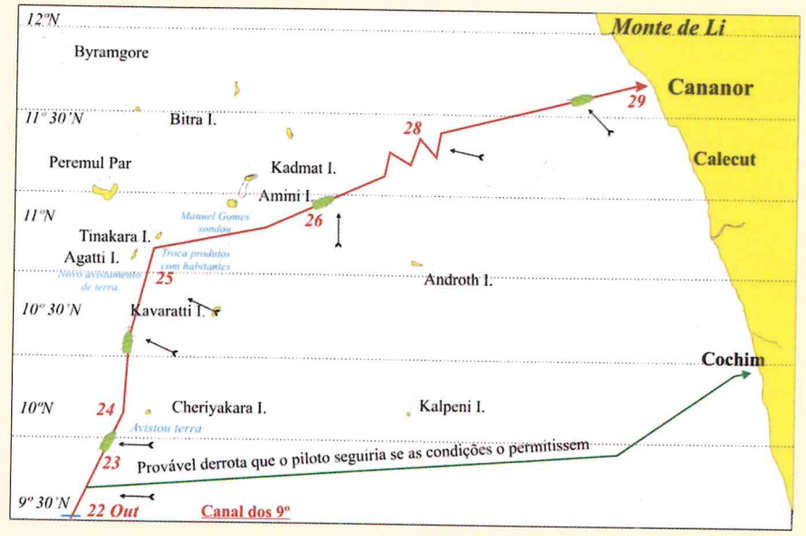


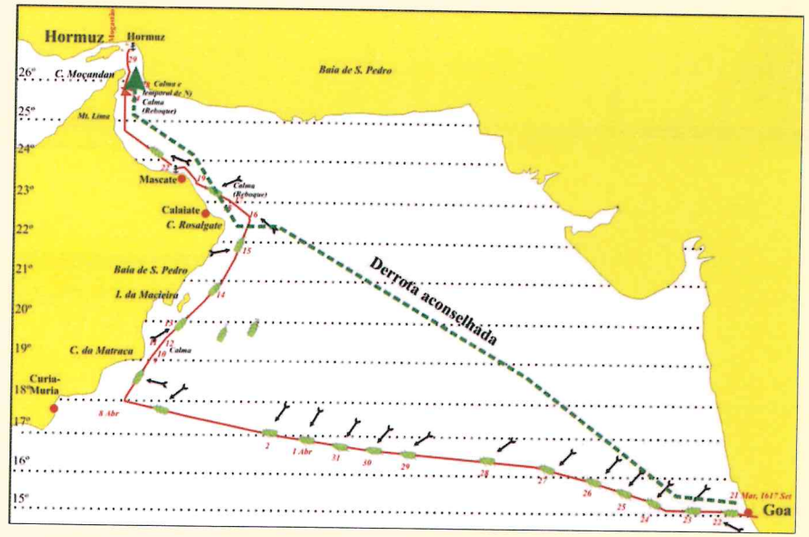


5. Derrota da carreira da Índia
6. Ventos médios em Janeiro



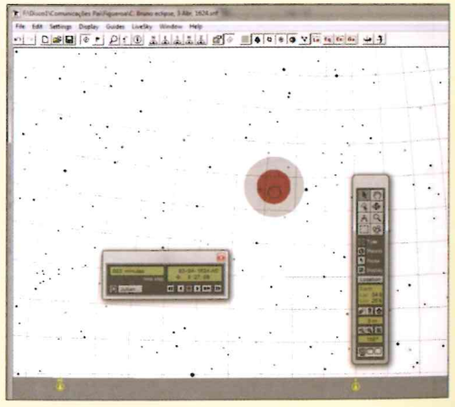




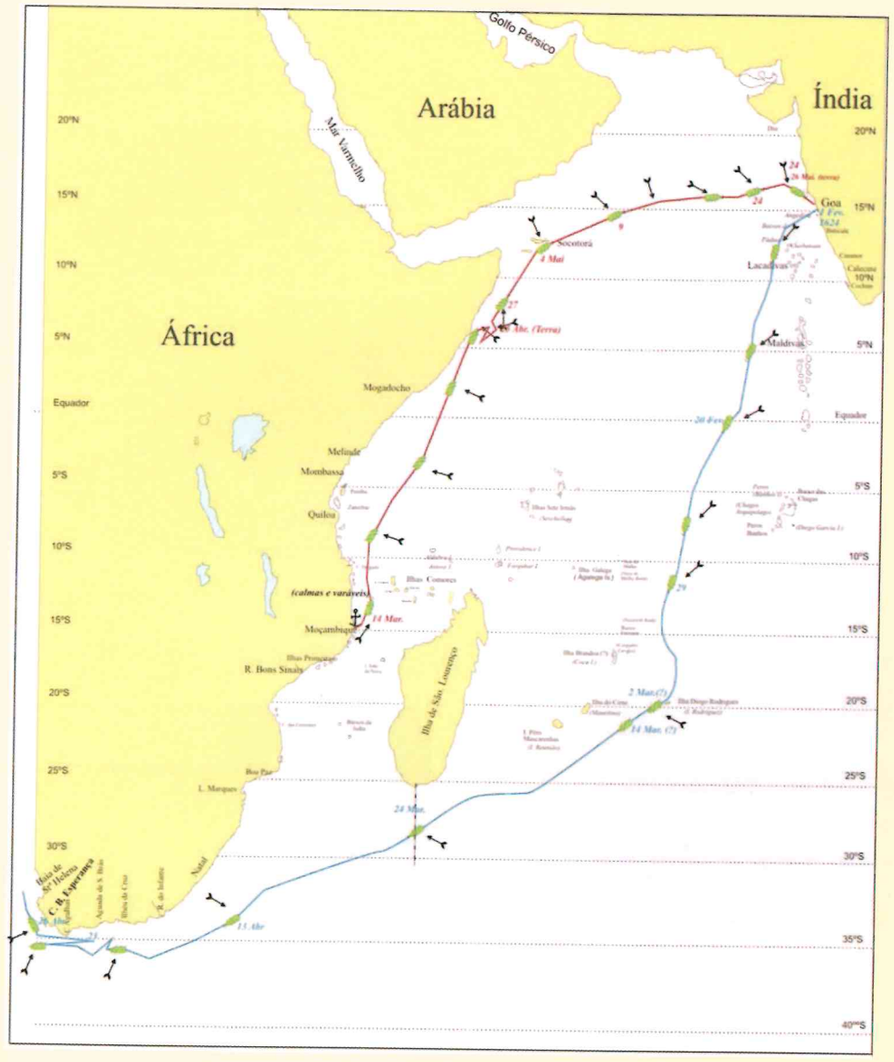


7. Viagem para a Índia, derrota atlântica, 1614
8. Viagem para a Índia, derrota no Índico, 1614
9. Navegação junto às ilhas de Mamale, 1614
10. Viagem de Goa a Ormuz, 1617

11. Toponimia da costa da Arábia



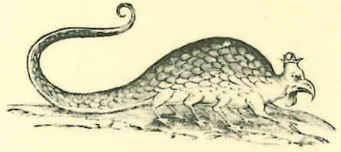
13. Eclipse da Lua, 3 Abril 1614



12. Derrotas no Índico, 1621-1622 e 1624

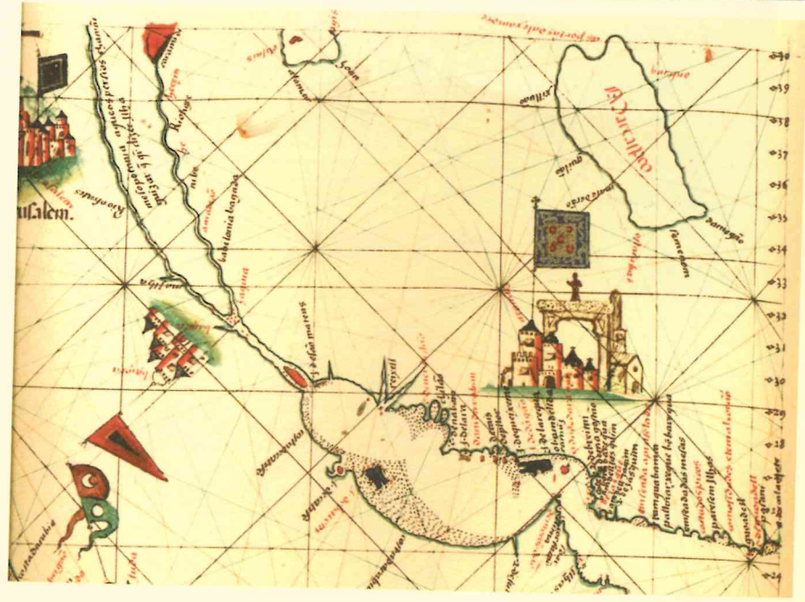
14. «Curiosidade», Cesare Ripa, 1603
15. «Melancolia», Cesare Ripa, 1603
16. Goa, D. João de Castro, 1539
17. Goa, Pedro Barreto Resende, 1635
18. Goa, Jan Huyghen van Linschoten, 1595

21. «Perseu e Andrómeda», Giorgio Vasari, 1570-1572
22. «Perseu e Andrómeda», Tiziano, 1553-1559

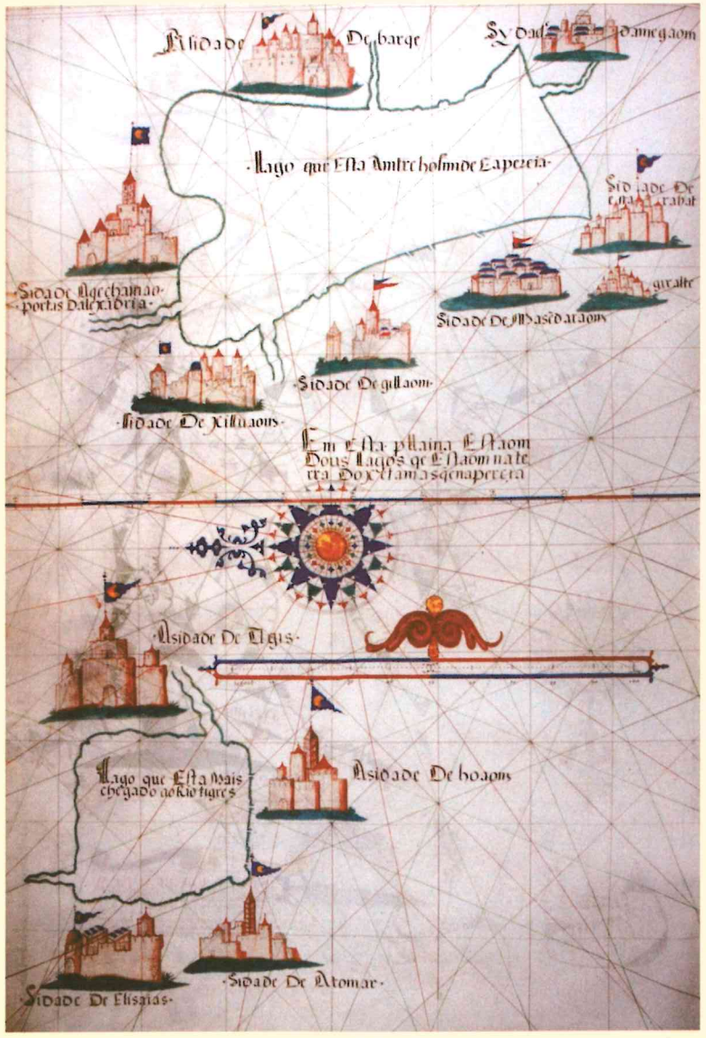


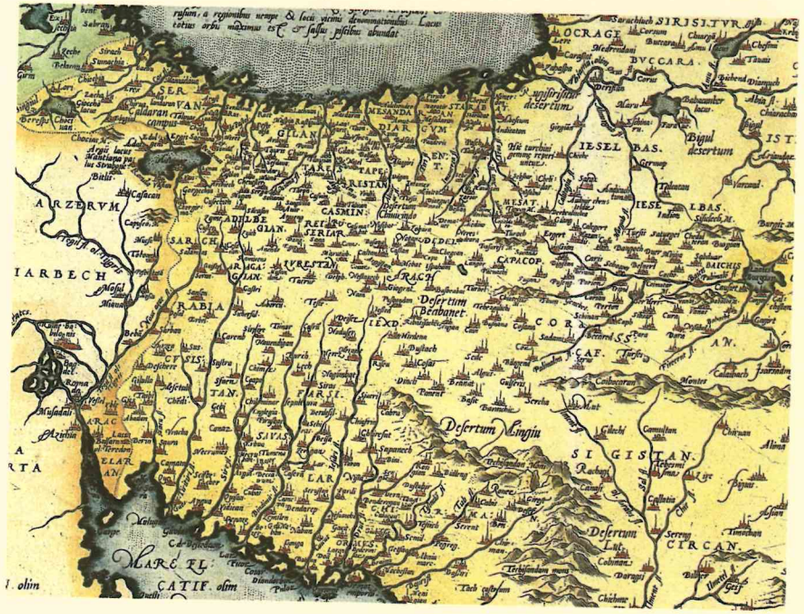
19. Basilisco, 1510
20. Basilisco, 1642

23. Mar Cáspio, Abraham & Jafuda Cresques, 1375



24. Mar Cáspio, Diogo Ribeiro, 1530
26. Mar Cáspio e Lago Van, anónimo, c.1560





25. Mar Cáspio e Lago Van, Lázaro Luís, 1563
27. Golfo Pérsico e Mesopotâmia, Lázaro Luís, 1563
28. Pérsia, Abraham Ortelius, 1571

29. Pietro Della Valle, 1665

30. *Divankhane*, Pietro Della Valle, 1664-1665

Entre 1614 e 1624, Don García de Silva y Figueroa viajou de Lisboa até à Pérsia, como embaixador de Filipe III (II de Portugal) à corte de Xá Abbas I. Don García era um homem cultíssimo, com estudos feitos em Salamanca, e decerto com muitas leituras posteriores. Como um viajante moderno, preparou minuciosamente a sua viagem à Pérsia, através da consulta de numerosíssimos trabalhos de história e de geografia. Sendo um diarista compulsivo, redigiu ao longo do seu extenso périplo oriental dezenas de cartas, e também um volumoso relato de viagens, que descreve demoradamente a jornada desde Lisboa até à Pérsia, com escalas em Goa, Mascate e Ormuz, assim como a inacabada viagem de regresso à Europa.

A edição crítica dos «Comentarios» de Don García da Silva y Figueroa, em quatro volumes, resulta de um projecto de investigação do Centro de História de Além-Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. O volume 4 integra um conjunto alargado de estudos, preparados por um grupo internacional de especialistas, que permitirão conhecer melhor não só a figura de Don García de Silva y Figueroa, como também os seus «Comentarios» e o contexto em que se desenvolveu a sua missão diplomática à corte safávida.

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR